

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 90, 1º semestre de 2002

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
Número 90, 1º semestre de 2002 - Ano 29, ISSN 0101 2428

© 2010 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Embaixador Hélio Vítor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

424p.

ISSN 01012428

Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS 31

SEMINÁRIO INTERNACIONAL “DIREITOS HUMANOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UM DIÁLOGO GLOBAL 31

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NA SESSÃO DE ABERTURA DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL “DIREITOS HUMANOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UM DIÁLOGO GLOBAL”. BRASÍLIA, 8 DE JANEIRO DE 2002

CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS, DURANTE VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À RÚSSIA 35

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS. MOSCOU, 14 DE JANEIRO DE 2002

CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DE MOSCOU 37

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DE MOSCOU. MOSCOU, 14 DE JANEIRO DE 2002

ALMOÇO OFERECIDO AO CHANCELER FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR GERHARD SCHRÖDER 41

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO AO CHANCELER FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR GERHARD SCHRÖDER. BRASÍLIA, 14 DE JANEIRO DE 2002

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À FEDERAÇÃO RUSSA 45

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO RUSSA, SENHOR VLADIMIR PUTIN. MOSCOU, 15 DE JANEIRO DE 2002

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À UCRÂNIA 47

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA UCRÂNIA, SENHOR LEONID KUTCHMA. KIEV, UCRÂNIA, 16 DE JANEIRO DE 2002

SEMINÁRIO “DOHA E O PÓS-DOHA: NOVOS CENÁRIOS DA NEGOCIAÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL” 51

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO “DOHA E O PÓS-DOHA: NOVOS CENÁRIOS DA NEGOCIAÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL”. SÃO PAULO, 24 DE JANEIRO DE 2002

BRAZIL-US BUSINESS COUNCIL 61

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, “A AGENDA COMERCIAL DO BRASIL PARA 2001”.
BRAZIL-US BUSINESS COUNCIL, 1 DE FEVEREIRO DE 2002

**VISITA OFICIAL DO SENHOR PRESIDENTE
DA REPÚBLICA À SUÉCIA** 65

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM ALMOÇO COM
EMPRESÁRIOS, POR OCASIÃO DE SUA VISITA OFICIAL
À SUÉCIA. ESTOCOLMO, 22 DE FEVEREIRO DE 2002

VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À POLÔNIA 69

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ENCERRAMENTO DO
FÓRUM ECONÔMICO, POR OCASIÃO DE SUA VISITA OFICIAL
À POLÔNIA. VARSÓVIA, 25 DE FEVEREIRO DE 2002

PALESTRA NA ESCOLA ECONÔMICA DE VARSÓVIA 73

PALESTRA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE SUA VISITA
OFICIAL À POLÔNIA, PROFERIDA NA ESCOLA ECONÔMICA
DE VARSÓVIA. VARSÓVIA, 25 DE FEVEREIRO DE 2002

**JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DA POLÔNIA, ALEKSANDER KWASNIEWSKI** 77

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO EM
SUA HOMENAGEM PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA POLÔNIA,
ALEKSANDER KWASNIEWSKI. VARSÓVIA, 25 DE FEVEREIRO DE 2002

**ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NA
PROVÍNCIA DE MALOPOLSKA, POLÔNIA** 79

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO
EM SUA HOMENAGEM PELO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE
MALOPOLSKA. CRACÓVIA, POLÔNIA, 26 DE FEVEREIRO DE 2002

JANTAR EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ESLOVACA, RUDOLF SCHUSTER 81

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ESLOVACA, RUDOLF SCHUSTER. BRATISLAVA, 26 DE FEVEREIRO DE 2002

RECEBIMENTO DE TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DE KONSTANTIN FILOZOF 83

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DE KONSTANTIN FILOZOF. BRATISLAVA, 26 DE FEVEREIRO DE 2002

LANÇAMENTO DE LIVRO 87

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DE SEU LIVRO “DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA” EM LÍNGUA ESLOVACA. BRATISLAVA, 26 DE FEVEREIRO DE 2002

I REUNIÃO PREPARATÓRIA DA IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP 89

INTERVENÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR VLADIMIR CHOIFI, NA I REUNIÃO PREPARATÓRIA DA IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP. BRASÍLIA, 27 DE FEVEREIRO DE 2002

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DA PRESENÇA LIBANESA NO BRASIL 93

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR CHOIFI, POR OCASIÃO DA “PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DA PRESENÇA LIBANESA NO BRASIL”. SÃO PAULO, 14 DE MARÇO DE 2002

CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO USO DO TABACO (FRAMEWORK CONVENTION ON TOBACCO CONTROL - FCTC) 97

DISCURSO PRONUNCIADO, PELO EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, POR OCASIÃO DE SUA ELEIÇÃO PARA PRESIDIR O ÓRGÃO NEGOCIADOR INTERGOVERNAMENTAL (ONI) DA CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO USO DO TABACO (FRAMEWORK CONVENTION ON TOBACCO CONTROL - FCTC). GENEVRA, 18 DE MARÇO DE 2002

A OPAQ - DISCURSO DO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL, EMBAIXADOR MASSOT 101

DISCURSO PRONUNCIADO PELO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO PARA A PROIBIÇÃO DAS ARMAS QUÍMICAS (OPAQ), EMBAIXADOR AFFONSO EMÍLIO DE ALENCASTRO MASSOT, NA SESSÃO DO CONSELHO EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO. HAIA, 19 DE MARÇO DE 2002. (TRADUÇÃO NÃO-OFICIAL)

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO 103

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO. MÉXICO, MONTERREY, 22 DE MARÇO DE 2002

SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO 107

INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR GÉLSON FONSECA JR., REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, SOBRE A SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO. NOVA YORK, 3 DE ABRIL DE 2002

INTERVENÇÃO DO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU 111

INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR GÉLSON FONSECA JR., REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL, NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU SOBRE A SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO. NOVA YORK, 3 DE ABRIL DE 2002

INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NO SENADO FEDERAL 115

INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NO SENADO FEDERAL. BRASÍLIA, 4 DE ABRIL DE 2002

COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DA CÂMARA DE COMÉRCIO ÁRABE-BRASILEIRA 129

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR CHOIFI, POR OCASIÃO DOS 50 ANOS DA CÂMARA DE COMÉRCIO ÁRABE-BRASILEIRA. SÃO PAULO, 11 DE ABRIL DE 2002

CERIMÔNIA DE APRESENTAÇÃO DOS OFICIAIS GERAIS PROMOVIDOS EM 31 DE MARÇO DE 2002 133

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE APRESENTAÇÃO DOS OFICIAIS-GERAIS PROMOVIDOS EM 31 DE MARÇO DE 2002. BRASÍLIA, 19 DE ABRIL DE 2002

**CONFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS PARTES
DA CONVENÇÃO DE ARMAS QUÍMICAS** 137

DISCURSO DO EMBAIXADOR LUIZ AUGUSTO DE ARAÚJO CASTRO, SUBSECRETÁRIO-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS MULTILATERAIS, CHEFE DA DELEGAÇÃO DO BRASIL À CONFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS PARTES DA CONVENÇÃO DE ARMAS QUÍMICAS. HAIA, 21 DE ABRIL DE 2002

**ENTREGA DO I PRÊMIO CIDADANIA
BRASIL DE EXPORTAÇÃO** 141

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR CHOIFI, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE ENTREGA DO I PRÊMIO CIDADANIA BRASIL DE EXPORTAÇÃO. BRASÍLIA, 24 DE ABRIL DE 2002

**PALESTRA DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR V.
CHOIFI, AOS PARTICIPANTES DO CURSO DE POLÍTICA
E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS; DO CURSO DE POLÍTICA E
ESTRATÉGIA AEROESPACIAIS; E DO CURSO DE POLÍTICA,
ESTRATÉGIA E ALTA ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO** 143

PALESTRA DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR V. CHOIFI, AOS PARTICIPANTES DO CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS; DO CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA AEROESPACIAIS; E DO CURSO DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ALTA ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO. BRASÍLIA, 24 DE ABRIL DE 2002

**DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES NA CASA DE AMÉRICA** 153

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA CASA DE AMÉRICA. MADRI, 30 DE ABRIL DE 2002

**JANTAR OFERECIDO PELA PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DO PANAMÁ, MIREYA MOSCOSO**

159

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELA PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PANAMÁ, MIREYA MOSCOSO. CIDADE DO PANAMÁ, 5 DE MAIO DE 2002

**CARTA DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO
BRASILEIRO E O PNUD PARA O ESTABELECIMENTO
DO CENTRO INTERNACIONAL PARA
POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA**

163

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DA CARTA DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO BRASILEIRO E O PNUD PARA O ESTABELECIMENTO DO CENTRO INTERNACIONAL PARA POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA. BRASÍLIA, 6 DE MAIO DE 2002

**SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DA REPÚBLICA DO PANAMÁ**

165

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA REPÚBLICA DO PANAMÁ. CIDADE DO PANAMÁ, 6 DE MAIO DE 2002

**ABERTURA DA 20ª EDIÇÃO DA FEIRA COMERCIAL
INTERNACIONAL (EXPOCOMER)**

169

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 20ª EDIÇÃO DA FEIRA COMERCIAL INTERNACIONAL (EXPOCOMER). CIDADE DO PANAMÁ, 6 DE MAIO DE 2002

CONFERÊNCIA SOBRE FEDERALISMO COOPERATIVO: “O ITAMARATY E AS RELAÇÕES FEDERATIVAS” 173

PALESTRA DO CONSELHEIRO HÉLIO VITOR RAMOS FILHO, CHEFE DA ASSESSORIA DE RELAÇÕES FEDERATIVAS (ARF), POR OCASIÃO DA CONFERÊNCIA SOBRE FEDERALISMO COOPERATIVO, REALIZADA NO HOTEL GLÓRIA - “O ITAMARATY E AS RELAÇÕES FEDERATIVAS”. RIO DE JANEIRO, 6 DE MAIO DE 2002

ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA ARMÊNIA, SR. ROBERT KOTCHARIAN 179

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA ARMÊNIA, SR. ROBERT KOTCHARIAN. BRASÍLIA, 7 DE MAIO DE 2002

ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA CERIMÔNIA DE ABERTURA DO XXIX PERÍODO DE SESSÕES DA COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE 181

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DO XXIX PERÍODO DE SESSÕES DA COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. BRASÍLIA, 9 DE MAIO DE 2002

FÓRUM NACIONAL - “NOVA ORDEM INTERNACIONAL, GLOBALIZAÇÃO E O MUNDO PÓS-11 DE SETEMBRO” 187

INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO FÓRUM NACIONAL - “NOVA ORDEM INTERNACIONAL, GLOBALIZAÇÃO E O MUNDO PÓS-11 DE SETEMBRO”. BRASÍLIA, 9 DE MAIO DE 2002

**SOLENIIDADE DE ENCERRAMENTO DO
29º PERÍODO DE SESSÕES DA CEPAL** 193

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA SOLENIIDADE DE ENCERRAMENTO DO 29º PERÍODO DE SESSÕES DA CEPAL. HOTEL *BLUE TREE PARK*, 10 DE MAIO DE 2002

**JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO PELO 65º ANIVERSÁRIO
DA CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA** 197

TEXTO-BASE PARA O DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, SOBRE O TEMA DA PAZ EM JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO PELO 65º ANIVERSÁRIO DA CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA. SÃO PAULO, 13 DE MAIO DE 2002

**PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA
DO INSTITUTO RIO BRANCO** 201

TEXTO-BASE PARA O DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA DO INSTITUTO RIO BRANCO. BRASÍLIA, 14 DE MAIO DE 2002

**CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OCDE
“COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO”** 205

INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OCDE - “COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO”. PARIS, 16 DE MAIO DE 2002

CÚPULA AMÉRICA LATINA-CARIBE E UNIÃO EUROPÉIA 209

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DA CÚPULA AMÉRICA LATINA-CARIBE E UNIÃO EUROPÉIA. MADRI, 17 DE MAIO DE 2002

CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA 213

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA. SALAMANCA, 18 DE MAIO DE 2002

JANTAR OFERECIDO POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO CHILE 217

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM JANTAR OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO PRESIDENTE RICARDO LAGOS, POR OCASIÃO DE SUA VISITA OFICIAL À REPÚBLICA DO CHILE. SANTIAGO, 18 DE MAIO DE 2002

SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL DA REPÚBLICA DO CHILE 221

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL DA REPÚBLICA DO CHILE. VALPARAÍSO, 19 DE MAIO DE 2002

SEMINÁRIO INTERNACIONAL “BOLSA ESCOLA” - A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL 225

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR CHOIFI, POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL “BOLSA ESCOLA” - A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL. BRASÍLIA, 20 DE MAIO DE 2002

INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PROMOÇÃO SOCIAL BRASIL - TIMOR LESTE 227

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NA CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PROMOÇÃO SOCIAL BRASIL - TIMOR LESTE. DÍLI, 21 DE MAIO DE 2002

SEMINÁRIO “O BRASIL E AS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS” 231

DISCURSO DO SENHOR EMBAIXADOR OSMAR CHOIFI, MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO “O BRASIL E AS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS”. BELO HORIZONTE, 21 DE MAIO DE 2002

PALESTRA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NO JAPÃO 237

PALESTRA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NA KEIDANREN “PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA E PERSPECTIVAS PARA A PARCERIA BRASIL-JAPÃO”. TÓQUIO, 24 DE MAIO DE 2002

**SEMINÁRIO PROMOVIDO PELO IPRI E PELA FUNAG
“CPLP: OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS”** 241

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NO SEMINÁRIO PROMOVIDO PELO IPRI E PELA FUNAG “CPLP: OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS”. BRASÍLIA, 28 DE MAIO DE 2002

XXXII ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA 245

PALAVRAS DE SUA EXCELÊNCIA O SENHOR EMBAIXADOR OSMAR VLADIMIR CHOIFI, SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CHEFE DA DELEGAÇÃO DO BRASIL À XXXII ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA - DIÁLOGO DOS CHEFES DE DELEGAÇÃO - TEMA 2: SEGUIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CARTA DEMOCRÁTICA INTERAMERICANA. BRIDGETOWN, 3 DE JUNHO DE 2002

XXXII ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA 249

PALAVRAS DE SUA EXCELÊNCIA O SENHOR EMBAIXADOR OSMAR VLADIMIR CHOIFI, SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CHEFE DA DELEGAÇÃO DO BRASIL À XXXII ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA - DIÁLOGO DOS CHEFES DE DELEGAÇÃO - TEMA 3: A OEA, A DEMOCRACIA E O COMÉRCIO. BRIDGETOWN, 3 DE JUNHO DE 2002

XXXII ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA 251

PALAVRAS DE SUA EXCELÊNCIA O SENHOR EMBAIXADOR OSMAR VLADIMIR CHOIFI, SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CHEFE DA DELEGAÇÃO DO BRASIL À XXXII ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA - DIÁLOGO DOS CHEFES DE DELEGAÇÃO - TEMA 1: ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL À SEGURANÇA HEMISFÉRICA. BRIDGETOWN, 3 DE JUNHO DE 2002

ALMOÇO EM HOMENAGEM AO CHANCELER DO PERU 255

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER,
NO ALMOÇO EM HOMENAGEM AO CHANCELER
DO PERU. BRASÍLIA, 7 DE JUNHO DE 2002

CERIMÔNIA DE FORMATURA NO INSTITUTO RIO BRANCO 257

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NO
DIA DO DIPLOMATA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE
FORMATURA DA TURMA ANTÔNIO HOUAISS DO INSTITUTO
RIO BRANCO. BRASÍLIA, 12 DE JUNHO DE 2002

**VISITA DO CHANCELER DO SENEGAL,
CHEIKH TIDIANE GADIO BRASÍLIA** 261

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER,
POR OCASIÃO DA VISITA DO CHANCELER DO SENEGAL,
CHEIKH TIDIANE GADIO. BRASÍLIA, 19 DE JUNHO DE 2002

**DEBATE EM TORNO DA CÚPULA MUNDIAL
SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** 263

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA ABERTURA DO DEBATE
EM TORNO DA CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL. RIO DE JANEIRO, 23 DE JUNHO DE 2002

**DIÁLOGO DOS CHEFES DE ESTADO E GOVERNO
COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL** 267

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NA ABERTURA DO DIÁLOGO DOS CHEFES DE
ESTADO E GOVERNO COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL.
MUSEU DE ARTE MODERNA, RIO DE JANEIRO, 24 DE JUNHO DE 2002

ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL-ALEMANHA 2002 271

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR V. CHOIFI, POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE ABERTURA DO ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL-ALEMANHA 2002. HAMBURGO, 24 DE JUNHO DE 2002

ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL-ALEMANHA 2002 275
“A RESPONSABILIDADE ESPECIAL DO BRASIL E DA ALEMANHA FRENTE AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO UE-MERCOSUL”

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR V. CHOIFI, NO PAINEL “A” DO ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL-ALEMANHA 2002 “A RESPONSABILIDADE ESPECIAL DO BRASIL E DA ALEMANHA FRENTE AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO UE-MERCOSUL”. HAMBURGO, 24 DE JUNHO DE 2002

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DE ESTOCOLMO A JOHANESBURGO 279

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO ENCONTRO “DIÁLOGO DE GERAÇÕES”, NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DE ESTOCOLMO A JOHANESBURGO, NO ÂMBITO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS RIO+10. RIO DE JANEIRO, 25 DE JUNHO DE 2002

COMEMORAÇÃO DE DEZ ANOS DA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA RIO-92 283

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE PASSAGEM SIMBÓLICA DA DATA DE COMEMORAÇÃO DOS DEZ ANOS DA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA RIO-92. RIO DE JANEIRO, 25 DE JUNHO DE 2002

ATOS INTERNACIONAIS 285

**COMUNICADOS, NOTAS,
MENSAGENS E INFORMAÇÕES** 289

ELEIÇÃO DO SENADOR EDUARDO DUHALDE PARA A
PRESIDÊNCIA DA ARGENTINA (02 DE JANEIRO DE 2002) 289

CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE
DIPLOMATA – 2002 (07 DE JANEIRO 2002) 289

VISITA DO DOUTOR NESTOR OSORIO, CANDIDATO DA COLÔMBIA
AO CARGO DE DIRETOR-EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL DO CAFÉ (OIC) (11 DE JANEIRO DE 2002) 290

DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS MINISTROS DE
RELAÇÕES EXTERIORES DOS PAÍSES DO MERCOSUL,
BOLÍVIA E CHILE (11 DE JANEIRO DE 2002) 290

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-RÚSSIA (14 DE JANEIRO DE 2002) 291

NEGOCIAÇÕES DE PAZ NA COLÔMBIA (21 DE JANEIRO DE 2002) 295

CONTENCIOSO BRASIL - CANADÁ NA OMC (28 DE JANEIRO DE 2002) 296

ATENDENDO A CONVITE FORMULADO PELO GOVERNO
BRASILEIRO, A ALTA COMISSÁRIA PARA OS DIREITOS
HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS, MARY ROBINSON,
REALIZARÁ VISITA OFICIAL AO BRASIL NOS DIAS 30 E
31 DE JANEIRO CORRENTE (29 DE JANEIRO DE 2002) 297

43ª REUNIÃO ANUAL DA ASSEMBLÉIA DE GOVERNADORES DO BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E DA CORPORAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS - (FOTALEZA, 7 A 13 DE MARÇO) (29 DE JANEIRO DE 2002)	298
VISITA OFICIAL AO BRASIL DO SENHOR SÉRGIO VIEIRA DE MELLO (UNTAET) (30 DE JANEIRO DE 2002)	298
II SESSÃO DO COMITÊ PREPARATÓRIO PARA A CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (01 DE FEVEREIRO DE 2002)	299
PARCERIA BRASIL-ALEMANHA: PLANO DE AÇÃO (14 DE FEVEREIRO 2002)	299
FALECIMENTO DO DEPUTADO NÉLSON MARCHEZAN (14 DE FEVEREIRO DE 2002)	302
DECLARAÇÃO CONJUNTA DO MERCOSUL (19 DE FEVEREIRO DE 2002)	302
VISITA DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO À POLÔNIA (24 A 26 DE FEVEREIRO) (20 DE FEVEREIRO DE 2002)	304
VIAGEM DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO À REPÚBLICA DO PANAMÁ (6 DE MARÇO DE 2002) (20 DE FEVEREIRO DE 2002)	305
II REUNIÃO DO MECANISMO DE CONSULTAS POLÍTICAS BRASIL-CUBA (21 DE FEVEREIRO DE 2002)	306

O GOVERNO BRASILEIRO EXPRESSA SUA SATISFAÇÃO COM OS ENTENDIMENTOS MANTIDOS, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À POLÔNIA (25 DE FEVEREIRO DE 2002)	306
DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE OS RESULTADOS DAS CONVERSACIONES ENTRE O PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA POLÔNIA, ALEKSANDER KWASNIEWSKI, VARSÓVIA, 25 DE FEVEREIRO DE 2002	307
COMUNICADO DE IMPRENSA SOBRE A SITUAÇÃO NA COLÔMBIA (25 DE FEVEREIRO DE 2002)	308
VISITA DO VICE-MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO CANADÁ, GAËTAN LAVERTU (26 DE FEVEREIRO DE 2002)	308
I REUNIÃO PREPARATÓRIA DA IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP (27 DE FEVEREIRO DE 2002)	309
DEBATE NACIONAL SOBRE O TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (27 DE FEVEREIRO DE 2002)	310
DECISÃO DO DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO DOS ESTADOS UNIDOS DE IMPOR DIREITOS COMPENSATÓRIOS SOBRE AS IMPORTAÇÕES DE CHAPAS DE AÇO LAMINADO A FRIO ORIGINÁRIAS DO BRASIL (01 DE MARÇO DE 2002)	310
OS BRITÂNICOS NO BRASIL (PALÁCIO DO ITAMARATY, DE 5 A 31 DE MARÇO DE 2002) (04 DE MARÇO DE 2002)	310
II REUNIÃO DO GRUPO PERMANENTE DE COOPERAÇÃO BRASIL-GUIANA (05 DE MARÇO DE 2002)	311

DECLARAÇÕES PRESTADAS PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, RELACIONADAS AO ANÚNCIO PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DE MEDIDAS QUE RESTRINGIRÃO O ACESSO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS BRASILEIROS AO MERCADO NORTE-AMERICANO (06 DE MARÇO DE 2002)	311
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DO COMÉRCIO EXTERIOR DOS PAÍSES BAIXOS (07 DE MARÇO DE 2002)	312
PRIMEIRA EDIÇÃO DO CURSO DE TREINAMENTO SOBRE O ESTABELECIMENTO DOS LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL ALÉM DAS DUZENTAS MILHAS NÁUTICAS (07 DE MARÇO DE 2002)	313
COMUNICADO DO GOVERNO BRASILEIRO (PAZ NO ORIENTE MÉDIO) (12 DE MARÇO DE 2002)	314
AÇÕES MILITARES NOS TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS POR ISRAEL (13 DE MARÇO DE 2002)	314
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO (14 DE MARÇO DE 2002)	315
O COMPROMISSO ÉTICO DO GOVERNO COM A SUPERAÇÃO DO DÉFICIT SOCIAL BRASILEIRO (18 DE MARÇO DE 2002)	316
A GESTÃO DO EMBAIXADOR JOSÉ MAURÍCIO BUSTANI À FRENTE DA DIREÇÃO-GERAL DA OPAQ (18 DE MARÇO DE 2002)	317
CONCURSO RIO BRANCO (20 DE MARÇO DE 2002)	317

AÇÃO AFIRMATIVA DO INSTITUTO RIO BRANCO (20 DE MARÇO DE 2002)	318
GOVERNO BRASILEIRO REAFIRMA SUA POSIÇÃO DE PLENO APOIO E SOLIDARIEDADE AO EMBAIXADOR JOSÉ MAURÍCIO BUSTANI COMO DIRETOR-GERAL DA ORGANIZAÇÃO PARA A PROIBIÇÃO DE ARMAS QUÍMICAS (OPAQ) (21 DE MARÇO DE 2002)	319
DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL (21 DE MARÇO DE 2002)	319
“TAXA DE EQUALIZAÇÃO” SOBRE PRODUTOS PREPARADOS COM SUCO DE LARANJA IMPORTADO (21 DE MARÇO DE 2002)	321
“O BRASIL E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL” (21 DE MARÇO DE 2002)	322
AÇÃO TERRORISTA EM LIMA (22 DE MARÇO DE 2002)	322
NOTA SOBRE O AÇO (25 DE MARÇO DE 2002)	322
REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL EM GENEBRA (26 DE MARÇO DE 2002)	323
III SESSÃO DO COMITÊ PREPARATÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A CÚPULA MUNDIAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (NOVA YORK, 25 DE MARÇO A 5 DE ABRIL) (26 DE MARÇO DE 2002)	324
VISITA AO BRASIL DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI, JORGE BATLLE (BRASÍLIA, 1 E 2 DE ABRIL DE 2002) (28 DE MARÇO DE 2002)	326

ATENTADO TERRORISTA OCORRIDO ONTEM, DIA 27 DE MARÇO, EM NETANYA (28 DE MARÇO DE 2002)	326
ATAQUES À INFRA-ESTRUTURA DA AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA, EM 29 DE MARÇO (30 DE MARÇO DE 2002)	327
SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO (31 DE MARÇO DE 2002)	327
REUNIÃO DO CONSELHO DOS EMBAIXADORES DOS PAÍSES ÁRABES EM BRASÍLIA (03 DE ABRIL DE 2002)	328
XVI REUNIÃO DE CÚPULA DO GRUPO DO RIO (05 DE ABRIL DE 2002)	328
ASSISTÊNCIA CONSULAR (05 DE ABRIL DE 2002)	329
MENSAGEM DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO PRIMEIRO-MINISTRO DO REINO UNIDO (06 DE ABRIL DE 2002)	329
MENSAGEM DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (06 DE ABRIL DE 2002)	330
RESUMO EXECUTIVO DO RELATÓRIO NACIONAL BRASILEIRO SOBRE ENVELHECIMENTO (08 DE ABRIL DE 2002)	331
REFUGIADOS AFEGÃOS (08 DE ABRIL DE 2002)	334
SITUAÇÃO NA VENEZUELA (12 DE ABRIL DE 2002)	334
SITUAÇÃO NA PALESTINA (12 DE ABRIL DE 2002)	335

MISSÃO DE OBSERVADORES ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE TIMOR LESTE (12 DE ABRIL DE 2002)	335
DECLARAÇÃO DO GRUPO DO RIO SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA (12 DE ABRIL DE 2002)	335
SITUAÇÃO NA VENEZUELA (14 DE ABRIL DE 2002)	336
ACORDO SALVAGUARDAS OMC (15 DE ABRIL DE 2002)	336
ELEIÇÕES NO TIMOR LESTE (17 DE ABRIL DE 2002)	337
CONCURSO DE MONOGRAFIAS (19 DE ABRIL DE 2002)	337
BALANÇO DAS ATIVIDADES DO ITAMARATY AO LONGO DO ÚLTIMO ANO (19 DE ABRIL DE 2002) (INTERVENÇÃO CEP, CURITIBA 9 DE ABRIL DE 2002)	337
A POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NA QUESTÃO DA OPAQ (22 DE ABRIL DE 2002)	342
III REUNIÃO DO COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL PARA O PROTOCOLO DE CARTAGENA SOBRE BIOSSEGURANÇA (24 DE ABRIL DE 2002)	343
ATUAÇÃO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM TEL AVIV (26 DE ABRIL DE 2002)	344
CONFERÊNCIA GERAL DA UNCTAD (30 DE ABRIL DE 2002)	345
CRIAÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL PARA POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA (ACORDO ENTRE O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO - PNUD E O GOVERNO BRASILEIRO) (02 DE MAIO DE 2002)	346

VISITA DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR CHOIFI, AO GOLFO ARÁBICO (03 DE MAIO DE 2002)	347
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA ARMÊNIA, SENHOR ROBERT KOTCHARIAN (03 DE MAIO DE 2002)	347
NOTA SOBRE O CERCO À BASÍLICA DA NATIVIDADE (03 DE MAIO DE 2002)	353
LAFER MANIFESTA PREOCUPAÇÃO COM NOVA LEI AGRÍCOLA DOS ESTADOS UNIDOS (03 DE MAIO DE 2002)	354
DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA REPÚBLICA DA ARMÊNIA (07 DE MAIO DE 2002)	354
MISSÃO EMPRESARIAL DO SETOR AGROALIMENTAR A PARMA, ITÁLIA (10 DE MAIO DE 2002)	355
II CÚPULA AMÉRICA LATINA E CARIBE - UNIAO EUROPÉIA (10 DE MAIO DE 2002)	356
DECLARAÇÃO DO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE SOBRE O MASSACRE TERRORISTA EM BOJAYÁ – COLÔMBIA (10 DE MAIO DE 2002)	356
CÚPULA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO CINCO ANOS DEPOIS (CMA+5) ROMA, 10 A 13 DE JUNHO DE 2002 (13 DE MAIO DE 2002)	357
CERIMÔNIA SOBRE A AÇÃO AFIRMATIVA NO INSTITUTO RIO BRANCO, PRESIDIDA PELO CHANCELER CELSO LAFER, EM 14 DE MAIO, NO INSTITUTO RIO BRANCO (13 DE MAIO DE 2002)	357

LAFER PREVÊ QUE LEI AGRÍCOLA DOS ESTADOS UNIDOS AFETA NEGOCIAÇÕES NA OMC (14 DE MAIO DE DE 2002)	359
INTERVENÇÃO DO MINISTRO CELSO LAFER NA CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OCDE (PARIS, 16 DE MAIO DE 2002) - “COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO” (16 DE MAIO DE 2002)	360
II CÚPULA AMÉRICA LATINA E CARIBE - UNIÃO EUROPÉIA (MADRI, 17 DE MAIO DE 2002) (16 DE MAIO DE 2002)	362
MISSÃO EMPRESARIAL AOS PAÍSES NÓRDICOS (17 DE MAIO DE 2002)	363
PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA NO INSTITUTO RIO BRANCO (20 DE MAIO DE 2002)	364
COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-TIMOR LESTE (21 DE MAIO DE 2002)	365
CONSULTAS SOB O ARTIGO 4° DO ENTENDIMENTO SOBRE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS A RESPEITO DE SALVAGUARDAS DOS EUA A IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS (21 DE MAIO DE 2002)	366
REUNIÃO DO ÓRGÃO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC (22 DE MAIO DE 2002)	367
VISITA DO CHANCELER CELSO LAFER AO JAPÃO (22 A 27 DE MAIO DE 2002) (24 DE MAIO DE 2002)	368
AS POSIÇÕES ADOTADAS PELO BRASIL NA ALCA (24 DE MAIO DE 2002)	370
CONTENCIOSO: “CANADÁ – CRÉDITOS À EXPORTAÇÃO E GARANTIAS DE CRÉDITOS PARA AERONAVES REGIONAIS” (24 DE MAIO DE 2002)	371

MENSAGEM DE CONGRATULAÇÕES DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO AO PRESIDENTE ELEITO DA COLÔMBIA, ALVARO URIBE VELEZ (28 DE MAIO DE 2002)	371
IV REUNIÃO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ORGANIZAÇÕES DE PROMOÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (29 DE MAIO DE 2002)	372
NOTA DO MINISTRO CELSO LAFER SOBRE O FALECIMENTO DO EMBAIXADOR SETTE CÂMARA (31 DE MAIO DE 2002)	372
EXPOSIÇÃO DE ARTE CHINESA “CAVALEIROS DE XI’AN E A ARTE MILENAR CHINESA (03 DE JUNHO DE 2002)	373
IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) (05 DE JUNHO DE 2002)	374
DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL E DO PERU (07 DE JUNHO DE 2002)	374
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÃO PARA OS CANDIDATOS AFRO-DESCENDENTES ÀS BOLSAS-PRÊMIO VOCAÇÃO PARA A DIPLOMACIA (11 DE JUNHO DE 2002)	378
TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (12 DE JUNHO DE 2002)	379
CONGRESSO NACIONAL APROVA PROTOCOLO MODIFICATIVO AO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA (12 DE JUNHO DE 2002)	381
ACORDO DE PREFERÊNCIAS TARIFÁRIAS BRASIL-MÉXICO (12 DE JUNHO DE 2002)	383

CERIMÔNIA DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE DA CÚPULA SOBRE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (12 DE JUNHO DE 2002) 383

RELAÇÕES BRASIL - ANGOLA. LIBERAÇÃO DE CARGAS
PARA AJUDA HUMANITÁRIA E MISSÃO PROSPECTIVA
DA ABC A ANGOLA (19 DE JUNHO DE 2002) 384

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL: RATIFICAÇÃO
PELO BRASIL (20 DE JUNHO DE 2002) 385

ROTEIRO DE APRESENTAÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE
AS NEGOCIAÇÕES DA ALCA (20 DE JUNHO DE 2002) 385

GOVERNO BRASILEIRO CONDENA AÇÕES TERRORISTAS
NO ORIENTE MÉDIO (20 DE JUNHO DE 2002) 392

PROTOCOLO DE QUIOTO (21 DE JUNHO DE 2002) 392

ARTIGOS 395

ARTIGO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, PUBLICADO NA REVISTA ISTOÉ EM 7 DE
JANEIRO DE 2002 , INTITULADO “O BRASIL DANDO CERTO” 395

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER,
PUBLICADO NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO EM
25 DE MARÇO DE 2002, INTITULADO “PASSO ATRÁS” 399

ARTIGO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, 401
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, PUBLICADO
NO JORNAL ZERO HORA EM 28 DE ABRIL DE 2002,
INTITULADO “A FRANÇA E O FENÔMENO LE PEN”.

ARTIGO DO CONSELHEIRO HÉLIO VITOR RAMOS FILHO, CHEFE 405
DA ASSESSORIA DE RELAÇÕES FEDERATIVAS (ARF), PUBLICADO
NA REVISTA ESTADOS E MUNICÍPIOS EM 1º DE MAIO DE 2002,
INTITULADO “O ITAMARATY E AS RELAÇÕES FEDERATIVAS”

ARTIGO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, 407
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, PUBLICADO NO
JORNAL FOLHA DE S. PAULO EM 1º DE JUNHO DE 2002

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES 409
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, PUBLICADO EM 30 DE
JULHO DE 2002, NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, INTITULADO
“SUSPEITAS, INTERESSES E AS NEGOCIAÇÕES DA ALCA”

ENTREVISTAS

 415

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SENHOR PRESIDENTE DA 415
REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, AO CANAL DE TV
STB, DURANTE SUA VISITA À UCRÂNIA. 1 DE JANEIRO DE 2002

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SENHOR PRESIDENTE DA 417
REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, AO CANAL DE TV
INTER, DURANTE SUA VISITA À UCRÂNIA. 1 DE JANEIRO DE 2002

ÍNDICE REMISSIVO

 419



DISCURSOS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL “DIREITOS HUMANOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UM DIÁLOGO GLOBAL

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, NA SESSÃO DE ABERTURA DO SEMINÁRIO
INTERNACIONAL “DIREITOS HUMANOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:
UM DIÁLOGO GLOBAL”. BRASÍLIA, 8 DE JANEIRO DE 2002

Senhor Ministro da Justiça,
Senhor Presidente do Superior Tribunal de
Justiça e do Conselho da Justiça Federal,
Senhor Secretário de Estado dos Direitos
Humanos,
Senhores Embaixadores,
Senhores convidados,
Senhoras e Senhores,

É para mim uma grande honra, motivo de especial satisfação abrir este Seminário Internacional sobre direitos humanos e cooperação internacional.

Felicito o Ministro da Justiça, Dr. Paulo de Tarso Ribeiro; o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Doutor Nilson Naves; e o Secretário de Estado dos Direitos Humanos, Professor Paulo Sérgio Pinheiro, por esta iniciativa compartilhada com o Itamaraty e pela dedicação e empenho em promovê-la.

Senhoras e Senhores,

Um seminário como o que se concebeu, e que hoje se inaugura, somente se presta à

adequada interpretação num quadro que leve em conta a evolução dos direitos humanos no plano internacional e em cada um dos países que integram a comunidade das Nações.

Muito aprendemos, nas últimas décadas, a respeito da importância vital da defesa e promoção dos direitos humanos como forma de os valores ético-políticos da comunidade internacional se afirmarem. Nesse contexto, parece-me fundamental recordar um dos conceitos básicos do pensamento de Hannah Arendt, o “direito a ter direitos”, noção cada vez mais presente na base dos regimes democráticos contemporâneos.

O “direito a ter direitos”, explorado intelectualmente por Hannah Arendt, relaciona-se com a arguta observação de Bobbio, quando este indica a substituição da ênfase na noção de dever dos súditos pela dos direitos do cidadão. O poder do governante passa definitivamente a ter limites; a Razão de Estado é contida; introduz-se novo elemento integrante do conceito de

soberania. Abrem-se, enfim, perspectivas mais favoráveis à convergência que se deve sempre buscar entre Ética e Política.

A Conferência de Viena, de 1993, assegura avanços e abre novo ciclo de conquistas para a causa dos direitos humanos. O Brasil, cujas práticas democráticas se afirmam a cada dia, tem procurado seguir à risca os preceitos da Conferência de Viena e aperfeiçoar, no plano interno, a luta pelos direitos humanos em todas as suas dimensões.

Superado o longo ciclo autoritário, os direitos humanos passaram a integrar a agenda não apenas dos especialistas e da academia, mas também se inscreveram entre os valores que orientam a população deste país.

Nos seus dois mandatos o Presidente Fernando Henrique Cardoso pôs em prática inúmeras medidas para atender às reivindicações da sociedade nesse campo. Dispomos hoje de mecanismos de Estado para defender, promover e proteger os direitos humanos. Dentre eles cabe realçar a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos chefiada pelo Professor Paulo Sérgio Pinheiro, conhecido combatente na luta pelos direitos humanos no País. Estimulamos o diálogo com a sociedade civil e tratamos de criar, por meio da política econômica e de políticas públicas específicas, condições que viabilizem ações vigorosas, eficazes e sustentáveis no campo social, que afirmem os direitos humanos no País e contribuam para sanar o déficit social e a discriminação racial que marcam nossa história.

Dispomos de um Programa Nacional dos Direitos Humanos, que incorpora à preocupação com os direitos civis e políticos. Somos parte de todos os instrumentos internacionais que constituem o núcleo da promoção e proteção dos direitos humanos nas dimensões regional e planetária. Reconhecemos a existência do

racismo e da discriminação racial entre nós, tratamos de discuti-los de maneira profunda e passamos a adotar medidas para combatê-los. Reconhecemos plenamente as competências, inclusive jurisdicional, das instâncias regionais de direitos humanos - a Comissão e a Corte Interamericanas.

Formulamos convite aberto e permanente (standing invitation) a todos os mecanismos da Comissão de Direitos Humanos, para visita ao Brasil. Reconhecemos a competência do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de racismo e/ou discriminação racial ocorridas no Brasil. Assinalo que se encontra em curso processo de reconhecimento de competência similar do Comitê contra a Tortura. Apoiamos a adoção do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes.

Senhoras e Senhores,

O Presidente Fernando Henrique Cardoso vem enfatizando que há um mal-estar indisfarçável no processo de globalização, processo que tem ficado aquém de suas promessas. Partidários da globalização, entendemos que esta somente terá sustentabilidade histórica se incorporar a dimensão da justiça e da equidade.

Mas a globalização, como horizonte insuperável do nosso tempo, requer a reforma das instituições econômicas e financeiras. Não pode limitar-se ao triunfo do mercado. É necessário assegurar-se a incorporação da perspectiva ética, solidária e equitativa ao conceito de globalização, fazendo-o então compatível com a concepção moderna de desenvolvimento social e de respeito aos direitos humanos.

Outro fenômeno que me parece crucial na atualidade, inclusive no que se refere aos direitos humanos, é o terrorismo e as formas adotadas para combatê-lo. Uma vez mais

assinalo que o Brasil soma-se à defesa dos princípios e obrigações previstos no direito internacional, aí incluídos os referentes aos direitos humanos e humanitário; a lógica do medo não pode prevalecer sobre a necessidade da cooperação internacional.

Mencionei as distorções da globalização e a luta contra o terrorismo com o intuito de sublinhar o fato de que, apesar de todos os avanços ocorridos na metade final do Século XX, os direitos humanos não estão imunes a retrocessos. É necessário, particularmente nas conjunturas adversas, perseverar no caminho traçado por aqueles e aquelas que, nem bem cessados os ruídos da máquina da guerra no final dos anos 40, preconizaram a construção de mecanismos para um mundo necessariamente a ser também pautado pela Ética e pela Lógica dos direitos.

Senhoras e Senhores,

O Seminário Internacional “Cooperação Internacional e Direitos Humanos: um Diálogo Global”, que hoje inauguramos nesta Sala do Palácio Itamaraty, tem como eixo central a cooperação e o diálogo em direitos humanos na agenda internacional.

É nossa expectativa que o intercâmbio de idéias nos dois dias de sua duração sirvam para o conhecimento recíproco de experiências e permitam explorarmos juntos as possibilidades de cooperação que existem entre nossos países.

O formato flexível adotado para o Seminário, a partir de mesas-redondas temáticas, tem o mérito de estimular o diálogo franco e objetivo. Procurou-se ter ao redor de nossas mesas uma representação diversificada, seja do ponto de vista geográfico, cultural e político. É a partir da diversidade de percepções que o diálogo e o entendimento prosperam.

Desejo-lhes a todos muito sucesso.

Muito obrigado.



CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS, DURANTE VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À RÚSSIA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS. MOSCOU, 14 DE JANEIRO DE 2002

O Presidente Putin e eu acabamos de ter uma conversa franca e profícua, em que passamos em revista as relações bilaterais e a situação mundial.

Coincidimos em saudar o dinamismo do relacionamento entre o Brasil e a Rússia, sobretudo nos últimos tempos, para o que tem contribuído o trabalho da Comissão de Alto Nível presidida pelo Vice-Presidente Marco Maciel e pelo Primeiro-Ministro Mikhail Kassianov.

No ano passado, o comércio entre nossos países cresceu cerca de 50 por cento e poderá crescer muito mais ao longo dos próximos meses. Ressaltei, em particular, a importância que atribuímos ao mercado russo para as exportações brasileiras de carne, entre outros produtos.

Lembramos o caminho já percorrido para uma cooperação mais estreita em áreas de maior densidade tecnológica, como telecomunicações, indústria aeronáutica e exploração para fins pacíficos do espaço exterior.

A expectativa é a de que possamos de fato estabelecer uma parceria estratégica de longo prazo.

Estamos dispostos a identificar mecanismos financeiros que permitam a pronta intensificação do nosso intercâmbio.

Assinamos um Tratado de Extradução, que permitirá melhor coordenação no esforço de combate ao crime organizado. Foi também assinado um acordo de cooperação cultural.

Quero ressaltar o projeto magnífico que deu origem à Escola do Teatro Bolshoi na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina, que já é um grande êxito. Terei o prazer de visitar amanhã a exposição de fotografias sobre esse projeto no saguão do Teatro Bolshoi.

Quanto à situação internacional, o Presidente Putin e eu repassamos os entendimentos que temos mantido com outros líderes acerca de diversos temas de interesse mundial.

Meu diálogo com o Presidente Putin é facilitado pelas afinidades entre o Brasil e a Rússia.

Somos países continentais, multiétnicos, pluralistas, com uma reconhecida tradição diplomática e que compreendem o mundo segundo os princípios da democracia, da proteção aos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável, do respeito ao Direito Internacional.

Os acontecimentos de 11 de setembro tornaram ainda mais necessário o fortalecimento do diálogo político entre o Brasil e a Rússia.

Defendemos uma ordem multipolar, que se oriente segundo a igualdade entre os Estados e valorize o papel das Nações Unidas.

Reiteramos o repúdio do Brasil e da Rússia ao terrorismo e afirmamos nossa disposição em combater as redes de sustentação do terror e males conexos como o consumo e tráfico de drogas, o crime organizado, o contrabando de armas e a lavagem de dinheiro.

Recordei o apelo que fiz na ONU em favor do fim dos chamados paraísos fiscais, que constituem verdadeiros abrigos da corrupção, do crime organizado, do terror.

Falamos da necessidade de uma solução urgente – justa e definitiva – para o conflito entre israelenses e palestinos.

Comuniquei ao Presidente Putin a disposição do Brasil em trabalhar com a Rússia e outros países interessados na identificação de fórmulas que ajudem a instaurar a paz no Oriente Médio.

Reconhecemos a necessidade de que se preste ajuda humanitária ao Afeganistão no marco das Nações Unidas.

Expressamos nossa preocupação com os focos de tensão no continente africano, particularmente em Angola, e também na Ásia, entre Índia e Paquistão.

O Presidente Putin e eu partilhamos o entendimento de que a agenda internacional não deve ser monopolizada pelos temas da paz e da segurança, por relevantes que estes sejam.

Outras questões são igualmente cruciais para a conformação de uma ordem mais simétrica e solidária.

A começar pela necessidade de corrigir as distorções que afetam as finanças e o comércio internacional e penalizam, sobretudo, o mundo em desenvolvimento.

Concordamos quanto à necessidade de que sejam identificados meios capazes de conferir maior previsibilidade aos movimentos de capital. Instâncias como o Grupo dos 20 podem desempenhar um papel importante nesse esforço.

Também consideramos prioritário o combate ao protecionismo dos países ricos.

A expectativa é a de que os avanços alcançados na reunião da Organização Mundial do Comércio em Doha sejam traduzidos em conquistas concretas ao longo do processo negociador, que o Brasil espera conte com a valiosa participação da Rússia.

Saudei o interesse demonstrado pelo Presidente Putin por uma aproximação maior da Rússia com o Mercosul, interesse que também é do bloco. Comentei os expressivos resultados alcançados pelo Mercosul em termos de geração de comércio e renda no curto espaço de uma década.

Sobre a situação na Argentina, registrei o firme apoio que o Brasil tem prestado ao país-irmão para a superação da crise. Expressamos, o Presidente Putin e eu, nossa confiança na recuperação econômica da Argentina.

Ao final da entrevista, agradei ao Presidente Putin pela extraordinária acolhida que me tem sido dispensada, e a minha delegação, e estendi convite para que o Presidente da Rússia visite o Brasil em alguma data de sua conveniência ao longo deste ano. Para minha satisfação, o convite foi prontamente aceito.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DE MOSCOU

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DE MOSCOU. MOSCOU, 14 DE JANEIRO DE 2002

Sinto-me honrado com o título que me é concedido pela Universidade de Moscou.

Recebo a homenagem como um gesto de amizade ao Brasil e seu povo.

Não há como vir à Casa de Mikhail Lomonosov sem recordar a impressão profunda que sempre me causou a cultura russa.

A começar pela natureza da filiação deste país ao Ocidente, tema que percorre a história da Rússia e me parece revelar afinidades com a situação brasileira.

Costumo dizer que o Brasil é uma Rússia Tropical.

Quero com isso ressaltar o fato de os dois países estarem inseridos de maneira singular no Ocidente, de constituírem uma espécie de Outro Ocidente.

A imagem que de si projetam os povos russo e brasileiro foi construída ao longo de um diálogo duradouro e por vezes tenso com o pensamento ocidental, ora assumido como modelo, ora como espelho invertido daquilo que éramos ou nos sentíamos credenciados a ser.

Isto não ocorreu por conta do ânimo de nossas elites, mas está associado à própria formação étnica de ambas as nações.

Se a Rússia teve de contemporizar a influência ocidental com o passado eslavo e um rico mosaico de contribuições orientais, no Brasil a matriz ibérica transigiu com as culturas indígenas, africanas e dos vários povos que lá aportaram no decorrer dos últimos séculos, entre os quais milhões de árabes, judeus e asiáticos.

O processo de acomodação das idéias importadas com os padrões locais de organização social e econômica foi pleno de ambigüidades.

O empenho de Lomonosov e seus pares em naturalizar o discurso iluminista em ambiente marcado pela servidão encontra paralelo na conviência dos ideólogos da emancipação do Brasil com a escravidão e o latifúndio.

As idéias soavam construções no vácuo, tamanho era seu descompasso com a realidade.

Disso creio que se ressentiram Turguenev, Belinsky, Herzen e os demais “jovens radicais” ao lançarem mão do idealismo hegeliano no combate a Nicolau I.

Exatamente na mesma época – meados do século XIX -, um “bando de idéias novas” começou a ditar o discurso dos intelectuais brasileiros, como dizia Sílvio Romero.

Autores tão diversos quanto Tocqueville, Spencer e Comte foram mobilizados para nos ditar o caminho da modernidade.

O resultado foi uma adulteração do sentido das idéias, assimiladas para atender a fins por vezes opostos aqueles a que serviam nos países de origem, o que nem sempre implicou a legitimação do atraso.

Vejamos, por exemplo, como se deu a adoção do positivismo no Brasil. De emblema da ordem em Comte, a doutrina se resumiu entre nós a signo do progresso. Seus ímpetus uniformizadores se viram mitigados pela formação social brasileira, plural, desordenada.

Com o modernismo, já no século XX, levaríamos a crença no progresso ao paroxismo.

Sem os vícios das sociedades mais avançadas, puro, mas engenhoso, o povo brasileiro – como acreditava Oswald de Andrade – estaria credenciado a saltar do atraso para a modernidade, devorando o civilizador, produzindo uma ordem social mais amena e fraterna.

Foi o tempo em que Ana Akhmatova cunhava a expressão “estrela da manhã”, que tanto apelo teve para a esquerda, sequiosa de um novo tempo.

A expressão viria a constar de poemas de Carlos Drummond de Andrade e de Manuel Bandeira.

Malgrado a profecia dos poetas, o tempo anunciado não se fez presente. Ou, parodiando Vladimir Maiakovski, o futuro não desatou. Nem na União Soviética nem nas experiências afinadas com o socialismo real ao redor do mundo, inclusive na América Latina.

O pensamento conservador se apressou em identificar a Queda do Muro com o fim da história, quando, na verdade, ocorreu o contrário.

A falência do comunismo ajudou a desautorizar as concepções finalistas ou teleológicas da experiência humana. A história deixou de ter um desenlace necessário. A política se viu revalidada como um processo em aberto, sem atores privilegiados ou omniscientes.

Daí o prestígio renovado da democracia. Daí a aceitação generalizada de que o bem comum deve ser perseguido por regras sempre passíveis de atualização, desde que para tanto se manifeste a maioria, segundo procedimentos que acatem o dissenso, a diferença, o conflito.

É esta a linguagem hoje predominante na Rússia e também no Brasil: a linguagem da democracia, que os conservadores associam à ausência de utopias. Outro equívoco, sobretudo se pensamos em sociedades em permanente construção como o são a russa e a brasileira.

A imaginação de nossos povos é tão larga quanto o espaço de que dispõem. Talvez até por força do pluralismo cultural que lhes é inato e reclama a multiplicidade de pontos-de-vista. Nada nos soa, aos russos e aos brasileiros, unidimensional, definitivo, categórico.

Um intelectual amigo, Albert Hirschman, lembra que um dos ganhos teóricos do malogro do comunismo foi o de confirmar quão precária era a noção de que o conflito de classes era um dilema indissolúvel, refratário a soluções duradouras, sustentáveis.

Temo que nos últimos meses, na vaga dos atentados de 11 de setembro, outra falácia do gênero esteja seduzindo mentes, qual seja, a de que a humanidade estaria diante de uma nova “contradição antagônica”, que seria o conflito das civilizações ocidental e muçulmana.

Ignora-se que os dois mundos não são blocos monolíticos, que comportam variações e, se o dogma é comum a ambos, também o

são os valores da tolerância e da fraternidade.

Países como a Rússia e o Brasil sabem disso e podem concorrer para a prevalência de um ambiente menos volátil, mais transigente, o que requer um apoio decidido ao equacionamento do confronto entre israelenses e palestinos.

Inspirado na convivência harmoniosa entre suas comunidades árabe e israelita, que tanto têm contribuído para a coesão nacional, o Brasil está pronto a se coordenar com a Rússia na discussão de fórmulas que possam ajudar a pôr termo ao conflito no Oriente Médio.

Vejo outros campos possíveis para atuação conjunta em momento da vida internacional que sabemos de transição, de busca de paradigmas, que não precisam surgir ex nihilo, mas podem representar a confirmação de tendências delineadas ao longo dos últimos anos.

Penso, por exemplo, na causa da proteção internacional dos direitos humanos, que permite uma qualificação salutar do princípio da soberania e a reafirmação de preceito caro ao legado iluminista, que é a caracterização do homem como medida de todas as coisas.

Que saibamos cooperar, Rússia e Brasil, para que instrumentos como o Tribunal Penal Internacional logo entrem em operação, inibindo a barbárie, o genocídio, a abominável prática das limpezas étnicas.

Sem igual dramaticidade, mas relevante para a sobrevivência de milhões, sobretudo na África, é o imperativo de eximir o tratamento de epidemias da lógica crua do mercado.

Entre a sacralização do instituto de patentes e o socorro às vítimas de Aids, o Brasil não hesita. Defende a opção humanitária, que se vê merecedora de crescente receptividade na comunidade dos Estados.

Se a obsessão pelo lucro não deve prevalecer sobre os reclames humanitários,

tampouco se justifica que coloque em cheque o bem-estar de nossos povos.

Refiro-me ao problema ainda pendente da volatilidade dos fluxos financeiros, que tanto ônus trouxe a russos e brasileiros, a despeito da preocupação de nossos Governos com a correção dos indicadores econômicos.

Tenho insistido e continuarei a fazê-lo sobre a necessidade de um monitoramento político dos movimentos de capital.

Na verdade, o objetivo é mais amplo e passa pelo reconhecimento de que a economia está globalizada, mas a política não. O mundo carece de mecanismos de governança que adequem as exigências do mercado às necessidades das comunidades nacionais.

O sistema de Bretton Woods está obsoleto, se é que algum dia cumpriu os objetivos para os quais foi criado.

O Banco Mundial precisa ser habilitado a promover o desenvolvimento e o FMI dotado de meios para assegurar liquidez ao sistema financeiro internacional.

Cumprir valorizar o Grupo dos 20 como espaço de convergência entre o mundo desenvolvido e os países emergentes.

Os rumos da globalização, pela universalidade de seus efeitos, não podem ficar à mercê de instâncias restritas como o Grupo dos Sete ou o Grupo dos Oito.

Também em nome da legitimidade, o sistema das Nações Unidas carece de atualização.

O Conselho de Segurança deve ser ampliado e reformado para melhor refletir a realidade de nossos dias.

Em muitas dessas propostas, quiçá em todas, o Brasil e a Rússia podem caminhar juntos.

O importante, de todo modo, é que compreendamos a crise internacional como

oportunidade de repensar os padrões de convivência entre os povos.

Não se trata de aderir à máxima Nietzscheana de “aquilo que não me destrói fortalece-me”.

Mas de reconhecer que uma ordem internacional mais solidária, se um dia emergir, será função de propostas, do debate de idéias.

Vim a Rússia partilhar anseios, mas também colher ensinamentos de uma tradição talvez única no apreço às idéias como motor da história.

Isaías Berlin nos lembra que foi aqui, nos idos de 1870, que se cunhou o termo *intelligentsia*, desde então empregado ao redor do mundo para designar àqueles ocupados em perseguir pela força da razão a liberdade e a justiça.

A luta das idéias exige devoção, tenacidade, persistência, paixão, tudo aquilo que se costuma associar à alma russa.

Recebam, meus caros anfitriões, como povo e como cultura, o meu aplauso.

Aplauso que não é somente meu, mas de todos os brasileiros, orgulhosos como somos de nossa alma, tropicalmente russa.

Muito obrigado.

ALMOÇO OFERECIDO AO CHANCELER FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR GERHARD SCHRÖDER

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO AO CHANCELER FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR GERHARD SCHRÖDER. BRASÍLIA, 14 DE JANEIRO DE 2002

Tenho ainda muito presente a lembrança de minha última visita à Alemanha, no ano 2000.

Hoje, com grande satisfação, volto a receber Vossa Excelência no Brasil, Chanceler Schröder, e dentro de alguns dias estaremos juntos em Estocolmo para uma nova reunião de Líderes da Rede para Governança Progressista.

A frequência de nossos contatos bastaria para indicar a proximidade que tem caracterizado as relações entre nossos países e governos.

Quero saudar a comitiva que acompanha Vossa Excelência, cuja representatividade é um estímulo para o aprofundamento de nossa cooperação.

O significado desta sua visita ao Brasil, Chanceler Schröder, vê-se reforçado por desenvolvimentos recentes no cenário internacional.

Penso, antes de tudo, no 11 de setembro, data fatídica em que o terrorismo pretendeu impor o medo e comprometer a segurança e a tranquilidade das nações.

Tornou-se imperiosa a necessidade de reafirmar valores fundamentais tão caros ao Brasil e à Alemanha: a paz, a democracia, a promoção dos direitos humanos e das liberdades individuais, a liberdade religiosa, a

tolerância, o repúdio ao racismo e à xenofobia.

Esta preocupação remete à inaceitável situação no Oriente Médio, marcada pelo sofrimento cotidiano dos povos palestino e israelense.

O Brasil dá ao mundo o exemplo de convivência harmoniosa entre suas comunidades de origem árabe e judaica. Este mesmo espírito está presente em todas as comunidades, como a de origem alemã, que vieram contribuir para a construção da nação brasileira e a ela integrar-se.

É com esta inspiração que temos reclamado a criação de um Estado palestino democrático, pacífico, coeso e viável, ao lado de Israel, cuja existência como Estado soberano e seguro o Brasil sempre defendeu.

Não há qualquer dúvida de que os atentados de 11 de setembro têm graves implicações para o mundo.

Mas é importante que o combate ao terrorismo não desvie nossas atenções de outras questões fundamentais de interesse global, como a luta pelo desenvolvimento e por uma ordem internacional mais justa e equilibrada.

Para isso, o êxito da reunião de Doha constitui uma grande oportunidade.

Cabe agora a todos os governos e grupos de países dar uma demonstração de responsabilidade, disposição para o diálogo e flexibilização de posições.

Isso é absolutamente necessário para que o novo ciclo de negociações multilaterais de comércio se transforme efetivamente em uma “rodada do desenvolvimento”. Necessário para que sejam corrigidas as distorções que hoje afetam o comércio internacional.

Senhor Chanceler Federal,

Nesta manhã, constatamos uma extraordinária convergência de percepções, interesses e valores.

A parceria Brasil-Alemanha tem natureza verdadeiramente estratégica, e nossos Governos coincidem plenamente com essa avaliação.

Como coincidimos com a necessidade de estreita coordenação em reuniões como a Conferência de Monterrey sobre financiamento do desenvolvimento; a Cúpula América Latina e Caribe – União Européia, em Madri; e a Cúpula “Rio Mais Dez” sobre desenvolvimento sustentável, a realizar-se em Joanesburgo.

A atuação coordenada de Brasil e Alemanha nas reuniões sobre meio ambiente tem contribuído para aproximar as posições dos países em desenvolvimento e da União Européia, como no que diz respeito ao Protocolo de Kioto.

É também digna de nota a coincidência de nossos pontos de vista quanto à reforma das Nações Unidas e, em particular, do Conselho de Segurança.

Brasil e Alemanha partilham da convicção de que a composição atual do Conselho não mais reflete a realidade internacional de nossos dias. Devemos, por isso, dotá-lo de maior representatividade e legitimidade.

Nossos dois governos acreditam também ser necessário aperfeiçoar o sistema financeiro internacional.

O Brasil reconhece a importância da entrada em circulação do Euro, no início deste ano.

Esperamos que esta seja uma contribuição efetiva para a conformação de um sistema monetário internacional mais estável e equilibrado.

Em nossas conversações de hoje, voltamos a destacar a importância das negociações para o estabelecimento de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia.

O engajamento da Alemanha é crucial para a conclusão desse projeto tão importante para as economias de nossos países e de nossas regiões.

Quero ressaltar a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos demais dirigentes dos países da União Européia, que, após um período de dificuldades, decorrente, entre outros fatores, da existência de diferentes políticas econômicas em nosso bloco, encontra-se agora o Mercosul diante de melhores e mais promissoras condições para retomar sua trajetória de êxitos.

Tenho plena confiança na capacidade da Argentina, grande nação irmã, em superar as dificuldades com que se defronta atualmente, graças aos imensos recursos materiais e humanos de que dispõe, à criatividade de seus trabalhadores e empresários e à determinação de seus governantes.

Chanceler Schröder,

Justamente porque as relações entre o Brasil e a Alemanha são tão ricas, densas e dinâmicas, há nelas sempre espaço para novos projetos, novas iniciativas e novos impulsos.

É este um momento muito propício para que a Alemanha trate de expandir e diversificar o seu envolvimento econômico com o Brasil.

Muito me alegra que, durante sua visita, tenhamos podido avançar nesta área, com a adoção de um plano de ação comum e de uma iniciativa específica para o estímulo de investimentos alemães em infra-estrutura e energia.

Termino dizendo que a riqueza e a variedade do relacionamento Brasil-Alemanha estão a exigir novas modalidades de diálogo entre as respectivas sociedades civis.

Impõe-se, por isso, apoiar o estabelecimento de novos canais de entendimento em nível não-governamental, sempre dentro da observância dos princípios do pluralismo e da transparência.

Por tudo aquilo que nos une, peço a todos que me acompanhem em um brinde pela exemplar parceria entre o Brasil e a Alemanha, e pela saúde e felicidade de meu querido amigo Gerhard Schröder.



VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À FEDERAÇÃO RUSSA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO RUSSA, SENHOR VLADIMIR PUTIN. MOSCOU, 15 DE JANEIRO DE 2002

Agradeço muito a Vossa Excelência o gesto de nos receber, a Ruth e a mim, bem como a comitiva brasileira, neste Palácio que tanto evoca os feitos do povo russo.

Pude sentir o pulso desta nação quando aqui estive com outras personalidades, entre as quais meus colegas e amigos Alain Touraine e Manuel Castels, para ver de perto as transformações dramáticas por que passava a União Soviética.

Se posso ressaltar algo daquela experiência, foi a percepção clara de que o povo russo se sentia senhor de sua história e dela faria o melhor, como de fato tem feito.

Vejo a amizade que hoje prospera entre a Rússia e o Brasil como uma profecia auto-realizável.

São muitas as afinidades a concorrer para que sejamos próximos um do outro, a começar por nossa formação multiétnica.

Dispomos de espaços continentais e, por isso mesmo, estamos comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Nossos países passaram por intenso processo de modernização e se vêem agora ingressando em novo ciclo de crescimento.

A democracia é um valor maior para russos e brasileiros, assim como o é a determinação de

lutar por um sistema internacional multipolar.

Aqui reside o eixo das posições coincidentes da Rússia e do Brasil.

Valorizamos as tendências que depõem a favor de uma ordem mais fraterna, equânime e democrática.

Repudiamos o terrorismo por ferir os mais basilares princípios da humanidade.

E estamos empenhados no combate à rede de sustentação do terror e a males conexos como o crime organizado, o consumo e tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro.

Mas nos vemos igualmente preocupados com as causas do dogmatismo e da intolerância.

Nada, absolutamente nada justifica que israelenses e palestinos continuem reféns do ódio e da violência.

Em 1948 o Brasil foi protagonista na defesa de um Estado soberano e seguro para o povo judeu.

Agora o Brasil reclama que o povo palestino possa prosperar sob o abrigo de um Estado democrático, coeso e economicamente viável.

O Presidente Putin sabe da disposição de meu Governo em atuar ao lado da Rússia e de outros países interessados na identificação de fórmula que ajude a restaurar a paz no Oriente Médio.

Sei que também encontro receptividade no Governo russo para o entendimento de que a agenda internacional não deve ficar restrita aos temas de paz e segurança, por importantes que estes sejam.

Outras questões merecem nossa atenção, até por sua importância para a ordem mais simétrica que idealizamos.

O Brasil e a Rússia foram vítimas da volatilidade do capital financeiro.

Na verdade, fomos vítimas de um tempo em que a economia foi globalizada, mas a política não. Inexiste um mecanismo efetivo de monitoramento político dos movimentos de capital. Urge criá-lo.

Como também é essencial que se amplie o escopo das deliberações sobre os grandes temas econômico-financeiros.

O Brasil vê o Grupo dos Vinte como espaço para um diálogo profícuo entre o mundo desenvolvido e os países emergentes.

Acompanhamos com muito interesse as negociações para a entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio, que esperamos logo se concretize.

O Brasil conta com a Rússia para que os avanços alcançados em Doha possam ser traduzidos em conquistas concretas, particularmente na garantia de maior acesso a mercados para o mundo em desenvolvimento.

Se existe um obstáculo real no caminho da liberalização das trocas internacionais, esse obstáculo é o protecionismo dos mais ricos.

Mas somente do Brasil e da Rússia depende o redimensionamento das relações econômicas bilaterais.

E para tanto não falta vontade política.

Já se observa um notável incremento do intercâmbio, muito por conta do trabalho

da Comissão de Alto Nível, presidida pelo Primeiro-Ministro Mikhail Kassianov e pelo Vice-Presidente Marco Maciel.

É amplo o potencial a ser ainda explorado, sobretudo em áreas de elevado valor agregado como energia, telecomunicações e indústria aeronáutica.

Também nos animam as perspectivas de cooperação na utilização do espaço exterior, ambiente que deve ser reservado, assim pensam a Rússia e o Brasil, para fins exclusivamente pacíficos.

Não posso concluir sem saudar o fato de que também no mundo da cultura o diálogo se intensifica.

O encanto mútuo jamais deixou de existir.

Há quase dois séculos Alexandre I ajudou o Barão de Langsdorff, Cônsul-Geral da Rússia no Rio de Janeiro, a realizar uma extraordinária expedição naturalista pelo interior do Brasil.

Os brasileiros passaram a conhecer melhor sua exuberante natureza graças ao desassombro de Gregori Ivanovitch, como era aqui conhecido Langsdorff.

Agora o agente da aproximação é o Teatro Bolshoi com a abertura da escola em Joinville, que já se tornou uma referência em dança clássica na América do Sul.

Sei que outras iniciativas prosperaram no meio-tempo, mas o fundamental é que o Brasil sempre se beneficiou do espírito franco e generoso do povo russo.

Um espírito que tem despertado a mais viva admiração e estima do povo brasileiro.

Só me resta solicitar aos presentes que me acompanhem em um brinde à saúde e felicidade de Vossa Excelência, Presidente Putin, e ao futuro – que já se faz presente – da amizade entre nossas duas grandes nações.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À UCRÂNIA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM JANTAR
OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA UCRÂNIA, SENHOR LEONID
KUTCHMA. KIEV, UCRÂNIA, 16 DE JANEIRO DE 2002

É com grande orgulho que realizo a primeira visita de um Presidente do Brasil à Ucrânia.

Não gozo do privilégio de ser o primeiro Chefe de Estado brasileiro a estar em Kiev, já que o Imperador D. Pedro II me antecedeu em mais de um século. Aqui estive em 1876, quando também visitou Odessa e Sebastopol.

Tampouco sou o primeiro brasileiro a saudar o povo e as lideranças deste país. Outros já o fizeram, com mais talento. Castro Alves, nosso poeta maior, fez coro a Byron, Lizst e Victor Hugo na louvação a Ivan Stepanovitch Mazepa, o Príncipe da Ucrânia.

A minha mensagem, de político, com passagem pela academia, é mais prosaica, sem perder o significado, agora que me faço porta-voz dos melhores votos do povo brasileiro ao estimado povo da Ucrânia, que tanto contribuiu para a formação do Brasil.

Há mais de um século os ucranianos estão presentes na vida brasileira, da literatura à política, da agricultura à indústria, participando do cadinho de culturas que é o Brasil.

Os brasileiros de origem ucraniana somam hoje mais de quatrocentos mil.

Os vínculos entre a Ucrânia e o Brasil não se resumem, portanto, aos dez anos de relacionamento diplomático, por profícuos que estes tenham sido.

O diálogo vem de muito antes e tem um lastro de que poucos parceiros dispõem, que é a dimensão humana, a saga dos imigrantes. Ainda que integrados à terra que os acolheu, eles prezam suas raízes e são desde sempre agentes de aproximação entre a antiga e a nova pátria.

Por isso, sei que respondo a um anseio coletivo ao vir a Kiev partilhar com Vossa Excelência, Presidente Kutchma, impressões sobre a realidade internacional e os caminhos que se oferecem para o adensamento das relações entre Brasil e Ucrânia.

São muitos os que afiançam que o mundo mudou após os eventos de 11 de setembro nos Estados Unidos.

Sou mais receptivo à leitura de que as mudanças ainda estão em gestação e assumirão o contorno que lhes imprimam a vontade dos Estados e a opinião pública internacional.

Daí a relevância de um diálogo continuado entre países com preocupações universalistas como o são Brasil e Ucrânia.

Os atentados mostraram quão imperiosa é a necessidade de uma ampla concertação contra o terror, flagelo que viola os princípios mais básicos da convivência internacional.

Mas se é chegada a hora de uma luta sem tréguas contra o terrorismo, também se

impõe um tratamento resolutivo das causas do dogmatismo e da intolerância.

Isto nos remete à inaceitável situação no Oriente Médio. É imperioso que se equacione de forma justa e definitiva o conflito entre árabes e israelenses.

Sob a inspiração do convívio harmonioso entre suas comunidades muçulmana e judaica, o Brasil tem reclamado a criação de um Estado palestino democrático, coeso e economicamente viável, sem prejuízo da existência de Israel como Estado soberano, livre e seguro.

Mas quero partilhar também com Vossa Excelência, Presidente Kutchma, a expectativa de que a agenda internacional não se veja restrita aos temas de paz e segurança.

Outros desafios são de igual interesse para a construção de uma ordem mundial mais solidária e simétrica.

A começar pela necessidade de corrigir as distorções que afetam as finanças e o comércio e penalizam, sobretudo, o mundo em desenvolvimento.

A volatilidade do capital financeiro é um bom exemplo. Por mais desassossego que a ação dos especuladores tenha causado nas diferentes regiões do mundo, o problema continua sem solução e requer a ação decidida da comunidade internacional para ser superado.

É indispensável identificarmos os meios capazes de conferir maior previsibilidade aos movimentos de capital. Instâncias como o Grupo dos 20 podem desempenhar um papel importante nesse esforço.

O Brasil também vê como prioritário o combate ao protecionismo dos países ricos, que tem privado o resto do mundo de divisas, renda e emprego.

A expectativa é a de que os avanços alcançados na reunião da Organização Mundial do Comércio em Doha sejam traduzidos em conquistas concretas ao longo do processo negociador, que esperamos conte com a valiosa participação da Ucrânia.

Acompanho as negociações que se desenvolvem em Genebra para a liberalização do comércio bilateral e estou certo de que logo resultarão em acordo benéfico para ambos os países.

O comércio precisa ser ampliado e diversificado para fazer jus às potencialidades da Ucrânia e do Brasil.

Essa é a firme disposição do Governo e do empresariado brasileiro, que sei correspondida pelo lado ucraniano.

Sabemos que não faltam possibilidades para o reforço do intercâmbio, como bem demonstram os entendimentos já em curso nas importantes áreas de telecomunicação, siderurgia, mineração, indústria aeronáutica e energia.

Por seu interesse estratégico, resalto a cooperação no campo energético, que já motivou troca de visitas ministeriais.

Confio em que possamos em breve desenvolver projetos conjuntos como a construção de turbinas a gás e a exploração e produção de petróleo no Mar Negro.

Não menos promissora me parece ser a cooperação para o uso pacífico do espaço exterior, em que prosperam as tratativas com vistas à utilização pela Ucrânia do Centro de Lançamentos de Alcântara.

A Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica saberá identificar outros setores de ponta onde seja possível o

pronto incremento do intercâmbio científico e tecnológico.

Poderia deter-me em outras dimensões do relacionamento bilateral onde reconhecemos haver amplo espaço para a convergência de esforços, como o setor bancário, a medicina nuclear e a saúde pública.

Mas prefiro lembrar que esse vasto cenário de possibilidades somente se afigura possível por conta do extraordinário processo de modernização por que tem passado este país sob a condução determinada e esclarecida de Vossa Excelência.

A constatação não é apenas minha, mas de todas as autoridades brasileiras que tiveram a satisfação de estar em contato com a Ucrânia ao longo dos últimos anos, como as lideranças dos Estados do Paraná e do Rio de Janeiro.

Quero concluir reiterando a irrestrita confiança que tenho na aproximação crescente entre a Ucrânia e o Brasil, uma aproximação que se dá em todos os níveis de Governo, mobilizando também Estados e Municípios.

E não poderia ser de outra maneira, disseminado como é no Brasil o sentimento de admiração pela luta e tenacidade do povo ucraniano.

Convido os presentes a me acompanharem em um brinde à saúde e felicidade de Vossa Excelência, Presidente Kutchma, e ao futuro das relações entre a Ucrânia e o Brasil.



SEMINÁRIO “DOHA E O PÓS-DOHA: NOVOS CENÁRIOS DA NEGOCIAÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL”

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO “DOHA E O PÓS-DOHA: NOVOS CENÁRIOS DA NEGOCIAÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL”. SÃO PAULO, 24 DE JANEIRO DE 2002

A realização, pelo terceiro ano, deste evento promovido pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, com a colaboração do Escritório do Itamaraty nesta capital, é ilustrativo do interesse do agronegócio paulista e nacional em acompanhar os temas que relacionam o comércio internacional e a realidade cotidiana da agropecuária brasileira.

Felicito o Governo do Estado de São Paulo - na pessoa do Governador Geraldo Alckmin e do Secretário João Carlos de Souza Meirelles - por mais esta iniciativa e pela dedicação e empenho que colocaram em promovê-la e dar-lhe o destaque que merece. Ressalto ainda a especial colaboração do Embaixador Renato Prado Guimarães, que, com a experiência que lhe vem de muitos anos, personificou a participação organizacional do Itamaraty na concretização deste encontro. Tenho especial satisfação em estar aqui presente para este debate e troca de idéias sobre o que foi feito e o que estará por fazer no plano internacional.

Senhoras e Senhores,

Gostaria de iniciar minha apresentação tecendo considerações breves sobre a importância do setor agropecuário do ponto

de vista da política externa brasileira. São considerações de caráter geral, mas que eu gostaria de sublinhar logo de início, pois definem os objetivos maiores que vem sendo buscados pelo Itamaraty nas negociações comerciais internacionais. Já tive a oportunidade de assinalar, em mais de uma ocasião, que a tarefa da política externa é a de traduzir necessidades internas em possibilidades externas. Uma vez que o interesse do agronegócio paulista e nacional é o de gerar um maior desenvolvimento agrícola para o país, e contribuir para a obtenção de “superávits” comerciais, a política externa deve, de forma correspondente, buscar identificar e gerar oportunidades para esse desenvolvimento, e fazer presente, nos mercados internacionais, a competitividade das exportações do agronegócio brasileiro.

Creio, assim, que a melhor contribuição que a política externa pode dar para o desenvolvimento do setor do agronegócio consiste em não se desviar da prioridade de abertura de novos mercados para nossos produtos agrícolas e de reduzir as distorções nos mercados mundiais em decorrência dos

subsídios internos e às exportações dos países desenvolvidos. Embora todos os setores da economia brasileira tenham potencial para ganhos de renda e eficiência com o aumento do comércio exterior, em nenhum setor as vantagens que decorrerão de um maior acesso são tão claras como no caso do agronegócio. Por esta razão gostaria de salientar, nestas palavras iniciais, que o Brasil tem explicitado de forma inequívoca em todos os foros negociadores – na Organização Mundial do Comércio, OMC; na Área de Livre-Comércio das Américas, ALCA; nas negociações com a União Européia- que a abertura de mercados para nossos produtos agrícolas é condição sine qua non para nossa adesão a qualquer acordo comercial.

Senhoras e Senhores,

A Reunião Ministerial de Doha não representou apenas o lançamento de mais uma Rodada de negociações comerciais na OMC. Seu significado para o Brasil transcende a esfera do comércio e do próprio foro negociador multilateral em questão. A bem-sucedida reunião no Catar propicia as condições para delimitar os contornos de um ciclo de fundamental importância para a atuação comercial externa brasileira nos próximos anos.

Embora este Seminário tenha se proposto a debater os resultados de Doha e seus desdobramentos, é impossível avaliar os desafios brasileiros em matéria agrícola sem analisar todo o quadro negociador que teremos pela frente. Pelo menos dois outros marcos de grande importância para a agricultura nacional precisam ser incorporados a essa análise. Refiro-me às discussões em curso para a definição dos métodos e modalidades para o início das negociações efetivas de acesso a mercado na ALCA, e à reunião do Comitê de Negociações Birregionais Mercosul-UE (o

VII CNB), a ser realizada em Buenos Aires na segunda semana de abril próximo.

Nos debates ocorridos nesses três foros, amplamente cobertos pela mídia e cujas repercussões têm gerado variadas manifestações de autoridades públicas e personalidades do setor privado, ficam evidentes os desafios do Brasil e do Mercosul em fazer avançar satisfatoriamente seus pleitos em torno do comércio internacional de produtos agrícolas.

Antes, porém, de tratar do horizonte negociador ampliado, tecerei algumas considerações sobre os resultados da reunião ministerial de Doha para o Brasil, em especial sobre o mandato agrícola. Passarei, em seguida, a considerar os contornos do posicionamento do País nessa matéria, à luz, sobretudo, de avaliação sobre a simetria de tratamento do tema agrícola nas três frentes negociadoras.

Os resultados alcançados pelo Brasil com a reunião ministerial de Doha podem ser avaliados por vários ângulos.

Do ponto de vista que eu chamaria de “benefício sistêmico”, Doha representou a vitória do multilateralismo. No contexto externo repleto de incertezas dos últimos anos, a ausência ou a paralisia de foros apropriados à mediação de conflitos e divergências entre as nações tende a favorecer o recrudescimento da desconfiança, das medidas de força, do unilateralismo.

No âmbito comercial, a sensação de “vácuo” que se seguiu à malograda III Conferência Ministerial, em Seattle, não poderia prolongar-se, sob pena de gerar ambiente fértil ao ressurgimento do protecionismo entre as grandes potências do comércio internacional, em detrimento do sistema multilateral de comércio como um todo. Isso acrescentaria maior imprevisibilidade

às já existentes “áreas de incertezas” do sistema econômico internacional, como, por exemplo, as decorrentes da ausência de marcos regulatórios suficientes para os fluxos de capitais entre países.

Nesse contexto, o lançamento da uma nova rodada adquire especial significado para países que detêm recursos médios de poder e com interesses diversificados, como o Brasil. Se persistissem os impasses que levaram ao “hiato de governabilidade” oriundo de Seattle, a própria viabilidade da OMC e do multilateralismo estariam em questão, o que poderia estimular o recurso a um regionalismo exacerbado, em benefício daqueles atores detentores de maiores recursos de poder dentro do sistema.

Outro ângulo de análise que permite identificar os benefícios auferidos pelo Brasil é o do “paralelismo do processo negociador”. Neste caso, com o lançamento de negociações mais amplas, que abarcam conjunto significativo de temas, criam-se condições mais favoráveis aos interesses brasileiros, uma vez que existem maiores possibilidades de *trade off*, isto é, de barganha, à luz do conjunto de benefícios e concessões que cada país faz em cada um dos temas próprios da negociação.

A inclusão de investimentos, acesso a mercados de bens não-agrícolas, meio ambiente e *anti-dumping*, por exemplo, no conjunto de temas de negociação, permite a todos os parceiros atuar com base nessa premissa de ganhos e concessões. Esse elemento é essencial para que países e grupos como União Européia, Japão e mesmo os Estados Unidos possam justificar internamente concessões maiores em agricultura.

A terceira perspectiva para avaliação dos resultados de Doha é a da análise dos mandatos específicos definidos para cada um dos temas

que estavam sobre a mesa de negociação. Seria impossível, neste curto tempo de que dispomos aqui, fazer uma apreciação, mesmo que sucinta, sobre cada um deles. Destaco apenas, como referência, as relações entre propriedade intelectual (entenda-se sobretudo patentes de medicamentos) e saúde pública, por um lado, e as discussões sobre medidas *anti-dumping*, por outro. São ambas questões de grande interesse para o Brasil, a respeito das quais as decisões alcançadas em Doha apontam em direções muito auspiciosas.

Neste evento, importam as decisões adotadas pelos Ministros sobre o mandato agrícola, ou seja, sobre aquilo que será negociado na OMC a partir de 2002. O mandato prevê negociações com vistas à redução substancial das medidas de apoio interno que distorcem o comércio, à melhora significativa nas condições de acesso a mercado e, por fim, à eliminação dos subsídios às exportações de produtos agrícolas.

Embora não contemple, na sua totalidade, os avanços pretendidos pelo Brasil em matéria agrícola, o texto do mandato reflete o anseio da maioria significativa dos membros da OMC por mudanças profundas no comércio internacional de produtos agrícolas, sabidamente o mais protegido e o mais distorcido. É significativa a presença da expressão *phasing out*, que se refere a um processo de progressiva eliminação, dos subsídios às exportações. Sobre esse assunto, deve-se lembrar que todas as oito rodadas de negociações mantidas no GATT até 1995 não foram suficientes para corrigir as disparidades no comércio de bens agrícolas, e, pelo contrário, geraram certos desequilíbrios em favor dos países desenvolvidos.

A União Européia, por exemplo, ainda mantém direito a usar 6,7 bilhões de euros ao ano para subsidiar suas exportações. Os

Estados Unidos, por sua vez, embora não utilizem o “modelo clássico” dos subsídios às exportações como políticas de fomento às exportações, têm financiado suas vendas ao exterior principalmente por meio dos créditos às exportações. Estes últimos, por disporem de prazos distendidos de pagamento e taxas de juros concessionais, acabam produzindo efeitos equivalentes aos subsídios às exportações. Apenas a título de exemplo, é necessário lembrar que programas como o *Export Credit Guarantee Program* (GSM-102) e *Intermediate Export Credit Guarantee* (GSM-103), dispõem de um mínimo anual de até 5,5 bilhões de dólares para alocação como seguro de créditos. Por inspiração brasileira, o tema dos créditos às exportações de produtos agrícolas consta como um dos temas da agenda negociadora da nova rodada, no bloco referente aos temas de implementação.

Outro tema de grande importância em agricultura refere-se às medidas sanitárias e fitossanitárias, em especial ao pleito brasileiro de revisão do procedimento de notificação para esclarecer os tipos de medidas a serem obrigatoriamente notificadas à OMC. O tema é de especial interesse tendo em vista os impactos negativos decorrentes da aplicação intempestiva de medidas que não se encontram amparadas por critérios científicos apropriados. Os senhores se recordarão de que o Brasil sentiu literalmente na carne, com o episódio da Vaca Louca, como preocupações com a saúde humana e animal podem ser utilizadas com fins protecionistas. As medidas canadenses, posteriormente retiradas, são um bom exemplo dessa nova face do protecionismo disfarçado em preocupações sanitárias e fitossanitárias.

Os subsídios à produção, por fim, completam o quadro de desequilíbrio predominante no

comércio agrícola internacional. A União Européia, por exemplo, despeja quase 100 bilhões de euros por ano em políticas internas que distorcem o comércio. São as políticas de apoio interno à produção norte-americana, contudo, que têm gerado importantes prejuízos ao Brasil, ao deprimir os preços internacionais. O baixo preço da soja em grão é um exemplo de desse tipo do efeito negativo das políticas de apoio interno abusivas. E a elaboração da nova Lei Agrícola dos EUA, atualmente em discussão no Congresso, sinaliza a possibilidade de manutenção desse tipo de política nos próximos anos. Nesse tema, o mandato de Doha reforça o pleito do Brasil para que se procure desvincular gradativamente o apoio concedido à produção, processo chamado *decoupling*, pelo qual tais pagamentos já não estariam relacionados à quantidade produzida. Desta forma, procura-se evitar que essas políticas contribuam para a criação de excedentes agrícolas expressivos e conseqüentemente, de preços artificialmente baixos, em prejuízo de países produtores como o Brasil.

Também vale notar a linguagem adotada sobre tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, assunto de grande importância política e comercial presente no mandato de Doha. Esse “princípio” permite que os países em desenvolvimento possam manter algumas exceções às obrigações gerais definidas pelos Acordos da OMC, que lhes permitam utilizar políticas ativas de desenvolvimento rural. Boa parte dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por exemplo, justifica-se mediante tratamento especial e diferenciado, conforme definido no artigo 6.2 do Acordo Agrícola da OMC.

A definição de cronograma para o estabelecimento das modalidades de negociação e para a submissão de novos compromissos em matéria agrícola foram importantes não só para definir o ritmo das negociações em agricultura, mas também porque permitem a conjugação e o paralelismo com os calendários das negociações em curso na ALCA e nas negociações birregionais com a União Européia. Países como o Brasil, que estão envolvidos em mais de uma frente de negociação, podem, dessa forma, explorar as janelas de oportunidade oferecidas por cada frente com relação às demais.

Por fim, o mandato agrícola foi benéfico por aquilo que ele não contém. Não será reaberto, por exemplo, o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, o que certamente propiciaria espaço para as discussões sobre o chamado “princípio da precaução”, que tanto preocupa o Brasil e outros países produtores de bens agrícolas. A aplicação de tal princípio preocupa países como o Brasil no sentido de que nossas exportações possam sofrer medidas restritivas ou discriminatórias, com base em evidências científicas esparsas, ou pouco convincentes. Evitou-se, ainda, menção à chamada “multifuncionalidade” da agricultura. As preocupações não-comerciais (*non-trade concerns*) serão levadas em consideração nas negociações, mas não obtiveram o *status* que pretendiam lhe atribuir a União Européia e outras delegações que partilhavam desse ponto de vista.”

Com base nesses pressupostos, passo a considerar a opção de se estabelecerem vínculos formais entre as três frentes negociadoras principais (OMC, ALCA e Mercosul-União Européia), nas quais o tema agrícola corresponde à centralidade dos interesses brasileiros.

No âmbito hemisférico, o compromisso do Brasil em obter a total liberalização em matéria agrícola tem sido uma constante.

Na ALCA, o Brasil atua em coordenação com os demais países do Mercosul. Como resultado desse trabalho de coordenação, foi criado, em 1998, um grupo específico para as discussões em agricultura, o GNAG, Grupo de Negociação sobre Agricultura, que já foi, aliás, presidido sucessivamente por Argentina e Brasil.

Decorridos três anos de negociações, é patente a crescente polarização entre dois projetos para a agricultura na ALCA. De um lado, os países da América do Norte, que buscam transcrever para o Grupo as disciplinas agrícolas acordadas no NAFTA. De outro, os países do Mercosul, que pleiteiam disciplinas mais rígidas que as da OMC, com vistas à plena liberalização do comércio agrícola hemisférico.

No âmbito da ALCA existe nítida tendência a que as discussões estejam concentradas em acesso a mercados. E é nesse campo que caberia ao Brasil e ao Mercosul procurar ganhos significativos.

Permito-me, neste ponto, recordar o tema da chamada *Trade Promotion Authority*, isto é, da autorização do Congresso americano para a negociação de acordos comerciais, cujos dispositivos provisórios despertaram uma série de manifestações negativas por parte de vários setores do Governo e da sociedade brasileira no final de 2001. Apesar de o processo legislativo nessa matéria ainda estar em curso, a versão atual da *Trade Promotion Authority* seguramente dificultará o andamento das negociações, uma vez que estabelece limitações, do ponto de vista do mecanismo negociador, em áreas de grande

interesse para o Brasil. Deve-se esclarecer, contudo, que o TPA, em seu formato atual, autoriza o Executivo a colocar todo o universo tarifário na mesa de negociação. Há, porém, uma lista de cerca de 300 posições tarifárias, entre as quais se incluem produtos de interesse específico do Brasil, como suco de frutas e carnes, que estarão sujeitos a consultas no âmbito de vários comitês do Congresso, complementadas por estudos de impacto da *International Trade Commission* e de parecer do *United States Trade Representative*, USTR.

Isso não significa, gostaria de ressaltar, que os resultados da negociação estejam já determinados ou fadados ao fracasso. A TPA, em seu formato atual, não impede que se chegue a um bom resultado final nas negociações do ponto de vista de países exportadores de bens agrícolas, como o Brasil, ainda que, é forçoso reconhecer, torne esse bom resultado mais difícil de ser alcançado.

Gostaria de lembrar, ainda sobre esse assunto, que a tramitação da TPA deve ser vista como um sinal de efetivo engajamento norte-americano nas negociações. Vejo, assim, de forma auspiciosa que a administração republicana dos Estados Unidos tenha logrado convencer aqueles congressistas mais influenciados pela ação dos *lobbies* que temem uma maior liberalização comercial. Com a tramitação da TPA, os Estados Unidos sinalizam ao mundo o que querem e o que não querem para as negociações comerciais.

Para a próxima etapa, cujos desafios estimo significativos com o início efetivo das negociações em matéria de acesso a mercados, o Brasil fará valer os seus interesses prioritários e continuará a atuar como legítimo demandante em termos de acesso aos principais mercados hemisféricos e de eliminação de subsídios agrícolas. Será essencial explicitar as várias alternativas de redução do arsenal protecionista dos nossos

parceiros da ALCA, em especial quanto a picos e escalada tarifária, quotas, bandas de preços e salvaguardas especiais.

Não acredito, portanto, que se deva olhar para a ALCA como um exercício fadado a uma confrontação insolúvel, em função da atual versão do TPA. As negociações estão em pleno curso, e os resultados finais estão longe de serem conhecidos. Nesse sentido, as posições que o Brasil virá a assumir na negociação dependerão da postura adotada pelos Estados Unidos no decorrer do processo, e obedecerão ao princípio da reciprocidade, tendo em vista a obtenção de efetiva equivalência entre os benefícios auferidos e concessões realizadas. A dinâmica do processo negociador será regida, assim, na perspectiva brasileira, por esse princípio que, conforme já salientei em outra oportunidade, é composto por duas partículas, “ré” e “pró”, as quais, ao explicitar do ponto de vista semântico esse movimento de progressão e regressão, bem descrevem a atitude que a diplomacia brasileira deverá ter nessa matéria .

O TPA torna mais evidente, repito, o desafio do Mercosul de evitar que a futura área de livre comércio das Américas se torne apenas uma extensão do NAFTA no que se refere às disciplinas comerciais agrícolas.

Ressalto, por último, dois aspectos do calendário da ALCA para os próximos meses. Primeiro, a importância de se definir os métodos e modalidades até abril deste ano, de forma que o início das negociações em matéria de acesso a mercados possa ocorrer já a partir de maio. O segundo aspecto refere-se ao contexto institucional das negociações: Brasil e Estados Unidos assumem, em outubro de 2002, a co-presidência do Comitê de Negociações Comerciais, marcando o início da etapa final do processo, que deverá encerrar-se em 2005.

Mercosul - UE

A exemplo da ALCA, o objetivo básico do Acordo Mercosul-União Européia, no campo comercial, deverá ser o de garantir melhores condições de acesso aos respectivos mercados. Apesar de a União Européia já se constituir na principal importadora de produtos agrícolas do Mercosul, o potencial para ampliação da nossa presença naquele mercado é muito grande.

O desafio principal ao avanço da agenda negociadora birregional decorre exatamente das conhecidas sensibilidades internas da União Européia em matéria agrícola. As resistências manifestadas pelos europeus em Doha em aceitar mandato mais ambicioso em agricultura estarão presentes também no tabuleiro negociador birregional. Isto implicará seguramente negociações difíceis para remover as restrições tarifárias e não-tarifárias que produtos do interesse exportador do Mercosul enfrentam na UE. Igualmente difícil será a definição de certas disciplinas para temas tão diversos quanto o de subsídios à exportação e à produção, que poderiam eventualmente anular os benefícios de um acesso preferencial sob o ponto de vista das tarifas.

No entanto, nem mesmo a agenda negociadora repleta de temas potencialmente conflitivos impediu que União Européia e Mercosul pudessem intercambiar suas primeiras ofertas em matéria de redução e eliminação de tarifas.

A proposta do Mercosul levou em conta aspectos como: prazo de carência para o início da desgravação; diferentes cronogramas de desgravação, em princípio, limitados a 10 anos; e opção por quotas preferenciais que assegurem acesso efetivo já nos primeiros anos de implementação do acordo para aquelas categorias de produtos que se beneficiem de períodos mais longos de desgravação.

O Brasil e o Mercosul têm realçado a importância de singularizar as discussões relativas ao acesso a mercados de produtos agrícolas, dada a prevalência, do lado europeu, de variado arsenal protecionista composto de picos tarifários, escalada tarifária, preços de entrada, tarifas sazonais, quotas, entre outros. A nossa principal tarefa nos próximos meses reside não só em criar as condições para a realização da VII Reunião do CNB, a realizar-se em Buenos Aires, como também fazer avançar as tratativas que visam à melhora das ofertas iniciais de parte a parte.

Ressalto, por fim, a expectativa de que no médio prazo a Política Agrícola Comum, PAC, seja revista. Tal revisão ocorrerá não apenas em função das contradições internas do modelo agrícola europeu, a exemplo dos eventos recentes envolvendo a crise da Vaca Louca e da Febre Aftosa, mas também dos condicionantes geopolíticos de expansão à Leste. É difícil imaginar a extensão pura e simples do atual padrão de financiamento da agricultura européia para países como Polônia, Hungria e República Checa, em função das limitações orçamentárias da própria União Européia.

Simetris fsd frentes de negociação

As perspectivas que se oferecem nas três frentes (OMC, ALCA e Mercosul-União Européia) exigem avaliações periódicas dos rumos das negociações e das vantagens relativas de cada uma delas.

Em virtude das especificidades do comércio agrícola e da reconhecida sensibilidade atribuída aos setores internos dos principais atores envolvidos e do Brasil -- ainda que por razões totalmente opostas--, será difícil aquilatar ganhos reais fazendo mover isoladamente as peças de um dos tabuleiros negociadores, sem consideração pelos demais.

Exemplo dessa “interdependência” entre os processos negociadores é o fato de que certas expectativas de acesso a mercado podem ser anuladas se não forem acompanhadas de disciplinas adicionais sobre subsídios às exportações e medidas de apoio interno, como os subsídios ao produtor.

Por outro lado, rebaixas tarifárias por parte do Brasil só se justificariam caso as distorções vigentes no comércio internacional de produtos agrícolas também fossem resolvidas ou grandemente atenuadas. Reduzir a negociação agrícola à sua vertente tarifária pode resultar, numa hipótese pessimista, em não obter acesso real e, ademais, expor setores importantes da agricultura nacional à competição desleal.

As negociações da ALCA e entre Mercosul e União Européia apresentam peculiaridades que as distinguem das discussões na OMC. Sem prejudicar os desdobramentos futuros nessas duas frentes negociadoras, sabe-se que nem Estados Unidos nem União Européia pretendem fazer concessões significativas em relação a suas políticas horizontais para agricultura. Ambos têm deixado evidente em várias ocasiões a disposição em alterar sua política agrícola apenas no contexto de uma nova Rodada na OMC.

Destaco, ainda, que não se deve desconsiderar interesses norte-americanos e europeus em ampliar sua presença comercial no mercado agrícola brasileiro em itens cuja demanda interna é atualmente suprida por produtores nacionais. Será necessário avaliar com cautela os possíveis impactos negativos internos decorrentes de compromissos brasileiros de redução tarifária. Esses compromissos, caso não sejam acompanhados por contrapartidas reais da União Européia e dos Estados Unidos quanto às suas políticas de fomento à produção

e promoção às exportações, continuarão a prejudicar sensivelmente o comércio de produtos agrícolas entre as partes.

Ainda assim, o Brasil continuará a singularizar nessas três frentes de negociação os vários elementos, além das tarifas, que dificultam e muitas vezes impedem o fluxo comercial de produtos agrícolas, com vistas a reiterar uma mensagem clara: no relacionamento recíproco com os parceiros com que se associa, o interesse do Brasil é o de negociar acesso real ao mercado de seus interlocutores naqueles itens em que é competitivo, além de não expor setores internos à concorrência desleal.

Estou seguro de que as especificidades de cada uma das três frentes de negociação mencionadas requererão acomodações e cursos de ação peculiares no tratamento do tema agrícola, cuja conveniência operacional e conceitual será avaliada oportunamente, tendo presente a grande importância social e econômica da agricultura brasileira.

Desejo concluir minha exposição com algumas observações sobre a preparação levada a cabo no Itamaraty com vistas a fazer frente aos desafios citados. No início de minha apresentação lembrei que a política externa nada mais é do que traduzir necessidades internas em possibilidades externas. Esse processo de tradução requer, como não poderia deixar de ser, um meio adequado para sua realização, que deve ocorrer de forma coordenada com os demais órgãos do Governo que detêm responsabilidades afetas aos temas da agenda internacional de que o Brasil é parte. Isto significa, na prática, que o órgão responsável pela execução da política externa, além da já mencionada e indispensável coordenação em nível intra-governamental, deve estar aparelhado para receber e processar

as informações oriundas da sociedade civil e do empresariado, transformando-as em ações concretas que resultem em maior benefício da coletividade. Gostaria de ressaltar, assim, conjunto de medidas adotadas para conferir ao MRE instrumental adicional voltado ao contexto negociador que se avizinha:

- a) O Departamento Econômico do Itamaraty foi reestruturado e novas Divisões temáticas foram criadas com vistas a permitir um acompanhamento mais detalhado dos grandes temas em negociação. Essa reestruturação teve como objetivo criar Divisões específicas para os temas principais objeto das negociações comerciais internacionais; assim, foram criadas unidades específicas para tratar de acesso a mercados, propriedade intelectual, defesa comercial e contenciosos na OMC ou no Mercosul, que se somaram às já existentes para as áreas de agricultura e produtos de base, bem como de serviços e investimentos.
- b) Um conjunto de 20 novos diplomatas, recém-egressos do Instituto Rio Branco, foi enviado à Missão do Brasil junto às Comunidades Européias e à Delegação do Brasil em Genebra, para treinamento intensivo em negociações comerciais e, de volta ao Brasil, imediatamente incorporado ao Departamento Econômico.
- c) Tem-se estimulado a presença frequente de acadêmicos e consultores, das mais

diversas áreas, nas discussões mantidas no Ministério. Estudos estão sendo encomendados a esses especialistas sobre uma variada gama de assuntos de interesse negociador do Brasil.

d) Destaco, por fim, a importância de foros coordenados pelo Itamaraty, como a SENALCA, a SENEUROPA e o GICI, que se tem constituído em instrumento essencial para que a sociedade civil esteja convenientemente informada dos desdobramentos das negociações da ALCA, tendo em vista que as posições defendidas pelo Governo na mesa de negociações devem estar em sintonia e refletir os anseios da sociedade brasileira no seu conjunto.

Os negociadores brasileiros, beneficiados e motivados pela convivência constante com o cenário interno de diversidade que caracteriza o meio rural, estão hoje melhor informados e equipados para interagir com os operadores econômicos brasileiros da área do agronegócio e, com eles, estabelecer o balizamento adequado para a defesa dos interesses nacionais nessa área. É nesse contexto que se inserem eventos como este, que estimulam o debate e contribuem para conformar a posição brasileira, dar-lhe sentido de prioridade e criar condições para que se logre colocar o agronegócio paulista e brasileiro na posição de destaque que haverá de ter nos grandes mercados mundiais.

Muito obrigado.



BRAZIL-US BUSINESS COUNCIL

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, “A AGENDA COMERCIAL DO BRASIL PARA 2001”. *BRAZIL-US BUSINESS COUNCIL*, 1 DE FEVEREIRO DE 2002

Eu gostaria de inicialmente agradecer ao *Brazil-US Business Council* por esta oportunidade de compartilhar algumas idéias sobre a agenda econômica e comercial do Brasil para este ano.

Este é o último ano do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. É o coroamento de um período de reformas e ajustamento estrutural sem precedentes.

O Presidente Cardoso entregará a seu sucessor uma economia em condições muito melhores do que a que assumiu. A conquista da estabilidade macroeconômica restaurou os instrumentos de gestão pública. Pela primeira vez em sua história, o Brasil tem um orçamento digno desse nome. O sistema bancário foi reestruturado para operar com eficiência em um ambiente de baixa inflação. As dívidas dos estados e municípios foram reescaladas. A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal eliminou uma das maiores ameaças à solvência dos diversos níveis de Governo. O equilíbrio atuarial de longo prazo da previdência social foi assegurado. O controle da dívida pública é ainda mais notável por ter coincidido com o reconhecimento de dívidas e déficits que anteriormente não estavam registrados nas estatísticas oficiais. As privatizações e a

desregulamentação abriram à concorrência alguns dos setores mais importantes da economia. A liberalização comercial continuou a contribuir para a modernização da economia brasileira.

Após 10 anos de reformas quase ininterruptas, os efeitos podem ser vistos em quase todas as partes: nas finanças públicas, na produtividade do trabalho, em diversas medidas de competitividade das exportações. Mas o resultado em termos de crescimento das exportações tem sido desapontador. No período 1993 a 2001, as exportações totais aumentaram apenas 51%. As exportações para a União Européia cresceram 81% e para os Estados Unidos, 46%. As exportações para o Japão em 2001 foram 14% menores do que em 1993. Em contraste, as importações totais aumentaram 120%. As importações provenientes dos Estados Unidos e da União Européia cresceram cerca de 150% no mesmo período de 8 anos; as importações provenientes do Japão, em torno de 60%.

O déficit do Brasil em conta corrente, que se situa em torno de 3-4% do PIB, é o principal problema pendente em um quadro que, no geral, é favorável. Embora não seja excessivo pelos padrões históricos para um país em

desenvolvimento que está crescendo, o déficit em conta corrente aumenta a vulnerabilidade aos choques externos. A necessidade de conter o déficit externo é, no momento, a maior limitação ao crescimento econômico brasileiro.

Mesmo com todas as ressalvas que se possam fazer à evolução das variáveis econômicas ao longo do tempo, não há como negar a importância das barreiras comerciais como um fator determinante na baixa taxa de crescimento de nossas exportações para os principais mercados. Subsídios, quotas e tarifas extremamente elevadas têm mantido o crescimento do comércio agrícola próximo à tendência histórica, ou seja, a cerca de metade da taxa de crescimento do comércio total. Nossas exportações de manufaturados, por sua vez, ainda são prejudicadas por picos e escalonamentos tarifários e por barreiras não tarifárias.

Para dar um exemplo específico, cerca de 60% das exportações brasileiras para os EUA são afetadas por picos tarifários, restrições sanitárias ou fitossanitárias ou medidas *antidumping* e/ou compensatórias. Embora a tarifa média norte-americana seja reduzida, os EUA mantêm picos tarifários para importantes produtos de exportação brasileiros, como açúcar, tabaco, suco de laranja e têxteis. A tarifa média incidente sobre os 15 principais produtos exportados pelo Brasil para os EUA em 1999 foi de 45,6%. Em contraste, a tarifa média aplicada aos 15 principais produtos da pauta de exportações dos EUA para o Brasil foi de apenas 14,3%.

É claro que nós preferiríamos corrigir os atuais desequilíbrios com mais comércio, e não por meio de restrições. É por isto que estamos engajados em negociações de livre comércio nas Américas e com a União Européia. É por isto que apoiamos o lançamento de uma nova

rodada de negociações comerciais na OMC. É dessas negociações que passo a tratar agora.

No ano passado, as últimas peças do quebra-cabeças entraram no lugar. A União Européia comprometeu-se com a negociação de um acordo de livre comércio com o Mercosul. O acordo deverá ser concluído em 2005, a mesma data acordada na Cúpula de Québec para o término das negociações da ALCA. O Brasil não apoiou a idéia, aventada no ano passado, de antecipação das negociações. Isto não se deveu a nenhuma relutância em relação à liberalização comercial, mas sim a um senso de realismo. As negociações da ALCA são complexas, não apenas para o Brasil, mas também para os Estados Unidos, e as discussões em curso sobre a *Trade Promotion Authority* são a prova disso.

A nova rodada de negociações na OMC também deverá ser concluída em 2005. A coincidência de prazos é um reconhecimento de que as diferentes negociações são complementares. Não há sentido em um acordo de redução de tarifas agrícolas, por exemplo, sem um compromisso simultâneo para a proibição de subsídios à exportação e de disciplinamento de medidas de apoio interno.

O ano de 2002 será decisivo. Na ALCA, aproxima-se o prazo de 15 de maio, estabelecido na Declaração Ministerial de Buenos Aires para o encerramento das negociações sobre métodos e modalidades e para o início efetivo das negociações de acesso a mercados.

Em novembro, após a Reunião Ministerial de Quito, o Brasil e os Estados Unidos assumirão a co-presidência das negociações da ALCA. Estaremos compartilhando a responsabilidade pela condução das negociações em suas etapas finais e mais difíceis. Não será fácil, mas estamos em condições de enfrentar esse desafio. Nosso esforço conjunto oferece a melhor perspectiva para a conclusão tranquila

de um acordo da ALCA que efetivamente sirva para abrir mercados e promover o comércio no Hemisfério. Acredito também que esse empreendimento conjunto contribuirá para reforçar a compreensão mútua e para fortalecer ainda mais nossas relações bilaterais.

Na OMC, estão-se dando os primeiros passos da nova rodada. Tem havido discussões um tanto longas sobre a presidência do Comitê de Negociações Comerciais, uma posição que o Brasil acredita que deva ser ocupada pelo Diretor Geral da Organização. A questão deverá ser resolvida proximamente e as negociações propriamente ditas poderão ter início.

O Brasil encara essas negociações com a mente aberta e com a disposição de levar em consideração as preocupações de todos os Membros. É absolutamente necessário, no entanto, resolver os atuais desequilíbrios e deficiências na regulamentação do comércio internacional. O exemplo mais gritante, é claro, é o da agricultura. Chegou a hora de igualar as regras aplicáveis ao comércio agrícola àquelas que se aplicam aos bens industriais. Não se trata apenas de uma questão de eficiência ou de lógica: é um imperativo moral. E é também indispensável para a sobrevivência a longo prazo da OMC como uma organização relevante.

É desnecessário dizer que a liderança e o comprometimento dos Estados Unidos serão fundamentais para o sucesso dessas negociações. O maior grau de abertura e flexibilidade demonstrados pelos EUA em relação às questões de implementação na OMC possibilitaram o lançamento da rodada em Doha. A mesma visão será necessária para levar a bom termo a ALCA e a rodada.

Eu estaria sendo omisso, no entanto, se não expressasse com clareza nossas preocupações. Um dos principais itens de minha agenda aqui

em Washington é a ameaça que a investigação de salvaguardas dos EUA representa para as exportações brasileiras de aço. Após vários anos enfrentando todo o tipo de barreiras – inclusive sobretaxas para supostamente compensar subsídios concedidos ainda antes da privatização do setor -, as usinas brasileiras enfrentam agora uma nova manifestação do protecionismo siderúrgico norte-americano. Essas usinas, que estão entre os mais competitivos produtores privados do mundo, e que praticamente não aumentaram suas exportações para os EUA nos últimos anos, podem vir a pagar um preço devido à ineficiência de produtores nos EUA, ameaçados por um surto de importações provenientes da Ásia e da Rússia.

A evolução da política agrícola dos Estados Unidos também nos causa preocupação. Os subsídios agrícolas em 2000 alcançaram US\$ 30 bilhões, mais de três vezes a média do período 1990-1997. Os EUA gastaram quase US\$ 3 bilhões de dólares para garantir preços mínimos para seus produtores de soja. Essa quantia equivale a dois terços do valor total das exportações brasileiras de soja, o principal produto da pauta de exportações agrícolas do Brasil. Isto é ainda mais surpreendente em vista das críticas que os EUA fazem aos subsídios e ao protecionismo agrícola da União Européia. Em agricultura, é hora de os EUA fazerem o que pregam e pararem de esbanjar subsídios.

Estes são apenas dois exemplos de políticas norte-americanas que afetam diretamente os interesses do Brasil e, indiretamente, os próprios interesses dos EUA. Através de seu impacto nas exportações brasileiras, as restrições que os EUA impõe a nossas exportações de aço e de produtos agrícolas também limitam nossa capacidade para aumentar as importações de produtos norte-americanos. Elas também influenciam a opinião pública no Brasil, ainda

mais em um ano eleitoral. Após ter efetuado um processo radical, e por vezes doloroso, de liberalização comercial unilateral, os brasileiros estão particularmente sensíveis em relação à atitude dos países ricos quanto às suas próprias barreiras comerciais. É isto que explica a reação no Brasil ao projeto de TPA aprovado pela Câmara de Representantes em novembro, que chamou nossa atenção para as dificuldades que enfrentaremos nas negociações da ALCA em temas de vital interesse exportador para nós. Embora a conduta interna das negociações seja uma questão interna dos EUA, não é demais repetir que, como indica o bom senso, o grau de disposição demonstrado pelos EUA para lograr uma efetiva liberalização do comércio será correspondido por uma disposição recíproca de nossa parte.

Muito obrigado.

VISITA OFICIAL DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA À SUÉCIA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM ALMOÇO COM EMPRESÁRIOS, POR OCASIÃO DE SUA VISITA OFICIAL À SUÉCIA. ESTOCOLMO, 22 DE FEVEREIRO DE 2002

Desejo manifestar minha satisfação por esta oportunidade tão valiosa para um diálogo com representantes da sociedade e do setor empresarial da Suécia.

Estou aqui como Presidente de um país que ao longo dos últimos anos realizou avanços sem precedentes na economia e no esforço de desenvolvimento social.

Como todos os demais países, sujeitos às vicissitudes do cenário econômico internacional, marcado no momento atual pelo desaquecimento das maiores economias, após anos de crescimento robusto.

Superpondo-se aos fatores propriamente econômicos, os ataques terroristas de 11 de setembro evidenciaram novas razões de preocupação.

Nesse contexto, o Brasil vem realizando um esforço duplo:

Em primeiro lugar, consolidamos internamente o trabalho que nos permitiu pôr a casa em ordem.

Fortalecemos a estabilidade econômica, a responsabilidade fiscal, e impulsionamos ao mesmo tempo o avanço da justiça social, na saúde, na educação, na criação de empregos e na criação de uma verdadeira rede de proteção social.

Em segundo lugar, procuramos no plano externo contribuir para que se alcance um padrão mais equitativo, menos “selvagem” de globalização, buscando favorecer formas concretas de solidariedade entre os países, para benefício de todos.

Quanto à situação econômica no Brasil, gostaria de ressaltar que, após a crise vivida pelo Brasil no final de 1998 e início de 1999, quando ocorreu a desvalorização do Real, nossa economia teve recuperação notável.

Não se concretizaram as catástrofes previstas pelos mais pessimistas em 1999 e, já no ano 2000, verificou-se a retomada do crescimento, com a expansão do PIB em torno de 4,6%.

Em 2001, enfrentamos novamente uma conjuntura internacional adversa, com a desaceleração do crescimento global, e um problema que não estava previsto: a crise no setor de energia elétrica no Brasil, que teve impacto negativo, embora limitado, sobre o desempenho da economia.

Mas a crise do setor elétrico brasileiro está agora inteiramente superada. A população soube responder, reduzindo o consumo em cerca de 20% durante vários meses, o que permitiu que o país atravessasse sem traumas uma conjuntura de escassez.

Dias atrás, anunciei o fim do racionamento. Mais uma razão para que tenhamos segurança quando afirmamos que a economia brasileira está em rota de crescimento com estabilidade.

Em 2001, a inflação foi de 7,67% e a taxa de crescimento deverá ter sido algo em torno de 2,25%. A previsão para o próximo ano é de mais crescimento e menos inflação. Não preciso lembrar que em 1993, antes do Plano Real, a inflação havia sido de 2.477%.

Paralelamente, houve uma melhora sensível no setor externo da economia. Nos últimos meses, verificou-se uma tendência de apreciação da taxa de câmbio. Isso foi importante para mostrar que, no regime de flutuação adotado desde o início de 1999, o Real pode flutuar para baixo, mas também pode flutuar para cima, quando for o caso.

Com a recuperação das exportações e a perda de força das importações, chegamos a um superávit comercial de 2 bilhões e 600 milhões de dólares em 2001.

O crescimento das exportações brasileiras não reflete meramente uma competitividade baseada em variações cambiais. É claro que o câmbio tem algum efeito.

No entanto, em última análise, o que faz a diferença é o fato de que a indústria brasileira, como resultado da abertura comercial e da estabilização da moeda, vem tendo ganhos de produtividade da ordem de 6,5% ao ano, em média.

Também a agricultura brasileira tem demonstrado sua vocação de ganhos de produtividade e de competitividade. A estimativa para a safra 2001-2002 é a de que ultrapássemos a cifra de 100 milhões de toneladas de grãos.

Nada disso é por acaso. E nada disso é segredo.

Não é por acaso que o Brasil recebeu, em 2001 – que foi um ano de retração dos fluxos internacionais de capital – cerca de 23 bilhões de dólares em investimento estrangeiro direto. No ano 2000, a cifra havia sido ainda mais expressiva: em torno de 30 bilhões de dólares.

Esses investimentos são uma demonstração de confiança no presente e no futuro do Brasil.

O empresariado sueco sempre deu mostras dessa confiança. Há uma tradição significativa de investimentos suecos no Brasil, que se manteve mesmo em períodos de crise e que, hoje, continua a ampliar-se e a diversificar-se.

Há mais de 150 empresas suecas no Brasil, e a Suécia figura entre as onze maiores fontes de investimento estrangeiro no Brasil, com um estoque total de mais de 2,6 bilhões de dólares.

Há indicações de planos substanciais de investimento para os próximos anos.

Também no plano comercial a Suécia é um parceiro importante do Brasil. Temos uma corrente bilateral de comércio que gira em torno de 1 bilhão de dólares, com saldo desfavorável para o Brasil.

Saldo desfavorável significa, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade.

Desafio e oportunidade para os exportadores brasileiros, que devem procurar uma presença mais forte no mercado sueco, e também para os dois Governos, aos quais cabe definir condições propícias para que cada país possa fazer valer suas vantagens competitivas.

Hoje em dia, poucos duvidariam da necessidade de avançar em direção a um padrão mais solidário, mais humano de globalização. E a forma concreta pela qual melhor pode manifestar-se, em nosso tempo, a solidariedade entre os países é a abertura dos mercados mais ricos e mais dinâmicos aos produtos dos países em desenvolvimento.

Isso mostra o quanto é importante, para nós, a negociação entre o Mercosul e a União Européia com vistas à liberalização do comércio entre os dois blocos.

Temos grande expectativa com relação a essa negociação, e esperamos que a Suécia possa contribuir para que os entendimentos entre Mercosul e União Européia se concluam com êxito.

O Mercosul é um aspecto central da inserção externa do Brasil. Está baseado em um projeto de longo prazo, que é da mais alta prioridade para nossa política exterior.

Dias atrás, estive na Argentina e pude ver de perto os esforços que o governo e o povo daquele país estão empreendendo para superar suas dificuldades econômicas.

Não há dúvida de que a Argentina vive uma conjuntura adversa. Mas é igualmente certo que o país tem sobrados recursos humanos e materiais para, com o apoio da comunidade internacional, enfrentar com êxito esse grande desafio, como tantos outros que já soube enfrentar em sua história.

O dinamismo da economia brasileira e do Mercosul –que ganha, agora, novo impulso – abre perspectivas promissoras em nosso relacionamento com a Suécia.

Mas o relacionamento entre dois países como Brasil e Suécia não pode depender apenas dos governos.

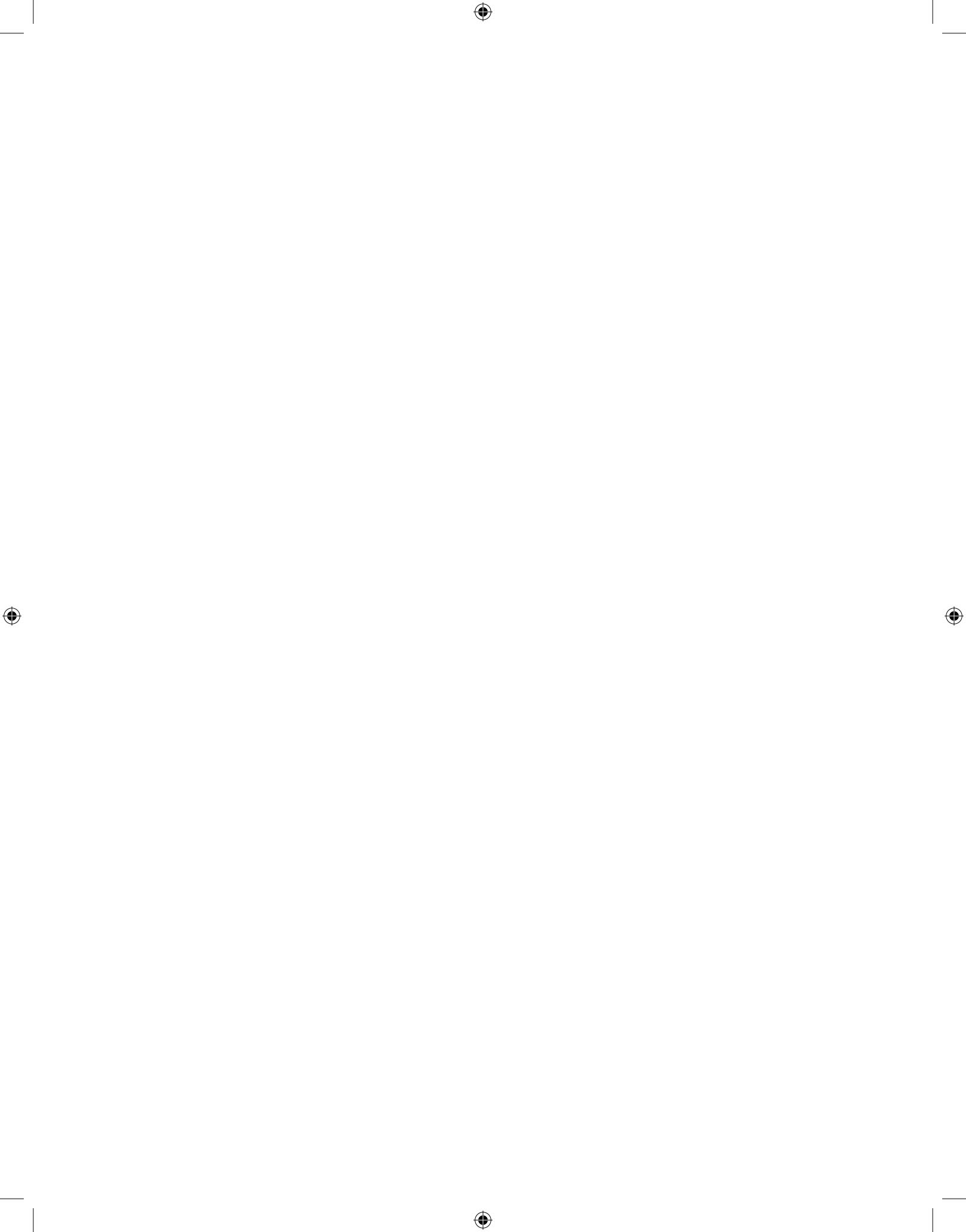
É fundamental a participação ativa do setor privado.

Aos governos cabe a função de abrir o caminho, apontar direções e ajudar a eliminar obstáculos.

Se trabalharmos juntos, essas oportunidades serão ainda maiores.

Vamos continuar a trabalhar para isso.

Muito obrigado.



VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À POLÔNIA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ENCERRAMENTO DO FÓRUM ECONÔMICO, POR OCASIÃO DE SUA VISITA OFICIAL À POLÔNIA. VARSÓVIA, 25 DE FEVEREIRO DE 2002

Esta é a primeira vez que venho à Polônia como Presidente do Brasil e espero que esta visita possa contribuir para relações mais estreitas entre os dois países.

Quero agradecer a todos os que trabalharam para organizar este Fórum Econômico, o que me dá uma boa oportunidade para uma troca de opiniões com este distinto público.

Gostaria de falar sobre a atual situação econômica do Brasil e suas perspectivas de crescimento e desenvolvimento social.

Para começar, gostaria de ressaltar que muitos dos Senhores devem estar acostumados a pensar no Brasil como o país do futebol, do carnaval e como um belo destino turístico. Bem, temos orgulho de ser tudo isso, e inclusive pretendemos vencer a próxima Copa do Mundo de futebol este ano, com o devido respeito a todas as outras seleções.

No entanto, é importante observar que o Brasil é, hoje, muito mais do que isso.

Somos uma das nove ou dez maiores economias do mundo.

O Brasil é um dos países líderes na exportação de aeronaves, particularmente no segmento de jatos regionais.

Somos um dos países líderes no campo da pesquisa em genoma. Nossos cientistas desenvolveram técnicas pioneiras para o

seqüenciamento do código genético de microrganismos que causam sérios danos à agricultura brasileira.

Somos um país dos mais avançados na tecnologia de petróleo em águas profundas.

O número de telefones celulares em funcionamento no Brasil aumentou a uma taxa de cerca de 80 por cento por ano de 1994 a 1999.

Temos um dos maiores índices de conexão à Internet no mundo em desenvolvimento— mais de 12 milhões de usuários.

Em 2001, mais de nove mil empresas brasileiras receberam certificados ISO 9000 (reconhecimento de altos padrões de qualidade na produção de bens e serviços).

Em resumo, o Brasil é hoje uma economia moderna e vibrante, destinada a alcançar altos níveis de desenvolvimento e prosperidade no século XXI.

Existem razões bem fundamentadas que nos autorizam a ter confiança no futuro do Brasil.

Prova eloqüente disso é o fato de que, nos últimos quatro anos, temos recebido uma média de 2,3 bilhões de dólares mensais em investimento estrangeiro direto.

Investidores de todas as regiões do mundo estão ávidos a participar do crescimento do Brasil, porque eles sabem que o que aconteceu

no Brasil desde 1994 produziu mudanças decisivas nas nossas perspectivas de desenvolvimento e progresso.

O que aconteceu exatamente no Brasil desde 1994?

A resposta pode ser resumida em três palavras: democracia, estabilidade e justiça.

Fortalecemos nosso sistema democrático por meio de eleições periódicas, livres e transparentes.

Este processo conta com a forte participação dos cidadãos e se beneficia dos avanços na tecnologia da informação.

Em outubro deste ano, quase 100 milhões de eleitores escolherão um novo Presidente, um novo Congresso e novos Governadores de Estados, em um clima de completa liberdade e debate democrático aberto.

Minha segunda palavra foi estabilidade. Com isso refiro-me à forma decisiva com que fomos capazes de lidar com a inflação crônica que costumava prejudicar a economia brasileira até 1994.

Desde a adoção do Plano Real, a inflação foi mantida sob controle – em um dígito -, e a estabilidade monetária abriu uma nova era na história econômica do Brasil.

Desde o início do Plano Real, a economia brasileira tem crescido a uma taxa média de 3,3% ao ano. Isso é menos do que nós gostaríamos, mas é mais de duas vezes a taxa dos 12 anteriores ao Plano Real.

O fato de que fomos capazes de derrubar a inflação tornou possível para o setor privado brasileiro planejar melhorar seus investimentos. Isso trouxe uma mudança de mentalidade nos agentes governamentais e na opinião pública em relação à disciplina fiscal e ao manejo dos recursos públicos.

De fato, a responsabilidade foi estabelecida como uma obrigação legal no Brasil, por meio de uma lei votada pelo Congresso em 2000.

O mais importante resultado da estabilidade econômica, no entanto, foi a possibilidade de avançar na direção de melhores níveis de equidade e justiça social.

Vários indicadores mostram este progresso. Mais de 10 milhões de brasileiros saíram da pobreza e passaram a participar do mercado de consumo.

Além disso, uma vez que a inflação não está mais erodindo o poder de compra dos trabalhadores, o salário mínimo cresceu em termos reais.

Hoje, o salário mínimo é 27 por cento mais alto, em termos reais, do que era em 1990. Nada parecido com isso havia jamais ocorrido no Brasil.

Ademais, a estabilidade econômica, combinada com novos e inovadores mecanismos de prevenção da corrupção e a garantia da utilização ótima dos recursos públicos – abriu caminho para uma nova geração de políticas públicas nesse campo, particularmente em educação e saúde.

Os resultados são inegáveis. Temos agora 97 por cento das crianças brasileiras matriculadas na escola e estamos nos aproximando dos 100 por cento. Isso é muito importante, especialmente se você sabe que o Brasil é uma sociedade na qual, até recentemente, a educação era vista por muitos como um privilégio inacessível.

Na área da saúde, pusemos em marcha um programa contra a AIDS reconhecido como modelo pela opinião pública mundial e pela Organização Mundial da Saúde.

Pusemos medicamentos genéricos mais baratos à disposição da população.

E criamos um programa nacional de agentes comunitários de saúde que permitiu uma redução significativa da mortalidade infantil, especialmente nas áreas mais pobres, em um período de apenas poucos anos.

Para sintetizar, estou convencido de que a economia e a sociedade brasileiras estão

preparados para colher os frutos de um novo ciclo de desenvolvimento.

Neste contexto, existe uma ampla gama de oportunidades para uma parceria frutífera entre o Brasil e a Polônia.

Essa parceria é construída sobre sólidos laços de amizade entre os dois povos e relações de confiança e diálogo entre os dois governos. A esse respeito, tenho o prazer de dizer que durante esta visita à Polônia, junto com o Presidente Kwasniewski, fui capaz de identificar novas oportunidades de cooperação.

Mas a parceria brasileiro-polonesa precisa envolver também o setor privado dos dois países.

Desenvolvemos importantes relações financeiras.

O Brasil é o principal parceiro da Polônia na América Latina. Nosso comércio bilateral é dinâmico e mostra grande potencial.

O Brasil está profundamente envolvido no processo de integração regional na América do Sul, especialmente com o Mercosul.

Por sua vez, a Polônia está-se preparando para integrar a União Européia, passo muito importante tanto política como economicamente.

Relações estreitas entre o Brasil e a Polônia continuarão a ser uma prioridade para nós.

Enfrentamos muitos desafios semelhantes.

Temos muito a aprender com o fortalecimento de nossa amizade e nossos laços de comércio e empresas.

Hoje, apresentei um quadro do Brasil como um novo país: um país pronto para crescer com democracia, estabilidade e melhores níveis de justiça social.

Estou convencido de que, com o desenvolvimento de laços mais estreitos com nossos amigos no mundo todo – como a Polônia - seremos capazes de fazer um trabalho melhor.

Convido todos vocês a tomarem parte nessa parceria para o futuro.

Muito obrigado.



PALESTRA NA ESCOLA ECONÔMICA DE VARSÓVIA

PALESTRA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE SUA VISITA OFICIAL À POLÔNIA, PROFERIDA NA ESCOLA ECONÔMICA DE VARSÓVIA. VARSÓVIA, 25 DE FEVEREIRO DE 2002

Agradeço o convite da Escola Econômica de Varsóvia para dirigir-me a esta qualificada audiência.

Pretendo falar-lhes sobre dois temas interligados que ocupam posição de relevo na agenda mundial.

Os temas que tenho em mente são, de um lado, a relação entre economia e política, e, de outro, a relação entre economia e questões sociais.

Não é preciso dizer que os acontecimentos de 11 de setembro recolocaram a antiga noção de “alta política” (“high politics”) na linha de frente da cena internacional. As preocupações com segurança ressurgiram com ênfase.

A par do desafio do terrorismo em si, cabe-nos descobrir qual o impacto que esse ressurgimento das preocupações com segurança deverá ter em um mundo que caminha para uma crescente globalização econômica.

Será a necessidade de cooperação no campo econômico afetada pela política de segurança internacional?

Sinceramente, espero que não.

Em sua obra clássica “Economia e Sociedade”, Max Weber chamou atenção para o fato de que a economia é um campo da ação humana em que recursos escassos são normalmente administrados por meios

pacíficos. Somente o Estado tem o monopólio do uso da força.

Se me permitem abrir aqui um parêntese, acrescentaria que, do ponto de vista sociológico, a economia não pode ser encarada como separada da questão do poder e das estruturas de dominação no seio de uma sociedade.

Nos anos setenta, quando realizei estudos sobre a questão da dependência e do desenvolvimento na América Latina, costumava enfatizar a importância daquilo que então chamava de “análise abrangente do desenvolvimento”. Queria, com isso, dizer que o fenômeno da dependência deveria ser visto como economicamente relacionado ao tecido social e político de cada país.

Voltando ao meu ponto anterior, devo salientar que isso não muda o fato de que os atores econômicos como tal não usam a força. Se eles usarem a força, tornam-se outra coisa.

Isso é verdade não só no que diz respeito aos indivíduos de uma sociedade, mas também no que tange os países em suas relações internacionais. Quando recorre ao uso da força, o Estado deixa de ser um ator econômico propriamente dito.

Paradoxalmente, o próprio fracasso da cooperação em matéria econômica é uma das causas da violência, inclusive do terrorismo.

Não porque haja vínculo direto entre terrorismo e pobreza. Os terroristas não são necessariamente pessoas pobres. Alguns dos agressores de 11 de setembro provêm de famílias de classe média, e aqueles que os comandaram certamente são muito ricos.

O que é inegável é que a percepção de injustiças graves na distribuição da riqueza está na raiz da violência.

Daí porque a ação militar apenas nunca será suficiente para erradicar o terrorismo e a violência.

Pode ser aconselhável, mesmo inevitável, em alguns casos.

Mas tem que ser acompanhada por ações que objetivem a construção de um mundo mais justo, mais humano, mais coeso.

Os líderes políticos devem fazer tudo a seu alcance para impedir que as preocupações com segurança obscureçam a cooperação econômica.

Quais são as principais questões econômicas no nível global?

Nos últimos anos, tenho enfatizado os problemas que fazem com que a globalização não chegue a cumprir suas promessas. Refiro-me às assimetrias do comércio e à instabilidade da arquitetura financeira internacional.

O protecionismo é, nos dias de hoje, o maior obstáculo à cooperação entre os países. Barreiras tarifárias e não tarifárias nas nações mais ricas impedem que os países em desenvolvimento possam colher os benefícios de suas vantagens comparativas.

Elevadas somas de dinheiro são gastas por alguns dos países mais ricos para subsidiar sua agricultura, tanto no mercado doméstico quanto para exportações.

Além disso, medidas *anti-dumping* são usadas para dar sobrevida a indústrias decadentes.

A pergunta que temos de fazer é a seguinte: queremos que os países possam competir por custos mais baixos e produtividade mais alta, ou queremos que eles concorram na quantia dos subsídios que se podem dar ao luxo de conceder? Se o último é o que vale, então a economia mundial serve para favorecer apenas os ricos e excluir os pobres.

No que diz respeito às relações financeiras, os episódios de turbulência que agitaram a economia mundial tiveram um saldo pesado.

O crescimento econômico diminuiu porque a especulação e o comportamento de manada de investidores mal aconselhados criaram novos mecanismos de contágio.

Nenhum país está inteiramente a salvo dos efeitos dessa instabilidade.

Mas aqueles que mais sofrem, os países pobres, são aqueles que mais necessitam de oportunidades de crescimento e desenvolvimento

Tanto no comércio quanto nas finanças, o que se requer é uma governança melhor e mais progressista, capaz de tornar a globalização menos assimétrica.

Governança tem a ver com política e com diálogo. As questões comerciais e financeiras não podem ser resolvidas por um apelo ao fundamentalismo de mercado, menos ainda a um fundamentalismo de mercados distorcidos pelo protecionismo e pelos subsídios.

Isso me traz ao outro ponto que desejo sublinhar: a relação entre os fatores econômicos e sociais.

Há cerca de um mês, duas grandes reuniões tiveram lugar ao mesmo tempo, mas uma muito distante da outra.

Uma se realizou em Nova York, o “Fórum Econômico Mundial”- que normalmente se reúne em Davos. A outra aconteceu em Porto Alegre, Brasil, o “Fórum Social Mundial”.

Os títulos de ambas as reuniões são um tanto enganosos. Existe agora bastante preocupação com temas sociais no fórum de Davos, como há muitas discussões econômicas em Porto Alegre.

Entretanto, há uma certa ironia no fato de que as palavras “econômico” e “social” estejam sendo usadas como se existisse uma escolha a ser feita entre ambas.

Durante a Guerra Fria, a separação entre os dois blocos antagônicos era definida segundo diferentes critérios. Um bloco enfatizava a prioridade dos direitos políticos, da liberdade, da democracia. O outro ressaltava a necessidade de direitos econômicos e sociais.

Felizmente, esse debate se tornou obsoleto.

A maioria das pessoas hoje está convencida de que a democracia é boa para a justiça social e vice-versa.

Em livro recente, Amartya Sen defendeu a idéia de integrar as perspectivas política e econômica em um único conceito: desenvolvimento como liberdade, que é precisamente o título do livro.

A idéia do desenvolvimento como liberdade, que se origina na tradição do Iluminismo, talvez seja uma das melhores expressões intelectuais do processo que marcou a derrubada do Muro de Berlim.

Este conceito é reforçado pelo fato de que as estruturas políticas e institucionais são muito importantes para o funcionamento das economias industriais, mediante o ato de prover bens públicos, garantindo a segurança jurídica e reduzindo os custos de transação.

Mas nós nos confrontamos agora com o perigo de um muro diferente, um muro entre as preocupações com a economia e as preocupações com a situação social. Um muro entre Davos e Porto Alegre.

Pessoalmente, considero isso errado.

Nenhuma política econômica responsável pode ser efetiva se não incorporar a preocupação com a justiça social. E nenhuma política social pode ser considerada progressista se desconsiderar o funcionamento das economias contemporâneas.

A experiência recente do Brasil nos proporciona elementos importantes para a análise dessa questão.

Durante muito tempo, a sabedoria econômica convencional sugeria que o compromisso de controlar a inflação implicava necessariamente uma associação com o pensamento conservador entre as correntes políticas.

A mesma sabedoria convencional dizia que a filiação ao grupo progressista significava desconsiderar preocupações com a inflação.

Podia-se, inclusive, aceitar uma pequena inflação em determinados momentos, na medida em que representasse a possibilidade de menos desemprego. Esta era uma espécie de interpretação muito dogmática e preconceituosa da curva de Phillips: mais inflação, mais objetivos progressistas.

Nossa programa de estabilização – o Plano Real – mudou os parâmetros dessa equação.

Provamos que, com a derrubada da inflação, estaríamos, de fato, eliminando um dos mecanismos mais iníquos de distribuição regressiva da renda. Isso teve um impacto duradouro na reorientação do debate político no Brasil.

Tornou-se claro que a inflação descontrolada – com a que tivemos no Brasil até 1994, que beirava a hiperinflação: mais de 2.000% ao ano – era não apenas um obstáculo ao investimento sustentado e a políticas públicas responsáveis, mas também um dos inimigos mais ferozes dos trabalhadores, em particular dos segmentos mais pobres.

Não foi surpresa, portanto, que a estabilização resultasse em uma redução sem precedentes da pobreza no Brasil.

E o que é mais importante: à diferença de tentativas anteriores, desta vez a redução da pobreza não foi revertida depois de poucos meses, nem mesmo depois de vários anos. Foi uma redução sustentada da pobreza.

Desde 1994, enquanto o Brasil mantém a inflação sob controle, a situação social do país tem melhorado significativamente.

O progresso social pode ser visto como uma questão de direitos e deveres morais. Mas é também uma questão de eficiência econômica.

A economia de hoje é crescentemente dependente dos processos de informação. O conhecimento e a inovação tecnológica são fatores decisivos na produção de bens e serviços.

Isso vale, particularmente, em relação a nossa capacidade de competir nos mercados internacionais.

Nesse contexto, a pobreza e a desigualdade são cada vez mais reconhecidas como problemas econômicos, tanto quanto a democracia e a liberdade são reconhecidas como partes integrais do próprio processo de desenvolvimento.

Digo tudo isso para mostrar como é difícil separar as ciências políticas, econômicas e sociais.

A idéia de um estudo puramente econômico tornou-se tão fictício quanto aquele que se dedique a um simples mercado auto-regulado, alheio a qualquer interferência da sociedade ou do governo.

Albert Hirschman identificou as origens dessa ficção em um livro intitulado “Paixões

e interesses”. Hirschman ali mostrava que a idéia de um mercado automático que tornaria inútil, e mesmo indesejável, a interferência do Estado baseava-se em premissas filosóficas relativas à natureza humana.

Argumentava que os seres humanos são guiados por um princípio abarcador – o princípio do impulso aquisitivo, racionalmente traduzido nos interesses próprios do indivíduo que poderiam suplantar qualquer outra paixão humana.

Os acontecimentos de 11 de setembro foram uma demonstração dolorosa de que os seres humanos movem-se por princípios muito mais complexos do que o interesse próprio.

A pobreza e a desigualdade na economia mundial – pensem, por exemplo, na África subsaariana – são igualmente uma demonstração dolorosa da necessidade da solidariedade e de valores que vão muito além da racionalidade dos interesses próprios.

Com tudo isso, ainda precisamos de economistas para nos lembrar qual seria nosso próprio interesse, se apenas pudéssemos ser suficientemente racionais para agir de acordo com eles, não como indivíduos, mas como nações e como comunidade internacional.

Ainda precisamos de economistas para ajudar-nos a evitar as tentações da demagogia e do populismo, e não dar ouvidos tampouco ao canto de sereia das práticas neo-mercantilistas.

Conduzir esta precária busca de racionalidade é trabalho dos políticos.

Entender sua complexidade é um de nossos maiores deveres.

Muito obrigado.

JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA POLÔNIA, ALEKSANDER KWASNIEWSKI

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA POLÔNIA, ALEKSANDER KWASNIEWSKI. VARSÓVIA, 25 DE FEVEREIRO DE 2002

Desejo, antes de tudo, agradecer ao Presidente Aleksander Kwasniewski a generosa hospitalidade que nos é dispensada, a Ruth e a mim, bem como aos demais membros da comitiva brasileira, nesta visita de Estado à Polônia.

Não é de hoje que admiro o espírito fraterno e franco dos poloneses.

Em minhas idas ao sul do Brasil, sobretudo aos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, tornei-me cativo da fidalguia dos poloneses e descendentes que lá habitam.

A colônia reúne cerca de um milhão e quinhentas mil pessoas, o que faz do Brasil o país com o segundo maior contingente de imigrantes poloneses, depois dos Estados Unidos.

É uma cifra que sempre cito e da qual os brasileiros muito se orgulham, cientes da extraordinária contribuição prestada por esse povo amigo à formação nacional.

Do teatro às artes plásticas, da agricultura à indústria, para não falar do ensino e da pesquisa, é intensa a participação da comunidade polonesa na vida brasileira.

Venho à Polônia, portanto, com o sentimento de que retorno a uma importante matriz do mosaico étnico que é o Brasil. Isso muito me sensibiliza e também revigora meu desejo de explorar com Vossa Excelência as possibilidades de ampliação da parceria entre os dois países.

As condições me parecem as mais propícias para o reforço do diálogo político.

A começar pela convergência no campo dos valores.

Partilhamos a expectativa de uma ordem internacional mais pacífica, simétrica e solidária.

Repudiamos o terror e seus males conexos e defendemos que sejam combatidos mediante a mais ampla concertação de vontades.

Mas não ignoramos a necessidade imperiosa de atender às causas do dogmatismo e da intolerância, em particular o conflito no Oriente Médio, que há muito carece de uma solução justa e definitiva.

Também nos parece urgente um tratamento resolutivo das distorções que afetam as finanças e o comércio internacional.

Tenho insistido na questão da volatilidade dos fluxos internacionais de capital, sobretudo os de curto prazo, que tanto ônus já trouxe aos países emergentes.

Não menos prejudicial aos interesses do mundo em desenvolvimento tem sido o recurso continuado dos países afluentes ao protecionismo comercial, seja sob a forma de subsídios, seja por um amplo leque de barreiras não-tarifárias.

Atuante em Doha, o Brasil continua empenhado em que a Organização Mundial do Comércio, com a participação valiosa da Polônia, estabeleça padrões normativos mais afinados com as necessidades da maioria.

O Governo brasileiro acompanha com muito interesse o processo de adesão da Polônia à União Européia.

Vossa Excelência sabe que as negociações destinadas a associar o Mercosul e a União Européia já se encontram em pleno curso.

Tenho confiança de que logo estará criada aquela que será a mais extensa zona de livre comércio do globo.

Mais do que isto: estou certo de que alcançaremos um acordo equilibrado, que permita a expansão dos investimentos e do comércio em ambas as direções.

O Brasil muito preza o fato de a Polônia ser desde sempre seu principal parceiro na Europa Central.

E acreditamos que exista um amplo espaço a ser ainda explorado para o adensamento de vínculos.

Basta lembrar a recente operação comercial no campo da aviação civil.

Outras oportunidades de vulto podem ser identificadas, de lado a lado, inclusive em setores de elevado valor agregado.

Para tanto me parece indispensável que as instâncias governamentais e privadas continuem a atuar de mãos dadas.

A comitiva empresarial que me acompanha expressa a determinação do setor privado brasileiro em se fazer presente no mercado polonês, inclusive em parceria com empresas locais.

É também chegado o momento de colocar em contato institutos de pesquisa dos dois países de modo a aprofundar o ainda incipiente mas promissor intercâmbio em ciência e tecnologia.

Não menos alentadoras me parecem ser as perspectivas na área cultural.

Sei da existência em Varsóvia de importantes centros de estudo e difusão da realidade brasileira.

Segunda pátria de muitos poloneses, o Brasil quer se fazer mais conhecido na própria Polônia.

E melhor conhecer esse país que tanto contribuiu para o enriquecimento da cultura universal.

Só me resta reiterar a irrestrita confiança que deposito no relacionamento entre o Brasil e a Polônia.

Um relacionamento que tem lastro histórico, mas não se esgota nele.

A parceria que agora se reforça há de produzir resultados à altura da amizade entre nossos povos.

Solicito aos presentes que me acompanhem em um brinde ao futuro de crescente cooperação entre o Brasil e a Polônia, bem como à saúde e felicidade pessoal do Presidente Aleksander Kwasniewski e de sua esposa.

ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NA PROVÍNCIA DE MALOPOLSKA, POLÔNIA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE MALOPOLSKA. CRACÓVIA, POLÔNIA, 26 DE FEVEREIRO DE 2002

É com emoção que visito Cracóvia, cidade milenar que simboliza o empreendimento humano, a luta pela liberdade, as grandes conquistas da cultura e da civilização.

Devo dizer que essa tradição me impactou profundamente logo na chegada à Universidade Jaguelônica, que me honrou minutos atrás com sua medalha comemorativa de 600 anos.

Conhecida por sua excelência, a Universidade de Cracóvia formou estudantes que imortalizaram seus nomes na história do conhecimento, tal como Copérnico, que mudou nosso entendimento sobre o mundo.

Quero lembrar aqui um grande brasileiro, Francisco de San Tiago Dantas, que foi Ministro das Relações Exteriores, e ali recebeu, em 1962, o título de Doutor Honoris Causa da Faculdade de Direito.

San Tiago Dantas, que era também eminente jurista, falou aqui em Cracóvia sobre a necessidade de fazer da paz um ideal absoluto.

O tema da paz permanece no centro da agenda internacional, e é doloroso reconhecer que o mundo ainda não se conscientizou da importância desse desiderato.

Ao dirigir-me à Assembléia Geral das Nações Unidas, no ano passado, concluí minha mensagem com um apelo para que continuemos a lutar por um mundo plural, baseado na Paz, na solidariedade, na tolerância, e na Razão que é a matriz de todo o Direito.

Cracóvia me inspira essas reflexões, sobretudo em tempos como os de hoje, em que o fantasma do terrorismo e da violência volta a nos assombrar.

Por isso, sinto-me aqui estimulado a renovar ao povo polonês a mesma mensagem de paz de San Tiago Dantas. Mensagem de repúdio à violência, de solidariedade e de tolerância.

O mesmo espírito de paz, de solidariedade e tolerância me traz à mente, no curso desta visita à Cracovia, a obra do Papa João Paulo II, cuja trajetória está tão ligada a esta cidade.

No Brasil, onde grande parte da população compartilha com a Polônia a fé católica, nutrimos um sentimento de profunda admiração e estima pelo Santo Padre.

Penso também em Cracóvia como o berço das artes cênicas polonesas, que contribuiu para o surgimento de Andrzej Wajda e Tadeusz

Kantor, apenas para citar alguns dos nomes mais conhecidos no Brasil.

Na música, Cracóvia inspirou artistas como Penderecki e, na literatura, Milosz e Szymborska, ambos detentores do Prêmio Nobel.

Sei também que, em suas freqüentes visitas à Polônia, Balzac muito inspirou-se em suas estadas neste histórico hotel em que nos encontramos.

Por todos esses motivos, Cracóvia é reconhecida, com toda a justiça, como uma das capitais culturais da Europa.

É em tradições como estas que o Brasil se espelha.

O espírito polonês de confiança e de perseverança — tão bem representado nesta cidade — nos dá a certeza de que é possível tomar o destino de um país nas mãos para torná-lo mais próspero, justo e democrático.

Desejo, assim, expressar meu profundo agradecimento pela calorosa acolhida que aqui recebo e convidar a todos a brindar pelo futuro das relações do Brasil com a Polônia e, muito especialmente, com a cidade e a região de Cracóvia.

Muito obrigado.

**JANTAR EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO OFERECIDO PELO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA ESLOVACA, RUDOLF SCHUSTER**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO EM
SUA HOMENAGEM PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ESLOVACA,
RUDOLF SCHUSTER. BRATISLAVA, 26 DE FEVEREIRO DE 2002

Agradeço ao Presidente Rudolf Schuster a gentileza de nos receber, a Ruth e a mim, bem como a comitiva brasileira, nesta primeira visita de um Presidente do Brasil à República Eslovaca.

O Governo e o povo brasileiro sentem-se honrados com o fato de o Estado eslovaco ter à sua frente um dileto amigo do Brasil, familiarizado como poucos com a história e a natureza do nosso país.

A satisfação é ainda maior por sabermos da extraordinária contribuição que Vossa Excelência tem prestado à afirmação da Eslováquia como uma nação próspera e democrática.

Manifestei em nosso encontro em Brasília, e agora o reitero, o otimismo com que vejo o futuro das relações entre o Brasil e a Eslováquia.

Coube-nos, a Vossa Excelência e a mim, o privilégio de lançar as bases desse relacionamento, o que nos permite pensar grande, à altura das potencialidades de nossos países.

São muitos os fatores que concorrem para uma aproximação crescente entre o Brasil e a Eslováquia.

Ressalto a significativa convergência de percepções entre nossos Governos sobre as grandes questões contemporâneas.

Partilhamos a expectativa de um sistema internacional multipolar, que faça avançar preceitos e condutas de interesse verdadeiramente universal.

A começar pelo campo da paz e da segurança, onde a Eslováquia e o Brasil estão comprometidos com o papel central das Nações Unidas, que esperamos logo se beneficie de um Conselho de Segurança mais representativo.

Tampouco negligenciamos a importância do multilateralismo na promoção internacional dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

O Brasil está adotando os passos necessários para a ratificação do Estatuto do Tribunal Penal Internacional, foro que ajudará a proscrever de vez as práticas abomináveis do genocídio e das limpezas étnicas.

Também coincidimos na defesa de instrumentos que busquem conciliar, em escala global, os objetivos do desenvolvimento e da preservação ambiental, como é o caso do Protocolo de Quioto.

O Brasil tem acompanhado com muito interesse o processo de adesão da Eslováquia à União Européia.

Estou certo de que a UE muito se enriquecerá com a incorporação da Eslováquia, que traz consigo a valiosa experiência acumulada no âmbito do Acordo de Livre Comércio da Europa Central.

Não preciso lembrar que o Brasil também se filia a um processo de integração regional, que inicia sua segunda década com balanço dos mais expressivos, tanto em comércio como na captação de investimentos.

Acabo de comparecer a encontro do Mercosul em Buenos Aires, quando o bloco não apenas reiterou apoio à Argentina em seus esforços de recuperação econômica, e seu inabalável compromisso com os objetivos maiores da dinâmica da integração.

É particularmente cara ao Mercosul a aproximação com a União Européia, da qual esperamos que resulte a maior zona de livre comércio do mundo.

Mas não há por que esperar a conclusão dessas negociações para que adensem os vínculos entre nossas economias.

Isto pode e deve ser feito de imediato, com a mobilização dos respectivos setores produtivos.

Estímulo político não faltará. O Acordo de Comércio e Cooperação Econômica

comprova a determinação dos dois Governos em dinamizar o intercâmbio.

O potencial a ser explorado na área de investimentos é dos mais expressivos. Basta lembrar o êxito da fábrica de compressores em Spisská Nová Ves.

Congratulo-me com a EMBRACO e o Grupo Brasmotor pelos resultados já alcançados, inclusive na geração de renda e emprego.

Mas a aproximação que idealizamos passa também por uma maior cooperação no campo da cultura.

Por sua trajetória pessoal, Vossa Excelência bem sabe o quanto o intercâmbio cultural é importante para a aproximação entre os povos, para fazer das diferenças estímulo para um convívio mais estreito.

Permita-me concluir, Presidente Schuster, reiterando meu apreço pelo conhecimento que Vossa Excelência tem do Brasil.

Um conhecimento que sei temperado pela marca do afeto.

Só posso dizer-lhe que é recíproco o sentimento que nós, brasileiros, cultivamos pelo Chefe de Estado e pelo valoroso povo da Eslováquia.

Solicito aos presentes que me acompanhem em um brinde à saúde e felicidade pessoal do Presidente Rudolf Schuster e ao futuro da amizade entre a Eslováquia e o Brasil.

RECEBIMENTO DE TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DE KONSTANTIN FILOZOF

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO RECEBIMENTO DO
TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DE
KONSTANTIN FILOZOF. BRATISLAVA, 26 DE FEVEREIRO DE 2002

É com muito orgulho que recebo o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Konstantin Filozof.

Já tive a oportunidade de partilhar com o Presidente Rudolf Schuster a satisfação que sinto em ser o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar a República da Eslováquia e conhecer de perto instituições de reconhecida excelência como esta universidade.

Tenho acompanhado com imenso interesse o caminho trilhado pela Eslováquia ao longo da última década.

Impressiona o ritmo vertiginoso em que as mudanças têm ocorrido, sempre pela via da negociação.

Refletem o compromisso do povo eslovaco com a democracia e o desenvolvimento.

É inspirado no exemplo desta nação que gostaria de dedicar aqui breves palavras ao tema da responsabilidade política.

Talvez por força de meu ofício - como sabem, fui Professor, anos a fio -, costumo lembrar que a política segue um tempo distinto do que rege a atividade científica.

Enquanto o trabalho intelectual deve ser tão elástico quanto o necessário para a maturação

dos argumentos, as decisões políticas não podem ficar a reboque dos acontecimentos, por céleres que estes sejam.

A satisfação do bem público exige planejamento, mas também presteza no atendimento ao inusitado, na solução dos conflitos de interesse.

Não que a ética da responsabilidade de que falava Max Weber possa dispensar a análise prévia e equilibrada dos fatos. A boa política não prescinde da reflexão.

Só que a boa gestão pública tampouco dispensa aquilo que Isaías Berlin chamava de juízo político.

Refiro-me à aptidão de captar o pulso de uma determinada situação histórica, seu contorno e possibilidades, no momento em que ela é vivenciada.

Uma espécie de sabedoria prática, que se nutre do conhecimento disponível sobre a realidade, mas vai além dele, pela capacidade de apreender os detalhes que de fato importam, pelo sentido do que é e do que não é relevante.

Berlin tratou do juízo político como uma virtude atemporal, mas não o imagino resistindo à ponderação de que tal juízo se

faz indispensável sobretudo nos momentos de transição, quando o novo, à busca de espaço, convive com o arcaico, onde se refugia a reação.

É o que me parece ser o caso deste início de século, ou de milênio. A época é das mais desafiadoras, exatamente pelo confronto de valores que a caracteriza.

A democracia prospera, mas sob o espectro da intolerância, étnica e religiosa. O passo da inovação técnica é vertiginoso, sem que se reduza a exclusão social.

O quadro se torna mais complexo quando se percebe que o novo nem sempre contradiz o atraso. Às vezes até o reedita, sob diferente roupagem.

Vejam, por exemplo, o fenômeno da globalização, em sua feição contemporânea.

É por demais eloqüente o aporte que a expansão dos fluxos comerciais e financeiros, na esteira das novas tecnologias, traz para a geração de riquezas.

O capital hoje se reproduz a taxas exponenciais, obedecendo a lógica que não reconhece fronteiras.

Somos testemunhas da universalização dos processos produtivos, com a racionalização de custos e a elevação da produtividade a níveis inauditos.

Mas tampouco escapa à nossa percepção que, se o capital ganhou em mobilidade e rendimento, isto não se fez em proveito de todos, ou sequer da maioria.

Diria mesmo que a globalização tem sido pródiga em sobressaltos para o mundo em desenvolvimento.

Não me refiro apenas à virtual marginalização de regiões inteiras da era da informação.

Penso também na volatilidade do capital financeiro, que tanta inquietação causou ao redor do mundo, da Europa do Leste à Ásia, sem falar da América Latina.

Na ânsia de dourar a pílula, alguns analistas chegaram a atribuir as turbulências financeiras a uma suposta má gerência dos países vitimados, os quais, por vícios de gestão, atrairiam os surtos especulativos.

Hoje se reconhece que a correção dos indicadores econômicos não constituía antídoto à sanha do especulador, incapaz como era de separar o joio do trigo.

A causa da instabilidade dos mercados financeiros jamais foi técnica. Era e continua a ser política.

Decorre da ausência de meios que confirmam maior transparência e previsibilidade aos movimentos financeiros, que controlem suas tendências aleatórias.

Não estou sugerindo que façamos tabula rasa do acordo de Bretton Woods, que se reinvente do nada a arquitetura do sistema financeiro internacional.

A reforma da estrutura existente pode trazer resultados, desde que orientada pela vontade de suprir o que temos chamado de déficit de governança nas relações econômicas internacionais.

É mais do que hora de avançarmos na regulação política da economia mundial, não apenas para dominar a instabilidade dos mercados, mas para democratizar os ganhos da globalização.

Isto implica atualização das regras que balizam o comércio entre os Estados, uma atualização que persiga maior equidade, mais justiça.

É de todo iníqua a continuada persistência de obstáculos a que o mundo em desenvolvimento tenha acesso aos mercados europeu e norte-americano.

Tenho em mente as barreiras tarifárias, mas, sobretudo, o leque inesgotável de óbices não-tarifários, incluindo os subsídios, os quais, não bastasse a frequência com que deles lançam mão as economias afluentes, são

regidos pela OMC de maneira desfavorável aos países mais pobres.

A menos que saibamos evoluir para um cenário menos hostil aos interesses da maioria, isto tanto no plano global, como nos acordos regionais, a globalização, em vez de promover, inibirá o desenvolvimento.

Se a responsabilidade política reclama uma ordem mais solidária, esta é condição para uma maior autonomia na gestão dos Estados nacionais.

A inconstância dos mercados e o protecionismo privam os gestores domésticos de recursos indispensáveis à realização de políticas públicas, por salutares que possam ser os indicadores monetário e fiscal.

O problema se torna mais agudo diante dos requisitos de competitividade exigidos pelos novos tempos, que implicam atenção permanente com a qualificação do capital humano e a modernização dos serviços de infra-estrutura.

Partilhei preocupações do gênero com outros líderes sociais-democratas em encontro realizado há pouco em Estocolmo em torno da chamada “governança progressista”.

Parece-me comum a todos a percepção de que a estabilidade do sistema internacional é

função de sua permeabilidade aos interesses nacionais.

Não somente por uma questão de legitimidade, mas porque os Estados continuam a ser as instâncias mais efetivas para afirmação da vontade coletiva.

São os Estados e seus agentes que detêm os meios para assegurar a observância de padrões mais simétricos e equânimes de convivência entre os povos.

A Eslováquia e o Brasil podem contribuir nessa direção.

Na verdade, já o fazem, segundo os recursos e influência de que dispõem.

Outros países também se afinam com o ideal de um novo contrato internacional.

Mais do que uma expectativa, trata-se de uma aspiração generalizada. Mas não de uma necessidade histórica.

A emergência de uma nova ordem dependerá, não custa insistir, do exercício da responsabilidade política.

Dependerá de nossa aptidão em ir expandindo, ainda que pontualmente, as fronteiras do possível.

Como Alexander Dubcek intitulou suas memórias, *hope dies last*.

Muito obrigado.



LANÇAMENTO DE LIVRO

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DE SEU LIVRO “DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA” EM LÍNGUA ESLOVACA. BRATISLAVA, 26 DE FEVEREIRO DE 2002

É uma satisfação especial para mim poder presenciar, aqui em Bratislava, o lançamento do meu livro Dependência e Desenvolvimento na América Latina, traduzido para o idioma eslovaco.

Agradeço a todos os que contribuíram para esse trabalho.

Este livro, escrito em colaboração com Enzo Faletto, sustenta a tese de que desenvolvimento e dependência podem ocorrer simultaneamente. A perspectiva do desenvolvimento era um aspecto essencial da nossa interpretação da teoria da dependência, embora a maioria dos críticos tenham sempre ignorado isso.

Não sei em quantas línguas o livro já foi traduzido. Mas o que eu sempre gosto de lembrar é que ele foi escrito originalmente em espanhol, e não em português. Vivia no Chile nessa época, trabalhando na CEPAL, então dirigida por Raul Prebisch, que, como se sabe, foi um dos maiores estudiosos do tema do desenvolvimento.

Ainda sou um entusiasta do desenvolvimento, como Presidente e como sociólogo.

Por isso, creio que esta é uma boa oportunidade para compartilhar com vocês algumas idéias sobre as principais mudanças na análise do desenvolvimento desde os anos sessenta.

Quero, inicialmente, fazer cinco breves observações:

1) Nos últimos 40 anos, o próprio conceito de desenvolvimento tornou-se mais amplo e, ao mesmo tempo, fragmentado. De um lado, o crescimento econômico deixou de ser visto como uma panacéia, que automaticamente traria benefícios sociais. De outro, os temas ambientais demonstraram o quanto é importante pensar o tipo de desenvolvimento que se quer. É por isso que hoje falamos em conceitos como desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano.

2) Em decorrência da aceleração do processo de globalização financeira, a forma de integração dos países ao sistema internacional tornou-se mais complexa. Existem maiores riscos e, também, maiores oportunidades. As escolhas políticas têm,

portanto, maior influência sobre a estrutura da economia do que pareciam ter nos anos sessenta.

3) O desemprego derivado da modernização tecnológica tornou-se o principal dilema social tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento.

4) O papel do Estado mudou dramaticamente.

5) Um conceito renovado de democracia introduziu novos atores sociais na cena política. Parceria é a palavra chave nos dias de hoje. Parceria entre o Estado e a sociedade para governar; parceria entre o Estado e o setor privado para produzir; parceria entre o Estado e as ONGs para fazer avançar as demandas sociais.

Como consequência de todas essas mudanças, o desenvolvimento tornou-se uma questão de reforma interna de cada país tanto quanto uma disputa global por investimento e acesso a mercados.

Internamente, as reformas são bem conhecidas: estabilização econômica, equilíbrio fiscal, liberalização comercial, capacitação gerencial e um Estado eficiente no provimento dos serviços sociais básicos.

Os países precisam agora reforçar sua base econômica para alcançar resultados positivos nas negociações internacionais. A estratégia de

regionalização – e eu gostaria de lembrar aqui o Mercosul – está ligada fundamentalmente a essa nova visão dos meios pelos quais os países podem projetar-se em termos econômicos.

Dadas as consequências da globalização, a capacidade de implementar políticas de modo responsável, e com cada vez maior prudência, é crucial.

Os valores da democracia, liberdade econômica e justiça social são as nossas diretrizes para o futuro.

O retorno ao autoritarismo é impensável no Brasil e na maior parte da América Latina. Recuar de nossa convicção de que o crescimento depende da abertura econômica está fora de questão. Ao mesmo tempo, ignorar os apelos pela justiça social seria inadmissível.

Não devemos, porém, perder o ímpeto para mudar, para fazer reformas, para reconstruir o Estado, para sermos mais eficientes na implementação das políticas públicas.

No caso do Brasil, isso equivale a criar as condições necessárias para combater a pobreza e reduzir as desigualdades econômicas e sociais.

Com realismo e responsabilidade, temos que continuar trabalhando para um único objetivo: desenvolvimento com justiça social.

Obrigado.

I REUNIÃO PREPARATÓRIA DA IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP

INTERVENÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR VLADIMIR CHOIFI, NA I REUNIÃO PREPARATÓRIA DA IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP. BRASÍLIA, 27 DE FEVEREIRO DE 2002

Bom dia, senhoras e senhores, colegas do Itamaraty e de outros Ministérios. Agradeço a presença de todos.

Esta é a primeira reunião preparatória da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, e, com ela, damos início formal à preparação da Conferência de Brasília.

Antes, em 1997, logo após o primeiro ano da criação da CPLP, o Brasil organizou, em Salvador, a II Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade, mas esta é a primeira vez que sedharemos uma Conferência de Chefes de Estado e de Governo. É nossa intenção que a Conferência de Brasília possa ficar registrada na história dos povos de língua portuguesa como momento de conagração fraterno entre membros de uma mesma família, mas sobretudo como oportunidade de intensificação da cooperação e do diálogo entre os oito países que compõem a CPLP.

Ainda somos formalmente sete países, mas a Conferência de Brasília já tem inscrito em sua agenda um ponto dos mais relevantes que prevê a adesão formal de Timor Leste como oitavo membro da comunidade, após a independência do mais jovem país de língua

portuguesa, marcada para ocorrer no próximo dia 20 de maio.

Minha presença nesta primeira reunião preparatória tem por objetivo precípua transmitir às senhoras e senhores a determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ministro Celso Lafer no sentido de que sejam envidados todos os esforços para que a conferência de Brasília seja a nítida e expressa tradução da prioridade que este governo vem atribuindo à CPLP e à cooperação que se faz em língua portuguesa.

Em pouco menos de seis anos, ou seja, desde a criação da Comunidade, o Brasil pode afirmar que a CPLP e o conjunto de seus países membros são, no momento, os maiores beneficiários da cooperação brasileira em volume de recursos financeiros. Esse fato traduz-se inclusive na existência de uma rubrica específica no orçamento do Itamaraty destinada exclusivamente à cooperação com os países de língua portuguesa. Nenhuma outra área geográfica, nem qualquer outro conjunto de países dispõe de mecanismo orçamentário semelhante que nos permita igual compromisso e, ao mesmo tempo,

transparência na formulação de uma política de cooperação com países em desenvolvimento. É importante também registrar que os recursos orçamentários inscritos nessa rubrica foram obtidos com o apoio de parlamentares brasileiros, pois o Congresso Nacional reconhece a relevância de nossa política externa orientada para a cooperação com os países da CPLP, ou seja, para o apoio brasileiro ao desenvolvimento sócio-econômico e também político e institucional desses países. Refirme especificamente aos países africanos de língua portuguesa, mas também a Timor Leste, que encontram no Brasil e nas instituições brasileiras parceiros ideais na luta que travam contra o subdesenvolvimento.

Vê-se, portanto, que o Brasil começa, ainda modestamente, mas com perspectivas de crescimento, a assumir um papel de relevo no domínio da cooperação com os demais países, graças aos bons resultados que o próprio Governo brasileiro e as instituições públicas e privadas nacionais vêm alcançando no tratamento de nossos problemas internos e, sem dúvida, graças ao espírito de solidariedade internacional que vimos construindo e fortalecendo internamente. O Brasil acolheu muitas nacionalidades e raças, e não pode ser, portanto, um país destinado ao isolamento. Ao contrário, nesta fase já avançada da globalização econômica, a sociedade brasileira identifica os benefícios do diálogo e da cooperação internacionais, que são parte integrante da vivência de um país que amplia sua agenda social, econômica, comercial e política muito além de suas fronteiras nacionais.

Nesse sentido, entendo que a CPLP está ajudando o Brasil, seus agentes políticos e econômicos, bem como a própria sociedade civil brasileira, a manifestar e exercer sua

vocação de cooperação, entre os países em desenvolvimento. Da mesma forma em que o Brasil, durante anos, e ainda hoje, foi beneficiário da cooperação internacional recebida, alcançando, com isso, muitos avanços internos, passamos atualmente à condição de país provedor de cooperação e não podemos nos furtar às responsabilidades inerentes à nossa atual inserção internacional. Dentre os países da CPLP, temos, juntamente com Portugal, condições de transferir tecnologia, prover conhecimentos, formar recursos humanos e até mesmo de compartilhar experiências na área da consolidação da democracia e de gestão interna de conflitos; e a nós interessa que todos os demais países de língua portuguesa consigam alcançar maior estabilidade política e mais desenvolvimento para seus povos.

Na África Austral, por exemplo, onde estão Angola e Moçambique, o Brasil poderá, no futuro, beneficiar-se, inclusive em termos de trocas comerciais, da estabilidade política e econômica de todos os países membros da SADC, uma vez que já contamos com um quadro privilegiado de relações com a África do Sul e com a Namíbia.

Outro exemplo dos benefícios que o Brasil vem amealhando a partir da existência da CPLP, e que gostaria de citar, diz respeito à Língua Portuguesa. A Participação brasileira nesse organismo tem nos levado a deparar com a necessidade premente de definir uma política coordenada com vistas à difusão internacional da nossa língua, que é patrimônio nacional, mas também patrimônio comum de toda a CPLP e dos povos que falam Português espalhados pelo mundo. Desde a criação da CPLP, o português já se tornou língua de trabalho em algumas organizações internacionais, entre as quais a Organização Mundial de Propriedade

Intelectual e a UNESCO. Há uma demanda crescente, mas que podemos ainda estimular, pelo ensino do português no exterior. No campo das tecnologias da informação, a garantia de expansão do uso do português na internet e nos meios virtuais de comunicação oferece mais opções e oportunidades aos cidadãos brasileiros. Enfim, a língua portuguesa passa a ser um produto de exportação que deve acompanhar a expansão da presença política, empresarial e econômica brasileira. Nesse sentido, estamos começando a discutir a possibilidade de criação de um instituto, no Brasil, dedicado especificamente à promoção e difusão de nossa língua no exterior. A consciência sobre a questão da língua está também intimamente ligada à ação política no âmbito da CPLP.

Senhoras e Senhores,

A pouco mais de três meses da Conferência de Brasília, devemos nos lançar em um trabalho que envolve praticamente todas as áreas do Itamaraty e um número expressivo de outros órgãos do Governo Federal. Gostaria de contar com a colaboração de todos no sentido de garantir o avanço e o aprofundamento da agenda de cooperação da CPLP. Nesse aspecto, é muito importante que possamos dar seguimento às ações que vêm sendo discutidas e aprovadas nas reuniões ministeriais setoriais nas quais o Brasil vem participando. Há ainda o desafio adicional de tentar atender, na medida de nossas possibilidades, às solicitações do novo governo timorense para a edificação dessa jovem nação.

Nesta primeira reunião, convidamos essencialmente os setores da Casa e também os Ministérios e outros parceiros mais diretamente envolvidos com a cooperação no âmbito da CPLP. É nosso propósito vir a alargar o escopo de participantes, incluindo, talvez na próxima reunião, representantes da sociedade civil, que tem sinalizado muito positivamente no tocante à disposição de construir parcerias com o Governo brasileiro para atuar em países de língua portuguesa. Nossa idéia é alargar o grupo de amigos da CPLP, ou de parceiros comprometidos com a promoção dos laços de cooperação em língua portuguesa.

Por fim, gostaria de exprimir nossa intenção de que a Conferência de Brasília seja também um evento com repercussão nacional. Entendemos que a cooperação e o diálogo com os países de língua portuguesa e com os países africanos, em particular, vai ao encontro da expectativa de inúmeros setores da sociedade brasileira que estão buscando formas de recuperação de nossa história e de reparação de alguns efeitos negativos e iníquos

Tenho certeza de que, daqui para diante, todos apresentaremos sugestões e comentários com vistas a contribuir, da forma mais positiva, para o êxito que desde já antevemos para a Conferência de Brasília, para cuja consecução certamente serão trunfos significativos a experiência e a criatividade do Embaixador Gilberto Sabóia, eficientemente coadjuvado pelo Ministro Pedro Motta e demais colegas.

Muito obrigado.



PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DA PRESENÇA LIBANESA NO BRASIL

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR OSMAR CHOIFI, POR OCASIÃO DA “PRIMEIRA EXPOSIÇÃO
DA PRESENÇA LIBANESA NO BRASIL”. SÃO PAULO, 14 DE MARÇO DE 2002

Recentemente, num almoço organizado pelo Conselho dos Embaixadores Árabes, o discurso de apresentação de um Embaixador me fez recordar o som belo e caseiro das palavras que meus avós usavam para conversar. De um modo ou de outro, nos meus variados encontros com pessoas ou nos contatos com instituições de nossas comunidades, sou transportado a um passado afetivo e profundo que, imagino, deve ser comum a muitos dos presentes que se encontram na minha faixa de idade. Esta “Primeira Exposição da Presença Libanesa no Brasil” possui, portanto, entre as suas mais notáveis qualidades, o poder da evocação. Documentos e fotos, mapas e painéis, e o sensacional catálogo filatélico nos remetem para um passado querido e vitorioso. Passado do imigrante. Passado do trabalhador. Passado do pequeno empresário. Passado que nos faz sentir orgulhosos em nosso dia-a-dia e que justifica, em tom de celebração, a bela exposição que nos faz lembrar e refletir sobre tudo o que se alcançou.

O Líbano é também a pátria-mãe de muitos de nós, cujos antepassados vieram daquela extensa região que um dia escapou ao poder otomano. Juntos viemos para o Brasil e aqui estabelecemos, pouco a pouco, a maior comunidade libanesa e síria do exterior. Hoje estou convencido de que nós e nossos

ancestrais – e talvez muito mais os nossos ancestrais – agimos verdadeiramente como instrumentos da integração nacional. Os números e as imagens dessa Exposição bem o demonstram: em busca de oportunidades e da prosperidade, entramos território a dentro e nos distribuimos por diversos Estados do Brasil. Como mascates, estendemos nossa presença aos lugares mais remotos e desassistidos, e chegamos a vilarejos e povoações que mal possuíam estradas ou vias de acesso. Nessa aventura e nesse desbravamento sempre pulsavam a nostalgia da terra de origem, onde ainda viviam tantos membros da família, mas igualmente um sentimento vital de construir o novo país. É bem possível que a animação com a terra brasileira se reflita no colorido dos objetos em numerosas lojas e vitrines e que constituíram uma das marcas mais eloqüentes da nossa presença. Os que conhecem as ruas que abrigaram nossos pequenos, mas crescentemente prósperos negócios, sabem do que estou falando: de uma comunidade determinada a ocupar o seu espaço, a partir de um núcleo familiar, que amplia ainda mais aqueles laços afetivos e confere a necessária vitalidade empreendedora.

Em outra recente ocasião, coube-me recordar outro par de opostos que caracteriza a presença do mundo árabe, em suas diferentes vertentes

culturais e religiosas, no Brasil: de um lado, a civilização milenar e transcontinental que, com sabedoria, desenvolveu a medicina, irrigou solos áridos e elaborou instrumentos sofisticados de navegação, entre alguns feitos extraordinários; de outro lado, uma civilização jovem, tropical, que – sempre aberta ao mundo – tornou-se híbrida, pluri-étnica e multicultural. Podemos, se preciso for, oferecer explicações mais ou menos precisas sobre o que teria suscitado o interesse dos libaneses e dos sírios por este país tão enigmático e longínquo. As visitas ao Líbano, à Síria e a Terra Santa do Imperador Pedro II, em 1871 e 1876? Ou, menos oficialmente, a conjunção do convívio harmônico de diversos imigrantes com as necessidades mais prementes do país novo? Recorde-se que, até o momento da chegada dos primeiros grupos de nossos patrícios, não havia ainda sido constituído o comércio popular entre nós. Quando vemos a irradiação dos seus descendentes na vida cultural, comercial, financeira e industrial do Brasil – bem como a representação que se faz sentir no âmbito político de que dão testemunho os ilustres homens públicos e líderes políticos hoje aqui presentes, – verificamos que aquela atividade do mascate, do comerciante, do industrial, insistente, pioneira e negociadora produziu excelentes resultados. Resultados esses que também se traduzem na relevância e excelência das obras que nossa comunidade legou e vem legando à sociedade brasileira: instituições de benemerência; hospitais, clubes - em particular o Clube Atlético Monte Líbano, que hoje nos acolhe - igrejas, mesquitas, centros culturais.

Mas é chegada a hora de perguntar: e as relações entre o Brasil e o Líbano – estão

igualmente marcadas pela fluidez do diálogo e por algum notável empreendimento? As relações bilaterais são, obviamente, condicionadas pela singularidade da presença libanesa em nosso país. Assim sendo, o Brasil concede à parceria diplomática com o Líbano um espaço maior do que aquele destinado a outros países amigos. Podemos dizer que nos relacionamos muito com o passado e com a tradição, que estamos ainda tão voltados para a História como para a Diplomacia. Isso porque, como já expressei, encontra-se no Brasil a mais numerosa comunidade de origem libanesa no Exterior, estimada entre 8 e 9 milhões de pessoas. O que representa algo em torno de 6% de toda a população brasileira e muito mais do que o dobro da população do próprio Líbano. A simples percepção desses número e dessa realidade já conformaria um relacionamento singular com o país dos emigrantes e com o país em que se estabeleceu a nossa colônia.

É preciso, porém, considerar o contingente significativo de cidadãos libaneses, naturalizados brasileiros, que voltou a se estabelecer no Líbano. Estimamos que esse número oscile entre 40 a 60 mil indivíduos, que mantêm interesses e laços familiares e profissionais no Brasil. É grande o compromisso do Itamaraty com esses cidadãos, a quem prestamos assistência consular, no momento em que necessitem, ou quando assim desejarem. Tranqüiliza-nos saber que nosso relacionamento bilateral tem sido tradicionalmente correto e cordial, sem quaisquer contenciosos de natureza política ou econômica. Nesse contexto, o terreno é fértil e propício para o adensamento de nossos contatos em todos os setores: cultura, comércio, cooperação econômica.

Sucessos dessa magnitude renovam os ânimos, mesmo em tempos de grande tensão e de conflitos regionais. Na qualidade de Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, cabe-me expressar a satisfação com a atenção do Governo de Beirute à comunidade de origem libanesa radicada no Brasil, o que tem motivado a visita de importantes autoridades. Os três principais dirigentes daquele país visitaram o Brasil desde a posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Primeiro-Ministro Rafic Hariri, em 1995, durante seu primeiro mandato; o Presidente do Parlamento, Deputado Nabih Berri, em 1996; e o então Presidente da República, Elias Hraoui, em 1997.

O Líbano recebeu a visita dos Ministros de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, em 1997. Em julho de 1997, deu-se a visita do então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. O Deputado Ricardo Izar, do Grupo Parlamentar Brasil-Líbano, compareceu à posse do Presidente Émile Lahoud, e o ex-Presidente da República, Senador José Sarney, visitou o país em maio de 1999, em caráter privado.

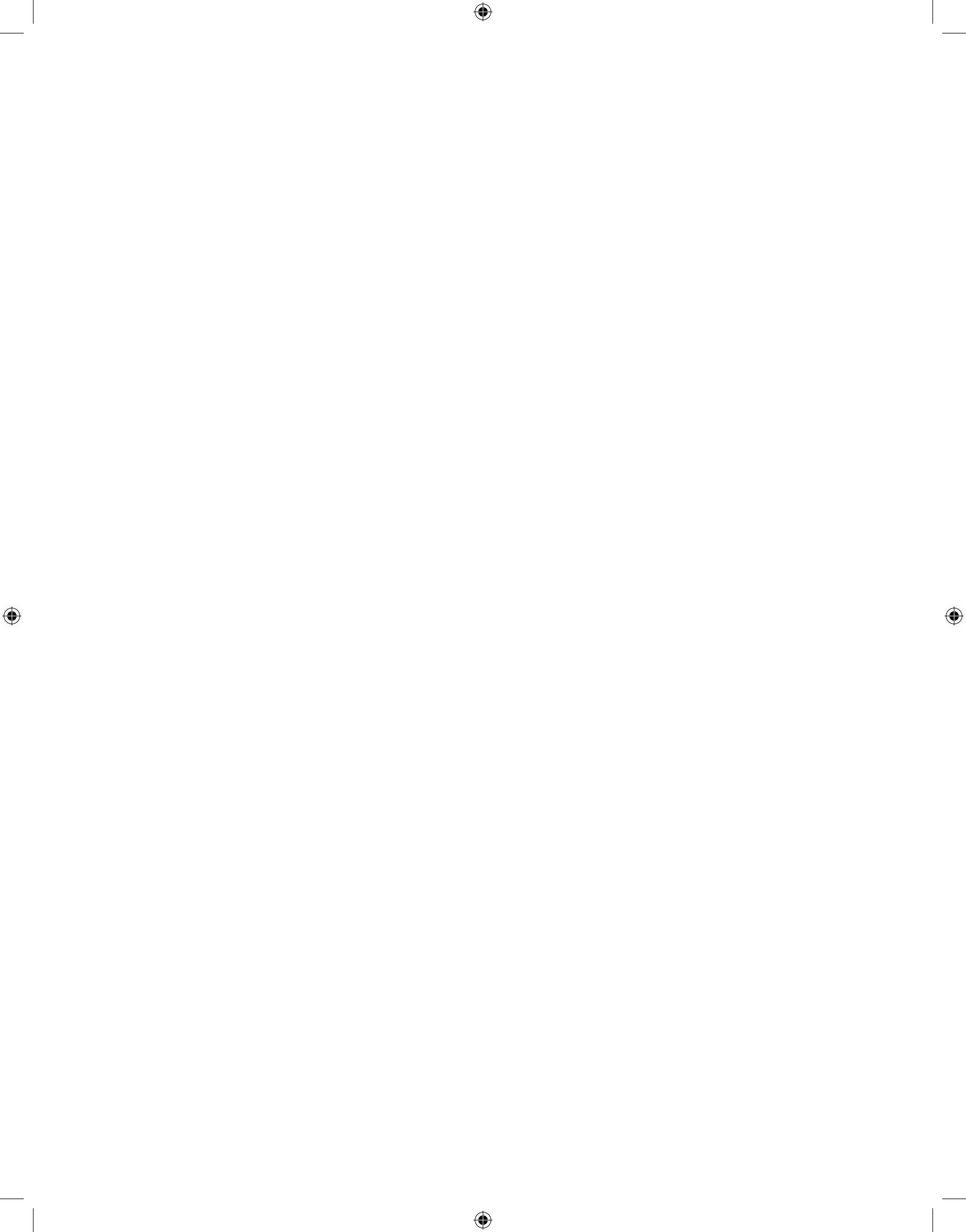
Trabalhamos, no Itamaraty, no momento, para organizar condignamente a visita oficial do Presidente Émile Lahoud ao Brasil, prevista para o período de 22 a 24 de maio.

Como seria de se esperar, o Itamaraty trabalha ativamente para adensar as

relações com um país que tem contribuído consideravelmente para o progresso brasileiro. O Ministro Celso Lafer tem propiciado e acompanhado com atenção as iniciativas que nos aproximam cada vez mais. A presença de D. Mary de Camargo Neves Lafer, que aqui também o representa hoje, é o testemunho de seu apreço pessoal pela nossa gente.

É clara a transcendência dessa “Primeira Exposição da Presença Libanesa no Brasil”: ela registra, para além do conjunto de documentos, um legado da memória. Parabeno a todos pela iniciativa da exposição, que se completa simbolicamente com o lançamento do Carimbo Comemorativo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Meu reconhecimento ao Embaixador do Líbano, Ishaya El Khoury, que hoje representa o Presidente Emile Lahoud, Felicito especialmente o Presidente do Clube Monte Líbano, Rubens Elias Hadad, que tanto contribuiu para o êxito deste evento, bem como a incansável atuação de Lody Brais e de todos os que tornaram possível esta comemoração de nosso espírito e de nossa alma.

Sinto-me em casa. Muito obrigado pelo convite e pela hospitalidade. Sei que todos também se sentem em casa, na identidade perfeita que une e continuará unindo o Brasil e o Líbano.



CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO USO DO TABACO (FRAMEWORK CONVENTION ON TOBACCO CONTROL - FCTC)

DISCURSO PRONUNCIADO, PELO EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, POR OCASIÃO DE SUA ELEIÇÃO PARA PRESIDIR O ÓRGÃO NEGOCIADOR INTERGOVERNAMENTAL (ONI) DA CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO USO DO TABACO (FRAMEWORK CONVENTION ON TOBACCO CONTROL - FCTC). GENEBRA, 18 DE MARÇO DE 2002

Senhora Diretora-Geral,
Delegados, Senhoras e Senhores,

Obrigado pela confiança. É com grande entusiasmo e sentido de compromisso que tomo posse na função de Presidente do Órgão de Negociação Intergovernamental (ONI) da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco. Esta presidência representa antes de tudo um desafio que me comprometo a enfrentar com o melhor de minhas habilidades.

Como meu antecessor, Embaixador Celso Amorim, a quem desejo prestar homenagem por seu talento e dedicação, retiro inspiração do fato de que meu país, sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do ex-Ministro da Saúde, José Serra, foi capaz de conceber e aplicar de maneira eficaz programas efetivos de controle do tabaco que muito se beneficiarão de um incremento na cooperação internacional.

Nosso objetivo é colocar em funcionamento uma estrutura apropriada para o desenvolvimento dessa cooperação. Atuando em nome de todos, procurarei fazer jus às expectativas da comunidade internacional

e desincumbir nossas obrigações dentro do prazo que nos foi prescrito.

Devemo-nos sentir privilegiados em tomar parte nesta singular e inovadora iniciativa de saúde pública, pois estamos tratando um sério problema que, estimulado pela globalização, desconhece fronteiras nacionais e transpassa a clivagem Norte-Sul, incidindo sobre diferentes culturas e estratos socioeconômicos.

Esta IV sessão do ONI constitui um momento crucial no processo negociador. Como estamos a ponto de adentrar em cinco dias de intenso trabalho, seria útil lembrar alguns fatos que ilustram a dimensão do problema com o qual estamos lidando.

Hoje, quase metade dos homens, 48%, e 12% das mulheres fumam. Há clara e incontestada evidência de que o cigarro contribui seriamente para o desenvolvimento de uma série de doenças, tais como: cataratas, câncer no aparelho respiratório, osteoporose, rugosidade, doenças cardíacas, perda de dentes e de cabelo, enfisema pulmonar, doença de Buerger, aborto e disfunções reprodutivas.

Apesar dessas evidências, o consumo do tabaco continua a aumentar.

A cada ano, 4,2 milhões de óbitos – ou seja, um a cada oito segundos – são causados por enfermidades relacionadas ao tabaco. A grande maioria dessas mortes ocorre em países em desenvolvimento, constituindo-se assim em ônus adicional para sociedades que lutam para reduzir a pobreza e construir sistemas de saúde eficientes. Mulheres e jovens têm começado a fumar mais cedo e quase metade das crianças do planeta estão expostas à fumaça do tabaco. Um a cada dois indivíduos que começam a fumar quando criança morrerá antes da meia idade.

Apesar dessas evidências, estratégias de publicidade e *merchandising* continuam a promover, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos, a concepção de que fumar constitui um comportamento normal.

Para enfrentar de frente esse desafio, devemos trabalhar com afinco na elaboração de uma Convenção-Quadro eficaz. Uma Convenção-Quadro que seja vista como um padrão de referência e que traga soluções claras, tornando-se assim um componente importante de uma estrutura global estável e integrada capaz de reduzir o consumo do tabaco.

Nos últimos três anos, o processo de negociação da Convenção deu significativo impulso a políticas nacionais de controle: comissões nacionais foram criadas; programas de controle implementados. Trata-se de iniciativas vitais com vistas a avaliação das necessidades e à proposição de soluções para enfrentar o terrível ônus para a saúde pública de nossos países resultante do consumo do tabaco. Várias pesquisas indicam que existe

um forte apoio a políticas governamentais e a estratégias internacionais de controle do tabaco. Isso deve constituir um poderoso estímulo para nós.

Quase dois anos decorreram desde que a 53a Assembléia Mundial da Saúde nos encarregou a tarefa de elaborar esta Convenção-Quadro. Nas três sessões prévias do ONI, fomos capazes de progredir substancialmente, discutindo uma gama de propostas para as várias áreas cobertas pela Convenção. Mal começamos, porém, a negociar o texto. O caminho diante de nós segue permeado pelas mais difíceis questões, que ainda estão por resolver-se. Teremos de dobrar nossos esforços nos próximos 15 meses caso queiramos alcançar nosso objetivo de adotar a Convenção em maio de 2003.

Na última sessão de negociações em novembro passado, centenas de emendas foram apresentadas pelos Estados-membros ao texto do Presidente. Fizemos grandes progressos desde então. Como frisou a Doutora Gro Brundtland em seu discurso de encerramento do ONI III, existem muitos assuntos pendentes, mas possuímos as ferramentas adequadas para iniciar as discussões do ONI IV.

Nossa tarefa agora é mover o processo adiante e chegar ao cerne das negociações. Estou confiante de que poderemos fazê-lo se mantivermos em mente nossa meta final.

Como uma vez afirmou a Doutora Brundtland – e cito novamente a Diretora-Geral – “a Convenção-Quadro é um processo político a serviço de uma causa pública”. Como representantes de governos, estamos investidos de uma clara responsabilidade política de cumprir o mandato que nos foi confiado. Assumamos juntos esta

responsabilidade e trabalhemos dentro de um genuíno espírito de cooperação internacional.

Eu, de minha parte, prometo trabalhar com imparcialidade e fazer do meu melhor para desincumbir-me desta tarefa. Quaisquer que sejam os compromissos a que tenhamos de chegar a fim de alcançar nossos objetivos, esperemos não sejam obtidos às expensas da saúde pública. Asseguremo-nos de que a Convenção-Quadro que estamos negociando servirá sobretudo para salvar vidas e prevenir a disseminação de doenças.

Para concluir, gostaria de prestar homenagem à Doutora Gro Brundtland por seu destacado papel de liderança no lançamento deste processo negociador e sua inflexível determinação em defender a causa antitabagista.

Gostaria também de expressar minha gratidão ao Presidente interino, Doutor David Hohmann, que, com habilidade, garantiu que o ONI avançasse durante o recente período de transição. Desejo igualmente agradecer ao Embaixador Ali Khorram por seu eficiente trabalho de facilitador do processo de escolha do novo presidente.

Agradecendo a todos uma vez mais pelo apoio – passado, presente e, espero, futuro – encorajo-os a prosseguir nas difíceis negociações diante de nós com espírito aberto e determinação renovada.

Estarei pessoalmente disponível para consultas com as delegações interessadas durante a semana. Desejo-lhes todo o sucesso nessa empreitada conjunta. Trabalhemos juntos para fazer do ONI IV um marco no processo de negociação da Convenção-Quadro.



A OPAQ - DISCURSO DO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL, EMBAIXADOR MASSOT.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO PARA A PROIBIÇÃO DAS ARMAS QUÍMICAS (OPAQ), EMBAIXADOR AFFONSO EMÍLIO DE ALENCASTRO MASSOT, NA SESSÃO DO CONSELHO EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO. HAIA, 19 DE MARÇO DE 2002. (TRADUÇÃO NÃO-OFICIAL)

A eficácia e a imparcialidade do trabalho realizado pela OPAQ sob a liderança de seu Diretor-Geral, Embaixador José Maurício Bustani, foram questionadas.

Essas alegações afetam a credibilidade de um regime multilateral de desarmamento que figura como um modelo de primeira linha no campo dos objetivos globais da não-proliferação e da segurança internacional.

O Governo brasileiro não compartilha a opinião de que a gestão do Embaixador Bustani foi afetada por um desempenho administrativo deficiente. Este debate, no entanto, diz respeito a fatos, e não a preferências individuais.

Olhando estritamente para o histórico de conquistas já alcançadas pela OPAQ, podemos estar tranquilizados de que a consecução equilibrada e firme dos objetivos determinados pelos Estados Membros da Organização vem sendo obtida. O Embaixador Bustani, desde o início de seu primeiro mandato, tem estado plenamente comprometido com a implementação e o fortalecimento da Convenção sobre a Proibição das Armas

Químicas. Ele compreendeu claramente a magnitude daqueles desafios centrais e tem feito um trabalho notável até agora. É com base nesse desempenho tão respeitável que temos testemunhado o rápido crescimento do número de Estados Membros, com o aumento, praticamente inédito e recordista, de 87 Estados Membros fundadores em 1997, para 145 Membros hoje.

O Brasil também não concorda que os problemas financeiros atuais da OPAQ resultem das políticas do Diretor-Geral. O Brasil acredita que o Conselho Executivo sempre exerceu sua autoridade constituída e que nenhum Diretor-Geral pode implementar decisões políticas na ausência de consenso. Estes são mecanismos de proteção previstos no regime, projetados precisamente para impedir qualquer abuso de poder. O Embaixador Bustani, em nossa opinião, tem sido e continua sendo altamente respeitador da Convenção e de seus dispositivos fundamentais.

O Governo brasileiro acredita que a informação trazida à atenção do Conselho

Executivo pelo Diretor-Geral respondeu, de maneira satisfatória, todos os pontos levantados com referência a seu desempenho. Louvamos ainda as abordagens construtivas que têm sido oferecidas pela Diretor-Geral para uma discussão ampla, franca e completa de todas as inquietações em uma atmosfera aberta e justa.

Conseqüentemente, Senhor Presidente, o Brasil opor-se-á a qualquer moção que vise à destituição do Embaixador Bustani.

Obrigado.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO. MÉXICO, MONTERREY, 22 DE MARÇO DE 2002

Senhor Presidente,

Financiar é dar crédito. Porém não apenas no sentido restrito de quem empresta. A palavra “crédito” deriva do verbo latino “credere”, que significa “confiar”. Em qualquer relação de financiamento, a ponte que liga o presente ao futuro é a confiança. Aqui em Monterrey, buscamos delinear os fundamentos necessários ao fortalecimento dos laços de confiança que nos permitirão lidar com o futuro de modo construtivo.

Senhor Presidente,

Esta conferência tem como objetivo fundamental transmitir para nossas sociedades o compromisso inequívoco de propiciar um novo ímpeto para o desenvolvimento.

Precisamos reconhecer que a pobreza é hoje o desafio mais dramático que enfrentamos. A pobreza já não pode ser considerada como um fenômeno que ocorre somente no interior de fronteiras geográficas e políticas bem definidas. Ela está em toda parte. E por toda parte vemos desalento e desespero emergirem da pobreza absoluta. A pobreza tornou-se uma questão política de escala planetária e um catalisador da insegurança internacional.

Acreditar que a mão invisível do mercado irá solucionar esse problema seria iludir-se. O sistema sócio-econômico de nossos países deve ser incluyente e responder ao apelo e às necessidades básicas dos menos afortunados. A declaração que iremos assinar constitui um importante passo no sentido de equilibrar metas macroeconômicas e objetivos sociais, de modo a criar os fundamentos de um real e novo “pacto de crescimento”, no qual o financiamento para o desenvolvimento será um elemento crucial.

Cada Governo deve aceitar suas responsabilidades. Adequadas políticas públicas são parte da resposta, mas elas não são por si só suficientes. É necessário que exista também governança responsável em nível internacional.

Durante os anos 90, os fluxos de capitais para os países em desenvolvimento mais do que dobraram. A parcela total de fluxos privados de capital recebida pelos países em desenvolvimento cresceu de 11,8%, em 1991, para 14,4%, em 1997. Desde então, no entanto, sofreu brutal erosão, recuando, em 2000, para 7,6%.

A gravidade dessa circunstância, que é derivada de uma percepção equivocada dos riscos, não deve ser subestimada. A capacidade de crescimento e recuperação da economia global depende em boa medida da restauração da vitalidade e previsibilidade dos fluxos de capital.

O crescimento sustentado dos chamados “mercados emergentes” teria efeitos significativos do ponto de vista mundial, pois neles se encontra o maior potencial de crescimento de consumo em toda a economia global.

Para os países que não estão completamente integrados ao mercado internacional, o “pacto de crescimento” deveria estar baseado em solidariedade e apoio por parte do mundo mais desenvolvido.

A decisão dos Estados Unidos e da União Européia de aumentar os recursos para assistência ao desenvolvimento é uma medida positiva. Entretanto, apenas poucos países alcançaram a meta de alocar 0,7% de seu PIB para “ajuda oficial ao desenvolvimento”.

A fim de restaurar a confiança, é também essencial que a comunidade internacional adquira um senso de “propriedade” (*ownership*) do projeto que aqui anunciamos. E para tanto é preciso democratizar o processo decisório internacional, particularmente na área referente ao sistema financeiro internacional. A alocação de recursos em organizações internacionais não mais corresponde às realidades do mundo de hoje. É assim necessário aperfeiçoar o papel de países em desenvolvimento como membros de instituições financeiras internacionais como o FMI, de modo a corrigir essa assimetria. Monterrey deve fortalecer as estruturas de governança multilaterais, que são as únicas efetivamente capazes de lidar com as incertezas e os desequilíbrios que ameaçam a nossa capacidade coletiva de combater a

pobreza.

Nós devemos também fortalecer os mecanismos para prevenir e lidar com situações de crise. Todos os países deveriam poder confiar de forma previsível e positiva nas opiniões de instituições financeiras internacionais, e não deveriam ser deixados à sua própria sorte quando as crises se manifestam. O retardamento de respostas a situações de crise aumenta desnecessariamente os riscos envolvidos e torna mais difícil sua solução. A Argentina está fazendo seu melhor em uma situação de extrema dificuldade social e econômica, a fim de estabilizar sua economia. Importantes medidas foram tomadas. Não existe justificativa para o retardamento no auxílio por parte das instituições internacionais. As condições de o Governo argentino perseguir o já iniciado caminho da estabilização serão melhores quão mais cedo seja recebido esse auxílio.

Refiro-me por fim ao comércio. O desenvolvimento de nossas sociedades depende, em parte, do estabelecimento de um ambiente estável para o comércio, baseado em regras mais equitativas, na resistência às práticas protecionistas e no fortalecimento das regras multilaterais e dos modelos de integração regional.

A Rodada de Doha descortina oportunidade extraordinária para que se eliminem distorções inaceitáveis que persistem no comércio mundial. O mundo não pode continuar assistindo impassível à concessão de US\$ 1 (um) bilhão de dólares por dia em subsídios ao setor agrícola dos países desenvolvidos, que deslocam valor expressivo das exportações de produtos agrícolas de países que necessitam de recursos para financiar seu desenvolvimento, e distorcem o comércio internacional de forma profundamente injusta, com conseqüências sociais por vezes dramáticas.

Senhor Presidente,

Aqui em Monterrey as Nações Unidas adquirem credenciais que legitimam uma atuação ampliada na mobilização de recursos para o desenvolvimento. A pobreza absoluta e a insegurança internacional que aí se originam acrescentaram um sentimento de urgência a essa tarefa permanente.

Nossa resposta deve envolver uma gama variada de mecanismos, de forma a restaurar uma rede de confiança, com o engajamento de Governos, empresas e outros agentes que têm a capacidade de gerar a massa crítica de recursos necessários para alavancar o desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Gostaria de terminar citando um famoso poeta mexicano, Alfonso Reyes, que, aliás, foi também diplomata e vivem alguns anos em meu país, no Rio de Janeiro. Em seu poema Sol de Monterrey Alfonso Reyes elaborou uma bela e plástica descrição do sol que todos nós podemos hoje desfrutar nessa bela cidade: “(...) *despeinado y dulce, claro y amarillo: ese sol con sueño que sigue a los niños*”. Assim como o sol de Monterrey é um sol de sonho, mas mesmo assim um sol que acompanha as crianças em seu trajeto rumo à vida adulta, influenciando seu curso, estou confiante que esta conferência modificará de forma definitiva a forma como nossos países estão engajados na busca do pleno desenvolvimento, levando países desenvolvidos e em desenvolvimento em direção a um futuro mais humano e mais responsável. Muito obrigado.



SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO

INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR GÉLSON FONSECA JR., REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, SOBRE A SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO. NOVA YORK, 3 DE ABRIL DE 2002

Senhor Presidente,

Permita-me felicitá-lo por assumir a Presidência do Conselho de Segurança e agradecer a Vossa Excelência e aos membros do Conselho pela convocação deste debate útil e oportuno.

A comunidade internacional retorna uma vez mais a esta câmara para expressar sua tristeza face aos terríveis acontecimentos que continuam a ocorrer no Oriente Médio.

Estamos profundamente perturbados pela evidente incapacidade das duas partes para perseverar na busca de uma solução negociada para o conflito e por sua atitude no dia a dia, que parece planejada para tornar esse objetivo cada vez mais distante.

Nesse contexto, só podemos deplorar a continuação dos ataques terroristas e dos atentados suicidas com bombas por militantes palestinos, assim como o uso excessivo e indiscriminado da força por parte do Governo israelense.

Senhor Presidente,

Não há, certamente, nenhum sinal de evolução positiva no terreno do Oriente Médio. Mas há uma tendência positiva, que encorajamos com todo o vigor: trata-se da crescente sensibilidade do Conselho aos desafios que se apresentam à comunidade internacional neste momento crítico.

Em tempos de desesperança e desapontamento para tantas vidas no Oriente Médio, a opinião pública mundial volta-se para as Nações Unidas, na expectativa de que a razão e a paz eventualmente venham a prevalecer.

É natural que as esperanças se voltem para a possibilidade de ação por parte do Conselho de Segurança.

Saudamos a recente adoção das resoluções 1397 e 1402 e apoiamos plenamente seu conteúdo.

E acreditamos firmemente que o Conselho pode fazer mais para assumir suas responsabilidades nesta matéria.

Senhor Presidente,

O Governo brasileiro continua profundamente alarmado com a rápida e crescente deterioração da situação.

Conclamamos as duas partes a cumprir, de forma plena e imediata, com as Resoluções 1397 e 1402 do Conselho de Segurança, em especial no que se refere a um efetivo cessar-fogo.

Unimo-nos à comunidade internacional no chamado a Israel para suspender todas as ações militares nos territórios ocupados, remover as ocupações e as colônias ilegais, respeitar a Autoridade Nacional Palestina e sua liderança, bem como retirar-se prontamente das cidades palestinas. A ameaça que a

escalada militar trouxe para os santuários das três religiões deve cessar imediatamente. As autoridades israelenses devem entender que o uso excessivo da força não gera nenhum sentimento de segurança em seu próprio povo. Ao contrário, apenas alimenta a terrificante espiral de violência e represálias que torna a visão da paz cada vez mais remota para todos.

Condenamos a decisão de isolar o Presidente Arafat e as tentativas para ameaçar sua integridade física e desmoralizar sua liderança sobre a Autoridade Palestina e seu povo. Qualquer tentativa para enviá-lo para o exílio distante de sua terra natal seria mais um grave equívoco, que não pode ser, e não será, aceito pela comunidade internacional.

Entendemos plenamente as queixas de israelenses e palestinos. E todos nós queremos que o seu sofrimento tenha fim.

Mas a utilização desproporcional e letal da força, assim como atos indiscriminados de terrorismo, apenas servem para colocar ainda mais em risco as perspectivas para uma solução política duradoura para o conflito no Oriente Médio.

Senhor Presidente,

O Governo brasileiro reafirma sua disposição para cooperar plenamente e de forma efetiva com a comunidade internacional, em conformidade com as decisões do Conselho de Segurança, para a implementação de ações com vistas à retomada do processo de paz e à promoção da coexistência pacífica entre Israel e um Estado palestino.

Continuamos fiéis à aspiração de existência de um Estado de Israel dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, assim como de um Estado da Palestina independente, democrático e economicamente viável.

Nenhuma solução militar poderá jamais realizar essa visão. Nem será ela alcançada através dos esforços isolados de uma parte, por mais poderosa e influente que ela possa ser.

O único caminho possível é respeitar os direitos humanos e o direito do povo palestino à autodeterminação. E os únicos instrumentos possíveis são aqueles baseados na legitimidade do direito internacional. As resoluções 242 e 338, assim como o princípio da “terra pela paz”, são as referências para a retomada do processo de paz e para um acordo negociado entre as partes.

Há a necessidade urgente de um cessar-fogo. Mas ele não poderá ser obtido através da expansão da ocupação ilegal e do uso crescente da força armada. E nenhum cessar-fogo sobreviveria na ausência de um quadro político que o sustentasse.

Senhor Presidente,

O Brasil tem repetidamente advogado por uma solução pacífica para o conflito no Oriente Médio.

A questão prática que se coloca hoje é o que o Conselho de Segurança deve fazer agora para promover a causa da razão e da paz.

Em nossa opinião, é necessário que haja maior envolvimento direto do Conselho de Segurança no terreno.

Cremos que o Conselho tem agora uma responsabilidade especial de utilizar seus instrumentos legítimos para exigir o cumprimento de suas decisões.

Acreditamos que é dever do Conselho chamar os representantes de Israel e da Palestina para explicar – no mais alto nível possível – o que estão efetivamente fazendo para responder às exigências do Conselho.

Julgamos que o Conselho deveria ser informado diretamente por todos os emissários cujos esforços continuam a ser apoiados pela comunidade internacional.

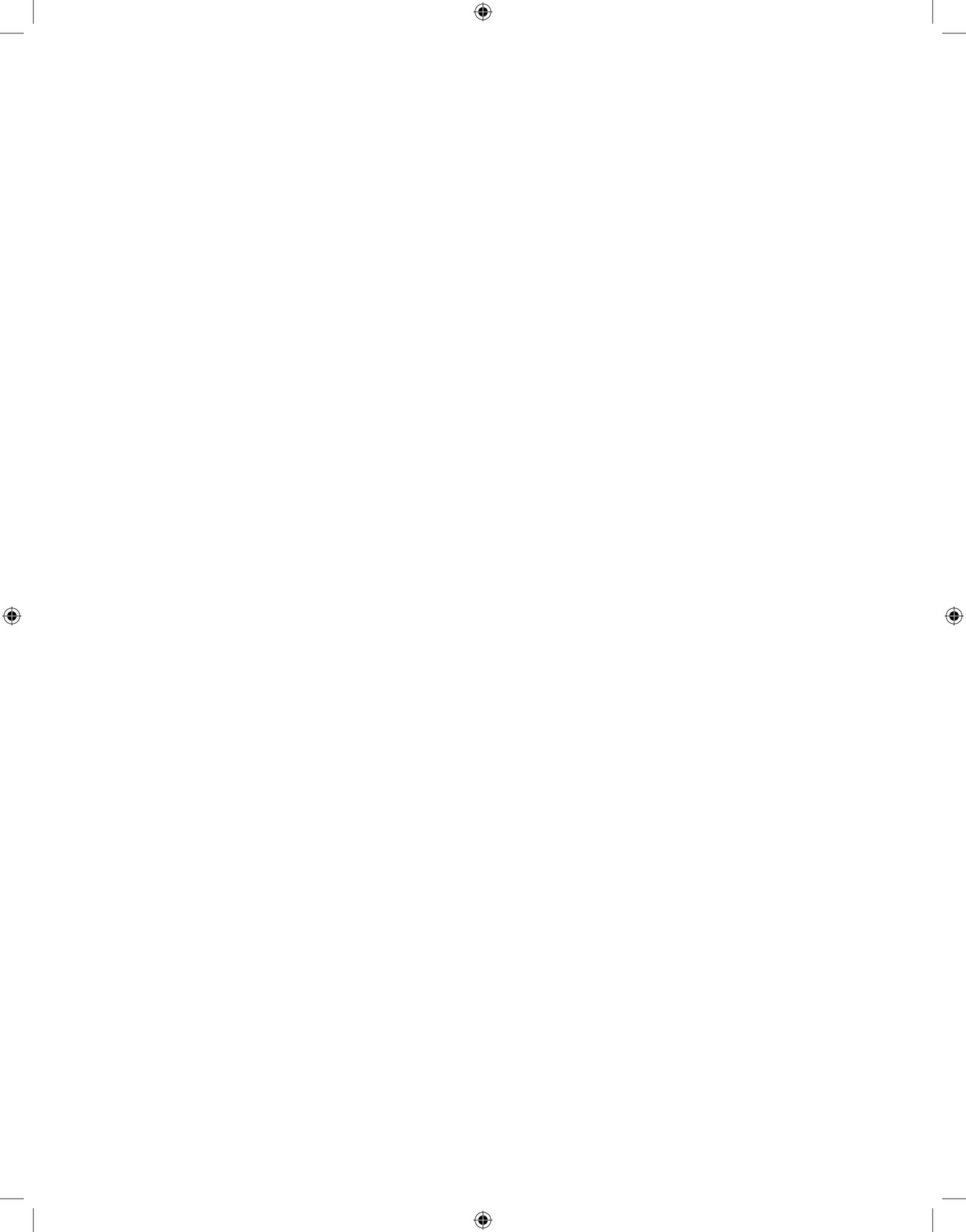
Continuamos comprometidos com a idéia de estabelecer-se um mecanismo internacional de monitoramento, para auxiliar as partes a implementar as recomendações do relatório Mitchell e do Plano Tenet, inclusive em apoio aos esforços conduzidos no terreno pelo Enviado Especial Anthony Zinni.

Uma presença internacional, com pleno apoio das Nações Unidas, parece indispensável agora.

Por último, mas não menos relevante, o Conselho de Segurança deve estabelecer uma estratégia clara para fazer avançar enfoques novos e construtivos, como a iniciativa do Príncipe Abudallah da Arábia Saudita, recentemente endossada pela Liga de Estados Árabes.

Reafirmo, Senhor Presidente, que o Brasil estaria preparado para participar de qualquer iniciativa decidida pelo Conselho de Segurança com vistas a alcançar liberdade política, paz, estabilidade e prosperidade para todos no Oriente Médio.

Muito obrigado.



INTERVENÇÃO DO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR GÉLSON FONSECA JR., REPRESENTANTE
PERMANENTE DO BRASIL, NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU SOBRE
A SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO. NOVA YORK, 3 DE ABRIL DE 2002

Senhor Presidente,

Permita-me felicitá-lo por assumir a Presidência do Conselho de Segurança e agradecer a Vossa Excelência e aos membros do Conselho pela convocação deste debate útil e oportuno.

A comunidade internacional retorna uma vez mais a esta câmara para expressar sua tristeza face aos terríveis acontecimentos que continuam a ocorrer no Oriente Médio.

Estamos profundamente perturbados pela evidente incapacidade das duas partes para perseverar na busca de uma solução negociada para o conflito e por sua atitude no dia a dia, que parece planejada para tornar esse objetivo cada vez mais distante.

Nesse contexto, só podemos deplorar a continuação dos ataques terroristas e dos atentados suicidas com bombas por militantes palestinos, assim como o uso excessivo e indiscriminado da força por parte do Governo israelense.

Senhor Presidente,

Não há, certamente, nenhum sinal de evolução positiva no terreno do Oriente Médio. Mas há uma tendência positiva,

que encorajamos com todo o vigor: trata-se da crescente sensibilidade do Conselho aos desafios que se apresentam à comunidade internacional neste momento crítico.

Em tempos de desesperança e desapontamento para tantas vidas no Oriente Médio, a opinião pública mundial volta-se para as Nações Unidas, na expectativa de que a razão e a paz eventualmente venham a prevalecer.

É natural que as esperanças se voltem para a possibilidade de ação por parte do Conselho de Segurança.

Saudamos a recente adoção das resoluções 1397 e 1402 e apoiamos plenamente seu conteúdo.

E acreditamos firmemente que o Conselho pode fazer mais para assumir suas responsabilidades nesta matéria.

Senhor Presidente,

O Governo brasileiro continua profundamente alarmado com a rápida e crescente deterioração da situação.

Conclamamos as duas partes a cumprir, de forma plena e imediata, com as Resoluções 1397 e 1402 do Conselho de Segurança, em especial no que se refere a um efetivo cessar-fogo.

Unimo-nos à comunidade internacional no chamado a Israel para suspender todas as ações militares nos territórios ocupados, remover as ocupações e as colônias ilegais, respeitar a Autoridade Nacional Palestina e sua liderança, bem como retirar-se prontamente das cidades palestinas. A ameaça que a escalada militar trouxe para os santuários das três religiões deve cessar imediatamente. As autoridades israelenses devem entender que o uso excessivo da força não gera nenhum sentimento de segurança em seu próprio povo. Ao contrário, apenas alimenta a terrificante espiral de violência e represálias que torna a visão da paz cada vez mais remota para todos.

Condenamos a decisão de isolar o Presidente Arafat e as tentativas para ameaçar sua integridade física e desmoralizar sua liderança sobre a Autoridade Palestina e seu povo. Qualquer tentativa para enviá-lo para o exílio distante de sua terra natal seria mais um grave equívoco, que não pode ser, e não será, aceito pela comunidade internacional.

Entendemos plenamente as queixas de israelenses e palestinos. E todos nós queremos que o seu sofrimento tenha fim.

Mas a utilização desproporcional e letal da força, assim como atos indiscriminados de terrorismo, apenas servem para colocar ainda mais em risco as perspectivas para uma solução política duradoura para o conflito no Oriente Médio.

Senhor Presidente,

O Governo brasileiro reafirma sua disposição para cooperar plenamente e de forma efetiva com a comunidade internacional, em conformidade com as decisões do Conselho de Segurança, para a implementação de ações com vistas à retomada do processo de paz e à promoção da coexistência pacífica entre Israel e um Estado palestino.

Continuamos fiéis à aspiração de existência de um Estado de Israel dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, assim como de um Estado da Palestina independente, democrático e economicamente viável.

Nenhuma solução militar poderá jamais realizar essa visão. Nem será ela alcançada através dos esforços isolados de uma parte, por mais poderosa e influente que ela possa ser.

O único caminho possível é respeitar os direitos humanos e o direito do povo palestino à autodeterminação. E os únicos instrumentos possíveis são aqueles baseados na legitimidade do direito internacional. As resoluções 242 e 338, assim como o princípio da “terra pela paz”, são as referências para a retomada do processo de paz e para um acordo negociado entre as partes.

Há a necessidade urgente de um cessar-fogo. Mas ele não poderá ser obtido através da expansão da ocupação ilegal e do uso crescente da força armada. E nenhum cessar-fogo sobreviveria na ausência de um quadro político que o sustentasse.

Senhor Presidente,

O Brasil tem repetidamente advogado por uma solução pacífica para o conflito no Oriente Médio.

A questão prática que se coloca hoje é o que o Conselho de Segurança deve fazer agora para promover a causa da razão e da paz.

Em nossa opinião, é necessário que haja maior envolvimento direto do Conselho de Segurança no terreno.

Creemos que o Conselho tem agora uma responsabilidade especial de utilizar seus instrumentos legítimos para exigir o cumprimento de suas decisões.

Acreditamos que é dever do Conselho chamar os representantes de Israel e da Palestina para explicar – no mais alto nível

possível – o que estão efetivamente fazendo para responder às exigências do Conselho.

Julgamos que o Conselho deveria ser informado diretamente por todos os emissários cujos esforços continuam a ser apoiados pela comunidade internacional.

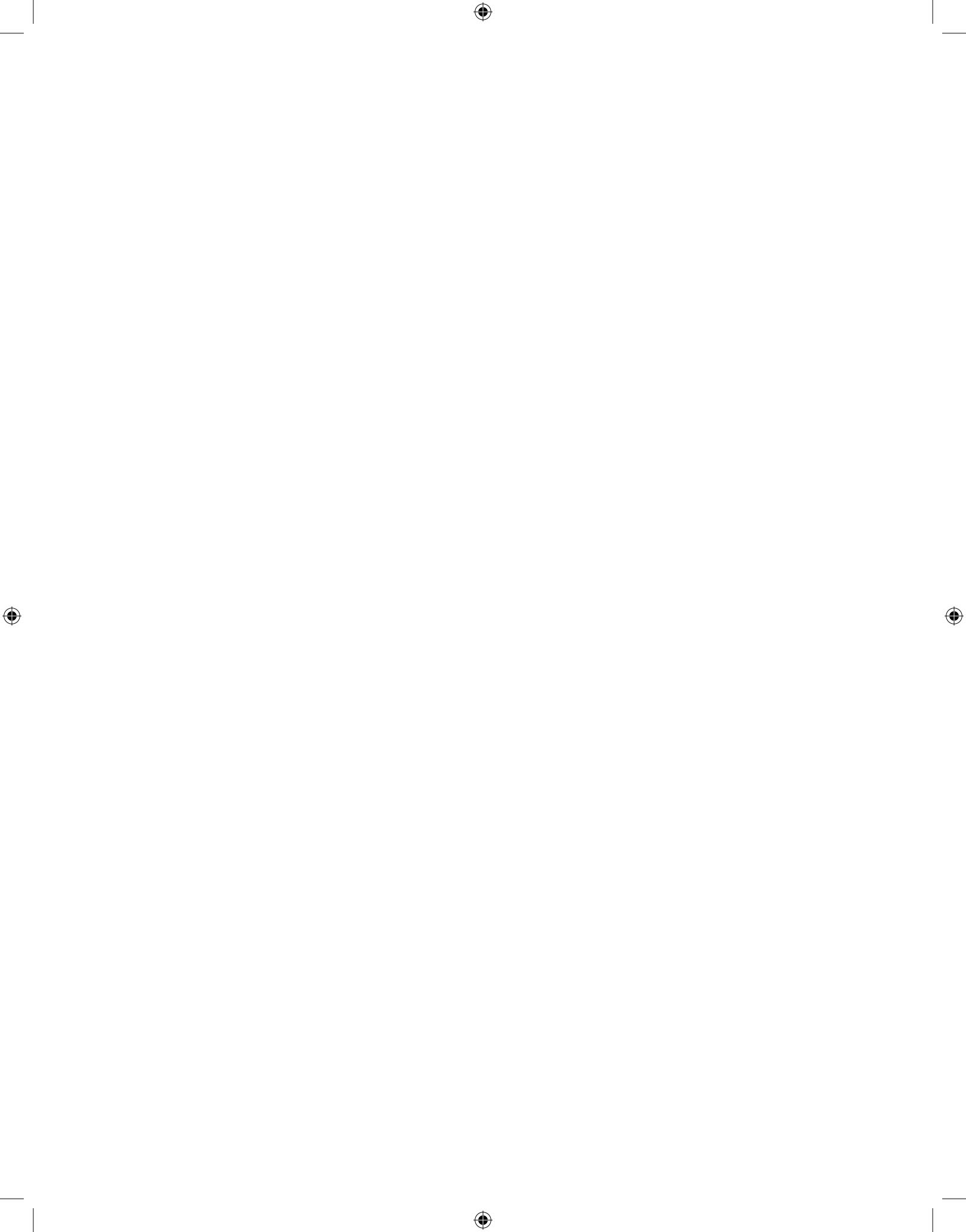
Continuamos comprometidos com a idéia de estabelecer-se um mecanismo internacional de monitoramento, para auxiliar as partes a implementar as recomendações do relatório Mitchell e do Plano Tenet, inclusive em apoio aos esforços conduzidos no terreno pelo Enviado Especial Anthony Zinni.

Uma presença internacional, com pleno apoio das Nações Unidas, parece indispensável agora.

Por último, mas não menos relevante, o Conselho de Segurança deve estabelecer uma estratégia clara para fazer avançar enfoques novos e construtivos, como a iniciativa do Príncipe Abudallah da Arábia Saudita, recentemente endossada pela Liga de Estados Árabes.

Reafirmo, Senhor Presidente, que o Brasil estaria preparado para participar de qualquer iniciativa decidida pelo Conselho de Segurança com vistas a alcançar liberdade política, paz, estabilidade e prosperidade para todos no Oriente Médio.

Muito obrigado.



INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NO SENADO FEDERAL

INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NO
SENADO FEDERAL. BRASÍLIA, 4 DE ABRIL DE 2002

Senhor Presidente, Senhores Senadores,

Convida-me o Senado Federal a trazer minha avaliação dos problemas com que defronta o comércio internacional do aço e das dificuldades que daí decorrem para a indústria siderúrgica brasileira e para o próprio comércio exterior do Brasil. Procurarei centrar o foco de minhas observações na vertente externa, onde se dá a ação do Itamaraty por força de sua competência legal.

2. Para maior clareza, desdobrarei minha apresentação em duas partes. Na primeira, procurarei trazer os elementos essenciais dos contextos nacional e internacional e, na segunda, as ações e reações que se vêm observando no cenário mundial, destacando, entre estas últimas, a ação desenvolvida pelo Governo brasileiro.

3. Compor o contexto impõe, antes de mais nada, traçar um quadro sucinto do setor siderúrgico nacional, isto é, das características que determinam o perfil do Brasil como ator nesse comércio, seu peso específico e os interesses que lhe cabe defender.

4. Começo, portanto, com um apanhado da situação do setor siderúrgico nacional, após o que procurarei destacar algumas das forças que explicam a crise no plano mundial.

5. Sem subestimar a importância de iniciativas pioneiras das primeiras gerações de industriais brasileiros, é certo que o nascimento e crescimento da moderna siderurgia no Brasil foram, em grande medida, obra do Estado. O aço era símbolo de industrialização e esta, durante décadas, foi o sinônimo de progresso. O Estado brasileiro entendeu, corretamente, que o país, como detentor de grandes reservas de minério de ferro, podia aspirar a uma siderurgia de envergadura. E atuou nesse sentido. Implantou-a com Vargas e promoveu seu crescimento nas décadas de 60 e 70. O modelo predominantemente estatal, necessário na origem, teve seus êxitos. Sem a ação do Estado nas décadas de 30 e 40, provavelmente não teria o País desenvolvido uma robusta base siderúrgica. Falhas terá havido, por certo, mas a verdade é que o Brasil, nas décadas seguintes, colocou-se entre os principais produtores e exportadores de aço do mundo. O modelo esgotou-se, como em outros setores, quando a crise gerencial do Estado trouxe à tona ineficiências e fraquezas insustentáveis no segmento produtivo.

6. Nos anos 90 o setor siderúrgico passou por sua grande metamorfose. Em três anos, entre 1991 e 1993, toda a siderurgia estatal

foi privatizada por meio de leilões públicos e tiveram início maciços investimentos voltados para sua modernização. Apenas no ano de 1998 foram investidos no setor recursos superiores ao total investido na soma de cinco anos entre 1989 e 1994. Ao todo, entre 1994 e 2000, os novos controladores canalizaram para a produção de aço 10,2 bilhões de dólares em projetos de modernização, de upgrading, de redução de custos e de proteção ambiental.

7. Não me deterei em pormenores, mas julgo importante ressaltar alguns números que ilustram a transformação por que passou a indústria nacional:

- No processo de consolidação, das 34 empresas existentes no final dos anos 80 restaram 12;
- Instalações antieconômicas foram sistematicamente fechadas;
- Aproximadamente 60% da força de trabalho foi dispensada, o que, por um lado, dá a medida do custo social dessa transformação, mas, por outro, revela quão elevados foram os ganhos de produtividade.

8. Desse processo há umas tantas resultantes que caberia destacar nesta análise. A primeira é de que a indústria brasileira passou a figurar, segundo analistas internacionais independentes, entre aquelas com mais baixo custo de produção no mundo. Um segundo dado interessante a notar é que, por ter investido essencialmente em modernização e aumento de produtividade, a capacidade de produção propriamente dita expandiu-se pouco: passa de 28 milhões em 1989 a 30 milhões de toneladas em 2000. Combinada com o crescimento da demanda interna, sobretudo a partir do Plano Real, essa situação gerou uma inflexão importante

no destino da produção siderúrgica nacional. Passaram a predominar as vendas no próprio mercado brasileiro e não mais no mercado externo, como ocorria antes. Entre 60% e 65% da produção de aço do Brasil está hoje voltada para o atendimento da indústria consumidora doméstica.

9. Por fim, é importante observar que, em parte como consequência dessa distribuição entre mercado interno e mercado externo e em parte como estratégia de inserção no mercado global, a indústria brasileira mudou seu mix de produtos exportados. Os produtos semi-acabados passaram a dominar, em proporção superior a 70% (em volume), a pauta exportadora do setor, enquanto declinou a exportação de acabados (canalizados, em grande parte, para o mercado interno). Consideradas as exportações em valor (e não em volume), os produtos acabados ainda predominam, mas os chamados “semis”, no ano passado, já atingiam a marca de 45%. Para os EUA, a proporção de semi-acabados, como se verá mais tarde, alcança volume próximo de 80%. Vale reter esse dado porque terá desdobramentos na forma como o Brasil é afetado pelas medidas protecionistas norte-americanas.

10. Esse é o quadro da siderurgia brasileira na virada do milênio: indústria privatizada, modernizada e altamente competitiva em termos mundiais. O Brasil situa-se como o oitavo maior produtor de aço do mundo (com produção em torno de 28 milhões de toneladas) e figura entre os cinco maiores exportadores mundiais. Tanto sua produção quanto sua exportação apresentam números estáveis nos últimos anos, mas a ênfase nas exportações de semi-acabados para os grandes mercados (Estados Unidos e União Européia) vai-se consolidando como tendência. Há nisso como que uma aposta

estratégica na alta competitividade do produto brasileiro e na crescente necessidade de importação de semi-acabados por parte da indústria siderúrgica norte-americana. É que esta última, em seu lento e tumultuado processo de reestruturação, desenvolve um modelo pelo qual algumas usinas abandonam a fase metalúrgica, onde são reconhecidamente pouco competitivas, para trabalharem com o semi-acabado importado e concentrarem-se em linhas de maior valor agregado. A aposta brasileira nessa tendência é tal que algumas empresas siderúrgicas brasileiras adquirem usinas nos EUA para operá-las essencialmente a partir do semi-acabado importado do Brasil. São passos corajosos de uma indústria que se globaliza.

11. Se o setor siderúrgico brasileiro fez o “dever de casa” e preparou-se para a competição global, o mesmo não se pode dizer de todos os outros grandes produtores. O mercado internacional do aço está em crise. Em sua origem estão fatores diversos, alguns estruturais, outros de conjuntura.

12. Entre os primeiros está a existência de um excedente de capacidade instalada. Estima-se como provável que a capacidade instalada no mundo situe-se entre 1,0 bilhão e 1,1 bilhão de toneladas, para uma produção que, no ano de 2000, atingiu aproximadamente 850 milhões.

13. Analisada de forma menos agregada, a capacidade mundial de produção apresenta situações muito distintas entre países. Há aqueles, como o Brasil, que reestruturaram completamente sua indústria na última década e estão em condições de competir. A União Européia operou uma reestruturação em profundidade, com privatizações, fusões e aquisições, fechamento de usinas e modernização tecnológica em grande escala. Reúne hoje quase 20% da produção mundial e continua a perseguir metas ainda mais

ambiciosas em termos de consolidação, como se depreende do anúncio da fusão de Usinor, Arbed e Aceralia para a formação da maior empresa siderúrgica do mundo, com volume de produção de 45 milhões de toneladas.

14. No outro extremo da escala situa-se o parque siderúrgico da antiga União Soviética, constituído por uma estrutura produtiva hoje superdimensionada, erguida para atender à demanda doméstica de um Estado que se fragmentou. Rússia e Ucrânia, herdeiras principais dessa indústria, não ostentam mais uma economia capaz de gerar consumo próprio para o aço que produzem e vêm-se compelidas a escoá-lo no mercado internacional. Na opinião de analistas conceituados, as usinas russas e ucranianas estariam hoje vendendo abaixo do custo de produção. Com prejuízo, portanto, porém menor do que aquele que decorreria de uma paralisação dos altos fornos ou do fechamento da usina. Os números são eloqüentes. Em 1991, no início do processo de desarticulação do Estado soviético, a Rússia produzia aproximadamente 74 milhões de toneladas de aço e consumia pouco mais de 50 milhões. Em 2000, a produção russa havia caído para 65 milhões e seu consumo, “desabado” para apenas 25 milhões, gerando um excedente exportável de 40 milhões. Embora em escala menor, a história se repete no caso da Ucrânia. O dado importante a reter é o fato de que em 1991 a antiga União Soviética era um ator menor no comércio mundial de aço, ao passo que, em 2000, a CEI (Comunidade de Estados Independentes) transformou-se no maior exportador mundial. Importante também ter presente que, embora tenha havido um início de reestruturação na indústria siderúrgica russa e ucraniana, tal reestruturação foi apenas parcial, estando hoje ambos os países confrontados com capacidade antieconômica, dado o remanescente de

usinas tecnologicamente superadas e de baixa produtividade.

15. Japão e Coréia, dois gigantes da indústria siderúrgica mundial, também vêm-se às voltas com a necessidade de fechar algumas unidades e reestruturar parte do setor, embora não se questione a produtividade da maior parte de seu parque produtivo.

16. A China, hoje a maior produtora mundial de aço, com 127 milhões de toneladas, ocupa posição peculiar. Consome grande parte do que produz, exporta pouco e também importa pouco. Dispõe de um parque siderúrgico muito diferenciado, com segmentos em que dominam tecnologia de ponta e níveis altíssimos de produtividade e outros, com modelos de produção tidos como inteiramente superados. Hoje interfere pouco no mercado internacional, mas é crescente seu interesse nos rumos desse mercado.

17. No elenco das questões estruturais figuram, por fim, os problemas próprios da indústria siderúrgica dos Estados Unidos. Embora ostentem uma produção em torno de 100 milhões de toneladas, os Estados Unidos consomem mais do que produzem e se colocam como principal mercado importador do mundo. O ingresso do aço importado no mercado norte-americano tem estado, ao longo das três últimas décadas, sujeito a percalços de toda ordem, por conta de repetidas ondas de protecionismo. Na década de 80, foram os chamados “acordos de restrição voluntária”, pelos quais os países exportadores, inclusive o Brasil, obrigavam-se a limitar suas vendas àquele mercado. Na década de 90, os direitos *antidumping* e as medidas compensatórias, aplicados de forma altamente questionável, cercearam o acesso do aço estrangeiro, situação que persiste até hoje. É tal o número de direitos *antidumping* e de medidas compensatórias aplicados pelas autoridades de defesa comercial dos Estados

Unidos que, em 2001, não havia praticamente um só país exportador de aço no mundo que não tivesse algum produto siderúrgico sobretaxado naquele país. EUA. Estimava-se que ações *antidumping* ou de medidas compensatórias contra alegados subsídios cobriam, no ano passado, 44% de todos os produtos siderúrgicos importados de países não-membros do NAFTA.

18. A aparente contradição entre, por um lado, a necessidade de importar e, por outro, o sistemático cerceamento das importações encontra sua explicação no embate entre os setores dinâmicos da economia americana e a força política do setor siderúrgico mais tradicional. Em grande parte, é este último – representado pelas grandes usinas integradas – que não se reestruturou, perdeu condições de competir, continua resistindo a mudanças, mas mostra-se sempre capaz de alavancar junto ao Congresso e ao Executivo sucessivas medidas de proteção. Sua capacidade de mobilização política decorre da concentração da indústria em um pequeno número de Estados da federação e da forte participação dos sindicatos nesse movimento de resistência, ambos fatores eleitorais relevantes.

19. Seria faltar com a verdade afirmar que a indústria siderúrgica norte-americana, como um todo, não se reestruturou. Calcula-se que algo em torno de 50% da produção de aço nos Estados Unidos provém, hoje, das chamadas “mini-usinas”, modernas e eficientes. Noutro segmento, o dos chamados “re-rollers”, usinas que trabalham a partir do semi-acabado importado (inclusive do Brasil), também exibem índices de produtividade elevados. A resistência protecionista maior, porém, está no segmento menos dinâmico, estruturalmente incapacitado de concorrer.

20. A esse conjunto de elementos estruturais (excesso de capacidade instalada, combinado com a manutenção em atividade

de usinas tecnológica ou gerencialmente anacrônicas) vieram somar-se, nos últimos anos, dados conjunturais que exacerbaram as tensões entre produção, consumo e comércio. A crise asiática de 1997 e a crise russa de 1998, aliadas à longa estagnação da economia japonesa, foram decisivas. Seu impacto, ao reduzir o consumo, gerou um excedente de produção que foi escoado apressadamente nos principais mercados, ou seja, Europa e, sobretudo, Estados Unidos.

21. Gráficos de importação de aço nos Estados Unidos mostram picos acentuados naqueles anos, com ingressos maciços de produtos siderúrgicos russos, japoneses e coreanos, por exemplo, num momento em que a economia americana exibia vitalidade e capacidade de absorção. Mas, se isso era verdade para a economia como um todo, não o era necessariamente para aquela parcela da siderurgia norte-americana menos competitiva.

22. Sucederam-se então as ações *antidumping*, movidas pela indústria, contra todo e qualquer produto importado, de que resultaram os números que mencionei há pouco. Produtos brasileiros, como os de muitas outras origens, foram atingidos pela proteção na fronteira. Em muitos casos, não satisfeitos com o efeito dissuasivo do *antidumping*, as investigações conduzidas pelo Departamento do Comércio dos Estados Unidos resultaram na aplicação de direitos compensatórios, por alegados subsídios. Mesmo empresas privatizadas tiveram seus produtos sobretaxados, como resultado de uma interpretação claramente distorcida das normas, que identifica subsídios residuais inclusive em casos em que a empresa tenha sido vendida em leilão público.

23. Empenhado em dar proteção ainda mais radical à sua siderurgia, o Congresso norte-americano aprovou uma emenda à sua lei de

comércio, a chamada Emenda Byrd, pela qual os direitos *antidumping* arrecadados revertem em benefício das empresas petionárias. A medida configura claramente um subsídio ao setor, o que levou vários países, inclusive o Brasil, a associarem-se numa ação conjunta na OMC contra a Emenda, processo que ainda em curso naquela Organização.

24. Em 1999, atingido por direitos *antidumping* e medidas compensatórias elevadas sobre laminados a quente, o setor siderúrgico brasileiro sugeriu ao Governo examinar a possibilidade de negociar um acordo específico com os Estados Unidos para aquele produto. Trata-se de um tipo de instrumento denominado “acordo suspensivo”, em que o Governo brasileiro aceita restringir o volume exportado e, em paralelo, a empresa exportadoras comprometem-se a não vender abaixo de um determinado preço; como contrapartida, o governo norte-americano “suspende” (e daí a denominação “acordo suspensivo”) a aplicação das sobretaxas. As negociações realizaram-se a contento, o acordo foi negociado mas se revelou parcialmente eficaz apenas no primeiro ano de vigência, em 2000.

25. Em suma, a partir de 1998, a crise da indústria siderúrgica dos Estados Unidos foi-se acentuando, à medida que a ingresso do produto importado colocava em evidência suas fraquezas estruturais. As ações *antidumping* não pareciam suficientes e o setor clamava por mais proteção. É interessante notar que, não obstante sua forte ligação com os sindicatos, a Administração democrata do Presidente Clinton logrou resistir às pressões. Menos de seis meses depois, porém, o Presidente George W. Bush anunciou, em junho de 2001, o início da investigação que acabaria por levar, em março último, à aplicação de salvaguardas na importação de vários produtos siderúrgicos. Nos quatro anos que vão de 1998 a 2001,

24 empresas siderúrgicas norte-americanas pediram concordata, entre elas duas das maiores do setor, a Bethlehem Steel e a LTV.

26. Esses são, em grandes linhas, os elementos que compõem o contexto nacional e internacional e que me parece importante ter presentes. No plano interno, uma indústria revitalizada e competitiva, fruto de corajoso processo de privatização e de pesados investimentos dos novos controladores. No plano global, um excesso de capacidade instalada, com bolsões de produção antieconômica. No mercado norte-americano, mais especificamente, surto de importações, gerado pelas crises asiática e russa, põe a nu as antigas e conhecidas dificuldades de um segmento que não se modernizou e que insiste em sobreviver ao abrigo de medidas protecionistas. O Congresso se mobiliza e o Executivo cede à pressão de congressistas, empresas e sindicatos: em 5 de março são anunciadas sobretaxas e quotas que virtualmente fecham o mercado dos Estados Unidos à importação de grande parte dos produtos siderúrgicos.

27. Detenho-me agora, neste segundo capítulo, nas ações e reações que vêm marcando o cenário do comércio internacional do aço.

28. Seria ocioso descrever as diversas etapas e procedimentos que a Administração norte-americana seguiu entre junho de 2001, quando o Presidente Bush anunciou seu plano, e março de 2002, quando as medidas de proteção foram tornadas públicas. Recordo apenas que a International Trade Commission, órgão autônomo do Governo norte-americano, foi acionada pelo Presidente para proceder a uma investigação abrangente. O objetivo, conforme determinam a legislação de comércio dos Estados Unidos e as próprias normas da OMC, era apurar se as importações de aço estariam causando “dano

ou ameaça de dano” à indústria siderúrgica local. Trata-se de requisito indispensável para a aplicação de medidas de proteção. Ao final de seus trabalhos, a Comissão entendeu que 16, dos 33 produtos analisados, foram prejudicados pela concorrência do produto importado. Seguiram-se, na etapa seguinte, recomendações ao Presidente e este, ouvida a assessoria da Casa Branca, baixou as salvaguardas que conhecemos.

29. Que medidas são essas? No essencial, a decisão consistiu em estabelecer: (1) quota de 4,9 milhões de toneladas métricas para semi-acabados, com aumento de 450 mil t.m. ao ano; (2) tarifas de 30% sobre laminados planos, em geral, passando a 24% no segundo ano, a 18% no terceiro; (3) tarifas iniciais de 15% ou 8% para outros produtos conforme o caso (produtos longos, inoxidável etc.); (4) algumas exclusões (aço-ferramenta e, por exemplo); (5) isenção de qualquer restrição para o México, Canadá, Jordânia e Israel (com os quais os EUA mantêm acordos de livre comércio); (6) isenções para países em desenvolvimento em produtos onde suas exportações fossem inferiores a 3% das importações norte-americanas. As salvaguardas terão duração de três anos e entraram em vigor em 20 de março.

30. De forma simplificada, as conseqüências para o Brasil podem ser enquadradas em três grandes categorias de produtos:

Nos semi-acabados (placas, sobretudo), que respondem por aproximadamente 75% das exportações brasileiras para o mercado norte-americano, coube ao Brasil uma quota de 2,5 milhões de toneladas métricas. Nossas vendas desse produto para os Estados Unidos haviam totalizado 2,4 milhões de toneladas em 2000 e 2,1 milhões de toneladas no ano passado. A quota alocada pareceria, à primeira vista, ser suficiente para atender ao pico das exportações brasileiras, mas não é esse o

único parâmetro de avaliação. Estava nos planos da siderurgia brasileira explorar mais a fundo sua vertente de complementaridade com o segmento da indústria norte-americana interessado em processar o semi-acabado produzido no Brasil. Entre outros projetos, havia de concreto o fato de a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ter adquirido uma usina norte-americana, a Heartland Steel, com o objetivo de alimentá-la, já a partir deste ano, com placas brasileiras. Consideradas essas expectativas de exportação, estima-se que seria necessário um milhão de toneladas a mais para que a quota pudesse atender ao potencial de exportações do Brasil.

No segmento de laminados planos, há situações um tanto diferenciadas. Em laminados a quente, por exemplo, as exportações brasileiras já haviam praticamente cessado. O acordo suspensivo de *antidumping*, negociado com o Governo norte-americano em 1999, tornara-se inoperante, conforme mencionei há pouco. A indústria alimentava porém a expectativa de retornar ao mercado, beneficiando-se de um possível processo de revisão de *dumping* ou do ingresso de um novo exportador, perspectiva que desaparece com a sobretaxa de 30%. Em chapas grossas, produto de que o Brasil conseguira exportar aproximadamente 15 milhões de dólares no ano passado, também fica inviabilizada a presença brasileira no mercado americano. Na categoria de laminados a frio, o Brasil embarcara para os EUA 59 milhões de dólares no ano passado, porém sua posição era vulnerável; acabara de sofrer medida compensatória e aguardava determinação de *dumping*. Subsistia algum otimismo na indústria, face à possibilidade de que o Brasil lograsse reverter, em setembro, na instância administrativa própria, a determinação de dano, o que lhe permitiria manter-se no mercado; a sobretaxa de 30% elimina essas

chances. Em chapas galvanizadas, com exportações de 8,6 milhões de dólares em 2001, também desaparecem as possibilidades de acesso com a sobretaxa de 30%. Restou o item folha de flandres, igualmente sobretaxado em 30%, mas para o qual o Brasil, como país em desenvolvimento, será beneficiado por isenção.

No segmento de produtos não-planos, a isenção que contemplou exportações provenientes de países em desenvolvimento com participação inferior a 3% nas importações realizadas pelos Estados Unidos beneficiou o Brasil em produtos como vergalhões, barras e perfis leves. Em outros casos, as vendas brasileiras não chegam a ser afetadas porque os produtos não foram atingidos pelas salvaguardas, como é o caso de certos tubos e de aço-ferramenta.

31. Grosso modo, esse é o quadro que resulta, para o Brasil, das medidas anunciadas pelo Presidente Bush.

32. Valem algumas observações de natureza jurídica e política e outras de cunho mais propriamente comercial. Juridicamente, ao fazer uso de “salvaguardas”, o Governo norte-americano está aplicando não só sua legislação comercial mas também dispositivos do acordo pertinente da OMC que lhe asseguram o direito a esse recurso de defesa comercial. Trata-se de medida extrema, que se caracteriza por se aplicar indiscriminadamente contra produto de todas as origens e que, como outras ações defensivas, têm prazo de aplicação limitado (três anos, neste caso). Não se trata, portanto, de ação contra o aço brasileiro mas sim contra o aço importado em geral. Não se trata tampouco de uma medida que não esteja contemplada nas regras do comércio internacional. O que, entretanto, é passível de contestação é a base fatural em que o governo norte-americano fundamentou sua decisão. Mais especificamente, o que se coloca

em dúvida é, sobretudo, se estariam atendidos os requisitos de “surto” de importações e de relação causal entre importações e ameaça de dano à indústria local que os acordos da OMC exigem. Essa análise varia de produto a produto e, pelo menos em alguns casos, os números apresentados não são convincentes. Do ponto de vista político (mas com significativas implicações comerciais), convém notar a preocupação que tiveram os Estados Unidos em isentar o México e o Canadá das salvaguardas, amparando essa decisão no fato de serem ambas partes na área de livre comércio do NAFTA.

33. Examinadas as salvaguardas pela vertente de seu impacto comercial, há alguma discordância no tocante às perdas sofridas pelo Brasil. As exportações totais de aço brasileiro para os Estados Unidos somaram, em 2001, US\$ 734 milhões, dos quais aproximadamente US\$ 400 milhões em semi-acabados. Se nos limitarmos a um cotejo com as vendas realizadas no ano passado – ou seja, supondo-se que o Brasil repetiria no corrente ano o volume que exportou em 2001 – as barreiras agora impostas representam perda de mercado da ordem de US\$ 91 milhões, isto é, de aproximadamente 13%. Numa comparação com a União Européia, Japão ou Coreia, sobre os quais o impacto das medidas norte-americanas foi próxima da média de 60%, a posição do Brasil oferece algum conforto. Não é essa entretanto a leitura que a indústria brasileira faz das salvaguardas. Somados o que o setor esperava continuar exportando, mais o mercado que esperava recuperar e ainda o que, legitimamente, almejava conquistar, as perdas podem representar, neste ano, US\$ 290 milhões.

34. Entendendo essa posição do setor: na dinâmica do comércio, importa o futuro mais que o passado, por mais subjetiva que possa ser nossa visão do que ainda está por

vir. A mudança das regras do jogo tumultua o comércio internacional e semeia a incerteza. É na estabilidade das regras que se assentam as relações de comércio e o planejamento da produção. A previsibilidade é da essência das trocas comerciais e um dos pilares em que se baseia o sistema multilateral de comércio. As salvaguardas norte-americanas não são más apenas porque possam ter fundamentação jurídica duvidosa ou porque exibam quão resistente pode ser o núcleo duro do protecionismo naquele país, mas também pelo grave distúrbio que geram nas relações de troca e no sistema produtivo.

35. Tomada e anunciada a decisão de aplicar salvaguardas, o Governo norte-americano agradeceu a alguns setores domésticos, porém rapidamente se viu confrontado com reação negativa por parte dos principais atores do comércio siderúrgico internacional.

36. A reação brasileira inclui, até momento, duas fases distintas: a primeira remonta ao próprio início da investigação encomendada pelo Presidente Bush à International Trade Commission e engloba todo o trabalho desenvolvido antes do anúncio das salvaguardas; a segunda, as diversas instâncias em que se vem desdobrando o trabalho diplomático desde o de 5 de março último.

37. Em 15 de agosto de 2001, algumas semanas depois de o Presidente norte-americano anunciar o início da uma investigação abrangente sobre as importações de produtos siderúrgicos, o Governo brasileiro realizou a primeira sessão do chamado Grupo de Acompanhamento da Política Siderúrgica dos Estados Unidos. A CAMEX debaterá o assunto e decidirá-se pela criação desse grupo, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores e com a participação do Ministérios do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior e da Fazenda,

para discutir cenários possíveis e formular recomendações aos Ministros sobre cursos de ação. A indústria brasileira tinha representação própria no Grupo de Acompanhamento e sua participação foi crucial desde o primeiro momento. Ali se distribuíram tarefas, tendo cabido à indústria colaborar com dados e avaliações para a identificação dos produtos de maior vulnerabilidade, assim como mapear seus aliados potenciais nos Estados Unidos (setor importador e outros) e iniciar o trabalho de articulação com os mesmos. Simultaneamente, a indústria auxiliaria, com seus advogados, no levantamento e preparação de linhas de defesa a serem exploradas pelo Governo brasileiro. Este, por sua vez, encarregar-se-ia de realizar sondagens iniciais junto aos próprios setores governamentais norte-americanos e junto a governos de outros países interessados, e de preparar as gestões diplomáticas a serem realizadas nos diversos níveis, quando chegasse o momento apropriado. O Grupo de Acompanhamento debateu também questões paralelas, como o posicionamento que o Brasil passaria a adotar na OCDE, onde, por iniciativa norte-americana (neste caso com o apoio europeu) convocara-se uma Reunião de Alto Nível para discutir o problema de excesso de capacidade instalada no plano mundial e eventuais ações destinadas a reduzi-la. Assinalo, a propósito, que nas três Reuniões de Alto Nível da OCDE realizadas até o momento o Brasil pôde ter destacada participação, graças à qualidade dos estudos que a indústria siderúrgica brasileira fez chegar ao Governo e que permitiram firmar posição sobre a alta competitividade do aço produzido no País. É incerto, porém, os rumos que essas discussões podem tomar na OCDE em vista do clima político tenso e conflituoso que se vem formando no comércio internacional do aço entre as principais potências comerciais.

38. Retomo a descrição do trabalho de articulação entre o Governo brasileiro e o setor privado no seio do Grupo de Acompanhamento para registrar que foram extensamente debatidos os interesses em jogo e traçado um roteiro para a ação combinada de ambos. Numa primeira fase, que se estendeu até dezembro de 2001, a apresentação dos interesses brasileiros, dado o procedimento administrativo próprio nesses casos, ficou sob a responsabilidade do setor privado, chamado a levar seus pontos de vista à *International Trade Commission*, dos Estados Unidos, a quem cabia a investigação inicial e a realização de audiências com todos os segmentos interessados (produtores, importadores, exportadores etc.). A indústria brasileira esteve sempre representada e demonstrou que permanecera estável, ao longo do tempo, a parcela de mercado ocupada pelas exportações brasileiras naquele mercado, não se caracterizando portanto qualquer incremento de vulto nas vendas. O que houvera, isto sim, fora um deslocamento de produtos acabados em favor dos semi-acabados, destinados, estes últimos à alimentação daquele segmento da indústria siderúrgica norte-americana que se modernizava. Era patente, por conseguinte, haver complementaridade entre as duas indústrias, quando menos no que se referia à parte mais substancial das exportações brasileiras. Depoimentos importantes em favor dessa tese foram também apresentados pelas próprias usinas que trabalham com o produto importado.

39. Em outubro a *International Trade Commission* apresentou suas conclusões após 4 meses de trabalhos. Como indiquei anteriormente, dos 33 produtos que examinou, concluiu haver dano ou ameaça de dano em 16 deles, dentre os quais as placas, principal item da pauta siderúrgica brasileira para o mercado norte-americano. A ampla gama de produtos

tidos como sensíveis pela Comissão deflagra, já neste momento, uma primeira onda de preocupação em grande número de países. Dirigentes da indústria brasileira realizaram, então, importante missão a Washington para contatos em vários níveis de governo.

40. Seguiu-se um período em que a *International Trade Commission* deliberou sozinha sobre as eventuais medidas restritivas que proporá ao Presidente dos Estados Unidos. Pouco antes do Natal foram dadas a público as recomendações formuladas. Foram recomendadas quotas para os semi-acabados e tarifas de até 20% para os acabados. Não foi contemplada uma quota específica para o Brasil.

41. Teve então início a fase mais importante do trabalho que fora planejado pelo Grupo de Acompanhamento brasileiro. Da data da entrega das recomendações à data da decisão presidencial, transcorreu um período de aproximadamente sessenta dias durante o qual tanto a indústria quanto o Governo brasileiros agiram de forma sincronizada. A indústria fez chegar às autoridades norte-americanas, separadamente e em articulação com seus clientes nos Estados Unidos, novos dados que reforçam a tese da complementaridade. O Governo realizou também um trabalho similar com o mesmo objetivo, amparado porém em gestões efetuadas em dois níveis distintos. Em meados de janeiro, deslocou-se a Washington uma missão de alto nível, sob a coordenação do Itamaraty e da CAMEX e integrada também pelo presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão (em representação do setor privado), que efetuou gestões no Departamento de Comércio, no Tesouro, no USTR e na Casa Branca, em alguns casos em nível de vice-ministro. Foram levados e expostos dados e análises em defesa da posição brasileira pela exclusão dos semi-acabados e de outros produtos de interesse do Brasil.

42. Em 31 de janeiro, viajei, acompanhado pelo Ministro Sergio Amaral, a Washington, onde mantivemos encontros com o Embaixador Robert Zoellick, Representante dos Estados Unidos para Comércio, e com o Secretário de Comércio Don Evans. Nesses encontros ministeriais, além da reiteração de aspectos técnicos e comerciais, o que buscamos foi passar a mensagem política: o Brasil era parte da solução e não do problema da indústria siderúrgica norte-americana, pois a maior parte das vendas brasileiras destinavam-se a reprocessamento por parte do próprio setor, nos Estados Unidos. Mais que isso: era de tal modo clara a percepção de interesses complementares que empresas brasileiras haviam passado a investir nos Estados Unidos, na certeza de que era inexorável o aumento dos fluxos de semi-acabados brasileiros no processo de reestruturação da indústria norte-americana. Insistimos em que, na hipótese extrema de o Presidente Bush optar por medidas restritivas, era fundamental que se estabelecesse uma quota específica para as placas produzidas no Brasil, em nível compatível não só com as exportações do passado recente mas também com as necessidades de expansão reconhecidas. Mencionamos com ênfase, também, a necessidade de que se excluíssem certos produtos acabados. Lembramos, por fim, que o aço era produto emblemático nas relações comerciais entre os dois países. Novas restrições ao aço brasileiro não deixariam de ser lidas, no Brasil, como manifestação do poder de resistência dos segmentos mais protecionistas e, por conseguinte, interpretadas como sinalização pouco positiva para as negociações da ALCA.

43. Tanto o Embaixador Zoellick quanto o Secretário Evans ouviram-nos com atenção e cuidado. Não deixaram de expor os dilemas

políticos em que estavam envolvidos, eles mesmos e o Presidente Bush, num ano eleitoral, e a necessidade que tinha o Executivo de amenizar pressões protecionistas no Congresso contra a aprovação da chamada *Trade Promotion Authority*, indispensável para que os Estados Unidos pudessem dispor de plena autoridade negociadora na nova Rodada da OMC, na ALCA e outras frentes. Solicitaram algumas informações adicionais (que lhes foram depois encaminhadas) e comprometeram-se a levar em conta nossas ponderações.

44. Em meados de fevereiro, por fim, voltei a acionar o Embaixador Zoellick e o Secretário Evans, por carta que lhes foi entregue pela Embaixada do Brasil em Washington e na qual reiterei os interesses do Brasil.

45. No dia 5 de março, chamou-me por telefone o USTR Zoellick, antes do anúncio oficial das medidas, para dizer-me que se havia empenhado pessoalmente para que nossos pleitos fossem atendidos na medida do possível. É justo que se reconheça esse esforço. O fato de não estarmos satisfeitos não elimina o fato de que foi visível o cuidado do USTR para minimizar o impacto das medidas sobre o Brasil, em contraste inclusive com o tratamento reservado a parceiros de maior peso econômico

46. Naquele mesmo dia as salvaguardas norte-americanas foram efetivamente anunciadas. Procedemos à análise necessária e extraímos as conclusões que expus acima. Alguns elementos importantíssimos das posições que havíamos levado a Washington estavam sem dúvida contempladas. Foi estabelecida quota para os semi-acabados, em contraste com a elevação tarifária aplicada aos produtos acabados. A quota tarifária foi distribuída por fornecedores, o que oferece um ganho de preço aos seus detentores. A

porção alocada ao Brasil (52% da quota) foi favorável. A quota será ampliada anualmente, no montante solicitado por nós, e o Brasil terá a mesma proporção - 52% - da quota adicional. Para outros produtos, foram obtidas algumas isenções que preservam nosso espaço naquele mercado. Por outro lado, o volume total da quota ficou aquém de nossas aspirações e, no tocante a produtos acabados, a sobretaxa de 30%, embora aplicável a importações das diversas origens e não só do Brasil, é superior ao que a própria International Trade Commission recomendara.

47. Em nota à imprensa o Itamaraty expressou a posição do Governo brasileiro. Nela, o Governo deixa implícitas nossas ressalvas quanto à fundamentação jurídica da medida quando declara que “a aplicação de medidas de salvaguarda sem a comprovação de surto de importação ou de dano à indústria local fere os princípios do comércio internacional”. Ao se referir ao impacto da restrições, o Governo destaca a insuficiência da quota alocada ao Brasil e o virtual alijamento dos laminados planos brasileiros do mercado norte-americano e informa que já solicitou consultas aos Estados Unidos, como lhe faculta o Acordo de Salvaguardas da OMC. Assinala ainda que “à luz dessas consultas e do que vier a apontar a análise pormenorizada dos dados, o Brasil decidirá que cursos de ação tomar, inclusive no tocante a eventual recurso à OMC”. A nota declara, por fim, que a adoção das medidas de salvaguardas por parte do Governo dos Estados Unidos “não deixará de ter conseqüências sobre as negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC) e, em especial, no contexto da ALCA.”

48. Considero importante ter presentes os termos da nota que distribuí, porque ali estão colocadas com clareza, por um lado,

nossa constatação de que algum esforço foi desenvolvido pelas autoridades norte-americanas no sentido de preservar parcela significativa de nossas exportações, e, por outro, nossa insatisfação com a adoção da medida, como um todo, e com o que coube ao Brasil, em particular. A nota sinaliza também os primeiros movimentos do roteiro que o Brasil se propunha a percorrer: o Brasil realizaria consultas e decidiria, à luz dos resultados alcançados, cursos de ação futuros, inclusive recurso à OMC (entenda-se: ao mecanismo de solução de controvérsias daquela Organização). Estas premissas e considerações foram retomadas em artigo que publiquei em “O Estado de São Paulo”, em 25 de março.

49. Com o anúncio das salvaguardas norte-americanas teve início a segunda fase da ação diplomática brasileira, essencialmente calcada na premissa de que se devem explorar todas as possibilidades que oferecem as consultas, ou seja, esgotar as chances da solução negociada. Essas consultas iniciaram-se, em alto nível, com a visita que o próprio Embaixador Robert Zoellick realizou ao Brasil nos dias 11 e 12 de março e durante a qual foram exaustivamente apresentadas a perspectiva que temos da questão e a necessidade de que seja encontrada, quando menos, fórmula que não desestime a crescente parceria entre os setores siderúrgicos dos dois países.

50. Uma semana mais tarde, no dia 19 de março, realizaram-se em Genebra, no escalão técnico-diplomático apropriado, as consultas com os Estados Unidos solicitadas pelo Brasil, cumprindo-se, portanto, formalmente, os requisitos estabelecidos pelo Acordo de Salvaguardas. Nessas consultas, foram questionadas as bases jurídicas da aplicação das medidas e apresentadas pelos representantes brasileiros alternativas

possíveis de solução. A Delegação norte-americana foi informada, também ao amparo do Acordo de Salvaguardas, que o Brasil se reserva o direito de pleitear compensações.

51. Nem as conversações mantidas com o Embaixador Robert Zoellick nem as consultas formais realizadas em Genebra podiam produzir resultados imediatos. Os Estados Unidos vêm realizando consultas do gênero com quase dez países e têm prazo até 14 deste mês para decidir sobre eventuais alterações em suas medidas.

52. Simultaneamente a essas ações, o setor privado brasileiro vem articulando-se com usinas norte-americanas na apresentação de “pedidos de isenção” para tipos específicos de semi-acabados, valendo-se de um prazo de 120 dias em que a Administração dos Estados Unidos estará examinando situações de produtos especiais. Esse prazo esgota-se na segunda semana de julho.

53. Temos, em suma, duas datas-limite para que o Governo dos Estados Unidos introduza mudanças em suas salvaguardas: uma mais próxima, em 14 deste mês, como eventual resultado das consultas realizadas; outra mais distante, em meados de julho, quando poderá decidir sobre isenções de natureza pontual. O Governo e o setor siderúrgico nacional vêm trabalhando em sintonia a fim de assegurar que não se perca nenhuma das oportunidades, dentro dos prazos legalmente estabelecidos, para fazer chegar às autoridades norte-americanas as modificações que o Brasil considera necessárias.

54. Encerro neste ponto o que penso ser uma apresentação dos fatos e dos aspectos mais relevantes em torno da decisão do Governo dos Estados Unidos. Não há razões que a justifiquem, como não há motivos para pensarmos que a mesma possa permanecer

encapsulada, como um ato isolado. Já se observa o “efeito dominó” daquela decisão na aplicação de salvaguardas também por parte da União Européia, anunciada na semana passada, bem como nos movimentos preventivos de elevação de tarifas por parte de alguns países de nossa região (México, Venezuela e Chile). Corre-se o risco de um alastramento incontrolável de medidas de proteção no setor siderúrgico. Ao comentar, no dia 25 de março último, as restrições adotadas pela União Européia (cujas conseqüências ainda estamos analisando), declarei ser lamentável que tanto os Estados Unidos quanto a Europa, sobre os quais pesa a responsabilidade maior pela preservação do sistema multilateral de comércio, adotem medidas que ameaçam gerar profunda desorganização no mercado mundial e que colocam em dúvida a solidez das regras em que se assenta a OMC.

55. Permito-me algumas observações a título de conclusão.

56. Em primeiro lugar parece-me necessário deixar claro que as ações ou reações de diferentes países às salvaguardas aplicadas pelo Estados Unidos estão sendo cuidadosamente acompanhadas pelo Governo brasileiro, particularmente no que respeita a eventual recurso ao mecanismo de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio. Cada país ou grupo terá, porém, sua avaliação própria dos prejuízos potenciais de sua indústria e da melhor forma de acudir a essa situação específica. O mecanismo de solução de controvérsias pode até revelar-se o único caminho possível. Não será nunca, entretanto, o caminho mais ágil. 18 meses ou mais podem transcorrer até que um “veredicto” se materialize e que, com base nele, se possa vislumbrar a correção do problema. O Brasil

perseguirá a via negociada enquanto ela estiver aberta e fará, no momento oportuno, sua avaliação própria sobre cursos alternativos de ação.

57. Estimo também indispensável deixar constância da colaboração que o Governo brasileiro tem recebido do setor siderúrgico nacional e destacar a conjugação de esforços e articulação que foi possível preservar entre ambos nas diversas etapas em que se tem desdobrado a ação diplomática brasileira. Estou convencido de que podemos e devemos, juntos, dar continuidade à busca da solução para o problema de acesso com que se vê confrontada a indústria. Até porque – e disso também estou convencido – essa coordenação foi vitoriosa. É ingênuo, para não dizer injusto, supor ter sido obra do acaso a posição diferenciada que tocou ao Brasil no conjunto das medidas norte-americanas. Empenhou-se a indústria e empenhei-me pessoalmente, em sucessivas reuniões e consultas, bem como por meio de cartas e mesmo de chamadas telefônicas, até o último momento, para minimizar o impacto das salvaguardas sobre as exportações brasileiras. Estejam os Senhores Senadores seguros de que raras vezes terá sido possível estabelecer tão estreita cooperação entre Governo e setor privado numa ação conjugada dessa envergadura para a defesa do interesse nacional.

58. Não posso por fim deixar de me referir ao envolvimento do próprio Congresso Nacional – seja do Senado, seja da Câmara. Compreendendo ambos a importância do momento, fizeram chegar ao Executivo as manifestações de preocupação e o respaldo parlamentar indispensável. E próprio dos regimes democráticos.

Muito obrigado.



COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DA CÂMARA DE COMÉRCIO ÁRABE-BRASILEIRA

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR OSMAR CHOEFI, POR OCASIÃO DOS 50 ANOS DA CÂMARA
DE COMÉRCIO ÁRABE-BRASILEIRA. SÃO PAULO, 11 DE ABRIL DE 2002

Há pouco mais de um ano, estive na Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, que me concedeu o honroso título de sócio honorário nº 1. Hoje, mais uma vez, graças à generosidade de Paulo Sérgio Atallah e dos amigos que compõem a Diretoria, retorno ao seu convívio nesta que é ocasião significativa de conagração e intercâmbio de idéias. Expresso meu profundo reconhecimento por esta homenagem e meus agradecimentos a todos que estão aqui presentes e que compartilham estes momentos de júbilo e emoção. Parece-me justo iniciar minhas palavras pela frase final da alocução que fiz em janeiro de 2001, tendo em vista a continuidade do ideal de aproximar o Brasil dos países árabes. Naquela oportunidade, mencionei a necessidade de fortalecer o “sentimento de fraternidade que liga nossas sociedades e culturas e do potencial de cooperação que vemos para o futuro.”

Faço uma pequena divagação sobre o sentido dessa fraternidade. E a faço com imenso orgulho, uma vez que busco a definição da palavra no recém-publicado Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, de autoria de um diplomata brasileiro descendente de imigrantes libaneses. Ali reaprendo não apenas o sentido do radical latino *frater* – “irmão pelo sangue

ou por aliança” –, mas também uma das quatro definições de fraternidade: “a harmonia e união entre aqueles que vivem em proximidade ou que lutam pela mesma causa.”

Parece-me emocionante, poder falar de fraternidade e utilizar, para sua melhor compreensão, a obra de um descendente de árabe que produziu um dos dicionários mais importantes da língua portuguesa. E, como significativo traço de união, e de afinidade, de alguém que também se desincumbiu com alto profissionalismo das suas tarefas diplomáticas, que incluíram a defesa, a partir dos anos 60, da autonomia e da liberdade dos povos colonizados. A fraternidade também me faz evocar, aqui, a memória e o exemplo de meus familiares, a começar por meu pai, Michel Chohfi, cujo nome está inscrito na Ata de fundação da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, em 1952. E ainda o trabalho de Ragueb Chohfi, meu tio-avô, que presidiu esta entidade de 1965 a 1970, e de meu primo, Lourenço Chohfi, presidente entre 1983 e 1986.

Por um dos prodígios da vida, vejo-me agora, como sócio honorário, na outra face dessa moeda familiar, que possui especial valor por unir as iniciativas dos empresários e do Governo. Tenho em mim, portanto, como

Secretário-Geral das Relações Exteriores, como membro de uma família que se dedicou à atividade empresarial, como descendente de sírios e, sobretudo, por minha adesão ao princípio da fraternidade, uma sensível aptidão para estimular toda iniciativa que vise à aproximação entre nossos povos e o aprimoramento das suas relações.

E quando digo “tenho em mim”, eu quero dizer “temos todos”. Descendentes como eu daqueles que juntos vieram para o Brasil e aqui estabeleceram, pouco a pouco, a maior comunidade de sírios e libaneses no exterior. Como observei durante cerimônia recente no Clube Atlético Monte Líbano, estou convencido de que nós e nossos ancestrais – e talvez muito mais os nossos ancestrais – agimos verdadeiramente como instrumentos da integração nacional. Em busca de oportunidades e da prosperidade, entramos território a dentro e nos distribuímos por diversos Estados do Brasil. Como mascates, estendemos nossa presença aos lugares mais remotos e desassistidos, e chegamos a vilarejos e povoações que mal possuíam estradas ou vias de acesso. Quando vemos a irradiação do trabalho daqueles imigrantes na vida comercial, financeira e industrial do Brasil – bem como a representação que se faz sentir no âmbito político –, nos inteiramos de que aquela atividade do mascate, insistente, pioneira e negociadora produziu excelentes resultados. É permanente o reconhecimento pela terra que os acolheu integrando-os tão generosamente no conjunto da sociedade brasileira. E imaginar de que maneira, no seio da fraternidade que formamos no Brasil, puderam eles e as gerações subsequentes retribuir a acolhida. E felizmente podemos retribuir – porque vitoriosos em nossos múltiplos empreendimentos – com as diferentes obras e entidades que erigimos no

campo social, benemérito, cultural e religioso e que tantos e inestimáveis serviços prestam à comunidade como um todo.

A Câmara de Comércio Árabe-Brasileira possui esta vocação fraternal. No ano em que comemora os seus 50 anos de existência, é com satisfação que percebemos as realizações já cumpridas. Caberá a ela, em associação com outros órgãos, projetar nas relações econômicas a enorme dimensão das relações de amizade e de apreço que já se consolidaram entre o Brasil e os países árabes. Graças a um trabalho intenso de montagem de parcerias e estratégias, as exportações brasileiras para aquele grupo de países alcançaram mais de US\$ 2,2 bilhões. O resultado reflete, com excepcional vigor, o conjunto de esforços empreendidos na organização de missões empresariais, seminários, encontros, feiras, e eventos setoriais e multilaterais, em que são tratadas as oportunidades, algumas até então desconhecidas, dos diferentes mercados. A prosseguir nesse passo, poderemos gradualmente equilibrar o peso ainda dominante do comércio de petróleo. Pois, como ensina o famoso provérbio árabe, “o rato que só escapa para um buraco é rapidamente caçado.” Além disso, reconheço como um dos pontos mais elogiáveis da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira a adoção de uma postura pioneira, que consiste em também apoiar de forma eficiente os exportadores brasileiros na conquista de mercados árabes, e também ajudar o acesso ao mercado brasileiro. A existência de escritórios comerciais em Belo Horizonte e Curitiba, além de uma antena nos Emirados Árabes Unidos, demonstra o ritmo irrefreável da expansão desses interesses.

É com satisfação que vejo o importante papel do Itamaraty nesse processo de dinamização das relações comerciais entre o Brasil e os países árabes. Existe uma rede de

Embaixadas e Consulados que está à inteira disposição da iniciativa privada brasileira, e pronta para apoiá-la nos diversos aspectos de sua inserção em mercados internacionais. É ainda com esse objetivo que o Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty está diretamente envolvido na organização e acompanhamento de diversas missões empresariais, que culminaram com a ida de uma Missão Empresarial ao Golfo Árabe, em janeiro de 2002. No próximo mês de maio, devo realizar uma visita oficial à Arábia Saudita, ao Kuwait e aos Emirados Árabes Unidos, para manter contatos de natureza política de alto nível que possam aprimorar o já excelente relacionamento do Brasil com aqueles países.

Permitam-me fazer agora um comentário que se refere a outra ordem de coisas. Às vezes, na busca de soluções criativas, somos surpreendidos por circunstâncias que, em poucos meses, mudam a percepção sobre um conjunto de valores socioculturais que nos parecia remoto: refiro-me, especificamente, a uma popular novela que permitiu chamar a atenção para aspectos da cultura e da vida cotidiana dos países árabes e, assim, estimular o interesse pela região.

Meus amigos,

Nossas relações com os países árabes se desenvolvem, como é óbvio, no panorama mais geral de nossa atuação internacional. Gostaria de ressaltar que é uma característica da política externa do Presidente Fernando Henrique Cardoso a determinação de que as negociações e a cooperação no campo econômico e comercial estejam balizadas pelo estabelecimento de um novo contrato internacional, que inclua temas tão importantes como o da segurança, o da defesa da democracia e o dos direitos humanos, do meio ambiente e da justiça social, a fim de favorecer

a correção das assimetrias e propiciar um desenvolvimento mais harmônico do conjunto das nações.

O Presidente da República também acredita que a globalização deve dar-se no contexto de um conjunto de valores que transcendem a mera noção de mercado e que há que tomá-los em conta para que a globalização não resulte oposta ou contraditória às promessas com as quais acena. Um desses valores é certamente o da solidariedade e para realizá-lo é indispensável obter padrões mais equilibrados e menos assimétricos no comércio internacional.

Tem sido essa a sua determinação e a sua lição, a partir do momento em que exerceu a chefia do Ministério das Relações Exteriores. A diplomacia presidencial consiste em mostrar o novo perfil brasileiro e despertar ou reativar o interesse pelo País, contribuindo para a elevação do nível do relacionamento com diversos parceiros e a ampliação de oportunidades para a promoção de interesses nacionais.

É importante lembrar que os eventos de 11 de setembro passado produziram dramáticos efeitos no cenário internacional. O Brasil tomou uma posição ativa no âmbito da Organização dos Estados Americanos e propôs a convocação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, para, através de seus dispositivos, combater o flagelo do terrorismo, dando projeção hemisférica a normas que já fazem parte da nossa Constituição. Temos, por tradição, uma política de moderação construtiva, que corresponde, no fundo, a um apelo à razão e ao diálogo.

É inspirado nessa adesão do Brasil aos conceitos de fraternidade e solidariedade que faço menção à questão do Oriente Médio, que nos preocupa e cujo impacto cotidiano nos atinge diretamente. É inaceitável a escalada de

violência que está comprometendo a paz e a estabilidade na região. Desde que o conflito se agravou, o Brasil tem salientado a necessidade de respeito às normas de Direito humanitário internacional e conclamado os povos da região a dedicar todos os esforços à consecução da paz, com justiça para todos. Condenamos e deploramos atos de terrorismo que vitimam civis inocentes em Israel, mas também repudiamos o uso excessivo e desproporcional da força por parte das forças militares israelenses nos territórios ora reocupados e instamos a retirada imediata das áreas sob jurisdição da Autoridade Nacional Palestina, ao mesmo tempo em que solicitamos a suspensão imediata das limitações à economia e as restrições à livre movimentação dos líderes palestinos, inclusive do Presidente Iasser Arafat. Aprovamos também a recente iniciativa do Príncipe Herdeiro da Arábia Saudita, realizada pela cúpula de Beirute.

Reitero as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no sentido de que medidas urgentes devem ser tomadas para propiciar o estabelecimento de um Estado Palestino democrático, unido e economicamente viável, tendo em conta o direito do povo palestino à autodeterminação. Apoiamos também a existência de Israel como Estado soberano, livre e com fronteiras seguras. Nesse sentido, o Governo brasileiro já anunciou sua disposição para participar de todo e qualquer esforço internacional, em especial com base nas decisões, recomendações e resoluções da ONU e de seu Conselho de Segurança, com vistas a que se chegue ao objetivo de liberdade política, paz, estabilidade e prosperidade no Oriente Médio.

A fim de manter transparentes as ações do Governo brasileiro em relação ao agravamento do conflito no Oriente Médio, e de continuar a informar os Governos árabes sobre as medidas que estamos tomando no esforço

da comunidade internacional para obter um cessar-fogo na região, organizei uma reunião na Secretaria-Geral com o Conselho dos Embaixadores dos Países Árabes. E há exatamente uma semana, na sessão de perguntas e respostas após intervenção no Senado Federal, o Chanceler Celso Lafer expressou, de maneira muito eloqüente, as posições objetivas e equilibradas do Brasil sobre a questão.

Assim temos tido atuação nos desdobramentos do conflito que, muitas vezes, dada a convivência pacífica entre as comunidades árabes e judaica em nosso país, traz contornos para nós incompreensíveis. Mas buscaremos sempre, como Governo, capitalizar, no Brasil e no exterior, o fato de que dispomos da maior população árabe no mundo, fora do Oriente Médio e África do Norte. E é por isso que, em conclusão, saúdo e celebro a importância da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira na construção de uma relação amistosa e harmônica entre o Brasil e o mundo árabe. Paz e prosperidade são ideais que também se atingem através do comércio, palavra que significa, em uma de suas acepções originais, convivência. Recupero, ao final, a palavra “fraternidade”, e a ela agrego a palavra esperança. Esperança que é espera e expectativa. Mas que, estou seguro, poderá transformar-se naquela esperança que, como define de novo Antonio Houaiss, é o “sentimento de quem vê como possível a realização daquilo que deseja”, de quem tem “confiança em coisa boa” e mantém a fé.

Temos motivos para comemorar os 50 anos desta entidade, que se empenha “pela harmonia e união entre aqueles que vivem em proximidade ou que lutam pela mesma causa.”

E eu, como todos nós, ainda espero muito da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE APRESENTAÇÃO DOS OFICIAIS GENERAIS PROMOVIDOS EM 31 DE MARÇO DE 2002

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE APRESENTAÇÃO DOS OFICIAIS-GENERAIS
PROMOVIDOS EM 31 DE MARÇO DE 2002. BRASÍLIA, 19 DE ABRIL DE 2002

Senhores Ministros de Estado aqui presentes,
Senhores Comandantes de Força,
Senhores Oficiais-Generais,
Senhoras e senhores,

Mais uma vez, tenho o prazer de receber os
oficiais-generais recém-promovidos.

Para mim, esta tem sido sempre uma
cerimônia muito grata. É uma ocasião não só
para homenagear as Forças Armadas, pelo seu
papel fundamental na defesa dos interesses do
país, mas também para prestigiar a carreira
militar, que se caracteriza por valores e padrões
de conduta dos mais elevados.

Cada Força tem em seu patrono (Almirante
Tamandaré, Duque de Caxias e Brigadeiro
Eduardo Gomes) a personificação dos atributos
de dedicação, abnegação, competência e
liderança.

Que seus exemplos sejam perenes em
inspiração e possam guiá-los na tarefa de
condução dos destinos da Marinha, do Exército
e da Força Aérea.

Mas, como tenho feito todos anos, costumo
aproveitar esta oportunidade para convidar os
novos oficiais-generais a uma breve reflexão
sobre os desafios que enfrentamos tanto
no cenário internacional quanto em nossos
esforços internos de desenvolvimento.

E os últimos tempos, os senhores bem o
sabem, não têm deixado de trazer sobressaltos
e perplexidades.

Eu disse recentemente, ao dar posse aos
novos ministros, que, no mundo globalizado,
nenhum país pode dar-se ao luxo de permanecer
desconectado da realidade internacional, de
adotar atitudes de introspecção, de voltar-se
apenas para si próprio.

Creio que o Brasil de hoje já assimilou
bastante este aprendizado, e isso vale para as
instituições do Estado e vale, também, para a
sociedade como um todo.

Essa consciência, naturalmente, é resultado
de um longo processo de amadurecimento
político em que o fortalecimento da democracia
foi o ponto de partida.

Vejam, por exemplo, as conseqüências
do conflito no Oriente Médio, uma região
geograficamente distante do Brasil mas
que, sem dúvida, nos impõe uma tomada de
posição clara e afirmativa em favor da paz, da
conciliação e do reconhecimento dos direitos
dos povos israelense e palestino.

Esta tem sido a nossa tradição, que vai muito
além do discurso diplomático, pois reflete
os interesses e valores da própria sociedade
brasileira. Dentro de nossas possibilidades,

temos nos empenhado em contribuir para o fim deste quadro de confrontação, de ódios e animosidades no Oriente Médio, que tanto tem abalado as relações internacionais.

É claro que a outros países com reservas de poder maiores que as nossas cabe a responsabilidade primordial pela solução do conflito entre palestinos e israelenses.

Mas o Brasil não se omite em cumprir a sua parte, dentro de um contexto internacional no qual desejamos ver florescer cada vez mais atitudes de diálogo, solidariedade e cooperação, e não atos de imposição, intolerância e irracionalidade.

E essa disposição brasileira pode mesmo materializar-se em ações práticas. O esforço de paz no Oriente Médio passa necessariamente pelas perspectivas de construção do Estado Palestino, e para isso o Brasil pode vir a dar uma contribuição importante.

Mas qualquer iniciativa de cooperação pressupõe naturalmente a completa rejeição aos atos de violência e de terrorismo. Temos sido muito enfáticos nessa matéria, não só após o 11 de setembro, pois isso é o que está escrito na Constituição brasileira e é o que está arraigado na consciência do povo.

Daí o compromisso do Brasil em apoiar a luta internacional contra o terrorismo, em tudo aquilo que esteja a seu alcance.

Mas, se o mundo de hoje deve estar unido no combate ao terrorismo, é preciso manter a mesma coesão na defesa da democracia.

Temos tido experiências importantes nesse campo e o que se passou, recentemente, na Venezuela é um sinal claro da necessidade de nos mantermos atentos aos riscos e incertezas que cercam a preservação da democracia em nossa região.

O Brasil manifestou-se claramente contra a ruptura da ordem institucional na Venezuela

e saudou o retorno do seu Presidente como um marco significativo dos esforços de consolidação democrática na América do Sul.

Esses esforços têm ocupado minhas atenções diretas desde que estou na Presidência da República – e mesmo antes, quando Chanceler – na medida em que a democracia, além de ser um valor fundamental a ser defendido e preservado, é uma exigência prática, um requisito essencial, da luta pelo desenvolvimento econômico e social.

Eu próprio me empenhei – primeiro no âmbito do Mercosul, depois no âmbito da reunião de presidentes sul-americanos – para a aprovação daquilo que ficou conhecido como “Cláusula Democrática”.

E essa “Cláusula Democrática” – que posteriormente foi estendida ao sistema interamericano com um todo – foi invocada expressamente pelo Governo brasileiro no momento do episódio recente de quebra institucional na Venezuela.

E o que significa essa “Cláusula Democrática”? Ela encerra duplamente um princípio e uma regra.

Princípio de que os países da região são solidários uns com os outros na defesa da democracia; ou seja, defender a democracia em um país vizinho é tão importante quanto defendê-la em seu próprio país.

E, também, é uma regra, porque envolve um mecanismo de consulta e concertação política mediante o qual o país responsável pela ruptura institucional é passível de sanções e, até mesmo, de exclusão dos foros que representam a convivência democrática entre os países da região.

Creio, nesse sentido, que o caso da Venezuela foi uma experiência importante, na qual o Brasil assumiu uma posição firme e coerente.

Firmeza e coerência são, na verdade, atributos formadores de qualquer política externa que pretenda expressar legitimamente o interesse nacional.

O Brasil assim tem atuado em questões de grande relevância para a sua inserção competitiva no mundo globalizado.

Os senhores oficiais-generais têm acompanhado as complexas negociações relativas ao acesso de nossos produtos aos mercados dos países desenvolvidos.

A questão do aço, por exemplo, é um exemplo das dificuldades que o protecionismo e as práticas desleais de comércio nos têm criado. Enfrentamos essas dificuldades sem timidez ou temor mas, pelo contrário, com o empenho e a competência de nossos negociadores.

A luta por maiores espaços no comércio internacional é uma luta que não se ganha com improvisações ou bravatas.

Na verdade, é uma luta que requer inteligência, habilidade, profissionalismo, qualificação técnica.

E é uma luta, sobretudo, que passa pela ação conjugada dos órgãos governamentais, das empresas, das consultorias, das entidades representativas.

Enfim, é uma tarefa coletiva, de amplo alcance para os interesses do país, e acredito que nisso temos avançado bastante.

Como avançamos na construção do Mercosul, que é um esforço que vem de mais de uma década.

Se hoje o Mercosul passa por problemas que são resultado de conjunturas econômicas adversas, ele está cada vez mais firme e consolidado como projeto de integração entre sociedades.

Tenho a convicção de que o Mercosul continuará fortalecido, talvez adaptado a

novas realidades, mas sempre revigorado politicamente em seus objetivos essenciais.

Para isso, nós estamos trabalhando.

No segundo semestre deste ano, o Brasil assumirá a presidência pro tempore do Mercosul, e eu tenho a certeza de que saberemos revitalizar este projeto histórico de integração e encontrar os caminhos para o seu relançamento.

E ainda agora, no mês de maio, estaremos em Madri, numa reunião importante entre os Presidentes da União Européia e os Presidentes do Mercosul. E, nesta reunião, tentaremos avançar alguns passos nas negociações comerciais entre a União Européia e o Mercosul.

Esta certeza é a mesma que me anima a dizer que a Argentina, que tem vivido um período bastante difícil, reencontrará seu caminho de estabilidade e progresso.

Tenho conversado muito com o Presidente Duhalde – assim como têm feito entre si os ministros brasileiros e argentinos – sobre as possibilidades de retomada dos fluxos de comércio, em níveis que possam ajudar a recuperação econômica da Argentina.

Espero que, em breve, possamos concluir as negociações relativas ao setor automotivo, que é de fundamental importância para nós mas, nesse momento, sobretudo, para o país irmão e vizinho.

Enfim, trabalhamos de forma concreta para o fortalecimento do Mercosul, tendo presente também a importância do bloco no contexto das negociações para a criação da Alca.

A Alca, como já o disse inúmeras vezes, será bem-vinda se atender a nossos interesses.

Ninguém em sã consciência participa de um projeto que lhe traga prejuízo ou diminua suas chances de crescer.

Assim como queremos um Mercosul onde todos os países-membros possam crescer,

também queremos uma Alca forte e viável onde todos – e não uns poucos – possam auferir vantagens, expandir mercados e ganhar competitividade.

Todos sabemos que a América do Sul, hoje, tem apresentado focos de instabilidade e incerteza.

Isso, sem dúvida, representa um desafio para o Brasil, cujo propósito é justamente o de contribuir para a construção do espaço de integração sul-americana, que seja um espaço de paz, de democracia e de desenvolvimento.

Em julho, haverá uma segunda reunião de Presidentes da América do Sul. Terá lugar em Guayaquil, no Equador, e eu espero que nessa oportunidade possamos avançar nas questões fundamentais que dizem respeito a esse projeto, como a integração física e energética, o combate ao narcotráfico, a defesa da democracia e dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

O Brasil participa de uma série de esforços de cooperação no plano regional e internacional com a consciência de estar vencendo uma etapa importante em sua própria trajetória de mudanças.

A estabilidade, as reformas, o fortalecimento da cidadania, a maior capacitação científica e tecnológica, os esforços de transformação social – tudo o que temos feito no Brasil ao longo destes últimos anos nos credencia para enfrentar os desafios do século XXI.

O papel e a contribuição das Forças Armadas nessa trajetória são cruciais.

O processo histórico que levou o Brasil a ser soberano, manter sua unidade e construir seu rumo de desenvolvimento tem a importantíssima participação de nossas Forças Armadas.

Não tenho dúvida de que, hoje, compartilhamos um momento que o futuro reconhecerá como de grandes avanços nos campos social, político e econômico.

Esses avanços reafirmam uma posição de destaque de nosso país no contexto internacional.

É do conhecimento de todos que tenho em minha ascendência vários membros das Forças Armadas. Isso me deixa à vontade para confirmar o quão valiosa é a conquista profissional que esta cerimônia celebra.

Não falta repetir que, nesse novo mundo de incertezas, nesse novo mundo em que o Brasil tem um papel crescente, o desenvolvimento das Forças Armadas são o esteio da nossa possibilidade de continuarmos no caminho que tem sido trilhado por nós, de uma afirmação tranqüila dos nossos interesses, da nossa soberania, sempre nesse espírito de paz e de concórdia, mas que não descuida da necessidade da defesa.

Renovo, portanto, a alegria de compartilhar o justificado orgulho de seus familiares e amigos ao vê-los ostentando as novas platinas de oficiais-generais.

Cumprimento-os pelo objetivo conquistado e formulo votos de muitas realizações e de continuado êxito profissional.

Parabéns, e sejam felizes!

Muito obrigado.

CONFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS PARTES DA CONVENÇÃO DE ARMAS QUÍMICAS

DISCURSO DO EMBAIXADOR LUIZ AUGUSTO DE ARAÚJO CASTRO,
SUBSECRETÁRIO-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS MULTILATERAIS, CHEFE
DA DELEGAÇÃO DO BRASIL À CONFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS
PARTES DA CONVENÇÃO DE ARMAS QUÍMICAS. HAIA, 21 DE ABRIL DE 2002

Senhor Presidente, caros Representantes,
Estamos aqui reunidos em circunstâncias
extraordinárias.

Estamos aqui reunidos hoje para decidir
sobre uma proposta, sem precedentes, de
remover de seu cargo o Diretor-Geral de uma
organização intergovernamental, três anos
antes da conclusão do mandato para o qual foi
devida e unanimemente eleito pelos Estados
membros. Os Senhores estão solicitados
a fazê-lo não porque se acuse o Diretor-
Geral de um crime – ou mesmo de uma
contravenção – mas porque se alega que ele
teria um mau estilo administrativo e teria
tomado decisões administrativas e financeiras,
estritamente de acordo com as regras e
regulamentos que é obrigado a obedecer,
com as quais alguns Estados membros não
concordam.

Há cinco anos, os representantes de
87 Estados aqui se reuniram para criar
uma organização internacional que seria
responsável por implementar um acordo
modelo no campo do desarmamento e não-
proliferação: a Convenção sobre a Proibição
do Desenvolvimento, Produção, Estocagem

e Uso de Armas Químicas e sobre sua
Destruição.

Juntamente com muitos outros Estados, o
Brasil participou ativamente das negociações
complexas e difíceis que finalmente levaram à
adoção da Convenção sobre Armas Químicas
(CAQ). Todos nós trabalhamos arduamente
para desenvolver um conjunto de regras
acordadas que, esperávamos, contribuiriam
para a promoção da paz e da segurança
internacional. O texto da Convenção, que
foi aberto à assinatura em 1993 e entrou em
vigor quatro anos após, continha elementos
a que havíamos almejado: desarmamento
sem exceções, não-proliferação através de
verificação, cooperação como um instrumento
para promover os usos pacíficos de tecnologias
sensíveis, assistência para as vítimas dessas
armas horrendas. Direitos e obrigações
assimétricos contidos em outros instrumentos
internacionais foram cuidadosamente evitados
na CAQ.

Tendo trabalhado por muitos anos
em assuntos relativos a desarmamento
e controle de armas, e tendo sido
eleito – em 1993 – Presidente da Comissão de

Desarmamento das Nações Unidas, recorde como a Convenção sobre Armas Químicas foi saudada como o primeiro acordo multilateral obrigatório equilibrado e não discriminatório que promoveria efetivamente e verificaria de maneira confiável o desarmamento e a não-proliferação na área crucial das armas de destruição em massa.

A independência da Organização criada para assegurar a implementação da Convenção de Armas Químicas constituía uma das qualidades primeiras da Convenção.

O valor real das negociações seria posto à prova por nossa capacidade de implementar as disposições da Convenção em estrita concordância com esses princípios. De forma a contribuir para a implementação efetiva, plena e equilibrada da Convenção, na Primeira Conferência dos Estados Partes, realizada em 1997, o Governo brasileiro propôs o nome do Embaixador José Maurício Bustani, um diplomata de carreira com longa experiência em matéria de organizações internacionais e desarmamento, para chefiar o Secretariado da recentemente fundada Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ). O Embaixador Bustani foi unanimemente eleito Diretor-Geral da Organização, e foi posteriormente reeleito, também unanimemente, para um segundo mandato.

Sob sua liderança, a Organização tem atingido resultados muito significativos em seus primeiros cinco anos de existência. Testemunhamos um aumento impressionante no número de membros da OPAQ, que cresceu rapidamente dos 87 membros fundadores de 1997 para o total atual de 145 Estados membros.

O Secretariado conduziu mais de 1100 inspeções em mais de 55 Estados Partes. Sob a Direção-Geral de Bustani, a OPAQ certificou a destruição irreversível de mais de 15% dos estoques declarados de armas químicas no

mundo. Ele tem sido particularmente favorável à promoção e ao fortalecimento de programas de cooperação internacional para o uso pacífico da tecnologia química. Os esforços para estabelecer uma rede internacional de ajuda e assistência em caso de ataques de armas químicas contribuem para fortalecer o papel humanitário da OPAQ.

O desempenho do Senhor Bustani nos cinco anos de sua gestão tem sido marcado por sua dedicação aos objetivos da Convenção e da Organização e aos princípios de independência e não-discriminação. Como Diretor-Geral da OPAQ, sempre exibiu altos padrões de integridade pessoal e compromisso profissional.

Desde o começo, o Governo brasileiro deixou claro que não instruiria o Diretor-Geral a renunciar a seu cargo e que qualquer decisão referente ao que ele deveria ou não fazer seria uma decisão a ser tomada por ele com base em seu próprio julgamento da situação. Como é conhecido, o Senhor Bustani está em licença temporária do Serviço Exterior Brasileiro para exercer um mandato como diretor de uma organização internacional. Ele não responde e não pode responder às autoridades do Governo brasileiro ou de qualquer outro governo; ele é responsável perante os membros da OPAQ como um todo, de acordo com a Convenção. Essa é a razão de sempre termos considerado esse um assunto multilateral.

Como está disposto na Convenção de Armas Químicas, o Diretor-Geral não pode buscar ou receber instruções de qualquer governo ou de qualquer fonte externa à Organização; da mesma forma, cada Estado Parte tem que respeitar o caráter exclusivamente internacional das responsabilidades do Diretor-Geral e não pode tentar influenciá-lo no cumprimento de suas responsabilidades. Este princípio da independência dos funcionários de organizações intergovernamentais é

um elemento de importância vital para a credibilidade do sistema multilateral que todos nos comprometemos a promover e fortalecer.

Senhor Presidente,

Infelizmente as possibilidades de diálogo e entendimento entre Estados membros e o Diretor-Geral não foram plenamente exploradas e o Conselho Executivo da OPAQ foi convocado para votar a “moção de não-confiança” que foi apresentada em sua sessão realizada de 19 a 22 de março. A delegação do Brasil votou contra a moção, que não alcançou o número de votos positivos requeridos para sua aprovação. Nós votamos contra a moção – assim como faremos novamente hoje – pelas razões expressas no discurso pronunciado perante o Conselho no dia 19 pelo Embaixador Affonso Massot, Representante Permanente do Brasil junto à OPAQ.

Consideramos que a realização desta Conferência Especial dos Estados Partes da Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas, convocada para o propósito de tomar uma decisão sobre a proposta de remover de seu cargo o Diretor-Geral de nossa Organização, é um assunto que se relaciona com a credibilidade da OPAQ e dos esforços multilaterais no campo do desarmamento e da não-proliferação.

Toda essa questão tem sido acompanhada de muito perto pela imprensa e pela opinião pública no Brasil e se tornou um tema político intensamente discutido no Congresso Nacional brasileiro. Tanto o Senado Federal como a Câmara dos Deputados adotaram declarações muito vigorosas de solidariedade e apoio ao Embaixador José Maurício Bustani como Diretor-Geral da Organização para a Proibição das Armas Químicas.

A posição do Governo brasileiro nesta matéria reflete a grande importância que sempre conferimos aos objetivos de assegurar o funcionamento efetivo e confiável das

organizações internacionais e de preservar o sistema multilateral como um instrumento fundamental para assegurar o império da lei nas relações internacionais. Nesse contexto, não podemos deixar de chamar atenção para o precedente que seria estabelecido se o mandato do Diretor-Geral da OPAQ fosse abruptamente terminado nas presentes circunstâncias.

Como mencionei, estamos considerando este assunto estritamente em suas dimensões multilaterais; nossa posição de princípio de forma alguma afeta a qualidade do relacionamento entre o Brasil e outros membros desta Organização.

Desde que se tornou claro que estava sendo buscado e reunido o apoio requerido para que esta reunião se realizasse hoje, o Governo brasileiro instruiu suas Embaixadas ao redor do mundo a confirmar aos governos de todos os Estados Partes da Convenção que nós não compartilhamos a visão de que a gestão do Diretor-Geral Bustani tenha sido afetada por um desempenho administrativo deficiente, e tampouco a visão de que ele seja responsável pelos atuais problemas financeiros da Organização. Acreditamos que, com referência às objeções específicas levantadas sobre seu desempenho, ele deu resposta apropriada, no exercício de suas responsabilidades como Diretor-Geral, na sessão de 19 de março do Conselho Executivo da OPAQ, bem como nas cartas que endereçou aos Chanceleres dos Estados membros em 11 de março e novamente no dia 2 de abril.

Informamos a todos os Estados Partes que o Governo brasileiro não apoiaria a proposta de convocar esta Conferência Especial e que, se a Conferência se realizasse, o Brasil votaria contra qualquer moção ou projeto de decisão destinado a remover o Embaixador Bustani de sua posição de Diretor-Geral da OPAQ, e lhes pedimos que levassem em conta nossas posições ao avaliar estas questões.

Estamos conscientes de que, de acordo com as regras aplicáveis, a aprovação de qualquer decisão substantiva, incluindo uma moção de destituição do Diretor-Geral, exigirá os votos afirmativos de pelo menos dois terços dos delegados presentes e votantes. Os votos a favor ou contra a moção são os únicos que serão considerados válidos na Conferência; as abstenções não serão contadas e para todos os efeitos práticos podem ser consideradas votos em apoio do projeto de decisão.

Remover o Diretor-Geral da OPAQ – cujo desempenho se tem conformado estritamente às disposições da Convenção de Armas Químicas – enviaria um sinal equivocado sobre como os Estados Partes pretendem interpretar os princípios básicos da Convenção. Também poderia afetar as perspectivas para os progressos que se fazem urgentemente necessários no campo do desarmamento e da não-proliferação de armas químicas e outras armas de destruição em massa.

Senhor Presidente,

De forma a salvaguardar os princípios que são a base do apoio que a Organização para a Proibição das Armas Químicas alcançou, o Brasil votará contra qualquer proposta destinada a remover o Embaixador José Maurício Bustani do cargo de Diretor-Geral – e espera contar com o apoio dos membros da OPAQ.

Muito obrigado.

ENTREGA DO I PRÊMIO CIDADANIA BRASIL DE EXPORTAÇÃO

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR OSMAR CHOEFI, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE ENTREGA DO
I PRÊMIO CIDADANIA BRASIL DE EXPORTAÇÃO. BRASÍLIA, 24 DE ABRIL DE 2002

Senhores Embaixadores de Países Amigos
Senhor Diretor Geral da CAMEX, Roberto
Gianetti da Fonseca

Senhora Gerente Especial da Agência de
Promoção das Exportações, Dra Dorothea
Werneck

Senhor Presidente do Instituto Brasileiro
de Desenvolvimento da Cidadania, Paulo
Saab

Senhor Presidente da Câmara de Comércio
Árabe-Brasileira, Paulo Atallah,

Senhoras e Senhores Homenageados e
Agraciados

Senhoras e Senhores

É com muita satisfação que o Itamaraty acolhe esta primeira edição da cerimônia de entrega do Prêmio Cidadania Brasil de Exportação. Desejo dar as boas vindas em nome do Chanceler Celso Lafer que se encontra ausente de BSB.

A nossa participação se dá na certeza de que a instituição desse prêmio, iniciativa tão oportuna e meritória, deve marcar o início de tradição, na medida em que une dois objetivos que se situam além da categoria de prioridades de governo, constituindo metas maiores da sociedade brasileira como todo: a promoção das exportações, à qual corresponde internacionalismo crescente do país, que se

reflete no aprofundamento de sua inserção econômica e comercial no cenário mundial; e, não menos importante, a construção em nosso país de sociedade menos assimétrica e mais justa, na qual a geração de riqueza pela atividade econômica possa corresponder à redução das desigualdades sócio-econômicas, com o decorrente acesso de todos os brasileiros aos frutos e direitos de uma cidadania que não se traduz apenas nas franquias e direitos políticos individuais.

Se não há dúvida de que o futuro do Brasil está intimamente vinculado à afirmação de seu internacionalismo, de inserção harmônica no cenário econômico mundial, de presença em todos os mercados, de destino para os produtos, serviços e investimentos das mais diversas origens, está, igualmente, claro, que a difusão da prosperidade e o desenvolvimento social representam a baliza clara que orienta os destinos do país.

Falar de desenvolvimento social remete-nos a conhecidas formulações sobre a finalidade maior da criação de riquezas pela atividade econômica, para além do seu papel como motor da própria atividade econômica. A geração de prosperidade no país deve constituir processo que atenuar os desequilíbrios sociais e permita difusão tão homogênea quanto

possível dos frutos desse progresso. Mais que isso, ela deve respeitar parâmetros de respeito ao meio ambiente e de promoção de qualidade de vida que hoje se universalizam. Não cabe somente ao Governo atuar como agente de transformações sociais ou como pólo de referência em nova ética de relação da atividade econômica com a realidade ambiental na qual ela atua. Tal é o papel de todos. Das empresas, que papel tão relevante desempenham na criação da prosperidade indispensável às nossas aspirações de progresso, muito se pode esperar no campo da consciência das responsabilidades que decorrem de sua integração na própria realidade de país em desenvolvimento como o Brasil. Podem ser vetores na construção da cidadania que se busca para todos os brasileiros. Para as empresas, construir cidadania é gerar emprego, é treinar mão-de-obra, é inserir-se na comunidade, participando de sua vida cultural, social e filantrópica. É procurar ser, dentro de sua atividade, referência de qualidade empresarial,

Não preciso aqui reiterar, pois que é do conhecimento de todos, como o comércio exterior representa fator dos mais relevantes

na equação da vida econômica do país. As empresas que se destacam como geradoras de divisas de exportação, igualmente, podem, no limite de seu papel empresarial e privado, estar presentes no processo, que é meta de toda a sociedade, de construção da cidadania e da difusão social da prosperidade. As perspectivas de crescimento sustentado do setor exportador, de certa maneira, aprofundam, igualmente, as expectativas quanto a suas responsabilidades “cidadãs”. Das empresas exportadoras, mais que gerar divisas tão necessárias, esperar-se que possam treinar mão-de-obra e gerar emprego. E serem --- por que não.. ? --- promotores culturais entusiasmados e agentes de filantropias criativas ?

O prêmio, nesse contexto, tem o mérito de unir essas prioridades, na identificação das personalidades e empresas que nortearam suas atividades para a disputa do mercado externo e, ao mesmo tempo, souberam balizar esse esforço com os parâmetros da cidadania e da responsabilidade social.

Meus parabéns aos premiados e aos organizadores

Muito obrigado.

PALESTRA DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR V. CHOIFI, AOS PARTICIPANTES DO CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS; DO CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA AEROESPACIAIS; E DO CURSO DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ALTA ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO

PALESTRA DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR V. CHOIFI, AOS PARTICIPANTES DO CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS; DO CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA AEROESPACIAIS; E DO CURSO DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ALTA ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO. BRASÍLIA, 24 DE ABRIL DE 2002

Senhor Contra-Almirante Afonso Barbosa,
Diretor da Escola de Guerra Naval,
Senhor Brigadeiro-do-Ar Antonio Luís Rodrigues Dias, Diretor da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica,
Senhor Coronel Timóteo Pereira Lima, Encarregado do Curso do Comando e Estado-Maior do Exército,
Senhores Oficiais,
Caros Colegas e Amigos,

É um prazer grande para mim poder conversar sobre a política externa do Brasil com os participantes dos Cursos promovidos pela Escola de Guerra Naval, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Como Secretário-Geral das Relações Exteriores, considero um privilégio poder recebê-los hoje no auditório do Itamaraty e contribuir para a consolidação do diálogo constante e fluido que vem marcando as relações entre o Itamaraty e

as Forças Armadas. Agradeço assim ao Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante-de-Esquadra Airton Ronaldo Longo, pelo convite para que eu realizasse esta palestra.

Como todos sabemos, a colaboração entre as Forças Armadas brasileiras e o Itamaraty é rica e diversificada e tem sido, ao longo do tempo, benéfica. Benéfica certamente para o Itamaraty, e espero que também para as Forças Armadas.

É freqüente o comentário de que a atividade militar e a diplomática se contrapõem, já que um dos papéis da diplomacia seria evitar o conflito, enquanto que o papel das Forças Armadas seria preparar-se para o conflito. Naturalmente, não existe essa dicotomia. As Forças Armadas e o Itamaraty trabalham ambos, e com freqüência juntos, em favor do Brasil, de seu desenvolvimento.

Se tomarmos como exemplo a Marinha, que especifico aqui dentre as três Forças por ser aquela que propôs ao Itamaraty a lista

de palestras, eu poderia citar vários casos da utilidade, para o País, de sua cooperação recente ou em curso com o Itamaraty: as negociações internacionais em torno do Direito do Mar e os trabalhos nos órgãos decorrentes da Convenção do Mar, como a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e a Comissão de Limites da Plataforma Continental; a participação nas reuniões do Tratado da Antártida; a preparação da viagem de instrução do Navio-Escola Brasil e da viagem de outros navios de guerra brasileiros a postos estrangeiros; e a participação nos programas da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Muitos de nós, diplomatas, tivemos o privilégio de viajar pelo Brasil, a serviço, em navios de patrulha fluvial ou em aviões da Força Aérea, e de visitar quartéis do Exército em locais de difícil acesso. Nessas ocasiões, pudemos testemunhar a participação das Forças Armadas no processo de ocupação do território nacional e sua contribuição para o bem-estar das comunidades locais.

É tarefa precípua do diplomata saber aproveitar as oportunidades que se abrem para o seu país no cenário internacional. Cada país, naturalmente, possui prioridades próprias no campo externo, decorrentes de sua situação geográfica, seu nível de desenvolvimento, sua história, sua tradição cultural, entre outros fatores determinantes. Mas todos os países democráticos atuam no campo externo com o propósito de contribuir para o bem-estar de suas populações. A base para esse fim é a própria demanda interna. Um Ministério das Relações Exteriores é o porta-voz, junto aos demais países, das exigências ou necessidades da opinião pública nacional. De resto, podemos observar, em toda sociedade democrática, a multiplicação dos agentes que ajudam a formular a política externa: Congresso, empresas, sindicatos,

ONGs, entre muitos outros. Uma Chancelaria, portanto, e como todo órgão de um Governo democrático, possui um mandato popular. As Chancelarias não agem no vácuo; guiam-se por fundamentos.

Creio, assim, que uma palestra sobre a Política Externa do Brasil deve iniciar-se por uma indagação: quais seriam os fundamentos que norteiam a atuação do Itamaraty? Existiriam preceitos claros, que indiquem o caminho para uma determinada linha de ação de política externa, independentemente das preferências ou experiências pessoais de cada Presidente, Chanceler ou Secretário-Geral? De fato, sim existem. A Constituição, em seu Art. 4º, declara que o Brasil “rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios”: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político. O parágrafo único do mesmo Artigo declara que o Brasil “buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Os princípios consagrados pela Constituição em 1988, na verdade, vêm de maneira geral sendo aplicados pela diplomacia brasileira há décadas. É fato reconhecido e admirado, no Brasil como no exterior, que nossa diplomacia, ao longo do tempo, vem-se mostrando notavelmente coerente em sua atuação. O termo “continuidade” é usado com frequência para definir a atuação da diplomacia brasileira. A continuidade de nossa política externa deve-se a alguns fatores, dos quais citarei os seguintes: nossa inserção geográfica na América do Sul; nossas relações pacíficas com os vizinhos; a

inexistência de problemas fronteiriços; nossa extensão territorial, que faz do Brasil um “país continental”; a unidade lingüística, que equilibra a diversidade cultural; e o respeito sistemático a três princípios importantes, o de não-ingerência nos assuntos internos de outros países, o de não-intervenção e o de solução diplomática de controvérsias, estando os dois últimos explicitados na Constituição, como mencionei acima.

Note-se, também, que o próprio Itamaraty, pela preservação de suas tradições, seus arquivos, sua memória coletiva como instituição, sua atuação sem rupturas ao longo do tempo, representa elemento importante para a continuidade da diplomacia brasileira. Creio relevante mencionar, a esse propósito, a adoção de iniciativas que estão tornando o trabalho do Itamaraty mais facilmente acessível ao público. Cito, como exemplos dessas iniciativas, o aprimoramento da página eletrônica do Ministério (www.mre.gov.br), onde estão disponíveis, entre outros documentos, discursos sobre política externa; a organização, por unidades do Ministério, de freqüentes seminários sobre temas da atualidade internacional; e a publicação, a cargo de instituições ligadas ao Ministério, de livros e teses sobre política externa, escritos tanto por diplomatas como por acadêmicos independentes.

Um elemento importante para o sentimento de continuidade do trabalho diplomático do Brasil é a figura do Patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco. Estamos celebrando este ano o centenário da posse de Rio Branco como Chanceler, cargo que ocupou de 1902 até a sua morte em 1912. Atuando como Ministro das Relações Exteriores já no período republicano, Rio Branco considerava-se sucessor de seu pai, eminente político e diplomata do Império. De resto, Rio Branco distinguia-se, entre tantas outras qualidades,

por um marcado interesse pela História, e era inclusive, como lembra Luiz Viana Filho em sua biografia do Barão, um “estudioso e divulgador das glórias militares do Brasil”.

O exemplo dado por Rio Branco de dedicação ao interesse nacional, marcado junto ao público de ontem e de hoje sobretudo pelo trabalho para a consolidação dos limites territoriais do Brasil, torna o Barão uma figura emblemática. Graças à forte tradição que cerca a memória de Rio Branco, temos, todos os diplomatas brasileiros, a consciência de que a diplomacia é uma atividade patriótica e importante para o desenvolvimento do nosso país. Como afirma o Chanceler Celso Lafer, em seu mais recente livro, *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: Passado, Presente, Futuro*, “Rio Branco é (...) o inspirador do estilo de comportamento diplomático que caracteriza o Brasil, à luz de suas circunstâncias e de sua história. Este estilo configura-se por uma moderação construtiva”.

A expressão “moderação construtiva” revela-se bastante precisa e esclarecedora. O Brasil, sendo um país de importância média no cenário internacional, só tem a lucrar, atuando externamente de maneira “moderada”. Ao mesmo tempo, a diplomacia brasileira, como toda diplomacia responsável, atua de maneira “construtiva” para o país, com o objetivo de maximizar ganhos, de contribuir para o desenvolvimento do povo brasileiro.

Quais são os objetivos perseguidos pelo Itamaraty, no plano internacional? Quais são os objetivos que, ao serem alcançados, justificam a própria existência da diplomacia brasileira, demonstram seu sucesso na defesa dos interesses nacionais? Evidentemente, esses objetivos são numerosos. Uma nação possui interesses múltiplos, no plano externo, quando apresenta as características do Brasil, entre as quais cito a grande extensão territorial,

as diferenças regionais e culturais, a grande população, a extensão das fronteiras, que nos dá dez vizinhos imediatos, a variedade de recursos naturais, e o setor produtivo próspero e diversificado.

De forma não exaustiva, podemos listar alguns dos objetivos do Brasil no campo das relações internacionais: diversificação das relações com os demais países; aprofundamento das relações com os vizinhos sul-americanos; integração regional; desenvolvimento do comércio internacional; fortalecimento do sistema multilateral. A diplomacia brasileira, por outro lado, e como a diplomacia de qualquer outro país, precisa a todo instante moldar sua atuação também em função de eventos internacionais conjunturais, inclusive aqueles que fogem ao nosso controle direto. Os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos podem ser vistos como o exemplo mais evidente, nos últimos tempos, de como eventos conjunturais podem criar a necessidade, para cada país, de adaptar-se, e rapidamente, a uma nova realidade internacional.

Abordarei a seguir alguns desses temas.

Creio útil frisar, de início, que o Brasil mantém relações dinâmicas com a maioria dos demais países, em todos os Continentes. Dispõe o Brasil de 92 Embaixadas, 8 Representações junto a organismos internacionais, 43 Consulados e 19 Vice-Consulados, o que dá a medida da intensidade de nosso contato com o mundo.

Em minha apresentação, focalizarei a enorme importância para o Brasil de suas relações com seus parceiros sul-americanos. A busca pelo aprofundamento das relações com nossos vizinhos é um dado essencial da realidade internacional do Brasil, provavelmente o seu principal objetivo de política externa. É também uma das maiores demonstrações da “continuidade” de nossa política externa.

Trabalhar para a união dos países sul-americanos é um projeto constante da diplomacia brasileira. Como já mencionei, esse é um preceito constitucional para o Brasil.

Posso eu mesmo dar um testemunho pessoal do empenho com que o Brasil atua na promoção da amizade entre os povos sul-americanos. Na segunda metade da década de 90, como Embaixador em Quito, atuei como coordenador dos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, no processo de paz para a solução do conflito fronteiriço entre Equador e Peru. Esse foi, para mim, um exercício importante. Entre outras razões, porque me permitiu confirmar que os princípios defendidos pelo Brasil na sua atuação externa, nesse caso específico sobretudo o de solução pacífica de controvérsias, não são conceitos vagos ou relativos, mas sim instrumentos concretos que devem orientar a convivência internacional, para o benefício de todos. Cabe ressaltar, aliás, que a atuação da diplomacia brasileira na questão do conflito Equador-Peru valeu-se, e muito, da cooperação das Forças Armadas nacionais, que integravam a Missão de Observadores Militares (MOMEP).

O processo de paz contou com o envolvimento pessoal, e atento, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o que indica a importância que o Brasil atribui à convivência pacífica entre os países sul-americanos. A assinatura do acordo de paz entre o Peru e o Equador, em 1998, representou, ao ver da diplomacia brasileira, uma vitória para a América do Sul como um todo.

A participação do Presidente Fernando Henrique Cardoso no processo de paz entre Equador e Peru foi apenas um exemplo de sua atuação no que denominamos, desde o início de seu primeiro Governo, em 1995, “Diplomacia Presidencial”. O Brasil tem podido beneficiar-se do prestígio pessoal

do Presidente no cenário internacional. Por meio de suas viagens, seu diálogo com diversas personalidades internacionais e seu envolvimento direto em vários temas de política externa, o Presidente vem contribuindo, de forma marcante, para o redimensionamento da presença do Brasil no mundo.

Em 2000, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tomou a iniciativa de realizar, em Brasília, a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, a que compareceram todos os Chefes de Estado da região. O objetivo da reunião era aprofundar a cooperação em diversas áreas, como a da integração física entre os países; da promoção de iniciativas conjuntas no campo de ciência e tecnologia; e do combate às drogas ilícitas. O resultado da reunião foi extremamente positivo. Acordou-se dar prioridade ao desenvolvimento da infraestrutura para a integração física, por meio de projetos nas áreas de energia, transportes e telecomunicações. A Segunda Reunião de Presidentes será realizada este ano, na cidade de Guayaquil, no Equador.

Da mesma maneira, o Brasil propugnou, no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica, a evolução da Secretaria Pro-Tempore para a Secretaria Permanente, que terá sede em Brasília. O Tratado, assim, conduzirá à criação de um organismo internacional, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que dará impulso à cooperação entre os países amazônicos.

O Governo brasileiro, portanto, vê hoje as fronteiras entre os países da América do Sul como catalisadoras de cooperação, e não mais como fatores de separação ou distanciamento. O exemplo mais avançado, até o momento, da transformação das fronteiras na América do Sul em um fator de aproximação entre os países é o MERCOSUL. A criação do MERCOSUL é fruto da evolução do nosso

relacionamento com a Argentina, antes marcado pela rivalidade, hoje caracterizado por uma relação estratégica. Simultaneamente, o MERCOSUL, além de consequência, é também causa do aprofundamento das nossas relações com a Argentina.

A crise econômica grave que a Argentina vem atravessando deixou patente a densidade das relações que mantemos com aquele país. O Governo brasileiro tem prestado toda a solidariedade à Argentina, por meio de concessões no campo comercial e até mesmo de apelos à comunidade internacional para a concessão de um pacote financeiro. A consolidação do MERCOSUL é um dos principais objetivos da política externa brasileira.

Como afirma o Ministro Celso Lafer, “convém fazer não apenas a melhor política, mas também a melhor economia de uma geografia”. O MERCOSUL é hoje uma Área de Livre Comércio e uma União Aduaneira em formação, com uma tarifa externa comum definida e em implementação. Embora o agravamento da crise argentina, em 2001, tenha tido consequências negativas para o aprofundamento do processo de integração do bloco, tem sido possível manter seus objetivos. Desde sua criação, o MERCOSUL permitiu um aumento considerável dos intercâmbios comercial, econômico, político e cultural entre os países membros.

O MERCOSUL vem participando de uma vasta série de processos de negociação com outros blocos regionais ou países. O Chile e a Bolívia são membros associados ao MERCOSUL. O bloco está negociando com a Comunidade Andina de Nações a criação de uma Zona de Livre Comércio. Estão também em curso negociações para uma Associação Interregional com a União Européia. Em maio próximo, em Madri, terá lugar uma cúpula

entre o MERCOSUL e a União Européia, coincidente com a Cimeira ALC/UE.

Os países membros do MERCOSUL participam como um bloco das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O Brasil assumirá, no segundo semestre, junto com os Estados Unidos, a co-presidência do processo negociador da ALCA.

Na avaliação do Governo brasileiro, a ALCA se mostrará relevante, se o processo negociador de fato permitir acesso a mercados, reduzir barreiras não-tarifárias, eliminar o protecionismo criado por regras sanitárias e eliminar assimetrias no tratamento dos subsídios a produtos agrícolas. Nossos negociadores buscam um acordo justo, que favoreça os países em desenvolvimento. Em resumo, a ALCA não pode ser um fator de perpetuação ou aumento de desigualdades entre os países do Continente, e sim um instrumento que favoreça o desenvolvimento de cada um dos países.

Causa preocupação, nesse sentido, a recente decisão dos Estados Unidos de impor novas medidas de proteção para o seu setor siderúrgico, sob a forma de salvaguardas. Esse parece ser um sinal pouco alvissareiro para o progresso da liberalização comercial.

Cabe aqui um breve comentário sobre nossas relações com os Estados Unidos. Por ser aquele país a maior potência do mundo, inclusive no plano econômico, as eventuais divergências comerciais que o Brasil precisa administrar com os norte-americanos ganham enorme repercussão, e repercussão negativa, junto ao público. No plano político, porém, as relações são marcadas tradicionalmente por laços fortes de amizade. E não podemos esquecer que, se as divergências comerciais com os Estados Unidos são as que mais atenção despertam, não são únicas, na medida em que

o Brasil enfrenta protecionismo comercial a seus produtos de parte de vários outros países ou blocos de países.

É por essa razão que, na Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil procura tornar mais justas e equilibradas as relações comerciais entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. A IV Conferência Ministerial, realizada em Doha em novembro último, pode ser considerada um êxito, na medida em que representou uma vitória para o multilateralismo. O lançamento de uma nova Rodada negociadora no âmbito da OMC eliminou o impasse surgido com o fracasso da Conferência de Seattle. Para um país médio, mas com interesses globais, como é o caso do Brasil, é importante que existam regras universais contra eventuais medidas unilaterais das grandes potências comerciais. Cabe notar, a propósito, que o Ministro Celso Lafer atuou, em Doha, como um dos dois “sábios” que integravam o grupo de “amigos do Presidente” da Conferência, encarregados de ajudar a solucionar problemas surgidos nas negociações. Esse fato evidencia a importância das negociações para o Brasil, e também a importância do Brasil para o sucesso das negociações.

O lançamento da nova Rodada negociadora, portanto, já seria suficiente para tornar Doha um avanço significativo. Mas várias decisões tomadas em Doha representaram um sucesso para os países em desenvolvimento. O texto sobre agricultura, por exemplo, pela primeira vez inclui referência ao objetivo de eliminação dos subsídios à exportação de produtos agrícolas. Quanto ao acesso a mercados para produtos industriais, Doha estabeleceu como meta, por insistência do Brasil, a redução ou eliminação de picos tarifários, tarifas altas e escalada tarifária, inclusive para produtos exportados por países em desenvolvimento.

A Declaração sobre TRIPs e Saúde Pública permite a adoção de políticas nacionais de amplo alcance social que poderiam, sem a Declaração, ser questionadas na OMC, como seria o caso da quebra de seletiva de patentes que favoreçam o tratamento de epidemias ou doenças de graves implicações sociais, como no caso da AIDS.

Em sua atuação diplomática no campo das negociações comerciais, como no processo de criação da ALCA e na OMC, o Brasil procura atingir os seguintes objetivos: expandir e diversificar suas exportações; aprimorar o multilateralismo comercial nas dimensões de acesso, disciplina e solução de controvérsias; preservar o grau de diversificação de seu comércio exterior; buscar nichos de oportunidade em outros mercados. Atingir esses objetivos significa contribuir para a construção de um país mais desenvolvido, com maior justiça social.

Voltando ao campo mais propriamente político da atuação diplomática, desejo destacar a importância de alguns eventos internacionais que exigiram recentemente ou estão a exigir, de forma contínua, atenção redobrada da diplomacia brasileira.

Antes de mais nada, mencionarei os eventos de duas semanas atrás na Venezuela, que levaram à queda do Presidente Hugo Chávez e, imediatamente, à reassunção de suas funções como Chefe de Estado. A diplomacia brasileira agiu com presteza para ajudar à invocação pela primeira vez, na Organização dos Estados Americanos (OEA), da Carta Democrática Interamericana. O Artigo 20 da Carta prevê que, em caso de ruptura institucional em um país-membro da OEA, poderá ser convocada sessão extraordinária do Conselho Permanente da Organização, para que seja examinada a situação no país. Dependendo da avaliação coletiva efetuada na

sessão extraordinária, o Conselho Permanente pode decidir pela suspensão, no seio da OEA, do Estado Membro onde ocorreu a quebra da ordem constitucional.

A atuação da OEA e do Grupo do Rio e, individualmente, de diversos países da região, particularmente o Brasil, parece ter sido fator decisivo para que a situação política na Venezuela voltasse à normalidade, ou seja, para que Hugo Chávez, Presidente eleito democraticamente, voltasse a exercer suas funções. O Brasil condenou, já nas primeiras horas do golpe de Estado, de forma inequívoca, a tentativa de ruptura dos princípios democráticos. O Brasil e outros países da região, em sua reação ao golpe, deram demonstrações firmes de apego à ordem constitucional e também à estabilidade na América do Sul. A expectativa de isolamento da Venezuela na comunidade internacional terá sido elemento chave para que o golpe de Estado não prosperasse.

Sem dúvida, os atentados de 11 de setembro foram o evento de maior impacto, nos últimos meses, no surgimento de uma nova realidade internacional. Os atentados promoveram novos desafios e novas oportunidades para os Estados Unidos e, conseqüentemente, para o resto do mundo. O Presidente George W. Bush declarou guerra, como resultado dos atentados, a um inimigo transnacional e não-facilmente identificável. Isso exigiu a cooperação de aliados e mesmo de antigos rivais, mudando o cenário das relações internacionais. A concertação multilateral tendeu, pelo menos em um primeiro momento, a prevalecer, na reação norte-americana, sobre tendências de unilateralismo. A necessidade de segurança coletiva, no entanto, invadiu as jurisdições nacionais, diluindo a noção de interno e externo. Soberania, assim, passou a significar exercício eficaz das responsabilidades de cada Estado.

Não existem explicações políticas, econômicas, sociais ou culturais que nos permitam aceitar qualquer motivação para os atentados. De qualquer maneira, como afirma o filósofo francês André Glucksmann em livro lançado há poucas semanas sobre os eventos de 11 de setembro, com o título sugestivo de Dostoïevski em Manhattan, os terroristas não precisam de explicações para seus atos. Segundo Glucksmann, os terroristas querem justamente tornar seus atos “mais visíveis e menos compreensíveis”. Suas ações pretendem ter como conseqüência a redução dos direitos e da liberdade individuais, em prejuízo da democracia.

A nós, diplomatas e militares, o que nos cabe fazer, como funcionários de Governo, é buscar formas de lutar, politicamente, contra o terrorismo. O Brasil, logo após o 11 de setembro, deu firmes demonstrações de apoio ao povo e ao Governos dos Estados Unidos. Entre outras ações, propôs, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, em iniciativa exitosa, a aplicação do disposto no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). A iniciativa foi acertada em três dimensões: reiterou sinal positivo de apoio hemisférico aos Estados Unidos; contribuiu para evitar ações unilaterais; e ajudou a manter o marco institucional regional. Da mesma forma, apoiamos firmemente uma maior cooperação internacional para o desmantelamento de redes de apoio e de financiamento ao terrorismo. O combate ao terrorismo, quero lembrar, é uma disposição da Constituição brasileira.

Acreditamos, por outro lado, que a luta contra o terrorismo não deve monopolizar a agenda internacional. Temas como a promoção dos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, o respeito às Convenções ambientais, a reforma do Conselho de

Segurança das Nações Unidas, o desarmamento e não-proliferação de armas de destruição em massa e a promoção da paz em partes do mundo mergulhadas em conflitos precisam seguir recebendo atenção extremada.

As crises na Colômbia e no Oriente Médio são casos de conflitos de longa duração que seguem criando tensões no plano internacional. No caso da Colômbia, país vizinho, o Brasil só pode ver com preocupação o agravamento da situação de crise naquele país. Consideramos inadmissível a eventual transferência para o território brasileiro do teatro de operações de qualquer dos atores do conflito colombiano. Desejamos evitar que eventuais impactos do Plano Colômbia transbordem para o território nacional. Para esse fim, foram tomadas medidas que permitam maior coordenação, no tratamento da questão, entre diversos órgãos do Governo Federal, inclusive o Itamaraty e o Exército. O prolongamento da crise na Colômbia ameaça a estabilidade na região como um todo.

Igualmente preocupante, apesar da distância geográfica em que ocorre, é o conflito no Oriente Médio. Repudiamos os atos terroristas cometidos por ativistas palestinos, que matam civis inocentes, e também o uso exagerado da força pelas autoridades israelenses, que contribui para perpetuar os ressentimentos e reduz a possibilidade de que os dois lados possam conviver pacificamente. O Governo brasileiro tem declarado, em diversas ocasiões, e no mais alto nível, ser necessário haver um Estado da Palestina independente, democrático e economicamente viável, convivendo com o Estado de Israel, dentro de fronteiras seguras e reconhecidas internacionalmente. O Senhor Presidente da República vem reiterando, em seus contatos com líderes estrangeiros, a importância de que sejam respeitadas as

Resoluções sobre a matéria do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Entende o Brasil não haver solução militar possível para o conflito. Portanto, instamos as duas partes ao diálogo político, para que se possa obter uma solução justa e duradoura.

Senhores Oficiais,

Em seu discurso na Conferência Internacional sobre o Financiamento ao Desenvolvimento, em Monterrey, o Chanceler Celso Lafer indicou que “a pobreza é hoje o desafio mais dramático que enfrentamos”. A pobreza não pode mais ser vista como um fenômeno nacional. Suas conseqüências podem afetar a segurança no plano internacional. O financiamento para o desenvolvimento, nesse contexto, passa a ser um elemento fundamental para atingir objetivos sociais. Da mesma maneira, é preciso democratizar o processo decisório no campo do sistema financeiro internacional. Os fluxos de investimento internacional precisam tornar-se mais previsíveis. O Brasil, inclusive na pessoa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tem sido crítico da volatilidade dos fluxos financeiros e dos prejuízos que isso impõe aos países em desenvolvimento. A globalização da economia não veio acompanhada de mecanismos satisfatórios de governabilidade, que permitam às comunidades nacionais participar da tomada de decisões no plano internacional.

Do ponto de vista brasileiro, portanto, o processo de globalização, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades que merecem ser aproveitadas, deve ser reavaliado de maneira constante, no esforço para que não sejam acirradas as desigualdades entre os países desenvolvidos e o mundo em desenvolvimento.

Muito obrigado.



DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NA CASA DE AMÉRICA

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA CASA DE AMÉRICA. MADRI, 30 DE ABRIL DE 2002

Senhoras e senhores,

As relações entre Brasil e Espanha conhecem hoje o mais intenso momento de sua história contemporânea, apresentando caráter operativo que jamais havia sido alcançado.

Os vínculos históricos, culturais e políticos entre os dois países configuram fator importante no adensamento do relacionamento bilateral. Ambos países passaram a beneficiar-se, na década de 90, de novos vínculos regionais – tais como a Comunidade Ibero-Americana e a aproximação entre o Mercosul e a União Européia – e, sobretudo, econômicos. Basta dizer que a Espanha é hoje o maior investidor europeu no País e o segundo no cômputo geral, abaixo apenas dos Estados Unidos.

Com base nesses fundamentos favoráveis, Brasil e Espanha vêm construindo – por meio de uma participação ativa de seus setores público e privado – uma parceria solidamente ancorada em um excelente patrimônio de convergências e relações institucionais e, em particular, contribuindo para maximizar a presença de cada um dos países no cenário internacional.

No plano governamental, é importante ressaltar que os contatos de alto nível têm sido

regulares e produtivos, refletindo a nova etapa das relações bilaterais. As visitas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998, 2000 e 2001, e do Vice-Presidente Marco Maciel, em 1997 e 1999, pelo lado brasileiro, e, pelo lado espanhol, do Presidente José María Aznar, em 1997 e em 1999, e dos Reis de Espanha, em 2000, bem como de expressivo número de ministros e outras altas autoridades, têm proporcionado nível crescente de concertação, permitindo a identificação de amplas áreas de entendimento e de novos campos para a cooperação.

Na esfera diplomática, têm sido frequentes os contatos entre Chanceleres, com uma média de um encontro ao ano desde 1995. De modo complementar, as reuniões de consultas políticas entre Vice-Ministros (realizadas em Salamanca em 1997, no Rio de Janeiro em 1998, em Marbella em 1999, no Rio de Janeiro em 2000, em Madri em 2001 e novamente no Rio de Janeiro, em maio próximo) vêm constituindo foro que – por sua flexibilidade, informalidade e abrangência – assegura aos temas de interesse comum e de concertação potencial um tratamento que não seria possível em visitas formais.

No campo econômico, a participação de capitais espanhóis no processo de privatização dos setores de telecomunicações e de energia do Brasil - aliada à atuação dos bancos Santander e BBVA - elevou a Espanha à posição de segundo maior investidor estrangeiro no País, logo após os Estados Unidos, com estoque superior a 25 bilhões de dólares. Para se ter uma idéia do significado desses números, basta dizer que em 1995 os investimentos espanhóis no Brasil limitavam-se a tão-somente 300 milhões de dólares.

O crescimento dos investimentos espanhóis no Brasil foi da ordem de 8.000% nos últimos 6 anos. A participação espanhola nas privatizações brasileiras —concentradas nos setores de telecomunicações e energia — supera os 15 bilhões de dólares (15% do total geral e 34% da participação estrangeira).

A despeito da significativa desaceleração da economia mundial, que, acoplada à crise argentina, resultou em uma queda de 40% dos investimentos espanhóis na América Latina em 2001, os números ainda são muito significativos. Do total de quase 23 bilhões de dólares de investimentos externos no período, um terço foi aportado pelos EUA e pela Espanha (respectivamente, 5,2 bilhões de dólares e 2,7 bilhões de dólares).

A aposta feita pelo empresariado espanhol no mercado brasileiro vem se mostrando extremamente recompensadora. As empresas espanholas que investiram no Brasil vêm apresentando excelente desempenho, seus investimentos são de alta rentabilidade e, mercê das muitas afinidades que aproximam nossos países, têm encontrado no Brasil grande receptividade. Nos próximos cinco anos, a julgar pelas previsões da Confederação Espanhola de Organizações Empresariais (CEOE), os investimentos espanhóis no Brasil

deverão continuar a crescer em ritmo acelerado. A CEOE estima que a Espanha investirá na América Latina cerca de 40 bilhões de dólares até 2006.

No setor comercial, observa-se que o aumento dos investimentos não gerou correntes intensas no comércio bilateral, embora o fluxo comercial total haja registrado crescimento nos últimos três anos, sobretudo em função do incremento das exportações espanholas. Desde 1997, o Brasil exporta para a Espanha cerca de 1 bilhão de dólares (média anual) e importa aproximadamente 1,1 bilhão de dólares.

Em todo esse período, a única alteração digna de nota foi a diversificação da pauta espanhola de exportações — antes concentrada em itens como azeite de oliva — com a incorporação de produtos de alto valor agregado, em especial autopeças, aparelhos eletrônicos e maquinaria (produtos que em geral abastecem a demanda das empresas espanholas no Brasil). Já as exportações brasileiras continuam concentradas em produtos primários como soja, ferro e café. Ressalte-se, também, que, apesar da cooperação com a Gamesa, a Embraer ainda não encontrou na Espanha mercado para seus aviões.

Com vistas à obtenção de um incremento no fluxo comercial entre os dois países, seria importante que as principais empresas espanholas do setor bancário, instaladas no Brasil, conjuntamente com o Banco do Brasil, examinassem canais de incentivo para o financiamento especialmente de pequenas e médias empresas, cujo potencial de parceria com a Espanha permanece aquém do que se poderia imaginar.

Na área da cooperação educacional, verifica-se, igualmente, extraordinário potencial para a intensificação das relações entre os dois países. Protocolo entre a Universidade de Salamanca e o Governo brasileiro, assinado

durante a visita do Presidente da República à Espanha em outubro de 2000, permitiu o estabelecimento de um Centro Brasileiro naquela universidade — com estudos de graduação e pós-graduação, além de atividades de divulgação — e também de uma Fundação Hispano Brasileira, ambos já instalados e com diretores escolhidos.

Mais de cem convênios já foram assinados entre universidades dos dois países. Também os processos de equiparação de títulos de pós-graduação recíprocos freqüência têm aumentado de forma significativa.

É igualmente frutífera a cooperação entre Brasil e Espanha na área de ciência e tecnologia. O envolvimento direto dos Ministros Ronaldo Sardenberg e Ana Birulés assegurou o rápido desenvolvimento da cooperação bilateral neste campo, que é extremamente promissora diante da necessidade dos dois países de produzir tecnologias próprias em campos onde ambos detêm uma pesquisa avançada.

Abre-se, ainda, no campo da ciência e tecnologia a possibilidade de uma forma de cooperação madura, fora dos eixos tradicionais da cooperação espanhola, dirigida preferencialmente aos países menores e menos desenvolvidos da América Latina, e na qual o Brasil não cabe, por seu tamanho e avanço próprio nesse campo. Esse novo ímpeto na cooperação científica e tecnológica, verdadeiramente paritária e sobretudo bilateral, começa a abrir novo e importante capítulo nas relações Brasil-Espanha.

No âmbito do relacionamento cultural, merece especial registro a exposição “De El Greco a Velázquez”. a maior mostra de pintura espanhola fora do continente europeu, inaugurada no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro pelos Reis de Espanha em julho de 2000.

Este ano será inaugurado no Museu Guggenheim de Bilbao o módulo da Mostra do Redescobrimento Brasil+500, que constitui um dos mais amplos apanhados sobre cultura brasileira desde as suas origens e em suas mais variadas vertentes.

A Espanha deverá realizar, no Rio de Janeiro, proximamente, uma grande exposição representativa da arte espanhola no século XVIII, com ênfase, em especial, na obra de Goya. Coordenada pelo Ministério da Cultura espanhol e pelo Instituto Arte Viva do Brasil, essa mostra deverá constituir acontecimento marcante no calendário cultural brasileiro no ano de 2002.

Senhoras e senhores,

À luz dessa intensa e expressiva agenda bilateral, é, pois, para o Brasil, particularmente auspicioso o fato de ter sido a Espanha o país escolhido para sediar a II Cúpula da América Latina-Caribe e União Européia.

Esperamos que a Cúpula de Madri endosse e ajude a consolidar o objetivo acordado no Rio de Janeiro, em junho de 1999, por ocasião da I Cúpula da América Latina-Caribe e União Européia, no sentido do fortalecimento dos vínculos do entendimento político, econômico e cultural entre as duas regiões, com a adoção de medidas concretas, que dêem forma e conteúdo à parceria estratégica.

A promoção de um relacionamento mais denso entre as duas regiões nos campos político, econômico, cultural, social e de cooperação não decorre unicamente da existência de uma sólida base de princípios e valores comuns ou mesmo de fortes laços históricos e culturais. Deve sobretudo ser o resultado do interesse e objetivo comuns em desenvolver mecanismos de diálogo e cooperação birregionais, que permitam às duas regiões enfrentar os desafios do século XXI.

Na Cúpula de Madri, as duas regiões deverão avaliar os progressos realizados desde o Rio de Janeiro e implementar medidas que irão fortalecer as relações birregionais. Nessa ocasião, serão adotados um “Relatório de Avaliação”, documento que deverá descrever o estado atual das duas regiões e os avanços realizados em diversos campos na implementação dos mandatos da I Reunião de Cúpula ALC-UE; um documento sobre “Valores e Posições Comuns”, que deverá refletir o amplo universo de interesses e compromissos comuns às duas regiões; e, por último, a Declaração Política, documento de maior impacto mediático e de fácil leitura, que deverá relacionar os compromissos birregionais e formular algumas sugestões de ação, permitindo que o cidadão possa se informar sobre o processo das Cúpulas ALC-UE e avaliar seu impacto.

Com o propósito de estimular o diálogo presidencial, serão sugeridos temas da atualidade, divididos em três grandes capítulos, que guardam entre si um elemento comum: a preocupação de promover e fortalecer a dimensão multilateral. Os temas propostos serão: 1) Fortalecimento do Pilar Político: democracia, segurança e multilateralismo; 2) Fortalecimento do Pilar Econômico: reforma do sistema multilateral, integração regional, crescimento e desenvolvimento sustentável; e 3) Fortalecimento do Pilar Educacional, Cultural e Social: equidade social, diversidade cultural e modernização tecnológica.

A necessidade de fortalecer e renovar o sistema multilateral tanto na área política quanto econômica, em meio a um quadro de incerteza e instabilidade, corrobora o compromisso assumido no Rio de Janeiro de estimular diálogo e cooperação mais estreitos nos

foros internacionais sobre temas de interesse comum. Na Cúpula de Madri, deve ser criado um mecanismo de fomento ao diálogo político ALC-UE, apoiado nas nossas Representações Permanentes junto ao Sistema das Nações Unidas. Espera-se que essa iniciativa venha a dar corpo e densidade ao diálogo político entre as duas regiões;

A distribuição assimétrica dos benefícios da globalização, a necessidade de promover a democracia, proteger os direitos humanos e consolidar o Estado de Direito, o objetivo de reduzir a pobreza e a exclusão social, aprimorar o sistema de saúde e promover um ensino de qualidade - para referir-me apenas a alguns desafios que nossa região enfrenta - constituem razões suficientes para desenvolver a cooperação birregional, ampliando seu alcance e atualizando seus instrumentos. O objetivo de dar maior conteúdo a essa cooperação irá demandar não só recursos, mas sobretudo criatividade no desenvolvimento de um novo padrão de cooperação. A região está disposta a examinar novos critérios e instrumentos que venham a impulsar uma cooperação realmente birregional;

O tema central da Cúpula de Madri - “Impulsando a Associação Estratégica Birregional para o Século XXI” – captura a idéia motora de que as duas regiões devem renovar esforços e prosseguir no desenvolvimento de relações mais amplas, densas e sobretudo orientadas para resultados. Não se trata mais de somar iniciativas bilaterais, as quais, por mais ricas e variadas que sejam, não irão dar forma e substância a uma associação estratégica de caráter birregional. O futuro dessa associação depende da intensificação dos intercâmbios, do maior conhecimento recíproco e da capacidade das duas regiões de saber traduzir a

convergência de posições em ações concretas. A Declaração do Rio de Janeiro e o documento de Valores e Posições Comuns, que serão aprovados na Cúpula de Madri, demonstram que as duas regiões já alcançaram um alto grau de maturidade e entendimento recíproco. Esse é um primeiro passo. Cabe agora seguir adiante.

Senhoras e senhores,

Gostaria de concluir repetindo afirmação que o Presidente Fernando Henrique tem feito a respeito da cooperação com a União Européia. Para o Brasil, é importante que a Europa se disponha a ocupar um papel de liderança no mundo, e não alternativamente concentrar-se exclusivamente na administração do seu espaço regional.

Nossos vínculos com o Continente europeu – vínculos de sangue, de cultura, além de expressivos interesses comuns – corroboram nosso desejo de que a Europa possa desempenhar papel cada vez mais importante no cenário internacional, papel esse que naturalmente lhe cabe e que tradicionalmente lhe tem sido reservado.



JANTAR OFERECIDO PELA PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PANAMÁ, MIREYA MOSCOSO

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELA PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PANAMÁ, MIREYA MOSCOSO. CIDADE DO PANAMÁ, 5 DE MAIO DE 2002

É com imenso prazer que retorno ao Panamá e usufruo da generosa hospitalidade do Governo e do povo panamenho, que muito agradeço.

Seis meses atrás tive a satisfação de receber Vossa Excelência, Presidente Mireya Moscoso, naquela que foi a primeira visita de um Chefe de Estado panamenho ao Brasil.

Sinto-me honrado com o convite para assistir à cerimônia de lançamento das obras no Lago Gatún, que confirmam a eficiente administração pelo Panamá do Canal Interoceânico.

Reafirmo o grande interesse do projeto de modernização do Canal para o comércio do Brasil com a Ásia.

O Brasil também vê o Panamá como uma valiosa porta de entrada para o mercado centro-americano, perspectiva que se consolida com a assinatura do Tratado de Livre Comércio, que terei amanhã a satisfação de testemunhar.

Estarei, também, na EXPOCOMER para assinalar as elevadas expectativas do Governo e do empresariado brasileiro com as oportunidades de comércio e investimento na

América Central, que já justificaram o envio pelo Brasil, no ano passado, de duas missões de negócios.

Não preciso lembrar o otimismo com que vejo os vínculos diretos com o Panamá, que se viram sobremaneira favorecidos pelos contatos mantidos entre as comunidades empresariais dos dois países por ocasião da visita de Vossa Excelência a São Paulo.

Uma prova do adensamento das relações bilaterais é a participação brasileira nas licitações para as obras de modernização e ampliação do Canal.

Minha confiança na amizade entre nossos países vai, naturalmente, além do plano econômico.

Lembrei em Brasília a importância que o Governo e o povo brasileiro atribuem ao intercâmbio educacional e cultural com o Panamá.

Somos culturas de grande vitalidade e em permanente interação com outras realidades.

Nada mais justo, portanto, do que a recente eleição da Cidade do Panamá e de Curitiba como Capitais Americanas da Cultura.

Senhora Presidente,

O período transcorrido desde a visita de Vossa Excelência ao Brasil foi certamente um dos mais intensos da história contemporânea.

Percebo com satisfação que o Panamá e o Brasil adotaram posições comuns diante da crise suscitada pelos acontecimentos de 11 de setembro.

Condenamos com veemência os ataques terroristas, defendemos o reforço da cooperação hemisférica contra essa ameaça e estamos empenhados no combate aos males afins do consumo e tráfico de drogas, contrabando de armas e lavagem de dinheiro.

Nas últimas semanas assistimos com profunda preocupação ao agravamento da situação na Colômbia.

Não há como minimizar a repulsa que nos causam os atos de violência cometidos pelas FARC, como os crimes contra parlamentares.

Já manifestei o irrestrito apoio do Governo brasileiro ao exercício pelo Presidente Andrés Pastrana de sua autoridade constitucional.

O Brasil mantém seu compromisso de contribuir no que for possível para que a democracia prospere sobre o crime organizado e a Colômbia possa reencontrar a paz.

A democracia é um bem por demais valioso para que seja colocado em risco por ameaças de qualquer ordem.

Essa é a linguagem que fundamenta o Mercosul, que foi endossada em Brasília pelos Chefes de Estado da América do Sul e que, desde a Reunião de Québec, orienta o esforço de integração hemisférica.

Daí a importância de que o hemisfério seja coeso no apoio à Argentina em sua luta pela paz social e estabilidade econômica, valores

de grande importância para a promoção continuada do ideal democrático.

Espera-se que as instituições multilaterais de crédito se mostrem capazes de compreender a complexidade da situação argentina.

Não preciso lembrar que o esforço de integração hemisférica só tem a ganhar se perseguido segundo as preocupações e interesses de todos os povos do continente.

Isto passa pela garantia de acesso aos mercados mais dinâmicos, inclusive na área agrícola, onde é rotineiro o recurso a subsídios e barreiras não-tarifárias.

Também é cara ao Brasil a expectativa de que a região não volte a sofrer os efeitos da volatilidade do capital especulativo.

Em alguns dias estará sendo realizada no México a Conferência das Nações Unidas para o Financiamento do Desenvolvimento.

Parece-me uma excelente oportunidade para que sejam discutidos meios de colocar a globalização a serviço do desenvolvimento, sobretudo dos países mais pobres.

Se é verdade que a era da informação trouxe consigo uma expansão inaudita na capacidade de geração de renda e riquezas, isto não se fez em proveito de todos, ou sequer da maioria.

Cumpre avançar no aperfeiçoamento dos mecanismos de governança no âmbito da economia internacional, tanto para dominar a instabilidade dos mercados, como para democratizar os ganhos da globalização.

É chegado o momento de o mundo em desenvolvimento contar com um ambiente mais favorável à perseguição dos objetivos de equidade social e eficiência econômica.

Mais do que uma expectativa, trata-se de uma exigência dos novos tempos, de seus

padrões de competitividade, que reclamam atenção permanente com a qualificação de pessoal e a modernização da infra-estrutura.

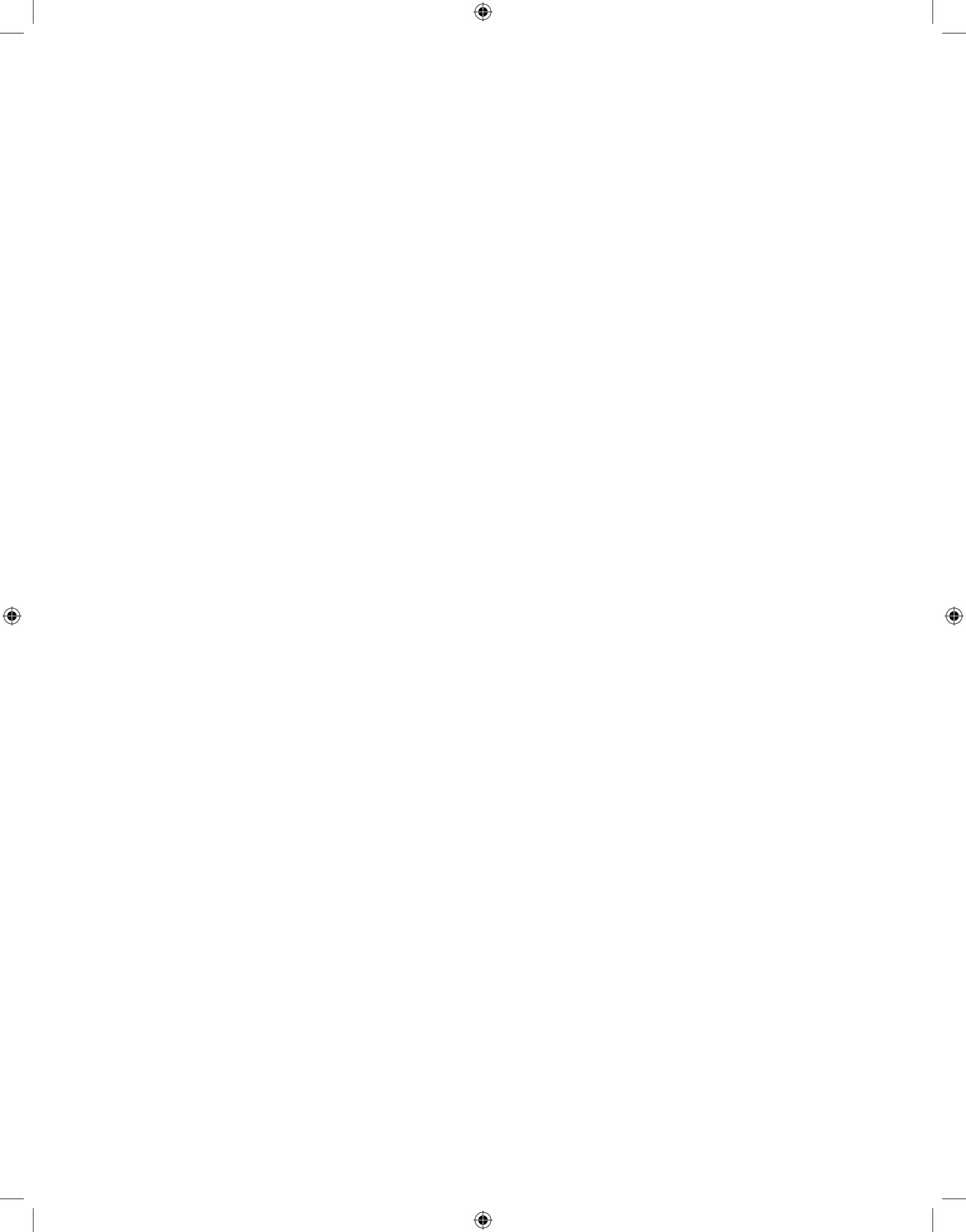
O Panamá e o Brasil não ficam a reboque da história.

Basta ter presente a valorização, por nossos países, do desafio da educação.

Basta ter presente a preocupação do Governo de Vossa Excelência, que também é do Governo brasileiro, com os eixos de integração e desenvolvimento.

Que saibamos, o Panamá e o Brasil, continuar a atuar como pontos focais de uma maior aproximação entre as Américas, e das Américas com o mundo.

Gostaria de solicitar aos presentes que me acompanhem em um brinde à saúde e felicidade pessoal da Presidente Mireya Moscoso e ao futuro que sabemos promissor das relações entre o Panamá e o Brasil.



CARTA DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO BRASILEIRO E O PNUD PARA O ESTABELECIMENTO DO CENTRO INTERNACIONAL PARA POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DA CARTA DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO BRASILEIRO E O PNUD PARA O ESTABELECIMENTO DO CENTRO INTERNACIONAL PARA POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA. BRASÍLIA, 6 DE MAIO DE 2002

A assinatura de Carta de Intenções entre o Governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o estabelecimento no Brasil de um Centro Internacional de Políticas para a Redução da Pobreza, bem como a próxima assinatura de acordo de sede para a instalação física daquele Centro no prédio “Niterói”, no complexo de edifícios do Itamaraty no Rio de Janeiro, constituem ao mesmo tempo um fim e um começo.

2. Há quase dois anos foi aventada no PNUD a idéia de se aproveitar a sólida base de conhecimentos e experiências do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para a criação de um centro internacional de políticas voltadas para a redução da pobreza.

3. A excelência e a seriedade das análises do IPEA, que constituem um marco de referência para a elaboração de políticas sociais neste país, são hoje objeto de reconhecimento internacional.

4. Nos países em desenvolvimento, umas das críticas mais reiteradas com relação às políticas sociais de redução da pobreza é a

falta de uma visão clara de conjunto que, por um lado, abarque a totalidade de suas relações causais e, por outro, permita um tratamento coordenado e integrado das ações necessárias para a sua diminuição e eventual erradicação. A explicação para essa falta de visão totalizante costuma ser efeito da própria proximidade da pobreza, proximidade que conduz à naturalização do fenômeno e que obscurece a sua imagem. A urgência de suas demandas embaralha as prioridades, e o drama de suas conseqüências ameaça esvaziar as propostas de solução. No final, surge em muitos uma sensação de impotência e de fatalidade que acaba encontrando receptividade em concepções simplistas que em nada contribuem para a superação do problema.

5. Nesse contexto, surge a necessidade de distanciar-se metodologicamente do problema para melhor poder ver o fenômeno, examinar com cuidado as prioridades que a luta contra a pobreza impõe e avançar propostas que, se levadas a efeito, possam realizar modificações profundas nas estruturas econômicas e sociais que ainda resistem à vontade de mudança e

persistem, como anacronismos, no nosso país. Foi isso, precisamente, o que o IPEA fez. O resultado de suas análises é um retrato do Brasil que destaca suas diferenças, ilumina seus contrastes e, ao mesmo tempo, propõe a elaboração de políticas que espelhem os anseios de inclusão e de justiça social.

6. A Organização das Nações Unidas, por meio do PNUD, ponderou que a capacidade do IPEA em produzir análises precisas e de propor medidas concretas para as questões sociais poderia contribuir para realizar estudos sobre a pobreza no mundo, aproveitando a experiência acumulada em trabalhos semelhantes, centrados no Brasil. Nesse sentido, o Centro Internacional de Políticas para a Redução da Pobreza deverá constituir-se num dos principais eixos da cooperação horizontal, promovendo sinergias entre especialistas e entre instituições de variado leque de países.

7. Ao iniciar minhas palavras mencionei que a assinatura da Carta de Intenções e a futura assinatura do Acordo de Sede constituíam, a um só tempo, um fim e um começo.

8. São o fim de um processo decisório interno do Estado. O Centro Internacional de Políticas para a Redução da Pobreza deverá instalar-se no prédio “Niterói”, do conjunto de edifícios do Itamaraty no Rio de Janeiro, compartilhando um espaço que testemunhou o florescimento da grande tradição da política exterior brasileira.

9. Mas os dois atos são também um começo, pois marcam o desenvolvimento de novas condições para que os Estados interessados e as Nações Unidas, por intermédio do PNUD direcionem seus esforços no sentido de diminuir o número de pessoas que sobrevivem abaixo da linha da pobreza, até a completa erradicação da miséria no mundo.

10. A instalação do Centro Internacional de Políticas para a Redução da Pobreza no Itamaraty no Rio de Janeiro sinaliza, de forma concreta, o reconhecimento da importância do tema da pobreza como ponto focal no desenvolvimento das políticas nacionais. É, nesse sentido, uma oportunidade para espriar conceitos de desenvolvimento que vão muito além daquilo que o repertório de idéias pré-concebidas procura representar de maneira inadequada. É também uma oportunidade para superar a visão empobrecedora e distorcida, carente de perspectiva, que alimenta os simplismos sufocantes sobre um tema de tanta relevância e que afeta um significativo segmento da humanidade.

11. Quero, ainda, cumprimentar o Senhor Walter Franco e solicitar que, por seu intermédio, transmita ao Senhor Mark Malloch Brown, Administrador do PNUD, a satisfação do Governo brasileiro e a minha, pessoal, pela feliz conclusão deste processo. Da mesma forma, quero cumprimentar o Professor Roberto Borges Martins por sua exemplar dedicação ao combate à pobreza em nosso país, e pela excelência dos trabalhos do IPEA, que levaram ao seu reconhecimento internacional e à concretização de um projeto iniciado há quase dois anos.

12. Desejo, em conclusão, invocar com saudade e admiração o nome do Professor Vilmar Faria, que teve o maior interesse na criação deste Centro. O Centro responde tanto ao seu empenho intelectual como estudioso do problema da pobreza, quanto ao seu papel de *policy-maker* na qualidade de conselheiro do Presidente Fernando Henrique Cardoso na construção das redes de proteção social voltadas para a redução da pobreza em nosso país.

Muito obrigado”.

SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA REPÚBLICA DO PANAMÁ

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, EM SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA
REPÚBLICA DO PANAMÁ. CIDADE DO PANAMÁ, 6 DE MAIO DE 2002

É com imensa satisfação que me dirijo aos representantes do povo panamenho na primeira visita de Estado de um Presidente brasileiro à República do Panamá.

Acompanho a contribuição desta Casa à afirmação da democracia como valor maior da vida panamenha.

A recente aprovação da lei sobre transparência na gestão pública fala por si só dos sentimentos que animam a Assembléia Legislativa, afinada com os padrões mais exigentes da boa governança.

Como Chefe de Estado egresso do Parlamento, onde militei anos a fio, sei aquilatar a importância de uma Assembléia forte e atuante para a realização dos objetivos nacionais, inclusive no plano externo.

Importância que se tem acentuado nos últimos tempos, quando a fronteira entre o externo e o interno torna-se cada dia mais tênue, tamanha a influência que os eventos internacionais passaram a ter no cotidiano de nossas sociedades.

Sabemos que não é isenta de riscos a elevada exposição de nossos povos às flutuações da dinâmica internacional.

Tenho sido crítico do caráter assimétrico de que se tem revestido a globalização, no comércio e nas finanças.

São tantos os óbices a impedir o acesso aos mercados norte-americano e europeu que o mundo em desenvolvimento se vê privado de um importante fator de progresso, que é a troca equânime de bens e serviços com os países ricos.

Também me tenho voltado contra os surtos especulativos, que impuseram sérios limites a uma administração autônoma das políticas públicas.

Mas acredito que a inserção dos países na economia globalizada continua a depender primordialmente de escolhas nacionais.

Depende da capacidade de cada Estado de reunir a capacitação humana e tecnológica suficiente para fazer bom uso do potencial oferecido pela era da informação para a geração de renda e riquezas.

E depende igualmente da disposição dos diferentes Governos em somar forças no sentido de estabelecer mecanismos de governança no âmbito da economia internacional que reduzam as assimetrias existentes.

Não tenho dúvida de que as democracias estão melhor aparelhadas para esse exercício de articulação política.

A montagem de consensos internacionais passa, como toda e qualquer negociação, pela acomodação de diferentes pontos-de-vista, por uma contabilidade de ganhos e perdas, prática que ganha em eficácia quando amparada na opinião pública interna, quando dotada de legitimidade.

Daí minha confiança na participação de democracias consolidadas como o Panamá e o Brasil nos diferentes cenários em que se busca normatizar os fluxos comerciais e financeiros.

A começar pela esfera regional, envolvidos como estamos na integração de mercados com países vizinhos.

O Mercosul e o Mercado Comum Centro-Americano me parecem credenciados não apenas a favorecer a prosperidade de seus Membros, mas a concorrer para a tessitura de uma integração hemisférica em bases estritamente simétricas.

Sei da experiência acumulada pelo Panamá na condução da Secretaria Administrativa da ALCA e estou certo de que isso reverterá a favor de uma contribuição das mais efetivas na negociação de acordo que beneficie, de forma equânime, todas as nações do continente.

Paralelamente teremos o desafio da nova rodada negociadora da Organização Mundial do Comércio.

O Brasil está empenhado em que os ganhos alcançados na reunião de Doha sejam traduzidos em conquistas efetivas para o mundo em desenvolvimento.

Em alguns dias o México hospedará a Conferência das Nações Unidas sobre o Financiamento ao Desenvolvimento.

A oportunidade é das mais propícias para que se renove o pleito por uma globalização mais solidária.

Nos últimos meses os temas afetos à paz e à segurança voltaram a ocupar espaço maior na agenda internacional.

Os eventos de 11 de setembro receberam o merecido repúdio da comunidade dos Estados.

A Organização dos Estados Americanos cumpriu o papel que lhe cabia na coordenação da solidariedade hemisférica com o Governo e o povo dos Estados Unidos.

Tampouco se eximiu a OEA da prerrogativa de reclamar empenho no combate aos males conexos do consumo e tráfico de drogas, do contrabando de armas e da lavagem de dinheiro.

Para o mesmo fim têm concorrido os entendimentos que se multiplicam de Governo a Governo, como os acordos que firmei com a Presidente Mireya Moscoso em agosto passado.

Aqui também, na luta contra o crime organizado, a democracia me parece um importante trunfo, ao favorecer a mais ampla convergência de instâncias públicas e privadas contra inimigo que representa uma verdadeira ameaça à coesão das sociedades nacionais.

Para não falar da afinidade natural que existe entre Governos eleitos na luta contra a ilegalidade e o arbítrio.

É assim que interpreto e saúdo o expressivo apoio de que tem gozado o Presidente Andrés Pastrana no exercício de sua autoridade constitucional.

Não há como transigir com os atos de abominável violência cometidos pelas FARC.

O Brasil espera que o Governo colombiano reassuma a soberania plena de seu território

e possa firmar as bases de uma paz sólida e duradoura.

Não vejo como tratar da paz sem recordar que a América Latina continua em débito com sua fonte maior de instabilidade social: a indigência material, a pobreza.

Nos anos sessenta éramos cativos da ilusão de que a reconquista da democracia traria consigo a redenção de todos os males, a começar pela superação da miséria.

A luta se revelou mais árdua, mas ainda pode ser vencida.

Na verdade, as condições para a eliminação da pobreza jamais foram tão favoráveis quanto nos dias de hoje, cientes como estamos de que são fadados ao insucesso os caminhos excludentes da estatização e do fundamentalismo de mercado.

Parece-me generalizada a percepção de que as leis de mercado devem ser temperadas pela ação de um Estado atento aos direitos do consumidor e comprometido com o objetivo de acesso universal aos serviços públicos.

Não menos aceito é o entendimento de que isto supõe abertura ao diálogo e à cooperação internacional, e não veleidades autárquicas.

É esta a motivação maior da aproximação crescente entre o Panamá e o Brasil.

Queremos crescer juntos, para benefício de nossos povos.

As oportunidades de cooperação são as mais amplas possíveis.

Os setores produtivos de ambos os países saberão identificá-las, como já estão fazendo.

Aos Governos cabe o papel de sinalizador do intercâmbio, o que também está sendo feito.

Hoje terei o prazer de visitar as obras de modernização e ampliação do Canal Interoceânico.

Estou certo de que o Brasil e todo o continente muito se beneficiarão desse exemplo da capacidade empreendedora e do descortino histórico do povo panamenho.

Um povo que reconhece sua privilegiada situação geográfica e faz disso um pólo de convergência entre as nações.

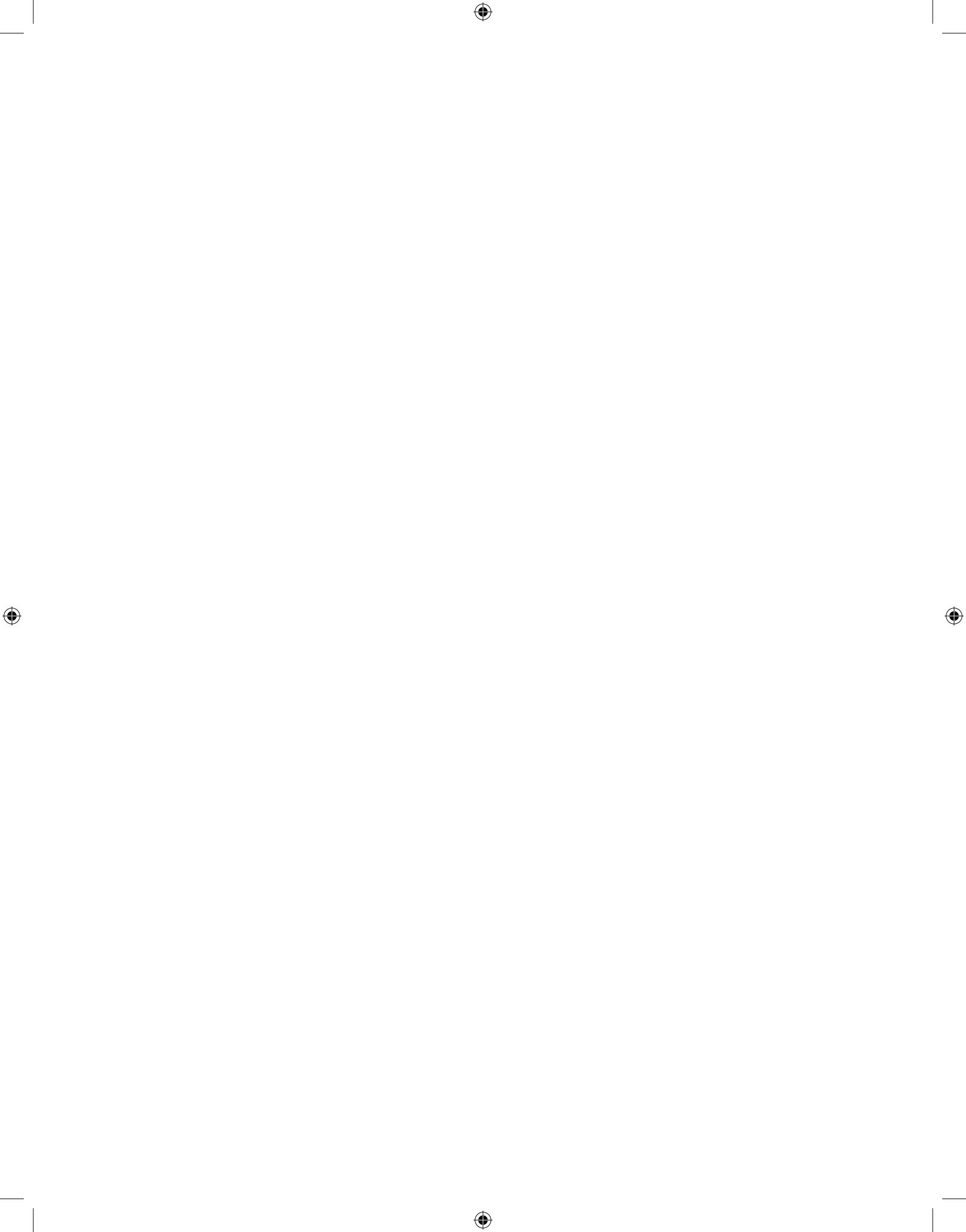
Há muito o Panamá atua no sentido de congregar.

Muito me honrou fazer entrega das Atas do Congresso Anfictiônico à Presidente Moscoso dois anos atrás.

Simon Bolívar deu vazão a seu sonho.

Hoje quem dá provas de um saudável cosmopolitismo é uma nação inteira, que esta Casa representa com reconhecido brio.

Muito obrigado.



ABERTURA DA 20ª EDIÇÃO DA FEIRA COMERCIAL INTERNACIONAL (EXPOCOMER)

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 20ª EDIÇÃO DA FEIRA COMERCIAL INTERNACIONAL (EXPOCOMER). CIDADE DO PANAMÁ, 6 DE MAIO DE 2002

Alegra-me muito ter esta oportunidade de um contato com representantes da comunidade de negócios panamenha e centro-americana.

Este é um evento de grande relevância no marco da América Central e da América Latina.

É um evento que demonstra a força da economia da nossa região. Assinala o dinamismo de nossos vínculos comerciais e, o que é mais importante para os brasileiros, a amplitude do potencial de desenvolvimento que se apresenta no marco de uma aproximação mais intensa entre o Brasil e os países da região.

Ninguém desconhece o papel que o comércio internacional pode desempenhar como um dos motores do desenvolvimento e de superação dos problemas da pobreza e da injustiça na nossa região.

A globalização das economias não pode converter-se em uma religião do mercado.

Há valores que transcendem o mercado e que há que ter em conta para que a globalização não resulte oposta a suas próprias promessas.

Um desses valores é o da solidariedade.

E estou convencido de que, em nossos dias, um dos pontos chaves para avançar na

solidariedade é o esforço de alcançar padrões mais equilibrados e menos assimétricos no comércio internacional.

As medidas protecionistas dos países mais desenvolvidos são um anacronismo que se revela, a cada dia, incompatível com os valores da cooperação econômica no plano internacional.

É fundamental, no marco dos esforços de desenvolvimento latino-americanos, que cada país possa explorar suas vantagens comparativas sem que isso gere reações protecionistas de parte dos países mais ricos.

Este é um problema que se torna visível, por exemplo, no caso das exportações brasileiras de aço.

Para nós latino-americanos, um grande desafio é incrementar os fluxos comerciais entre nossos países – na América Latina, no Hemisfério Americano e em nossas relações com o mundo – mas incrementá-los de uma forma que corresponda aos interesses de todos, sejam grandes ou pequenos, ricos ou pobres, mais ou menos desenvolvidos.

Nas circunstâncias do atual sistema internacional, este incremento do comércio pode fazer-se de diferentes formas.

Como se diz, é um exercício de geometria variável, em que distintos blocos comerciais e distintos níveis de associação se superpõem e se complementam, com resultados positivos para todos os países.

Um exemplo disso é o acordo hoje assinado pelo Panamá com os demais países centro-americanos.

Para o Brasil, é um desafio prioritário de nossa política externa, e de nossa inserção na economia mundial, ampliar e diversificar as relações comerciais com todos os blocos.

Nossos esforços de integração regional não são excludentes, mas, ao contrário, criam novas oportunidades e novas aberturas ao mundo.

Estamos avançando na integração, com o objetivo de construção de um mercado comum, no marco do Mercosul.

Este é um esforço da mais alta importância para o Brasil.

Confiamos na recuperação da economia argentina e sabemos que, com uma Argentina forte e próspera, também o Mercosul e o Brasil serão mais prósperos e mais fortes.

Realizamos, no ano 2000, em Brasília, a primeira reunião de Presidentes da América do Sul. Foi um encontro histórico, que definiu diretrizes para o aprofundamento da integração física – nos transportes, nas comunicações, na energia – em nossa região.

Hoje, na América do Sul, os eixos de desenvolvimento são pensados e planejados também em nível regional.

O planejamento do desenvolvimento não está fragmentado pelas fronteiras.

Em um quadro mais amplo, trabalhamos em conjunto com nossos sócios do Mercosul e com os demais países da região para avançar na proposta de uma Área de Livre Comércio das Américas, assim como em outros arranjos de liberalização comercial – como na OMC ou em nossas negociações com a União Européia.

A ALCA é um projeto que se impulsiona com grande força e que gera grande interesse. Não por acaso, mas porque de fato abre novos horizontes a toda nossa região.

Tampouco é um projeto fácil.

É uma idéia que requer, para ser implementada, que estejam preenchidas algumas condições, que não são condições utópicas ou extravagantes.

São simplesmente as condições mínimas para que o avanço do livre comércio em nosso continente resulte em um fator de desenvolvimento econômico e de justiça social.

São condições necessárias para que o aprofundamento dos vínculos de comércio se faça em favor, e não contra, o esforço de eliminação da pobreza e de redução das desigualdades entre e dentro dos países.

Qualquer que seja o resultado das negociações no âmbito hemisférico, para o Brasil a relação comercial com o Panamá e com os demais países do Istmo Centro-americano tem importância fundamental.

E não resta dúvida de que esta importância será crescente nos próximos anos.

Temos mantido uma corrente de comércio que está entre os 350 e os 400 milhões de dólares, dos quais algo como 100 milhões de dólares só no comércio bilateral com o Panamá.

São números expressivos, mas que ainda podem aumentar muito.

E o Brasil tem grande interesse em que este comércio cresça, em que se amplie o âmbito de nossa cooperação econômica.

Estamos convencidos de que isso será muito positivo para nós, para o Panamá e os países centro-americanos.

Sabemos que há um enorme potencial que deve ser explorado entre nossos países.

Por isso, o Brasil enviou, somente no decorrer do ano 2001, duas missões comerciais à América Central.

Já foi formalizado o anúncio da criação de um setor de promoção comercial em nossa Embaixada no Panamá.

Há perspectivas muito favoráveis de investimentos de empresas brasileiras na região.

Durante sua visita ao Brasil, no ano passado, especialmente em São Paulo, a Presidenta Mireya Moscoso ajudou a promover contatos entre empresas brasileiras e panamenhas.

A participação do Brasil nesta exposição – temos aqui cerca de 60 empresas – mostra que a relação entre o Brasil e a América Central adquiriu uma nova qualidade.

O Panamá – assim como a América Central – tem uma vocação iniludível de integração e de participação ativa no comércio mundial.

Isso se vê em sua geografia, bem como em sua história.

O Canal foi, e continuará sendo, um instrumento inestimável de integração em nível mundial.

Sua modernização– e aqui tivemos o privilégio de ser testemunhas do início das obras no Lago Gatún – tem grande importância para a região.

Torna-se possível, com isso, responder de forma mais eficaz às exigências do transporte moderno.

O Brasil seguirá trabalhando para aprofundar seus vínculos com toda a região centro-americana.

Partilhamos um passado de lutas e um presente de esperanças e aspirações.

Estou certo de que aquilo que estamos fazendo hoje nos permitirá, igualmente, partilhar um futuro de mais justiça e maior prosperidade.

Muito obrigado.



CONFERÊNCIA SOBRE FEDERALISMO COOPERATIVO: “O ITAMARATY E AS RELAÇÕES FEDERATIVAS”

PALESTRA DO CONSELHEIRO HÉLIO VITOR RAMOS FILHO, CHEFE DA ASSESSORIA DE RELAÇÕES FEDERATIVAS (ARF), POR OCASIÃO DA CONFERÊNCIA SOBRE FEDERALISMO COOPERATIVO, REALIZADA NO HOTEL GLÓRIA - “O ITAMARATY E AS RELAÇÕES FEDERATIVAS”. RIO DE JANEIRO, 6 DE MAIO DE 2002

Em nome do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, e em meu próprio, gostaria de congratular-me com a Confederação Nacional de Municípios, a Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República, o “Forum of Federations” e a Fundação Konrad Adenauer pela iniciativa da realização desta Conferência, à qual o Ministério das Relações Exteriores, por meio da Assessoria de Relações Federativas, que chefiou desde setembro de 2001, teve a satisfação de emprestar seu apoio institucional.

O Itamaraty atribui a maior importância a foros como este, que congrega de forma representativa o poder local e a sociedade civil, com o objetivo de discutir, de forma ampla e construtiva, a questão das relações federativas.

Vivemos um momento marcado por grandes mudanças no panorama mundial. Essas transformações, intensificadas pelos fluxos transnacionais e pela interdependência entre os países, tendem a favorecer um novo padrão de inserção internacional para os governos regionais, estaduais e municipais.

A Assessoria de Relações Federativas do Ministério das Relações Exteriores foi instituída em 9 de junho de 1997, pelo Decreto 2.246. Criada por determinação expressa do Presidente da República, a ARF está diretamente vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Nos últimos anos, países como a Bélgica, a Rússia, a Argentina, a Itália, a África do Sul e o México criaram, em suas Chancelarias, unidades específicas para as relações com as unidades da federação, com as quais a ARF se identifica e tem buscado estabelecer e manter contatos.

De outro lado, multiplicam-se as Assessorias ou Secretarias de Assuntos Internacionais de Estados e Municípios, dentro de uma tendência de fortalecimento e abertura para o exterior dos poderes locais.

A ARF tem como principal missão intermediar as relações entre o Itamaraty e os Governos dos Estados e Municípios brasileiros, com o objetivo de assessorá-los em suas iniciativas externas, tratativas com Governos estrangeiros, organismos internacionais e organizações não-governamentais.

A Assessoria busca sistematizar e centralizar os contatos entre os Governos estaduais e municipais e o Itamaraty, que até então estavam dispersos entre as várias áreas substantivas do Ministério das Relações Exteriores. Procura promover, além disso, a interlocução de Estados e Municípios com a rede de Embaixadas, Missões e Consulados brasileiros no exterior. O Brasil hoje dispõe de 92 Embaixadas, 8 Representações junto a organismos internacionais, 43 Consulados e 19 Vice-Consulados, o que dá a medida da intensidade de nossas relações com a maioria dos demais países em todos os continentes.

A Assessoria atua também junto às Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações de Organismos Internacionais acreditadas junto ao Governo brasileiro, encorajando-as a manterem coordenação permanente com o Itamaraty na implementação daquelas iniciativas que, em suas áreas de atuação, envolvam ações externas de Estados e Municípios.

A ARF recebe, pois, as demandas dos Estados e Municípios e as processa, em coordenação com as unidades políticas, econômicas e temáticas do Itamaraty, com a rede de postos no exterior e, se necessário, com as repartições diplomáticas estrangeiras acreditadas junto ao Governo brasileiro.

Os Escritórios estaduais de Representação do Itamaraty no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte, em Porto Alegre, em Florianópolis, em Curitiba, e os Escritórios regionais do Nordeste, em Recife, e do Norte, em Manaus, operam como instâncias descentralizadas do Itamaraty, coordenando-se com a ARF, a quem estão subordinados, para a implementação de iniciativas de interesse de estados, municípios e outras instituições em sua área de influência.

A criação da ARF resulta pois da permanente preocupação do Ministério das Relações Exteriores em desenvolver instrumentos institucionais que o habilitem a acompanhar a evolução interna da sociedade brasileira e a fazer frente aos novos desafios que o País enfrenta em um cenário internacional marcado por profundas transformações.

A complexa e dinâmica ordem mundial que se delineia a partir dessas mudanças aponta para um fortalecimento do poder local, que se mostrou capaz, em muitas circunstâncias, de ocupar com eficácia o espaço de mediação entre as demandas dos cidadãos e fenômenos de caráter transnacional. Em função disso, os governos subnacionais têm assumido um papel de maior destaque nas relações externas dos Estados.

Para sistemas federativos, como o Brasil, essa nova realidade traz desafios e oportunidades. O reconhecimento da importância do poder local, marca de nossa tradição republicana desde suas origens, foi aprofundado institucionalmente com a Constituição Federal de 1988, que caracterizou os Municípios como entes da Federação.

A Constituição de 1988 trata também dos fundamentos que norteiam a política externa brasileira e a atuação do Itamaraty, independentemente das preferências ou experiências pessoais de cada Presidente ou Chanceler. A Constituição, em seu Art. 4º, declara que o Brasil “rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios”: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político.

O parágrafo único do mesmo Artigo declara que o Brasil “buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Os princípios consagrados pela Constituição em 1988, na verdade, vêm de maneira geral sendo aplicados pela diplomacia brasileira há décadas. É fato reconhecido e admirado, no Brasil como no exterior, que nossa diplomacia, ao longo do tempo, mostra-se notavelmente coerente em sua atuação. O termo “continuidade” é usado com frequência para definir a atuação da diplomacia brasileira. A continuidade de nossa política externa deve-se a alguns fatores, dos quais citarei os seguintes: nossa inserção geográfica na América do Sul; nossas relações pacíficas com os vizinhos; a inexistência de problemas fronteiriços; nossa extensão territorial, que faz do Brasil um “país continental”; a unidade lingüística, que equilibra a diversidade cultural; e o respeito sistemático a três princípios importantes, o de não-ingerência nos assuntos internos de outros países, o de não-intervenção e o de solução diplomática de controvérsias, estando os dois últimos explicitados na Constituição, como mencionei acima.

Em que pese a determinação constitucional, que reserva com exclusividade à União a competência de formular e implementar a política externa brasileira, há uma clara percepção, por parte do Itamaraty, da necessidade e da importância de integrar as iniciativas e prioridades de Estados e Municípios ao processo de identificação dos grandes interesses nacionais, que exige o constante aprimoramento do diálogo entre o Ministério das Relações Exteriores, os diversos níveis da administração pública e a sociedade civil organizada.

Além disso, cabe também salientar que a articulação, em uma mesma estratégia global, das diferentes possibilidades de inserção internacional que se abrem hoje para a União, os Estados e os Municípios, oferece oportunidades de sucesso maiores do que iniciativas isoladas, podendo assim resultar em maiores benefícios para o conjunto da população.

É sob esta perspectiva que se desenvolve o nosso trabalho no Ministério das Relações Exteriores. Sua tarefa é a de estabelecer canais de interlocução para que as crescentes demandas que envolvem Estados e Municípios possam ser melhor atendidas.

Na qualidade de instância de coordenação e integração, a ARF encaminha as tratativas para a implementação das iniciativas internacionais de Estados e Municípios, cujo acompanhamento temático é realizado pelas áreas geográficas e econômicas do Itamaraty.

A ARF pretende ser precipuamente uma facilitadora, um órgão de apoio, incentivo e orientação aos poderes municipais e estaduais. Creio que será tanto melhor sucedida em sua missão quanto mais precisamente souber refletir, na esfera federal, os anseios locais e regionais.

A título de ilustração, a ARF tem, entre suas competências, coordenar e acompanhar, junto com as áreas competentes do Itamaraty, a preparação de missões dos governos estaduais e municipais ao exterior e apoiar os estados e municípios na identificação e aproveitamento de oportunidades externas de cooperação e intercâmbio nos campos comercial, econômico, financeiro, técnico e científico-tecnológico.

Seu campo de interlocução não se limita aos executivos locais. Faz também a ligação entre o Ministério das Relações Exteriores

e as Assembléias Legislativas Estaduais, a Câmara Distrital do Distrito Federal e as Câmaras Municipais.

A ARF apóia, outrossim, iniciativas de cooperação entre cidades e estados brasileiros e seus pares no exterior. Nesse sentido, facilita o contato entre unidades que desejem vincular-se mediante o instituto do irmanamento. Estamos no momento realizando um levantamento sobre os instrumentos existentes de cidades-irmãs entre municípios brasileiros e entidades equivalentes em outros países com vistas a resgatar e consolidar parcerias que podem revelar-se muito proveitosas.

Na realidade, em que pese o preceito constitucional brasileiro quanto à competência para celebrar atos internacionais, programas como o de irmanamento ou gemação de municipalidades e estados reforçam a noção de descentralização e valorização dos entes locais, promovendo maior aproximação entre povos de diferentes regiões e culturas e impulsionando novas parcerias e esforços conjuntos para a solução de problemas comuns. São, pois, antes de tudo, expressão ativa de vontade política para o estreitamento de laços entre as sociedades.

Outra área de atuação da ARF é a interlocução do Itamaraty com organizações que atuam no campo do federalismo, como a CNM, o *Forum of Federations*, a FMCU (Federação Mundial de Cidades Unidas) e a IULA (União Internacional de Autoridades Locais). Coordena também o apoio institucional do Ministério a eventos internacionais organizados por essas instituições ou pelos poderes públicos infranacionais.

Um tema importante tratado pela ARF dentro do Ministério das Relações Exteriores é a Rede Mercocidades. Quando foi celebrado o Tratado que instituiu o Mercosul, em 1995, dirigentes municipais do bloco regional

reuniram-se em Assunção, com o objetivo de estabelecer uma Rede associando os principais centros urbanos dos países do Mercosul, da Bolívia e do Chile, para fortalecer as municipalidades como contrapartida, que pareceu lógica e natural, aos novos cenários mundiais. Buscavam, assim, viabilizar uma maior participação das administrações municipais no processo de integração regional, incentivando a cooperação entre as cidades associadas, sobretudo em assuntos prioritários que deveriam ser debatidos dentro de unidades temáticas da rede, como desenvolvimento urbano, econômico e social, planejamento estratégico e infra-estrutura.

A Rede Mercocidades foi, então, implementada em novembro de 1995 com base na verificação de que entre os problemas levantados pelo Mercosul estava a fundamental questão da distância entre os habitantes das cidades e os centros de planejamento e de implementação das políticas comunitárias.

Diante das condições econômicas existentes no plano mundial, fazia-se também necessário compreender como operavam as decisões nacionais sobre os níveis locais. Assim, a Rede é formada atualmente por mais de 60 cidades da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, e Uruguai, que desenvolvem trabalhos comuns em doze unidades temáticas. (Atualmente, cinco cidades brasileiras coordenam unidades temáticas).

Para atender aos anseios de institucionalização da Rede Mercocidades no contexto do Mercosul, foi criado pela Resolução 90/00 Mercosul/GMC, de 7 de dezembro de 2000, fórum especializado de Prefeitos e Intendentes, denominado “Reunião Especializada de Municípios e Intendências do Mercosul- REMI”, com o objetivo de promover o diálogo e a cooperação entre as

autoridades de nível municipal dos países do Mercosul.

Há propostas de vinculação da REMI com a Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação Cidadã (RIAD), instituída pela OEA durante a primeira reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação Cidadã no Nível Municipal, ocorrida em La Paz, em julho de 2001.

Particpei, como representante do Itamaraty, da XIII Reunião do Conselho da Rede Mercocidades em Mar del Plata, em abril último, que se realizou junto com a III REMI. Nela foi discutido, ainda que em fase preliminar, projeto originado na Unidade Temática de Cooperação Internacional da Rede Mercocidades, de captação de recursos junto à União Européia para apoiar o fortalecimento institucional da REMI.

Representei o Itamaraty também em encontro realizado em outubro de 2001 em Porto Alegre para a criação do “Mercoprovíncias”, que é o Fórum de Governadores do Mercosul. Trata-se de outra importante instância para sedimentar o diálogo e a participação da sociedade no processo de integração regional.

Com a Presidência Pro Tempore do Mercosul passando para o Brasil, deveremos

sediar a IV REMI, provavelmente na segunda quinzena de outubro próximo, em cidade ainda a ser definida.

Gostaria de ressaltar que o Itamaraty não deseja sobrepor-se ao papel desempenhado pelos Municípios ou pelos Estados no Mercocidades, no REMI ou no Mercoprovíncias. O seu objetivo é, antes, o de acompanhamento dos poderes locais, que são os atores que efetivamente têm as experiências a compartilhar e as informações a intercambiar, com vistas à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

Concluo, reafirmando que existe uma firme disposição do Itamaraty de aproximar, cada vez mais, a sociedade brasileira dos temas e do cotidiano da nossa diplomacia. E essa intenção será bem-sucedida à medida que os entes federativos e a sociedade civil também tragam à ARF suas demandas e suas contribuições, em uma relação construtiva, que dê ainda maior legitimidade à atuação do Brasil no cenário internacional.

Pois, a sociedade não vem a reboque do governo. Ao contrário: o governo atua para canalizar e dar forma a um sentimento pré-existente, muito forte, que deve necessariamente encontrar modos adequados de expressão e institucionalização.

Muito obrigado.



ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA ARMÊNIA, SR. ROBERT KOTCHARIAN

**DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO
AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA ARMÊNIA, SR. ROBERT
KOTCHARIAN. BRASÍLIA, 7 DE MAIO DE 2002**

É com grande satisfação que recebemos, em Brasília, o Presidente da Armênia e sua esposa.

A visita de Vossa Excelência representa um passo marcante na história das relações entre nossos países.

Na manhã de hoje tivemos a oportunidade de manter uma conversa muito frutífera sobre os temas que nos aproximam.

O Brasil é um país que se formou pela confluência de diversos povos, distintas etnias e diferentes tradições culturais.

Entre os diversos grupos que contribuíram para formar a nacionalidade brasileira está uma comunidade de origem Armênia.

Uma comunidade que, se não é tão numerosa como outras, caracteriza-se por grande dinamismo e pela capacidade de dar uma contribuição destacada ao desenvolvimento econômico e social do Brasil, pela dedicação de seu trabalho, de suas iniciativas empresariais.

Temos muito a fazer em nosso relacionamento bilateral.

Nosso diálogo é fácil e ágil, como pudemos testemunhar na manhã de hoje, quando identificamos inúmeros interesses comuns e

um fundo de valores compartilhados que é essencial para a cooperação entre os países.

Nos últimos anos, já se realizaram diversas visitas de autoridades de alto nível, estabelecendo pontes de diálogo que são a semente para as realizações futuras.

Em agosto do ano passado, uma missão especial brasileira, chefiada pelo Dr. Varujan Burmaian e integrada por membros ilustres da comunidade armênio-brasileira, visitou a Armênia, marcando um novo momento nesse processo de aproximação.

Temos, atualmente, uma estudante armênia no Instituto Rio Branco, responsável pela formação de nossos diplomatas.

Nesta visita, estamos assinando acordos de grande interesse, que ajudarão a dar maior dinamismo à nossa cooperação, eliminando exigências de vistos em passaportes diplomáticos e impulsionando a colaboração dos dois países na área cultural.

Estamos, também, formalizando a doação do terreno para a futura Embaixada da Armênia em Brasília. De nossa parte, o Governo brasileiro tem planos para abrir, o mais brevemente possível, sua Embaixada em Erevan.

Senhor Presidente,

Na área do comércio, há também um enorme potencial a ser explorado pelos dois países.

Na economia internacional de nossos dias, a distância entre os países significa cada vez menos.

Mais importante do que a distância, nas atuais circunstâncias, é a escassez de conhecimento recíproco entre os dois países.

Por isso, é de todo interesse que levemos adiante projetos de cooperação capazes de aprofundar nosso conhecimento mútuo.

É importante estimular contatos entre lideranças empresariais dos dois países.

E é necessário apoiar iniciativas como a da criação de um Grupo Parlamentar Brasil-Armênia, que conta com a participação de expressivas lideranças parlamentares brasileiras.

Senhor Presidente,

A Armênia está situada em uma região do mundo que conheceu, em tempos recentes, mudanças históricas, com grande impacto sobre as perspectivas econômicas, sociais e políticas dos povos que ali convivem.

E a mudança é, de fato, um dos traços característicos de nosso tempo.

Mudança que traz novos desafios e nos obriga a aposentar velhos esquemas de pensamento, procurando idéias inovadoras, que possam responder a situações inovadoras.

O desenvolvimento tecnológico hoje se dá a um ritmo sem precedentes.

E a dinâmica das relações internacionais engendra novas ameaças, como a que se manifestou, de forma tão assustadora, em setembro passado, em Nova York e Washington.

Novas ameaças que se sobrepõem a antigos problemas, como o da desigualdade que divide, ou as injustiças que afastam os homens e as nações.

Neste novo século, em que adentramos com tanta esperança e, ao mesmo tempo, com tanta

apreensão, os líderes políticos têm a obrigação e a responsabilidade de trabalhar para o aprimoramento da ordem internacional.

E a tarefa é difícil, porque uma autêntica ordem internacional não se faz com o congelamento de privilégios e assimetrias, mas sobretudo com a elaboração de normas e princípios que, por sua livre aceitação por todos os países, adquiram legitimidade e dão conteúdo real às expectativas de paz e justiça de nossos povos.

Esse esforço passa, necessariamente, pelo fortalecimento do multilateralismo e do direito internacional.

Passa, igualmente, pelo avanço no tratamento das grandes questões do desenvolvimento, como a eliminação de barreiras injustas ao comércio internacional e a construção de uma arquitetura financeira mais estável, mais confiável.

Nenhum país dispõe, isoladamente, dos recursos políticos e econômicos indispensáveis para levar a bom termo essas tarefas.

No entanto, pelo diálogo e pela compreensão mútua agregam-se forças, superam-se dificuldades e constroem-se a paz e o desenvolvimento econômico.

E a visita de Vossa Excelência ao Brasil é, precisamente, um exemplo da importância desse diálogo e da crescente aproximação entre os povos, no contexto de um sistema internacional no qual é cada vez mais difícil separar assuntos internos de questões de política exterior.

Por isso, é com grande prazer que saúdo a presença de Vossa Excelência em Brasília, e agradeço sinceramente este gesto de amizade do povo armênio para com o Brasil.

E é com esse mesmo prazer que convido os presentes a que me acompanhem em um brinde ao futuro da amizade entre nossos povos e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Bella Kotcharian.

**CERIMÔNIA DE ABERTURA DO XXIX PERÍODO DE
SESSÕES DA COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DO XXIX PERÍODO
DE SESSÕES DA COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA
A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. BRASÍLIA, 9 DE MAIO DE 2002

Meu estimado amigo José Antonio Ocampo, Secretário Executivo da CEPAL, Senhora Embaixadora Cecília Soto Gonzalez, Embaixadora do México, Doutor Guilherme Dias, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Meu estimado amigo Embaixador Rubens Ricupero, Secretário-Geral da UNCTAD, Embaixador Clodoaldo Huguency, Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Senhoras Delegadas, Senhores Delegados, Senhoras e senhores,

O Brasil sente-se honrado em hospedar mais este encontro da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe.

A CEPAL é uma instituição que nos tem ajudado muito a compreender a região e sua inserção no mundo.

Fui e continuo a ser inspirado pela determinação da CEPAL em pensar o continente em seus próprios termos.

Fui e continuo a ser um “cepalino”.

Não quero com isso negar a necessidade de atualização do legado de Raúl Prebisch, do grupo que o assessorou nos primeiros tempos – reunindo Celso Furtado, Regino Botti, entre outros – e do grupo do qual tive o orgulho de participar, ao lado de José Medina Echevarría, Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel, Enzo Faletto e tantos outros, anos depois, e com os que nos seguiram, à frente Iglesias e, agora, Ocampo e todos seus colaboradores.

Mas coube ao próprio Prebisch iniciar o trabalho de atualização. Aqueles que o conheceram de perto – e eu o conheci bem – sabem que jamais se deu por satisfeito com seus achados.

Prebisch sempre teve os olhos postos no futuro.

Queria manter-se em compasso com a realidade, critério último para aferição de suas teses, e via todas as suas afirmações, por isso mesmo, como provisórias.

O “Manifesto Latino-Americano”, como Albert Hirschmann denominou um famoso documento escrito por Prebisch em 1949, foi o marco inaugural de uma história de reflexão sobre o desenvolvimento da nossa região.

Prebisch logo se encarregou de aprofundar a explicação sobre a gênese da deterioração dos termos de troca e o conseqüente pleito pela industrialização das economias periféricas.

Sabemos de seu pioneirismo na defesa da integração do mercado latino-americano como meio de atender às exigências de escala e, dessa forma, facilitar o processo de substituição de importações.

Também emprestou seu prestígio à causa do planejamento econômico e social, com a criação do ILPES, Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social.

Para não falar de seu alerta contra a insuficiência dinâmica das economias da região, carentes de uma redistribuição de renda que permitisse maior produtividade e melhor utilização do excedente.

Por trás de todos esses passos estava a crença de Prebisch na possibilidade do desenvolvimento, malgrado os gargalos internos e as assimetrias no comércio internacional.

Recordo-me, se me permitem adicionar alguma reflexão – não me recordo exatamente em que ano –, de que, em 1975 ou 1976, eu era professor em Cambridge, na Inglaterra. Lugar inspirador, lugar onde Lord Keynes havia ensinado. E fui convidado a escrever um trabalho sobre Prebisch e a CEPAL, ao qual dei um título que, à primeira vista, podia parecer até mesmo um pouco discutível. Chamei o trabalho de “A Originalidade da Cópia”, porque, na verdade, o pensamento que foi desenvolvido por muitos de nós e, marcadamente, por Prebisch, por Furtado, pelos que já mencionei aqui, naturalmente se relacionava com a teoria econômica. E

nem pode ser diferente. E essa teoria não se desenvolvia especificamente na América Latina.

Mas há cópias que são originais, não só na ciência. Se tiverem a possibilidade de conhecer o barroco mineiro, aqui no Brasil – e os convido a que o conheçam – vão ver que aqui também, na forma artística do barroco, houve uma originalidade na cópia. Os moldes vinham da Europa. Vinham de Portugal. Eram copiados, e disso se fazia uma outra arte. Eram transformados.

Eu diria que foi assim o pensamento da CEPAL e o pensamento de Prebisch, em particular. Levou em conta estatísticas das Nações Unidas e estudos teóricos sobre a deterioração contínua nos termos de intercâmbio. Nada disso foi propriamente inventado aqui. Mas onde foi? Será que foi nas Nações Unidas? Será que foi por Hans Singer? Não terá passado pela Áustria? Não terá passado por Cambridge? Sempre é assim. O que foi importante em Prebisch, em toda a escola que ele criou, foi, precisamente, a capacidade de não simplesmente imitar, mas de recriar e de pensar. E, como se trata de ciências sociais, esse pensamento tem a ver sempre com o relacionamento com as estruturas econômico-sociais e políticas. Há, portanto, uma referência histórica necessária. E o que foi feito com brilho pela escola da CEPAL, foi, com essa referência histórica, repensar, reposicionar o que se acreditava ser a teoria do desenvolvimento. As teorias do primeiro impulso, as teorias desenvolvidas na Europa Central, e assim por diante, tomaram uma outra característica. O fato é que temos que verificar sempre a evolução do pensamento.

Prebisch foi o primeiro a desenvolver formas novas daquilo que foi a sua colocação inicial, mas sempre acreditando na possibilidade do desenvolvimento, malgrado as limitações.

Partilhei – e partilho – dessa crença, de maneira plena. Não via, na época em que pude trabalhar na CEPAL, contradição entre desenvolvimento e dependência.

Em vez de inelutável, a dependência sempre me pareceu uma situação contingente, passível de transformação. Ela era apenas o resultado de uma acomodação de interesses.

O fato é que, mesmo dependentes, crescíamos a olhos vistos, ainda que de forma iníqua e para proveito de poucos. Cheguei a falar, em certa época, já nos anos 70 e não nos 60, quando trabalhei na CEPAL, em desenvolvimento dependente-associado. E ainda acrescentava que era excludente. Muita palavra feia para, entretanto, não negar que havia o crescimento econômico. Havia um certo tipo de desenvolvimento.

O desafio que se colocava era o de reunir condições para um outro tipo de desenvolvimento que atendesse à maioria.

O desafio era, portanto, político. Passava pela construção de um arranjo mais sensível aos reclamos do conjunto da sociedade. Sabia que isso era possível, apesar das amarras impostas pelo contexto autoritário em que vivíamos na época.

Se prestei alguma contribuição ao trabalho da CEPAL, foi exatamente essa preocupação com a autonomia do político, que traz consigo a hipótese de superação da própria dependência.

Disso jamais me afastei. Na verdade, fui além.

A atividade pública me fez perceber que, além da dinâmica dos interesses sociais, cabe atentar para a importância do papel do Estado, responsável por demarcar o campo em que se dá a operação do mercado.

Nem tudo é função dos interesses privados, mesmo após a globalização do processo produtivo, fenômeno bem posterior à fundação da CEPAL e que trouxe inegável desenvoltura às empresas transnacionais.

Mas continua prerrogativa do Estado – e, portanto, do político – a definição das normas que balizam as transações internacionais, criando incentivos em determinadas áreas, impondo obstáculos em outras, enfim, mapeando o espaço de atuação dos agentes econômicos.

Daí a necessidade de levarmos em conta o peso das negociações entre governos, inclusive como fonte de novas assimetrias, já que os acordos costumam refletir o descompasso de poder entre os países ricos e o mundo em desenvolvimento.

O histórico do GATT, a despeito de todas as suas conquistas, é um bom exemplo disso.

A prolongada e difícil Rodada Uruguai permitiu valiosos avanços, mas ignorou a questão agrícola, exatamente aquela em que economias promissoras, mas de menor poder relativo, como a australiana e a brasileira, para não falar de grande parte do Hemisfério Sul, têm muito a ganhar se os países afluentes atenuarem seu apego a tarifas e subsídios.

Daí nossa avaliação positiva dos resultados da reunião da OMC em Doha, quando foi possível incluir itens como agricultura, *antidumping* e subsídios à exportação na pauta da futura rodada de negociação.

Esperamos que Doha tenha sido o início de um processo que assegure um livre comércio de mão dupla, com ganhos generalizados e equânimes, revertendo o atual estado de coisas, onde a incompetência de alguns, sobretudo na área agrícola, continua a prevalecer sobre o interesse de muitos.

É chegado o momento de a comunidade internacional evoluir para uma adesão menos retórica e mais efetiva aos cânones do livre comércio, inclusive no âmbito hemisférico, onde projeto algum de integração deve prosperar sem que tenha a reciprocidade como fundamento.

Apresentei em Québec as expectativas do Brasil em relação à ALCA, que se resumem na defesa de um acesso desimpedido a todos os

mercados, o que inclui, naturalmente, os mais dinâmicos.

Postulamos aquilo que me parece constituir a razão de ser de qualquer acordo liberalizante, que é a quebra de barreiras, recebam elas o nome que se queira dar.

O governo brasileiro, como fez, agora, o Doutor Ocampo, saudou o reconhecimento pela OMC de que a saúde pública não deve ficar refém do Acordo TRIPS.

A legislação brasileira é clara o suficiente para não deixar dúvidas sobre o compromisso do país com o instituto de patentes. Só não vemos sentido em situar a propriedade intelectual acima de todo e qualquer outro bem, sobretudo a vida humana.

Tampouco acreditamos em arroubos unilateralistas.

O melhor caminho é o da cooperação internacional, em que todos reconheçam seus deveres e responsabilidades.

A cooperação internacional também me parece imprescindível para controlar a volatilidade do capital financeiro, que tanta inquietação causou ao redor do mundo, do Sudeste Asiático à Rússia, sem falar em nós próprios, aqui, na América Latina.

É verdade que o capital especulativo, nos últimos dois anos, parece ter deixado de migrar em bloco, segundo o chamado instinto do rebanho, e esteja aos poucos aprendendo – e espero que continue – a distinguir o joio do trigo.

Mas não podemos passar um atestado de racionalidade a quem vive da fabricação de expectativas e não responde a motivação outra que não seja o próprio lucro.

Daí a necessidade de suprir o quanto antes o que chamo de déficit de governança nas relações econômicas. A economia está globalizada, mas a política não.

Continuamos a carecer de mecanismos de regulação que permitam, por exemplo,

assegurar maior transparência e previsibilidade aos movimentos financeiros.

Fiz meu primeiro apelo nesse sentido em visita, como disse o Doutor Ocampo, que realizei à sede da CEPAL em Santiago nos primeiros meses de Governo, em 1995.

Depois, voltei ao tema em inúmeras ocasiões, nos mais diversos foros, com os mais diferentes interlocutores.

E continuarei a fazê-lo, até porque sei que os temas internacionais têm seu próprio tempo de maturação, que é elástico, por exigir a acomodação de vontades soberanas.

Mas confesso lamentar que o assunto continue ausente da agenda dos países com maior influência sobre a arquitetura financeira internacional. E, por isso, me apraz ouvir o Doutor Ocampo. Não li ainda o último relatório da CEPAL, mas fiquei muito feliz de ouvi-lo e de ver que a CEPAL tomou o desafio e está propondo mecanismos que permitam uma maior capacidade de previsão e de controle de movimentos irracionais que ocorrem na economia internacional.

A Conferência de Monterrey nos fez ver o quanto o mundo desenvolvido continua preso à falácia de que a instabilidade financeira é problema técnico e não político, reclamando apuro contábil, ao invés de – o que seria o certo – uma vontade negociadora.

Os dados mostram que competência técnica não nos falta para o controle das contas públicas, mesmo diante da insistência das organizações multilaterais de crédito em adotarem critérios questionáveis para a mensuração da dívida nacional. Posso dizer isso com tranquilidade. O Brasil vem mantendo um controle estrito em suas contas públicas, há alguns anos, produzindo os superávits necessários para mostrar, interna e externamente, que temos a absoluta capacidade de gerir nossos negócios, inclusive as nossas dívidas. Não obstante, vez por outra, vê-se que existem incompreensões nessa matéria.

Mas tampouco carecemos da determinação de administrar o país segundo os interesses e prioridades de nossos povos, à revelia do que pense esta ou aquela agência de risco, inapta, muitas vezes, a ir além de equações de curto fôlego.

O fato é que nem todos os observadores externos souberam se manter atualizados em relação ao Brasil, a alguns de nossos vizinhos e a muitos outros países da América Latina.

Percebo, da parte de alguns, uma particular dificuldade em compreender que as economias nacionais passaram a operar em um contexto democrático.

As políticas não são mais ditadas pela suposta omnisciência de tecnocratas, nativos ou estrangeiros.

Decorrem, hoje, da depuração de interesses legítimos, segundo regras transparentes, negociadas no espaço público, sob controle social, inclusive da imprensa, cada dia mais preparada e vigilante.

Esta talvez seja a grande diferença entre a América Latina de hoje e aquela dos anos iniciais da CEPAL: a força da democracia, que se nutre do seu continuado exercício.

A democracia, entre nós, deixou de ser um expediente de ocasião, passível de ser suspenso em nome de uma realização futura, para assumir a condição que lhe é inata de valor fundamental.

Não mais prescindimos da democracia seja como critério de legitimidade para o exercício do poder político, seja como requisito para ingresso e participação nos esforços de integração regional, planos que se reforçam mutuamente.

Já previa, mais de um século, um grande escritor brasileiro, Joaquim Nabuco, que, embora a resposta ao desafio democrático deva ser buscada dentro de cada país, ela se fortalece pela existência nos países vizinhos de uma opinião favorável à democracia.

Esta é a base da cláusula democrática adotada no Mercosul, reiterada pelos Presidentes da América do Sul na Declaração de Brasília e estendida a todo o continente pela Carta Democrática da OEA.

Ameaças à ordem institucional em um determinado país deixaram de ser uma questão eminentemente doméstica e passaram a justificar reação pronta e coordenada do Hemisfério como um todo.

A menos que se apreenda o real alcance desses desdobramentos, torna-se difícil compreender a América Latina de nossos dias e fazer previsões que gozem de um mínimo de credibilidade.

A melhor aposta a ser feita, não tenho dúvidas, é a de que os países do continente caminharão segundo a vontade de seus povos, que é pluralista e, por isto, democrática.

Temos como nunca o sentimento de que somos autores de nossa própria História e disso faremos o melhor em prol de uma região mais próspera e justa.

Por isso, desejo a todos os amigos da CEPAL, parceiros de uma empreitada de mais de meio século, que tenham um encontro muito produtivo aqui em Brasília, como costumam ser as reuniões desta nossa querida organização.

E tenho certeza, depois do que escutei, de que o encontro será muito positivo.

Apraz-me, como, repito, antigo “cepalino”, exercendo temporariamente funções presidenciais – e insisto no temporário, diante de alguns rumores de má-fé – de ver que a CEPAL continua com a vivacidade de sempre e enfrentando os grandes temas, os grandes desafios, não tendo, naturalmente, por que temer, mesmo quando seja necessário copiar, mas, sempre que possível, inovar.

E devo dizer que, aqui em Brasília, que é outro exemplo de cópia inovadora – por trás de Niemeyer, está Le Corbusier; isso é visível até

neste prédio – mas nessa cópia inovadora, isso aqui suscita, motiva a criatividade. Em algum momento da História, um grande brasileiro, que completaria 100 anos agora, Juscelino Kubitschek, se lançou à aventura de construir cidade nesses ermos de Brasília – isto aqui, há 45 anos. Brasília tem 42 anos. Era uma região de savana, uma região de cerrado, sem nada em volta. Ainda há 20 anos, quem chegasse a Brasília, de avião, veria que, em volta, não havia quase nada. Hoje, não só existe uma capital florescente, como, ao redor, existe toda uma vida também pujante. Só esse exemplo mostra que realmente é possível construir a História.

E acredito plenamente no que acabei de dizer e no que ouvi do Doutor Ocampo: temos condições de, a despeito de tudo, continuarmos a construir a nossa História como países que prezam seus povos, que têm a capacidade de conviver, que conhecem seus interesses, que não têm receio de participar dos fóruns internacionais, mas que participarão sempre respondendo, simultaneamente, à vocação universal que todo homem de pensamento deve ter e aos interesses muito específicos do grupo do qual faz parte, da nação da qual faz parte.

Muito obrigado.

FÓRUM NACIONAL - “NOVA ORDEM INTERNACIONAL, GLOBALIZAÇÃO E O MUNDO PÓS-11 DE SETEMBRO”

INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO FÓRUM NACIONAL - “NOVA ORDEM INTERNACIONAL, GLOBALIZAÇÃO E O MUNDO PÓS-11 DE SETEMBRO”. BRASÍLIA, 9 DE MAIO DE 2002

Os atentados terroristas de 11 de setembro produziram importante inflexão na ordem internacional. O mundo mudou, gerando uma redefinição do funcionamento do sistema internacional e deslocando o eixo diplomático.

Os Estados Unidos reagiram aos ataques a partir de seus próprios dados de poder. Sua atuação – tanto no campo militar, quanto no campo dos valores – tem traduzido a partir de então, e de forma cada vez mais vocal, sua condição de única superpotência capaz de atuar em todas as esferas da vida internacional.

Mas o 11 de setembro representou, também, a internalização do mundo – e de seus conflitos – no território e no imaginário dos Estados Unidos. A opinião pública norte-americana passou a dar maior atenção às tensões internacionais, pois os atentados questionaram fortemente a noção de que o poderio econômico e militar norte-americano tal como vinha sendo exercido seria capaz de garantir a segurança e a integridade territorial do país contra a sublevação dos particularismos e a violência anômica presentes na cena internacional.

Na lição de Hannah Arendt, a violência não cria o poder. Ela destrói o poder como capacidade de agir em conjunto, dado-chave da ação diplomática. São elementos dessa capacidade destrutiva da violência o paradoxo de que, quanto mais desenvolvido é um país, mais vulnerável ele se torna.

Nesse contexto, nova atenção passou a ser dada à composição de forças e vontades voltadas para a ação conjunta, com vistas à formação de uma “coalizão antiterrorismo”. Na política externa norte-americana tem prevalecido a orientação no sentido da formação, seja em âmbitos multilaterais, seja em mecanismos informais, de coalizões ad hoc de países dispostos a participar de uma determinada ação (*coalitions of the willing*), de que seria precedente a Operação *Desert Storm*, que marcou o início das operações militares na Guerra do Golfo, em 1991.

Sabemos que uma das dimensões da globalização é a extraordinária inovação da tecnologia da informação e dos transportes, o que significa que o mundo opera através da interação de uma multiplicidade de redes,

que diluem a diferença entre o interno e o externo. O funcionamento do mundo em redes gera uma multiplicidade de atores governamentais e não-governamentais que, ao operá-las, conduzem, para o bem ou para o mal, a governança ou a falta de governança no mundo.

Adécada de 90 pós-queda do Muro de Berlim ensejou, sobretudo no seu momento inicial, a prevalência da democracia e a autonomia da sociedade civil. Daí o novo papel das organizações não-governamentais, que atuam em rede no espaço público na defesa de certos valores, como o meio ambiente e os direitos humanos. Existem, no entanto, outros tipos de redes transnacionais, como a da lavagem do dinheiro, a da criminalidade organizada, a do tráfico clandestino dos armamentos, a da produção, distribuição e proliferação de drogas e a do terrorismo. Estas operam clandestinamente. A combinação desses tipos de redes clandestinas, e de outras voltadas para a publicidade, tende a escapar ao controle dos Estados e das organizações internacionais. Isso coloca justamente em questão o tema da racionalidade dos mecanismos tradicionais da economia, da diplomacia e da guerra, e permite multiplicar os riscos difusos da violência.

A fragmentação das cadeias de poder representa um desafio também para a democracia. Ela determina a emergência de novos temas da agenda de segurança - terrorismo, movimentos armados, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro -, o que torna evidente, para um país como o nosso, o tema da porosidade das fronteiras. A prevenção do terrorismo, por outro lado, é uma questão de vigilância, o que traz consigo sempre um desafio para a vida democrática, podendo conduzir, naturalmente, a abusos a título da necessidade de intensificação dos controles, assim como a manifestações de intolerância.

A grande resposta diplomática do Brasil à crise de 11 de setembro foi a invocação do TIAR. Ela respondeu à convicção de que era necessário complementar, no plano regional, a intensa mobilização internacional que se seguiu aos ataques. O TIAR propiciou, ademais, do ponto de vista do Brasil, o estabelecimento de uma moldura jurídica compatível com a Constituição de 1988, que determina, no Artigo 4º, inciso VIII, que o repúdio ao terrorismo e ao racismo constitui um dos princípios fundamentais que regem as relações internacionais do Brasil.

O compromisso dos países americanos, assumido em Washington, é de buscar, dentro de seus meios e capacidade, a melhor maneira de contribuir para a luta, que é de todos nós, contra o terrorismo, os responsáveis por atos terroristas e aqueles que os patrocinam ou abrigam. Tal compromisso está em estrita consonância com o Artigo 5º, inciso XLIII da Constituição de 1988.

No plano político e no dos valores os atentados terroristas de 11 de setembro refletiram-se em uma diminuição do espaço para nuances, com uma polarização de políticas em torno do eixo schmittiano amigo/inimigo. Para fazer uso da lição dos clássicos, como ensina Bobbio, isso significa que, nesse plano, no cenário pós-11 de setembro a leitura Hobbesiana/Maquiavélica da realidade internacional, ou seja, o realismo dos dados de poder tem sido um princípio muito norteador dos atores do sistema. No plano econômico, por outro lado, os efeitos têm sido mais difusos. O 11 de setembro teve influência, mas não chegou a constituir um ponto de inflexão na ordem econômica internacional. Isso significa, então, que no plano econômico a leitura Grociana da realidade internacional continua presente, se quisermos permanecer na lição de Bobbio sobre a utilidade dos

clássicos para compreensão do mundo contemporâneo. Conseqüentemente, no plano econômico, as normas e a diplomacia são um fator muito relevante na resolução de conflitos e na promoção da cooperação .

Realizada ainda sob o impacto dos atentados, a Conferência Ministerial da OMC, em Doha, em novembro, foi beneficiada pela necessidade de demonstrações concretas de avanço na cooperação internacional e de afirmação do multilateralismo. Doha beneficiou-se também do fracasso de Seattle em 1999. O receio de um novo colapso nas negociações – que teria enfraquecido, de forma possivelmente irremediável, a Organização – constituiu elemento de pressão. Os EUA demonstraram suficiente flexibilidade para acomodar, por exemplo, nosso pleito de reafirmação da primazia de objetivos sociais sobre aqueles de natureza estritamente comercial na aplicação das normas de propriedade intelectual na área de saúde pública e para adotar decisões para a implementação de acordos da Rodada Uruguai em matérias de interesse dos países em desenvolvimento.

Doha contribuiu para revigorar a OMC e para a recuperação de sua credibilidade e legitimidade: lançou-se nova e abrangente Rodada de negociações; adotaram-se decisões para a implementação de acordos da Rodada Uruguai, em matérias de interesse dos países em desenvolvimento.

Em contraste com o sinal positivo emanado de Doha, temos tido exemplos recentes da força do sentimento protecionista, sobretudo nos Estados Unidos, mas também na União Européia. Não se trata, no entanto, de tendências recentes, nem necessariamente mais restritivas do que o que se verificava no passado. Deve-se notar, todavia, que essas manifestações de caráter protecionista exercem efeito negativo sobre os processos

negociadores, na medida em que abalam a política de confiança inerente a esses mesmos processos. A questão da confiança é hoje elemento essencial nas relações internacionais entre os países, seja em nível bilateral, seja em nível multilateral. Com a diminuição nos últimos anos da separação entre os temas de natureza interna e externa, o exercício do poder passou a ser grandemente influenciado pela política de confiança, cuja construção e fortalecimento, aliás, sempre foram buscados no caso do Brasil pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma, quando o Congresso nos Estados Unidos está em vias de aprovação de lei que amplia regamente os subsídios à produção agrícola naquele país, há um desgaste na política de confiança que levou todos os países da OMC à aprovação do mandato de Doha, ou que faz com que todos os países latino-americanos estejam engajados ativamente nas negociações da ALCA. Para dar outro exemplo, quando a União Européia impõe salvaguardas às importações de aço do resto do mundo em bases questionáveis, verifica-se um certo solapamento nas bases de confiança presentes nas negociações entre o Mercosul e aquele bloco econômico, com vistas à constituição de uma área de livre comércio.

No caso do aço, por exemplo, a investigação que deu origem às salvaguardas impostas em março deste ano pelos Estados Unidos foi iniciada em junho de 2001. Na perspectiva do Brasil, foi uma medida inoportuna e injusta, que penaliza, no nosso caso, exportadores eficientes e que já arcaram com o ônus do ajuste. Ao mesmo tempo, essas medidas devem ser vistas contra o pano de fundo de três décadas de protecionismo siderúrgico nos EUA. Estima-se que ações *antidumping* ou de medidas compensatórias contra alegados subsídios cobriam, no ano passado, 44% de

todos os produtos siderúrgicos importados de países não-membros do NAFTA. Em comparação com as medidas compensatórias e *antidumping*, as salvaguardas são mais abrangentes, mas têm pelo menos o mérito da duração limitada no tempo e de reconhecer que o problema reside na falta de competitividade da indústria norte-americana, e não em práticas desleais de comércio de outros países.

Não se pode, obviamente, aceitar a tese de que o protecionismo nesse caso serve para promover o livre comércio. Tampouco seria correto, no entanto, caracterizar as salvaguardas como um exercício de unilateralismo cru. O próprio Brasil valeu-se desse instrumento no passado recente. No caso dos EUA, as medidas refletem a tensão que existe entre as pressões protecionistas, de um lado, e o esforço em preservar as “regras do jogo” multilateral, de outro. Além disso, a exclusão dos países com os quais os EUA mantêm acordos de livre comércio do escopo das medidas foi utilizada também para sinalizar as vantagens de negociar acordos como a ALCA.

Uma outra medida importante foi a apresentação, no final do ano passado, do projeto de lei de *fast track*, a chamada *Trade Promotion Authority*. O Presidente Bush parece ter condições para obter a autoridade legislativa para engajar-se em negociações comerciais que faltou ao Governo Clinton. Do ponto de vista do Brasil, que tem interesse no sucesso da rodada de negociações na OMC e em explorar as possibilidades potenciais da ALCA, trata-se de uma evolução positiva. Ao mesmo tempo, o teor do projeto aprovado na Câmara de Representantes no ano passado consagra uma série de procedimentos de consulta e avaliação que parecem coadunar-se mal com um procedimento de “via rápida”. Embora se trate, basicamente, da formalização de procedimentos já existentes, mais do que

de novas restrições, criam-se dificuldades adicionais para negociações que já são suficientemente complexas. Assim, no caso da “via rápida”, verifica-se que a atuação do Governo dos EUA nessa matéria, seus limites e suas margens de flexibilidade, assim como o conteúdo de suas ofertas negociadoras na ALCA e na OMC, estarão determinados não apenas pela dinâmica do relacionamento entre os negociadores do poder executivo de cada parte, mas, ao contrário, será matizada e influenciada pelas pressões dos vários grupos de interesses junto ao Congresso daquele país.

No caso brasileiro manifesta-se fenômeno semelhante ao caso norte-americano, isto é, nossas posições negociadoras na OMC, na ALCA e nas tratativas Mercosul-União Européia deverão refletir a dinâmica de interação entre interesses externos e internos, estes personificados no empresariado, no Congresso, nos diversos grupos de pressão, na opinião pública e nas sensibilidades ideológicas. Toda negociação comercial em que um país está envolvido pode ser entendida, então, a partir de “dois níveis de análise”, o externo e o interno, conforme assinalado pelo Professor norte-americano Robert Putnam. Especialmente no caso de países como Brasil e Estados Unidos, em que as estruturas econômicas são diversificadas e, conseqüentemente, cujos interesses comerciais são múltiplos e complexos, a participação em negociações internacionais envolverá, necessariamente, dois processos complementares: um processo negociador para dentro, isto é, junto à sociedade, com o propósito de definir as posições negociadoras e sua margem de flexibilidade; e um processo negociador para fora, frente aos parceiros externos propriamente ditos.

No plano financeiro, o evento mais importante no período pós-11 de setembro a realização da Conferência de Monterrey sobre

financiamento para o desenvolvimento, em março, que resultou na adoção do “Consenso de Monterrey”. A avaliação que se faz do Consenso de Monterrey é predominantemente positiva, basicamente por duas razões: (i) a mais visível decorre do fato de que a perspectiva da realização da Conferência terá sido parte da motivação para que a UE e os EUA aumentassem o nível de ODA (o tema da ajuda foi central no debate preparatório); (ii) o próprio fato de se ter alcançado o Consenso dá um sinal de que é possível chegar a acordos, modestos é verdade, entre Norte e Sul sobre “concepções de trabalho” nas Nações Unidas em matéria econômica. Desses dois aspectos, sublinho o primeiro, já que talvez uma das formas significativas de contribuição das conferências recentes da ONU têm sido justamente a de estimular e organizar debates nacionais sobre os temas que lançam. Explicar o aumento da ajuda oficial ao desenvolvimento americana – ainda longe dos pleitos internacionais - envolve vários fatores, entre os quais a própria luta antiterrorismo, mas é inegável que Monterrey “ajuda” o Governo Bush ao oferecer um foro e o instrumento para “responder” ao problema das “raízes do terrorismo” como para propor reforço das condicionalidades de boa governança.

Como contraste negativo no plano financeiro temos tido, nos últimos meses, a relutância dos EUA e do G-7 em darem apoio financeiro à Argentina. O caso argentino é um exemplo eloqüente das imperfeições da arquitetura financeira internacional. Como disse o Presidente Fernando Henrique, as questões comerciais e financeiras não podem ser resolvidas por um apelo ao fundamentalismo de mercado, menos ainda a um fundamentalismo de mercados distorcidos pelo protecionismo e pelos subsídios.

Em resumo, no campo econômico continuamos a viver, como na expressão de Charles Dickens o melhor dos tempos e o pior dos tempos. O multilateralismo viu-se reforçado com lançamento da nova rodada de negociações na OMC, e estão em curso processos – as negociações da ALCA e Mercosul-União Européia - que poderão abrir grandes oportunidades para países como o Brasil em seus principais mercados de exportação. Ao mesmo tempo, o protecionismo tem dado mostras de renovado vigor, diminuindo espaços para o Brasil na América do Norte e na União Européia e deslocando nossas exportações em terceiros mercados.

Para concluir, diria que o fenômeno contemporâneo da globalização encurtou os espaços e acelerou o tempo. As mudanças no mundo de hoje operam-se, por isso, em diferentes cadeias cronológicas.

Temos, por exemplo, o tempo financeiro, ou o tempo *on-line* dos fluxos financeiros, que, na sua volatilidade, vêm produzindo crises sucessivas nos países de mercados emergentes. O tempo da mídia, também um tempo *on-line*, repercute imediatamente o peso dos eventos nas percepções coletivas, fragmentando a agenda da opinião pública e levando ao monitoramento e a reações constantes aos sinais do mercado e da vida política. O tempo econômico, o do ciclo da produção e do investimento, é um tempo mais lento que, no caso do Brasil, encontra-se afetado pelas condições sistêmicas da competitividade e impõe a necessidade de reformas como a tributária. Tais reformas transitam pelo tempo político, que é, em princípio, num regime democrático, um tempo mais lento, condicionado pela territorialidade das instituições políticas, pelos ciclos eleitorais, pelos interesses dos partidos e, no caso do Brasil, pelo problema do complexo equilíbrio dos estados da

Federação. Já o tempo diplomático é aquele em que ocorrem as negociações políticas ou econômico-comerciais globais, regionais ou inter-regionais. Por ter de levar em conta todos os demais tempos, ele pode ser mais lento, como nas negociações econômico-financeiras, ou mais rápido, como no caso da recente tentativa de golpe na Venezuela. Essas diversas cadeias cronológicas ou tempos estão permanentemente conectadas, assim como seus respectivos públicos. Fenômenos típicos dos agentes de uma determinada cadeia cronológica afetam diretamente o comportamento dos agentes em outra cadeia. É o que ocorre, por exemplo, quando agências internacionais, que operam caracteristicamente no tempo financeiro, alteram a classificação do risco de investimentos para um determinado país como o Brasil, ainda que baseadas em critérios questionáveis, influenciando imediatamente os agentes econômicos, políticos e até mesmo diplomáticos, que operam a partir de seus próprios tempos. Isto significa, em outras palavras, que no mundo de hoje qualquer análise das relações internacionais deve levar em conta a íntima conexão dos vários tempos e seus respectivos públicos, que não podem ser segmentados uns dos outros.

Por custosa que seja a tarefa de contabilizar resultados em política externa, já que o tempo

de maturação da atividade diplomática costuma ser mais elástico do que o observado no plano interno, não há dúvida de que a situação internacional do Brasil é hoje qualitativamente diferente daquela vigente no início dos anos noventa. Isto se afere não apenas por conquistas como a ampliação significativa dos investimentos diretos no país e a interlocução apurada que se tem com os vizinhos e com as principais instâncias de poder no mundo, mas também, ou sobretudo, pela afirmação da imagem externa do Brasil, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tão ativamente tem buscado promover pelo exercício da diplomacia presidencial, como um país de economia estável, com indicadores sólidos, comprometido com o bem-estar de seu povo e em pleno usufruto das liberdades democráticas.

São muitos os desafios que se nos antepõem. A magnitude dos problemas internos do país, as dificuldades de sincronia dos tempos na condução das políticas públicas e a indefinição de polaridades que caracteriza o mundo atual tornam ainda mais árduos esses desafios. O histórico da inserção e da construção da identidade internacional do Brasil oferecidos, no entanto, lastro para enfrentar tais dificuldades de forma positiva, propiciando-nos as condições necessárias para uma ação bem sucedida na condução do interesse nacional.

SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO DO 29º PERÍODO DE SESSÕES DA CEPAL

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA
SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO DO 29º PERÍODO DE SESSÕES
DA CEPAL. HOTEL BLUE TREE PARK, 10 DE MAIO DE 2002

Senhor Ministro de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão, Guilherme Dias,
Senhor Secretário-Executivo da CEPAL,
José Antonio Ocampo,
Senhores Delegados,

Foi com grande satisfação que recebi o convite para co-presidir, ao lado do Ministro Guilherme Dias, a solenidade de encerramento do 29º Período de Sessões da CEPAL. A realização deste encontro em Brasília reveste-se de particular importância para o Brasil. É mais uma expressão do firme compromisso do país com o adensamento do papel da Comissão no desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

Nos últimos cinco dias, tanto ao longo da fase técnica quanto durante a fase ministerial do Período de Sessões, delegados de número expressivo de países dedicaram-se, sob distintos ângulos, ao exame de tema que, de certa maneira, constitui a síntese dos desafios com que temos de lidar no mundo contemporâneo: globalização e desenvolvimento. Ao lado dos países da América Latina e do Caribe, tivemos a valiosa participação de delegados de outras regiões. É natural e positivo que assim seja,

pois o êxito ou o fracasso dos projetos de desenvolvimento transcende nossas fronteiras geográficas e acarreta, em maior ou menor grau, conseqüências sistêmicas. Sabemos que uma das dimensões da globalização é a extraordinária inovação da tecnologia da informação e dos transportes, o que significa que o mundo opera através da interação de uma multiplicidade de redes, que diluem a diferença entre o interno e o externo. O funcionamento do mundo em redes gera uma multiplicidade de atores governamentais e não-governamentais que, ao operá-las, conduzem, para o bem ou para o mal, a governança ou a falta de governança no mundo.

Vivemos, assim, em um mundo caracterizado por uma “interdependência complexa”, para utilizar o conceito desenvolvido por Robert Keohane e Joseph Nye ainda na década de 1970, quando começava ganhar força a globalização financeira. Essa interdependência proporciona ganhos mas implica custos, na medida em que reduz a autonomia de todos os envolvidos.

As interdependências podem ser, no entanto, marcadas por considerável grau de

assimetria. Com efeito, não é raro que um ator tenha sua autonomia mais reduzida do que as dos parceiros com os quais se relaciona, circunstância que, em última análise, o submete aos demais e o força a arcar com a maior parte do ônus da relação.

Esse caráter assimétrico da interdependência tem sido objeto central das preocupações da CEPAL ao longo de toda a sua história. Ao mesmo tempo, já nos alertava Prebisch que o mundo não deve ser percebido apenas como fonte de ameaças, mas também de oportunidades. O que era válido nos anos 50 também se aplica, com os ajustes necessários, no mundo atual. Daí a relevância e atualidade de conceitos como o de regionalismo aberto.

Oportunidades não se transformam em benefícios a menos que sejam adequadamente aproveitadas. As oportunidades da globalização estarão ao alcance dos países que forem capazes de formular e implementar, com rapidez e sensibilidade, estratégias de inserção internacional que possam fazer frente aos enormes desafios do mundo contemporâneo. Diante da crescente interpenetração entre o interno e o externo, essas estratégias têm de abarcar ambas as dimensões.

No plano interno, parte dessa tarefa já vem sendo realizada nos países de nossa região. Temos envidado esforços, na América Latina e no Caribe, em prol da modernização do Estado. Vários de nossos Governos se têm empenhado na dinamização das instituições públicas, com vistas a aproximá-las do cidadão e dotá-las de mecanismos capazes de atender às necessidades de sociedades cada dia mais bem estruturadas. A estabilidade macroeconômica tem figurado entre nossas

prioridades permanentes. Acima de tudo, temos podido avançar, e avançar muito, no processo de consolidação da democracia. Nossos povos não mais aceitam que o Estado de direito seja solapado pela ação da força. Não acreditam que possa haver justiça social duradoura sem liberdade. A reação gerada pela tentativa de golpe contra o Presidente venezuelano Hugo Chávez demonstra que já não existe, em nosso subcontinente, “espaço de legitimidade” para a via autoritária.

No plano externo, se queremos auferir vantagens do sistema globalizado, não podemos nos afastar do objetivo de construir um ambiente internacional mais justo e estável, por meio do reforço da “ordem” em uma estrutura que é essencialmente “anárquica”, para falar como Hedley Bull. Para tanto, cumpre sedimentar certos interesses comuns elementares e garantir a existência de regras que se apliquem a todos, fortalecendo as instituições que as tornarão efetivas.

Em termos mais específicos, é preciso, em primeiro lugar, como tive a oportunidade de dizer em Monterrey, celebrar um “pacto de crescimento” entre os países desenvolvidos, os em desenvolvimento e os de menor desenvolvimento relativo, com a finalidade, por todos compartilhada, de reduzir a pobreza no planeta. Nesse pacto, é necessário que se deposite maior confiança nos mercados emergentes, para que mantenham sua capacidade de atrair fluxos de investimento. Essa confiança não pode limitar-se aos momentos de inequívoca estabilidade. Em tempos de crise, são especialmente importantes as manifestações de solidariedade. Penso, por exemplo, no caso da Argentina. A situação

naquele país é complexa, e não resta dúvida de que sua superação dependerá, em boa medida, do apoio da comunidade internacional.

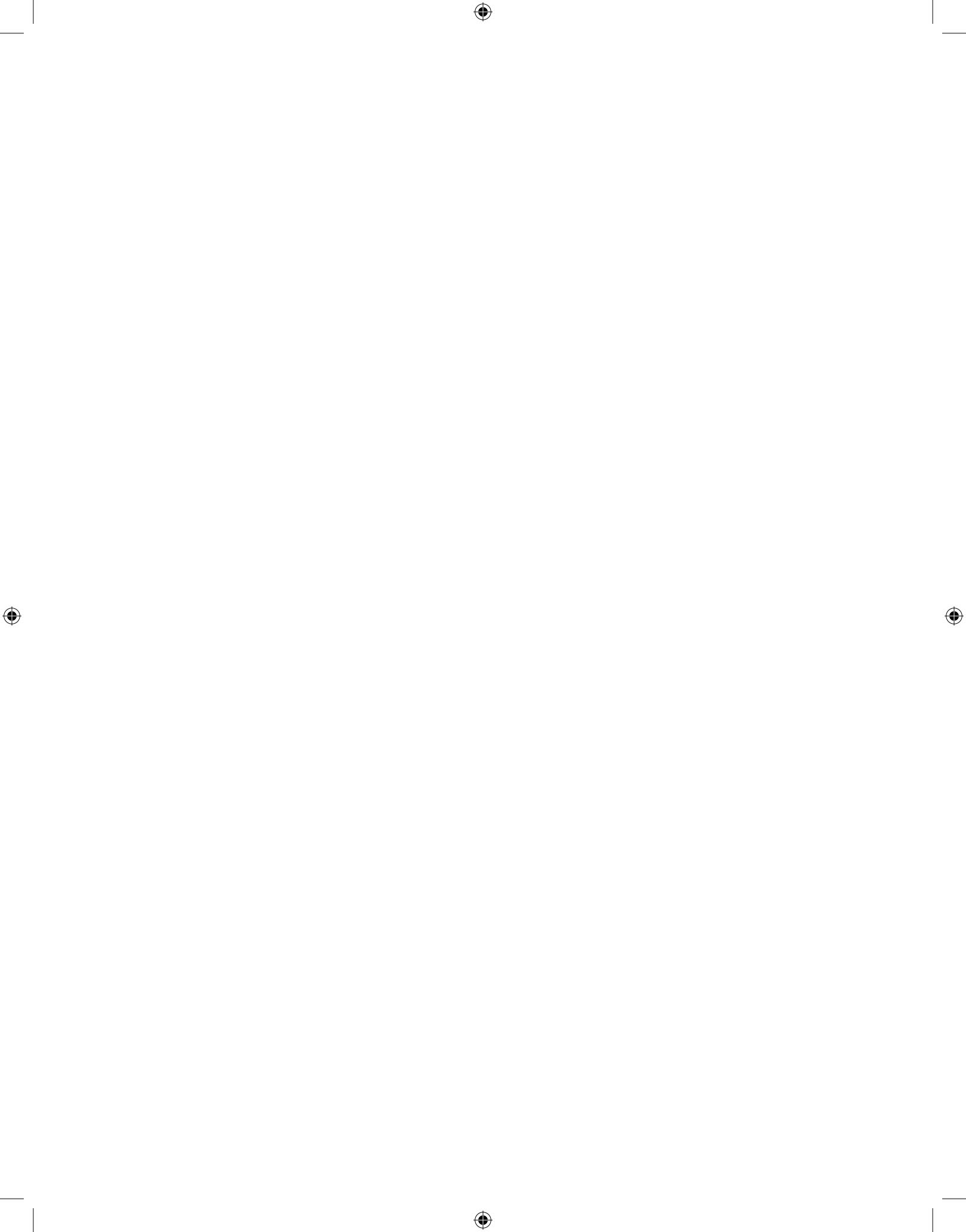
É necessário, da mesma forma, tornar as principais instâncias decisórias globais mais representativas. Não é razoável que decisões relevantes para virtualmente todos os Estados do sistema sejam tomadas por grupos restritos de países. Não se pode deixar de ampliar a participação do mundo em desenvolvimento nos mecanismos de deliberação mais decisivos. Urge revigorar e aperfeiçoar os principais foros multilaterais, os quais tendem a conferir legitimidade e previsibilidade à ação internacional.

Por fim, refiro-me à importância que atribuo, na construção de uma globalização menos excludente, à definição de regras comerciais não discriminatórias. Se pretendemos reduzir as assimetrias do mundo globalizado, é preciso corrigir as distorções do sistema multilateral de comércio. Torna-se crescentemente difícil, por exemplo, conviver com a discrepância entre as regras aplicáveis ao comércio de produtos industriais e aquelas aplicáveis ao comércio de produtos agrícolas, que desempenham papel crucial para a elevação da renda e para o aumento das exportações dos países em desenvolvimento.

Ministro Guilherme Dias,
Senhor José Antonio Ocampo,
Senhores Delegados,

Estou absolutamente convicto de que a CEPAL pode continuar a contribuir para que os países da América Latina e do Caribe adotem as políticas necessárias a uma inserção internacional que lhes permita crescer com democracia e justiça social. Este Período de Sessões, do qual participaram técnicos de extrema qualificação e autoridades de alto nível, foi capaz de demonstrá-lo cabalmente. Apenas gostaria de reiterar que as tarefas de contornar os riscos representados pela globalização e aproveitar as oportunidades por ela oferecidas dependem de nossa própria capacidade de articulação interna e externa. A realidade impõe-se de maneira inexorável, e o futuro somente chegará da forma como o desejamos se trabalharmos por isso. Temos de agir já. Como escreveu Carlos Drummond de Andrade, poeta brasileiro cujo centenário se comemora este ano, em seu belo poema “Mãos dadas”, “o tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente”.

Muito obrigado.



JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO PELO 65º ANIVERSÁRIO DA CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

TEXTO-BASE PARA O DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, SOBRE O TEMA DA PAZ EM JANTAR
DE CONFRATERNIZAÇÃO PELO 65º ANIVERSÁRIO DA CONGREGAÇÃO
ISRAELITA PAULISTA. SÃO PAULO, 13 DE MAIO DE 2002

É com imenso prazer que participo, junto com tantos amigos, da comemoração do sexagésimo-quinto aniversário da Congregação Israelita Paulista.

Admiramos desde sempre o trabalho que a Congregação desenvolve para promover os valores da tolerância religiosa e da justiça social, que sabemos caros à comunidade judaica e à própria sociedade paulista.

O Presidente do Rabinato e prezado amigo, Henry Sobel, pediu-me para dizer algumas palavras esta noite sobre o tema da paz e seu significado para o Brasil e o povo brasileiro.

E nada mais inspirador em um discurso sobre a paz do que o ato tão marcante que acabamos de presenciar aqui, em que o capitão do Corpo de Bombeiros de Nova York, Daniel Daly, me fez entrega do capacete que utilizou nos escombros do World Trade Center.

É um gesto que nos permite sentir com toda força o valor real da paz, da paz que repudia o terror e a violência, da paz que se nutre também da solidariedade.

Quero iniciar minha mensagem lembrando que o compromisso com a paz é uma constante em nossa história republicana.

Se um desafio esteve a balizar a diplomacia brasileira nos primeiros anos da República, foi exatamente o de resolver os contenciosos de fronteira que se colocavam no caminho de uma convivência amistosa e profícua com os países vizinhos.

A estima pública de que gozou o Barão do Rio Branco não foi gratuita. O tempo veio a confirmar a importância de se contar com um entorno pacífico para uma atuação ampla e assertiva no cenário internacional.

Foi assim que ainda na República Velha, pela voz de Rui Barbosa, o Brasil soube se fazer ouvir na defesa de uma paz fundada no princípio da igualdade entre as nações.

O país voltaria a assumir papel de destaque ao contribuir, na Conferência de São Francisco, para definir os contornos de um sistema de segurança coletiva que inibisse os riscos de uma nova guerra.

Só que a ONU logo se viu cercada pela Guerra Fria, que deu o tom da vida internacional até recentemente, provocando a escalada nuclear, disseminando o maniqueísmo ideológico, impondo uma ordem bipolar.

O Brasil foi crítico da polaridade Leste-Oeste, crítico dos mais veementes, em um esforço que mobilizou gerações, a começar pelos mentores da política externa de Juscelino Kubitschek.

Horácio Lafer, por exemplo, que tanto contribuiu para a criação da Congregação Israelita Paulista, ponderava que “o mundo tinha outros pontos cardeais”.

O certo é que a República brasileira jamais se desviou da busca da paz, até mesmo nas participações que teve nas duas Grandes Guerras, orientadas como foram pelo interesse em fazer a liberdade prosperar sobre a opressão, a democracia sobre o totalitarismo.

Em momento algum o Brasil se contentou em ver a paz como um simples estado de não-guerra, em se ater ao que Norberto Bobbio chama de paz negativa.

Sempre nos empenhamos em promover uma paz positiva, concorrendo para que o ambiente internacional seja não apenas livre de hostilidades, mas também propício ao diálogo e à cooperação entre os Estados.

Daí a determinação do Brasil em articular consensos, como um *tertium inter partes*, sem excedentes de poder, mas com um admirável histórico de apreço à boa convivência.

De fato nunca nos faltou legitimidade externa para contestar os arranjos de congelamento de poder, tão ao gosto dos gestores da Guerra Fria.

O que nos faltou em alguns momentos foi legitimidade interna.

Refiro-me aos hiatos de nossa história em que imperou o arbítrio, tempos sombrios, quando não se tinha pejo de defender, com pés de barro, a democratização da ordem internacional.

Chegou-se à desfaçatez de qualificar como prova de patriotismo a reação às queixas internacionais contra as violações de direitos humanos no Brasil.

Pouco crédito se deu ao legado de Joaquim Nabuco, o grande abolicionista, avesso como foi à utilização do argumento da soberania para desqualificar os reclamos pela interrupção do tráfico negreiro.

Para Nabuco, o verdadeiro patriota era aquele que buscava afinar os interesses nacionais com os valores maiores da comunidade internacional.

É essa a linguagem que hoje prospera no Brasil, por conta da reconquista da democracia.

Aceitamos críticas às mazelas nacionais porque podemos fazê-las internamente, até com mais responsabilidade, pois é de nossa ação que depende a construção de um país cada vez mais justo e democrático.

Muito já se disse e escreveu sobre a importância da democracia para a paz.

Kant chegou a situar a forma republicana, na acepção do controle pelo povo das decisões do soberano, como condição de eficácia para uma paz perpétua.

Benjamin Constant depois ressaltaria a importância do constitucionalismo liberal para o arrefecimento do que denominava espírito de conquista.

Sabemos que a história nem sempre deu guarida ao otimismo iluminista.

Não foram poucas as ocasiões em que países democráticos se viram envolvidos em conflitos que reputaram justos.

Mas exemplos também se somam a favor da tese de que a democracia inibe o ânimo belicista, seja o dirigido contra outros Estados, seja o que vitima o próprio povo.

Nada mais ilustrativo dessa tendência do que a evolução recente da América Latina, tantas vezes refém do conluio entre autoritarismo e violência política.

É de todo impensável a reedição nas circunstâncias atuais dos abusos de poder, de triste memória, que foram praticados no Cone Sul algumas décadas atrás.

As transições democráticas na América Latina não se deveram unicamente a impulsos internos, por decisivos que estes tenham sido.

A sinergia entre os diferentes processos nacionais foi outro fator importante.

Sinergia que encontrou tradução institucional na adoção pelo Mercosul da cláusula democrática. O respeito às liberdades públicas tornou-se requisito para participação na dinâmica da integração.

Orientação semelhante, como se sabe, foi aprovada na reunião dos Presidentes da América do Sul em Brasília e estendida depois ao hemisfério por ocasião da Cúpula de Québec.

Da Terra do Fogo ao Alasca, o desvio democrático é agora penalizado com o ostracismo.

Isto serve aos cidadãos de escudo contra o Estado, mas também ajuda a aparar arestas ainda remanescentes entre países do continente.

O recurso à força para a solução de controvérsias não condiz com um ambiente cada dia mais informado pelos valores do diálogo e da transigência.

Na verdade, são poucas as pendências territoriais a serem ainda atendidas na América do Sul, após a resolução da disputa entre Equador e Peru.

O Governo brasileiro se desincumbiu com orgulho da tarefa de mediar, ao lado dos demais Garantes do Protocolo do Rio, um acordo de imenso significado histórico para equatorianos e peruanos.

A ameaça que talvez persista à estabilidade regional é o continuado conflito na Colômbia.

Manifestei há pouco no Panamá, e volto agora a fazê-lo, o firme apoio do Brasil ao exercício pelo Governo colombiano de sua autoridade constitucional.

Nada justifica os lamentáveis atos de violência cometidos pelas FARC, como os recentes crimes contra parlamentares.

O Brasil confia em que a democracia

prevaleça sobre o crime organizado e a Colômbia possa finalmente reencontrar-se com a paz e a tranquilidade.

De forma menos dramática, outros países do continente também se vêem atingidos pelo crime organizado e males conexos, como o tráfico de entorpecentes e o contrabando de armas.

É a própria coesão do tecido social que está em risco, reclamando pronta e efetiva cooperação entre governos, o que tem sido feito.

Apresentei há poucos meses nas Nações Unidas a proposta de que se coloque um fim aos chamados paraísos fiscais, verdadeiros abrigos da lavagem de dinheiro, da corrupção e, por que não dizer, do terror.

Seis meses transcorreram desde os abomináveis atos terroristas em território norte-americano.

Olhando em retrospectiva, percebe-se que a preocupação maior desde então foi com a repressão aos focos de terror, e não com o tratamento de suas causas.

Pouca atenção foi concedida às fontes do dogmatismo e da intolerância.

Vejamos o conflito no Oriente Médio, que se tem agravado a olhos vistos ao longo das últimas semanas. Não há como conter a indignação diante do surto de violência e das perdas de vidas humanas que se acumulam de lado a lado, acentuando a dor e o sofrimento de judeus e palestinos.

É imperioso que se proceda à suspensão das hostilidades e à retomada do processo de paz.

Tenho insistido na necessidade de constituição de um Estado Palestino coeso e democrático, sem prejuízo, naturalmente, da segurança e liberdade de Israel.

O Brasil está pronto a colaborar com outros países na identificação de fórmula que ajude a pôr termo ao drama no Oriente

Médio, contemplando meios que assegurem a viabilidade econômica do Estado Palestino.

O Brasil está pronto a atuar, uma vez mais, como *tertium inter partes*, promovendo de forma ativa a cooperação internacional para a paz.

Além do equilíbrio de suas posições, o país traz consigo o exemplo da boa convivência entre suas comunidades israelita e árabe, que tanto têm contribuído para a nação plural e integrada que é o Brasil.

Nós, brasileiros, temos um desconforto natural diante do discurso do choque de civilizações, que contraria nossa essência.

Incomoda-nos o risco de um mundo assemelhado à Torre de Babel, de um mundo contaminado pela intolerância e falta de diálogo.

Por quase meio século, a humanidade se viu absorvida pela falácia de que o conflito de classes era um dilema indissolúvel, refratário a acomodações estáveis, duradouras.

Não há porque incorrer agora no erro que opõe a civilização muçulmana à judaico-cristã, conflito desmentido cotidianamente pela experiência brasileira.

Na Assembléia Nacional da França, falei da necessidade de um novo contrato entre os Estados, um acordo que assegurasse a paz e, por isso mesmo, a democracia e o desenvolvimento.

Sei que, para alguns, a proposta pode ter soado uma utopia a mais, agradável de sugerir, mas temerária de se propor, pelas expectativas que suscita, como alertava Kant, contrário a tudo que lhe parecia incerto.

Só que aprendi com o passar dos anos que a política não é a arte do possível, mas a de tornar possível o necessário.

Muitas das transformações por que tem passado o Brasil, por exemplo, eram impensáveis há uma década.

Por que não acreditar que o país possa inspirar a moldura de uma ordem internacional mais pacífica e solidária?

O Brasil carece do argumento da força, mas tem a força do argumento, de um bom argumento, que é sua história de apreço à paz e ao diálogo entre etnias e culturas.

Convido os presentes a fazer um brinde à paz, uma paz que contemple a todos, como reza a tradição judaica, como reclama o Brasil.

Muito obrigado.

PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA DO INSTITUTO RIO BRANCO

TEXTO-BASE PARA O DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR
OCASIÃO DO LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA
DO INSTITUTO RIO BRANCO. BRASÍLIA, 14 DE MAIO DE 2002

Excelentíssimo Senhor Embaixador
Ronaldo Sardenberg, Ministro da Ciência
e Tecnologia,

Excelentíssimo Senhor Professor Paulo
Sérgio Pinheiro, Secretário de Estado dos
Direitos Humanos,

Professor Esper Cavalheiro, Presidente do
CNPQ,

Senhor Carlos Moura, Presidente da
Fundação Palmares,

Senhor Ministro João Almino, Diretor do
Instituto Rio Branco,

Em cerimônia realizada no dia de
ontem, 13 de maio, no Planalto do Planalto,
o Senhor Presidente da República assinou
Decreto que institui o programa nacional de
ações afirmativas, destinado a promover os
princípios da diversidade e do pluralismo no
preenchimento de cargos da administração
pública federal e na contratação de serviços por
órgãos do Governo.

Na mesma cerimônia, o Presidente da
República lançou o Plano Nacional de Direitos
Humanos II, no qual são estipuladas 518
metas nos campos dos direitos civis, políticos,
econômicos, sociais e culturais. O referido Plano

reforça as medidas de combate à discriminação
contra os grupos mais vulneráveis da sociedade.

O Programa Nacional de Ação Afirmativa
e o Plano Nacional de Direitos Humanos II
ampliam o conceito de igualdade, previsto
na Constituição brasileira, tornando-o mais
consentâneo com as mudanças sociais e
políticas e, acima de tudo, mais ajustado às
novas dimensões de direitos e cidadania que
caracterizam as sociedades democráticas.
Trata-se de política inclusiva que favorece a
diversidade e a representatividade dos diferentes
grupos sociais e raciais no exercício de funções
relevantes para o Estado e a sociedade

O Programa de Ação Afirmativa do Instituto
Rio Branco está em perfeita sintonia com
as medidas anunciadas no dia de ontem pelo
Presidente da República. Seu objetivo básico
é aumentar a igualdade de oportunidades no
acesso à carreira diplomática. Com ele, o
Itamaraty dá mais um passo em sua trajetória
de democratização e de busca de excelência.

Como afirmou o Presidente Fernando
Henrique Cardoso em cerimônia de entrega
do Prêmio Nacional de Direitos Humanos,
realizada em dezembro do ano passado,

precisamos “ter um conjunto de diplomatas que sejam um reflexo de nossa sociedade, que é multicolorida e não tem cabimento que ela se apresente pelo mundo afora como se fosse uma sociedade branca, porque não é”.

Serão concedidas 20 “bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia” para que candidatos afro-descendentes se preparem para o Concurso do Instituto Rio Branco. Haverá também uma preocupação com a equidade de gênero. As inscrições para as bolsas estão abertas de hoje até o dia 20 de junho.

Estamos dando mais um passo no sentido da democratização. Já em 1852, Paulino José de Souza, o Visconde do Uruguay, criava o concurso público para Adido de Legação, o que hoje seria a carreira diplomática. Desde então, muitas inovações foram introduzidas, com a tendência geral no sentido democratizador, criando o Instituto Rio Branco, incorporando as mulheres à carreira nos anos cinquenta do século passado, levando o concurso a todas as regiões do País e a onze capitais, e inclusive, desde o concurso deste ano, permitindo que as inscrições possam ser feitas pela internet.

Se queremos atrair os melhores, não podemos permitir que candidatos sejam excluídos porque a discriminação racial ou as limitações financeiras dificultaram sua formação escolar; ou porque não tenham recursos suficientes para uma preparação adequada para o concurso. Os afro-descendentes e os pobres que conseguem chegar ao fim de um curso universitário, vencendo todos os obstáculos, mostram, na verdade, uma capacidade extraordinária. E é entre estes que serão escolhidos os agraciados com essas bolsas, que ampliam a base de recrutamento do concurso, reforçando, assim, a tradição de excelência do Instituto Rio Branco. Espera-se também que o resultado deste programa venha a contribuir para que

nossa diplomacia seja mais representativa dos vários segmentos que compõem a sociedade brasileira.

O programa de ação afirmativa do Instituto Rio Branco não se limitará aos termos deste Protocolo. Estamos fazendo um esforço maior de disseminação da informação sobre o concurso, para que ela atinja todas as classes sociais e todas as regiões do país. Candidatos da comunidade indígena poderão beneficiar-se de uma atenção especial, através do envio de material bibliográfico e de orientação, por parte de diplomatas, em bases voluntárias. Estamos também fazendo um esforço para que jovens mulheres diplomatas levem informações sobre a carreira a potenciais candidatas. Isto fazemos porque entendemos que as mulheres estão ainda sub-representadas no Itamaraty.

Não se pode perder de vista que a implantação de uma política inclusiva que favoreça a diversidade e a representatividade dos diferentes grupos sociais e raciais na administração pública brasileira acarretará benefícios para o país. Diante da vigência de práticas continuadas de discriminação racial no Brasil, um dos erros estratégicos do Estado e do setor empresarial consistiria justamente em não oferecer oportunidades efetivas de educação e emprego a certos segmentos discriminados da população.

A superação do problema da discriminação não se dará sem o rompimento definitivo com o que Nabuco denominou “a obra da escravidão”, que permanece, mais de um século depois da emancipação, como um dos traços característicos da formação social brasileira.

Os atos celebrados ontem, no Palácio do Planalto, e hoje, no Instituto Rio Branco, representam um passo fundamental nesse sentido. Representam acima de tudo o fim definitivo da neutralidade e da indiferença

do Poder público diante da situação de desigualdade racial no Brasil .

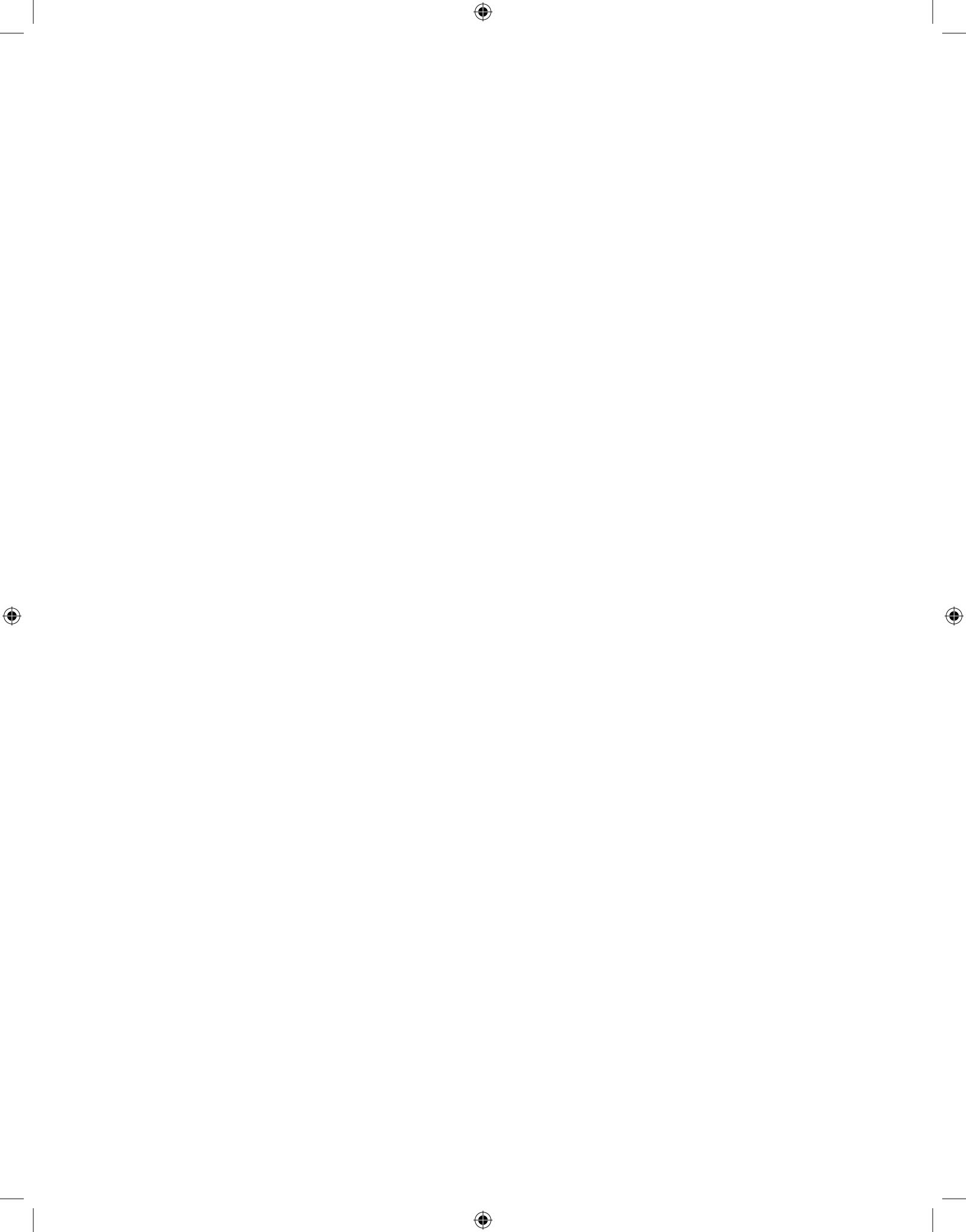
O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem promovido a mais ampla discussão na história do País sobre a questão racial. Uma das conclusões fundamentais a que o Governo chegou diz respeito à imperfeição das políticas públicas ditas universais como forma de assegurar direitos a indivíduos e grupos social e economicamente desiguais. Embora indispensáveis para o combate de práticas discriminatórias, tais políticas universalistas têm-se mostrado insuficientes para recompor um quadro histórico de desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil.

Por essas razões, o Estado brasileiro está determinado a evitar o aprofundamento das desigualdades e a promover ações destinadas a assegurar que a igualdade formal entre os indivíduos, já presente em nosso sistema constitucional, continue a expandir-se progressivamente em direção à proteção e à defesa particularizada dos direitos dos grupos socialmente discriminados e desfavorecidos.

O ato que hoje assinamos está coerente, portanto, com uma política de governo, conduzida, no mais alto nível, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. É condizente com nossas responsabilidades como Estado-parte na Convenção Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, e envolve uma parceria entre o Itamaraty, o Ministério da Justiça, o Ministério da Cultura e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Esperemos que algum dia o grau alcançado pela democracia brasileira torne desnecessária a ação afirmativa. Mas o fato é que hoje em dia ela responde a um imperativo de urgência. O Itamaraty e o Instituto Rio Branco não ficarão, portanto, de braços cruzados esperando que a situação mude por si só.

Muito obrigado.



CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OCDE “COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO”

INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OCDE - “COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO”. PARIS, 16 DE MAIO DE 2002

Houve uma sensação de alívio por parte da comunidade internacional por ocasião do lançamento da Agenda para o Desenvolvimento em Doha, em novembro último. Muitos temiam um novo fracasso e antecipavam que tal resultado traria danos irreversíveis à OMC. As novas discussões foram saudadas como um claro sinal de comprometimento político por parte dos principais parceiros comerciais com o sistema multilateral internacional.

Contra esse pano de fundo, o “espírito de Doha” foi percebido como um espírito de compreensão, cooperação e reconhecimento da necessidade de reconciliar liberalização comercial e desenvolvimento.

Eu gostaria de enfatizar esse ponto. Eu não iria tão longe a ponto de dizer que a frustração e insatisfação dos países em desenvolvimento com os acordos da Rodada Uruguai foram as principais causas do fracasso de Seattle. Mas eu acredito que esses fatores faziam parte do clima negativo que levou àquele fracasso.

As demandas em prol do desenvolvimento estavam lá: havia um claro e urgente chamado para que fossem tratadas. Apesar das dificuldades e riscos, nós conseguimos, em Doha, montar um amplo e promissor programa de trabalho, que deu ao sistema internacional

de comércio novo fôlego e esperança, e não menos aos países em desenvolvimento.

Infelizmente, o “espírito de Doha” está desaparecendo. O enfraquecido ambiente de cooperação e otimismo está sendo submergido por uma onda crescente de confrontação e protecionismo. Os efeitos negativos são particularmente danosos para o mundo em desenvolvimento. Deixem-me indicar alguns traços desse cenário:

- a) o mercado de aço foi abalado por uma sucessão de restrições unilaterais, especialmente por parte dos dois maiores parceiros comerciais;
- b) a falta da *trade promotion authority* (TPA) nos EUA faz que o mundo se pergunte se as negociações podem ser levadas a termo no prazo determinado;
- c) A nova lei agrícola americana contraria a necessidade de eliminar subsídios e medidas de apoio doméstico que distorcem o comércio internacional;
- d) o protecionismo agrícola continua a ser norma na União Européia, em que a reforma da PAC tem feito poucos progressos, se algum.

Essa situação tem afetado direta e negativamente as negociações em Genebra e é, em larga medida, responsável pelo lento progresso alcançado até este momento. As diferenças entre os principais parceiros comerciais internacionais tem feito que eles não sejam capazes de proporcionar a necessária liderança para promover a tempestiva realização da Agenda de Doha.

Tão importante quanto esse fator, a presente situação tem tido um óbvio impacto negativo na opinião pública em todo o mundo. Em muitos países em desenvolvimento, um número cada vez maior de pessoas questiona não apenas a habilidade da OMC de contribuir para um aumento no crescimento e nas exportações, mas também a idéia de que o desenvolvimento pode ser atingido por meio de práticas comerciais mais abertas.

No Brasil, as coisas não são diferentes. No momento em que a campanha presidencial começa a tomar fôlego, as virtudes do sistema multilateral de comércio são testadas. Isso é assim uma vez que toda negociação comercial envolve dois processos complementares: uma negociação em nível nacional, que define as posições negociadoras por meio do contato com o setor privado e com a sociedade como um todo; e um processo negociador em nível externo, com os representantes dos outros Governos.

Há um crescente criticismo com relação às barreiras comerciais nos mercados dos países desenvolvidos e ceticismo quanto à possibilidade de remoção dessas barreiras por meio de negociações comerciais. Medidas protecionistas como as recentemente tomadas pelos EUA e pela UE para proteger suas

indústrias de aço contribuem grandemente para minar a confiança e credibilidade que deveria ser inerente às negociações internacionais, seja na OMC, seja em nível regional.

Para garantir apoio ao sistema multilateral de comércio, nós precisamos melhorar o acesso aos mercados dos países desenvolvidos e impedir a criação de novas barreiras comerciais. As negociações na OMC precisam avançar de forma ordenada. E elas precisam estar direcionadas às necessidades dos países em desenvolvimento, que foram deixadas para trás na Rodada Uruguai.

Trazer o “espírito de Doha” a uma realização satisfatória é uma tarefa formidável, mas que pode mesmo assim ser realizada, e que requer firmeza diante das pressões protecionistas, bem como flexibilidade quanto aos objetivos negociadores, especialmente por parte dos países desenvolvidos.

Nos sentido de assegurar que comércio e desenvolvimento se apóiam mutuamente, os esforços não devem estar limitados à OMC. A Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento ao Desenvolvimento, realizada em Monterrey, constitui um sinal claro de que a cooperação pode funcionar em benefício de todos.

Em Monterrey, foi possível trabalhar com as várias partes de um quadro bastante complexo, em que todos os aspectos relevantes na questão do financiamento ao desenvolvimento foram tratados. Mas esse processo está ainda em seu início e temos de estar atentos quanto à melhor forma de proceder.

A tarefa mais importante que temos diante de nós é contribuir para a recuperação da economia internacional. Isso requer não apenas

mercados abertos para nossas exportações, mas também uma provisão adequada de fluxos financeiros privados e públicos, que permita aos países em desenvolvimento crescer de forma sustentada e com responsabilidade fiscal e boa governança.

Sustentabilidade é um compromisso-chave do Governo brasileiro. Mas não deveria ser considerado apenas um objetivo nacional. Ao contrário, é uma tarefa comum a toda a comunidade internacional, em benefício de todos. A experiência recente mostra que os efeitos de uma crise específica podem afetar todas as economias, incluindo o mundo desenvolvido.

No mundo financeiro, como no comércio, cooperação é a palavra-chave. É evidentemente no melhor interesse de todos, e deveria ser um objetivo permanente até mesmo quando as economias nacionais enfrentam dificuldades e as pressões protecionistas crescem.



CÚPULA AMÉRICA LATINA-CARIBE E UNIÃO EUROPÉIA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DA CÚPULA AMÉRICA LATINA-CARIBE E UNIÃO EUROPÉIA. MADRI, 17 DE MAIO DE 2002

Como anfitrião da Cúpula de 1999 no Rio de Janeiro, é para mim uma honra tomar a palavra em nome de todos os países da América Latina e do Caribe.

E o faço com muito prazer por estarmos em Madri.

Conhecemos todos o papel central da Espanha na articulação entre o velho e o novo mundo.

Quando Colombo chegou à América em 1492 e deu início àquele histórico encontro de civilizações, a ilha em que ele primeiro aportou veio a chamar-se “Hispaniola”.

Ao longo dos anos, a imigração consolidou laços humanos fundamentais.

Hoje, está em curso uma espécie de redescoberta da América Latina pela Europa Latina, especialmente pela Espanha.

É, portanto, significativo que nos reunamos sob a direção de Vossa Excelência, Presidente Aznar.

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Aos líderes de duas regiões como as nossas, cabe refletir sobre os rumos da história.

Refletir sobre os caminhos do futuro – tanto quanto possamos enxergá-lo com os olhos do presente.

A aproximação entre América Latina–Caribe e União Européia tem conseqüências para a configuração da ordem internacional no século XXI, que desejamos seja uma ordem plural, policêntrica, sem monopólios do poder ou da riqueza.

É imprescindível saber em que direção queremos avançar.

Quase três anos se passaram desde nosso encontro no Rio de Janeiro.

A agenda internacional, de lá para cá, sofreu mudanças.

Enfrentamos novos problemas, e continuamos a lidar com antigos problemas em novas perspectivas.

Em alguns casos, a experiência é inédita, como no caso da moeda única européia, que acompanhamos com todo interesse no outro lado do Atlântico.

Mas se houve novidades e esperanças, houve também motivos de horror e tristeza.

Os acontecimentos do dia 11 de setembro nos Estados Unidos consolidaram a percepção de novas e graves ameaças.

A luta contra o terrorismo afirmou-se como uma das prioridades fundamentais de nosso tempo.

No Oriente Médio, o conflito entre israelenses e palestinos surpreende o mundo a cada dia, com sucessivos atos de violência, que renegam o próprio direito humanitário.

A paz universal parece, a cada dia, um ideal mais difícil de ser atingido.

Os três anos desde o Rio de Janeiro marcaram, também, o aprofundamento de um sentimento de mal-estar com o processo de globalização.

A globalização promete oportunidades, mas não parece capaz de desvencilhar-se das assimetrias que perpetuam as desigualdades e a exclusão.

Há preocupação quanto à sinceridade do compromisso da comunidade internacional com o livre-comércio e com a construção de uma ordem favorável ao progresso de todos.

Há uma percepção de que o protecionismo foi condenado como instrumento de desenvolvimento dos mais pobres apenas para converter-se em instrumento de defesa dos privilégios dos mais ricos.

Os países em desenvolvimento deparam com barreiras intransponíveis a seus produtos mais competitivos: subsídios agrícolas, sobretaxas industriais, picos e escaladas tarifárias, medidas discriminatórias, quotas.

São barreiras que ameaçam anular o potencial igualitário do comércio internacional e transformá-lo em mecanismo de congelamento das desigualdades.

É este o problema das assimetrias na globalização.

Se levadas à sua conclusão lógica, resultariam em um sistema internacional no qual a melhor forma de ser competitivo seria, pura e simplesmente, ser rico.

A Conferência de Doha gerou expectativas.

Mas, desde então, o protecionismo e as práticas desleais de comércio continuam

a comprometer as perspectivas de desenvolvimento em muitos países.

O comércio não é um fim em si mesmo.

Deve gerar empregos, eliminar as iniquidades, transferir tecnologia.

Valorizemos a instância multilateral, ora ameaçada pelo crescimento indiscriminado do bilateralismo e do regionalismo.

Trabalhemos juntos na OMC para que a rodada de Doha resulte efetivamente em uma transformação qualitativa do comércio internacional e conduza a disciplinas voltadas para o desenvolvimento sustentado.

Sem discriminações. Sem exclusões voluntaristas.

Sem a utilização constante da razão do mais forte.

Senhor Presidente,

Paira sobre nosso tempo uma grande interrogação.

Interrogação fundamental: que futuro poderão ter o princípio e a prática do multilateralismo?

Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa se preparava para um gigantesco esforço de reconstrução, com o apoio dos Estados Unidos.

Naquele momento, fez-se uma opção clara: trabalhar sobre os escombros da destruição.

Trabalhar, e estabelecer instituições internacionais voltadas não apenas para a paz e a segurança, mas também para o desenvolvimento, os direitos humanos e as liberdades democráticas.

Hoje, as questões de segurança, a busca de mecanismos de governança no contexto da globalização, o tratamento de temas de alcance universal impõem que não pensemos apenas nos interesses próprios dos Estados.

Mas também, e fundamentalmente, que pensemos na humanidade.

Está diante de nós a tarefa de construir uma cidadania planetária.

Pode ainda ser um sonho, uma utopia.

Mas é uma utopia necessária. É um incentivo e uma inspiração.

Compreendemos as reações, mais que justificadas, às ameaças do terrorismo e do uso de armas de destruição em massa. Mas não queremos que, movidas pelo medo, as grandes potências substituam a agenda da esperança – o comércio aberto, uma nova arquitetura financeira, a luta contra a pobreza e a exclusão social e cultural – pela obsessão única com o tema da segurança.

Isso levaria a reforçar as tendências unilateralistas que se opõem à visão democrática da ordem mundial.

Latino-americanos, caribenhos e europeus, se estivermos juntos, teremos condições de contribuir para uma nova visão de mundo.

Nossa herança histórica e cultural nos credencia a uma atuação aglutinadora na revitalização do trabalho pela paz e pelo progresso.

Precisamos evitar que o léxico diplomático se deixe dominar por noções intransitivas. É imperativo preservar a dimensão do diálogo, da negociação, da transação, do compromisso.

Sem dúvida, a comunidade internacional tem realizado avanços extraordinários no tratamento das questões de interesse global. Mas sabemos o quanto são frágeis esses avanços.

No Protocolo de Quioto, estabelecemos princípios para controlar as emissões de gases que produzem o efeito-estufa.

Fortalecemos a cooperação pelos direitos humanos, inclusive com a criação de um tribunal penal internacional.

Celebramos, na ONU, a chegada do novo milênio, e ali nos comprometemos a lutar pela redução da pobreza.

A Conferência de Monterrey foi um passo a mais.

Mas, não se pode negar, um passo tímido.

Teremos nova oportunidade em setembro, quando nos reunirmos na Cúpula de Joanesburgo.

Ali queremos dar continuidade ao processo – também iniciado no Rio de Janeiro, em 1992 – de incorporação da sustentabilidade ao esforço de desenvolvimento.

O Brasil, como todos os demais países da América Latina e do Caribe, vê nessas iniciativas o caminho para o futuro.

E sabemos que o apoio e a participação ativa da Europa podem contribuir para que o sistema internacional se torne mais solidário, mais representativo, e por isso mesmo mais legítimo e eficaz.

Porque a eficácia que nos interessa não é a da força, mas é a que vem da livre união de vontades.

Esta eficácia não existe sem a legitimidade.
Senhor Presidente,

Em 1999, no Rio de Janeiro, lançamos uma parceria estratégica entre duas regiões.

Hoje, estamos procurando dar-lhe novo impulso e avaliando os resultados já alcançados.

Se nos encontramos próximos em espírito, na realidade continuamos muito distantes.

Ainda há muito o que fazer se quisermos, de fato, explorar o potencial de cooperação existente entre a União Européia e a América Latina e Caribe.

Corrigir a distribuição assimétrica dos frutos da globalização, melhor repartir os benefícios das mudanças tecnológicas,

promover o desenvolvimento sustentável e assegurar uma competitividade baseada no uso mais intensivo do conhecimento – estes são objetivos a que nossos países não podem renunciar.

O futuro da nossa associação depende da intensificação dos intercâmbios.

Depende da capacidade de traduzir a convergência de interesses e valores comuns em ações concretas.

O compromisso de cooperar em defesa da democracia não é coisa do passado. É atual e exige fortalecer os mecanismos da solidariedade democrática entre as nações.

Na América Latina, episódios recentes mostraram o quanto permanece viva a ameaça golpista. Mas mostraram também a força das instituições democráticas.

No próprio continente europeu, berço da idéia antiga e moderna de democracia, surpreendemo-nos com manifestações de extremismo e intolerância.

Tampouco é coisa do passado a ação ilustrada em favor de uma cultura universal da liberdade – ação que, de resto, se vê facilitada pelas conquistas tecnológicas da informática e das telecomunicações.

É importante que, mais do que uma economia do conhecimento, tenhamos uma sociedade do conhecimento.

Não nos condenemos à solidão em um mundo de crescente interconexão!

Nunca foi tão necessário, e nunca tão urgente, que a Europa e a América Latina e Caribe atuem solidariamente e assumam a plenitude de sua relação.

Usemos as vantagens comparativas de nossa associação em nosso proveito, e em proveito de uma nova ordem política, econômica e social mais justa e integradora.

Adiantemo-nos aos fatos.

Podemos e devemos atuar juntos para prevenir riscos que nos afetam igualmente.

Precisamos reverter expectativas conformistas.

Ir ao fundo das coisas.

Ultrapassar a retórica passadista.

Romper a inércia da separação.

Convergir.

Aproximar vontades.

Este é o horizonte que vislumbramos daqui de Madri.

E quando lançamos o olhar à frente, na ansiedade de entender o que nos reserva o futuro, sentimo-nos estimulados pelos sinais da autêntica fraternidade entre nossos povos, que constróem juntos um mesmo destino de liberdade e justiça.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA. SALAMANCA, 18 DE MAIO DE 2002

Agradeço, sensibilizado, o título que me é concedido pela Universidade de Salamanca.

Esta é uma demonstração a mais do apreço desta instituição pelo Brasil e seu povo, gesto que se soma à criação do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade, uma iniciativa muito bem-vinda.

Estivemos reunidos nos últimos dias, em Madri, para avançar no esforço de assegurar que Europa, América Latina e Caribe percorram o século XXI de mãos dadas.

A declaração que assinamos fala de uma parceria estratégica.

Na verdade, é mais do que isto: o projeto de associação dos dois continentes satisfaz o pendor cosmopolita de nossos povos.

Esse pendor é dos espanhóis, dos portugueses, mas também de toda a Ibero-América.

Venho a Salamanca, portanto, com o sentimento de que o mundo ibero-americano está sabendo atualizar a vocação universalista de que esta Casa foi importante matriz.

Não há como entrar nesta universidade, de tanta história, sem lembrar a gesta dos descobrimentos.

Um dos berços do escolasticismo, Salamanca advogou a expansão da cristandade, mas o fez com simpatia ao Novo Mundo.

Não faltou olhar crítico à barbárie contra as populações nativas. Francisco de Vitoria foi definitivo em seu combate à conquista e ao aprisionamento dos índios, que reconhecia pagãos, mas dotados de juízo pleno.

O teólogo de Salamanca influenciou Bartolomeo de las Casas e o Padre Antonio Vieira naquela que viria a ser a primeira campanha humanitária nos trópicos.

A ruptura do pacto colonial nos trouxe mais tarde o desafio de fundamentar a constituição dos jovens Estados.

Lançamos mão do princípio da soberania popular tal como formulado pelos contratualistas ingleses e franceses.

Poucos se deram conta de que estávamos incorrendo em novo débito com o pensamento escolástico.

Quentin Skinner lembra que nomes como Francisco Suárez e Domingo de Soto, sucessor de Vitoria em Salamanca, antecederam em muito os contratualistas na

defesa do consentimento como base única de legitimidade para a formação do corpo político.

O fato é que o Brasil consolidou a autonomia política, mas se viu por décadas a fio à cata de uma identidade, talvez em razão do déficit de legitimidade que lhe impôs a opção monárquica, de feitio oligárquico.

Aplicava-se ao país o que Octavio Paz diria um dia de sua terra natal: “*México es búsqueda*”.

A crise de identidade tomaria novas formas na passagem do século XIX para o século XX, com a abolição da escravatura e a adoção da forma republicana.

Era a época em que aqui se colocava a “Questão Espanha”, o desafio de redefinir o país após um século pleno de inquietações, iniciado pela intervenção da Santa Aliança e concluído em meio a disputas regionais e ao impacto da Guerra Hispano-Americana.

Foram raros os momentos em que o destino de um povo se viu sob o juízo de nacionais de tamanho talento.

De um lado, D. Miguel de Unamuno, Reitor de Salamanca, absorvido por um sentimento trágico da vida, cultivava o mito da *hispanidad*, na expectativa de reanimar uma Espanha eterna ou até de “espanholizar” a Europa.

De outro, Ortega y Gasset, cético quanto à serventia de uma continuada associação do país às vitórias da Cruz, reclamava abertura à modernidade européia, laica, até para que seu coração, mediterrâneo mas também europeu, “não se sentisse miserável”.

Se voltarmos os olhos para o Rio de Janeiro de fim do século, veremos que os personagens e temas eram outros, mas o debate guardava afinidades. Dizia respeito à nação e suas circunstâncias.

É assim que encontramos o polemista Sílvio Romero criticando o escritor Machado de Assis por lhe faltar a cor nacional.

Machado, porém, via o apego premeditado a coisas brasileiras como um falso nacionalismo. Poderíamos ser fiéis ao Brasil tratando de assuntos remotos no tempo e no espaço. Antes o diálogo do que o ensimesmamento.

Os modernistas levariam ao paroxismo a crença na capacidade transitiva da cultura brasileira. Inocentes, mas inventivos, estaríamos credenciados a saltar do atraso para a modernidade, devorando o “civilizador”, produzindo um ambiente mais ameno e fraterno.

Infelizmente, o debate sobre o que somos ou poderíamos ser foi suspenso de forma abrupta no Brasil e também na Espanha. O algoz foi o arbítrio.

Não vou me estender sobre o obscurantismo daqueles anos, que, de tão ásperos, desejamos mais distantes no tempo do que na verdade o são.

Somente recordaria a contundência da mensagem de que a razão da força, por poderosa que seja, não sobrevive à força da razão.

Refiro-me às palavras de Unamuno.

Refiro-me a Salamanca.

O autoritarismo brasileiro foi menos constante. Veio em ondas. Primeiro, o Estado Novo. Mais tarde, o jugo militar.

Tivemos de esperar até a última quadra do século XX para que a democracia se consolidasse em nossos países.

Prefaciei um livro sobre a transição da Espanha à democracia, processo que muito me impressionou.

Sinto um particular fascínio pela capacidade política dos gestores da transição em articular o consenso necessário ao conjunto de reformas que transformou a face do país.

Isto tem a ver com o tema da responsabilidade política, que motivou reflexões profundas de Ortega – e antes dele de Weber – sobre a relação entre a ética e a política.

Um e outro sabiam que a ação política não pode prescindir da perspectiva da ética da responsabilidade. É aí que se manifesta a preocupação com os resultados práticos, com a eficácia, com as conseqüências das decisões para a sociedade.

Mas, ao mesmo tempo, os resultados só podem ser avaliados à luz de princípios éticos fundamentais, sob pena de resvalarmos para o culto da razão de Estado ou da política de poder.

Foi um pouco com essa visão que interpretei o Pacto de Moncloa.

Em pouco tempo a Espanha realizou a estabilização da moeda, a reforma fiscal, a distribuição negociada do ônus do ajuste, a modernização do parque produtivo.

Promoveu uma inserção mais franca e competitiva na economia internacional, tendo como âncora o acesso ao que então se denominava a Comunidade Econômica Européia.

E tudo se fez a despeito da presença ainda ostensiva de instituições franquistas, o que foi uma prova da maturidade alcançada pelo povo e pela classe política na luta a favor da democracia e do desenvolvimento.

No paralelo que tentei esboçar naquele prefácio com a situação brasileira, recorri à imagem de um espelho convexo.

A transição no Brasil foi de fato uma imagem distorcida da espanhola. Embora a falência do regime autoritário tivesse sido mais rápida entre nós, os atores políticos ficaram bem aquém do objetivo de adequar o Estado e a economia brasileira aos novos tempos.

Expus essa preocupação em Salamanca doze anos atrás, quando convidado a discorrer sobre as perspectivas que então se ofereciam ao Brasil e à América Ibérica.

O motivo eram as comemorações do V Centenário da epopéia de Cristóvão Colombo.

Deixei claro na ocasião o contraste que notava entre o cenário que se descortinava para Espanha e Portugal e os desafios que se colocavam ao Brasil após uma década de miopia histórica, de elevado custo econômico e social.

Era com regozijo que percebia a Espanha cumprindo o desígnio de Ortega e de tantos outros, integrada a uma Europa que se unificava e progredia, a olhos vistos.

Só me constrangia ver que meu país se democratizara, aproximava-se dos vizinhos, mas continuava refém de problemas do passado.

Do povo brasileiro, somente dele, dependia a resposta a pendências como a reconstrução do Estado, a elevação do nível educacional e o aumento da competitividade.

Falei dessas prioridades na palestra de 1990.

Aproveitei o retorno a Salamanca para dizer que a resposta veio.

E veio a tempo.

O método foi a opção continuada pela democracia.

Foi pelo voto que se homologou um programa de governo que perseguia valores vistos até há pouco como inconciliáveis: responsabilidade monetária e fiscal e compromisso social.

A experiência espanhola nos estimulou a perseguir essa equação de tanto significado para a agenda da nova esquerda, que ganha em atualidade com os surtos extremistas dos últimos meses, plenos de dogmatismo e intolerância, mas vazios de proposta.

O certo é que o plano de estabilização da moeda no Brasil foi a pedra de toque para o equilíbrio orçamentário, a reorganização do Estado e a retomada das políticas públicas, que tiveram particular impacto na área de educação.

O Brasil se aproxima da meta de universalização do ensino básico, sem descurar da ampliação e aprimoramento dos quadros universitários, inclusive pelo reforço dos vínculos entre a Universidade e a indústria, o que favorece a inovação técnica.

Como tem insistido o sociólogo e amigo Manuel Castells, a ciência aplicada determina como nunca os padrões de competitividade, reclamando descortino histórico, ousadia empresarial, investimento público.

Quero partilhar com os amigos de Salamanca a satisfação que me traz como homem público e professor o fato de que o Brasil hoje forma cerca de seis mil doutores por ano, dos quais parte expressiva em áreas de ponta.

Falo da realidade brasileira, mas sei que o zelo pela formação de quadros é comum a todos os vizinhos, a começar pelos parceiros do Mercosul, que têm um histórico educacional superior ao do Brasil.

A partilha de experiências se tornou uma prática rotineira no esforço de integração regional, que há muito deixou de ser iniciativa de governos para se transformar em patrimônio das sociedades.

Costumo dizer que o Mercosul é obra de democracias para democracias, o que é um fato histórico, mas com força normativa.

É disso precisamente que trata a cláusula democrática, garantia que a Organização dos Estados Americanos estendeu a todo o hemisfério.

Caso se configure ameaça à ordem institucional em algum país, a reação dos vizinhos é pronta e coordenada, como demonstrou o episódio na Venezuela. Que o precedente contribua para dissuadir conspiradores de plantão, qualquer que seja seu abrigo.

Não há como tratar da democracia sem voltar ao tema da identidade, sobretudo agora que ela se tornou fator de concertação

diplomática, inclusive da projetada associação entre a América Latina e a União Européia.

Assim como as identidades nacionais podem ser estimuladas ou inibidas por parcerias externas, opções diplomáticas costumam dar vazão a sentimentos coletivos.

É o caso de nossa aproximação com a Europa, que tem como uma de suas vertentes mais fortes o relacionamento com Espanha e Portugal.

O sentimento brasileiro, latino-americano, é universalista, com tonalidade ibérica.

Boaventura de Sousa Santos vê a cultura portuguesa como uma “cultura de fronteira”, coesa o suficiente para ser permeável ao que vem de fora, mas com forte heterogeneidade interna.

Era de modo parecido que Ortega falava de sua cultura, “*en perpetua lucha con lo elemental, disputando todos los días la posesión del terreno que ocupan sus plantas*”.

Outra não tem sido a gramática brasileira, desde o tempo em que Aleijadinho aclimatou os códigos estéticos da Contra-Reforma às sinuosidades do terreno local.

Não consigo enxergar o Brasil em outro compasso. Às vezes tentam nos seduzir para uma ética unidimensional, maniqueísta, mas é um esforço em vão.

Bastar visitar um terreiro de candomblé para notar que nossa lógica não é binária, excludente, mas múltipla e integradora.

Isso tem a ver com a plasticidade, a tolerância e o gosto de viver de nosso povo.

É por isso que nós, brasileiros e ibero-americanos, sentimos-nos em casa na Espanha.

E agora, com o honroso título que a Universidade de Salamanca me outorga, sinto-me mais ainda um dos seus, com humildade, mas com a consciência de pertencer a uma Casa que, sendo espanhola, é também universal.

Muito obrigado.

JANTAR OFERECIDO POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO CHILE

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM JANTAR OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO PRESIDENTE RICARDO LAGOS, POR OCASIÃO DE SUA VISITA OFICIAL À REPÚBLICA DO CHILE. SANTIAGO, 18 DE MAIO DE 2002

Agradeço as palavras de Vossa Excelência, Presidente Lagos, e a recepção tão calorosa dispensada a mim, a Ruth e à comitiva que me acompanha.

É sempre bom poder voltar ao Chile, esta nação irmã que considero minha segunda pátria.

Que me acolheu em uma fase fundamental de minha vida.

Eram tempos difíceis. E aqui fomos distinguidos – eu, Ruth, nossos filhos e tantos outros brasileiros que para cá vieram – com a hospitalidade fraterna do povo chileno.

Aqui encontrei um ambiente de extraordinária força intelectual.

Fiz muitos amigos no Chile, com os quais compartilhei sonhos e esperanças.

Entre esses amigos estavam Luisa e Ricardo Lagos. Éramos vizinhos de D. Hernán Durán, na rua *Las Ñipas*.

Esta amizade atravessou o tempo e se fortaleceu na vida acadêmica e nas lutas políticas.

Hoje, tenho a honra de reencontrar Ricardo, uma vez mais, na condição de um dos grandes líderes da América Latina, orgulho

da democracia chilena por tudo quanto tem realizado em sua obra de transformação social.

Senhor Presidente,

O Chile é um ator importante da história do Brasil e da América do Sul.

Nossos destinos estiveram sempre próximos: na formação como país, nos esforços de desenvolvimento, na defesa da paz, na valorização da democracia.

O Chile sempre desfrutou no Brasil de uma popularidade real, espontânea, que não depende de estímulo dos Governos.

Temos à frente um futuro de promessas e oportunidades, que se realizam melhor quando se realizam em conjunto.

Nesta visita, serão assinados importantes acordos de cooperação: no campo da ciência e da tecnologia, na área espacial, no uso pacífico da energia nuclear e na previdência social.

Concluimos com êxito negociações comerciais bilaterais no âmbito do ACE 35, que resultarão em aumento do intercâmbio nos setores automotivo, agropecuário e industrial.

Vamos avançar também no projeto dos corredores bioceânicos, que poderão facilitar o transporte dos produtos de nossa região para os mercados mais distantes.

Tenho certeza de que o setor privado e os Governos dos dois países saberão buscar os benefícios desta iniciativa de integração da América do Sul com o mundo.

É com satisfação que me fiz acompanhar nesta visita por três Governadores cujos Estados têm interesse em uma ligação mais direta com o Chile e com o Pacífico.

Costumo mencionar que fizeram – ou ainda fazem – parte de meu governo vários Ministros “chilenos”, ou seja, homens públicos que, como eu, viveram igualmente no Chile.

Agora, percebo que muitos Governadores – até com mais entusiasmo que eu e meus Ministros – também se tornaram chilenos, como estes que integram minha comitiva, os Governadores de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

Mas eles estão aqui hoje porque a cooperação brasileiro-chilena assume uma dimensão que alcança as aspirações mais genuínas de nossas sociedades.

Fico feliz por isso, pois a integração requer essa base de legitimidade.

E requer também – ademais de vontade política – ousadia. Exige pensar mais adiante, trabalhar em um horizonte de longo prazo.

Assim como conseguimos, no Brasil, garantir a estabilidade econômica e superar diferentes crises, estou seguro de que nenhuma dificuldade impedirá nossa região de prosseguir no rumo da integração.

Somos um continente unido na luta pela liberdade, pela justiça social e pela prosperidade para todos.

Temos a percepção de que certos valores são e devem ser universalmente respeitados.

Apoiamos o Tribunal Penal Internacional, instrumento essencial para punir crimes contra a humanidade e para reafirmar o compromisso universal com os direitos humanos.

Temos interesses comuns diante de adversidades comuns.

Nosso projeto de integração se renova com o fortalecimento do Mercosul, ao qual o Chile está associado.

É um projeto que passa também pelo nosso empenho em levarmos adiante as negociações com os parceiros andinos.

O mesmo ânimo de busca do desenvolvimento econômico e social orienta as tratativas referentes a uma possível Área de Livre Comércio das Américas.

O Brasil quer o livre-comércio no hemisfério. Isso só poderá ser alcançado pelo caminho da reciprocidade, e não pelo caminho do liberalismo de mão-única.

Arreciprocidade foi o princípio que inspirou a reunião dos Presidentes da América do Sul, que realizamos em Brasília no ano 2000, e que deve ter sua segunda edição, em breve, no Equador.

É o sentido da integração que nos motiva a aumentar as interconexões físicas na região, a ter projetos de infra-estrutura conjuntos, a cooperar mais no campo da energia.

Integrados, somos mais fortes.

Mais fortes para responder a múltiplos desafios: persistir nas reformas internas, aperfeiçoar as instituições democráticas, combater o narcotráfico e a lavagem de dinheiro, insistir no desenvolvimento com justiça social.

Por isso, estamos juntos no apoio ao governo democrático da Colômbia.

São inaceitáveis os atos de violência que impediram a continuação do processo de paz.

Outro país vizinho e irmão, a Argentina, merece todo nosso respaldo em seus esforços para superação da crise econômica e social. Esforços que esperamos contem com a ajuda da comunidade internacional e dos organismos financeiros multilaterais.

A expectativa é de que a Conferência de Monterrey, que começa no dia de hoje, seja o marco de um novo consenso para a solidariedade internacional no financiamento do desenvolvimento.

Não posso deixar de mencionar o interesse de toda a América do Sul nos resultados da Rio+10, a Cúpula de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável.

O equilíbrio entre crescimento econômico, equidade social e proteção do meio ambiente precisa ser reforçado.

Senhoras e Senhores,

Como as bases de nosso desenvolvimento tornaram-se sólidas nos últimos anos, podemos hoje trabalhar com confiança e projetar nosso futuro.

Estou certo de que será um futuro de crescimento sustentado com justiça social, com liberdade e respeito aos direitos humanos, um futuro melhor para todos.

É uma convicção que se reforça no curso desta visita que faço ao Chile.

E é nesse espírito que peço a todos que me acompanhem em um brinde à saúde e felicidade pessoal do Presidente Ricardo Lagos e da Senhora Luisa Durán; ao progresso e bem estar do povo chileno; e à amizade histórica entre nossos países.



SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL DA REPÚBLICA DO CHILE

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL DA REPÚBLICA DO CHILE. VALPARAÍSO, 19 DE MAIO DE 2002

Agradeço, sensibilizado, a oportunidade de me dirigir aos Representantes do querido povo chileno.

Se há um Parlamento que me agrada visitar é exatamente o Congresso Nacional do Chile.

A primeira razão é afetiva. Considero o Chile minha segunda Pátria, onde vivi alguns anos. Não foram muitos, mas o necessário para me tornar eternamente cativo desta terra e de sua gente, que as Senhoras e os Senhores representam com tanto brilho e galhardia.

Também associo esta Casa ao exemplar espírito de cidadania do povo chileno, que fez emergir desde cedo neste país uma sociedade ativa e organizada.

Não é de hoje que os brasileiros admiram a determinação dos chilenos em assumirem as rédeas de sua própria história.

Há mais de um século o estadista e diplomata brasileiro Joaquim Nabuco se deteve a analisar a polêmica passagem de José Manuel Balmaceda pela Presidência do Chile.

Nabuco reuniu seus comentários em livro cuja edição em espanhol tive a satisfação de prefaciá-lo.

Por traumático que tenha sido o período Balmaceda, afirmava Nabuco, ele deveria servir de exemplo à jovem e ainda vacilante República brasileira.

A lição maior era a de que no Chile a sociedade havia amadurecido o suficiente para colocar limites à ação do Estado, assegurando legitimidade às instituições representativas.

E assim buscou proceder a República brasileira, facultando espaço cada vez maior à participação popular.

Sabemos que a evolução política do continente ao longo do século XX não foi isenta de sobressaltos. Houve hiatos autoritários, de triste memória, que muito nos custaram.

Mas o importante é que nossos países souberam retomar a via democrática e o fizeram com convicção.

Muito me alegra vir a Santiago, Valparaíso e Arica – onde estarei amanhã – e encontrar o Chile olhando para a frente, com confiança no futuro.

Muito me honra ser recebido nesta Casa como líder de um país irmão que partilha com o Chile o compromisso de fazer a democracia prosperar no continente.

O respeito às liberdades públicas tornou-se requisito para participação no Mercosul.

Orientação semelhante foi aprovada na reunião dos Presidentes da América do Sul em Brasília e depois estendida ao hemisfério na Cúpula de Québec.

Da Terra do Fogo ao Alasca, o desvio democrático é agora penalizado com o ostracismo.

Isto significa o reconhecimento generalizado da importância dos direitos humanos, inclusive como princípio de política externa.

Registro com satisfação o apoio na América do Sul à criação do Tribunal Penal Internacional, instrumento dos mais valiosos para prevenir crimes contra a humanidade e violações sistemáticas dos direitos humanos, onde quer que sejam cometidas.

Se a democracia, como valor universal, justifica-se em si mesma, ela também guarda uma afinidade estreita com a causa do desenvolvimento.

A começar pela questão da legitimidade.

Os regimes democráticos, como sabemos, têm método próprio para a definição de políticas públicas, inclusive daquelas afetas à gestão da economia.

As decisões resultam de uma acomodação negociada de posições, segundo regras transparentes, negociadas no espaço público.

Daí a credibilidade de que se revestem na democracia as normas balizadoras da atuação do mercado.

As políticas econômicas deixam de refletir a onisciência de tecnocratas e passam a representar a depuração de interesses legítimos, um verdadeiro concerto de vontades, entre as quais a do próprio Governo, mas também a dos empresários e trabalhadores.

Permitam-me afirmar que a acolhida dispensada pela população brasileira ao Plano Real se deve exatamente à sua legitimidade enquanto processo, elaborado como foi mediante o diálogo e a persuasão.

Quero saudar a parceria já consolidada entre o Chile e o Brasil no projeto de integração regional.

Apesar das dificuldades por que tem passado a Argentina, o Mercosul mantém sua vocação de plataforma para uma inserção competitiva e coordenada das economias da região no mercado internacional.

Foi por conta da coesão do bloco que outras iniciativas de grande interesse para a América do Sul puderam prosperar, como, por exemplo, o objetivo de integração continental em transporte, energia e comunicação.

Vejo com otimismo as perspectivas que se abrem para o reforço da integração viária, com a conclusão que espero próxima do Corredor Norte, de imenso interesse para o redimensionamento do comércio regional.

Quanto mais integrados estivermos, maior a credibilidade de nosso pleito para que a concertação hemisférica opere em bases simétricas, beneficiando a todos.

Na verdade, o Brasil não vê outra razão para fazer avançar a ALCA que não seja a possibilidade de ganhos equânimes, o que implica a garantia de maior acesso ao mercado norte-americano.

É a mesma expectativa de uma maior simetria nas trocas que pautará a atuação do Brasil na próxima rodada de negociação da Organização Mundial do Comércio.

Doha foi um avanço. Queremos agora conquistas efetivas, sobretudo no campo agrícola.

Tenho insistido ao longo dos últimos anos na necessidade de atualização da arquitetura do sistema financeiro internacional, uma atualização que reduza os constrangimentos a uma presença mais assertiva dos países emergentes na economia mundial.

Mal havia iniciado meu primeiro mandato, aproveitei visita a Santiago, especificamente à sede da CEPAL, para reclamar a adoção de medidas que pusessem fim à volatilidade dos fluxos financeiros.

Sabemos o quanto o problema se agravou nos anos que se seguiram, com o capital especulativo migrando de maneira irracional e provocando crises no México, no Sudeste Asiático, na Rússia, no Brasil e, mais recentemente, na Argentina.

A questão continua em aberto, sem que se tenha avançado um passo sequer rumo à maior previsibilidade dos movimentos de capital.

O Brasil espera que o tema receba a atenção devida na Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que se realiza esta semana em Monterrey.

Propostas para atenuar o déficit de governança não faltam. O que sempre faltou e continua a faltar é sensibilidade política por parte dos Estados com maior influência sobre as instituições multilaterais de crédito.

Como sugeri na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento em Fortaleza, por que não aumentar os direitos especiais de saque para que o Fundo Monetário Internacional possa melhor atender a situações de crise?

Por que o Fundo insiste em lançar mão de métodos questionáveis para contabilizar dívidas, reduzindo nossa capacidade de captação de novos investimentos e empréstimos?

São questões práticas que merecem respostas efetivas.

É pela satisfação de expectativas como essas que o processo de globalização pode vir a assumir o perfil mais humano e solidário que tanto reivindicamos.

Não se trata de colocar em cheque a lógica do mercado, mas de criar regras equilibradas para que os Estados possam explorar a contento suas respectivas vantagens comparativas.

Para não falar do imperativo de assegurar um espaço, no plano doméstico, para a condução de políticas que respondam ao anseio de nossas sociedades por bem-estar, emprego e desenvolvimento social.

Isto sem prejuízo da responsabilidade fiscal e da coerência macroeconômica.

Partilho com o Presidente Ricardo Lagos e as demais lideranças da Rede para a Governança Progressista a convicção de que equilíbrio fiscal e avanço social não são objetivos contraditórios. Podem ser perseguidos ao mesmo tempo.

Para tanto é imperioso que se corrijam as assimetrias no comércio e nas finanças internacionais.

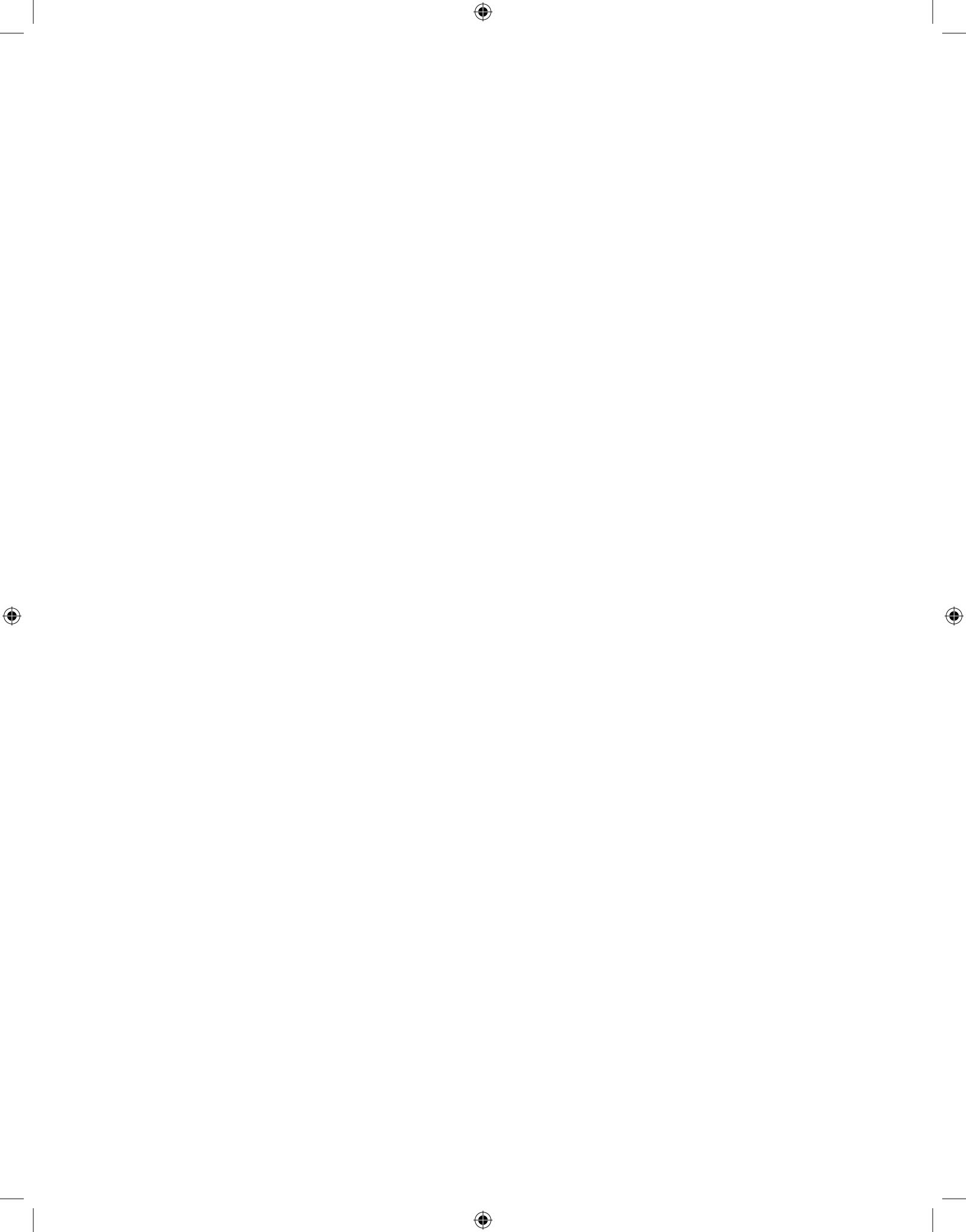
É mais do que hora de envidar todos os esforços possíveis para que a globalização seja colocada a serviço da cidadania.

O Chile e o Brasil, na medida de seus recursos, podem prestar uma contribuição importante nessa luta.

Sobretudo se continuarmos a progredir lado a lado, como reclama nossa história, como é o desejo de nossos povos.

Estou certo de que assim o faremos.

Obrigado, uma vez mais, pela oportunidade de partilhar com esta Casa a crença que me é inabalável no futuro da amizade entre o Chile e o Brasil.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL “BOLSA ESCOLA” - A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR CHOIFI, POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL “BOLSA ESCOLA” - A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL. BRASÍLIA, 20 DE MAIO DE 2002

Não é exagero afirmar que, nos últimos anos, o Brasil vem assistindo a uma revolução no padrão de proteção social. Como todo processo histórico, as mudanças que se vem realizando são profundas, atingem os próprios alicerces da sociedade brasileira e estendem seus efeitos benéficos por todo o espectro social. As transformações giram em torno de um núcleo de políticas, estratégias e programas centrados em acentuada preocupação com a proteção e a promoção dos direitos humanos. São, a um só tempo, reflexo do longo e intenso debate que conduziu à Constituição de 1988, e resultado da participação crescente da sociedade civil na elaboração de propostas concretas para superar a exclusão social no país.

Os gastos sociais vem crescendo em termos reais, mesmo nos momentos em que a economia foi alcançada pelos choques derivados das turbulências externas. O diagnóstico da pobreza e da fome no país aponta para melhorias expressivas, sobretudo na área da saúde e da educação. Verifica-se, como resultado das transformações macroeconômicas ocorridas desde o lançamento do Plano Real, efetivo aumento real da renda domiciliar e, em consequência da política agrícola e das super-

safras, uma redução dos preços dos alimentos.

Tais avanços não devem nos conduzir a indevida complacência. Na verdade, ao país ainda resta um longo caminho a percorrer. Não se pode ignorar que, a despeito das melhorias alcançadas, aproximadamente um terço dos brasileiros vive abaixo da linha da pobreza e um pouco mais de um décimo abaixo da linha da indigência. Ou seja, um dos desafios cruciais para o Estado e a sociedade civil é combater a arraigada exclusão social.

Para reverter esse quadro o Governo vem desenvolvendo uma série de programas sociais. São mais de quarenta programas, grande parte dos quais muito recentes, todos eles orientados para três grandes eixos de inclusão social.

Um primeiro grupo de programas e ações procura ampliar a disponibilidade de e a acessibilidade aos alimentos. Exemplos são as políticas macroeconômicas, que garantem crescimento com estabilidade, a política agrícola e os programas de geração de renda.

Um segundo grupo centra-se no esforço de atender as necessidades alimentares e nutricionais da população. Expressivos são os programas voltados para cobrir deficiências específicas na área da saúde.

O terceiro grupo de programas e ações tem como público alvo os segmentos mais vulneráveis da sociedade e busca superar as desigualdades extremas e as diversas discriminações que permeiam a sociedade e o Estado, tendo como base preconceitos de raça, cor, gênero ou idade. É neste grupo, por exemplo, que se inclui o Programa “Bolsa Escola”, significativo instrumento de redistribuição da renda em nosso país.

As transformações no cenário brasileiro ocorrem num quadro de reconhecimento e de promoção do conceito de universalização das políticas de saúde, de educação, de previdência e de assistência social, de maior participação da sociedade civil e de focalização de políticas sociais nos grupos mais vulneráveis. Em sua essência, tais esforços de universalização constituem-se em formas de superar o quadro de injustiça e de exclusão gerado no longo prazo histórico por estruturas políticas e sociais tradicionais, que ainda resistem à mudança dos tempos.

Esse conjunto de transformações, lido no registro político, é decorrência do maior ativismo dos cidadãos brasileiros nos processos de decisão interna e externa que definem os rumos do país. Em termos institucionais, traduz o fortalecimento da democracia no Brasil e aponta para a incorporação vigorosa do conjunto dos direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais à agenda do Estado e da sociedade civil. Assim, discurso e prática na área externa confluem com a sua dimensão interna. O Brasil é parte dos principais instrumentos internacionais de proteção e de promoção dos direitos humanos e um dos países emergentes onde os compromissos assumidos externamente se traduzem em estratégias e políticas sociais conduzidas sob o signo da busca da equidade.

A educação da população é, nesse contexto, um passo essencial. A importância

do Programa Bolsa Escola deve ser medida à luz das extraordinárias possibilidades que adviriam da inclusão real e efetiva na sociedade brasileira do contingente de “excluídos”.

Em junho deverá celebrar-se, em Roma, a “Cúpula Mundial da Alimentação: cinco anos depois”, também conhecida como a CMA+5. Na ocasião serão revisitados os compromissos assumidos pelos Estados para reduzir a pobreza e a fome no mundo. O Brasil estará apresentando relatório nacional, elaborado a partir de subsídios recebidos de órgãos do governo e de entidades da sociedade civil. Além da descrição dos diversos programas sociais que estão contribuindo para mudar a realidade brasileira, o relatório recolhe frutos de uma consciência coletiva que está a permear os avanços na implementação dos princípios de responsabilidade, de transparência e de parceria Estado/sociedade civil. Essa consciência coletiva histórica se espalha em iniciativas de promoção dos direitos humanos, cujas manifestações mais recentes são, entre outras, a criação do Conselho Nacional de Promoção do Direito à Alimentação, o estabelecimento, por proposta brasileira no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da ONU, de uma relatoria especial sobre direito à saúde, e a próxima instalação, no Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, do Centro Internacional de Políticas para a Redução da Pobreza.

A dívida social derivada de uma história em grande parte marcada pelo signo das assimetrias não pode ser resgatada em alguns poucos anos. Ainda assim, nos alentam os progressos sociais alcançados ao longo da última década. Os êxitos obtidos devem estimular-nos a prosseguir com os esforços conjugados da sociedade civil e do estado, com o aprofundamento das parcerias cujos benefícios apontam para o momento em que, havendo o Brasil deixado de ser um país pobre, será também um país mais justo.

INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PROMOÇÃO SOCIAL BRASIL - TIMOR LESTE

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, NA CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DO CENTRO
DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E
PROMOÇÃO SOCIAL BRASIL - TIMOR LESTE. DÍLI, 21 DE MAIO DE 2002

Excelentíssimo Senhor Ministro da
Educação, Cultura, Juventude e Desporto
de Timor Leste, Dr. Armindo Maia,
Excelentíssimos Senhores integrantes
da Delegação brasileira, Autoridades
timorenses presentes,

Senhores representantes de organismos
e agências internacionais, e, em especial
do Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento (PNUD),

Senhores representantes do Programa
Alfabetização Solidária e do Programa de
Educação à Distância da Fundação Roberto
Marinho,

Senhores técnicos do SENAI e da ABC,
Demais pessoas que contribuíram para o
estabelecimento deste Centro,

Senhoras e Senhores,

É com especial prazer que represento o
Governo brasileiro na presente cerimônia de
inauguração do “Centro de Desenvolvimento
Empresarial, Formação Profissional e Promoção
Social Brasil - Timor Leste”. As obras do
Centro foram iniciadas por ocasião da visita do
Presidente Fernando Henrique Cardoso a Timor
Leste, há pouco mais de um ano.

Naquela oportunidade, o Presidente
saliou que “em um país com as dimensões
do Brasil, raros são os eventos além-fronteiras
que chegam a capturar a imaginação popular.
No entanto, a luta do povo timorense por sua
liberdade marcou vivamente a opinião pública
brasileira. Apesar da distância, apesar das
diferenças, os brasileiros têm os timorenses na
conta de um povo irmão. Algumas das tarefas
prioritárias são as mesmas com as quais nos
defrontamos no Brasil:

a da educação, condição imprescindível para
assegurar a cada um o exercício da cidadania e
as condições de inserção na economia;

a da saúde, direito social fundamental de
todos os cidadãos em uma democracia;

a estruturação de um serviço público
eficiente e eficaz, capaz de atender às demandas
da sociedade;

e o estabelecimento das condições para que
o Estado timorense desempenhe a contento as
funções básicas da soberania, como defesa e
relações exteriores.

Em todas estas áreas o Brasil já vem
cooperando com o Timor Leste. Cada uma
delas é importante, mas a cooperação brasileira

em Timor Leste terá a mesma prioridade que o meu Governo adota no Brasil: a educação, o combate ao analfabetismo, o treinamento de professores, a formação profissional.

Senhoras e Senhores,

Hoje, estamos presenciando a concretização, os resultados da prioridade conferida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso a Timor Leste. As obras deste Centro se revestem, portanto, de importante caráter emblemático, uma vez que materializam desejo de meu Governo em apoiar e promover o novo Estado em sua inserção no concerto de Nações livres. A importância de Timor Leste para a política exterior brasileira não está unicamente vinculada à dimensão cultural, mas também se insere em nossos desejos de uma ordem econômica mais justa e equânime, de um sistema internacional mais democrático e, sobretudo, de uma realidade de maior justiça social.

A construção deste Centro, promovida pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, contou com a colaboração direta do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e com o apoio do PNUD. Não posso, nesta oportunidade, deixar de referir-me à inestimável contribuição prestada pelos dirigentes e pelo grupo técnico do SENAI e manifestar meu reconhecimento pelo excelente trabalho e pelas pesquisas que a entidade vem realizando no ramo da formação profissional, tema de excepcional relevância e oportunidade. O SENAI inscreve-se, hoje em dia, dentre as instituições de excelência no Brasil, com um valioso inventário de atividades e pesquisas em áreas de capital importância socioeconômica para nossas populações. Testemunho adicional da importância que o SENAI atribui à cooperação com Timor Leste

e a visita do Presidente da FIESP, Dr. Horácio Lafer Piva, a este país, ocasião em que pôde visitar este grande projeto bilateral que hoje inauguramos.

Senhoras e Senhores,

O Centro, hoje aberto, tem por objetivo a formação de profissionais nas áreas de construção civil, eletricidade, costura industrial, marcenaria, informática, panificação e confeitaria, numa primeira fase, e, posteriormente, mecânica, fabricação de mobiliários e confecções em couro, numa segunda fase do projeto. Os cursos que serão aqui ministrados contemplam temas de grande impacto socioeconômico em nossos países e afetam significativas parcelas de nossas populações. A transferência de experiências e de conhecimentos, objetivo maior da cooperação técnica, e que materializa o sentimento de solidariedade recíproco entre nossos povos, certamente beneficiará a todos de maneira global. Os alunos aqui formados serão agentes de inovação e conhecimento e estarão habilitados, ao concluírem o curso, a disseminar seus conhecimentos a outros nacionais.

O Centro representa, também, o esforço de muitos profissionais e entidades envolvidas neste projeto, e demonstra que, havendo disposição e vontade política, sempre é possível, mesmo em épocas de dificuldades financeiras e econômicas, realizarem-se projetos de elevado conteúdo socioeconômico e humano. Estou seguro de que, por meio de projetos de cooperação técnica como o presente, soluções comuns poderão ser buscadas e encontradas. A cooperação técnica tem-se mostrado eficiente instrumento, não apenas para aproximar os povos, sobretudo nossos irmãos, com quem comungamos imenso patrimônio histórico, cultural e étnico, mas também para promover

o desenvolvimento sustentado, que inclui crescimento econômico, bem-estar social e proteção ambiental.

O Brasil tem feito da cooperação entre países em desenvolvimento pedra angular de sua política de cooperação técnica no exterior. Apesar de nossos limitados recursos, temos buscado maximizar os meios disponíveis, humanos e materiais, em benefício de cada um e de todos os nossos parceiros. Estou seguro de que, a exemplo do que vemos todos hoje em Díli, que nossos esforços têm frutificado.

Gostaria, ainda nesta oportunidade, de tecer breves considerações sobre a importância de outros projetos de cooperação técnica prestada pelo Brasil e em execução atualmente em Timor Leste. São referências de caráter apenas geral, mas que não posso deixar de registrar nesta cerimônia. São eles:

- o projeto de Alfabetização Solidária em Timor Leste, que contou com um exitoso projeto piloto em Díli e pôde ser ampliado a todos os 13 distritos do país, contemplando 141 salas de aula e 3.550 alunos e que tem por objetivo a alfabetização de jovens e adultos utilizando a metodologia do exitoso Programa Alfabetização Solidária do Brasil;
- o projeto de Formação de Professores e Alunos com Recurso da Educação à Distância - Telecurso, que conta com

o apoio da Fundação Roberto Marinho e tem por objetivo a formação nos níveis fundamental e médio de jovens e adultos recém-alfabetizados, e que já apresentou significativos resultados tais como a implantação de 20 telessalas e o atendimento a mais de 450 alunos;

- o projeto Transferência de Técnicas Cafeeiras, assinado há poucos dias pelo Diretor-Geral da ABC, Embaixador Marco Cesar Meira Naslausky, e o Diretor Geral da Agricultura e Pesca, Senhor César José da Cruz, que visa a aumentar a produtividade da cultura cafeeira em Timor Leste.

Todos esses projetos, além dos que serão desenvolvidos bilateralmente e no âmbito da CPLP, revestem-se de ampliado conteúdo social e abrangem numerosas populações, com acesso democrático e igualitário. Representam, também, a confiança de meu Governo na consolidação e aprofundamento da cooperação técnica prestada pelo Brasil, com espírito de solidariedade e sem objetivos comerciais.

Ao Governo timorense desejo expressar a esperança do Governo brasileiro de que esse Centro possa representar um importante passo adicional para a aproximação crescente entre nossos povos e instrumento indispensável ao desenvolvimento deste já tão querido país.

Muito obrigado.



SEMINÁRIO “O BRASIL E AS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS”

DISCURSO DO SENHOR EMBAIXADOR OSMAR CHOIFI, MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO “O BRASIL E AS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS”. BELO HORIZONTE, 21 DE MAIO DE 2002

Senhoras e Senhores,

É com satisfação que participo desta sessão de encerramento do seminário “O Brasil e as negociações comerciais internacionais”.

Vivemos momento sem precedentes na História de nossa política exterior. A agenda internacional incorpora, de forma veloz e muitas vezes imprevisível, elementos de crescente complexidade, tanto no plano político, quanto no econômico. A sociedade brasileira, por sua vez, torna-se mais dinâmica e articulada a cada dia, e vários de seus segmentos demonstram o desejo legítimo de exercer influência mais direta sobre a ação externa do País. É nesse contexto de transformações múltiplas, no qual os eventos internos e externos se misturam de maneira inédita, que temos de formular e executar nossa política exterior. E o fazemos, sempre, em defesa do que acreditamos ser o “interesse nacional” – conceito que, embora algo desgastado pelo intuito meramente retórico com que tantas vezes foi utilizado, não pode jamais deixar de constituir o parâmetro principal de nossa atuação diplomática.

Permitam-me inicialmente apontar alguns traços distintivos do cenário internacional

contemporâneo. O processo de globalização, que pode ser considerado como a mais evidente marca desse cenário, não é recente. De acordo com algumas análises, remontaria ao século XVI, quando as grandes navegações teriam unido para sempre o “velho” e o “novo” mundos. Outras análises fazem-nos recuar menos no tempo para entender as origens do fenômeno. É o caso, por exemplo, do estudo intitulado “Globalização e desenvolvimento”, que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a CEPAL, publicou há poucas semanas, com vistas a pautar os interessantes debates de seu 29º Período de Sessões, que acaba de realizar-se em Brasília.

Nesse estudo, que parece seguir tendência da historiografia moderna, divide-se o processo de globalização em três fases. A primeira, que se prolongou de 1870 a 1913, foi marcada por grande mobilidade de capitais e de mão-de-obra, com fundamento mais na forte redução dos custos de transportes do que na promoção do livre comércio. Essa fase, interrompida pela Primeira Grande Guerra, deu lugar, conforme se sabe, a um período de mais de trinta anos de retração das forças globalizantes.

No momento imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, tem início a fase seguinte, com a retomada do processo de construção de um mundo interdependente. As relações internacionais, nessa fase, teriam sido caracterizadas pelo desenvolvimento de instituições internacionais de cooperação técnica, financeira e comercial e pela notável expansão do comércio de manufaturados entre países desenvolvidos, mas também por uma considerável limitação à mobilidade de capitais e de mão-de-obra.

A terceira fase do processo de integração global, que é aquela na qual ainda nos encontramos neste início de milênio, nasceu em meados da década de 70, a partir da revisão do modelo macroeconômico consagrado em Bretton Woods, da chamada “primeira crise do petróleo” e da crescente mobilidade de capitais privados decorrente desses acontecimentos. Na fase atual do processo de globalização, verificam-se movimentos tendentes à generalização – ainda que gradativa e imperfeita - da prática do livre comércio, à ação mais intensa das empresas transnacionais e à expansão dos fluxos financeiros.

Os elementos que caracterizam o atual contexto internacional representam, ao mesmo tempo, obstáculos e oportunidades para os atores do sistema como um todo e, em particular, para os países em desenvolvimento. Ao longo das últimas décadas, diversos países foram capazes, a partir de uma maior inserção na ordem global, e apesar das enormes assimetrias ainda existentes, de auferir vantagens do processo de descentralização das atividades produtivas e da mobilidade dos fluxos de capital.

Mas é preciso ir além. A inserção do mundo em desenvolvimento no cenário internacional não deve apenas aumentar; tem de sofrer também um salto qualitativo,

que permita, por exemplo, superar as perdas decorrentes da constante deterioração dos termos de troca. Sua participação no comércio não pode limitar-se a produtos primários ou manufaturados intensivos em trabalho. A qualidade da inserção de determinado país na economia internacional depende do crescimento de setores de elevada densidade tecnológica e maior valor agregado. Não deixa de ser preocupante que a América Latina, em suas exportações, participe de forma significativa com apenas 2 dos 20 produtos mais dinâmicos do comércio mundial, apesar de todos os progressos realizados nos últimos anos. As oportunidades existem, mas é preciso tomar as medidas necessárias ao seu aproveitamento, processo que depende não apenas de nossa capacidade de realizar reformas internas, mas também da existência de um ambiente internacional favorável.

Infelizmente, pelo menos desde os atentados de 11 de setembro, fatores de distintas naturezas parecem, em certo sentido, fortalecer os obstáculos em detrimento das oportunidades. Não há como negar que, nos últimos meses, as forças da incerteza têm predominado no cenário internacional. Fatos como o acirramento do conflito Israel/Palestina, a elevação do combate ao terrorismo a lugar de destaque nas agendas interna e externa dos países centrais e mesmo a crise argentina, aliados à desaceleração das maiores economias, têm tornado o mundo mais instável e imprevisível. Como consequência, podem-se apontar, de um lado, a diminuição, nem sempre justificada, da confiança dos investidores internacionais nos mercados emergentes e, de outro, a recrudescência de práticas comerciais protecionistas.

No que se refere à dimensão financeira do problema, são especialmente graves certas avaliações feitas sobre a situação político-

institucional e macroeconômica de países como o Brasil. Tais avaliações, não raro carentes de lastro na realidade, acabam por “fabricar” expectativas que, se não são suficientes para realmente abalar a credibilidade de nações estáveis como a nossa, tampouco facilitam a vida em tempos incertos como estes por que passa a comunidade internacional em seu conjunto. É importante que se busque, em momentos de crise, fortalecer a confiança nos mercados emergentes. Como afirmou o Chanceler Celso Lafer ao chefiar a Delegação brasileira à recente Conferência de Monterrey sobre Financiamento ao Desenvolvimento, é preciso, se queremos fazer frente aos desafios da globalização, celebrar um “pacto de crescimento” que envolva os países desenvolvidos, os em desenvolvimento e os de menor desenvolvimento relativo. Esse pacto teria de basear-se não apenas na lógica dos indicadores econômicos, mas, acima de tudo, na solidariedade e no apoio por parte do mundo mais desenvolvido.

Quanto à questão comercial, não há como ignorar que se assiste, hoje, a movimentos de caráter claramente protecionista. Em última análise, sacrificam eles a competitividade natural que inúmeros países em desenvolvimento lograram consolidar em setores específicos, em proveito de interesses localizados de sociedades desenvolvidas. Neste ponto, é inevitável que se faça referência à Lei Agrícola recentemente aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos e à aplicação de salvaguardas provisórias sobre produtos siderúrgicos por parte de alguns de nossos principais parceiros comerciais.

Dada essa conjuntura, as negociações comerciais de que o Brasil participa tornam-se ainda mais decisivas do que já seriam em circunstâncias internacionais favoráveis à expansão econômica e ao livre comércio. Não

podemos deixar passar a oportunidade, nas negociações em curso na OMC e na ALCA, bem como entre o MERCOSUL e a União Européia, de garantir um melhor acesso de nossos produtos aos principais mercados mundiais, aperfeiçoando a competitividade de nossa economia e gerando as riquezas de que necessitamos para crescer de forma equilibrada e socialmente justa.

Não me deterei na análise de cada um dos processos negociadores mencionados. Os expositores que me antecederam terão comentado, em detalhes, e com precisão, os interesses em jogo e as dificuldades neles existentes. Tecerei apenas considerações gerais sobre a rodada de negociações multilaterais lançada na última Conferência Ministerial da OMC, realizada em Doha, e sobre a *Trade Promotion Authority*, ou TPA, atualmente em tramitação no Congresso norte-americano.

Doha foi o início auspicioso de um complexo processo negociador, que acaba de começar em Genebra e que ainda demandará considerável tempo e esforço das partes envolvidas. A partir dos documentos aprovados na Conferência, poderemos obter ganhos sistêmicos e pontuais.

Do ponto de vista sistêmico, Doha permitiu, acima de tudo, o reforço do multilateralismo. Além disso, no plano propriamente comercial, o calendário aprovado para a nova rodada negociadora da OMC, prevista para estender-se até o início de 2005, permite estabelecer um paralelismo com o processo de construção da ALCA e, em certa medida, com as negociações do Acordo Mercosul-União Européia. Tal paralelismo cria espaço para que se “costurem” *trade offs* entre os diferentes foros e, portanto, torna mais provável a consecução de objetivos que, de outra maneira, poderiam ficar desatendidos.

No tocante aos ganhos pontuais, ressalto, em primeiro lugar, o potencial do mandato

agrícola, acordado em Doha, de atender aos anseios brasileiros numa área a que atribuímos inequívoca prioridade. A tarefa não será fácil. Todos conhecemos a sensibilidade do tema para vários de nossos principais parceiros comerciais. Na União Européia, por exemplo, quase 100 bilhões de euros são gastos, por ano, em políticas internas para agricultura, que distorcem o comércio. No caso dos Estados Unidos, não são nada desprezíveis para nossas exportações os efeitos que advirão da Lei Agrícola, a que já fiz alusão. Mas é encorajador que tenhamos conseguido inserir, na Declaração Ministerial de Doha, mandato para que se realize ampla negociação com o objetivo de a) avançar em matéria de acesso a mercados, b) reduzir – com vistas a eliminar progressivamente – todas as formas de subsídios à exportação e c) obter compromissos de diminuição das medidas de apoio doméstico distorcivas do comércio.

Outro ganho pontual decorrente de Doha, relaciona-se ao mandato para que sejam esclarecidas e aperfeiçoadas as regras multilaterais referentes a *antidumping*, subsídios e medidas compensatórias. Nesse contexto, o Brasil pretende que se criem constrangimentos capazes de coibir o uso abusivo e ilegítimo de mecanismos de defesa comercial.

Por fim, não poderia deixar de lembrar, entre as vitórias que obtivemos em Doha, a aprovação de declaração sobre TRIPS, a qual estabelece que o acordo sobre propriedade intelectual da OMC não impede, nem deve impedir, os membros da Organização de adotarem políticas para proteger a saúde pública.

Quanto à *Trade Promotion Authority*, à qual também gostaria de referir-me e que atualmente tramita no Congresso dos Estados Unidos, pode-se dizer que demonstra

o real engajamento norte-americano nas negociações em curso, o que é positivo. Ao mesmo tempo, contudo, seus termos põem a descoberto o que seriam os limites impostos às posições negociadoras dos Estados Unidos por segmentos politicamente influentes do setor produtivo daquele país. A lista de cerca de 300 produtos que, uma vez negociados pelo Executivo, ficariam sujeitos tanto a um complicado processo de consultas no Congresso, quanto a estudos de impacto da *International Trade Commission* e a parecer do USTR dá bem a medida desses limites. Igualmente, evidencia-os o fato de que, com a aprovação da chamada *Emenda Dayton-Craig*, se estabelece mecanismo que retira do alcance da TPA a negociação de regras que alterem a legislação norte-americana em matéria de salvaguardas, *antidumping* e direitos compensatórios.

O fato de a TPA expor as preocupações protecionistas do Congresso norte-americano não significa que já estejam definidos os resultados das negociações comerciais de que os Estados Unidos participam. Temos muito claro, no Brasil - e o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem ressaltado sempre esse aspecto - que a capacidade coletiva dos diversos parceiros de chegar a um acordo equilibrado constitui condição *sine qua non* para a conclusão bem-sucedida da rodada multilateral em Genebra e para a conformação, em nosso Hemisfério, da ALCA. Sem concessões recíprocas, que levem em conta os interesses maiores de nossas sociedades e fortaleçam o livre comércio, os processos negociadores não chegarão a bom termo.

Senhoras e Senhores,

Referi-me, no início de minha exposição, à noção de “interesse nacional”. Esse é o norte que devemos seguir em todos os esforços negociadores aqui debatidos. É

evidente que tanto a definição do interesse nacional em termos concretos, quanto nossa adequada preparação para defendê-lo são tarefas que, no contexto atual, têm caráter particularmente desafiador. Não obteremos êxito no desempenho dessas tarefas se não modernizarmos nossos instrumentos de governança e se não criarmos condições para que Governo e sociedade trabalhem lado a lado. Cumpre assim ao Itamaraty, que tem a responsabilidade primária pela condução daquelas negociações, não apenas revigorar permanentemente sua capacidade de renovação institucional, mas também tornar mais ágeis e abrangentes seus canais de comunicação com a sociedade civil e, muito especialmente, com o setor privado. A isso nos temos dedicado de forma concentrada e metódica.

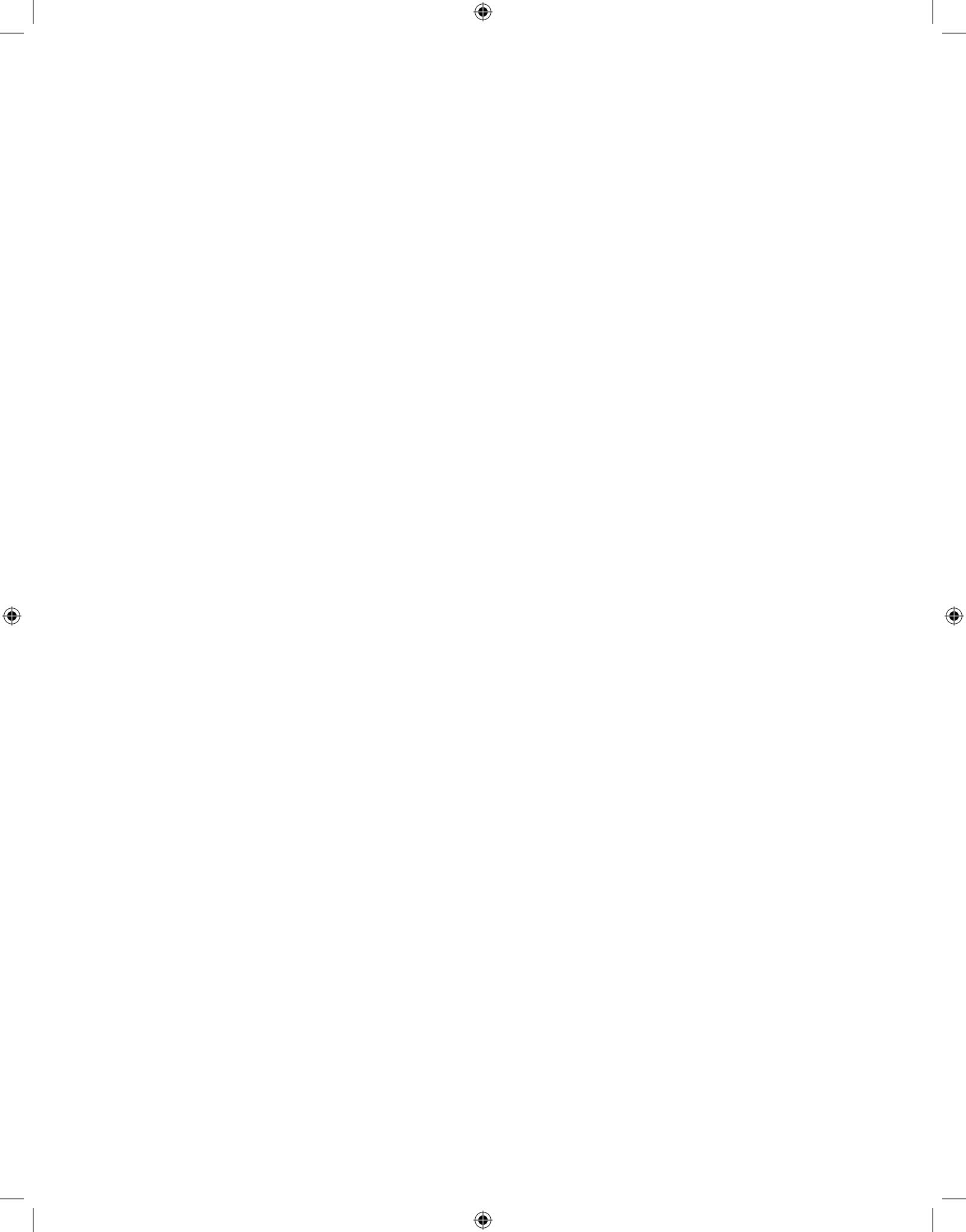
A área econômica do Ministério das Relações Exteriores foi integralmente reestruturada em função dos processos negociadores em que estamos envolvidos. Criaram-se unidades temáticas, que se ocupam, matricialmente, de cada uma das frentes de negociação, e unidades de coordenação, que buscam garantir a coesão e a coerência da participação brasileira em cada instância negociadora. Para atender às necessidades de pessoal dessas unidades, toda uma turma do Instituto Rio Branco, após curso preparatório em Brasília, cumpriu estágios em nossas Missões em Bruxelas e Genebra e foi designada para trabalhar na área econômica.

No plano do contato com toda a sociedade civil, foram instituídos o Grupo Interministerial de Trabalho sobre Comércio Internacional de Mercadorias e Serviços (GICI), a Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à ALCA (SENALCA) e a Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à Associação Interregional Mercosul-UE (SENEUROPA), que são foros em que se discutem nossas posições na Organização Mundial do Comércio, na Área de Livre Comércio das Américas e nas negociações do Acordo Mercosul-União Européia, respectivamente. Na última reunião do GICI, o Chanceler Celso Lafer anunciou a criação de subgrupos dedicados a temas específicos das diversas agendas negociadoras, os quais já estão sendo implementados.

Além das iniciativas do Itamaraty, são de suma relevância, em nosso contato com a comunidade empresarial, eventos como o que hoje está promovendo a Câmara Americana de Comércio de Belo Horizonte. Em tais ocasiões, temos a oportunidade de esclarecer pontos de vista e melhor compreender aspirações.

É pela prática do diálogo com vocês que fortalecemos nossa atuação externa; é pelo exercício da democracia que renovamos nossa legitimidade para agir em nome do País. Por isso vim participar, com satisfação e entusiasmo, deste produtivo seminário, que tenho agora a honra de encerrar.

Muito obrigado.



PALESTRA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NO JAPÃO

PALESTRA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NA KEIDANREN
“PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA E PERSPECTIVAS PARA
A PARCERIA BRASIL-JAPÃO”. TÓQUIO, 24 DE MAIO DE 2002

É uma honra ser recebido nesta Federação, reconhecida em todo o mundo como símbolo da capacidade produtiva japonesa.

O relacionamento Brasil-Japão tem nos investimentos e no comércio uma de suas principais vertentes. A Keidanren, por sua representatividade, visão de futuro e capacidade de mobilização, tem exercido, e certamente continuará a fazê-lo no futuro, papel de liderança na aproximação entre nossos países. Vemos nela um aliado natural no esforço para alcançar novo patamar no relacionamento bilateral. Sentimo-nos encorajados pelo trabalho desenvolvido com a Confederação Nacional da Indústria no Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão. O lançamento em São Paulo, em 2000, da “Aliança para o Século XXI” foi um exemplo e uma inspiração para aqueles que trabalham pelo fortalecimento da parceria entre os dois países.

Quero aproveitar esta ocasião para ressaltar alguns motivos pelos quais me parece que essa parceria corresponde não apenas às melhores tradições, mas também aos melhores interesses dos dois países.

A economia brasileira voltou-se, nos últimos anos, para novos modelos de produção e comércio, em consonância com as mudanças estruturais da economia mundial. O comércio brasileiro abriu-se para o mundo. Em 1988, a alíquota média do imposto de importação era de 51% e a tarifa mais elevada, de 105%. Naquele ano teve início o processo de liberalização comercial, que se acentuou a partir de 1990 com a eliminação de barreiras não tarifárias e com cortes profundos nos níveis tarifários. A tarifa média caiu para 14,3% e a mais alta, para 40% em 1994. Em termos de integração do Brasil na economia mundial, foi um divisor de águas. Se olharmos para nossa história econômica, pode-se compará-lo ao processo de substituição generalizada de importações, que adquiriu intensidade na década de 30.

A abertura comercial foi complementada, em 1994, com a estabilização macroeconômica. A partir do equilíbrio das contas do Governo, foi possível lançar a nova moeda, o “real”, com poder aquisitivo estável. Para dar uma idéia do que significou a vitória sobre a inflação crônica, recordo que a taxa média

de inflação mensal nos 10 anos anteriores a julho de 1994 foi de 22% ao mês. Nos oito anos decorridos desde o Plano Real, a média da inflação mensal foi de 0,8% e situa-se, hoje, em cerca de 0,4%, com tendência declinante. Com isto, tem sido possível reduzir a pobreza e promover a redistribuição de renda no país.

Alcançado o equilíbrio macroeconômico, o Governo deu início ao mais amplo processo de reformas e ajustamento estrutural da história brasileira. A estabilidade restaurou os instrumentos de gestão pública. O Brasil tem hoje, pela primeira vez em sua história, um orçamento digno desse nome. O fim dos monopólios estatais permitiu a retomada dos investimentos em infra-estrutura. A introdução da concorrência na oferta desses serviços possibilitou ganhos de eficiência econômica e ampliação do acesso. As reformas estruturais deram também transparência e solidez às contas públicas.

O sistema bancário foi reestruturado para operar com eficiência em um ambiente de baixa inflação. As dívidas dos estados e municípios foram reescaladas. A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal eliminou uma das maiores ameaças à solvência dos diversos níveis de Governo. O equilíbrio atuarial de longo prazo da previdência social foi assegurado. O controle da dívida pública é ainda mais notável por ter coincidido com o reconhecimento de dívidas e déficits que anteriormente não estavam registrados nas estatísticas oficiais. A meta de superávit primário de 3,5% do PIB, acordada com o FMI em 1999, tem sido cumprida, com folga, desde então.

É importante ressaltar, a par do rígido controle das contas públicas, o conjunto de políticas públicas executadas pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso,

em especial na saúde e na educação, e que constituem uma efetiva rede de proteção social. Foi possível, assim, praticamente universalizar o acesso à escola primária. Os indicadores mais importantes de saúde pública, como a taxa de mortalidade infantil, apresentaram progressos significativos nos últimos anos.

Após quase 10 anos de reformas, os efeitos podem ser vistos em todas as partes: nas finanças públicas, na produtividade do trabalho, em diversas medidas de competitividade das exportações. É isto que tem possibilitado à economia brasileira continuar a crescer, com estabilidade de preços, apesar de um cenário externo desfavorável.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer um comentário sobre o quadro político no Brasil. Todos sabem que estamos em um ano de eleições, em que serão escolhidos por 115 milhões de eleitores, não apenas o sucessor do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas também aqueles que governarão todos os 26 estados da Federação, os futuros integrantes das Assembleias estaduais, dois terços dos membros do Senado Federal e a totalidade dos integrantes da Câmara dos Deputados. Neste quadro, é importante assinalar que as reformas que propiciaram a estabilização econômica em meu país não foram apenas obra de um Governo – são o compromisso de toda a nação brasileira. Por conseguinte, o Presidente – seja ele quem for – e os demais atores da cena política brasileira receberão um legado de estabilidade que já está profundamente enraizado na sociedade brasileira e deverão, portanto, zelar pela estabilidade das regras do jogo, de forma a preservar as atuais credenciais do Brasil enquanto fator de estabilidade no continente sul-americano.

O que isto significa para a parceria Brasil-Japão? E o que significa para os empresários japoneses?

Significa, antes de mais nada, que o Brasil deste início de século XXI é muito diferente do país da “década perdida” dos anos 80.

O Brasil de hoje é um país com um relacionamento regular e maduro com a comunidade financeira internacional. É um país com endividamento externo equacionado, com acesso aos mercados de capitais, que tem feito emissões regulares de títulos soberanos e privados, inclusive no mercado japonês.

É um país que recuperou os instrumentos de condução da política macroeconômica e que tem colhido os frutos da estabilidade monetária. É um país que vem modernizando sua infra-estrutura. É um país que tem, graças ao controle do endividamento público e a uma política cambial flexível, condições de adaptar-se a choques externos.

O Brasil de hoje é um país politicamente consolidado. É um país que se redemocratizou e que amadureceu, inclusive através do processo de substituição, dentro da legalidade, do primeiro presidente eleito pelo voto direto em três décadas.

Este país política e economicamente estável ainda apresenta carências, mas também o potencial de crescimento de um país em desenvolvimento. É um país com um mercado interno em crescimento, que vem-se sofisticando progressivamente. É um país com capacidade de planejamento; que tem programas estratégicos de desenvolvimento, com modelo gerencial voltado para a obtenção de resultados concretos, medidos pelo seus efeitos na sociedade. Recordo aqui o “Avança Brasil”, o plano plurianual de planejamento de médio prazo das ações do

Governo Federal para o período 2000-2003. Em infra-estrutura, o Avança Brasil reúne projetos nas áreas de energia, transportes, comunicações e gerenciamento de recursos hídricos. Além de sua dimensão nacional, os projetos estão voltados para a integração com os países vizinhos. O conjunto de ações com vistas à integração física – que será objeto da Segunda Reunião de Presidentes da América do Sul em Guayaquil, no Equador, em julho próximo – complementa a negociação de acordos de livre comércio e aponta para a criação de um verdadeiro espaço econômico ampliado na América do Sul.

As empresas japonesas não podem ficar à margem desse processo. Existem oportunidades, seja na construção da infra-estrutura, seja na ampliação do comércio entre os países da América do Sul, seja na expansão dos vínculos entre a América do Sul e a Ásia.

Em 1995, as empresas japonesas detinham 6,3% do estoque de capitais estrangeiros no Brasil. O Japão ainda era o quarto principal investidor estrangeiro no Brasil. Em 2001, o Japão havia caído para a oitava posição, e o capital japonês não representava mais de 2,7% do investimento direto estrangeiro no Brasil.

No comércio, a situação é comparável. As exportações do Brasil para o Japão em 2001 foram 14% menores do que em 1993. No mesmo período, as exportações do Japão para o Brasil aumentaram em 60%. É um valor considerável, mas inferior ao aumento total das importações brasileiras, que foi de 120% nesse período.

É chegado o momento de reverter a perda de participação do Japão como investidor e como sócio comercial do Brasil. Para tanto, é preciso explorar plenamente o potencial

de nossas relações econômicas. Devemos ir além da complementaridade entre a indústria japonesa e os recursos naturais do Brasil. Precisamos explorar novas possibilidades de negócios na agricultura, na indústria e nos serviços. Devemos promover a integração de cadeias produtivas nos diversos segmentos. E não poderia deixar de recordar a importância de que o mercado japonês também se abra para nossas exportações, como o mercado brasileiro se abriu para o Japão nos últimos anos.

Contamos com o continuado apoio da Keidanren e da Confederação Nacional da Indústria. E para assegurar a sinergia entre os esforços do setor privado e as iniciativas do Governo, estamos criando, juntamente com o Gaimusho, um mecanismo de coordenação intergovernamental, que contará com a participação dos ministérios da área econômica, que realizará suas reuniões em paralelo aos encontros Keidanren-CNI.

Tracei aqui um breve panorama das modificações por que passou a economia brasileira nos últimos anos e que justificam, a meu ver, que os empresários japoneses lancem um novo olhar em direção ao Brasil. Espero ter aguçado o seu apetite.

Muito obrigado.

SEMINÁRIO PROMOVIDO PELO IPRI E PELA FUNAG - “CPLP: OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS”

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, NO SEMINÁRIO PROMOVIDO PELO IPRI E PELA FUNAG
“CPLP: OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS”. BRASÍLIA, 28 DE MAIO DE 2002

Gostaria de dar as boas vindas a todos e felicitar o Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) pela oportuna iniciativa de organizar este Seminário. Ao Ministro Pedro Motta, Diretor-Geral do Departamento de África e Oriente Próximo (DAOP), que se ocupa, no Ministério, da dimensão política e estratégica da CPLP; ao Ministro Luiz Fernando Ligiéro, Diretor-Geral do Departamento Cultural, em cujo âmbito se trabalha a importante questão da lusofonia; e à Doutora Dulce Pereira, que exerce, no seu dia a dia, a difícil tarefa de comandar a Secretaria Executiva da CPLP, estendo igualmente meus melhores cumprimentos.

Estamos muito satisfeitos em poder realizar, aqui no Palácio do Itamaraty, esta reflexão sobre um tema de tão grande relevo na agenda externa do Brasil como O Papel da Comunidade dos Países de Língua e Expressão Portuguesa em nossa Visão do Mundo e Inserção Internacional. Não poderia, contudo, dar início a esta minha intervenção sem antes fazer uma homenagem a meu querido amigo José Aparecido de Oliveira, mobilizador da concepção da CPLP e incansável campeão de suas muitas iniciativas e desdobramentos.

Tenho a convicção de que é útil, para fins analíticos, distinguir três grandes campos das relações internacionais: (a) o campo estratégico-militar, que incorpora o tradicional tema da paz e da guerra, como situação-limite da vida internacional; (b) o campo econômico, com todos os seus desdobramentos do ponto de vista dos interesses de um país em relação a outros países e outros agrupamentos; e, finalmente, (c) o campo dos valores, que diz respeito às afinidades ou discrepâncias quanto às concepções do mundo e da vida.

Este último, o campo dos valores, tem uma dimensão importante no plano qualitativo, pois, ao abranger as idéias e conceitos que fundamentam o “estar no mundo” dos diversos atores da vida internacional, acabam repercutindo, de forma importante, seja no campo econômico, seja no campo estratégico-militar.

Neste Seminário, em virtude dos temas tratados e da qualidade de seus participantes, podemos constatar a interação dessas múltiplas vertentes. Temos aqui, por um lado, o debate sobre a vertente da cooperação político-diplomática, com suas parcerias e convergências, impulsionadas não somente pelas instâncias oficiais, mas também pela

participação ativa da sociedade civil de cada um dos nossos países. Vejo, por outro lado, a contribuição relevante a respeito da vertente da cooperação sócio-econômica, que tanto potencial tem no âmbito de nossa Comunidade. Finalmente, como uma terceira vertente, dentro da qual as outras duas se encontram e potencializam, ressalto o significado profundo da promoção da língua portuguesa, que nos une enquanto código comum, por meio do qual lemos o mundo e o interpretamos.

A idéia de promover este Seminário é múltipla. Uma de suas facetas diz respeito à Reunião de Cúpula marcada para Brasília, que seguramente se beneficiará destas reflexões. Creio que a experiência acumulada, tanto pelos Governos da CPLP - representados aqui, alguns deles, pelas figuras de seus embaixadores - quanto pelos inúmeros representantes da sociedade civil dos países de língua portuguesa, constitui ingrediente indispensável para nossa reflexão.

Acabo de voltar do Timor Leste, de cujas cerimônias de independência tive a oportunidade de participar. Lá, atuei como representante do Presidente Fernando Henrique Cardoso na Reunião Extraordinária da CPLP, durante a qual se tratou do pedido de ingresso do Timor Leste em nossa Comunidade, a ser formalmente resolvido e equacionado na reunião de Brasília. Nessa oportunidade, pude, mais uma vez, constatar a importância de que se reveste a CPLP no trato de temas da agenda internacional de especial relevância para nosso conjunto de países.

Experiência semelhante já me havia ocorrido em Genebra, na época em que atuava como embaixador brasileiro junto aos organismos da ONU lá sediados. Na Comissão de Direitos Humanos, em diversas ocasiões, tive a oportunidade de votar em conjunto

com os demais representantes dos países da CPLP sobre os temas do Timor Leste. Esta concertação foi extremamente útil, porque encaminhou propostas que, algum tempo mais tarde, iriam permitir a solução que agora celebramos com a independência desta nação irmã.

Tais experiências alertam-me para o vasto horizonte de cooperação que a CPLP poderá explorar no processo de reconstrução nacional com que se defronta o Timor Leste. Este processo passará, necessariamente, por iniciativas na área da educação, da cooperação técnica, da capacitação profissional e administrativa, da alfabetização de adultos e de diversos outros aspectos interdependentes, em que o apoio da CPLP será decisivo para o Timor Leste erguer-se como nação.

Em outras palavras, gostaria de reiterar, em nome do Governo brasileiro, o forte compromisso do nosso país com os propósitos da Comunidade dos Países de Língua e Expressão Portuguesa. Hoje, vale destacar, os membros da CPLP são os principais beneficiários, em termos de recursos, da cooperação brasileira com países amigos. Nossos recursos nesse campo, quando comparados aos de nações mais afluentes, são limitados; justamente por isso, precisamos fazer escolhas. A prioridade que conferimos à CPLP é uma diretriz estabelecida pelo próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso e, não por acaso, se manifesta numa dimensão em que cultura, afinidades, economia e política se somam. Desde a formação de estudantes até a transferência de tecnologias agrícolas e industriais, buscamos ampliar ao máximo essa cooperação, de modo a consolidar e reforçar os laços que nos unem àqueles países com os quais dividimos uma história e uma tradição comuns.

Eventos como este Seminário são exemplo do nosso empenho e contribuem para, uma vez mais, demonstrar como a CPLP é uma orientação estratégica da política externa brasileira em sua dimensão mais universal e positiva.

Ninguém constrói uma política internacional sem parcerias. E as parcerias, como as que estamos construindo na CPLP, demonstram nossa vocação, enquanto país, para a promoção dos ideais do desenvolvimento, do avanço da democracia e da garantia da paz.

Somos, na CPLP, oito países que superaram a guerra; somos uma Comunidade de paz. E a paz, para usar uma frase do Presidente Tancredo Neves: “É uma esquivada conquista da razão política”. Trabalhar para que esta esquivada conquista da razão política se mantenha na boa trilha, é um dos nossos desafios.

O caso do Timor Leste é um exemplo admirável de uma solução onde o direito, a diplomacia e a persistência na aplicação de valores voltados para a construção da paz permitiram um positivo encaminhamento. Do mesmo modo, temos a segurança de que outras experiências, baseadas nestes mesmos princípios, estão sendo encaminhadas entre os países membros da CPLP e irão provar-se igualmente benéficas.

O Brasil é um país que tem, na paz, o valor ordenador dos demais valores da vida internacional, e nela vê o elemento básico para a promoção de nosso maior objetivo, o desenvolvimento. Esse binômio paz e desenvolvimento constitui o tema fundamental da política externa brasileira. É preciso que haja paz para haver desenvolvimento. E, em contrapartida, somente um desenvolvimento sustentado, capaz de eliminar a exclusão pode garantir a paz. Reside, portanto, na permanente manutenção da paz como valor ordenador e do desenvolvimento como meta-síntese, a efetiva garantia de uma organização mundial mais compatível com nossas aspirações e desejos.

É nesse espírito, e com esta visão das coisas, que gostaria de encerrar minhas considerações. Cumprimento todos aqueles que puderam participar deste Seminário e contribuir para as reflexões que nos irão auxiliar na condução das políticas públicas da CPLP.

Eu - que sou professor universitário e acredito no papel do debate - vejo em seminários desta qualidade insumos indispensáveis, que injetam vitalidade na atuação diplomática, alimentando-as com o vigor do confronto de idéias e a lucidez do diálogo.

Muito obrigado.



XXXII ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA

PALAVRAS DE SUA EXCELÊNCIA O SENHOR EMBAIXADOR OSMAR VLADIMIR CHOIFI, SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CHEFE DA DELEGAÇÃO DO BRASIL À XXXII ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA - DIÁLOGO DOS CHEFES DE DELEGAÇÃO - TEMA 2: SEGUIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CARTA DEMOCRÁTICA INTERAMERICANA. BRIDGETOWN, 3 DE JUNHO DE 2002

Ao longo de toda a sua história, a OEA tem mantido alto grau de compromisso com os ideais da democracia. O artigo segundo da Carta da Organização estabelece como um de seus propósitos essenciais a promoção e a defesa da democracia. Somos hoje uma comunidade de 34 países democráticos. A democracia é, contudo, um processo permanente, um longo caminho de aperfeiçoamento, pelo qual evoluímos. Não está isenta de crises e impasses.

Em seminário realizado no ano passado na sede da Organização, o Professor Alain Tourraine afirmou que a democracia possui todo tipo de adversário, desde as ameaças de golpes de estado até a falta de confiança de setores da população nas instituições e nos políticos. Não obstante haver descontentamentos com certas carências da democracia no hemisfério, isso não significa que a população esteja disposta a substituí-la. O que existe, na verdade, é que nos últimos vinte anos as nações americanas cada vez mais identificam boa governabilidade a democracia, e a maioria dos países de nosso

hemisfério enfrenta um déficit social de séculos e não conta com um Estado capaz de intervir para eliminá-lo.

Uma democracia bem-sucedida e estável deve ainda ser capaz de inspirar as normas que regem as relações econômicas e comerciais entre os Estados. Há muita verdade na máxima “enriqueça seu vizinho” (*enrichen thy neighbour*), posto que somente a prosperidade compartilhada é capaz de fomentar uma interação verdadeiramente democrática entre os povos. Consciente dessa importante questão, o Brasil tem insistido, em foros regionais e internacionais, que as regras que governam as relações entre os Estados, o comércio mundial e o funcionamento dos organismos multilaterais ofereçam aos países em desenvolvimento condições favoráveis à superação da miséria e da exclusão social. É assim que entendemos a globalização.

A consolidação da democracia exige mais avanços, no entanto. Exige que se eduque a cidadania em valores democráticos, que se lhe aumente o acesso às informações e se lhe proporcione maior capacidade de participação

na vida pública e no processo decisório. O diálogo e a reflexão são armas de defesa da democracia e, como tais, não podem jamais ser abandonados. Cada um de nossos países deve manter-se aberto ao diálogo, defendendo sem restrições o livre fluxo das informações e do pensamento. Deve estar preparado para exercer uma soberania ao mesmo tempo plena, transitiva e firme na preservação dos interesses nacionais. Deve combinar a defesa da soberania e da democracia, de modo a colocar-se em sintonia com a evolução dos valores compartilhados por uma parcela cada vez mais numerosa da sociedade das nações.

Emanada das decisões da Cúpula de Québec, a Carta Democrática Interamericana, que foi adotada em Lima nas circunstâncias dramáticas do dia 11 de setembro, preserva e reafirma o compromisso dos países americanos com o fortalecimento das instituições democráticas, ao mesmo tempo em que agrega valor à OEA. Inspirados nos ideais reiterados em nosso hemisfério há quase um século, e conscientes dos constantes desafios que nos espreitam ainda nos dias de hoje, adotamos um instrumento atual e vigoroso, que responde ao desejo coletivo de contar com um sistema fundamentado na segurança política e jurídica. A cláusula democrática contida na Carta representa um desenvolvimento progressivo dos princípios ordenadores da democracia representativa adotados pelos países do hemisfério, conciliando tradição e renovação.

O Brasil apoiou com entusiasmo a idéia de uma Carta Democrática Interamericana, e participou construtivamente de sua elaboração. Queríamos um documento que consolidasse as normas de promoção e defesa da democracia já existentes, incorporando ao mesmo tempo mecanismos que nos

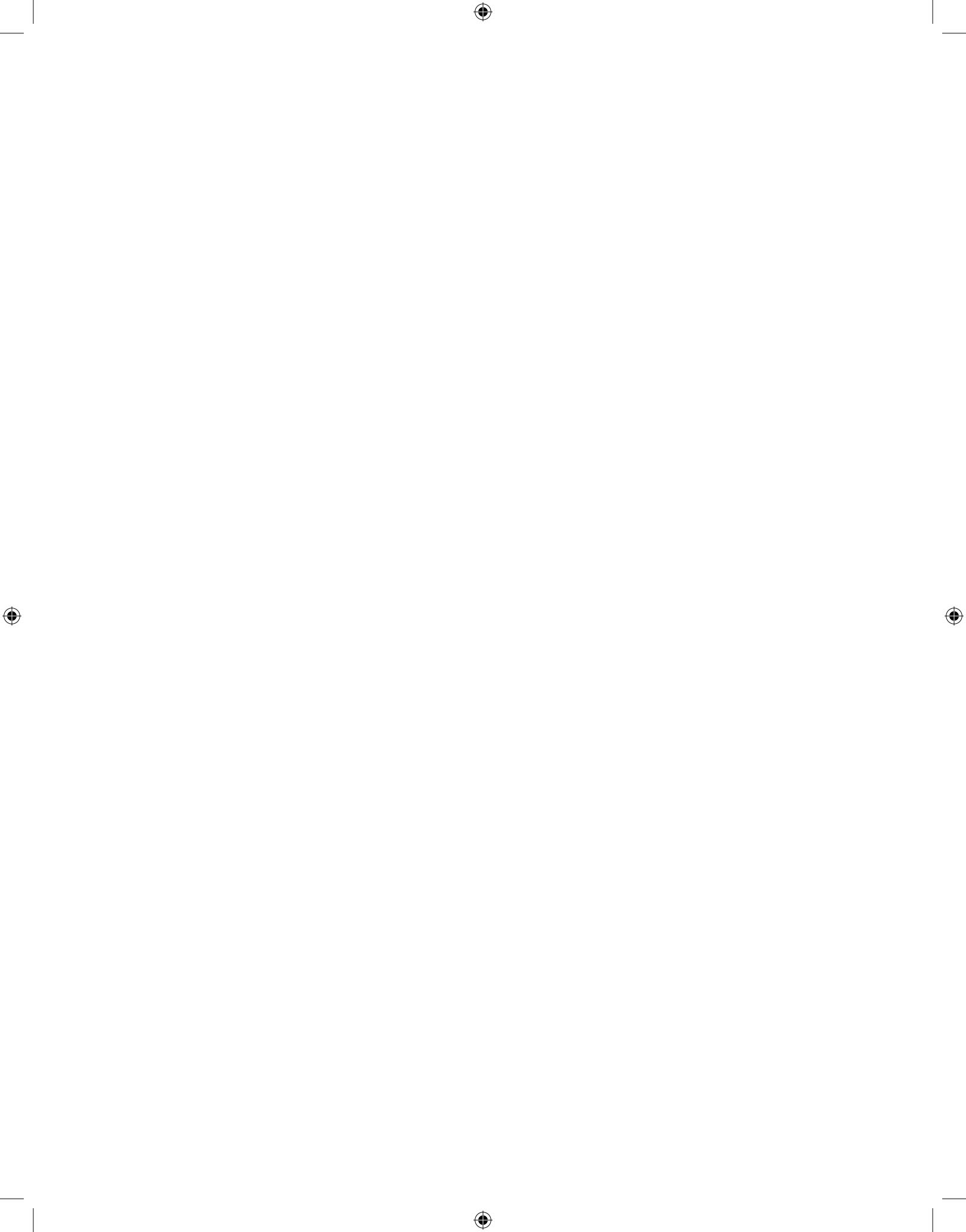
permitissem enfrentar uma gama mais ampla de ameaças à institucionalidade democrática.

Ainda no âmbito dos esforços em apoio à Carta Democrática, na fase de elaboração do texto a Chancelaria brasileira promoveu ampla consulta à sociedade brasileira. Fizemos desse modo intensa divulgação do projeto junto a entidades acadêmicas e organizações não-governamentais. Após a assinatura do documento, lançamos um concurso de monografias sobre a Promoção e a Defesa da Democracia no Hemisfério, aberto a estudantes universitários e pesquisadores. Como resultado desses esforços e dos contatos com os diferentes setores internos, temos podido verificar que os anseios da sociedade brasileira apontam para mais democracia e participação política, processos decisórios mais abertos e transparentes, mais desenvolvimento, mais justiça social e respeito aos direitos humanos, tanto no plano interno como internacional.

Recentemente pusemos à prova pela primeira vez—e com êxito—a Carta Democrática Interamericana, numa manifestação inequívoca de apego à democracia e aos princípios da solidariedade hemisférica. Os povos americanos, já institucionalmente maduros, enviamos clara mensagem de repúdio à ruptura do estado de direito pela força na Venezuela. Reiteramos a convicção de que o único caminho a ser seguido é o da conciliação, da reflexão e do desarmamento dos espíritos. O Brasil acredita ainda que esta Organização está apta a desempenhar funções no processo de diálogo entre as diferentes forças políticas venezuelanas, nos termos da resolução que adotamos por ocasião da Vigésima Nona Assembléia Geral Extraordinária, a qual oferece o apoio da OEA que o Governo da Venezuela requeira.

Sempre respeitando as normas do Direito Internacional, a política externa brasileira defende externamente os mesmos valores e objetivos perseguidos no âmbito nacional. Prezamos a liberdade e as instituições democráticas, concebendo a democracia como um processo de crescente parceria entre o governo e a sociedade civil, guiado pelo objetivo último da justiça social.

Assim como desejamos um futuro mais estável, mais próspero e mais integrado para nosso país, queremos que venha ele a ocorrer nos demais países do hemisfério e, para atingir esse futuro almejado, nos propomos a seguir trabalhando em prol da democracia nas Américas.



XXXII ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA

PALAVRAS DE SUA EXCELÊNCIA O SENHOR EMBAIXADOR OSMAR VLADIMIR CHOHI, SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CHEFE DA DELEGAÇÃO DO BRASIL À XXXII ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA - DIÁLOGO DOS CHEFES DE DELEGAÇÃO - TEMA 3: A OEA, A DEMOCRACIA E O COMÉRCIO. BRIDGETOWN, 3 DE JUNHO DE 2002

Senhora Presidenta,

Nos últimos anos temos acompanhado com grande satisfação o processo de fortalecimento da Organização dos Estados Americanos como principal órgão político de nosso Hemisfério. É, pois, com naturalidade que participamos do debate que hoje mantemos nesta Assembléia Geral envolvendo dois temas da maior relevância na agenda internacional – democracia e comércio – promovido por nossa Organização.

Já tive a oportunidade, esta manhã, de referir-me amplamente, durante este Diálogo dos Chefes de Delegação, à questão da democracia. Quero, portanto, neste momento concentrar minhas observações no tema do comércio.

No mundo atual, países democráticos tendem a ter economias mais abertas. Isso pode ser constatado no nosso Hemisfério nas últimas décadas. Parece claro que a participação crescente do cidadão na vida pública acarreta condições de consumo mais satisfatórias, que em muitos casos podem ser resultado da abertura comercial. No

entanto, é preciso ter presente que o cidadão, antes de ser um consumidor, é sobretudo um sujeito de direitos, foco central das ações governamentais.

O Brasil entende que a agenda hemisférica deve atribuir prioridade à redução das desigualdades e à inclusão social. Atualmente, 45 por cento da população da América Latina e do Caribe vive abaixo da linha da pobreza. O futuro de nossas democracias não depende unicamente do fortalecimento de suas instituições. É também necessário criar um ambiente econômico e comercial mais favorável e previsível, resistente às tendências unilaterais, que se opõem à visão democrática da ordem mundial.

Para dinamizar o comércio nas Américas, é necessário impulsionar todos os níveis de negociação comercial: o bilateral, o sub-regional, o regional e o multilateral. Acordos bilaterais devem ser privilegiados, sobretudo quando complementam aspectos não contemplados em atos internacionais mais abrangentes. No que diz respeito ao plano sub-regional, o Mercosul, prioridade

da diplomacia brasileira, é claro exemplo de uma iniciativa comercial que se consolidou no processo de democratização política da região e promoveu ampla aproximação e cooperação entre seus sócios.

Os Chefes de Estado e de Governo das Américas, no marco das reuniões de cúpula, propuseram a criação da Área de Livre Comércio das Américas. Para o Brasil, as negociações da ALCA sempre estiveram inseridas no contexto mais amplo da promoção do livre comércio e do maior acesso de produtos a mercados internacionais, apoiando o processo de desenvolvimento dos países da região. A ALCA deve complementar as negociações multilaterais empreendidas no âmbito da OMC, os esforços de consolidação e aprofundamento do Mercosul e as negociações entre o Mercosul e a União Européia.

O Brasil tem atuado de forma intensa e constante nas negociações da ALCA. O governo brasileiro, ao lado dos parceiros do MERCOSUL, tem participado e apresentado propostas em todas as instâncias negociadoras do processo ALCA. O setor produtivo brasileiro está ciente dos desafios e oportunidades que surgirão com a ALCA e vem se preparando para participar plenamente desse enorme mercado que unirá as Américas do Alasca à Terra do Fogo.

Creemos que chegou o momento de a comunidade interamericana pronunciar-se inequivocamente a favor do livre comércio, livre de subsídios e práticas desleais. A Área de Livre Comércio das Américas deve constituir um compromisso único (single undertaking), com um único conjunto de regras para todos os participantes. Prazos mais flexíveis, entretanto, poderão ser concedidos a países com menor grau de desenvolvimento, entre estes as pequenas economias. Nas palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, “Esperamos que se inicie um processo que assegure um livre comércio de mão dupla, com ganhos generalizados e equânimes, revertendo o atual estado das coisas, onde o protecionismo de alguns, sobretudo na área agrícola, continua a prevalecer sobre o interesse de muitos”.

A ALCA será bem-vinda se sua criação for um passo para dar acesso a mercados mais dinâmicos; se efetivamente criar regras compartilhadas que corrijam assimetrias; se evitar a distorção protecionista; e se, ao proteger a propriedade intelectual, promover, ao mesmo tempo, a capacidade tecnológica de nossos povos. Se soubermos constituí-la com esses objetivos em mente, a ALCA poderá representar um avanço na promoção do desenvolvimento e da justiça social.

XXXII ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA

PALAVRAS DE SUA EXCELÊNCIA O SENHOR EMBAIXADOR OSMAR VLADIMIR CHOHFI, SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CHEFE DA DELEGAÇÃO DO BRASIL À XXXII ASSEMBLÉIA GERAL DA OEA - DIÁLOGO DOS CHEFES DE DELEGAÇÃO - TEMA 1: ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL À SEGURANÇA HEMISFÉRICA. BRIDGETOWN, 3 DE JUNHO DE 2002

Senhora Presidenta da Assembléia Geral,

Ao agradecer ao Governo e ao povo barbadianos a acolhida que nos proporcionam, gostaria de manifestar nossa satisfação pela escolha deste tema de debate. Nesse sentido, manifesto o nosso apreço pela importante contribuição que o documento de trabalho apresentado pela Delegação de Barbados traz às nossas discussões. O Governo brasileiro tem em inúmeras oportunidades ressaltado a necessidade de que sejam levadas em conta, no processo de identificação de novos parâmetros de segurança hemisférica, as diferenças e especificidades regionais.

Nesse contexto, o Brasil tem sido sensível às preocupações de segurança dos pequenos Estados insulares, sujeitos a um conjunto próprio de vulnerabilidades. Questões como o narcotráfico, HIV/AIDS, lavagem de dinheiro, comércio ilegal de armas de fogo, mudanças climáticas, desastres naturais e terrorismo constituem ameaças à maioria dos Estados membros, mas é forçoso reconhecer que no caso dos pequenos países insulares podem representar perigo à própria sobrevivência como Estado-nação.

Por esse motivo, o Brasil dispõe-se a discutir fórmulas pelas quais a Conferência Especial sobre Segurança, que a Comissão de Segurança Hemisférica da OEA se empenha em preparar, aborde de maneira apropriada as diferenças de cunho estratégico existentes entre as Américas do Sul, Central e do Norte, bem como as preocupações específicas e legítimas de segurança dos Estados insulares.

Senhora Presidenta,

Inseridos em um cenário internacional em rápida evolução, países que compartilhem um mesmo conjunto de valores e objetivos têm muito a ganhar com o intercâmbio de opiniões e experiências que contribuam para o delineamento de novos conceitos e novas perspectivas.

Esta Organização está discutindo a atualização de sua agenda de segurança de modo a desenvolver enfoques comuns e a identificar formas de revitalizar os acordos e mecanismos do Sistema Interamericano relacionados com os distintos aspectos da segurança hemisférica.

Nessas deliberações, nossos governos parecem coincidir no sentido de que os principais problemas que enfrentam os Estados

americanos neste início de século não provêm fundamentalmente de possíveis ameaças militares externas, e sim de um conjunto inédito de desafios, chamados por isso mesmo de “novas ameaças”, que abrangem desde o crime organizado transnacional - em particular o narcotráfico - até o terrorismo, passando pelo contrabando de armas, a corrupção, a lavagem de dinheiro e as vulnerabilidades inerentes ao processo de globalização, entre outros.

Observa-se, portanto, a transferência de prioridades que antes se situavam no campo da defesa, esta referida às missões clássicas das forças armadas, para o terreno mais amplo e difuso da segurança.

A presença crescente de ameaças transnacionais de natureza não militar demanda, cada vez mais, a ação coordenada e além-fronteiras das polícias, de diversos órgãos e agências governamentais, bem como de mecanismos interestatais de cooperação.

Vale lembrar, contudo, que no cenário estratégico atual a cooperação em matéria de defesa e o intercâmbio entre as forças armadas dos países do continente continua a merecer atenção.

Segundo esta abordagem “multidimensional”, a adoção de políticas de defesa, bem como a modernização das estruturas militares revestem-se de particular importância, pois o fato de o quadro de ameaças ter-se tomado mais complexo e difuso não significa que os países devam renunciar à sua capacidade legítima de autodefesa. Direito esse, aliás, assegurado pelas próprias Cartas da ONU e da OEA.

O Brasil tem atuado no sentido de aproximar países, reduzir tensões e consolidar um clima positivo, propício ao desenvolvimento econômico e social. A adoção da Política de Defesa Nacional, em 1996, e a criação do Ministério da Defesa, em 1999, possibilitaram

ao País reforçar seus canais de diálogo com as nações americanas nos planos bilateral, subregional, sul-americano e hemisférico.

País amante da paz, defensor das normas do direito internacional e há mais de 100 anos sem se envolver em qualquer tipo de conflito armado com seus vizinhos, o Brasil tem demonstrado de forma transparente e clara sua intenção de construir, por meio da cooperação e do reforço da integração regional, um espaço de paz na América do Sul, possibilitando assim aos países da região concentrar esforços no desenvolvimento econômico e social.

No plano bilateral, o Brasil constituiu Grupos de Trabalho Bilaterais de Defesa com vários vizinhos do continente.

No nível sub-regional, tem favorecido a adoção de vários instrumentos para o reforço da segurança como, por exemplo, a Declaração Política do Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz, ou o Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional do Mercosul.

No âmbito sul-americano, tem dado seguimento às decisões referentes à integração física do continente, tomadas pela histórica Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília no ano 2000.

Finalmente, no plano hemisférico, tem tido presença ativa nas Reuniões de Ministros de Defesa das Américas, a última das quais realizou-se na cidade brasileira de Manaus, além de estar profundamente empenhado em dar sua parcela de contribuição à discussão, no âmbito da OEA, de novos conceitos e diretrizes que orientem o pensamento estratégico dos países do Hemisfério nesse início de século.

Acreditamos, contudo, ser difícil a convergência em tomo de uma concepção única e abrangente de segurança, plenamente aplicável às três massas continentais das Américas e ao Caribe.

A América do Sul, continente no qual se insere geograficamente o Brasil, possui identidade estratégica própria. Distante dos principais eixos de tensão mundial, livre de armas nucleares e com baixos índices de despesas militares, os países sul-americanos conduzem um bem sucedido processo de integração regional, impulsionado pelo Mercosul e pela Comunidade Andina. A circunstância geográfica de uma mesma vizinhança imediata leva-nos a trabalhar em tomo de uma agenda comum de temas, oportunidades e preocupações.

A democracia, a integração regional, nossa crescente comunhão de valores contribuem para que a América do Sul também se consolide como uma zona de paz, onde a cooperação e a busca conjunta da estabilidade e da prosperidade levaram à superação definitiva das rivalidades do passado, criando uma teia irreversível de interesses e oportunidades.

Com todo o hemisfério mantemos posições convergentes em tomo dos grandes temas da agenda internacional, tais como, entre outros, a promoção e defesa da democracia, o respeito pelos direitos humanos, a proteção do meio ambiente, a superação da pobreza, o combate ao crime organizado e a não-proliferação de armas de destruição em massa.

Iniciativas subregionais e regionais não devem ser interpretadas como entraves à construção de uma perspectiva hemisférica de segurança. Ao contrário, constituem etapas importantes de reforço e complementaridade para arranjos de alcance hemisférico, pois facilitam, por meio de *building blocks*, a identificação e a inclusão, no contexto geral, daqueles aspectos que podem ter aplicação comum.

Após os atentados de 11 de setembro, a comunidade interamericana reagiu com admirável convergência em suas manifestações

de apoio ao povo e ao Governo dos Estados Unidos, ao expressar sua condenação aos atentados e disposição de agir coletivamente para combater o terrorismo.

Com amplo respaldo dos demais Estados-partes, o Brasil tomou a iniciativa de invocar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca porque a excepcional gravidade dos ataques e a discussão de seus desdobramentos justificaram o recurso ao mecanismo hemisférico de segurança coletiva vigente.

Nesse contexto, o TIAR mostrou-se ainda válido como marco jurídico hemisférico para a discussão franca, a definição de linhas de ação comuns e a expressão da solidariedade diante de agressões, e como tal deve ser preservado. A ele poderão somar-se avanços e atualizações que os Estados venham a julgar adequados, a fim de atender às demandas de segurança dos novos tempos.

Uma lição a extrair da tragédia de 11 de setembro é a de que a luta contra as redes delituosas tem de fazer-se também por meio de redes que nos unam a todos. A infraestrutura institucional e jurídica básica existe: esta Organização, as Nações Unidas, todo o conjunto de organismos, normas, regimes e articulações multilaterais, globais e regionais, bem como todos os acordos e múltiplos canais bilaterais entre os países.

Trata-se agora de nos valermos dessas redes com maior eficácia e sentido de prioridade. Hoje alcançamos inegável progresso na construção dessa infra-estrutura básica, ao assinarmos a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, instrumento que entendemos terá fundamental importância para os esforços comuns de prevenir e erradicar o terrorismo.

Ao lado do terrorismo, o narcotráfico é outro mal que afeta o mundo contemporâneo e que precisa ser combatido com determinação. Suas ramificações internacionais levam ao

desenvolvimento de uma cultura de violência e subversão que contamina o tecido social e ameaça as instituições nacionais. No âmbito da OEA, consolidou-se o princípio de que a cooperação internacional nesse campo deve se reger pela responsabilidade compartilhada entre países produtores, países de trânsito e países consumidores, segundo uma estratégia que confira igual ênfase ao controle da oferta, à redução da demanda e ao tratamento de dependentes.

A importância que atribuímos ao desenvolvimento econômico e social de nossos povos têm determinado as prioridades de investimento dos Governos da região, levando a que os gastos na área de defesa dos países latino-americanos se situem entre os mais reduzidos do mundo.

O Brasil considera inconvenientes, nesse quadro, quaisquer iniciativas que possam fazer pensar que exista hoje na América do Sul, ou na América Latina de uma maneira geral, o risco de uma corrida armamentista. Medidas no âmbito hemisférico com vistas à contenção de gastos militares devem ser motivo de consideração cuidadosa, pois o cenário estratégico atual não permite aos países simplesmente abrirem mão de uma capacidade defensiva que, no caso latino-americano, já é mínima.

Senhora Presidenta,

É fundamental que as ameaças à segurança sejam enfrentadas assegurando-se respeito pleno aos valores compartilhados que estão na base do sistema interamericano: democracia, diversidade, tolerância, direitos humanos, repúdio ao racismo e à xenofobia, respeito às liberdades individuais e ao valor intrínseco da vida humana. Sem isso, nossa luta perderá legitimidade. Não há melhor antídoto para a violência do que a democracia.

Ao lado da preservação dos ideais democráticos, temos ainda de seguir enfrentando os problemas sociais que, em muitos casos, geram ambientes favoráveis ao surgimento e operação das redes de crime: pobreza, desigualdade, degradação urbana, desesperança, debilidade dos serviços públicos e carência de recursos para políticas sociais e para a contenção das ameaças à segurança pública. Tais circunstâncias podem comprometer a própria coesão social e ameaçar as instituições, com reflexos na capacidade dos países de concentrar esforços no desenvolvimento. A objetivo do desenvolvimento integral, consagrado na Carta da OEA, deve estar sempre presente, pois os riscos políticos contaminam as dimensões da economia e da segurança. A solidariedade econômica é um dos instrumentos indispensáveis à redução dos riscos políticos e, também, um inibidor da proliferação de redes criminosas.

Como assinalou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em discurso que pronunciou em outubro último, os temas ligados à segurança e, à defesa, ainda que importantes, “não devem e não precisam acarretar uma perda de espaço para os temas vinculados à cooperação no âmbito econômico-social, aos desafios colocados pela defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, e aos problemas do comércio, das finanças e das tecnologias”.

Os povos da América falam a mesma linguagem, a linguagem da democracia, do desenvolvimento, do direito. É, portanto, utilizando esse idioma comum que devemos enfrentar, unidos, as novas ameaças à defesa e à segurança de nosso continente.

Muito obrigado

ALMOÇO EM HOMENAGEM AO CHANCELER DO PERU

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NO ALMOÇO EM HOMENAGEM AO CHANCELER DO PERU. BRASÍLIA, 7 DE JUNHO DE 2002

Excelentíssimo Senhor
Doutor Diego García-Sayán,

Ministro das Relações Exteriores do Peru,

É com particular satisfação que o Governo brasileiro recebe Vossa Excelência e a ilustre comitiva que o acompanha, em sua primeira vista oficial a nosso País.

A presença de Vossa Excelência em Brasília dá-nos a oportunidade de prosseguir e aprofundar o diálogo construtivo e mutuamente proveitoso que nossos dois Governos vêm promovendo, bem como ampliar as áreas de interesse para o relacionamento bilateral.

O Brasil e o Peru têm uma longa tradição de cooperação e entendimento que transcende a simples boa vizinhança.

Desfrutamos, hoje, de elevado grau de convergência em matérias da mais alta significação, como são as questões relacionadas ao meio ambiente, à proteção e promoção dos direitos humanos, e ao aperfeiçoamento dos mecanismos multilaterais de preservação das instituições democráticas, entre muitos outros temas igualmente importantes.

Desejo assinalar, de modo especial, a frutífera colaboração que logramos estabelecer no concernente à implementação das decisões emanadas da Primeira Reunião de Presidentes

da América do Sul, em 2000, que se está traduzindo no bom encaminhamento dos projetos identificados no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura da América do Sul. Nesse mesmo contexto, cabe destacar o profícuo intercâmbio de idéias em relação à Segunda Cúpula da América do Sul, a realizar-se em Guayaquil, no próximo mês.

Igual importância atribuo à convergência de pontos de vista entre o Brasil e o Peru no que se refere ao Tratado de Cooperação Amazônica. É de sublinhar-se, a esse respeito, a contribuição eficiente e tempestiva proporcionada pelo Peru para fazer avançar as providências relacionadas à conversão do Tratado em organismo internacional – a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, OTCA – e a instalação no Brasil, no curto prazo, de sua Secretaria Permanente.

No plano bilateral, são significativamente auspiciosos os progressos alcançados no que tange à cooperação ambiental fronteiriça, cujo primeiro fruto é o Seminário de Ações Executivas da Política Ambiental Fronteiriça, que se realizou em Tabatinga, de 21 a 24 de maio passado. Estou certo de que esse foi um passo importante em direção a uma eficaz cooperação que não se limitará a medidas de

combate aos ilícitos ambientais, mas também abrirá canais para uma ampla conjugação de esforços dos organismos especializados dos dois países, em benefício das populações fronteiriças e das comunidades indígenas que lá se encontram.

A Amazônia é nossa mais marcante coincidência. O espaço que antes nos separava é hoje o cenário preferencial em que se medirão os resultados de nossos compromissos e de nossas ações, quer no plano bilateral, quer no âmbito da futura OTCA. Esses compromissos são os do desenvolvimento sustentável e do progresso das populações daquela região, responsabilidade inescapável e exclusiva dos países amazônicos, aos quais corresponde exercê-la de forma inteiramente soberana.

Para além da cooperação subregional, o Brasil atribui prioridade à construção de um espaço econômico-comercial sul-americano, que constitui a meta a que queremos chegar nas negociações entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações. A vontade política que se imprimir a essas negociações, assim como o empenho que se aplicar à implementação das iniciativas de interconexão física, estão na

base da integração continental, com a qual nos habilitaremos a melhor enfrentar os desafios que nos impõem, de um lado, a globalização e as pressões protecionistas e, de outro, nossas próprias insuficiências e desequilíbrios estruturais.

Senhor Chanceler,

O relacionamento entre nossos dois países alcançou notável maturidade. Desenvolvemos um diálogo fluido em todos os níveis e em todas as áreas. Estabelecemos eficientes canais de comunicação, por meio de grupos de trabalho, que põem em contato as instâncias técnicas de cooperação num e noutro país. A revitalização desses canais e seu aproveitamento integral é nossa tarefa daqui para a frente, junto com a concretização de iniciativas que levem a uma efetiva integração.

Estou seguro, Senhor Chanceler, que sua estada entre nós muito contribuirá para que alcancemos esse objetivo.

Com essa convicção, convido os presentes a um brinde ao constante desenvolvimento das relações entre o Peru e o Brasil, à felicidade pessoal de Vossa Excelência e à saúde do Presidente Alejandro Toledo.

CERIMÔNIA DE FORMATURA NO INSTITUTO RIO BRANCO

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NO DIA DO DIPLOMATA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA ANTÔNIO HOUAISS DO INSTITUTO RIO BRANCO. BRASÍLIA, 12 DE JUNHO DE 2002

É para mim motivo de grande satisfação participar, uma vez mais, na qualidade de Ministro de Estado das Relações Exteriores, da cerimônia de formatura de uma nova turma do Instituto Rio Branco.

O poder da diplomacia é, em larga medida, o poder da palavra. Ela é o instrumento privilegiado de contato com a realidade de que dispõe o Diplomata. Cultivá-la e dominá-la é, pois, cultivar e dominar a própria essência do fazer diplomático.

A força agregadora da língua portuguesa é um dado inarredável da nossa unidade e da nossa identidade nacional. Seu código e repertório são as antenas da nossa percepção do mundo.

Antonio Houaiss – que com toda justiça empresta seu nome à turma do Instituto Rio Branco que hoje se forma – dedicou sua vida às palavras e deixou como testemunho dessa devoção uma obra que honra a língua portuguesa e o Brasil, ampliando nosso repertório e nossa capacidade de nomear as coisas. A decisão de homenagear esse grande lexicólogo, tradutor e diplomata, cuja carreira viu-se truncada em “tempos sombrios”, é, pois, também uma homenagem à língua portuguesa. Ela implica o

compromisso e a responsabilidade de cultivar, com igual paixão e cuidado, o “rio difícil” das palavras, para falarmos com Drummond, poeta especialmente caro a Antonio Houaiss.

A turma Antonio Houaiss foi feliz também na escolha de seu paraninfo, o Conselheiro José Humberto de Brito Cruz, Diplomata e professor de reconhecida capacidade intelectual, que goza da merecida admiração de todos seus colegas.

Senhoras e senhores,

O respeito de que desfruta o Itamaraty no Brasil e no mundo é caudatário do sólido patrimônio de realização que nos legou o Barão do Rio Branco. Tendo consolidado, por meios pacíficos, nosso mapa de Países de escala continental, o Barão é um raro exemplo histórico de diplomata reconhecido como herói nacional.

Há 100 anos, mais precisamente em 3 de dezembro de 1902, Rio Branco iniciava sua fecunda gestão no Itamaraty, que se estendeu por dez anos e configurou traços básicos da leitura brasileira da realidade internacional.

O diplomata, no entanto, necessita hoje de uma amplitude de conhecimentos que vai além do que era o saber tradicional de seu campo

de atuação, quando prevalecia a dimensão predominantemente interestatal na dinâmica do funcionamento do sistema internacional.

Por essa razão, com a decidida colaboração recebida da Direção do Instituto Rio Branco, primeiramente na pessoa do Embaixador André Amado e agora na do Ministro João Almino, tenho procurado - na dupla condição de professor e de Ministro - aparelhar a academia diplomática brasileira com meios mais efetivos de atuação.

Ao preparar diplomatas para enfrentar os novos desafios do século XXI, temos a responsabilidade de levar adiante a tradição de apreço à preparação de seu pessoal diplomático, mantendo o rigor na seleção, atualizando seus currículos e realizando o indispensável treinamento profissional.

O curso básico do Instituto Rio Branco funciona hoje como um Mestrado em Diplomacia. A formação dos novos diplomatas enriquece-se agora com seminários e painéis que reúnem importantes pensadores contemporâneos brasileiros. Além disso, persegue-se um esforço de treinamento profissional, por meio de cursos especializados, como os de negociações comerciais.

O recrutamento dos diplomatas brasileiros tem seguido uma trajetória de democratização crescente, baseada no mérito, no concurso, na formação.

Seguindo as diretrizes traçadas por Vossa Excelência, Senhor Presidente, com a criação do Programa de Ação Afirmativa para afro-descendentes o Itamaraty dá um passo adicional no sentido da democratização no recrutamento dos diplomatas, ao contribuir, com 20 Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, para uma maior igualdade de oportunidades na preparação para um concurso sabidamente exigente. O programa, que já está operacional desde o dia 14 de maio, visa a contribuir para que nossa diplomacia seja mais representativa

dos vários segmentos que, na pluralidade de suas origens, compõem a sociedade brasileira e constituem traço básico de nossa identidade nacional.

Senhoras e senhores,

O mundo do século XXI, sobretudo para um país como o Brasil, já não pode ser administrado como uma externalidade, como se pôde fazer durante boa parte do século XX, graças ao legado do Barão do Rio Branco, que definiu nossas fronteiras e equacionou, assim, o primeiro item de uma clássica agenda diplomática, que é a distinção entre o “interno” e o “externo”. No mundo contemporâneo, diluíram-se as diferenças entre a política nacional e a política internacional. Tal diluição engendrou novas realidades e essas, por sua vez, têm colocado desafios inéditos aos atores que atuam na cena internacional, deles exigindo novas e criativas soluções.

Os atentados terroristas de 11 de setembro e seus desdobramentos na cena internacional demonstraram que a História não perdeu sua capacidade de surpreender. Ao contrário, ela continua a nos oferecer material permanente para reflexão e análise. É por isso que Hannah Arendt gostava de citar Proudhon, que falava da “fecundidade do inesperado”.

Os atentados impactaram fortemente as relações internacionais. Eles demonstraram também, e de forma dramática, até mesmo para os EUA, que são hoje a única superpotência do sistema internacional, que o processo de globalização, para além dos seus efeitos mais imediatos nos campos econômico e social, conduziu à inexorável internalização na vida dos países dos conflitos e das tensões de um mundo que opera por meio de uma multiplicidade de redes – governamentais e transnacionais.

A resposta dos EUA à percepção – para eles inédita – de sua própria vulnerabilidade e do impacto do terrorismo no funcionamento do

sistema internacional é, hoje, dado de grande importância do processo de configuração da ordem mundial. Com efeito, a segurança internacional que, no correr da Guerra Fria, foi trabalhada, na perspectiva dos grandes, por meio dos conceitos de contenção e dissuasão, requer hoje, diante do desafio da “sublevação dos particularismos”, generalizados e aceitos processos e procedimentos de consulta e cooperação, de que é exemplo, no plano regional, a invocação do TIAR e a aprovação da resolução daí decorrente.

Indo do mais geral para a nossa conjuntura, penso que a internalização do mundo na vida nacional e a consolidação da democracia brasileira fizeram que a política externa adquirisse relevância cada vez maior na agenda da opinião pública. Em razão disso, os temas de política externa ganharam redobrada visibilidade, que é, na lição de Norberto Bobbio, uma das regras do jogo democrático. O debate em torno desses temas tornou-se, assim, rapidamente mais público, mais intenso e menos consensual.

O diplomata deve, por isso, estar preparado para lidar com uma realidade onde a construção do consenso é mais difícil. Entre os temas que compõem de maneira recorrente no debate nacional estão as diversas negociações econômicas internacionais, regionais e multilaterais de que estamos participando.

Como lidar analiticamente com as razões de sua dimensão conflitiva, que é o que cabe fazer, no tempo de reflexão - do parar para pensar - apropriado ao contexto de uma discussão numa academia diplomática como é o Instituto Rio Branco?

A política externa é uma política pública. Ela consiste, como tenho dito reiteradas vezes, em traduzir necessidades internas em possibilidades externas.

Num conhecido estudo sobre o processo de negociações econômicas internacionais nos

EUA, Theodore J. Lowi identifica, com vistas a detectar sua maior ou menor dimensão conflitiva, três tipos de políticas públicas: regulatórias, distributivas e redistributivas.

Instigado por essa análise, diria que as negociações econômico-comerciais em que estamos envolvidos, ao lidarem com a questão do protecionismo versus não-protecionismo – onde uns ganham e outros perdem – atuam como políticas redistributivas. Por outro lado, essas negociações hoje não se limitam à medida de fronteira, que é a tarifa. Implicam em um processo de internalização de normas internacionais – por exemplo, em matéria de subsídios, de defesa comercial, de propriedade intelectual. São, dessa forma, políticas regulatórias, delimitadoras de capacidade operacional de soberania, de declarar, em última instância, a positividade da lei.

Por isso, as múltiplas negociações econômico-comerciais que configuram a atuação dos países na cena internacional possuem, no plano interno, uma dimensão que se caracteriza por um componente conflituoso. Requerem, por conseguinte, como assinala Robert Putnam, “dois níveis de análise”, o externo e o interno. Especialmente no caso de países como Brasil, Estados Unidos, os integrantes da União Européia, Japão e Índia, em que as estruturas econômicas e sociais são diversificadas e, conseqüentemente, cujos interesses comerciais são múltiplos e complexos, a participação em negociações internacionais envolverá, necessariamente, dois processos complementares: um processo negociador para dentro, isto é, junto à sociedade, com o propósito de definir o interesse nacional, em função dele, as posições negociadoras e sua margem de flexibilidade; e um processo negociador para fora, frente aos parceiros externos propriamente ditos. Esse processo negociador para fora exige

aprofundado preparo técnico e é extremamente complexo em função das assimetrias de poder econômico e político prevalentes no mundo e das dificuldades decorrentes tanto das antigas quanto das recentes medidas protecionistas, de variada natureza, postas em marcha pelos países desenvolvidos.

Senhoras e senhores,

Gostaria de terminar com uma referência à qualidade da atuação do Presidente Fernando Henrique Cardoso no plano internacional e o significado de sua diplomacia presidencial.

Expressão da excelência inovadora da diplomacia presidencial foi a I Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília, em agosto e setembro de 2000. O alcance dessa Reunião foi dar nova visão a um tema permanente de nossa diplomacia, ou seja, o relacionamento com nossos múltiplos vizinhos, promovendo não apenas a política, mas também a economia da nossa geografia, de que é exemplo o leque de projetos de integração física dotados de sustentabilidade no seu sentido amplo e de sinergias baseadas numa perspectiva geoeconômica do espaço regional.

A reunião aprofundou a cooperação já existente em nosso espaço comum, convertendo-o num projeto *in fieri*, que tem como objetivo ampliar a capacidade dos países da região no encaminhamento do desafio comum do desenvolvimento.

A capacidade de lidar, no campo interno, com a complexidade e as peculiaridades do nosso equilíbrio federativo e a fragmentação do nosso sistema partidário, bem como com as demandas de uma sociedade civil sempre mais ativa e participante, conduzida com a habilidade e o senso de direção permeados pelas convicções democráticas próprias do Presidente Fernando Henrique Cardoso,

desdobra-se em seu Governo também no plano externo. Daí a ênfase dada aos temas dos direitos humanos e do meio ambiente, presentes hoje, de forma marcante, tanto na agenda da opinião pública, quanto na agenda governamental. Em todas essas frentes, a atuação do Presidente Fernando Henrique Cardoso notabiliza-se pela mesma capacidade de administrar as diferenças, angariando credibilidade e ajudando no processo de adensamento das relações, tanto nos planos bilateral e regional, quanto multilateral.

Na liderança, como indicou de Jouvenel, existem dois componentes básicos que se associam de acordo com a especificidade de cada personalidade: a dimensão *rex*, que pacífica e harmoniza, e a dimensão *dux*, que inova e transforma. Na história brasileira, D. Pedro I foi *dux*, ao promover a independência; já D. Pedro II, ao consolidar a unidade nacional, foi um exemplo de *rex*. Antecipei, antes das eleições que dariam ao Presidente Fernando Henrique Cardoso seu primeiro mandato, que seu governo seria pautado por uma virtuosa combinação de *dux* e *rex*. O Governo do Presidente Fernando Henrique confirma esse vaticínio. Ele soube mesclar com sabedoria essas duas dimensões, que são a expressão da estratégia de sua personalidade e a marca de sua liderança política.

Cornelius Castoriadis, como nos recorda Octavio Paz, definia a prudência “como a capacidade de orientar-se na História”. Exercer essa capacidade, tem sido a nota identificadora da trajetória política e intelectual do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ela será o grande desafio que se colocará para seu sucessor, tanto no plano interno quanto no plano internacional, que é tão importante para a capacidade do Brasil de manter e ampliar a configuração do seu destino.

VISITA DO CHANCELER DO SENEGAL, CHEIKH TIDIANE GADIO BRASÍLIA

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA VISITA DO CHANCELER
DO SENEGAL, CHEIKH TIDIANE GADIO. BRASÍLIA, 19 DE JUNHO DE 2002

Excelentíssimo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Senegal, da União Africana e dos Senegaleses do Exterior, Senhores Embaixadores, Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação, senhor ministro, que, em nome do Governo brasileiro e em meu próprio, apresento os sinceros votos de boas-vindas ao Brasil. Gostaria de expressar ainda nossos melhores agradecimentos por terem aceito, tão prontamente, o convite para visitar oficialmente o Brasil.

Desde o desencadeamento do processo de descolonização africano e, sobretudo, após a proclamação da República em 1958, o Senegal distinguiu-se por suas sólidas tradições culturais e firmou, ao longo das últimas quatro décadas, sua posição protagônica como líder regional, buscando na figura do presidente Abdolaye Wade a consolidação de sua presença nos mecanismos de integração continental e sub-regionais.

São antigos e múltiplos os estreitos vínculos que unem nossos países. Já em 1910, o Brasil mantinha, em Dacar, um Consulado-honorário, transformado em Consulado de

carreira em 1911. Pouco após a independência do senegal, em abril de 1961, foi criada a Embaixada do Brasil na capital senegalesa, uma das primeiras missões permanentes brasileiras no continente africano. Por seu turno, em 1963, o Governo senegalês instalou Embaixada no rio de janeiro, transferida para Brasília em 1970. desativada em outubro de 1995, a missão diplomática senegalesa foi reaberta, em setembro de 2001. A sua reabertura foi motivo de grande satisfação para o Governo brasileiro, que viu nesse gesto um louvável esforço com vistas à retomada e ampliação da cooperação entre nossos dois países.

A visita de Vossa Excelência inaugura um novo patamar de intercâmbio nas relações Brasil-Senegal. ela nos permitirá delinear, em conjunto, as principais vertentes de ação diplomática, seja no plano bilateral seja no multilateral.

Brasil e Senegal têm muitas posições convergentes no contexto da pauta de assuntos da política internacional. no que compete às negociações multilaterais, já iniciadas, da nova Rodada do Milênio na Organização Mundial do Comércio, nossos países se

dispõem a trabalhar de forma ativa a fim de fortalecer ainda mais as posições dos países em desenvolvimento.

Temos ambos a convicção de que nossos objetivos de progresso estão hoje vinculados, em boa medida, à implementação de projetos de integração regional: no caso do Brasil, com o Mercosul; e do Senegal, com a União Africana, com a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a Comunidade Econômica dos Estados da África do Oeste (CEDEAO).

Nossos países têm defendido com ênfase a ampliação das categorias de membros permanentes e não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com vistas a tornar aquele órgão mais democrático e representativo, atribuindo-lhe melhores condições de legitimidade e credibilidade no exercício de suas funções.

No que diz respeito ao terrorismo, Brasil e Senegal têm-se empenhado internacionalmente em repudiar essa forma de violência, valendo-se de todos os meios compatíveis com a Carta das Nações Unidas e outras normas do direito internacional.

Muito me estimula, Senhor Ministro, essa troca de percepções sobre o panorama mundial da atualidade. Faço votos que este intercâmbio de idéias venha a se repetir periodicamente, no arcabouço formal do memorando de consultas políticas entre nossas chancelarias, que ora acabamos de assinar.

O diálogo político-diplomático, para ser efetivo, deve ser acompanhado por uma interação maior entre as sociedades dos dois países, seja, por exemplo, através de suas comunidades empresariais, seja por intermédio da adoção de projetos de cooperação nas áreas técnicas.

Os instrumentos que ora assinamos bem demonstram esse espírito de trabalho conjunto. O protocolo de intenções de cooperação mútua no domínio da saúde, a desenvolver-se sobretudo no combate à AIDS, tem por finalidade a transferência de tecnologias para produção local de antiretrovirais e para tratamento e controle laboratorial.

O relacionamento econômico tem, nos últimos anos, registrado aumento substancial do volume de comércio, que quase duplicou de 2000 para 2001. É de nosso interesse intensificar ainda mais esse intercâmbio, que se encontra ainda aquém de seu real potencial.

Destaque-se aqui, como importante veículo para a dinamização do comércio bilateral, a Feira Internacional de Dacar, na qual da qual o Brasil tem participado nos últimos oito anos, representado por diversos setores de produção.

Ainda no campo econômico-comercial, destaco que o empresariado brasileiro tem sido permanentemente informado das iniciativas propostas pela Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), que visa à participação mais ativa de investidores privados externos no processo de desenvolvimento do continente africano.

Também o setor agrícola oferece possibilidades para o estreitamento das relações entre o Brasil e o Senegal. Estamos buscando formas de implementar ações concretas nas áreas de produção de hortaliças e de criação de gado bovino, suínos e aves. no setor de transportes, estão em estudo fórmulas para facilitar e intensificar as comunicações entre nossos países.

Como se vê, senhor ministro, temos muito trabalho pela frente. Estou certo de que a visita de vossa excelência representará importante estímulo à tarefa de aperfeiçoar e adensar cada vez mais as relações entre Brasil e Senegal.

DEBATE EM TORNO DA CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA ABERTURA DO DEBATE EM TORNO DA CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. RIO DE JANEIRO, 23 DE JUNHO DE 2002.

Este encontro aqui no Rio de Janeiro é uma oportunidade única para garantir o sucesso da Cúpula de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável.

Temos a firme determinação de que Joanesburgo não marque um retrocesso em relação ao “legado do Rio”.

Muitos dos que aqui estão certamente acompanharam os trabalhos preparatórios da Cúpula Mundial, e portanto sabem das dificuldades que ainda persistem, das questões que permanecem em aberto e, sobretudo, do esforço que nos resta fazer para que a comunidade internacional, no começo do século XXI, esteja em condições de dar passos adiante, e não passos atrás.

O Brasil e a maioria dos países em desenvolvimento não aceitam que se reabram negociações sobre os princípios e conceitos consagrados na Rio-92, como a responsabilidade comum, mas diferenciada de todos na construção do desenvolvimento sustentável.

Temos a convicção de que, na próxima década, devemos ser capazes de implementar os compromissos da Agenda 21.

Esta deve ser uma década de respeito aos direitos das gerações futuras e de construção da cidadania planetária.

Ninguém ignora que o Brasil também enfrenta dificuldades para implementar os compromissos do Rio.

Afinal, somos um país que tem o desafio de atender tanto ao imperativo do desenvolvimento quanto às exigências da proteção ambiental.

Mas o Brasil está fazendo a sua parte.

Posso destacar, no plano interno, o processo amplo e participativo que resultou na elaboração da Agenda 21 Brasileira pela sociedade.

Para não me estender em exemplos, quero lembrar apenas algumas ações significativas no campo da preservação da biodiversidade.

Aprovamos a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Essa lei facilitará a criação de áreas protegidas e de parques nacionais.

Em breve, será criado na Amazônia o Parque Nacional Montanha do Tumucumaque, composto de florestas tropicais praticamente intocadas e que será o maior parque nacional do mundo. Terá uma área equivalente ao tamanho da Bélgica.

Quero lembrar que, segundo dados que acabam de ser divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, houve, nos últimos três anos, uma forte diminuição dos níveis de desmatamento na Amazônia.

Os resultados indicam que a taxa de desflorestamento caiu de 18.226 para 15.786 quilômetros quadrados por ano, portanto uma redução de 13%.

O Brasil promoveu também um grande avanço em matéria de gestão de recursos hídricos, ao criar a Agência Nacional de Águas e definir a política nacional para esse setor, de forma a proteger e otimizar o uso da maior bacia hidrográfica do planeta.

No que se refere ao plano internacional, tenho-me empenhado pessoalmente nas negociações relativas ao Protocolo de Quioto sobre mudança do clima.

É com satisfação que ressalto a importância da aprovação do Protocolo pelo Congresso Nacional, ocorrida dias atrás.

Dentro de pouco tempo, assinarei o instrumento de ratificação pelo Governo brasileiro.

Como se sabe, o Mecanismo do Desenvolvimento Limpo, previsto no Protocolo de Quioto, surgiu de uma proposta brasileira.

É o mecanismo mais inovador criado nos últimos dez anos no cenário das negociações ambientais internacionais.

O MDL equaciona o impasse Norte-Sul, ao criar a possibilidade de que investimentos em tecnologias que evitem o efeito-estufa se convertam em benefícios tanto para os países desenvolvidos quanto para os países em desenvolvimento.

Este Mecanismo encarna o espírito da “governança progressista”.

Cria um mercado voltado para o interesse público de salvaguardar, no plano global, padrões de sustentabilidade que a todos beneficiem.

Não é esta a expressão concreta do conceito de desenvolvimento sustentável?

Portanto, acredito que o espírito criativo e inovador que motivou o MDL deve inspirar a Cúpula de Joanesburgo.

Diante dos problemas que persistem – e mesmo, dos problemas que se agravaram com a globalização, como o aumento da pobreza, das assimetrias Norte-Sul, e da deterioração geral do planeta, o que se espera de nós é que utilizemos nossa imaginação para pôr em prática o compromisso da transformação.

Sei das resistências que existem no plano internacional, especialmente nos Estados Unidos.

Ninguém pense que também não enfrentamos dificuldades no plano doméstico.

As dificuldades existem na medida em que muitas de nossas instituições, empresas e indivíduos ainda não estão preparados para internalizar a dimensão da sustentabilidade global.

Mas enfrentamos esse desafio democraticamente, e esperamos que os outros países também o façam.

Os líderes políticos devem ter visão de futuro.

Devem ter a coragem de enfrentar outras questões importantes relacionadas ao desenvolvimento como, por exemplo, o protecionismo e o acesso a mercados.

Isso é fundamental para permitir a integração na economia global, principalmente se

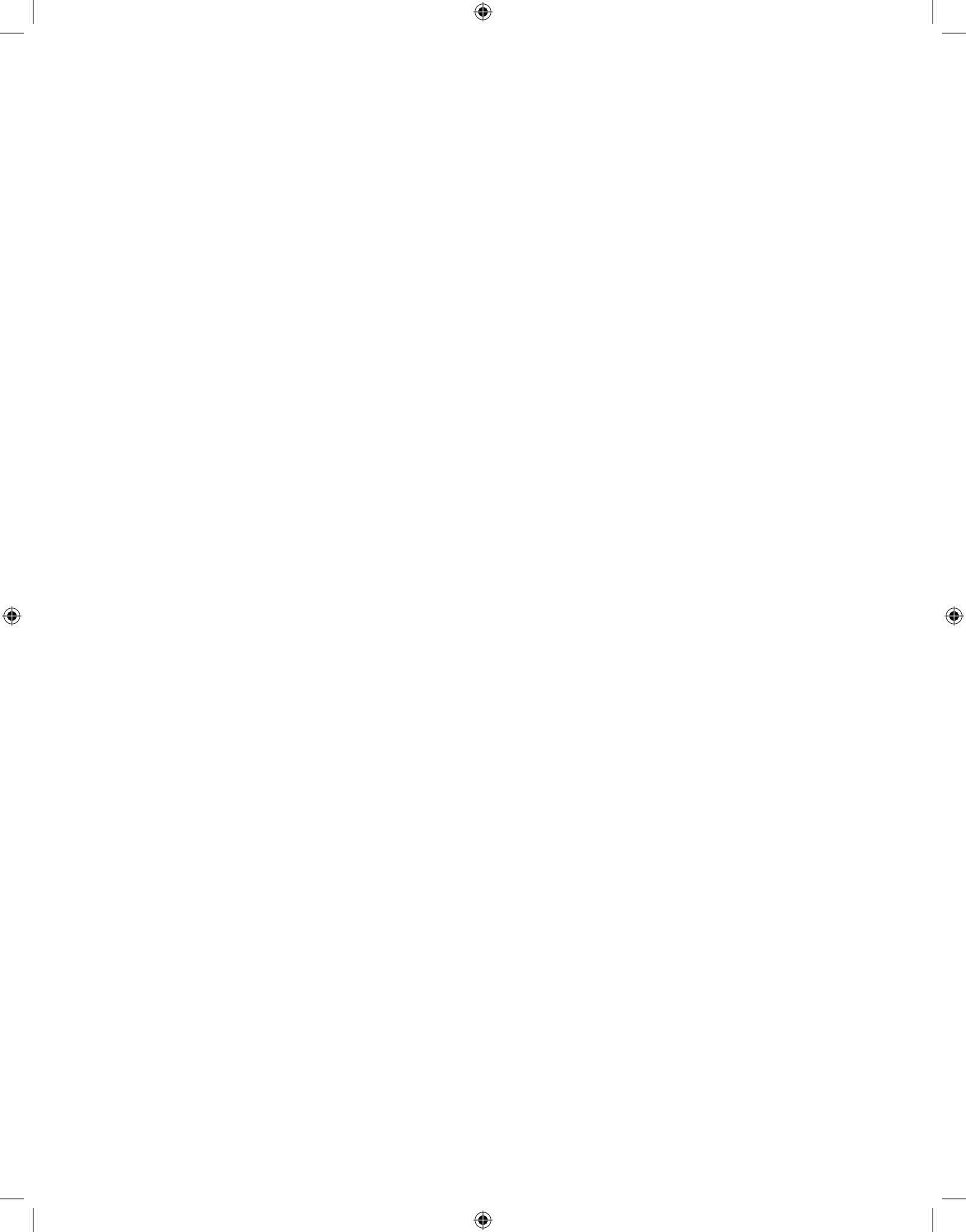
levarmos em consideração que o consumidor, hoje, também é globalizado e está disposto, nos seus atos cotidianos, a defender a sustentabilidade do planeta.

Enfim, convoquei esta reunião para ouvi-los, para que possamos definir uma estratégia que garanta o êxito de Joanesburgo.

Teremos aqui reuniões e discussões com personalidades ilustres e realmente comprometidas com o meio ambiente.

Proponho que façamos, nos 62 dias que restam até a Conferência Mundial, tudo o que estiver a nosso alcance, de acordo com a capacidade pessoal e institucional de cada um, para avançar a causa do desenvolvimento sustentável.

Agradeço a presença de todos, e passo neste momento a palavra ao nosso coordenador, Fabio Feldmann.



DIÁLOGO DOS CHEFES DE ESTADO E GOVERNO COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA ABERTURA DO DIÁLOGO DOS CHEFES DE ESTADO E GOVERNO COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL. MUSEU DE ARTE MODERNA, RIO DE JANEIRO, 24 DE JUNHO DE 2002

É com grande alegria que estendo as boas vindas a todos os presentes.

Nesta cidade, há 10 anos realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

Foi uma conferência que congregou mais de 100 Chefes de Estado e Governo. Uma conferência que reuniu 175 países, e na qual se testemunhou, por parte das nações ali representadas, uma vontade política inequívoca e jamais vista.

É para mim um prazer verificar que tantas pessoas eminentes aceitaram o convite para participar deste Diálogo e contribuir para a compreensão da temática da Cúpula Mundial de Joanesburgo.

Creio que esta reunião simboliza um momento importante para o desenvolvimento sustentável do planeta.

Aqui encontram-se representantes da sociedade civil do mundo inteiro, que vieram discutir o grande desafio que teremos nos 62 dias que nos separam de Joanesburgo: garantir o êxito da Cúpula Mundial.

Infelizmente, em que pesem os esforços dos Dr. Emil Salim e do Dr. Nitin Desai,

não se alcançou o que se esperava na última reunião preparatória, em Bali.

Ao contrário, o que ouvi ontem, em um debate informal com um grupo de personalidades brasileiras e internacionais no Palácio da Cidade, revela que o “legado do Rio” está ameaçado.

Mas devemos lembrar que a reunião do Rio, em 1992, teve início em Estocolmo, há trinta anos.

De lá surgiu a preocupação com o planeta, que ganhou força com o conceito de desenvolvimento sustentável, consagrado na Rio-92.

Registro, com satisfação, a presença do Primeiro-Ministro da Suécia, Göran Persson.

Em 1972, em Estocolmo, a comunidade das nações pela primeira vez tomou consciência da necessidade de envidar esforços conjuntos com vistas à proteção do meio ambiente de nosso planeta.

Vinte anos depois, a Rio-92 incorporou à temática ambiental a dimensão do desenvolvimento econômico e social.

A Conferência do Rio representou um marco na direção de um novo ordenamento

do sistema internacional, ao introduzir a lógica da cooperação entre Estados e das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

É esse o “espírito do Rio”, que tem norteado desde então as negociações multilaterais em meio ambiente e desenvolvimento.

Nesse contexto, tenho a honra de saudar meu amigo Thabo Mbeki, Presidente desse grande país que é a África do Sul, e de expressar minha confiança de que os progressos iniciados em Estocolmo, e impulsionados no Rio de Janeiro, terão renovado ímpeto em Joanesburgo.

Ao longo desta década, desde a Conferência do Rio, muito foi feito em prol da proteção ao meio ambiente e da promoção do desenvolvimento sustentável.

Mas ainda há muito por fazer, e infelizmente pouco a celebrar.

Os dados do Relatório do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) intitulado GEO III são preocupantes: aumento da pobreza, perda da biodiversidade, comprometimento dos recursos de água doce.

E ainda pior, se a comunidade científica tinha dúvidas sobre o efeito-estufa há 10 anos, elas desapareceram com o último relatório do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*), o qual revelou que a situação é mais grave do que se supunha, tornando vulneráveis, em especial, os países pobres e, dentro desses países, as populações mais pobres.

Mesmo os mais céticos tiveram que se curvar diante das evidências da realidade.

Nos EUA, a Academia de Ciências norte-americana e a agência governamental EPA (*Environmental Protection Agency*) reconheceram que a humanidade está transformando perigosamente o clima do planeta.

E isto coloca mais ênfase na necessidade de construção da cidadania planetária.

Qual a culpa do cidadão ianomâmi, do cidadão que mora na floresta, ou do cidadão de Bangladesh, ou de uma ilha no Pacífico, ao sofrer as conseqüências do efeito-estufa, sem que tenha contribuído diretamente para esse fenômeno?

Trata-se de uma questão de sensibilidade democrática.

Há que se criar condições para que estes cidadãos possam participar das decisões que os afetam.

Portanto, esperamos que deste Diálogo, do qual participam pessoas de todas as partes do mundo, representantes da sociedade civil, empresários, acadêmicos, profissionais da mídia, possam surgir idéias e ações a serem realizadas por todos nós, em seus respectivos campos de atuação.

Para que possamos daqui a dez anos celebrar novos avanços, com redução da pobreza e da desigualdade entre as nações e dentro das nações; com um desenvolvimento que respeite a natureza; com a preocupação com as futuras gerações; enfim, como tenho sempre dito, com uma globalização que se torne mais solidária.

A presença do Presidente Mbeki mostra o quanto temos em comum com o continente africano.

Apoiamos com ênfase o NEPAD (*New Partnership for Africa's Development*) e nos inspiramos nele para a Iniciativa Latino-americana.

Tenho conversado pessoalmente com os líderes mundiais, por entender que o Brasil tem um compromisso moral com o “legado do Rio”.

A presença do Vice-Primeiro Ministro John Prescott mostra que não estamos sozinhos. Estamos construindo pontos em torno de temas concretos.

Além de defendermos os princípios que nortearam a Conferência do Rio – entre os quais o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada e o princípio da precaução, sempre que não distorsivo ao comércio – queremos avançar em temas como os da energia e da governança.

Não permitiremos que a Cúpula de Joanesburgo se transforme em uma “Rio menos 20”.

A Cúpula de Joanesburgo tem por objetivo avaliar o que já foi realizado e determinar os próximos passos, reafirmando os acordos e conceitos básicos adotados por toda a comunidade internacional na Conferência do Rio.

Internamente, no Brasil, importantes avanços foram alcançados na área ambiental, desde a Conferência do Rio.

Em primeiro lugar, são dignas de nota a crescente conscientização da sociedade brasileira com relação aos temas ambientais e a maior participação do empresariado em projetos de desenvolvimento sustentável.

Na área governamental, um conjunto de leis, projetos e programas vêm criando instrumentos mais eficientes que possibilitem a transição para o novo modelo de desenvolvimento sustentável.

Muito importante também é a Agenda 21 Brasileira, cujo primeiro exemplar recebi, ontem, das mãos do Ministro do Ambiente.

Este documento, que mobilizou toda a sociedade em seu processo de discussão, será lançado em Brasília na primeira quinzena de julho.

Posso citar ainda como exemplos de ação do Governo na área ambiental:

- a promulgação e execução da Lei de Crimes Ambientais;

- a lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
- a lei de águas e a criação e implementação da Agência Nacional de Águas;
- o Programa Nacional de Florestas, especialmente o uso de políticas fiscais para valoração de reservas naturais;
- o Novo Código Florestal;
- a Medida Provisória sobre Acesso ao Patrimônio Genético;
- a concepção e a execução de programas inovadores de econegócios; - a mobilização comunitária nos diferentes projetos e a melhora dos instrumentos de política ambiental.

Em nossa avaliação coletiva dos dez anos pós-Rio, há várias perguntas que devemos responder como governantes, funcionários internacionais, representantes da sociedade civil e cidadãos.

Quais foram as conquistas dos últimos 10 anos no campo do desenvolvimento sustentável?

Onde estão os gargalos que impedem a plena implementação da Agenda 21?

Como o desenvolvimento sustentável pode contribuir para tornar a globalização mais inclusiva e equitativa?

O que queremos da Cúpula de Joanesburgo?

Como imaginamos o cenário mundial nos próximos 10 ou 20 anos, e como nossas ações hoje podem alterar esse cenário?

Essas e outras perguntas fazem parte do nosso universo de reflexão durante este evento.

Desejo-lhes muito boa sorte no decorrer dos trabalhos dos próximos dias, que, estou seguro, muito contribuirão para o êxito da Cúpula de Joanesburgo.



ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL-ALEMANHA 2002

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR V. CHOIFI, POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE ABERTURA DO ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL-ALEMANHA 2002. HAMBURGO, 24 DE JUNHO DE 2002

Senhor Ministro Federal dos Transportes,
da Construção e da Habitação,
Senhor Presidente da Federação das
Indústrias da Alemanha,
Senhor Vice-Presidente da Confederação
Nacional das Indústrias,
Senhor Presidente da Câmara de Comércio
de Hamburgo,
Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que represento o Governo brasileiro na abertura deste Encontro Econômico Brasil-Alemanha de 2002.

O Encontro Empresarial e a Comissão de Cooperação Econômica - agora em sua vigésima nona edição - afirmaram-se, ao longo das últimas décadas, como um dos mais altos pontos de referência do relacionamento entre Brasil e Alemanha como um todo.

Trata-se de evento que reflete com exatidão a qualidade e a dimensão da parceria única entre os Governos e os empresários de ambos os países.

Ao coordenar com grande competência o Encontro Empresarial, a Confederação Nacional das Indústrias, a Federação das Indústrias Alemãs e as Câmaras de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha prestam

inestimável serviço em favor da intensificação de nosso intercâmbio econômico-comercial.

Em nome de todos os brasileiros aqui presentes, gostaria de expressar, de forma muito especial, meu mais sincero agradecimento ao Governo Federal da Alemanha, ao Governo da Cidade Livre e Hanseática de Hamburgo e à Câmara de Comércio de Hamburgo.

Sua calorosa acolhida e sua inestimável colaboração para a realização deste evento demonstram a natureza especial da amizade entre brasileiros e alemães.

Senhoras e Senhores,

A parceria Brasil-Alemanha possui caráter verdadeiramente estratégico e estou certo de que todos aqui coincidem plenamente nessa avaliação. Nossas relações notabilizam-se hoje por uma extraordinária convergência de percepções, interesses e valores.

Esse caráter estratégico foi reconhecido pelos dois Governos na recente e extremamente exitosa visita que o Chanceler Federal Gerhard Schröder fez ao Brasil em fevereiro do corrente ano, acompanhado por importante missão de empresários - muitos dos quais hoje nos honram com sua presença nesta sala.

Naquela ocasião, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Chanceler Federal alemão adotaram um Plano de Ação com o objetivo de singularizar a relação bilateral, consolidar os avanços já alcançados e servir como instrumento de orientação estratégica das próximas iniciativas conjuntas.

No plano político, registrou o apoio recíproco ao ingresso de Brasil e Alemanha no Conselho de Segurança das Nações Unidas na condição de membros permanentes. Trata-se aqui do reconhecimento mútuo do papel fundamental de ambos os países na construção de uma nova ordem internacional, mais justa, solidária e estável.

No plano econômico, concedeu mandato especial a este foro para diversificar ao máximo os investimentos e laços comerciais em áreas como serviços públicos, privatização, agronegócio e parcerias envolvendo pequenas e médias empresas.

Esse mandato começa a ser cumprido já no dia de hoje com a instalação do grupo de contato sobre energia e infra-estrutura, que terá à frente o estimulante desafio de viabilizar uma nova fase da presença econômica alemã no Brasil.

Senhoras e Senhores,

Nosso relacionamento ainda tem muito a crescer com os esforços de todos nós e com a realidade e o potencial existente em nossos países.

O Brasil se projeta como um país moderno, dinâmico, aberto a oportunidades, qualidades que refletem sua maturidade e estabilidade.

É a terceira maior democracia no mundo, com instituições cada vez mais sólidas, transparentes e estáveis. No País é fluido o diálogo interinstitucional (entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário), além de ampla a participação da imprensa e da sociedade civil - mediante suas organizações

de representação – nos debates e iniciativas. Como poucos países, entre os quais a Alemanha, o Brasil é também caracterizado por uma estrutura federativa. Neste particular, muito além das diferenças políticas, tem sido observada interação crescente e produtiva entre as três esferas – federal, estadual e municipal.

É em tal contexto de maturidade política que em outubro cerca de 120 milhões de eleitores irão às urnas no Brasil, e o farão com a certeza de que contam com um dos mais eficientes e seguros sistemas automatizados de contabilização de votos.

Durante os oito anos de gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso muito se fez para consolidar as bases para o desenvolvimento sustentável do País e, ao mesmo tempo, para a sua inserção internacional, equilibrada e participativa.

Em linha com o fortalecimento da democracia e a promoção da cidadania no plano interno, o Brasil aderiu aos regimes regionais e multilaterais de direitos humanos no plano externo, como, no caso mais recente, da criação do Tribunal Penal Internacional, cujo tratado constitutivo o Senado brasileiro acaba de aprovar. Com a mesma determinação vem o Brasil dando cumprimento aos compromissos assumidos internacionalmente com relação à proteção do meio ambiente, em especial no âmbito do Protocolo de Kyoto, cujo texto o Congresso brasileiro vem de aprovar. Trata-se de área na qual têm sido fecunda a cooperação bilateral com a Alemanha e a articulação diplomática dos dois países em foros multilaterais.

Senhoras e Senhores,

Em paralelo aos avanços institucionais nos campos político e social, empreendeu-se no Brasil considerável aprimoramento das políticas econômicas.

No campo fiscal, sobressaem a disciplina, a consistência e a determinação contínua com as metas de superávit primário. Estas metas têm sido revigoradas desde a crise cambial de 1999. Devo ressaltar também o estabelecimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujos ganhos transcendem a conjuntura atual ou próxima. No campo monetário, fez-se opção por sistema avançado, pautado em metas inflacionárias. Este sistema vem sendo conduzido de modo exitoso e em linha convergente com o regime de câmbio flutuante.

As novas medidas anunciadas, na última semana, pelo Ministro da Fazenda, Doutor Pedro Malan, e pelo Presidente do Banco Central, Doutor Armínio Fraga, aprofundam os alicerces das políticas macroeconômicas. O FMI reconhece a solidez dos fundamentos da economia do Brasil e dessa positiva avaliação resultou a revisão recente do acordo com aquele organismo.

Os fundamentos e a estabilidade da economia brasileira são fatores muito importantes no contexto do Mercosul e da América do Sul em qualquer conjuntura. Representam, ademais, a própria base para a atuação internacional do Brasil. O País está comprometido com o aprofundamento do Mercosul e com a intensificação do comércio e do desenvolvimento regional. É intenção sua e de outros países na América do Sul transformar a região dentro de um espaço econômico mais integrado, do ponto de vista do comércio, dos investimentos e da infraestrutura. Com este espírito será realizada a Segunda Reunião de Cúpula da América do Sul em Guayaquil, em seguimento à iniciativa originalmente proposta e coordenada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso na Cúpula de Brasília.

Creio ser importante deixar muito claro nessa oportunidade que, no contexto da escolha

do próximo mandatário, verifica-se consenso na sociedade brasileira em favor dos objetivos de estabilidade, prosperidade, democracia e justiça social. Como é costumeiro em uma democracia, uma nova administração buscará sempre imprimir sua própria marca na sua orientação de governo. Tais ajustes, porém, não representarão afastamento do “mínimo denominador comum”, o que nos permite esperar uma perspectiva de continuidade na defesa daqueles objetivos básicos. Não é demais lembrar o fato de que os principais candidatos à Presidência têm reiterado em suas campanhas seus firmes compromissos com o aprimoramento das conquistas democráticas, a estabilidade econômica, o desenvolvimento e a responsabilidade fiscal.

Senhoras e Senhores,

A Alemanha, que também realiza eleições no corrente ano, por sua vez, consolida-se a cada ano como potência de expressiva dimensão política e econômica na Europa e no Mundo. Seus avanços econômicos e sociais nas últimas décadas constituem exemplo para todos nós.

Além da esfera bilateral, Brasil e Alemanha acham-se igualmente unidos em função das negociações ora em curso entre o Mercosul e a União Européia.

Nesse contexto, não poderia deixar de reiterar as preocupações do Governo e da sociedade brasileira diante da pequena contrapartida européia a nosso processo de abertura comercial iniciado na década de 1990.

Em um momento em que, apesar do início das negociações de uma nova rodada da Organização Mundial do Comércio, o recrudescimento do protecionismo é infelizmente um fato, mais do que nunca o Brasil espera poder contar com o empenho da Alemanha a fim de assegurar um comércio efetivamente livre entre nossas regiões.

Senhoras e Senhores,

O denso quadro de aproximação permitiu que as relações teuto-brasileiras ingressassem em uma nova etapa ancorada na reforçada consciência da convergência de interesses e na revigorada percepção das oportunidades de geração de riqueza à nossa mão.

Em 2002, comemoramos 175 anos da assinatura do acordo entre o Império do Brasil e esta Cidade Livre e Hanseática de Hamburgo, o marco formal das relações comerciais entre Brasil e Alemanha.

Desde 1827, sempre tendo em Hamburgo um de seus vértices principais, a Alemanha figura entre os principais parceiros econômicos e comerciais do Brasil, que, por sua vez, sempre foi o principal parceiro latino-americano da Alemanha.

Estou convencido de que este foro é e deve continuar a ser, sobretudo, um espaço de idéias e de criatividade, um *brainstorm* capaz de oferecer respostas rápidas aos desafios de nosso tempo e de identificar e desenvolver novas áreas de trabalho conjunto - tal como fizemos com a criação do Foro Empresarial Mercosul-União Européia e, agora, do Grupo de Infra-Estrutura e Energia.

A conjuntura política e econômica no Brasil e no mundo impõe dar continuidade à dinamização e intensificação de nossas relações, reconhecendo que as possibilidades do intercâmbio teuto-brasileiro são cada dia maiores.

Não tenho dúvidas que essa será também a avaliação dos potenciais investidores, exportadores e importadores alemães. Espero que bons negócios e que criativas iniciativas possam ser concretizadas no dia de hoje, trazendo vantagens para ambos os países.

É com essa positiva expectativa que, em nome do Governo brasileiro, saúdo a comunidade empresarial do Brasil e da Alemanha, desejando pleno êxito na importante tarefa que a aguarda.

Muito obrigado.

ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL-ALEMANHA 2002 - “A RESPONSABILIDADE ESPECIAL DO BRASIL E DA ALEMANHA FRENTE AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO UE-MERCOSUL”

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR V. CHOEFI, NO PAINEL “A” DO ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL-ALEMANHA 2002 - “A RESPONSABILIDADE ESPECIAL DO BRASIL E DA ALEMANHA FRENTE AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO UE-MERCOSUL”. HAMBURGO, 24 DE JUNHO DE 2002

É com grande satisfação que volto ao Encontro Econômico Brasil-Alemanha, desta vez em Hamburgo, para tratar do tema das negociações entre o Mercosul e a União Européia e, em especial, a contribuição que nossos países poderão aportar para o êxito desse processo.

Nosso Encontro Econômico é, sem dúvida, foro privilegiado para abordar esse tema. Afinal, Brasil e Alemanha são os principais integrantes de seus respectivos blocos e, sobretudo, a construção da associação inter-regional dependerá da parceria estreita entre Governos e empresários de ambos os lados do Atlântico, com o mesmo nível de intensidade que marca este evento há mais de duas décadas.

Nosso relacionamento —cujas origens remontam à imigração iniciada em 1824 e ao tratado de comércio com Hamburgo em 1827— teve nas últimas cinco décadas seu período de maior crescimento. Impulsionados por intercâmbio econômico sem precedentes e pela firme vontade política dos dois Governos,

Brasil e Alemanha tornaram-se parceiros privilegiados em suas respectivas regiões.

Em perfeita harmonia, os setores público e privado implementaram uma interação exemplar. Hoje, a Alemanha é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil e está entre os cinco maiores investidores estrangeiros. O comércio total aumentou de 3,5 bilhões de dólares em 1990 para cerca de 8 bilhões em 2001. O estoque de capitais alemães na economia brasileira aproxima-se dos 15 bilhões de dólares. Tratam-se de cifras impressionantes sob qualquer critério.

O período de intensificação da relação bilateral, a segunda metade do século XX, coincidiu com a construção da União Européia e, mais recentemente, o surgimento do Mercosul. Ou seja, nosso intercâmbio cresceu de forma extraordinária em paralelo à formação de nossas experiências de integração regional. Não tenho dúvidas de que essa coincidência augura para os próximos 50 anos curva ascendente tanto para o intra-regional quanto para o inter-regional e o bilateral.

Em 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso definiu o caráter único de nossa parceria: “Entre os países desenvolvidos, a Alemanha é aquele com que o Brasil tem um dos relacionamentos mais abrangentes, que abarca, com elevado nível de densidade, o diálogo político, o intercâmbio econômico e múltiplas formas de cooperação. É uma relação viva e dinâmica, cuja sustentação, em nosso interesse recíproco, não nos exige mais do que o compromisso de continuar a tratá-la com criatividade e pragmatismo”.

De fato, o compromisso com criatividade e pragmatismo é uma constante do relacionamento Brasil-Alemanha. A inovação pode ser comprovada na concepção do exemplar modelo do Encontro Econômico, na elaboração da Iniciativa Conjunta para o Meio Ambiente, na criação do Fórum Empresarial Mercosul-União Européia, na cooperação sobre o uso da energia nuclear para fins pacíficos. Quanto ao pragmatismo, não seria exagerado afirmar que todas as vertentes de nossa parceria geram algo de útil e concreto, a começar pelas centenas de milhares de empregos gerados em ambos os lados.

Talvez o grande desafio das negociações Mercosul-União Européia seja o de emprestar-lhes ao menos parte dessas características que asseguram nossa *success story* bilateral. Criatividade e pragmatismo serão elementos essenciais para chegarmos à zona de livre comércio que todos desejamos.

Daqui a exatamente um mês, realizar-se-á, no Rio de Janeiro, a Conferência Ministerial prevista pela recente Cúpula Mercosul-UE de Madri. Espero que possa prevalecer nessa ocasião a atmosfera produtiva que caracteriza este Encontro Econômico, permitindo que as negociações avancem no seu aspecto fundamental: o de acesso a mercados.

Em Madri, além da convocação da Reunião Ministerial, foi tão somente possível anunciar o lançamento de um Plano de Ação em Facilitação de Negócios. O documento consensuado entre as Partes prevê ações nas áreas de medidas sanitárias e fitossanitárias, procedimentos aduaneiros, normas, regulamentos técnicos e avaliação de conformidade e comércio eletrônico.

É um plano de alcance maior do que o já acordado na ALCA e, uma vez implementado, poderá permitir maior transparência, confiabilidade e agilidade nas transações comerciais entre o Mercosul e a União Européia.

Em Madri, foram verificados, ainda, avanços substanciais nas negociações em dois dos três pilares que conformarão a Associação Estratégica entre o Mercosul e a União Européia – o político e o de cooperação.

São elementos imprescindíveis para se construir uma relação estratégica, mais profunda e dinâmica, entre os diversos setores das sociedades e das economias dos dois agrupamentos regionais. Os capítulos em vias de conclusão têm por objetivo consolidar as relações políticas e de cooperação entre os países que integram a União Européia e os Estados Partes do Mercosul, contribuindo ademais para a identificação de áreas de convergência que permitirão externar uma visão comum do cenário internacional.

O terceiro pilar – o capítulo econômico-comercial, que, afinal, consubstancia a associação entre o Mercosul e a União Européia – segue sendo negociado e, a despeito das dificuldades conjunturais, as Partes têm dado seguimento às tratativas em todos os temas em negociação e lograram apresentar ofertas negociadoras preliminares.

Desejo aqui reiterar que, do ponto de vista do Mercosul e do Brasil, em particular, em que pesem os avanços logrados, a associação estratégica entre o Mercosul e a União Européia só é concebível se contemplar, em seu pacote, o acesso efetivo adicional dos produtos do Mercosul ao mercado comunitário, em especial dos produtos agrícolas e do agronegócio.

Para o Brasil, o que se está negociando é o acesso livre e recíproco dos produtos das duas regiões em seus respectivos mercados. Nosso objetivo vai mais além, portanto, de um mero aumento de quotas ou de institucionalizar, em um acordo birregional, concessões já consolidadas em nível multilateral. Interessa ao Brasil e ao Mercosul incrementar o comércio birregional de forma desobstaculizada, consistente e duradoura, em busca de fluxos de comércio livres de distorções.

Nesse contexto, não é preciso recordar a necessidade de se tratar de modo adequado e satisfatório as barreiras e restrições tarifárias e não-tarifárias existentes, bem como as distorções e assimetrias que afetam o acesso dos produtos do Mercosul no mercado europeu.

É importante ressaltar, contudo, que não se poderá aceitar um acordo entre os dois grupos que seja modesto no que se refere aos interesses do Mercosul e, ao mesmo tempo, ambicioso naquelas áreas onde estão concentrados os interesses europeus, ou seja, acesso para produtos industriais, serviços e compras governamentais. Equilíbrio é a palavra-chave desse processo.

Dentre os países da Europa e do Mercosul, Brasil e Alemanha são certamente os que se encontram em melhor posição para

dar substância e direção ao processo de negociações inter-regionais. Seu peso relativo é evidente e, sobretudo, seu compromisso com esse objetivo é total.

O Governo alemão trabalhou intensamente durante sua presidência de 1999 para viabilizar o início de negociações entre o Mercosul e a União Européia, garantindo a aprovação de mandato negociador à Comissão. Sabemos que a Alemanha tem plena consciência, mais do que qualquer outro país europeu, da necessidade de estabelecermos uma associação abrangente entre os nossos blocos.

Como representante do Governo brasileiro, desejo acrescentar que o diálogo com o setor privado alemão é de importância estratégica para o Brasil. O empresariado da Alemanha —crítico aberto da política de subsídios e protecionismo da União Européia— é um de nossos principais aliados na eliminação dos obstáculos no acesso aos mercados europeus.

A remoção ou diminuição desses entraves é de fundamental importância para um melhor desempenho das exportações brasileiras para a UE, tarefa que demandará esforços consideráveis, para os quais contamos com o apoio decidido da Alemanha.

O crescimento equilibrado do comércio entre os dois blocos dependerá em larga medida do contínuo aprofundamento das relações entre Brasil e Alemanha nos próximos anos.

Os Governos e as sociedades dos dois países têm diante de si o desafio de conduzir o relacionamento bilateral a níveis cada vez mais altos e benéficos, oferecendo os fundamentos para que Brasil e Alemanha e Mercosul e União Européia consolidem-se como parceiros privilegiados.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DE ESTOCOLMO A JOHANESBURGO

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO
ENCONTRO “DIÁLOGO DE GERAÇÕES”, NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL
SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DE ESTOCOLMO A
JOHANESBURGO, NO ÂMBITO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES
UNIDAS RIO+10. RIO DE JANEIRO, 25 DE JUNHO DE 2002

Senhoras e Senhores,

Gostaria de iniciar minha intervenção declarando a todos os participantes o especial apreço que confiro a este exercício de troca de idéias para o qual estamos aqui reunidos. Minha trajetória pessoal como acadêmico, empresário e ocupante do cargo de Ministro das Relações Exteriores, em dois momentos distintos, me proporcionou a rara oportunidade de acompanhar de perto a evolução do debate teórico e político sobre desenvolvimento sustentável.

Esse debate tem sido, como sugere o título de nosso encontro, um diálogo de gerações. Dizia Ortega y Gasset que as variações da sensibilidade vital, que são decisivas na história, apresentam-se na forma de uma geração. Em 1992, na primeira vez que ocupei o cargo de Chanceler, tive a honra de conduzir os trabalhos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Conferência do Rio. Em intervenção no debate geral da Rio-92, tive oportunidade de sublinhar o fato de a

integração da variável meio ambiente ao conceito de desenvolvimento econômico nos propiciar um valioso arcabouço teórico para lançar os fundamentos de uma nova ordem internacional baseada na lógica da coresponsabilidade e na cooperação entre os Estados. Na Rio-92, o discurso do oikos - a raiz grega da palavra ecologia, que, como se sabe, significa o lugar onde se vive, a casa - foi colocado em termos democráticos. Ao internalizar o tema do meio ambiente, alterou a nomia (governo) do oikos, que é a economia.

Como sabemos, a idéia do desenvolvimento em bases sustentáveis não é exatamente nova. No decorrer da história da humanidade, muitas culturas perceberam que não se pode ignorar o caráter finito dos recursos naturais e os limites dos sistemas de sustentação da vida e, por conseguinte, reconheceram a necessidade de harmonização entre as vertentes ambientais, sociais e econômicas, ainda que não houvesse um acoplamento explícito entre essas variáveis. A própria palavra “ecologia” tem mais de 100 anos de existência. O caráter inovador é a

articulação destas idéias no contexto de uma sociedade industrial globalizada.

Acho relevante recordar a trajetória que percorremos até aqui. O Itamaraty, como uma instituição que tem estado na vanguarda do engajamento brasileiro nas questões de interesse global tem ainda hoje em seus quadros diplomatas que dão testemunho da evolução de nossa participação nas iniciativas internacionais em prol do meio ambiente e do desenvolvimento. A primeira geração a que nos referimos é aquela que negociou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo em 1972. Em relação a essa Conferência, aprez-me registrar aqui a presença do Embaixador Bernardo Brito, um de nossos negociadores naquela ocasião.

A Conferência de Estocolmo teve como matriz cultural os movimentos libertários e ecológicos que, ao final dos anos 60, sacudiram as bases da cultura ocidental. Com a adoção da Declaração de Estocolmo, a questão ambiental, despertada pelos efeitos nefastos da poluição, cristalizou-se como objeto de preocupação global e, ao converter-se em objeto de negociação entre os Estados, passou a integrar a agenda internacional.

Pode-se dizer, contudo, que para essa geração as preocupações com o meio ambiente – inculcada por campanhas de forte apelo emocional em prol da saúde do planeta e preservação de animais em extinção – capturaram a imaginação da sociedade, talvez ainda como um pathos, no dizer de Aristóteles, ou seja, como uma persuasão baseada na emoção.

O próximo passo foi dado em 1987 quando a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que fora convocada em 1985 pela Assembléia Geral das Nações

Unidas sob a presidência da então Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, publicou relatório no qual aparece cunhado, pela primeira vez, o conceito-síntese de desenvolvimento sustentável. Este conceito pressupõe o uso racional dos recursos naturais de forma a evitar comprometer o capital ecológico do planeta. Na prática, significou a inclusão de considerações de ordem ambiental no processo de tomada de decisões econômicas.

No contexto dessa preocupação com o meio ambiente, predominante na década de 80, a Assembléia Geral das Nações Unidas decidiu convocar a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e aceitou a oferta do Governo brasileiro para sediá-la em 1992. Como revela o próprio título do evento, que contém menção explícita à questão do desenvolvimento, a premissa de partida é o nexos causal da relação entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico-social. A geração de 1992, da qual o Embaixador Marcos Azambuja é certamente um emblemático representante, introduziu um forte componente de razão e conteúdo ético na discussão ambiental, voltada agora para o bem-estar do ser humano e o desenvolvimento econômico, transformando o pathos de 1972 em ethos de 1992.

Não é ocioso lembrar que no plano internacional a primeira metade da década de 90 foi um momento de vigor do multilateralismo e de expectativas de aperfeiçoamento da ordem internacional, cujo episódio deflagrador foi a imagem da força humana derrubando barreiras ideológicas e econômicas sintetizadas no Muro de Berlim. Da superação de obstáculos, físicos ou políticos, surge a perspectiva de convergência em várias vertentes do relacionamento dos

Estados: é o momento em que ocorrem a Conferência do Rio, de 92, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos; a assinatura e ratificação da Convenção de Proibição de Armas Químicas e a conclusão da Rodada Uruguai.

Era o crepúsculo da Guerra Fria e, por conseguinte, ao final da bipolaridade como modelo organizador do sistema internacional. Vislumbrou-se a possibilidade de que fossem resgatados o humanismo e a ótica universalista como veículos da generalização de valores, como a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, o pluralismo, o fortalecimento do multilateralismo e a solidariedade como cimento do relacionamento entre os Estados.

Passada a euforia daquele instante a evolução das relações internacionais tem sido pautada menos pela égide da cooperação, da justiça e da equidade do que pelo recrudescimento das divergências Norte-Sul, de manifestações de unilateralismo como modo de atuação internacional e do surgimento de agendas seletivas de cooperação. No mundo globalizado e interdependente, somos expostos a vulnerabilidades crescentes e nos tornamos conscientes de novos riscos sobre os quais os Estados exercem reduzida capacidade de controle.

O que pretende a geração que vivencia o caminho para Joanesburgo em 2002? Como suas antecessoras, ela está convencida da importância da preocupação com o desenvolvimento sustentável, seja pela emoção, seja pela razão. O que se coloca para a Cúpula de 2002 é a necessidade de implementar o arcabouço conceitual e político estabelecido na Rio-92, especialmente em sua Declaração do Rio e na Agenda 21, e integrar os três pilares do desenvolvimento sustentável: o progresso

econômico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental. Cabe, portanto, ainda na construção da pisteis aristotélica, combinar o pathos e o ethos com o logos, entendido em sua forma original de pensamento voltado para a ação.

Não se pode esquecer que a globalização encerra desafios e oportunidades e é responsabilidade de nossa geração trabalhar para que tais potencialidades sejam transformadas em atualidades. Estamos no limiar decisivo de uma mudança de mentalidade.

É expectativa do Governo brasileiro que a Conferência de Joanesburgo seja uma oportunidade para dar um novo impulso à implementação da Agenda 21 e à superação dos obstáculos que persistem e impedem o tratamento holístico das políticas sociais, ambientais e econômicas. Consideramos que deva ser conferida especial atenção à pobreza e à necessidade de que sejam revistos e ajustados os atuais padrões predatórios de produção e consumo dos países desenvolvidos. A miséria é insustentável porque é desumana. A pobreza atingiu níveis insuportáveis, tornando-se uma questão política de escala planetária e um catalisador da insegurança internacional.

Outra questão que nos parece hoje especialmente relevante é a da energia. O Brasil tem defendido uma meta global de 10% de energia renovável a ser alcançada dentro de dez anos. É fundamental hoje refletir sobre os usos da energia. Devemos buscar uma matriz energética mais limpa, que contemple a utilização de fontes renováveis de energia, tais como a eólica ou a biomassa.

O desafio hoje é traduzir no plano da realidade os avanços alcançados no Rio de Janeiro em 1992. Os 117 Chefes de Estado e de Governo que vieram ao Rio naquela

ocasião endossaram acordos sem precedentes nas negociações multilaterais. Tais decisões constituem um legado que nos tem permitido marchar em direção à sustentabilidade do desenvolvimento, condição sine qua non para a construção histórica de uma sociedade internacional mais justa e solidária.

Senhoras e Senhores,

Para o Brasil - e para mim pessoalmente - recordar a Conferência do Rio, de 1992, significa também reafirmar o compromisso brasileiro com o desenvolvimento sustentável a partir de uma visão que transcende nossos interesses específicos para incluir nossas expectativas quanto à ação da comunidade internacional. Minha geração esteve engajada em todas as fases do debate político que nos trouxe até esse momento. O legado do Rio é o que podemos, com justificado orgulho, passar para Joanesburgo. A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável constituirá mais uma etapa deste processo de diálogo contínuo de gerações. Confiamos em que a comunidade internacional logrará, em 2002, passar do plano das idéias para o plano das ações concretas.

COMEMORAÇÃO DE DEZ ANOS DA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA RIO-92

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE PASSAGEM SIMBÓLICA DA DATA DE COMEMORAÇÃO DOS DEZ ANOS DA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA RIO-92. RIO DE JANEIRO, 25 DE JUNHO DE 2002

O que nos traz aqui hoje é, ao mesmo tempo, uma utopia e uma realidade.

É, ao mesmo tempo, um sonho e uma experiência real.

Um sonho tomou forma em Estocolmo, em 1972, e pouco a pouco foi ganhando contornos mais concretos.

A Suécia teve, e continua a ter, um papel destacado de liderança na construção dessa nova perspectiva para a humanidade.

E quero prestar homenagem, aqui, na pessoa do Primeiro-Ministro Göran Persson, a essa atuação da Suécia, que sempre tem estado ao lado das boas causas no plano internacional.

No Rio de Janeiro, em 1992, o sonho floresceu e ganhou um nome: o do desenvolvimento sustentável.

Para o Brasil, isso foi uma honra e uma grande responsabilidade.

Procuramos contribuir com o melhor de nossos esforços, na Rio-92 e nos trabalhos que a sucederam, para a realização desse ideal.

Agora, chegamos àquilo que a imaginação burocrática batizou como “Rio+10”.

Por isso estamos aqui reunidos.

Para simbolizar que o mesmo espírito que nasceu em Estocolmo e floresceu no Rio deve, agora, chegar fortalecido e com novo ímpeto a Joanesburgo.

Agradeço a presença, nesta cerimônia, dos representantes das Nações Unidas.

A Conferência do Rio, que foi essencialmente uma obra das Nações Unidas, marcou um momento histórico.

Um momento no qual a comunidade internacional compreendeu que, se o problema era complexo, a necessidade de solução era urgente.

Era preciso olhar de frente aquela complexidade e arregaçar as mangas para um trabalho construtivo.

Desde 1992, as dificuldades do desenvolvimento sustentável e da proteção do meio ambiente não diminuíram.

Temos hoje, diante de nós, desafios tão importantes como os que se impunham há dez anos.

Desafios como o de avançar na luta contra a pobreza.

Como o de reforçar a proteção das florestas, o de combater a desertificação, o de transferir tecnologias limpas e ambientalmente saudáveis.

Como o de enfrentar a questão das alterações climáticas, hoje uma realidade cientificamente incontestável.

Ou como o de assegurar uma resposta solidária e mais eficaz aos problemas da globalização assimétrica.

No comércio e nas finanças, Doha e Monterrey significaram avanços, embora modestos, e suscitaram esperanças, embora limitadas.

Joanesburgo deverá significar um passo adiante.

Deve representar um sinal de que a comunidade internacional é capaz de mobilizar a vontade política para decisões difíceis, mas necessárias.

É nosso dever, como líderes de nossos países, fazer um chamado a todos os membros da comunidade internacional, para que assumam suas responsabilidades na solução dos problemas que nos afligem coletivamente.

Esse esforço coletivo traz em si a essência de uma nova consciência global.

Consciência que só pode aprofundar-se e converter-se em prática, mediante o exercício paciente do diálogo multilateral.

Não se conhece, no convívio entre Estados soberanos, modelo mais democrático e inclusivo que o multilateralismo.

Foi a soma das vontades e das vozes de toda a comunidade internacional, incluindo as contribuições da sociedade civil, que nos trouxe nesta trajetória de Estocolmo ao Rio e, agora, nos levará do Rio a Joanesburgo.

E será fundamental, como já tem sido, a liderança do Presidente Thabo Mbeki e do Governo sul-africano.

E para o Brasil é uma alegria e uma satisfação que esse encontro histórico tenha lugar no continente africano, na África do Sul.

Temos laços históricos importantíssimos com a África.

À África devemos boa parte de nosso desenvolvimento, de nossa cultura, de nossa forma de ser.

À África iremos, em agosto e setembro, para tornar viável um novo padrão de desenvolvimento, uma nova forma de ser, para dar novo impulso à chama da sustentabilidade.

A nova sede dos esforços conjuntos da comunidade internacional para a continuação do legado do Rio não poderia estar, assim, em melhores mãos.

Desejo toda sorte ao meu amigo Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, aqui presente, nesse novo capítulo que ora se inicia nas deliberações internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Estou seguro de que, sob a liderança de Vossa Excelência, o espírito nascido em Estocolmo e fortalecido no Rio de Janeiro tomará novo alento durante a Cúpula de Joanesburgo.

Lá voltaremos a nos debruçar sobre algumas das questões mais importantes de nosso tempo.

Avaliaremos os resultados já alcançados desde 1992.

Dirigiremos o olhar para o que falta fazer, e sabemos que não é pouco.

Definiremos prioridades.

No Rio de Janeiro, adotamos uma Agenda 21.

Agora, já estamos agindo no século 21.

Buscamos um novo compromisso, uma nova parceria em prol de nosso futuro comum, um futuro melhor e mais solidário para todos os povos.

A hora é esta.

Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS

Protocolo de Cooperação entre o MRE e a Universidade Estatal de Moscow - Lomonossov na Área de Preparação de Especialistas em Língua Portuguesa e Cultural Brasileira. 14/01/2002

Tratado de Extradicação com a Rússia. 14/01/2002

Acordo sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara. 16/01/2002

Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal com a Ucrânia. 16/01/2002

Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal de Impostos sobre a Renda com a Ucrânia. 16/01/2002

Acordo sobre Cooperação na Área da Indústria de Energia com a Ucrânia 16/01/2002

Protocolo sobre a Cooperação na área de Produção de Petróleo e Gás com a Ucrânia. 16/01/2002

Protocolo de Cooperação no Setor da Fabricação de Máquinas para o Setor Energético com a Ucrânia. 16/01/2002

Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia sobre a Utilização de Veículos de Lançamento Ucranianos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara. 16/01/2002

Acordo de Sede com a OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura. 30/01/2002

Acordo sobre Cooperação Espacial para Fins Pacíficos com a Agência Espacial Européia (AEE). 1/02/2002

Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais (1997 - 2000) com a Alemanha. 14/02/2002

Acordo sobre Cooperação para a Exploração e Uso do Espaço Exterior para fins Pacíficos com a Alemanha. 14/02/2002

Programa de Cooperação Brasil-Espanha para o Desenvolvimento Rural Integrado e Auto-sustentado da Região Semi-árida brasileira. 19/02/2002

Convenção Relativa à Assistência Administrativa Mútua para a Aplicação Apropriada da Legislação Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras com os Países Baixos. 07/03/2002

Acordo sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Brasil e Tunísia. 13/03/2002

Acordo em matéria de Cooperação Técnica com a Tunísia. 13/03/2002

Acordo de Cooperação no Campo dos usos Pacíficos da Energia Nuclear com o Chile. 20/03/2002

Acordo, por troca de Notas, que Emenda o Ajuste Complementar de 09/12/98, Visando à Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Monitoramento e Georreferenciamento Hidrológico para Fins Energéticos” com a Organização Meteorológica Mundial (OMM). 21/03/2002

Termo de Cooperação Técnica entre o Governo brasileiro e a OMPI para a Implementação do Projeto de Modernização e Informatização do INPI com Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). 27/03/2002

Memorando de Entendimento Referente à Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol em Combustíveis para Transportes com a Índia. 08/04/2002

Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo com a Rússia. 09/04/2002

Acordo, por troca de Notas, para Reduzir os Impactos Negativos da Mineração Artesanal de Ouro no Suriname. 16/04/2002

Declaração de Intenções sobre Cooperação em Assuntos Militares com a Alemanha 16/04/2002.

Protocolo Adicional ao Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia sobre a Utilização de Veículos de Lançamento Ucrânicos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara. 18/04/2002

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Cooperação entre a Polícia Federal do Brasil e a Força Policial da Guiana. 18/04/2002

Carta de Intenções Relativa ao Estabelecimento no Brasil da Unidade Temática do PNUD sobre Redução da Pobreza. 06/05/2002

Acordo de Cooperação Cultural com a Armênia. 07/05/2002

Acordo para o Estabelecimento de Regime de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviços com a Armênia. 07/05/2002

Acordo, por troca de Notas, para a Criação de uma Comissão Mista Bilateral Permanente em Matéria Energética com a Bolívia. 07/05/2002

Memorando de Entendimento entre o MRE e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Kuwait sobre o Estabelecimento de Consultas Bilaterais. 08/05/2002

Protocolo sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas com o Timor Leste. 20/05/2002

Acordo Básico de Cooperação Técnica com o Timor Leste. 20/05/2002

Acordo de Cooperação Educacional com o Timor Leste. 20/05/2002

Memorando de Entendimento sobre o Combate a Ilícitos Aduaneiros e Tributários de Contrafação e de Pirataria com o Paraguai. 29/05/2002

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Tributária com o Paraguai. 29/05/2002

Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum com Barbados. 03/06/2002

Acordo, por troca de Notas, para a Criação do Comitê de Fronteira Brasileiro Colombiano. 06/06/2002

Protocolo de Cooperação para Redução da Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas, para o Estabelecimento de um Plano de Formação de Técnicos com Portugal. 12/06/2002

Acordo de Cooperação para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas com o Senegal. 19/06/2002

Acordo Relativo à Assistência Mútua entre as Administrações Aduaneiras dos Estados Unidos e do Brasil. 20/06/2002

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica na Área de Educação com Cabo Verde. 27/06/2002



COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

ELEIÇÃO DO SENADOR EDUARDO DUHALDE PARA A PRESIDÊNCIA DA ARGENTINA (02 DE JANEIRO DE 2002)

O Brasil recebeu com satisfação a decisão da Assembléia Legislativa argentina de 1º de janeiro de eleger, com expressiva votação, o Senador Eduardo Duhalde como Presidente da Nação argentina. O governo brasileiro vem acompanhando com muita atenção o desenrolar da situação no país vizinho e amigo e vê confirmada uma vez mais a convergência dos princípios que regem a vida política dos dois países, pautados pelos mais altos valores democráticos. A confiança recíproca, que os vem unindo no exercício de sua aliança estratégica e de sua participação no Mercosul, indica estar a Nação brasileira segura do êxito da Argentina em retomar a estabilidade política e o crescimento. Com esse ânimo, o Brasil reafirma seu apoio e sua solidariedade à Nação argentina.

CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA – 2002 (07 DE JANEIRO 2002)

Estão abertas, a partir de hoje, 7 de janeiro, e até 22 de fevereiro, as inscrições para o concurso de admissão à carreira de diplomata de 2002. Pela primeira vez, elas poderão também ser feitas pela Internet (endereço www.cespe.unb.br/diplomacia).

Na sua tradicional busca de excelência, o IRBr procura, com essa nova opção, facilitar o processo de inscrição e alcançar o maior número possível de candidatos às trinta vagas que estão sendo oferecidas. As inscrições também poderão ser feitas pessoalmente no IRBr em Brasília e nos Centros Regionais situados em Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo; e no exterior (Embaixadas e Repartições consulares do Brasil).

O texto do edital do concurso, publicado no Diário Oficial da União em 06 de dezembro, encontra-se no endereço eletrônico do IRBr (<http://www.mre.gov.br/irbr>).

VISITA DO
DOUTOR NESTOR OSORIO,
CANDIDATO DA COLÔMBIA
AO CARGO DE DIRETOR-
EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL DO CAFÉ (OIC)
(11 DE JANEIRO DE 2002)

O Governo brasileiro recebeu ontem a visita do Doutor Nestor Osorio, candidato da Colômbia ao cargo de Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café (OIC). O Doutor Osório foi recebido pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, e pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Doutor Marcus Vinícius Pratini de Moraes. O candidato colombiano encontrou-se, igualmente, com representantes do setor cafeeiro nacional.

Nos diversos encontros, foram discutidas as avenidas e oportunidades de atuação que se apresentam para a OIC na defesa dos interesses da produção e do consumo mundiais, num quadro de grave crise provocada pelos baixos preços do café no mercado internacional.

Ao final das discussões, o Governo brasileiro expressou formalmente seu apoio à candidatura do Doutor Nestor Osorio.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS
MINISTROS DE RELAÇÕES
EXTERIORES DOS PAÍSES DO
MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE
(11 DE JANEIRO DE 2002)

1. Os Ministros de Relações Exteriores de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai se reuniram na cidade

de Buenos Aires em 11 de janeiro de 2002, para analisar a situação política regional e internacional e o aprofundamento do processo de integração entre os países membros do MERCOSUL e com seus países associados.

2. Os Ministros de Relações Exteriores de Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai expressaram seu beneplácito pela solução institucional da crise na Argentina que culminou com a designação, por parte da Assembléia Legislativa, do Dr. Eduardo Duhalde como Presidente da Nação Argentina. Manifestaram, ainda, sua convicção de que as novas autoridades e a sociedade argentina em seu conjunto lograrão a recuperação do crescimento econômico e o desenvolvimento social e reiteraram sua vontade de acompanhar decididamente todos os esforços nesse sentido.

3. O Chanceler da República Argentina renovou o compromisso de seu Governo de aprofundar o processo de integração entre os países do MERCOSUL e com os países associados. Assinalou que o MERCOSUL constitui política de Estado da máxima prioridade para o Governo argentino. Ao reiterar a indubitável vontade política de seu Governo de revitalizar o processo de integração em todos seus aspectos, expressou sua certeza de que, muito em breve, poder-se-ão ver resultados concretos deste compromisso.

4. Os Ministros, considerando a complexa situação por que passa a região, reafirmaram a disposição de seus Governos de respeitar e aprofundar os compromissos assumidos entre os países do MERCOSUL e nos Acordos de Complementação Econômica com os Governos da Bolívia e do Chile. Nesse sentido, destacaram a importância

da coordenação macroeconômica para a estabilidade econômica e financeira da região, sublinhando a relevância do Grupo de Acompanhamento Macroeconômico da Reunião de Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais para a convergência às metas estabelecidas. Assinalaram, ainda, a importância de aperfeiçoar o quadro institucional para propiciar maior segurança jurídica e capacidade de gestão que facilite e garanta a integração.

5. Os Ministros manifestaram sua satisfação pelos avanços alcançados e reiteraram seu firme apoio ao processo de integração em matéria de infra-estrutura que se está levando a cabo no âmbito da iniciativa aprovada na Reunião de Presidentes da América do Sul, celebrada em Brasília, em setembro de 2000, como elemento fundamental para o desenvolvimento econômico de seus povos.

6. Os Ministros reiteraram seu compromisso de assegurar o acesso aos mercados mediante a superação das medidas restritivas adotadas em consequência da situação por que passa a região. Manifestaram, ainda, que é necessário enfrentar estes problemas com espírito de cooperação e tendo presente a necessidade de contar com economias competitivas que facilitem o processo de inserção no âmbito internacional.

7. Os Ministros destacaram os avanços alcançados em outras áreas da integração, em suas diversas instâncias, especialmente na coordenação política e social entre seus países, que contribui para a análise conjunta da realidade regional e internacional e a coordenação de posições em foros multilaterais e nas negociações com outros blocos regionais.

8. Finalmente, os Ministros agradeceram ao Governo argentino pela convocação da reunião que permitiu reafirmar o processo de integração regional. O Chanceler da República Argentina expressou, em nome de seu Governo e de seu povo, seu reconhecimento pelo significativo apoio recebido dos países presentes na difícil conjuntura política e econômica vivida pelo país.

DECLARAÇÃO CONJUNTA
BRASIL-RÚSSIA
(14 DE JANEIRO DE 2002)

A convite do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V, Putin, o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, realiza visita oficial à Federação da Rússia no período de 13 a 16 de janeiro de 2002.

Nas conversações mantidas entre os dois Chefes de Estado, foi abordado, de modo franco e amistoso, conjunto amplo de temas relevantes da agenda bilateral e questões de interesse recíproco nos cenários internacional e regional.

Os Presidentes expressaram satisfação com o alto nível e o dinamismo do relacionamento bilateral e com o caráter produtivo do diálogo e da cooperação russo-brasileira. Assinalaram, em particular, que a atuação da Comissão de Alto Nível deu estrutura firme aos diferentes níveis das relações entre os dois países. As visitas à Rússia do Vice-Presidente do Brasil Marco Maciel e ao Brasil do Presidente do Governo da Rússia Mikhail Kassianov tiveram grande importância para a intensificação da cooperação russo-brasileira.

Os dois Chefes de Estado destacaram a importância da cooperação bilateral nas áreas da economia, comércio, investimentos, ciência e tecnologia, e na busca dos mecanismos de financiamento adequados capazes de contribuir para seu desenvolvimento. Nesse contexto, manifestaram interesse recíproco na realização de programas e projetos conjuntos nas áreas de alta tecnologia como a indústria aeronáutica, espacial, telecomunicações, setor de combustíveis, de energia, inclusive no desenvolvimento de tecnologias inovadoras na área nuclear, no quadro, entre outros, da AIEA, sempre tendo presentes os princípios do interesse social, do meio ambiente e da não-proliferação. Reafirmaram o interesse comum em implementar amplo programa de cooperação científico-tecnológica, promovendo a troca de missões e a realização de projetos específicos nas áreas mais modernas e avançadas.

Procederam a uma avaliação positiva dos resultados apresentados pela Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômico-Comercial e Científico-Tecnológica, principal foro para o trato dos temas de maior importância na cooperação bilateral. Constataram igualmente os bons resultados da Comissão Política bilateral, ressaltando a utilidade desse mecanismo de consultas e concertação política sobre os principais temas da agenda internacional, em especial os relativos à segurança e à estabilidade estratégica.

Ao deliberarem sobre os temas de cooperação técnico-militar, concordaram em assinar, no futuro próximo, memorando de entendimento entre os Governos russo e brasileiro sobre questões de cooperação no domínio de, tecnologias militares de interesse mútuo.

Manifestaram satisfação ante o número expressivo de acordos assinados entre os dois Governos nos últimos anos, oferecendo a necessária moldura jurídico-institucional

para o bom desenvolvimento das relações bilaterais. Com o intuito de ampliar essa base, acordaram intensificar conversações sobre uma série de acordos em fase de preparação.

Os Chefes de Estado manifestaram sua disposição de elevar o relacionamento bilateral ao nível de uma parceria estratégica de longo prazo.

Os Presidentes do Brasil e da Rússia confirmaram o interesse de seus Governos no fortalecimento da cooperação no cenário internacional, principalmente nas Nações Unidas, com base nos princípios e propósitos da Carta da Organização. Expressaram a disposição do Brasil e da Rússia de atuar e construtivamente com vistas a fortalecer o papel central das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança. Concordaram com a necessidade de atribuir caráter mais representativo ao Conselho de Segurança, por meio da inclusão, entre outros, de países em desenvolvimento influentes, com o fim de aumentar sua eficácia com base no consenso que se forme na ONU. A Federação da Rússia afirmou considerar o Brasil, membro influente da comunidade internacional, como um dos candidatos apropriados para ocupar vaga de membro permanente, no contexto de um possível acordo sobre a ampliação do Conselho de Segurança nas categorias de membro permanente e não-permanente.

Salientaram a necessidade de aperfeiçoamento de mecanismos internacionais, sob a égide das Nações Unidas e do Direito Internacional, de reação a crises que ameaçam a paz e a estabilidade internacional. Neste contexto, enfatizaram a importância do fortalecimento do papel da ONU em missões de estabelecimento e manutenção da paz e em situações de crise humanitária.

Os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Vladimir V. Putin manifestaram satisfação com a assinatura em Brasília, em

dezembro de 2001, pelo Vice-Presidente Marco Maciel e pelo Presidente do Governo Mikhail M. Kassianov da Declaração da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia sobre o Combate ao Terrorismo. Reiteraram a determinação de seus Governos de agir ativamente no combate ao terrorismo internacional, de modo persistente e dentro da legitimidade, tendo como fundamento o Direito Internacional, os princípios e normas das Nações Unidas, as decisões pertinentes do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral das Nações Unidas, as convenções internacionais existentes nesta área e os Direitos Humanos universalmente reconhecidos. Ressaltaram a importância da punição dos responsáveis por ações terroristas, do bloqueio dos canais de seu financiamento e do combate a males conexos como o crime organizado transnacional, a lavagem de dinheiro e o tráfico de drogas.

Ao lado da cooperação no combate ao terrorismo, enfatizaram a necessidade de atribuir-se orientação mais solidária e justa ao processo de globalização, de forma a garantir as bases de uma nova ordem mundial que - ao favorecer o desenvolvimento de todos os países e regiões do mundo - minimize as assimetrias que ainda caracterizam as relações internacionais.

Os Presidentes manifestaram-se a favor do processo de desarmamento, sobretudo nuclear, com a preservação e o cumprimento rigoroso de todos os tratados e acordos já alcançados nesse domínio. Consideraram que atualmente, quando o mundo enfrenta novas ameaças, é especialmente importante que não seja admitido o vácuo jurídico no campo da estabilidade estratégica e o desmoronamento dos regimes de não-proliferação das armas de destruição em massa. Concordaram em que o Tratado de Mísseis Antibalísticos (ABM) constitui um dos pilares do sistema jurídico

nessa área. Constataram a importância de continuar e intensificar nessas condições os esforços voltados para a redução irreversível, controlada e mandatória dos armamentos estratégicos ofensivos, apoiaram os esforços que visam ao fortalecimento da não-proliferação de mísseis e manifestaram a intenção de empreender esforços concretos nessa área.

Mencionaram o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) como instrumentos de maior relevância nesse contexto, tendo convidado os países que ainda não os assinaram ou não os ratificaram a fazê-lo com a maior brevidade possível. Expressaram, ainda, concordância sobre a necessidade de manter o espaço exterior como área livre de uso militar. Sublinharam sua disposição de coordenar esforços de cooperação no âmbito da ONU com vistas ao combate ao tráfico e venda ilícitas de armas convencionais. Sublinharam seu firme compromisso com o combate ao tráfico de armas convencionais.

Os Presidentes do Brasil e da Rússia destacaram o papel essencial da Organização Mundial do Comércio (OMC) como indutor do crescimento e da prosperidade global. Reiteraram sua satisfação com o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais, o que contribuirá para o fortalecimento do sistema multilateral do comércio. Ressaltaram a necessidade de que os temas agrícolas sejam efetivamente tratados nesta nova rodada. A parte brasileira expressou seu apoio ao desejo da Rússia de ingressar como membro pleno na Organização Mundial do Comércio, em condições mutuamente aceitáveis para a Rússia e para os países-membros da OMC.

Coincidiram em que a globalização abre novas oportunidades para o desenvolvimento econômico e tecnológico, possibilitando

mudanças qualitativas na vida, das sociedades e de cada indivíduo. Mencionaram, porém, a necessidade de incorporação ao processo de globalização dos países e das populações menos favorecidas, assegurando-lhe acesso a suas inúmeras vantagens. Enfatizaram que a globalização deve servir ao progresso social, à diminuição do desemprego e à erradicação da pobreza.

Salientaram a responsabilidade conjunta da comunidade internacional em promover a estabilidade do sistema financeiro e crescimento econômico durável em todo o mundo e a importância de ações coordenadas para prevenir crises financeiras globais. Reafirmaram seu compromisso com o aprimoramento dos mecanismos de regulamentação e controle dos fluxos financeiros internacionais.

Os Chefes de Estado ressaltaram a prioridade atribuída pelos dois Estados à promoção e defesa dos direitos humanos e das liberdades individuais, sem qualquer discriminação. Expressaram sua preocupação ante manifestações de intolerância, seja de natureza religiosa, racial ou étnica, bem como de extremismo religioso e separatismo. Um passo importante para a intensificação das ações coletivas destinadas a superar esses fenômenos negativos foi dado com a Conferência Mundial sobre a Luta contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, na qual os Estados-membros da ONU conseguiram elaborar programa de ações de longo alcance visando a consolidar os ideais da igualdade de direitos nacional, étnica, cultural e lingüística. Ressaltaram, ainda, a vocação do Tribunal Penal Internacional para assegurar a aplicação e o respeito à justiça internacional.

Os Presidentes levaram em consideração as decisões tomadas pela 7ª Conferência das

partes da Convenção Quadro da ONU sobre mudança climática em Marraqueche, as quais formam os acordos de Marraqueche e abrem caminho à oportuna entrada em vigor do Protocolo de Quioto. O Presidente Fernando Henrique Cardoso assinalou que o Governo brasileiro estará tomando as medidas pertinentes para que o Protocolo entre em vigor para o Brasil no corrente ano.

Os Presidentes do Brasil e da Rússia manifestaram a importância da formação no Afeganistão de um sistema de poder amplamente representativo e multi-étnico que possa assegurar a manutenção da paz e da neutralidade daquele país. Foi reafirmada a necessidade de prestar-se assistência humanitária internacional no marco da ONU e de outras instituições internacionais para a população afegã e para os países de destino de refugiados afegãos.

Os dois Presidentes intercambiaram impressões sobre as tensões entre a Índia e o Paquistão e fizeram apelo aos líderes dos dois países para que evitem ações que possam por em perigo a estabilidade e a paz naquela região. Brasil e Rússia esperam que as atuais tensões bilaterais possam ser superadas de forma pacífica.

Os Chefes de Estado discutiram a situação no Oriente Médio, tendo sublinhado a disposição dos dois países em coordenarem posições de modo a contribuir para o equacionamento, do conflito e o fim de todas as formas de violência, com base nos princípios da Conferência de Madri e nas resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Presidente Fernando Henrique Cardoso salientou a importância da adoção de passos concretos que levem à constituição de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável e ressaltou que o direito à autodeterminação do povo palestino

e o respeito à existência de Israel como Estado soberano, livre e seguro são essenciais para que o Oriente Médio possa reconstruir seu futuro em paz. Por sua vez, o Presidente Vladimir V. Putin sublinhou que devem ser elementos indispensáveis do arranjo do Oriente Médio, entre outros, a liberação dos territórios árabes ocupados, a criação de um Estado Palestino independente e a garantia de igual e sólida segurança para os árabes e Israel.

Reafirmaram, a determinação do Brasil e da Rússia de continuar a envidar esforços para contribuir para a solução dos conflitos e erradicação dos focos de tensão no continente africano. Nesse particular, expressaram a importância de uma solução pacífica para o problema angolano por meio da implementação do Protocolo de Lusaka.

Os Presidentes dispensaram grande atenção aos processos de integração política e econômica registrados na América Latina. Foi assinalado que, atualmente, aquela região vem-se transformando em importante centro na conformação de uma nova ordem mundial.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso apoiou o desejo da Rússia de intensificar relações multifacetadas com a América Latina e a interação com associações políticas e de integração daquela região. Manifestaram satisfação recíproca com o desenvolvimento dos contatos da Rússia com o Grupo do Rio e com a Organização dos Estados Americanos.

Os Presidentes deram destaque especial à importância da interação concreta entre a Rússia e o Mercosul, a qual corresponde integralmente aos interesses e propósitos do Brasil e da Rússia.

Expressaram confiança na evolução positiva do processo político argentino, bem como na recuperação da estabilidade econômica e na retomada do crescimento naquele país, que desempenha papel de

fundamental importância para a solidez e o equilíbrio do Mercosul.

Os Chefes de Estado pronunciaram-se a favor da normalização da situação em tomo de Cuba e sua plena reintegração às estruturas regionais de cooperação.

Manifestaram seu apoio aos esforços compreendidos pelo Governo da Colômbia para que possa ser alcançada a paz naquele país, com base na afirmação dos valores democráticos e na promoção dos direitos humanos.

Durante a visita foram assinados esta Declaração Conjunta, o Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia, o Programa de Intercâmbio Cultural, Educacional e Desportivo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para o período de 2002 a 2003 e o Protocolo de Troca dos Instrumentos de Ratificação do Tratado sobre Relações de Parceria entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia.

Ao final do encontro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso convidou o Presidente Vladimir V. Putin a realizar visita de Estado ao Brasil em data de sua conveniência. O convite foi aceito com gratidão e as datas exatas de sua visita ao Brasil serão oportunamente definidas por via diplomática.

NEGOCIAÇÕES DE PAZ NA COLÔMBIA (21 DE JANEIRO DE 2002)

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia de que foi possível chegar a um acordo entre o Governo colombiano e as FARC sobre um cronograma de negociação e o estabelecimento de um cessar-fogo no futuro próximo.

A retomada do diálogo alenta a confiança do Brasil nos esforços despendidos para lograr um clima construtivo, que favoreça o entendimento e a reconciliação na Colômbia.

O Brasil continuará a oferecer seu decidido apoio ao processo de paz e mantém sua disposição, como vizinho e amigo, de aprofundar sua contribuição às iniciativas destinadas a alcançar a pacificação interna daquela nação irmã.

CONTENCIOSO BRASIL - CANADÁ NA OMC (28 DE JANEIRO DE 2002)

Os resultados do contencioso Brasil – Canadá na OMC, hoje divulgados, referem-se às reclamações do Brasil contra programas oficiais daquele país que apóiam as vendas de jatos regionais da Bombardier. As determinações a que chegou o painel correspondem aos resultados que o Brasil buscava.

O relatório hoje divulgado confirma que, no mínimo desde 1996, o Canadá vem estendendo financiamentos às exportações da Bombardier de forma incompatível com o Acordo de Subsídios da OMC. O painel afirmou que as seguintes operações receberam subsídios à exportação, proibidos pelas normas da OMC:

Financiamento com recursos da Canada Account à Air Wisconsin (EUA), em maio de 2001, envolvendo a aquisição de 150 aviões (75 firmes e 75 opções), num total aproximado de US\$ 3 bilhões;

Financiamento com recursos da Canada Account à Air Nostrum (Espanha), em outubro de 1998, envolvendo a aquisição de cinco aviões, num total aproximado de US\$ 100 milhões;

Financiamentos da *Export Development Corporation à Comair* (EUA), em julho de 1996, agosto de 1997 e fevereiro de 1999, envolvendo a aquisição de 44 aviões, totalizando aproximadamente US\$ 880 milhões.

O Canadá foi instado pelo painel a “retirar os subsídios identificados sem demora” (*withdraw the subsidies... without delay*). Também determinou o painel que o prazo máximo para retirada dos subsídios é de 90 dias, que deverão ser contados a partir da data de adoção do relatório pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

O Governo brasileiro espera que o Canadá dê pleno cumprimento às determinações do painel, adotando, desde já, as medidas necessárias para tornar seus programas de apoio às exportações plenamente compatíveis com as normas da OMC.

Em julho de 2001, o Órgão de Solução de Controvérsias reconheceu a plena compatibilidade do apoio do PROEX às vendas de jatos regionais da Embraer com as disciplinas do Acordo de Subsídios.

No entanto, a pretexto de “igualar as condições de competição” entre as duas empresas, recursos oficiais vêm sendo oferecidos à Bombardier em condições supostamente semelhantes às estendidas pelo PROEX à Embraer. O relatório hoje publicado deixa claro que o painel acatou as evidências apresentadas pelo Brasil, que desacreditam tal argumento. Essas evidências demonstram que as condições de financiamento oferecidas às vendas da Bombardier nas concorrências mais recentes vão bem além daquelas que, conforme se alega, a Embraer estaria desfrutando ao amparo do PROEX. Da mesma forma, elas atestam que, ao menos desde 1996, são verificadas incompatibilidades das práticas de financiamento da EDC com os dispositivos do Acordo de Subsídios.

O relatório do painel em questão integra elenco de resultados francamente positivos para o Brasil no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias da OMC. De 9 contenciosos iniciados pelo Brasil e já encerrados, obteve-se desfecho positivo em oito deles e resultados parcialmente satisfatórios em apenas um. Dos sete contenciosos abertos contra o Brasil, em apenas um deles o Órgão de Solução de Controvérsias determinou existirem práticas brasileiras inconsistentes com as disciplinas multilaterais de comércio.

ATENDENDO A CONVITE FORMULADO
PELO GOVERNO BRASILEIRO, A ALTA
COMISSÁRIA PARA OS DIREITOS
HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS,
MARY ROBINSON, REALIZARÁ
VISITA OFICIAL AO BRASIL NOS DIAS
30 E 31 DE JANEIRO CORRENTE
(29 DE JANEIRO DE 2002)

Atendendo a convite formulado pelo Governo brasileiro, a Alta Comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas, Mary Robinson, realizará visita oficial ao Brasil nos dias 30 e 31 de janeiro corrente. A Alta Comissária será recebida, em almoço, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e manterá encontros de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro da Justiça, o Secretário de Estado dos Direitos Humanos e diversas outras autoridades do Governo federal.

A visita da Senhora Mary Robinson servirá para a definição das áreas prioritárias da cooperação técnica a ser desenvolvida entre o Escritório do Alto Comissariado e o Governo brasileiro no campo da defesa e da promoção dos direitos humanos no Brasil. Os termos gerais dessa cooperação foram estabelecidos

no Memorandum de Intenção assinado, em maio de 2000, entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Governo brasileiro, quando da visita anterior da Senhora Mary Robinson ao Brasil.

No Memorandum de Intenção, o Governo brasileiro e o Alto Comissariado concordam em atribuir a máxima importância aos planos de ação nacionais de direitos humanos, à educação em direitos humanos e à questão do impacto da globalização sobre a promoção e a proteção dos direitos humanos.

A visita da Alta Comissária reitera o compromisso determinado do Estado brasileiro com o respeito e a promoção dos direitos e liberdades enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos instrumentos internacionais sobre a matéria. Ao estender convite à Alta Comissária para que visite o Brasil, o Governo brasileiro reafirma seu compromisso de cooperar com as Nações Unidas para a promoção e proteção dos direitos humanos, baseado no diálogo franco e transparente que mantém a respeito com a comunidade internacional e nas políticas internas que adota para tal fim.

A Alta Comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas é a principal autoridade responsável pelas atividades de direitos humanos da Organização. Uma de suas atribuições principais é o exercício de um papel ativo na remoção de obstáculos à plena realização dos direitos humanos no mundo. A Senhora Mary Robinson, ex-Presidente da República da Irlanda (1990-1997), exerce o cargo de Alta Comissária para os Direitos Humanos, por indicação do Secretário-Geral da ONU, referendada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, desde 12 de setembro de 1997.

Ao término da visita oficial, a Alta Comissária participará, em Porto Alegre, do Fórum Social Mundial.

43ª REUNIÃO ANUAL DA
ASSEMBLÉIA DE GOVERNADORES
DO BID - BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO E DA
CORPORAÇÃO INTERAMERICANA
DE INVESTIMENTOS (FORTALEZA,
7 A 13 DE MARÇO)
(29 DE JANEIRO DE 2002)

Fortaleza sediará, no período de 7 a 13 de março próximo, a 43ª Reunião Anual da Assembléia de Governadores do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Interamericana de Investimentos (instituição integrante do Grupo BID).

A Assembléia de Governadores do BID é realizada anualmente em cada um dos 46 países membros e dela participam os representantes dos países junto ao organismo, denominados “Governadores”, em geral ministros da Fazenda ou do Planejamento. O Governador do Brasil no BID é o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares.

A solenidade de abertura será realizada no Auditório do SEBRAE em Fortaleza e deverá contar com a presença do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e o Presidente do BID, Enrique Iglesias.

A programação oficial do evento terá lugar no Centro de Convenções de Fortaleza entre os dias, 11, 12 e 13 de março. Inclui a apresentação de um balanço das atividades no exercício anterior e estabelece a programação para o ano seguinte. Essas reuniões são precedidas por Seminários e Painéis paralelos que terão início no dia 7 de março. O primeiro Seminário será sobre “O Desenvolvimento das Economias Rurais na América Latina e Caribe”.

VISITA OFICIAL AO BRASIL
DO SENHOR SÉRGIO VIEIRA
DE MELLO (UNTAET)
(30 DE JANEIRO DE 2002)

O Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e Chefe da Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET), Sérgio Vieira de Mello, realizará visita oficial ao Brasil, em 4 e 5 de fevereiro próximo. O Senhor Sérgio Viera de Mello será recebido pelo Senhor Presidente da República, em almoço no Palácio da Alvorada, e manterá encontros de trabalho com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, com o Ministro de Estado da Defesa, com o Secretário-Geral das Relações Exteriores e com o Comandante do Exército.

Às 10h00 de 5/2/02, o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas proferirá a palestra “A singularidade da experiência das Nações Unidas na construção de uma nação: Timor Leste”, no auditório do Instituto Rio Branco.

Sérgio Viera de Mello esteve à frente da UNTAET desde a sua criação, em 1999. Esta operação de paz no Timor Leste pode ser considerada uma das mais bem sucedidas já realizadas pelas Nações Unidas. A tarefa de administrar um território e levá-lo à independência é sem precedentes na história da Organização. Vieira de Mello buscou integrar as lideranças timorenses ao processo administrativo da UNTAET, preparando o terreno para a transição. O Timor Leste encontra-se hoje estabilizado, com o sistema político em pleno funcionamento. A Assembléia Constituinte permanece reunida, eleições presidenciais devem ocorrer em abril e, em 20 de maio de 2002, deverá ser declarada a

independência do Timor Leste. Uma nova missão deverá substituir a UNTAET após 20 de maio, uma vez que as responsabilidades das Nações Unidas em um Timor Leste independente serão distintas das exercidas atualmente.

II SESSÃO DO COMITÊ PREPARATÓRIO PARA A CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (01 DE FEVEREIRO DE 2002)

No âmbito do processo de preparação para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo (Rio+10), ocorre entre os dias 28 de janeiro e 08 de fevereiro, na sede das Nações Unidas em Nova York, a II Sessão de seu Comitê Preparatório.

A Delegação do Brasil, chefiada pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer, é integrada pelo Representante Permanente junto à ONU, Embaixador Gelson Fonseca Jr., o Diretor-Geral do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Ministro Everton Vieira Vargas, além de funcionários diplomáticos e representantes dos Ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, da Saúde, de Minas e Energia, dos Transportes, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, todos integrantes da Comissão Interministerial para a Rio+10. A delegação conta, igualmente, com a participação de cerca de 30 representantes da sociedade civil.

Espera-se que na presente sessão seja possível avançar nas deliberações com vistas à plena implementação dos documentos

emanados da Rio-92, notadamente a Agenda 21, e na preparação dos trabalhos da Conferência de Joanesburgo, a realizar-se de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002.

O Brasil tem mantido posição de liderança no processo de preparação da Rio+10, não apenas por ter sediado a Conferência do Rio de 1992, mas também por sua importância específica nas discussões internacionais dos diversos temas da agenda ambiental e do desenvolvimento sustentável. O Brasil foi escolhido para ocupar uma das Vice-Presidências do Comitê Preparatório para a Conferência de Joanesburgo.

O Ministro Celso Lafer abrirá o debate geral da presente sessão do Comitê Preparatório na tarde desta sexta-feira, dia 1º de fevereiro, às 15h (local).

PARCERIA BRASIL-ALEMANHA: PLANO DE AÇÃO (14 DE FEVEREIRO 2002)

Brasil e Alemanha estão ligados por uma tradicional amizade. As relações entre ambos são de natureza estratégica. Enfatizamos aqui a comunidade de valores, interesses e percepções entre nossos dois países em matéria de paz, desenvolvimento, direitos humanos e segurança internacional, em particular à luz dos recentes acontecimentos internacionais e seu impacto sobre a ordem mundial. Queremos dar à nossa parceria uma nova qualidade. Nesse sentido, acordamos incrementar nossas relações políticas bilaterais em todos os níveis, tornando as consultas e coordenação mais frequentes, numa perspectiva pragmática e orientada para a ação. Essa tarefa caberá especialmente a altos funcionários dos

Ministérios de Relações Exteriores, bem como de outros setores governamentais, e cobrirá tanto a esfera bilateral quanto a agenda internacional. Atenção especial será dada a uma reforma abrangente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao fortalecimento da Organização das Nações Unidas, paz e desenvolvimento, segurança internacional e operações de manutenção da paz. A esse respeito, Brasil e Alemanha convêm em apoiar-se reciprocamente para membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma vez que haja acordo quanto à expansão da composição do Conselho em ambas as categorias, de membros permanentes e não-permanentes.

Brasil e Alemanha incrementarão seu diálogo em temas de direitos humanos, especialmente com vistas a apoiar mutuamente suas atividades em foros internacionais.

Manteremos diálogo intenso com o objetivo de levar adiante as negociações comerciais multilaterais lançadas pela Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Doha. Essas negociações podem representar um passo decisivo rumo à melhoria do sistema internacional de comércio, com amplos benefícios potenciais para a economia mundial como um todo e para os interesses de todos os países-membros. O diálogo focalizará temas de interesse comum para o Brasil e para a Alemanha, tais como acesso a mercados, agricultura, comércio de serviços, propriedade intelectual, comércio e investimentos, comércio e concorrência, comércio e meio ambiente, temas de implementação e regras da OMC. Os dois países intensificarão também seu diálogo sobre temas de acesso a mercados e outros aspectos de suas respectivas políticas comerciais nacionais e regionais, com vistas ao aumento dos fluxos bilaterais.

Comprometemo-nos, com renovada ênfase,

a apoiar fortemente as negociações para um acordo de associação entre o Mercosul e a União Européia, processo de grande significado estratégico. Nesse contexto, saudamos as contribuições dadas pelo setor privado de ambas as regiões por meio do Foro Empresarial Mercosul-União Européia.

O Brasil e a Alemanha trabalharão, através de seus Ministérios das Finanças, para intensificar o diálogo e a cooperação bilateral em foros internacionais, inclusive o G-20, com o propósito comum de promover maior estabilidade no sistema financeiro internacional, bem como de permitir a esse sistema melhor lidar com crises financeiras.

Nossos dois países continuarão a contribuir para relações mais próximas entre a América Latina e a União Européia. Atribuímos alta prioridade à segunda Cimeira América Latina/Caribe-União Européia, a realizar-se em maio de 2002, em Madri, e comprometemo-nos com seu êxito no que se refere à promoção da democracia e segurança, promoção da coesão social e do desenvolvimento sustentável nas duas regiões, reforço do multilateralismo e das associações regionais e estímulo à diversidade cultural e à modernização.

Concordamos em ampliar a intensa cooperação existente no plano da Comissão Mista de Cooperação Econômica, que compreende representantes do setor privado e altos funcionários governamentais de ambos os países, com o propósito de diversificar ao máximo os investimentos e laços comerciais em áreas como serviços públicos, privatização, agronegócio e parcerias envolvendo pequenas e médias empresas. Os dois países darão especial atenção às oportunidades de investimento e parceria nos setores de energia e infra-estrutura, resultantes dos planos brasileiros de desenvolvimento. Para tanto, um

grupo especial de contato será estabelecido, com o objetivo de informar sobre os projetos e oportunidades de investimentos, comércio e parcerias em infra-estrutura e energia. O grupo se reportará à Comissão Mista de Cooperação Econômica.

Ambos os países sublinham sua determinação de incrementar a cooperação e aprofundar o diálogo já existente em temas ambientais e de desenvolvimento sustentável. O próximo encontro da Agenda Comum/Fórum Ambiental Brasil-Alemanha dará novo e dinâmico impulso à cooperação e ao diálogo nessa área. Brasil e Alemanha enfatizam o significado da próxima Cúpula de Desenvolvimento Sustentável “Rio+10”, a dar-se em setembro de 2002, em Joanesburgo, e expressam sua intenção de trabalhar com vistas à coordenação de suas posições e formulação de iniciativas comuns nesse contexto. Saúdam a exitosa conclusão das negociações sobre clima em Marrakesh e enfatizam seu interesse comum na entrada em vigor do Protocolo de Kyoto até a Cúpula de Joanesburgo, exortando outros países a empenharem-se no esforço de ratificação do Protocolo. Brasil e Alemanha destacam também a importância do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais – PPG-7 – e a significativa participação alemã em seu programa bilateral de desenvolvimento. Recordam que o PPG-7 é um útil instrumento para cooperar com o Governo brasileiro em seu esforço voltado para políticas de desenvolvimento sustentável para as regiões Amazônica e da Mata Atlântica em termos, entre outros, de controle do desmatamento, proteção das terras indígenas e melhora das condições de vida das populações locais.

No campo educacional, ambos os países trabalharão para fortalecer a cooperação em educação superior e treinamento profissional,

através do Grupo de Trabalho Permanente Brasil-Alemanha sobre Cooperação Educacional e do Comitê Gestor sobre Treinamento e Educação Vocacional. Ênfase especial será dada ao “Unibral”, ambicioso programa destinado a criar projetos de parceria institucionalizada entre universidades brasileiras e alemãs. Ademais, ambos os países promoverão no corrente ano, no Brasil, uma Conferência Especial Brasil-Alemanha sobre Treinamento e Educação Vocacional.

Estamos determinados a atribuir prioridade ainda maior a iniciativas em Ciência e Tecnologia dirigidas aos setores de alta tecnologia, tais como biotecnologia, pesquisa de genoma, sistemas e tecnologia de informação e comunicação, tecnologias de produção limpa, pesquisa ambiental, nano-sistemas e micro-sistemas e pesquisa espacial. A cooperação nesses setores tem especial relevância para a capacitação econômica e a inserção internacional competitiva de ambos os países. Assim, programas inovativos de parceria, com impacto econômico direto, envolvendo tanto o setor público quanto o setor privado, receberão crescente prioridade.

Trabalharemos pelo rápido estabelecimento de uma conexão de alta velocidade de transmissão de dados entre nossas respectivas redes nacionais de pesquisa (Rede Nacional de Pesquisa – RNP – e Deutsche Forschungsnetz – DFN) através da rede europeia GEANT.

Ambos os Governos incrementarão de modo substancial a cooperação existente na área espacial, mediante a assinatura de um Acordo Inter-Agências entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Aeroespacial Alemã (DLR). Por meio desse mecanismo, ambos os países aumentarão sua cooperação em áreas com alto potencial econômico e capazes de contribuir para seus programas ambientais.

Os dois Governos estimularão e apoiarão o lançamento de um Diálogo de Sociedades entre a Alemanha e o Brasil, concebido como meio de proporcionar um quadro mais organizado e articulado aos intensos fluxos de interação entre as sociedades civis alemã e brasileira. Essa interação, que tem raízes profundas e vai muito além das relações oficiais, constitui notável fonte de legitimidade, dinamismo e criatividade para o relacionamento. Ambos os países podem assim beneficiar-se de um diálogo estruturado reunindo altas personalidades de várias instâncias da sociedade civil. Serão indicados proximamente pelos dois países os pontos focais responsáveis pela realização da iniciativa.

FALECIMENTO DO DEPUTADO
NÉLSON MARCHEZAN
(14 DE FEVEREIRO DE 2002)

Recebi com muita tristeza a notícia do falecimento do deputado Néelson Marchezan. Nos momentos em que a vida pública nos aproximou pude testemunhar seu elevado espírito público e o empenho com que se lançava à defesa dos interesses de seu Estado - o Rio Grande do Sul – e do Brasil.

Como presidente da Câmara de Deputados, desempenhou papel fundamental no processo da democratização. Ao longo de uma trajetória de 42 anos de vida política, Néelson Marchezan sempre soube se pautar pelos sentidos da dignidade e do dever. O seu prematuro falecimento priva-nos de um grande quadro político e de um parlamentar eminente. Sua falta será sentida pelo Congresso, pelo povo gaúcho e pelo País.

Celso Lafer

Ministro das Relações Exteriores

DECLARAÇÃO CONJUNTA
DO MERCOSUL
(19 DE FEVEREIRO DE 2002)

Tradução não oficial

Declaração Presidencial

Os presidentes da República Federativa do Brasil, da República da Bolívia, da República do Chile, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai expressaram sua solidariedade com o Presidente e o Governo da Argentina, na crise econômica e social por que passa o país.

Solicitam aos organismos multilaterais de crédito que compreendam a situação complexa da Argentina e que levem em consideração que o apoio que este país solicita está vinculado a políticas internas que permitam o crescimento econômico, única forma de tornar as referidas políticas sustentáveis.

**Comunicado conjunto dos presidentes
do Mercosul, Bolívia e Chile**

Os Presidentes dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile, por ocasião da III Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Buenos Aires no dia 18 de fevereiro de 2002, reafirmaram seu compromisso com o processo de integração e reiteraram a vontade de aprofundar a coordenação entre seus países.

Os Presidentes celebraram a entrada em vigor do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul e destacaram que a continuidade da ordem democrática é um elemento essencial do processo de integração regional que solidifica o bloco nos âmbitos regional e internacional.

Empenharam todos os seus esforços na busca de um mundo mais justo e solidário

no qual seja realidade a vigência plena dos direitos humanos, a redução da pobreza e da exclusão social, a proteção do meio ambiente, a progressiva liberalização comercial, o acesso à tecnologia e à promoção dos investimentos e de fluxos mais estáveis de capital.

Reafirmaram seu compromisso com a cooperação internacional na luta contra o terrorismo, no cumprimento da Resolução 1373/01 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Comprometeram-se, ademais, a seguir oferecendo seu apoio no âmbito da OEA às importantes tarefas que executa o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), bem como aos trabalhos que estão se desenvolvendo para adotar, na XXXII Assembléia Geral, a Convenção Interamericana para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo. Destacaram, finalmente, a criação do Grupo de Trabalho Permanente do Mercosul, Bolívia e Chile contra o Terrorismo.

Comprometeram-se a avançar na coordenação macroeconômica entre os Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile como instrumento para a estabilidade econômica e financeira e o incremento dos fluxos comerciais e de investimentos na região e com outras partes do mundo. Ademais, comprometeram-se a manter economias abertas e competitivas que facilitem e acelerem de maneira definitiva a inserção de nossos países no âmbito internacional.

Reconheceram a necessidade de aperfeiçoar o marco institucional do Mercosul com o objetivo de dotar a região das ferramentas necessárias para fortalecer a segurança jurídica e a capacidade de gerir o processo de integração e comprometeram-se a renovar esforços para atingir essa meta.

Expressaram sua satisfação pela crescente dimensão política do Mercosul, destacando nesse sentido as novas funções de continuidade

e coordenação de alguns grupos de trabalho por parte do Foro de Consulta e Concertação Política. Nessa ocasião, recomendaram especialmente aos participantes das reuniões sobre Desenvolvimento Social, Educação, Cultura, Justiça e Interior, a temática da Mulher, Drogas e Reabilitação, Municípios e Intendências, a aprofundar e acelerar suas tarefas.

Ressaltaram a ativa participação dos seis países no processo de integração econômica hemisférica no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas, concebida como uma oportunidade para incrementar o acesso aos mercados e estimular o desenvolvimento de suas economias. Concordaram que o fortalecimento das relações econômico-comerciais no Cone Sul permitirá melhorar sua posição nessas discussões e alcançar um acordo equitativo para a região.

Reafirmaram seu interesse no processo em curso do mecanismo 4 + 1 entre o Mercosul e os Estados Unidos da América, bem como na negociação Chile–Estados Unidos da América.

Reiteraram seu objetivo de que avancem as negociações entre a União Européia e o Mercosul e a União Européia e Chile, e que, por ocasião das próximas Cúpulas América Latina e Caribe – União Européia e Mercosul – União Européia, se produzam resultados concretos que fortaleçam as relações entre as regiões.

Reafirmaram a disposição de dar impulso às negociações entre o Mercosul e Bolívia e entre o Mercosul e Chile, no contexto dos Acordos de Complementação Econômica números 36 e 35, aprofundando os compromissos do processo de integração.

Reiteraram com ênfase seu interesse em concluir antes de junho de 2002 as negociações Mercosul – Comunidade Andina para a conformação de uma zona de livre comércio

entre os blocos. Nesse sentido, manifestaram sua expectativa de que se registrem avanços significativos no processo negociador por ocasião da próxima reunião prevista para os dias 5 a 7 de março.

Ressaltaram a importância da Cúpula de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília, e advogaram a continuidade de reuniões dessa natureza e, em particular, o aprofundamento da iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Sublinharam a importância de que se reveste para seus países a próxima Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que será realizada em Monterrey, México, no mês de março deste ano, esperando que os resultados reflitam os interesses dos países em desenvolvimento.

Os Presidentes da Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai reiteraram seu apoio ao esforço que realiza o Governo argentino para superar a conjuntura adversa que atravessa seu país, com a serenidade e decisão que as circunstâncias requerem. De sua parte, o Presidente da Bolívia, em nome de seus colegas andinos, expressou sua plena solidariedade com a República Argentina e seu total respaldo ao Governo constitucional desse país.

Ao concluir, agradeceram à República Oriental do Uruguai pelo trabalho realizado durante o exercício da Presidência Pro-Tempore do Mercosul no segundo semestre de 2001. Da mesma forma, agradeceram à República Argentina pelo apoio e cortesia recebidos para concluir esta Cúpula de maneira bem sucedida.

VISITA DO PRESIDENTE FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO À POLÔNIA
(24 A 26 DE FEVEREIRO)
(20 DE FEVEREIRO DE 2002)

Missão empresarial

O Departamento de Promoção Comercial (DPR) do Ministério das Relações Exteriores, com apoio da Embaixada do Brasil em Varsóvia e da Câmara de Comércio e Indústria da Polônia, está organizando missão empresarial no âmbito da visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A delegação brasileira inclui 33 empresas e 53 empresários, representando os seguintes setores: autopeças, aeroespacial, siderurgia, mineração, equipamentos médicos e odontológicos, alimentos, têxteis e confecções, calçados, finanças, logística, entre outros.

Os principais eventos empresariais ocorrerão no dia 25 de fevereiro, no Hotel Victoria Sofitel. Na parte da manhã, será realizado o seminário “Brasil – Polônia: Oportunidades de Novas Parcerias”, que traçará um panorama da situação macroeconômica do Brasil e das relações comerciais bilaterais. Estão previstas apresentações por parte do Diretor-Geral do DPR, Embaixador Mario Vilalva, do Diretor do BNDES, Isac Zagury, de autoridade do Ministério da Economia da Polônia e do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Polônia, Andrzej Arendarski, além de exposições de altos executivos da Embraer, Vale do Rio Doce, Veirano Advogados Associados e Ferronorte. O seminário será encerrado às 12h30 pelos Presidentes do Brasil e da Polônia. Espera-se a participação de 200 pessoas.

Após o seminário, durante toda a tarde, ocorrerão rodadas de negócios entre os exportadores brasileiros e importadores, agentes, distribuidores e potenciais parceiros poloneses.

No dia 26, os empresários brasileiros terão agendas específicas de reuniões e visitas técnicas.

VIAGEM DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO À REPÚBLICA DO PANAMÁ (6 DE MARÇO DE 2002) (20 DE FEVEREIRO DE 2002)

O Presidente Fernando Henrique Cardoso realizará visita de Estado à República do Panamá, no próximo dia 6 de março. Na ocasião, o Presidente participará de cerimônia de lançamento das obras de dragagem do Lago Gatún, as quais se inserem no projeto de modernização do Canal do Panamá, assim como da inauguração da XX edição da Feira Comercial Internacional do Panamá (Expocomer), de grande significado nacional e sub-regional. O convite, estendido pessoalmente pela Presidenta Mireya Moscoso por ocasião de sua visita ao Brasil em agosto de 2001, foi formalizado por carta, de 11/12/01, do Chanceler panamenho José Miguel Alemán Healy ao Ministro Celso Lafer.

O lançamento das obras de dragagem do Lago Gatún deverá marcar o início de um amplo processo de modernização e ampliação, orçado em US\$ 4 bilhões, da estrutura do Canal do Panamá, para atender às crescentes

demandas do transporte moderno, permitindo o tráfego de embarcações de dimensões *Post-Panamax*, tais como as embarcações para grãos e minérios de procedência brasileira destinadas ao mercado asiático. Consórcio brasileiro, integrado pela Construtora Camargo Corrêa e pela Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, encontra-se pré-qualificado na licitação internacional para a elaboração do desenho conceitual das novas eclusas *Post-Panamax*. Registre-se que, por recomendação do próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Administrador do Canal do Panamá, Alberto Alemán Zubieta, entrevistou-se, em 21/08/01, com autoridades do Ministério da Defesa (MD) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MOG). Nesses encontros, trocaram-se idéias acerca da importância do Canal do Panamá como eixo estratégico de escoamento das exportações brasileiras.

No que tange à Expocomer, que se realizará de 6 a 10 de março vindouro, trata-se de uma feira multissetorial que gerou negócios da ordem de US\$ 90 milhões, em 2001, e da qual deverão participar, em 2002, empresas provenientes de 33 países. Espera-se que a participação do Brasil na Expocomer venha a refletir a aproximação comercial ultimamente registrada com a região, tendo em vista o envio, em 2001, de duas missões empresariais brasileiras à América Central e o anúncio de abertura de um Setor de Promoção Comercial (Secom) regional junto à Embaixada do Brasil no Panamá.

A visita servirá, portanto, para reafirmar o interesse do Brasil em aprofundar seu relacionamento com a América Central e, em especial, com o Panamá, bem como para dar seguimento às duas viagens realizadas pelo

Presidente Fernando Henrique Cardoso à região: a primeira, durante a Cúpula de São José, em abril de 2000; e a segunda, ao próprio Panamá, em novembro do mesmo ano, para participar da X Cúpula Ibero-Americana, oportunidade em que se fez a cessão em depósito dos únicos originais conhecidos das atas do Congresso Anfictiônico de 1826.

II REUNIÃO DO MECANISMO DE CONSULTAS POLÍTICAS BRASIL-CUBA (21 DE FEVEREIRO DE 2002)

Nos dias 25 e 26 de fevereiro, realizar-se-á em Brasília a II Reunião do “Mecanismo Permanente de Informação e Consultas Políticas Brasil-Cuba”, dando seguimento ao último encontro ocorrido em 15/03/01, na cidade de Havana. O Mecanismo, criado em maio de 1998, por ocasião da visita a Havana do então Ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia, tem servido de moldura institucional às relações bilaterais, nos mais diversos campos.

A parte cubana estará encabeçada pelo Vice-Ministro de Relações Exteriores para América Latina e Caribe e de Cooperação, Pedro Núñez Mosquera, que manterá encontros no Itamaraty com o Secretário-Geral das Relações Exteriores, o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais e o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais. O Sr. Núñez Mosquera também proferirá palestra no Instituto Rio Branco.

Nesses encontros, serão repassados vários temas das agendas bilateral, regional e multilateral. Registre-se que no contexto do “Mecanismo Permanente de Informação

e Consultas Políticas” já se promoveram, em junho de 1999 e em março de 2000, em Havana e Brasília, respectivamente, as primeiras rodadas de consultas bilaterais sobre direitos humanos. Nas duas oportunidades, as conversas foram marcadas por um diálogo franco, evidenciando o elevado patamar a que foi alçado o entendimento político entre os dois países.

O GOVERNO BRASILEIRO EXPRESSA SUA SATISFAÇÃO COM OS ENTENDIMENTOS MANTIDOS, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À POLÔNIA (25 DE FEVEREIRO DE 2002)

O Governo brasileiro expressa sua satisfação com os entendimentos mantidos, por ocasião da visita do Presidente da República à Polônia, entre as empresas brasileiras Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Comexport e as siderúrgicas polonesas Huta Katowice e HTS, que permitirão a exportação para a Polônia, ao longo dos próximos dez anos, de uma quantidade mínima anual de 2,5 milhões de toneladas de minério de ferro brasileiro. O negócio possibilitará o desenvolvimento pela parte brasileira de um terminal portuário próprio em Gdansk (Rudoport).

A concretização desses entendimentos implicará expressivo aumento do fluxo comercial entre o Brasil e a Polônia e, dessa forma, contribuir para o fortalecimento das relações bilaterais como um todo.

Varsóvia, 25 de fevereiro de 2002.

DECLARAÇÃO CONJUNTA
SOBRE OS RESULTADOS DAS
CONVERSAÇÕES ENTRE O
PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO E O PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DA POLÔNIA,
ALEKSANDER KWASNIEWSKI
VARSÓVIA, 25 DE FEVEREIRO DE 2002

A convite do Presidente da República da Polônia, Aleksander Kwasniewski, o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, realiza visita oficial à Polônia no período de 24 a 26 de fevereiro de 2002.

Durante as conversações, os dois Presidentes abordaram um amplo espectro de temas da agenda do relacionamento entre o Brasil e a Polônia, bem como as principais questões internacionais.

Expressaram satisfação com o nível altamente positivo dos contatos mantidos, reflexo de um diálogo político contínuo e proveitoso para ambas as partes. Ao mesmo tempo, os Presidentes concordaram com a necessidade de que, no campo econômico, os dois países aproveitem melhor as amplas possibilidades existentes. Nesse contexto, avaliaram muito positivamente o Seminário Comercial realizado durante a presente visita, que reuniu número expressivo de empresários brasileiros e poloneses.

Os Chefes de Estado salientaram a importância da cooperação científica e tecnológica entre os dois países. Apontaram a relevância dos contatos entre as instituições de pesquisa e ensino superior. Sublinharam a necessidade de criação de mecanismos de

financiamento direcionados a essa cooperação e expressaram a expectativa de que a mesma conduza à realização de projetos com aplicações práticas nas economias dos dois países.

Os Presidentes expressaram sua satisfação com a conclusão das negociações dos acordos nas áreas zoo e fitossanitária, rubricados durante a visita e que serão firmados no decorrer do próximo mês. Estimaram aconselhável prosseguir com os entendimentos para a adoção de novos instrumentos bilaterais. Os dois lados concordaram em iniciar negociações de atos sobre promoção e proteção de investimentos e sobre dupla tributação, de grande significado para o desenvolvimento do intercâmbio econômico bilateral.

Os dois Chefes de Estado atribuíram atenção especial ao relevante papel desempenhado pelos cidadãos brasileiros de origem polonesa na aproximação e estreitamento dos contatos entre os dois países.

Os Presidentes do Brasil e da Polônia confirmaram a determinação de seus países em participar ativamente na luta contra o terrorismo internacional. Reconheceram a necessidade de punir os responsáveis pelos atos terroristas, bem como a importância de bloquear as fontes do terrorismo internacional e combater fenômenos correlatos, tais como o crime organizado transnacional, tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro. Consideraram a Conferência de Varsóvia sobre Combate contra o terrorismo —realizada em novembro de 2001— um evento significativo na coordenação da ação internacional sobre o tema.

Ao lado da cooperação na luta contra o terrorismo, os dois lados concordaram quanto à importância do estabelecimento de uma ordem mundial mais justa e solidária. Ressaltaram a necessidade de que o processo de globalização

promova o desenvolvimento de todos os países e regiões do mundo, minimizando, dessa forma, as assimetrias que ainda caracterizam a cena internacional.

Os Chefes de Estado salientaram a prioridade atribuída pelos dois países à proteção dos direitos humanos e das liberdades democráticas. Os Presidentes apontaram a necessidade de maior cooperação entre Brasil e Polônia sobre esse tema e expressaram sua preocupação com os fenômenos, ainda recorrentes, de intolerância religiosa, racial e étnica.

Os Chefes de Estado reiteraram o engajamento do Brasil e da Polônia na busca da solução pacífica dos conflitos internacionais. Os dois países atribuem grande significado aos resultados alcançados pelas operações de paz das quais participam ou participaram com base em mandato das Nações Unidas.

Os Presidentes apoiaram o estreitamento da cooperação entre a União Européia, o Brasil e outros países da América Latina. Atribuíram particular importância às negociações comerciais entre o Mercosul e a UE e expressaram a expectativa de que, até 2005, Brasil e Polônia possam encontrar-se em uma zona de livre comércio.

Os dois Chefes de Estado expressaram grande satisfação com a seqüência de seu diálogo por ocasião da visita oficial do Presidente da República da Polônia, Aleksander Kwasniewski, ao Brasil em abril de 2002.

COMUNICADO DE IMPRENSA SOBRE A SITUAÇÃO NA COLÔMBIA (25 DE FEVEREIRO DE 2002)

Os Governos do Brasil e de seus parceiros do Mercosul, Bolívia e Chile emitiram na

semana passada declaração na qual ficaram consignados a grave preocupação com o agravamento da crise colombiana e com ações que redundem em violações dos direitos humanos e do direito humanitário internacional, bem como o apoio ao Governo constitucional e democrático do Presidente Andrés Pastrana.

Como país vizinho da Colômbia, o Brasil vem acompanhando com especial atenção o desenrolar da crise naquele país, e foi com grande consternação que recebeu a notícia do seqüestro da Senadora e candidata presidencial Ingrid Betancourt. O Brasil condena enfaticamente esse e todos os demais atos de violência cometidos pelas FARC.

O Governo brasileiro reafirma sua opinião de que, diante da atitude das FARC, o Presidente Pastrana exerceu sua autoridade constitucional ao suspender o processo de negociação. Merece, portanto, todo o respaldo do Brasil para tal decisão. O Brasil mantém, por outro lado, sua firme disposição de contribuir no que for possível para a retomada do diálogo na Colômbia e para que a tranquilidade e a paz possam retornar àquela nação irmã.

VISITA DO VICE-MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO CANADÁ, GAËTAN LAVERTU (26 DE FEVEREIRO DE 2002)

O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Gaëtan Lavertu, encontra-se em visita ao Brasil no período de 25 a 28 de fevereiro de 2002. O roteiro da viagem inclui as cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Na capital brasileira, o Vice-Ministro manteve consultas com o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores,

Embaixador Osmar Chohfi, oportunidade em que foram repassadas as relações bilaterais, assim como analisados temas de interesse mútuo nos planos regional e multilateral.

No Rio de Janeiro, estão previstos café-da-manhã com o Governador Anthony Garotinho e encontro com o Presidente da Petrobras, Francisco Gros. O Senhor Lavertu deverá ainda participar de almoço com representantes do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), da Fundação Getúlio Vargas, do BNDES e da Associação Comercial do Rio de Janeiro, bem como efetuar visita ao Palácio Itamaraty (sede carioca do MRE).

Na cidade de São Paulo, o Vice-Ministro deverá reunir-se com o Presidente da FIESP e com membros da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

I REUNIÃO PREPARATÓRIA DA IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP (27 DE FEVEREIRO DE 2002)

Realizou-se esta manhã, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, a I Reunião Preparatória da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, que ocorrerá em Brasília, no próximo mês de julho, com a presença dos Presidentes e Primeiro-Ministros de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e ainda, pela primeira vez, de Timor Leste. A independência do mais novo país de língua portuguesa, que deverá formalizar sua adesão à CPLP exatamente durante a Conferência de

Brasília, está marcada para o próximo dia 20 de maio.

A Reunião Preparatória foi aberta pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi e, em seguida, presidida pelo Subsecretário de Relações Políticas Bilaterais, Embaixador Gilberto Vergne Saboia. Contou com a presença de assessores internacionais e outros funcionários de vários Ministérios que já vêm realizando ações de cooperação bilateral e multilateral com os países de língua portuguesa. Atualmente, dentre os países em desenvolvimento, os países de expressão portuguesa, entre os quais Timor Leste, já são os maiores beneficiários, em volume de recursos, de projetos de cooperação com a participação de instituições públicas brasileiras, bem como, e de modo crescente, em parceria com representantes do terceiro setor.

A Reunião foi o marco inicial do processo preparatório da participação brasileira na IV Conferência, que exigirá o envolvimento dos diversos setores do Governo brasileiro, convidados a identificar propostas e projetos que possam ampliar a cooperação e o diálogo entre os países membros da CPLP. Na ocasião, os participantes puderam fazer breve relato das ações de cooperação já em andamento com os países de língua portuguesa, no domínio da saúde, educação, defesa, cultura, telecomunicações e justiça, entre outros. Vários órgãos manifestaram a disposição de ampliar sua participação no esforço de fortalecimento dos laços de cooperação na CPLP.

Outras reuniões preparatórias da IV Conferência deverão ser oportunamente realizadas, com vistas a dar prosseguimento à discussão sobre cooperação técnica e iniciar o debate também sobre temas da agenda político-diplomática da CPLP e da política brasileira de difusão da língua portuguesa no exterior.

DEBATE NACIONAL SOBRE O
TRATADO DE COOPERAÇÃO
AMAZÔNICA
(27 DE FEVEREIRO DE 2002)

O Secretário-Geral do MRE, Embaixador Osmar Chohfi, abrirá, no dia 28 de fevereiro, às 9h45, o Debate Nacional sobre o Tratado de Cooperação Amazônica, do qual participarão autoridades federais e estaduais, parlamentares, acadêmicos e especialistas da área de meio ambiente, bem como representantes do meio empresarial, sindicatos e organizações não-governamentais. Os trabalhos se desenvolverão durante a manhã e a tarde de quinta-feira e prosseguirão na sexta-feira, 1 de março, até às 12h20, quando serão encerrados pelo Ministro de Estado.

DECISÃO DO DEPARTAMENTO DE
COMÉRCIO DOS ESTADOS UNIDOS DE
IMPOR DIREITOS COMPENSATÓRIOS
SOBRE AS IMPORTAÇÕES DE
CHAPAS DE AÇO LAMINADO A
FRIO ORIGINÁRIAS DO BRASIL
(01 DE MARÇO DE 2002)

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, prestou hoje as seguintes declarações, relacionadas à decisão do Departamento de Comércio dos Estados Unidos de impor direitos compensatórios sobre as importações de chapas de aço laminado a frio originárias do Brasil, em níveis de 8,22% e 12,58%, dependendo da empresa:

“A justificativa apresentada pelas autoridades norte-americanas para aplicar

a medida é a de que as empresas brasileiras haviam-se beneficiado de subsídios no passado, antes de sua privatização. A tese sustentada pelo Governo dos Estados Unidos - de que subsistem os efeitos dos subsídios mesmo após sua venda em leilão público a preços de mercado - já foi condenada pela Organização Mundial do Comércio.

O Governo brasileiro lamenta que os Estados Unidos, movidos por interesses protecionistas, continuem a insistir nesse entendimento, que não corresponde ao entendimento do Brasil nem ao de nenhum outro país e que já foi objeto de condenação no principal foro internacional.

A relutância dos Estados Unidos em dar cumprimento à interpretação da OMC motivou a abertura de novo painel naquela Organização, solicitado pela União Européia, e do qual o Brasil vem participando como terceira parte interessada.

OS BRITÂNICOS NO BRASIL
(PALÁCIO DO ITAMARATY, DE
5 A 31 DE MARÇO DE 2002)
(04 DE MARÇO DE 2002)

Durante sua visita ao Brasil, o Príncipe Charles inaugurou no dia 4 de março, no Palácio do Itamaraty, a exposição “Britânicos no Brasil”. A mostra —que estará aberta ao público a partir da terça-feira, dia 5 — recupera os cinco séculos de presença do Reino Unido e de seus cidadãos no processo de formação do Brasil.

Em seus painéis, dispostos no térreo do Palácio Itamaraty, ao redor da escultura “Polivolume” de Mary Vieira, a exposição apresenta vasta iconografia sobre a

contribuição de ingleses, escoceses e galeses à história, à economia e à cultura brasileira. Depoimentos e testemunhos da comunidade britânica constituem o pano de fundo dessa rica apresentação.

Concebida por Raymond Krinker, uma das principais lideranças da comunidade britânica no Brasil, coordenada por Josette Marcus e tendo Júlio Abe Wakahara como Curador-Geral, “Britânicos no Brasil” conta com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, da Embaixada do Reino Unido em Brasília, do British Council e da Cultura Inglesa e das empresas AON, Comgás, HSBC, N.M. Rothschild & Sons, Shell e Unigel.

II REUNIÃO DO GRUPO PERMANENTE DE COOPERAÇÃO BRASIL-GUIANA (05 DE MARÇO DE 2002)

Foi aberta hoje, às 11 horas, no Palácio Itamaraty, com a presença do Embaixador Osmar Chohfi, Secretário-Geral das Relações Exteriores, a II Reunião do Grupo Permanente de Cooperação Brasil-Guiana.

O encontro, que continua amanhã, quarta-feira, antecede a visita do Secretário-Geral àquele país, marcada para abril deste ano, e tem como objetivo a busca de soluções comuns para questões consulares, sobretudo as de fronteira, tais como controle sobre o trânsito de pessoas e de mercadorias, além do exame de aspectos mais específicos do relacionamento bilateral, de que são exemplo a cooperação na área de saúde e em matéria penal.

A delegação da Guiana, chefiada pela Embaixadora Elisabeth Harper, Diretora-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, fica em Brasília até a quinta-feira, dia 7.

DECLARAÇÕES PRESTADAS PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, RELACIONADAS AO ANÚNCIO PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DE MEDIDAS QUE RESTRINGIRÃO O ACESSO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS BRASILEIROS AO MERCADO NORTE-AMERICANO (06 DE MARÇO DE 2002)

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, prestou hoje, no Panamá, as seguintes declarações, relacionadas ao anúncio pelo Governo dos Estados Unidos da América de medidas que restringirão o acesso de produtos siderúrgicos brasileiros ao mercado norte-americano:

“O Governo brasileiro lamenta a decisão do Governo dos EUA, ontem anunciada, de proteger sua indústria siderúrgica por meio de novas restrições às importações de aço. A aplicação de medidas de salvaguarda sem a comprovação de surto de importação ou de dano à indústria local fere os princípios do comércio internacional.

Ao longo do processo das consultas que manteve com diversos níveis do governo norte-americano, o Brasil demonstrou que não se justificavam quaisquer medidas restritivas contra o aço brasileiro e que este constituía parte da solução para a reestruturação da indústria norte-americana, e não parte do problema.

Para produtos acabados, na maioria dos casos, as medidas adotadas pelo Governo norte-americano equivalem a proibir importações, ao estabelecerem sobretaxa de 30%, que inviabiliza o acesso do produto importado. A

exemplo de outros países, o produto brasileiro estará, por conseguinte, com acesso vedado ao mercado dos EUA.

No caso dos produtos semi-acabados, principal item das exportações brasileiras para aquele país, a quota alocada ao Brasil, de 2,5 milhões de toneladas no primeiro ano de vigência, fica 1 milhão de toneladas aquém da demanda estimada no mercado norte-americano pelo produto brasileiro, o que representa grave limitação.

Embora uma análise preliminar indique que uma parte substancial do volume hoje exportado pelas usinas brasileiras para os Estados Unidos poderá ter sua participação preservada naquele mercado, o Governo brasileiro está procedendo a uma cuidadosa avaliação do impacto das medidas e já solicitou consultas ao Governo norte-americano, conforme dispõem os acordos da Organização Mundial de Comércio (OMC). À luz dessas consultas e do que vier a apontar a análise pormenorizada dos dados, o Brasil decidirá que cursos de ação tomar, inclusive no tocante a eventual recurso à OMC.

Numa avaliação mais ampla, a adoção das medidas de salvaguardas por parte do Governo dos Estados Unidos não deixará de ter conseqüências sobre as negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC) e, em especial, no contexto da ALCA.”

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DO COMÉRCIO EXTERIOR
DOS PAÍSES BAIXOS
(07 DE MARÇO DE 2002)

O Ministro do Comércio Exterior dos Países Baixos, Gerrit Ybema, realiza visita de trabalho

ao Brasil, no período de 6 a 13 de março de 2002. A expressiva delegação empresarial que o acompanha incluirá representantes do ABN AMRO Bank e das empresas NCM (Agência Neerlandesa de Seguro ao Crédito), FMO (Agência de Financiamento a Países em Desenvolvimento) e MSR (Consultoria em operações portuárias).

A terceira visita do Ministro Gerrit Ybema ao Brasil (na primeira ocasião, o Ministro integrou a comitiva do Primeiro-Ministro Wim Kok, em novembro de 1998, e na segunda esteve à frente de missão empresarial, em maio de 2000), demonstra a prioridade conferida pelo Governo neerlandês à dimensão econômica de seu relacionamento com o Brasil. No que se refere ao intercâmbio comercial, os Países Baixos são o segundo parceiro comercial do Brasil na Europa e nosso terceiro maior mercado de exportação. As vendas do Brasil para o mercado holandês somaram mais de US\$ 2,8 bilhões e as importações alcançaram cerca de US\$ 532 milhões em 2001, resultando um saldo favorável para o Brasil de US\$ 2,3 bilhões.

Estima-se, por outro lado, que o total de investimentos e reinvestimentos neerlandeses no Brasil seja da ordem de US\$ 10 bilhões. Em 2000, os Países Baixos foram o quarto principal investidor estrangeiro no país, com entradas de US\$ 2,2 bilhões, posicionando-se atrás da Espanha, EUA e Portugal, e superando a França, a Alemanha e o Reino Unido. Cabe salientar, também, que entre os 60 maiores grupos estrangeiros no Brasil por patrimônio estão cinco grupos com capital holandês, sendo que a Shell ocupa a 5ª posição. No campo financeiro, o ABN-AMRO Bank, após a aquisição do Banco Real e do Banco do Estado de Pernambuco, montou no Brasil seu terceiro mais importante centro de operações no mundo, atrás apenas da sede em Amsterdam e de sua central nos Estados Unidos.

A programação do Ministro Gerrit Ybema no Brasil incluirá Brasília (onde será recebido em audiência pelo Vice-Presidente da República e manterá encontros com os Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, da Fazenda, Pedro Malan, e das Relações Exteriores, Celso Lafer), São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Os Ministros Gerrit Ybema e Celso Lafer assinarão no Itamaraty, às 17 horas de hoje, dia 7 de março, os acordos nas áreas de cooperação aduaneira e previdência social.

PRIMEIRA EDIÇÃO DO CURSO
DE TREINAMENTO SOBRE O
ESTABELECIMENTO DOS LIMITES DA
PLATAFORMA CONTINENTAL ALÉM
DAS DUZENTAS MILHAS NÁUTICAS
(07 DE MARÇO DE 2002)

Neste ano, em que se comemora o vigésimo aniversário da assinatura, em Montego Bay, Jamaica, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o Governo brasileiro decidiu realizar, a primeira edição do Curso de Treinamento sobre o Estabelecimento dos Limites da Plataforma Continental Além das Duzentas Milhas Náuticas (Rio de Janeiro, 3 a 9/3/2002). O curso, organizado sob a coordenação do Itamaraty, ocorre sob o patrocínio da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar, sob o apoio técnico da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha e da Petrobras e, conta, ainda, com a colaboração da Divisão sobre Oceanos e Direito do Mar (Doalos) das Nações Unidas. A cerimônia de abertura, no último dia 3, no

Hotel Internacional Rio, contou com a presença do Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sérgio Chagasteles.

O curso tem por objetivo habilitar países costeiros a explorarem, conforme o disposto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a possibilidade de estender os limites da plataforma continental para além das atuais 200 milhas náuticas. A extensão dos limites da plataforma continental pode trazer várias vantagens para o país costeiro, dentre elas o aumento da área de pesca comercial assim como a exploração de petróleo e de outros recursos do fundo do mar.

Desde 1987, o Governo brasileiro vem desenvolvendo um amplo programa de aquisição, processamento e interpretação de dados geofísicos e batimétricos com o propósito de estabelecer os limites exteriores da plataforma continental. Esse programa, denominado Leplac, é desenvolvido pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha e conta com o apoio técnico e científico da Petrobras.

O curso servirá não só para divulgar internacionalmente a experiência adquirida pelo Brasil nessa área, mas também ensejar eventuais contratações de serviços de empresas nacionais especializadas. Recentemente foi assinado um acordo com o Governo da Namíbia envolvendo a contratação de serviços de empresa brasileira para o levantamento da plataforma continental daquele país.

Encontram-se reunidos no Rio convidados de 25 países costeiros dos quatro continentes, entre eles diplomatas, militares, hidrógrafos, geólogos marinhos, geodésicos, além de consultores sobre o assunto. O curso inclui palestras de um diplomata, de um funcionário das Nações Unidas e, principalmente, dos especialistas com experiência na definição dos limites exteriores da plataforma continental brasileira.

COMUNICADO DO GOVERNO
BRASILEIRO (PAZ NO ORIENTE MÉDIO)
(12 DE MARÇO DE 2002)

Em vista do continuado agravamento do conflito entre israelenses e palestinos, com injustificável e deplorável aumento da violência, e número crescente de vítimas, inclusive civis, de lado a lado, o Governo brasileiro sublinha a necessidade de respeito às normas de direito humanitário internacional e mais uma vez conclama as partes e os povos da região a dedicar todas as suas energias à consecução da paz, com justiça social para todos. Na oportunidade, condena o uso de força excessiva pelos militares de Israel, urge a retirada imediata das forças israelenses das áreas sob jurisdição da ANP, ao mesmo tempo em que espera sejam de imediato suspensas as limitações à economia palestina e as restrições à livre movimentação de seus líderes.

O Governo brasileiro considera que a Autoridade Palestina, sob a liderança do Presidente Yasser Arafat, desempenha papel essencial e indispensável no processo de paz, sendo portanto inadmissível qualquer imposição de limitações à liberdade de movimento ao Presidente Arafat. Considera vital que seja retomado o diálogo com o objetivo de chegar-se a um acordo abrangente, justo e duradouro, com base nas resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Reiteram-se as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no sentido de que medidas devem ser tomadas na direção do estabelecimento de um Estado Palestino democrático, unido e economicamente viável, tendo em conta o direito do povo palestino à autodeterminação, e o respeito à existência de Israel como Estado soberano, livre e com fronteiras seguras. Assim, estima positiva e merecedora de atento exame a proposta

específica, feita recentemente pelo Príncipe Herdeiro Abdullah, da Arábia Saudita. O Governo brasileiro se mostra preparado para participar em todo e qualquer esforço internacional, em especial com base nas decisões e recomendações da ONU e de seu Conselho de Segurança, com vistas a que se chegue ao objetivo de liberdade política, paz, estabilidade e prosperidade para todos no Oriente Médio.

AÇÕES MILITARES NOS TERRITÓRIOS
PALESTINOS OCUPADOS POR ISRAEL
(13 DE MARÇO DE 2002)

No quadro da intensificação das ações militares nos territórios palestinos ocupados por Israel, o Secretário Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, recebeu ontem, dia 12, em audiência, o Representante da Autoridade Nacional Palestina no Brasil, Embaixador Moussa Amer Odeh, que manifestou ao Governo brasileiro as apreensões de seu Governo e da população palestina com a virtual reocupação israelense dos territórios sob a jurisdição da Autoridade Palestina e com as conseqüências das ações das Forças de Defesa de Israel sobre a estrutura institucional do futuro Estado palestino.

Esta manhã, o Secretário Geral recebeu a visita do Embaixador de Israel, Daniel Gazit, e, no espírito de franqueza e amizade que tradicionalmente caracteriza as relações bilaterais com aquele país, expressou a preocupação do Governo brasileiro com as ações militares em curso na Cisjordânia e em Gaza e reiterou ao Governo israelense que o Brasil considera injustificável, e contrário aos esforços destinados à obtenção da paz,

o confinamento do Presidente Yasser Arafat nos territórios palestinos. Da mesma forma, o Secretário Geral deplorou atos terroristas dirigidos contra a população civil israelense.

Na ocasião, ainda, o Governo brasileiro ressaltou ser urgente que se criem condições propícias para o sucesso da missão do General Anthony Zinni ao Oriente Médio, de forma a que possam ser implementadas as sugestões do Plano Tenet para uma retomada das negociações. Com este objetivo, foi enfatizada a necessidade de um exame acurado da proposta de paz adiantada pelo Príncipe Herdeiro Abdullah da Arábia Saudita, que prevê, em troca da retirada israelense dos territórios ocupados, o reconhecimento conjunto do Estado de Israel por todos os países árabes.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO (14 DE MARÇO DE 2002)

A Conferência Internacional sobre o Financiamento ao Desenvolvimento, a realizar-se entre 18 e 22 de março próximo, em Monterrey (México), pretende debater os meios e fontes de financiamento para se atingir os objetivos da Declaração do Milênio, da Organização das Nações Unidas.

A Declaração, adotada pela 55ª Assembléia Geral das Nações Unidas (2000) consagra metas econômico-sociais a serem atingidas pela comunidade internacional, entre as quais a de redução da pobreza absoluta pela metade até o ano de 2015.

A Conferência pretende conferir tratamento integrado às diversas vertentes que integram o “financiamento ao desenvolvimento”, a saber:

- mobilização de recursos domésticos;
- mobilização de recursos externos públicos (ajuda oficial ao desenvolvimento) e privados (investimento direto e em carteira);
- alívio de dívida externa;
- comércio internacional;
- questões sistêmicas, que dizem respeito à reforma da arquitetura do sistema financeiro internacional e ao fortalecimento da governança mundial.

O evento buscará assegurar a participação de todos os atores interessados na problemática do financiamento ao desenvolvimento: Governos, setor privado, organizações não-governamentais, instituições financeiras multilaterais, a OMC e a UNCTAD.

A Conferência será realizada em três etapas: plenária de representantes governamentais de alto nível (manhã do dia 18), plenária ministerial (tarde do dia 18) e cúpula de Chefes de Estado e Governo (dias 21 e 22). Do dia 19 a 22 ocorrerão mesas redondas paralelas.

Ao fim dos debates será adotado o Consenso de Monterrey. A proposta de declaração a ser debatida nas plenárias foi elaborada ao longo de quatro reuniões do Comitê Preparatório. O texto procura contemplar os fatores domésticos e internacionais do desenvolvimento (desigualdades sistêmicas), e ressalta a necessidade de “nova parceria entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento”. Os temas de auxílio oficial ao desenvolvimento e de dívida externa ocupam espaço importante no documento.

O Brasil participou do processo preparatório na qualidade de país em desenvolvimento que busca assegurar fontes estáveis de financiamento, nos níveis doméstico e internacional. Embora a economia brasileira tenha recebido intensos fluxos de capitais nos últimos anos, o Brasil reconhece a necessidade

de reforma da arquitetura financeira internacional e de aprimoramento das regras do comércio, com o intuito de corrigir as distorções do processo de globalização econômica em favor dos países desenvolvidos e das classes sociais mais favorecidas.

O COMPROMISSO ÉTICO DO GOVERNO COM A SUPERAÇÃO DO DÉFICIT SOCIAL BRASILEIRO (18 DE MARÇO DE 2002)

O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem um firme compromisso ético com a superação do déficit social brasileiro. Este compromisso se manifesta claramente na criação e aprimoramento de ampla rede de proteção social que assegure a cada brasileiro melhor qualidade de vida e que permita a construção de uma sociedade mais justa. De forma concreta, esse compromisso está expresso no fato de o Brasil ser dos países que mais investem na área social.

Os progressos alcançados, ao longo dos últimos sete anos, e para os quais contribuíram decisivamente relevantes políticas públicas, são inegáveis. Todos os indicadores sociais mostram melhorias na situação brasileira. Os exemplos de êxito são evidentes: já temos mais de 97% das crianças brasileiras na escola; a mortalidade infantil se reduziu de forma significativa; o sistema de saúde tem cobertura universal. Nessa área, o exemplo talvez mais conhecido é nosso programa de apoio aos portadores do vírus HIV, um programa que se tornou referência mundial.

Após a entrada em vigor da Constituição de 1988, o Brasil alcançou plena inserção nos sistemas internacional e regional de defesa,

promoção e proteção dos direitos humanos, cuja ampla temática inclui direitos políticos e civis, econômicos, sociais e culturais, entre eles o direito à alimentação.

Baseado na avaliação dos efeitos benéficos da interação com a comunidade internacional, desde meados dos anos 90 até o presente o Brasil vem recebendo Relatores Especiais da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas dedicados a temas tão diferenciados como o combate ao racismo, à violência contra a mulher, à exploração sexual de crianças e à tortura. Em 2000 e em 2002, a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos visitou o País, havendo, em ambas as oportunidades, dialogado amplamente com funcionários governamentais e representantes da sociedade civil e sublinhado, por um lado, os esforços do Estado para fazer avançar a vigência dos direitos humanos e, por outro, assinalado a pujança crescente da sociedade civil e do diálogo voltado para a progressiva implementação de direitos humanos no País.

O Presidente da República, em 19 de dezembro passado, manifestou a decisão governamental brasileira de estender convite permanente (*standing invitation*) a todos os mecanismos criados pela Comissão de Direitos Humanos. Com esse gesto, o Brasil se coloca no pequeno grupo de doze Estados integrantes da ONU com posição similar. Em outras palavras, sinaliza-se, da parte do Estado, o máximo de abertura ao diálogo construtivo com os mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas.

É nesse contexto que se insere a visita do Relator Especial sobre o Direito à Alimentação e a futura vinda, ainda este ano, da Relatora Especial sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias.

Ao receber o Relator Especial sobre o Direito à Alimentação, o Governo brasileiro,

como é de hábito, usou de total transparência e fidedignidade, facilitando estudos, dados e informações que pudessem ser-lhe úteis para, com imparcialidade, avaliar o tema do direito à alimentação no País. Assegurou, ainda, ao Relator Especial, acesso pleno a todas as autoridades federais, estaduais e municipais, bem como a todos os locais que quisesse visitar, ademais de lhe garantir diálogo livre e desimpedido com os interlocutores que considerasse relevantes no âmbito da sociedade civil.

A juízo do Governo brasileiro, a contribuição que pode e deve ser feita por Relatores Especiais ao aperfeiçoamento do sistema nacional de defesa, promoção e proteção dos direitos humanos tem como base necessária a análise isenta de fatos, processos e situações. O Governo brasileiro, nessas condições, lamenta profundamente o tom pouco construtivo e a tônica desequilibrada das declarações do Professor Jean Ziegler à imprensa ao final de sua visita, que sobretudo colocam em risco a objetividade de sua missão.

A GESTÃO DO EMBAIXADOR JOSÉ
MAURÍCIO BUSTANI À FRENTE
DA DIREÇÃO-GERAL DA OPAQ
(18 DE MARÇO DE 2002)

A gestão do Embaixador José Maurício Bustani à frente da Direção-Geral da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) tem sido objeto de questionamentos por parte de alguns países-membros, que têm feito contato com o Governo brasileiro a respeito do assunto.

O Governo brasileiro a esse propósito manifesta o seguinte:

O Embaixador Bustani foi eleito e reeleito por unanimidade pelos estados-membros da organização para exercer função pública internacional de alto nível e cumpre mandato que se estende até 2005. Nessas condições, o Embaixador Bustani, que é diplomata de carreira, encontra-se licenciado do serviço exterior do Brasil.

Como Diretor-Geral da Organização, ele não responde ao Governo brasileiro, mas sim aos membros da OPAQ na sua totalidade, gozando portanto de total autonomia de gestão e independência no exercício de suas funções.

O Embaixador Bustani exerce função delegada pelo conjunto dos países que integram a Organização, razão pela qual o problema que ora se coloca e as iniciativas para seu encaminhamento construtivo são de natureza multilateral.

Como membro da OPAQ, o Brasil não partilha dos questionamentos que estão sendo feitos à gestão do Embaixador Bustani e tem dado a conhecer sua posição aos demais países-membros da Organização.

Caso seja apresentada, nos órgãos diretivos da organização, moção contrária à gestão do Embaixador José Maurício Bustani, ou tendente ao seu afastamento da Direção-Geral, a delegação brasileira votará contra, por considerar que ele tem-se conduzido com sentido de responsabilidade e com acerto, merecendo a plena solidariedade do Brasil e dos demais Estados-membros.

CONCURSO RIO BRANCO
(20 DE MARÇO DE 2002)

Nunca foi tão grande a procura pela carreira de diplomata no Brasil. O número de candidatos ao preenchimento das trinta vagas

abertas no concurso do Instituto Rio Branco, um total de 3.113, é um recorde histórico e pode ser interpretado como um sinal do crescente interesse das novas gerações pelos temas internacionais, um reflexo do papel cada mais visível exercido pela diplomacia na solução dos problemas contemporâneos e muito especialmente um reconhecimento da importância da atuação diplomática do Brasil.

O maior número de candidatos, cerca de 900 ou quase 30%, provém de São Paulo. Pela primeira vez, com 600 candidatos ou 20% do total, Brasília passou à frente do Rio de Janeiro como segunda cidade em número de inscrições. Os demais candidatos se distribuíram, por ordem de número, pelas seguintes capitais: Rio de Janeiro (565 inscritos ou 18% do total), Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Recife, Florianópolis, Fortaleza e Belém. As 1.112 mulheres representaram 35% do total de candidatos. Pela primeira vez, as fichas de inscrição permitiram a identificação étnica, em bases voluntárias. Dos 45% que preencheram este campo no formulário, cerca de 30%, ou 422 candidatos, se autodefiniram como pardos ou negros.

O Itamaraty está comemorando 150 anos da existência de critérios e exames para o ingresso na carreira diplomática, pois data de 20 de março de 1852 regulamento que fixava as instruções para o exame dos candidatos ao lugar de Adido de Legação, as quais estabeleceram uma Comissão Examinadora e um exame que incluía línguas modernas, história, geografia, direito, economia política e sistemas comerciais, além de estilo diplomático. O concurso público para a carreira de diplomata, nos moldes em que o concebemos modernamente, existe desde 1931, muito antes que o DASP generalizasse essa prática para outras áreas do serviço público.

AÇÃO AFIRMATIVA DO INSTITUTO RIO BRANCO (20 DE MARÇO DE 2002)

Para marcar o Dia Mundial contra a Discriminação Racial, o Itamaraty dá um passo decisivo de reforço da democratização e da igualdade de oportunidades no Instituto Rio Branco. Na presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso, será assinado, às 15 horas do dia 21 de março, quinta-feira, no Palácio do Planalto, protocolo entre os Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça, da Ciência e Tecnologia e da Cultura para o estabelecimento da ação afirmativa no Instituto Rio Branco, através da criação de “bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia”.

O objetivo dessas bolsas, num total de vinte por ano, é promover uma maior igualdade de oportunidades no acesso à carreira de diplomata, ao canalizar recursos para a preparação, com equidade de gênero, ao concurso do Instituto Rio Branco, de candidatos que ampliem a diversidade étnica na diplomacia brasileira, que o Itamaraty entende deva ser cada vez mais representativa dos vários segmentos que compõem a sociedade brasileira.

Ao assegurar que bons candidatos não sejam impedidos de uma preparação adequada ao concurso por falta de meios financeiros, as bolsas ampliam a base de recrutamento do concurso e reforçam, desta maneira, a reconhecida tradição de excelência do Instituto Rio Branco. Como se trata de concurso altamente competitivo, com média de mais de cem candidatos por vaga, têm maior condição de passar aqueles que podem pagar os melhores cursos e professores especializados. Um diagnóstico da situação da comunidade negra pode ser obtido pela análise dos resultados do exame de pré-seleção à carreira

de diplomata do corrente ano, a primeira das várias etapas do concurso. De um total de 422 candidatos que se autodefiniram como negros ou pardos, apenas 12 passaram neste primeiro teste. As bolsas pretendem, assim, contribuir para ampliar a base de recrutamento dos candidatos.

GOVERNO BRASILEIRO REAFIRMA
SUA POSIÇÃO DE PLENO APOIO E
SOLIDARIEDADE AO EMBAIXADOR
JOSÉ MAURÍCIO BUSTANI
COMO DIRETOR-GERAL DA
ORGANIZAÇÃO PARA A PROIBIÇÃO
DE ARMAS QUÍMICAS (OPAQ)
(21 DE MARÇO DE 2002)

O Governo brasileiro reafirma sua posição de pleno apoio e solidariedade ao Embaixador José Maurício Bustani como Diretor-Geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ).

São infundadas as versões sobre uma alegada falta de empenho na defesa do mandato do Diretor-Geral à frente da OPAQ.

Em resposta à consulta formulada por iniciativa do Governo brasileiro, o Consultor Jurídico da OPAQ confirmou hoje o entendimento de que o Conselho Executivo da Organização não tem autoridade jurídica para considerar iniciativa de destituição do Diretor-Geral de suas funções.

O Governo brasileiro instruiu sua Delegação ao Conselho Executivo da OPAQ a votar contrariamente à moção norte-americana de “não-confiança” no Diretor-Geral da Organização, e a fazer o mesmo diante de qualquer outra iniciativa tendente ao seu afastamento. Instruções foram expedidas

a nossas Embaixadas com vistas a obter, entre os demais membros do Conselho Executivo, apoio às posições defendidas pelo Brasil.

A Delegação brasileira foi também instruída a circular, no Conselho Executivo, projeto de decisão com vistas à constituição de um Comitê Extraordinário destinado a rever, de forma isenta e independente, a gestão do Diretor-Geral à frente da Organização e a permitir-lhe a oportunidade de defender-se das imputações feitas a seu respeito. Trata-se de iniciativa que o Brasil espera venha a receber apoio de todos os membros do Conselho Executivo.

DIA INTERNACIONAL
PARA A ELIMINAÇÃO DA
DISCRIMINAÇÃO RACIAL
(21 DE MARÇO DE 2002)

Ao eleger a data de 21 de março como o dia internacional para a eliminação da discriminação racial, a comunidade internacional decidiu recordar um dos mais lamentáveis episódios de intolerância e ódio racial. O Massacre de Sharpeville, praticado por forças policiais sul-africanas há exatos 34 anos, chamou a atenção para a iniquidade do regime do apartheid, a urgência de eliminá-lo e a necessidade premente da implementação de políticas públicas destinadas a pôr fim ao racismo em todas as partes do mundo.

Se temos hoje motivos para comemorar o fim da segregação racial e a vigência de um regime democrático na África do Sul, crescem no mundo as manifestações de xenofobia e ódio racial, sem que muitos Estados demonstrem a capacidade de impedir tais práticas. Testemunham-se em diferentes países conflitos de natureza étnica e discriminações

contra grupos étnicos ou sociais; adotam-se políticas restritivas sobre imigração e direito de asilo; expandem-se os grupos neonazistas, que promovem a xenofobia e a intolerância; multiplicam-se os *sites* que propagam o ódio racial pela internet.

Foi justamente em reconhecimento da gravidade dessa situação e da necessidade de um esforço internacional renovado destinado à erradicação do racismo que as Nações Unidas celebraram, em setembro do ano passado, em Durban, na África do Sul, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata. A atuação da delegação brasileira na Conferência Mundial, marcada por intensa interação entre Governo e sociedade civil, contribuiu para a introdução nos documentos finais de tratamento equilibrado em temas de grande relevância para o Brasil, entre os quais o da discriminação racial e o da conseqüente adoção de políticas públicas afirmativas como mecanismo de reparação de injustiças históricas praticadas contra determinados segmentos da sociedade.

O Governo brasileiro está convencido de que a Declaração e o Plano de Ação de Durban são instrumentos importantes no combate às formas contemporâneas de racismo e discriminação racial vigentes no mundo. Aos Estados cabe a obrigação de implementar as medidas previstas no Plano de Ação destinadas a trazer alívio a todos os indivíduos e grupos vítimas de atos de discriminação e de violência racial.

O GovernodoPresidenteFernandoHenrique Cardoso vem procurando implementar e aprofundar várias políticas públicas voltadas para a afirmação da igualdade, em sintonia com as legítimas aspirações da sociedade civil e coerente com os compromissos assumidos na Conferência de Durban, . Por determinação

do Senhor Presidente da República, diferentes órgãos do Poder Executivo vêm adotando programas de ações afirmativas com o objetivo de garantir igualdade de oportunidades. Estamos convencidos de que não é suficiente a garantia de igualdade puramente formal de direitos perante a lei a indivíduos social e economicamente desiguais. Tampouco basta implantar políticas públicas que universalizem os direitos dos cidadãos à saúde, à educação e ao emprego. Embora indispensáveis para o combate de práticas discriminatórias, tais políticas universalistas têm-se mostrado insuficientes para superar, com a urgência que a realidade requer, um quadro histórico de desigualdade racial no Brasil.

O Estado brasileiro está determinado a evitar o aprofundamento das desigualdades e a promover ações destinadas a assegurar que a igualdade jurídica entre os indivíduos, assegurada em nosso sistema constitucional, continue a expandir-se progressivamente em direção à proteção e à defesa dos grupos socialmente discriminados e desfavorecidos.

Como tem sido notado, o fato de pertencermos a uma nação marcada por contrastes de todo tipo constitui um privilégio no mundo contemporâneo, mas tal privilégio, de constituição de uma sociedade multicultural e multirracial, não tornou o Brasil imune ao flagelo do racismo e da intolerância racial.

Ao comemoramos o dia internacional pela eliminação da discriminação racial, o Governo brasileiro, com forte consciência crítica, acredita que o Estado e a sociedade civil não alcançaram ainda pleno êxito na efetiva proteção dos direitos humanos de todos os indivíduos e grupos e que persistem, em nossas fronteiras, inaceitáveis manifestações de racismo e intolerância. O Governo brasileiro crê firmemente, entretanto, que as medidas

adotadas ao longo dos últimos anos no sentido de superar tão deploráveis fenômenos, em paralelo com a inserção definitiva da questão racial na agenda política brasileira, constituem passos fundamentais em direção a uma sociedade mais livre, mais igualitária e mais justa, livre dos flagelos do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e de todo tipo de intolerância correlata.

“TAXA DE EQUALIZAÇÃO” SOBRE
PRODUTOS PREPARADOS COM
SUCO DE LARANJA IMPORTADO
(21 DE MARÇO DE 2002)

O estado da Flórida, nos Estados Unidos, impõe uma chamada “taxa de equalização” sobre produtos preparados com suco de laranja importado. Embora essa taxa tenha como alegado propósito equilibrar outro imposto cobrado dos produtores de laranjas cultivadas na Flórida (denominado *box tax*), não incide sobre as compras de laranjas originárias de outros estados americanos, as quais ingressam na Flórida sem pagar a referida taxa. Assim, ficam isentos produtos que utilizam suco de laranja produzido na Califórnia, Texas e Arizona, por exemplo, o que constitui tratamento discriminatório contra o suco de laranja originário do Brasil e, no entendimento do Governo brasileiro, fere princípio básico de acordo da OMC.

Além disso, frutas cítricas da Flórida, sobre as quais incide a *box tax*, são produto diferente do suco de laranja importado, não se caracterizando portanto a condição de “produto similar”, exigida pelas regras da OMC. A taxa aplicada sobre o suco importado é também superior à que incide sobre a fruta da Flórida, outro aspecto que o

Governo brasileiro também considera estar em desacordo com aquelas regras. Por fim, a receita auferida com a taxa é dirigida apenas para gastos de publicidade e promoção de frutas cítricas e produtos cítricos da Flórida, sem qualquer atividade promocional em benefício do produto estrangeiro taxado, o que mais uma vez caracteriza violação da norma.

O efeito dessa política discriminatória tem sido o de proteger e apoiar os produtos cítricos daquele estado norte-americano e de restringir a importação de produtos cítricos de outras origens.

No ano passado, a taxa equivalia a 0,0272 centavos de dólar por galão (equivalente a 0,0071 centavos de dólar por litro).

No dia 15 de março corrente, sentença judicial de primeira instância do condado de Polk, na Flórida, considerou que a “taxa de equalização” é inconstitucional e viola princípios da OMC. Dessa decisão, contudo, cabe recurso a instâncias superiores, o que pode retardar consideravelmente sua aplicação.

O suco de laranja congelado constitui um dos principais produtos brasileiros de exportação para os Estados Unidos – 80 milhões de dólares anuais apenas para o estado da Flórida. Em mais de uma ocasião o Governo brasileiro realizou gestões no sentido de obter a revogação daquela medida. Mais recentemente, em julho último, o Brasil encaminhou solicitação às autoridades norte-americanas de que a “taxa de equalização” fosse suspensa por estar em desconformidade com as obrigações norte-americanas perante a OMC. Não houve resposta.

Em 20 de março corrente, o Governo pediu consultas formais sobre o assunto ao governo norte-americano, de acordo com os procedimentos pertinentes do mecanismo de solução de controvérsias.

“O BRASIL E OS DESAFIOS
DA INCLUSÃO SOCIAL”
(21 DE MARÇO DE 2002)

O Itamaraty está promovendo o seminário “O Brasil e os desafios da inclusão social”, no contexto do Fórum Rio Branco, instituído para promover debates relacionados a temas nacionais e à política externa brasileira. O seminário será realizado no dia 25 de março, das 9 às 13 horas, no Auditório do Instituto Rio Branco (Setor de Administração Federal Sul, Quadra 5, Lotes 2/3). Na ocasião, será feito o lançamento da publicação Textos do Brasil – nº 8, editada pela Assessoria de Comunicação Social, em português, inglês, francês e espanhol.

A abertura do seminário será feita pelo Ministro Celso Lafer, com a presença da Doutora Wanda Engel Aduan, Secretária de Estado de Assistência Social.

O tema do primeiro painel, às 9h30, é Visões sobre inclusão social no Brasil. Na mesa, estarão sob a coordenação do Ministro João Almino, Diretor do Instituto Rio Branco, a Doutora Wanda Engel Aduan, a Doutora Ana Lobato, da Casa Civil da Presidência da República, o Doutor Ricardo Henriques, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Sueli Carneiro, Diretora do Geledés, Instituto da Mulher Negra.

O segundo painel, Experiências para reduzir a exclusão social no país, às 11h30, será coordenado pelo Ministro Luiz Fernando Ligiéro, Chefe da Assessoria de Comunicação Social. Dele participarão a Secretária Miriam Aparecida Belchior, da Secretaria de Inclusão Social da Prefeitura de Santo André, o Professor José Geraldo de Sousa, Diretor da Faculdade de Direito da UnB, Mara Régia

di Perna, Jornalista e Radialista, e Ella Wiecko Volkmer de Castilho, Procuradora da República, Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Haverá homenagem póstuma a dois autores da revista Textos do Brasil, Vilmar Faria, Assessor Especial da Presidência da República, autor do artigo “Desenvolvimento social: diagnóstico e estratégias”, e Celso Daniel, Prefeito de Santo André, autor do artigo “O premiado Programa de Inclusão Social”.

Antônio Poteiro também será homenageado pela cessão do direito de reprodução de suas obras na publicação.

AÇÃO TERRORISTA EM LIMA
(22 DE MARÇO DE 2002)

O Governo brasileiro condena energicamente a ação terrorista cometida em Lima, que causou perda de vidas e ferimentos em pessoas inocentes. O Brasil expressa suas condolências às famílias das vítimas e solidariza-se com o Governo peruano em sua determinação de impedir tais atos criminosos, que atentam contra as normas de convivência democrática.

NOTA SOBRE O AÇO
(25 DE MARÇO DE 2002)

O Governo brasileiro lamenta a decisão da União Européia, hoje anunciada, de proteger sua indústria siderúrgica por meio de salvaguardas provisórias.

A decisão vem acrescentar mais um grave fator de distorção na crise em que se debate o comércio internacional de aço. A sucessão de medidas protecionistas, iniciadas com a aplicação de salvaguardas por parte dos Estados Unidos em 5 de março corrente, ameaça gerar profunda desorganização no mercado de produtos siderúrgicos, com prejuízos que vão muito além do próprio setor e que penalizam principalmente países competitivos, como o Brasil.

Na condição de maiores potências comerciais do mundo, a União Européia e os Estados Unidos têm especial responsabilidade pela preservação do sistema multilateral de comércio e, para tanto, pela observância das regras em que se sustenta o sistema. Ao optarem por medidas que colocam em dúvida a solidez dessas regras, os dois principais parceiros estimulam ações e reações em cadeia. Essa perspectiva constitui lamentável retrocesso no clima de liberalização comercial que inspirou as recentes decisões da Conferência Ministerial de Doha.

O Governo brasileiro está procedendo a uma análise cuidadosa dos fundamentos jurídicos da decisão européia e de seu impacto na pauta exportadora do Brasil e, à luz dessa análise, decidirá sobre os cursos de ação cabíveis. A exemplo do procedimento adotado em relação à medidas de salvaguardas adotadas pelos EUA, o Governo brasileiro estará empenhado em encontrar, mediante consultas com a União Européia, soluções para os entraves que possam estar sendo criados para as exportações brasileiras e manterá abertas todas as opções de ação que lhe propiciem os acordos da OMC para a defesa dos legítimos interesses da siderurgia nacional.

REPRESENTANTE PERMANENTE
DO BRASIL EM GENEBRA
(26 DE MARÇO DE 2002)

O Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Representante Permanente do Brasil em Genebra, foi confirmado, no dia 18 de março de 2002, Presidente do Órgão de Negociação Intergovernamental (ONI) da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco (*Framework Convention on Tobacco Control - FCTC*). O Embaixador Seixas Corrêa sucede, após breve interregno, ao Embaixador Celso Amorim, que presidiu o ONI da FCTC desde sua criação, em outubro de 2000, até novembro de 2001.

O ONI realizou de 18 a 23 de março sua quarta sessão em Genebra. A Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco é o primeiro tratado internacional a ser negociado na área da saúde, sob os auspícios da OMS. O objetivo da Convenção é proporcionar um marco jurídico internacional para coordenação e cooperação com vistas ao estabelecendo de mecanismos eficazes de controle da demanda do tabaco e de proteção dos não-fumantes contra o tabagismo passivo. A FCTC conterà disposições sobre temas como limitação da publicidade, combate ao contrabando, composição de taxas, proibição de venda a menores e regulamentação do conteúdo de produtos do tabaco.

O Brasil defende a adoção de uma Convenção-Quadro eficaz, negociada dentro do prazo fixado pela Assembléia Mundial da Saúde, vale dizer, até maio de 2003. A liderança do Brasil no processo negociador coaduna-se com a política de controle do tabagismo que vêm sendo implementada internamente pelo Ministério da Saúde.

O texto do discurso de posse do Embaixador Seixas Corrêa encontra-se disponível, em português (tradução não oficial), na página do Ministério das Relações Exteriores.

III SESSÃO DO COMITÊ
PREPARATÓRIO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A CÚPULA MUNDIAL
SOBRE O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL (NOVA YORK, 25
DE MARÇO A 5 DE ABRIL)
(26 DE MARÇO DE 2002)

Está sendo realizada, no período de 25 de março a 5 de abril, em Nova York, a terceira sessão do Comitê Preparatório das Nações Unidas para a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Prepcom), que se realizará em Joanesburgo, de 25 agosto a 4 de setembro próximo. O objetivo principal da reunião é iniciar os entendimentos para a implementação dos compromissos assumidos pela comunidade internacional na Rio-92, em especial a Agenda 21, em decisão a ser tomada pela Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 26 de agosto a 4 de setembro).

O ponto de partida para as discussões é o documento elaborado na reunião anterior do Prepcom (Nova York, 28 de janeiro a 8 de fevereiro) pelo Doutor Emil Salim, da Indonésia, que preside o órgão. Nele estão consolidadas as posições nacionais, as contribuições regionais e os subsídios recebidos de outros atores interessados (*stakeholders*).

Os países da América Latina e do Caribe deram sua contribuição na forma de uma Plataforma Regional, adotada na Reunião Regional Preparatória da América Latina e

do Caribe (Rio de Janeiro, 23 e 24 de outubro de 2001), que contém a seguinte proposta de tema central para a Cúpula: *Hacia una nueva globalización que garantice un desarrollo sostenible, equitativo y incluyente.*

O documento do Senhor Emil Salim relaciona as seguintes áreas prioritárias para a atuação da comunidade internacional no desafio da implementação dos compromissos do Rio: erradicação da pobreza, modificação dos padrões insustentáveis de consumo e produção, proteção e gestão da base de recursos naturais do desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento sustentável num mundo em processo de globalização, saúde e desenvolvimento sustentável, desenvolvimento sustentável dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, iniciativas de desenvolvimento sustentável para a África meios de implementação e governança para o desenvolvimento sustentável nos níveis nacional, regional e internacional.

O desafio da comunidade internacional na reunião em curso em Nova York é passar dos diagnósticos para a discussão de estratégias concretas que conduzam ao cumprimento de cada objetivo proposto. Deve ser realçada, nesse sentido, a questão dos meios de implementação, que inclui temas como comércio, financiamento ao desenvolvimento sustentável e ciência e tecnologia. Além de constituírem um tema em separado, os meios de implementação devem receber tratamento intersetorial, permeando as negociações sobre as demais áreas relacionadas no documento do Presidente do Prepcom.

Ao se intensificar a campanha em prol de níveis de proteção ambiental mais elevados, aumentou a preocupação dos países em desenvolvimento de que seus bens e serviços viessem a enfrentar barreiras não-tarifárias mais elevadas no acesso ao mercado dos

países industrializados, em decorrência da legislação ambiental por estes adotada. O debate internacional sobre comércio e meio ambiente constitui tema de grande relevância para o Brasil, em virtude da sua condição de detentor da maior biodiversidade do planeta, com a mais expressiva cobertura florestal, e de país em desenvolvimento grande produtor agrícola. Defende o Brasil que a valoração dos bens e serviços ambientais e a ampliação das possibilidades de penetração de recursos naturais oriundos de fontes manejadas de modo sustentável são essenciais para a competitividade do desenvolvimento sustentável.

Com respeito ao problema do financiamento, é fundamental que se reafirme o compromisso dos países desenvolvidos, estabelecido na Agenda 21, de alocar 0,7% do Produto Nacional Bruto (PNB) para a assistência oficial ao desenvolvimento, bem como reverter a tendência declinante observada pelos fluxos de assistência oficial para o desenvolvimento, os quais representam hoje menos de um terço da meta estipulada na Rio-92. A Agenda 21 estimou, de maneira indicativa, o custo total das atividades a serem realizadas pelos países em desenvolvimento e os recursos que deveriam ser outorgados em condições favoráveis pela comunidade internacional. O montante calculado dos custos perfazia uma média anual de aportes no valor de US\$ 600 bilhões, dos quais US\$ 125 bilhões deveriam ser proporcionados pela comunidade internacional em caráter concessional (aproximadamente 0,7 % do PNB dos países desenvolvidos), sendo que o resto seria arcado pelos recursos públicos e privados dos países. Segundo a CEPAL, entre 1992 e 2000, a assistência oficial para o desenvolvimento caiu de 0,33% do PNB dos países desenvolvidos para 0,22%.

A Conferência de Monterrey, realizada de 18 a 22 de março, constituiu precedente auspicioso para o tratamento da questão

do financiamento ao desenvolvimento sustentável em Joanesburgo, com a proposta dos Estados Unidos e da União Européia de aumentar os recursos para assistência ao desenvolvimento.

Quanto ao tema ciência e tecnologia, é preciso ter em mente que os conhecimentos mais sensíveis nessa área são de propriedade privada e protegidos por direitos de patentes nos países desenvolvidos, podendo ser transferidos no processo de atração de investimentos estrangeiros diretos para os países em desenvolvimento. É possível, que, em complemento às forças do mercado, sejam criados mecanismos que facilitem a transferência de tecnologia de domínio público e que permitam avaliar em que medida os fluxos de investimento direto estrangeiro se traduzem em transferência de tecnologia e de conhecimentos para os países em desenvolvimento.

O documento do Senhor Emil Salim dedica grande atenção à problemática da AIDS, nas seções sobre pobreza, saúde e o continente africano. O Brasil seguirá promovendo sua estratégia diversificada com relação a essa matéria, com estágios de prevenção, tratamento e acesso a medicamentos, política que se tem mostrado bem sucedida no combate à doença. O país estará atento ainda para que temas como o combate a moléstias infecto-contagiosas e o papel da infra-estrutura de habitação e dos poluentes atmosféricos sejam refletidos de forma adequada no documento final do encontro.

A delegação ao III PrepCom será chefiada pelo Embaixador Gelson Fonseca Junior, Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, e integrada pelo Doutor Fabio Feldmann, Representante do Presidente da República para a participação da sociedade brasileira na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, por

diplomatas do Itamaraty e por representantes de outros órgãos governamentais e da sociedade civil. Os resultados do III Prepcem serão levados à consideração dos Ministros ou seus representantes, por ocasião da IV Sessão do Comitê Preparatório, no período de 27 de maio a 7 de junho, em Bali, a última reunião preparatória antes de Joanesburgo.

A preparação das posições brasileiras para a Cúpula de Joanesburgo tem ocorrido no âmbito da Comissão Interministerial de Preparação para a Rio+10, sob a Presidência do Itamaraty, que tem a participação de representantes do Governo, organizações não-governamentais, entidades do setor produtivo e sindical e da comunidade científica.

VISITA AO BRASIL DO SENHOR
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI,
JORGE BATLLE (BRASÍLIA,
1 E 2 DE ABRIL DE 2002)
(28 DE MARÇO DE 2002)

Deverá realizar-se nos dias 1 e 2 de abril de 2002, em Brasília, visita de trabalho do Presidente da República Oriental do Uruguai, Jorge Batlle. As conversações entre os dois mandatários deverão concentrar-se na atual conjuntura do Mercosul e suas repercussões. Ambas as partes reconhecem a necessidade de um esforço conjunto e urgente para buscar resolver os contenciosos econômico-comerciais, como ponto de partida para criar condições propícias à consolidação e aprofundamento do Mercosul. Serão trocadas impressões, também, sobre o novo cenário internacional.

Os dois presidentes deverão passar em revista os principais temas da agenda bilateral, com destaque para a promoção de mecanismos fronteiriços de cooperação e integração.

ATENTADO TERRORISTA
OCORRIDO ONTEM, DIA
27 DE MARÇO, EM NETANYA
(28 DE MARÇO DE 2002)

O Governo brasileiro deplora e condena vigorosamente o violento atentado terrorista ocorrido ontem, dia 27 de março, em Netanya, que deixou duas dezenas de mortos e mais de uma centena de feridos entre a população israelense, e, em nome de toda a sociedade brasileira, estende aos familiares das vítimas seus profundos sentimentos de pesar.

Ao repudiar tal ato, materializado no momento da celebração da Páscoa Judaica e do exame do plano saudita de paz na Reunião de Cúpula da Liga dos Estados Árabes em Beirute, o Governo brasileiro reafirma sua convicção de que ações de violência apenas servem para agravar a situação no Oriente Médio, com o acúmulo de hostilidade e intolerância.

O Governo brasileiro exorta a liderança da ANP a empenhar-se para que sejam coibidos os atos terroristas e, mais uma vez, conclama as partes envolvidas à moderação e a empreender todos os esforços para interromper a espiral de violência, solidarizando-se, nesse sentido, com a comunidade internacional em seu firme compromisso de criar condições para a retomada do processo de negociação de uma paz justa e duradoura entre árabes e israelenses.

ATAQUES À INFRA-ESTRUTURA
DA AUTORIDADE NACIONAL
PALESTINA, EM 29 DE MARÇO
(30 DE MARÇO DE 2002)

O Governo brasileiro acompanha com atenção e manifesta sua intensa preocupação com a escalada da violência em Israel e nos territórios palestinos, que afeta duramente as populações civis dos dois lados, e reitera sua firme convicção de que a ação militar e os atos indiscriminados de terrorismo colocam em risco uma solução definitiva e pacífica para o conflito no Oriente Médio.

Nesse quadro, o Governo brasileiro deplora vivamente os ataques realizados contra a infraestrutura da Autoridade Nacional Palestina, que ameaçam a própria incolumidade física do Presidente Yasser Arafat e sua capacidade de intervenção efetiva como interlocutor do processo de paz na região.

O Governo brasileiro está em contato com as partes interessadas e se junta aos chamamentos da comunidade internacional em prol das iniciativas em curso com o objetivo de frear a espiral de violência e de atingir uma paz justa e duradoura que assegure a existência do Estado de Israel dentro de fronteiras seguras e reconhecidas internacionalmente e o direito inalienável do povo palestino a um Estado independente, democrático e economicamente viável.

SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO
(31 DE MARÇO DE 2002)

Profundamente alarmado com o rápido agravamento da situação de violência extremada nos territórios palestinos e em Israel, o Governo brasileiro exorta as partes ao imediato e estrito cumprimento da Resolução 1402 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, adotada em 30 de março de 2002, em particular a urgente implementação de um efetivo cessar-fogo.

O Brasil, juntamente com a comunidade internacional, faz um chamado veemente a Israel para que suspenda a ofensiva militar nos territórios ocupados, respeite a Autoridade Nacional Palestina e sua liderança, e se retire sem demora das cidades palestinas.

Da mesma forma, volta a condenar os ataques suicidas contra a população civil de Israel e reitera sua convicção, expressa em Nota do dia 30 de março, de que a ação militar desproporcional e os atos indiscriminados de terrorismo colocam em risco uma solução política e negociada para o conflito no Oriente Médio.

O Brasil deplora a persistência de manifestações de intransigência, que inviabiliza os objetivos de paz e a consideração de propostas construtivas, tais como a iniciativa saudita, endossada em recente decisão da Liga dos Estados Árabes, e os esforços empreendidos na região pela missão do General Anthony Zinni.

O Governo brasileiro, nesse quadro, reafirma sua disposição de cooperar de forma efetiva com a comunidade internacional, de acordo com as determinações do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para a execução de medidas que possibilitem a retomada do processo de paz e a coexistência pacífica dos Estados da Palestina e de Israel, a que todos almejam.

REUNIÃO DO CONSELHO DOS
EMBAIXADORES DOS PAÍSES
ÁRABES EM BRASÍLIA
(03 DE ABRIL DE 2002)

No quadro do agravamento da situação no Oriente Médio, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, reuniu-se hoje, dia 3, com os representantes dos treze países que integram o Conselho dos Embaixadores dos Países Árabes em Brasília. A reunião teve por objetivo manter os Governos árabes informados sobre as medidas que vêm sendo tomadas pelo Governo brasileiro para cooperar no esforço comum da comunidade internacional para obter um cessar-fogo na região e propiciar a retomada das negociações com vistas à implantação do Estado palestino e a obtenção de uma paz justa, abrangente e duradoura para todos os países da área.

O Secretário-Geral expressou a preocupação do Governo brasileiro com a renovada ofensiva das Forças de Defesa de Israel sobre os territórios e cidades palestinas, deplorou os recentes atos terroristas dirigidos contra a população civil israelense e reiterou que o Brasil considera injustificável, e contrária aos esforços de paz, a atual ameaça à integridade física e política do Presidente Yasser Arafat. Na ocasião, o Governo brasileiro ressaltou ser imperativo o cumprimento da Resolução nº 1402 do Conselho de Segurança da ONU e urgente que se criem condições para o cessar-fogo, bem como para a retomada imediata das negociações de paz, com base no Plano Tenet e nas recomendações do Relatório Mitchell, assim como no Plano de Paz aprovado na Cúpula da Liga dos Países Árabes, em Beirute, em 28 de março último.

O Secretário-Geral mencionou os diversos contatos sobre o assunto que o Presidente da República e o Ministro de Estado das Relações

Exteriores têm mantido com altas autoridades estrangeiras, inclusive com o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, sobre as medidas que possam ser tomadas pela comunidade internacional para pôr fim às hostilidades e conduzir à retomada do processo de paz. O Governo brasileiro confirmou a disponibilidade do Brasil de vir a participar de uma eventual iniciativa de paz das Nações Unidas.

XVI REUNIÃO DE CÚPULA
DO GRUPO DO RIO
(05 DE ABRIL DE 2002)

O Ministro Celso Lafer participará em São José, Costa Rica, nos dias 11 e 12 de abril, da XVI Reunião de Cúpula do Grupo do Rio.

O Grupo do Rio, ou Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, foi criado em 1986, no Rio de Janeiro, a partir da fusão do Grupo de Contadora (formado por México, Colômbia, Venezuela e Panamá) e do Grupo de Apoio (formado por Argentina, Brasil, Uruguai e Peru), cuja atuação estava voltada para a análise e a proposição de soluções para as crises na América Central durante os anos 80.

Mecanismo singularmente dotado para consultas políticas no mais alto nível, o Grupo do Rio constitui um canal privilegiado para o exercício da diplomacia presidencial na América Latina, um importante mecanismo para a contenção de processos que colocam em risco a ordem democrática, bem como um foro para concertação de posições latino-americanas e caribenhas em questões regionais e internacionais.

O Grupo do Rio tem sido reconhecido como interlocutor legítimo e confiável de outros países e associações de países, participando ativamente das discussões sobre os grandes temas da agenda internacional.

Dele fazem parte 19 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana (representando o CARICOM), Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Venezuela e Uruguai.

A Cúpula de São José terá como principal objetivo efetuar um processo de reflexão sobre temas de importância para a região, entre os quais se destacam as políticas de combate à pobreza e de fortalecimento familiar implementadas pelos países membros do Grupo do Rio, os resultados da Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento e a realização da II Cúpula América Latina e Caribe – União Européia. Na ocasião, também se tratará de temas como direitos humanos, terrorismo e segurança internacional, e sociedade civil. Da reunião, emanará o documento “Declaração de São José”.

Esta é a décima sexta edição da Cúpula do Grupo do Rio, iniciada em 1987 em Acapulco. As reuniões seguintes foram realizadas em Punta del Este, Ica, Caracas, Cartagena das Índias, Buenos Aires, Santiago, Rio de Janeiro, Quito, Cochabamba, Assunção, Panamá, Cidade do México, Cartagena das Índias e Santiago. Além das reuniões de Chefes de Estado e de Governo, sempre precedidas por reuniões dos Chanceleres e dos Coordenadores Nacionais, também são convocadas, no âmbito do Grupo do Rio, reuniões de Grupos de Trabalho, habitualmente em nível de peritos, para a discussão de temas específicos de particular interesse para os países da região. Anualmente, por ocasião da Assembléia Geral das Nações Unidas, os Chanceleres do Grupo do Rio também se reúnem com representantes de outros países e grupos de países, como a União Européia, o Conselho de Cooperação do Golfo, a Liga Árabe e o G77.

ASSISTÊNCIA CONSULAR (05 DE ABRIL DE 2002)

O Governo brasileiro vem acompanhando com atenção o agravamento do conflito israelo-palestino e suas eventuais implicações para os brasileiros que se encontrem na região.

A Embaixada do Brasil em Tel Aviv está funcionando normalmente, tendo estabelecido plantão consular permanente para atender eventuais pedidos de assistência a cidadãos brasileiros.

Em Brasília, o Embaixador de Israel foi chamado ao Itamaraty e instado a transmitir ao Governo do seu país a preocupação brasileira com a situação de seus nacionais e a necessidade de que sejam garantidas as condições para que a Embaixada do Brasil em Tel Aviv possa oferecer a assistência consular que se fizer necessária.

Também as Embaixadas em Aman, Beirute, Cairo, Damasco e Kuaite foram instruídas a estabelecer sistemas de plantão consular.

MENSAGEM DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO PRIMEIRO- MINISTRO DO REINO UNIDO (06 DE ABRIL DE 2002)

Senhor Primeiro Ministro,

No momento em que Vossa Excelência e o Presidente George W. Bush se encontram, para tratar do violento e letal curso de eventos que inflamam o Oriente Próximo, expresso, na oportunidade, meu apoio, e do povo brasileiro, a todas as iniciativas, tais como os planos Mitchell e Tenet, bem como à missão Zini, que possam contribuir para a cessação da morte indiscriminada de civis inocentes e para a restauração das condições políticas de retomada do processo de paz.

A sociedade brasileira, na qual se integram e convivem pacificamente uma significativa comunidade de descendentes árabes e uma influente comunidade judaica, acompanha com consternação e preocupação os acontecimentos no Oriente Próximo.

Ao declarar nossas posições sobre a questão, meu governo não deixou de condenar os inaceitáveis atos terroristas que têm causado tantas vítimas inocentes em Israel, pelos quais manifestamos nosso pesar. Deploramos da mesma forma a invasão, pelo exército de Israel, de territórios sob jurisdição palestina, bem como as ações voltadas para o isolamento do Presidente Arafat, e para a destruição da infra-estrutura da Autoridade Palestina. Continuamos a exigir, do governo de Israel, que cumpra em sua integralidade as recentes resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que, inter alia, determinam a imediata retirada das forças israelenses dos territórios palestinos.

Minha preocupação aumentou ao receber, esta manhã, relatos sobre a intensificação dos confrontos, de crescente número de vítimas civis, bem como sobre alegações de que as vítimas estão sendo impedidas de receber ajuda humanitária.

Apelo portanto a Vossa Excelência e ao Presidente George W. Bush para que usem de sua influência junto ao Governo de Israel e ao Presidente Arafat, com vistas a um cessar-fogo imediato e a uma pronta retomada das negociações de paz. Reitero também a disposição do Brasil em cooperar com qualquer ação útil e prática que se faça necessária e que possa contribuir para aqueles objetivos.

Mais alta consideração,

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM DO SENHOR PRESIDENTE
DA REPÚBLICA AO PRESIDENTE DOS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
(06 DE ABRIL DE 2002)

Senhor Presidente,

No momento em que Vossa Excelência e o Primeiro Ministro Tony Blair se encontram, para tratar do violento e letal curso de eventos que inflamam o Oriente Próximo, expresso, na oportunidade, meu apoio, e do povo brasileiro, a todas as iniciativas, tais como os planos Mitchell e Tenet, bem como à missão Zini, que possam contribuir para a cessação da morte indiscriminada de civis inocentes e para a restauração das condições políticas de retomada do processo de paz. É estimulante, nesse sentido, a mensagem contida em seu mais recente pronunciamento, sendo merecedora de boas-vindas e de esperança a missão que o Secretário de Estado Powell está em vias de empreender.

A sociedade brasileira, na qual se integram e convivem pacificamente uma significativa comunidade de descendentes árabes e uma influente comunidade judaica, acompanha com consternação e preocupação os acontecimentos no Oriente Próximo.

Ao declarar nossas posições sobre a questão, meu governo não deixou de condenar os inaceitáveis atos terroristas que têm causado tantas vítimas inocentes em Israel, pelos quais manifestamos nosso pesar. Deploramos da mesma forma a invasão, pelo exército de Israel, de territórios sob jurisdição palestina, bem como as ações voltadas para o isolamento do Presidente Arafat, e para a destruição da infra-estrutura da Autoridade Palestina. Continuamos a exigir, do governo de Israel, que cumpra em sua integralidade as recentes resoluções do Conselho de Segurança das

Nações Unidas, que, inter alia, determinam a imediata retirada das forças israelenses dos territórios palestinos.

Minha preocupação aumentou ao receber, esta manhã, relatos sobre a intensificação dos confrontos, de crescente número de vítimas civis, bem como sobre alegações de que as vítimas estão sendo impedidas de receber ajuda humanitária.

Apelo portanto a Vossa Excelência e ao Primeiro Ministro Tony Blair para que usem de sua influência junto ao Governo de Israel e ao Presidente Arafat, com vistas a um cessar-fogo imediato e a uma pronta retomada das negociações de paz. Reitero também a disposição do Brasil em cooperar com qualquer ação útil e prática que se faça necessária e que possa contribuir para aqueles objetivos.

Mais alta consideração,
Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República Federativa do Brasil

RESUMO EXECUTIVO DO RELATÓRIO NACIONAL BRASILEIRO SOBRE ENVELHECIMENTO (08 DE ABRIL DE 2002)

A II Assembléia Mundial sobre Envelhecimento (II AME) realiza-se de 8 a 12 de abril de 2002, em Madri, vinte anos após a realização, em Viena, da I Assembléia sobre aquele tema. O período de vinte anos que separa uma da outra ressalta os contrastes das circunstâncias históricas em que ocorreram. Com efeito, enquanto a primeira das Assembléias teve lugar num tempo marcado, no plano internacional, pelas

tensões da Guerra Fria e, regionalmente, pela prevalência de regimes de exceção, a segunda acontecerá num horizonte caracterizado pelo fim do sistema bipolar, pelo progressivo fortalecimentos das democracias e pelo fenômeno da globalização.

A II Assembléia será oportunidade para revisitar os avanços realizados sobre a questão desde a adoção do Plano de Ação de Viena, bem como considerar a nova proposta de ação intitulada *International Strategy for Action on Aging*, 2002. Esse documento, de grande riqueza e complexidade, foi negociado pelas missões junto às Nações Unidas, em diversas reuniões preparatórias à Assembléia. Do lado brasileiro, representou o Brasil naquelas reuniões preparatórias a Secretária de Estado de Assistência Social, Doutora Wanda Engel Aduan.

Como responsável pela coordenação dos trabalhos preparatórios à II AME, decidi o Itamaraty preparar relatório sobre a situação do idoso, contando para isso com a imprescindível colaboração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A proposta de relatório, aberto a propostas, observações e comentários por parte de entidades do Estado e de representantes da sociedade civil, foi aprovada pelo Grupo de Trabalho ad hoc, em 8 de março, em reunião realizada na sede do Instituto Rio Branco (ver no fim a integração do GT). Segue o resumo-executivo do relatório brasileiro à II AME.

A participação na população brasileira do segmento dos idosos – maiores de 60 anos – passou de 4% em 1940 para 9% em 2000, o que em termos absolutos representa aproximadamente 15 milhões de pessoas. A participação da população acima de 80 anos também aumentou, passando de aproximadamente 166 mil para 1,8 milhão em 2000, o que representa 12,6% da população

idosa brasileira. Do total da população idosa brasileira, 55% eram mulheres.

A proporção de idosos vivendo sós vem aumentando, o que pode ser interpretado como uma das conseqüências da industrialização e da urbanização, bem como um resultado da universalização da seguridade social e das melhoras na condições de saúde e de vida que asseguram maior independência. Cabe registrar que há uma maior proporção de idosos mais velhos – 80 anos ou mais – vivendo sós (16,7%) do que idosos menos velhos – 60 a 80 – (10,6%).

Em 1998, 23,2% das famílias brasileiras tinham pelo menos uma pessoa idosa vivendo com elas. De modo geral, essas famílias são menores do que aquelas sem idosos e se encontram em um ciclo vital mais avançado. O papel da mulher nas famílias com idosos ressalta-se pela observação da seguinte estatística: 35,2% dessas famílias são chefiadas por mulheres, em comparação com 23,1% nas famílias sem idosos. É de se notar que nas famílias unipessoais de idosos, predominam as mulheres, enquanto nas situações sem idosos, os homens. As famílias brasileiras com idosos estão em melhores condições econômicas do que as demais, o que se explica, em parte, pela universalização dos benefícios da seguridade social. Merece registro a observação segundo a qual é menor o número de pobres e indigentes entre as famílias com idosos chefiadas por mulheres do que entre aquelas chefiadas por homens, o que se explica pela acumulação dos benefícios de pensão e viuvez. O papel do idoso no apoio econômico das famílias pode ser observado pelo fato de que sua renda pessoal contribui com 52,5% da renda familiar, nos casos em que são eles os chefes. Nos casos em que não o são, a participação de sua renda pessoal na renda familiar total cai para 25,4%.

A esperança de vida no Brasil aumentou em cerca de 30 anos entre 1940 e 2000. No caso da população idosa, os ganhos na expectativa de vida foram maiores do que os da população como um todo. No período de 1980/1998, a taxa de mortalidade passou de 73,6 óbitos por mil habitantes para 57,7 óbitos por mil habitantes, entre a população masculina. A população feminina teve ganhos semelhantes na expectativa de vida, embora as taxas femininas sejam sempre mais baixas do que as masculinas. A significativa diminuição no número de mortes por doenças do aparelho circulatório parece ter sido a principal causa pela redução da mortalidade entre a população idosa brasileira.

Em 1998 foi realizada pesquisa sobre como a população brasileira considerava o seu estado de saúde. Aproximadamente 83% dos idosos avaliaram o seu estado como regular ou bom. Embora essa proporção decresça com a idade, 75% da população com 80 anos e mais considerava o seu estado como regular ou bom. Em 1981, 6,5% da população idosa brasileira apresentava algum tipo de deficiência física ou mental. Em 1991, essa proporção caiu para 3,7%. Os homens idosos apresentavam, naquele período, proporção mais elevada de deficiências físicas, como falta de membros, em razão de estarem mais expostos a acidentes de trabalho ou de trânsito. As mulheres, por outro lado, apresentavam propensão mais alta para deficiências em que se ressaltam a paraplegia, a cegueira e a deficiência mental.

A inserção do idoso no mercado de trabalho sofreu um decréscimo no período de 1980 a 1998. No caso da população masculina, a proporção passou de 45,1% para 42,7%. A participação da mulher idosa, no entanto, aumentou no mesmo período em mais de 23,7%, puxando a participação da população idosa como um todo na População

Economicamente Ativa (PEA) de 4%, em 1980, para 6% em 2000. Em 1998, de cada 100 idosos do sexo masculino na faixa de 60/64 anos, 63,8 faziam parte da PEA, enquanto daqueles na faixa de 65/70, aquela proporção cai para 46. A participação das mulheres na PEA também decai na faixa até 70 anos, quando passa a aumentar. Em 1998, 59% da PEA idosa masculina era constituída por aposentados, em comparação a 40% da PEA idosa feminina. A maior parte da PEA idosa masculina trabalhava de 40 a 49 horas semanais, enquanto a PEA idosa feminina trabalhava de 15 a 39 horas.

Em 1998, a situação do idoso brasileiro em termos de renda era bem melhor do que em 1980. Com efeito, em 1980 mais de 21% da população idosa não tinha renda, enquanto em 1998 aquela proporção caiu para menos de 12%. A renda do idoso é proveniente, principalmente, dos benefícios previdenciários. Verifica-se que a importância da renda proveniente da aposentadoria aumentou em detrimento de outras rendas, tanto no caso da população idosa masculina, quanto no caso da população idosa feminina. No caso da população idosa feminina, à renda proveniente da aposentadoria somam-se os benefícios das pensões por viuvez.

As condições de vida do idoso melhoraram nos últimos anos. Verificou-se queda da mortalidade conjugada a um avanço nas condições de saúde e a universalização dos benefícios da seguridade social. Os rendimentos do idoso aumentaram, o que significou uma importante redução da pobreza e da indigência. Cabe, entretanto, assinalar que as aposentadorias e pensões estejam sendo utilizadas para sustento de famílias, invertendo o papel do idoso de dependente para aquele de contribuinte e de provedor da renda familiar.

No Brasil, o atendimento ao idoso iniciou-se no âmbito das ações promovidas pelo Serviço Social do Comércio (SESC), criado em 1946, com vistas a assegurar o bem estar social do comerciário e de sua família. A ação do SESC incentivou a assistência social ao idoso, constituindo-se num marco de referência para a elaboração e a implantação de uma política voltada para aquele segmento da população. A primeira iniciativa do Governo na prestação de assistência aos idosos ocorre na forma de uma portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social (Portaria nº 82, de 4 de julho de 1974), pela qual se regulamenta a internação custodial, restrita aos aposentados e pensionistas do antigo INPS. A questão do idoso foi ganhando visibilidade com a realização de seminários voltados ao debate público de diferentes aspectos do processo do envelhecimento, que resultaram nas propostas de mobilização comunitária com vistas à manutenção do idoso na família, de criação de serviços médicos especializados e de revisão do sistema previdenciário, entre outras.

A Constituição de 1988 estabeleceu direitos específicos em seus capítulos 203 e 204. Em 4 de janeiro de 1994, por meio da Lei nº 8.842/94, entrou em vigor a Política Nacional do Idoso, pela qual se reconhecem os direitos sociais do idoso, garantindo sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. A Política Nacional do Idoso resultou de amplo debate entre o Estado e a sociedade civil, que teve na Associação Nacional de Gerontologia (ANG) um de seus mais importantes expoentes. Coube à Secretaria de Estado de Assistência Social coordenar a implementação daquela Política, que teve desdobramentos nas áreas de competência dos Ministérios

da Cultura, da Educação, do Esporte e do Turismo, da Justiça, da Previdência e Assistência Social, da Saúde, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, e da Secretaria de Desenvolvimento Regional.

É de destacar o importante papel da sociedade civil na promoção e defesa dos direitos dos idosos por meio das contribuições, entre outras, da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), do Serviço Social de Comércio (SESC), da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COPAB), da Associação Nacional de Gerontologia (ANG), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Associação Cearense Pró-Idosos (ACEPI). A crescente interlocução Estado/sociedade civil na área social possibilitou o debate em torno à questão do idoso, que no Brasil assume uma importante proporção demográfica, que, por sua vez, resultou na consolidação de um marco jurídico que expressa sua relevância e prioridade na agenda do país.

REFUGIADOS AFEGÃOS (08 DE ABRIL DE 2002)

O grupo de 23 refugiados afegãos a ser reassentado no Brasil chegará a Porto Alegre nos dias 12 e 26 de abril. No dia 12 próximo, desembarcará no Aeroporto Salgado Filho às 11:30, proveniente de São Paulo, a primeira leva de 10 refugiados. No dia 26, está prevista a chegada dos demais refugiados. Esses refugiados vivem atualmente sob a proteção do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas (ACNUR) em campos localizados no Irã e na Índia.

2. O reassentamento desses refugiados no Brasil estará sob a coordenação direta do

Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) do Ministério da Justiça, em conjunto com o ACNUR, e atenderá a procedimentos específicos estipulados pela Lei 9.474, de 22 de julho de 1997. A vinda desses primeiros refugiados afegãos representa a culminância de um processo de cooperação estabelecido entre o Governo Federal, as Nações Unidas e entidades da sociedade civil.

3. Para além de simbolizar a concretização do compromisso formulado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso na abertura da 56a Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em novembro de 2001, a acolhida dos refugiados afegãos reafirma a disposição do Brasil de reforçar seu engajamento no domínio da proteção internacional de refugiados.

SITUAÇÃO NA VENEZUELA (12 DE ABRIL DE 2002)

O Governo brasileiro acompanha com preocupação a situação na Venezuela. Lamenta a ruptura da ordem institucional, deplora os atos de violência que produziram mortos e feridos e manifesta sua solidariedade com as famílias das vítimas.

O Governo brasileiro reafirma a importância da democracia e dos direitos da cidadania, valores e princípios compartilhados e consagrados em nossa região. Nessas condições, está em consulta com países vizinhos e os foros competentes nos termos da cláusula democrática em vigor.

O Governo brasileiro expressa sua confiança em que a nação venezuelana saberá, com a serenidade que as circunstâncias exigem, encontrar o caminho para o retorno à normalidade democrática, mediante a realização de eleições em breve prazo.

SITUAÇÃO NA PALESTINA (12 DE ABRIL DE 2002)

O Governo brasileiro está acompanhando com grande preocupação a deterioração da situação humanitária nos territórios palestinos ocupados. O Brasil reitera sua condenação aos atos terroristas e aos atos de violência que estão levando à trágica perda de vidas humanas e à destruição de propriedade, com o conseqüente agravamento das tensões e a possibilidade de uma catástrofe humanitária.

O Governo brasileiro expressa seu apoio às iniciativas que sejam capazes de restaurar a paz e a concórdia naquela região, instando para que seja facultado pleno acesso às agências humanitárias às áreas necessitadas, em observância aos padrões universais de respeito aos direitos humanos e aos preceitos do direito internacional humanitário, bem como conclama as partes em conflito a implementar de imediato as Resoluções 1397(2002), 1402(2002) e 1403(2002) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Governo brasileiro apela às autoridades israelenses para que levantem as restrições impostas à circulação de veículos do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e da Sociedade Palestina do Crescente Vermelho nos territórios palestinos ocupados, de modo a que o pessoal médico e os meios de transporte sanitários possam desempenhar suas funções adequadamente, garantindo atendimento aos feridos, enfermos e outros grupos vulneráveis. A capacidade de prestar assistência médica e outros tipos de socorro é uma condição indispensável para a ação humanitária, não podendo a população palestina prescindir desses serviços básicos.

O Governo brasileiro atribui viva importância à retomada das negociações políticas e diplomáticas e acredita que a comunidade internacional deve contribuir, com

as ações que forem consideradas necessárias, para fazer cessar a violência e encontrar uma solução definitiva para o conflito na região, no marco da Carta das Nações Unidas e das decisões do Conselho de Segurança.

MISSÃO DE OBSERVADORES ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE TIMOR LESTE (12 DE ABRIL DE 2002)

A convite do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e Administrador Transitório do Timor Leste, Sérgio Vieira de Mello, o Brasil está enviando Missão de Observadores às eleições presidenciais de Timor Leste.

O pleito para eleger o primeiro Presidente de Timor Leste terá lugar em 14 de abril de 2002. Será marco histórico na trajetória do povo timorense e antecederá as celebrações de independência do novo país, a se realizarem em 19 e 20 de maio de 2002. O Presidente timorense tomará posse durante as solenidades de independência.

São dois os candidatos nas eleições: Xanana Gusmão e Francisco Xavier do Amaral.

A Missão observadora brasileira é integrada pelo Ministro Flavio Bierrenbach, do Superior Tribunal Militar, e pelo Desembargador Luiz Carlos Lugon, do Tribunal Regional Federal da 4ª. Região.

DECLARAÇÃO DO GRUPO DO RIO SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA (12 DE ABRIL DE 2002)

Os Presidentes dos países membros do Mecanismo Permanente de Consulta e

Concertação Política, Grupo do Rio, diante dos fatos ocorridos na Venezuela, e ratificando sua adesão aos procedimentos democráticos e ao Estado de Direito, expressam o seguinte:

- 1) Reafirmam o Direito dos povos à democracia e a obrigação dos governos de promovê-la e defendê-la, e reconhecem que a democracia representativa é indispensável para a paz e o desenvolvimento da região dentro do quadro da Carta Democrática Interamericana.
- 2) Lamentam os atos de violência que provocaram a perda de vidas humanas e acompanham o povo venezuelano em seu desejo de reconstruir uma democracia plena, com garantias cidadãs e de respeito às liberdades fundamentais.
- 3) Condenam a interrupção da ordem constitucional na Venezuela, gerada por um processo de crescente polarização.
- 4) Insta à normalização da institucionalidade democrática no quadro da Carta Democrática Interamericana e a dar os passos necessários para a realização de eleições claras e transparentes, em consonância com os mecanismos previstos pela Constituição venezuelana.
- 5) Informa que o Grupo do Rio solicitou ao Secretário-Geral da OEA a convocação de uma sessão extraordinária do Conselho Permanente, de acordo com o artigo 20 da Carta Democrática Inter-Americana, para realizar uma avaliação coletiva da situação e adotar as decisões que estime conveniente.
- 6) Solicitamos ao Secretário-Geral da OEA que procure tomar contato com a realidade política da Venezuela através dos meios que considere mais adequados.

São José, 12 de abril de 2002.

SITUAÇÃO NA VENEZUELA (14 DE ABRIL DE 2002)

O Governo brasileiro tomou conhecimento com satisfação da retomada da ordem constitucional e do processo político democrático na Venezuela. A reassunção pelo Presidente Hugo Chavez de suas funções como Chefe de Estado, ao colocar fim à quebra da institucionalidade que mereceu a firme condenação do Brasil e da comunidade internacional, marcou um acontecimento significativo para a reafirmação dos valores e princípios democráticos na América do Sul.

O Governo brasileiro:

. Reitera seu apoio ao papel da OEA e do Grupo do Rio como foros de concertação para o fortalecimento e a defesa dos princípios democráticos e do Estado de Direito em nossa região.

Acolhe com agrado as declarações do Presidente Hugo Chavez, tal como reportadas pela imprensa, particularmente seu convite ao diálogo e à reflexão, assim como seu apelo à calma e ao desarmamento dos espíritos.

. Expressa confiança de que o governo constitucional do Presidente Hugo Chavez, juntamente com o povo e os responsáveis políticos venezuelanos, saberão buscar, num clima de paz, liberdade e respeito aos direitos humanos, os melhores caminhos para promover a estabilidade e o desenvolvimento de seu país.

ACORDO SALVAGUARDAS OMC (15 DE ABRIL DE 2002)

No dia de hoje, o Governo brasileiro solicitou às Comunidades Européias (CE) a realização de consultas ao amparo do Acordo sobre Salvaguardas da Organização Mundial do Comércio (OMC) em função da aplicação

de salvaguardas provisórias às importações de produtos siderúrgicos.

Nessa consulta, o Brasil exporá à Delegação europeia as razões pelas quais as salvaguardas adotadas não parecem estar em conformidade com as obrigações internacionais da União Europeia no marco jurídico multilateral.

O Governo brasileiro reitera que se reserva o direito de lançar mão dos instrumentos legais que se façam necessários à defesa dos legítimos interesses da siderurgia brasileira.

ELEIÇÕES NO TIMOR LESTE (17 DE ABRIL DE 2002)

O Governo brasileiro recebeu com grande satisfação a notícia de que Xanana Gusmão venceu as primeiras eleições presidenciais realizadas no Timor Leste. O resultado faz jus às qualidades pessoais e ao papel de liderança do Presidente eleito na histórica luta do povo timorense pela autodeterminação.

Concluído com pleno êxito o processo de transição à Independência, o Governo brasileiro deseja saudar o trabalho desenvolvido pela Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste, que esteve sob a competente e destemida coordenação do brasileiro Sérgio Vieira de Mello e contou com o concurso de diplomatas brasileiros.

O Governo e a sociedade brasileira estão comprometidos com o apoio à construção do novo Estado e saberão prestar a cooperação possível para que o Governo de Xanana Gusmão atenda às mais elevadas aspirações do povo timorense. O Brasil espera logo trabalhar ao lado do Timor Leste para a continuada promoção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou mensagem de congratulações ao Presidente Xanana Gusmão, a quem estima e admira.

CONCURSO DE MONOGRAFIAS (19 DE ABRIL DE 2002)

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), fundação pública, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, está realizando, em cooperação com a Divisão da Organização dos Estados Americanos deste órgão, concurso para premiar monografias, nas categorias “estudante de graduação” e “pesquisador”, sobre o tema “Promoção e Defesa da Democracia no Continente Americano”.

Os interessados em participar do referido concurso deverão entregar suas monografias até o dia 5 de setembro próximo, no Protocolo da Funag (Esplanada dos Ministérios, Palácio Itamaraty, Anexo II, Térreo, sala nº 1, Brasília, DF/ CEP 70.170.900), ou enviá-las, até a citada data, pelo correio, por meio de sistema de entrega contra-recibo. O edital do concurso está disponível na sede da Funag em Brasília e em seu *site* - www.funag.gov.br.

BALANÇO DAS ATIVIDADES DO ITAMARATY AO LONGO DO ÚLTIMO ANO (19 DE ABRIL DE 2002) (INTERVENÇÃO CEP, CURITIBA 9 DE ABRIL DE 2002)

Introdução: contato com o setor privado ao longo de 2001

A última reunião do CEP se realizou em São Paulo, em 09 de fevereiro de 2001. Naquela

ocasião, o principal tema em discussão dizia respeito às perspectivas de participação do Brasil na ALCA, à luz da possibilidade de antecipação do prazo final das negociações;

A despeito do CEP não ter se reunido uma segunda vez desde fevereiro do ano passado, tenho procurado manter estreito contato com o empresariado brasileiro, como forma de demonstrar a prioridade de minha administração à frente do Itamaraty com relação ao adensamento das relações entre o executivo e o setor privado. Tenho, assim, procurado, sempre que possível, participar de foros que reunam representantes do Governo e do setor privado para discutir temas de política externa que afetam o dia a dia do empresariado nacional e da sociedade civil como um todo. Por exemplo, participei, em 09 de maio de 2001, e em 10 de janeiro de 2002, da SENALCA, foro que reúne representantes do Governo e sociedade civil para discutir o processo negociador da ALCA.

Da mesma forma, pude participar, em 26 de julho de 2001, de reunião da SENEUROPA, quando mantive estimulante debate com representantes do empresariado, do Governo e de outros setores da sociedade a respeito do processo negociador Mercosul – União Européia. Na preparação da Conferência Ministerial da OMC em Doha, pude também uma vez mais ouvir as opiniões e apreensões dos empresários brasileiros em reunião do GICI, foro constituído para subsidiar a elaboração posição brasileira para aquele evento, em reunião realizada em 13 de dezembro de 2001.

Finalmente, meu diálogo com o empresariado tem sido fluido e constante por meio de minha participação em eventos de natureza diversa, com o propósito de tratar de temas específicos. (por exemplo, cerimônia

de abertura do Fórum Latino-Americano, em São Paulo, em 11 de setembro de 2001; XXI encontro de comércio exterior, ENAEX, no Hotel Glória, Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 2001; Seminário Doha e Pós-Doha em São Paulo, em 25 de janeiro de 2002, etc...)

ALCA

Na época da realização da última reunião do CEP, o Brasil estava às voltas com o risco de antecipação do prazo final das negociações da ALCA, a partir de proposta chilena nesse sentido que angariou apoio de vários países, notadamente os EUA. Em reação a essa iniciativa, o Brasil promoveu ativa ação diplomática, tanto em nível bilateral quanto multilateral.

Na Reunião Ministerial de Buenos Aires (7 de abril de 2001) e na Cúpula Ministerial das Américas em Québec (19 a 22 de abril de 2001), o Brasil conseguiu fazer prevalecer seu ponto de vista nesse tema, garantindo assim a manutenção do prazo inicialmente acordado para o término do processo negociador (janeiro de 2005).

Mercosul

O ano de 2001 foi devotado à preservação institucional do MERCOSUL, apesar das dificuldades decorrentes da deterioração da economia argentina, que culminou com a crise de dezembro do ano passado. Foi mantido o ritmo de reuniões e preservadas as instituições básicas da entidade, ainda que se tenham ampliado as exceções aos princípios propostos (fortes questionamentos aos níveis da TEC e interesse do Uruguai em negociar acordo bilateral com os EUA, por exemplo).

Mercosul-EU

Em 2001 foram realizados avanços significativos no processo de constituição de uma área de livre comércio entre Mercosul e União Européia. Em julho de 2001, os europeus apresentaram sua proposta de desgravação tarifária para bens. A proposta do Mercosul para bens, serviços e compras governamentais foi apresentada em outubro seguinte.

Apesar das dificuldades por que passava o Mercosul, a apresentação de proposta que prevê a liberalização de todo o universo tarifário foi importante como demonstração do comprometimento da União Aduaneira nas negociações, e de seu interesse em prosseguir com as mesmas.

OMC

Na IV Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Doha, Catar, em novembro de 2001, o Itamaraty, com apoio de outros Ministérios, contribuiu ativamente para o lançamento de nova e abrangente rodada de negociações que permitirá avanços na liberalização do comércio internacional e a eliminação de distorções que prejudicam as exportações brasileiras, em especial as de produtos agrícolas.

O Brasil tomou também a iniciativa de obter Declaração sobre a relação entre direitos de propriedade intelectual e políticas de saúde pública, que consagrou o princípio de que o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) não deve impedir os países membros da OMC de tomar as medidas necessárias para a proteção da saúde pública, em particular no que se refere ao acesso a medicamentos.

Brasil – Chile

Brasil e Chile concluíram, durante a visita do senhor Presidente da República àquele país, de 18 a 20 de março de 2002, entendimentos bilaterais com vistas ao aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica n. 35 (ACE-35), de 1996, que regulava o comércio bilateral entre o Mercosul e o Chile. O acordado entre os dois países deverá passar pelo exame dos sócios brasileiros do Mercosul na próxima reunião da Comissão Administradora do Acordo (maio de 2002).

Com base nas aberturas de mercado propostas, em 2002, o valor potencial das exportações brasileiras poderá alcançar cerca US\$ 460 milhões, enquanto o das exportações chilenas somariam US\$ 130 milhões. O impacto da concessão de quota de 200.000 caixas de pêssegos em calda ao Chile, que foi um dos temas delicados nessa negociação, deverá ser de cerca de US\$ 4 milhões, segundo estimativas.

Reestruturação do Itamaraty

A crescente complexidade técnica e a semelhança das pautas negociadoras levou-me a determinar a reestruturação da área econômica do Itamaraty. Com unidades administrativas organizadas em função de temas, e não mais com base nos foros negociadores, será possível operar com maior eficiência e coerência. Além disso, tomei a decisão de destinar todos os diplomatas da última turma do Instituto Rio Branco para as divisões econômicas, com vistas a assegurar pessoal suficiente para enfrentar a considerável carga de trabalho que implicam as diversas negociações em que estamos envolvidos.

A reestruturação da área econômica do Itamaraty teve por finalidade aparelhar a

instituição a melhor lidar com as perspectivas que se oferecem nas três frentes de negociação (OMC, ALCA e Mercosul-União Européia). Em virtude de suas especificidades, o Itamaraty precisa estar preparado para lidar de forma interdependente com os vários processos negociadores. Exemplo dessa “interdependência” entre os processos negociadores é o fato de que certas expectativas de acesso a mercado podem ser anuladas se não forem acompanhadas de disciplinas adicionais sobre subsídios às exportações e medidas de apoio interno, como os subsídios ao produtor.

Necessidade de o setor privado estar preparado para as negociações em curso

Da mesma forma como o Itamaraty precisa estar preparado para as negociações em curso na ALCA, OMC e com a UE, acredito que também o setor privado e, mais especificamente, o empresariado nacional, necessitam se equipar melhor para enfrentar esses desafios, uma vez que o resultado dessas negociações certamente afetará cada setor em suas tarefas quotidianas futuras.

A participação do empresariado é importante, pois no processo de conformação da ALCA, por exemplo, cada parte deseja acelerar a melhoria de acesso para seus bens mais competitivos e retardar o melhor acesso de importações que concorram com os seus produtos “sensíveis”. Nesse processo de definição sobre quais produtos devem pertencer a uma categoria ou a outra, a participação do empresariado é fundamental. A participação do empresariado é, ainda, importante para que se possa identificar com clareza as barreiras que nossos produtos enfrentam, conforma ilustra o seguinte exemplo:

O universo de tarifas de um país geralmente é formado por 10 mil posições tarifárias definidas pela nomenclatura do sistema

harmonizado (SH), desagregadas a oito ou mais dígitos. O sistema só permite, todavia, comparação entre países num grau menor de desagregação, a seis dígitos. (ex: posição 240110 para “fumo em folhas”, cuja tarifa é de cerca de 42,40% nos EUA). Acima de seis dígitos, cada país define o que quer e como quer (caso da posição 24011065, que nos EUA é taxado em 350%, correspondendo ao produto *tobacco, not stemmed or stripped, not or not over 35% wrapper tobacco, flue-cured burley*).

Assim, as posições que são comparáveis internacionalmente (a seis dígitos) não exibem os “picos tarifários”, como exemplificado no caso do tabaco, e que só aparecem na posição a oito dígitos. O Brasil precisa estar preparado, assim, para lidar com esse tipo de situação, e sem o auxílio do empresariado, será muito difícil ao executivo sozinho estar devidamente preparado.

Esse é um exemplo pequeno, que se refere a “picos tarifários”, mas que se repete de forma semelhante, por exemplo, na questão das “escaladas tarifárias”, das quotas tarifárias para produtos sensíveis, das barreiras não tarifárias, entre outras, nas quais o empresariado precisa subsidiar o Governo na defesa dos interesses nacionais.

Promoção às exportações

No cumprimento de seus objetivos nacionais de ampliar as exportações brasileiras, o Itamaraty trabalhou ativamente na área de promoção comercial. Nesse sentido, o ano de 2001 foi marcado pela realização de missões empresarias à Indonésia, Espanha, África do Norte e América Central.

Em 2001, o Itamaraty, em convênio firmado com a APEX, lançou programa voltado para a promoção comercial em mercados prioritários (EUA, México, Reino Unido, Alemanha, Índia, China e Japão).

Tópicos Principais de intervenção: Perspectivas para 2002

MERCOSUL

Brasil-México

Brasil e México deverão, neste ano de 2002, aprofundar as negociações com vistas a avançar o processo de constituição de um acordo de preferências tarifárias fixas (APTF). Uma vez que todos os demais sócios do Mercosul já negociaram acordos dessa natureza com o México, considera-se a possibilidade de, no futuro, caminhar em direção a um entendimento mais amplo, no modelo 4+1.

Neste momento, o Brasil está aprofundando alguns elementos de sua proposta inicial encaminhada ao lado mexicano em fevereiro deste ano, com vistas a levar o processo negociador a bom termo.

Estão em estágio avançado as negociações para um acordo bilateral ampliado para o setor automotivo. Esse instrumento poderá constituir, no futuro, vir a constituir apêndice bilateral de um acordo Mercosul-México para o setor.

ALCA

O ano de 2002 é de fundamental para o Brasil do ponto de vista dos preparativos para a ALCA. Na reunião do Comitê de Negociações Comerciais (CNC), que se realizará no período de 22 a 26 de abril próximo, na Ilha Margarita (Venezuela), serão definidas as regras que nortearão o processo negociador de acesso a mercados, a se iniciar em 15 de maio de 2002.

Em novembro, após a Reunião Ministerial de Quito, Brasil e Estados Unidos devem assumir a Co-Presidência do processo negociador, até o final das negociações, em janeiro de 2005.

No ano de 2002 o Brasil pretende dar continuidade ao processo de atuação no bloco com vistas à realização de objetivos estratégicos, entre os quais ajudar a Argentina a se recuperar da aguda crise econômica, política e social em que se encontra. Espera-se salto qualitativo no processo de integração, a despeito das dificuldades que ora atravessa o MERCOSUL (iniciativa do Uruguai de negociar bilateralmente com os EUA; quebra da corrente de pagamentos com a Argentina e dificuldades nas negociações sobre automotivos, dificuldades na reconversão da economia paraguaia, etc...), especialmente diante da possibilidade de convergência entre Brasil e Argentina em políticas macroeconômicas.

A prioridade dos países do Mercosul em 2002 é ampliar e diversificar sua pauta exportadora. Em que pesem os problemas por que vem passando os países da União Aduaneira, foram ultrapassadas algumas das dificuldades enfrentadas ao longo do ano passado. Em 2001, a Argentina procurou, em seu relacionamento com o Brasil no âmbito do Mercosul, a solução de alguns de seus problemas internos, derivados, entre outros fatores, da paridade peso-dólar. Isso levou ao aumento na aplicação de medidas restritivas ao comércio entre os membros da União Aduaneira (aumento do número de casos *anti-dumping* intra-zona) e à reversão de algumas de suas normativas (ampliação das exceções à TEC, etc...). Em 2002, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai estarão trabalhando conjuntamente, na condição de integrantes do Mercosul, para ampliar seus mercados externos e exportar mais.

Mercosul-UE

O ano de 2002 será importante para a continuidade do processo negociador. Durante a Cúpula de Madri, a se realizar em maio próximo, pretende-se aprovar os capítulos relativos ao diálogo político e de cooperação do futuro Acordo de Associação Inter-regional. Pretende-se, também, aprovar iniciativa na área de facilitação de negócios, bem como aprovar Comunicado fixando as diretrizes para o prosseguimento das negociações comerciais.

Também está prevista a realização, no segundo semestre de 2002, de reunião Ministerial, em que serão definidos os interesses centrais dos dois blocos e, em consequência, discutidos novos rumos para a negociação econômico-comercial.

Brasil-EUA (Aço)

O ano de 2001 foi marcado pela realização de intensas gestões em defesa dos interesses brasileiros junto ao Governo dos EUA. Recentemente, merece destaque a questão do aço, objeto de intensa troca de correspondência com o USTR Robert Zoellick e com o Secretário de Comércio Don Evans, e de viagem a Washington em janeiro de 2002.

As gestões brasileiras no caso do aço foram bem sucedidas. O Brasil recebeu um tratamento diferenciado com relação a outros exportadores (União Européia, Japão, Coréia e Austrália). A quota reservada ao país preserva o pico exportador atingido em 2001 para semi-acabados, e prevê ainda margem de crescimento das exportações desses produtos para os próximos anos.

Mesmo assim, o Brasil continuará a atuar com vistas a defender os interesses do exportador nacional, seja em nível bilateral (novas gestões junto ao Governo dos EUA para eliminar as medidas restritivas ao aço),

seja em nível multilateral (realização de consultas na OMC ao amparo do Acordo de Subsídios, estudo da possibilidade de acionar o órgão de solução de controvérsias).

OMC – Nova Rodada Negociadora

Estão em curso desde princípios de 2002 os trabalhos determinados pela Declaração Ministerial de Doha. Deverá o Brasil trabalhar ativamente para que se conforme o processo negociador e possam prosperar propostas voltadas principalmente a atender os objetivos brasileiros de acesso a mercado, em especial para produtos agrícolas, e relativas a temas como *antidumping*.

Promoção das Exportações

Espera-se, para 2002, a continuidade do programa de promoção comercial, com visitas de missões empresariais a mercados não-tradicionais, mas de considerável potencial do ponto de vista do crescimento das exportações brasileiras: Golfo Árabe, Sudeste asiático, Leste Europeu e países nórdicos. Realizar-se-á, ainda, missão empresarial conjunta do Mercosul à África do Sul.

A POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NA QUESTÃO DA OPAQ (22 DE ABRIL DE 2002)

A posição do Governo brasileiro na questão da iniciativa norte-americana de afastamento do Diretor Geral da OPAQ é amplamente conhecida. O conjunto de gestões efetuadas em favor da manutenção do Diretor Geral em seu cargo foi tornado público pelo Itamaraty.

Essa posição foi ontem na Haia reiterada e defendida pelo chefe da delegação brasileira

à Conferência Especial dos Estados Partes da OPAQ, Embaixador Luiz Augusto de Araujo Castro, Subsecretário de Assuntos Multilaterais do Itamaraty.

O Governo brasileiro agradece aos países que acompanharam a posição brasileira e lamenta que esta não tenha prevalecido na votação de hoje naquele foro multilateral.

O Embaixador José Maurício Bustani, se assim o desejar, será reintegrado ao Serviço Exterior Brasileiro, do qual se encontra licenciado.

III REUNIÃO DO COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL PARA O PROTOCOLO DE CARTAGENA SOBRE BIOSSEGURANÇA (24 DE ABRIL DE 2002)

Está sendo realizada na Haia, de 22 a 26 de abril, a III Reunião do Comitê Intergovernamental para o Protocolo de Cartagena (ICCP, do inglês *Intergovernmental Committee for the Cartagena Protocol on Biosafety*). A Delegação brasileira, chefiada pelo Itamaraty, é integrada por representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Saúde, IBAMA, EMBRAPA e Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.

As duas primeiras reuniões do ICCP foram realizadas em Montpellier-França (dezembro de 2000) e em Nairóbi (outubro de 2001). O objetivo do IPPC é preparar a futura I Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena, na qual serão discutidos temas relacionados a biossegurança e organismos geneticamente modificados (OGMs), como: responsabilidade e compensação por danos resultantes do transporte transfronteiriço de (OGMs); o

intercâmbio de informações; processamento, transporte, embalagem e rotulagem de OGMs; capacitação (*capacity building*); mecanismo de financiamento; e regime de cumprimento.

O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança foi negociado sob a égide da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), e foi adotado em 29 de janeiro de 2000. Visa a proteger a diversidade biológica dos riscos potenciais representados por organismos geneticamente modificados (OGMs). O documento reafirma o enfoque da precaução, conforme a redação contida no Princípio 15 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (“Quando houver perigo de dano grave ou irreversível, a falta de certeza científica absoluta não deverá ser utilizada como razão para se adiar a adoção de medidas eficazes em função dos custos para impedir a degradação do meio ambiente.”)

O protocolo estabelece:

- a) normas sobre a transferência, o manuseio e o uso de OGMs;
- b) procedimento de informação prévia pelo qual as Partes possam dispor de informações adequadas antes de autorizar a importação de OGMs em seus respectivos territórios;
- c) mecanismos para avaliação e gerenciamento de riscos; e
- d) sistema de troca de informações (*clearing-house*) sobre diversidade biológica, com o objetivo de facilitar a implementação do Protocolo pelas Partes Contratantes.

O Protocolo de Cartagena foi assinado por 108 países, mas somente deverá entrar em vigor após haver reunido um número de 50 ratificações (no momento, apenas 16 países ratificaram). A I Reunião das Partes somente ocorrerá após a entrada em vigor do Protocolo.

O Brasil ainda está examinando a adesão ao Protocolo, mas, tendo em vista sua condição de grande exportador agrícola, significativo importador de fármacos e organismos vivos, e detentor da maior diversidade biológica do planeta, acompanha atentamente e participa das discussões sobre biossegurança. O Brasil vem estabelecendo, desde 1995, moldura jurídica para lidar com a problemática dos OGMs, no que diz respeito ao uso de técnicas de engenharia genética, a produção, o manuseio, o transporte, a comercialização, o uso, a emissão, o descarte, e a introdução de OGMs em território nacional, mormente por intermédio da Lei de Biossegurança (Lei 8.974/95) e da legislação correlata (Decreto 1.752/95, normas da CTNBio, etc).

A Lei de Biossegurança instituiu a Comissão Técnica Nacional sobre Biossegurança (CTNBio), “instância colegiada multidisciplinar, (estabelecida) com a finalidade de prestar apoio técnico consultivo e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a OGM, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e pareceres técnicos conclusivos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados”. A CTNBio tem, de forma continuada, atuado no sentido de estabelecer instrumentos legais referentes às diferentes facetas da questão.

ATUAÇÃO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM TEL AVIV (26 DE ABRIL DE 2002)

A Embaixada do Brasil em Tel Aviv tem continuado a prestar, apesar das limitações impostas pelo recrudescimento do conflito entre Israel e a Autoridade Palestina, a assistência consular cabível aos nacionais brasileiros residentes em sua jurisdição consular, que engloba inclusive os territórios ocupados. Além do atendimento que o setor consular daquela Repartição brasileira presta tanto a brasileiros residentes em Israel quanto àqueles residentes nos territórios ocupados, a Embaixada dispõe também de serviço de plantão diário e ininterrupto por telefone celular. Todos os funcionários locais do setor consular falam português fluentemente. O setor consular tem por norma atender com paciência e cortesia a todos os cidadãos brasileiros que o procuram.

Os cidadãos de dupla nacionalidade (brasileira e palestina) que residem nos territórios ocupados, em particular nas áreas atingidas pelas ações militares em curso do Exército israelense, têm enfrentado dificuldades para locomoção e comunicação no mesmo grau do restante da população palestina. O ingresso nas últimas semanas na cidade de Ramalá, por exemplo, só tem sido possível mediante autorização expressa das autoridades israelenses, concedida apenas em casos excepcionais.

O setor consular da Embaixada vem recebendo uma média diária de dez a doze telefonemas com pedidos de assistência e

orientação por parte de cidadãos brasileiros. Nos casos de solicitação de documentação (especialmente de passaportes), a emissão vem sendo agilizada, inclusive por meio de fax. Já para os casos de assistência emergencial, os nacionais brasileiros necessitados têm sido instruídos a se dirigirem a instituições humanitárias como a 'Red Crescent Cross' e a Cruz Vermelha Internacional.

O Embaixador de Israel em Brasília foi chamado ao Ministério da Relações Exteriores em 5 de abril passado. Na ocasião, foi manifestada a preocupação do Governo brasileiro com as restrições e dificuldades enfrentadas pelos cidadãos brasileiros nos territórios palestino ocupados por forças israelenses.

A Embaixada do Brasil em Tel Aviv, por sua vez, efetuou gestões junto em igual teor à Chancelaria israelense. A pedido da Embaixada do Brasil, as autoridades israelenses já se prontificaram a auxiliar na retirada de cidadãos brasileiros que não tenham também nacionalidade palestina e desejem sair das áreas de conflito.

Em seus contatos com cidadãos brasileiros, os funcionários do setor consular têm ressaltado a atuação do Governo brasileiro junto ao Governo israelense e aos organismos internacionais, inclusive com gestões para que sejam amenizados os sofrimentos infligidos à população civil dos territórios ocupados.

CONFERÊNCIA GERAL DA UNCTAD (30 DE ABRIL DE 2002)

O Brasil ofereceu-se para sediar a próxima Conferência Geral da UNCTAD, em 2004, ano em que aquela organização estará completando seu quadragésimo aniversário. O convite foi formulado hoje em Bangkok, onde se realiza a Décima Nona Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da entidade, e foi aceito por unanimidade.

UNCTAD é a sigla em inglês da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento. Criada em 1964 para promover o comércio como instrumento de desenvolvimento, a Organização, sediada em Genebra, dedica-se ao debate econômico, à cooperação técnica e à formulação de propostas alternativas para aumentar a contribuição do comércio internacional para o desenvolvimento, inclusive em áreas relacionadas, como finanças, investimento, tecnologia e transportes. Uma das principais realizações da UNCTAD foi a criação do Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGP), que assegura tarifas mais baixas para os produtos exportados pelos países em desenvolvimento nos mercados desenvolvidos.

O Embaixador Rubens Ricupero é o Secretário-Geral da Organização desde 1995 e está em seu segundo mandato. Em sua gestão, a Organização vem passando por uma ampla modernização, centrada na qualidade dos relatórios produzidos e com maior abertura ao setor privado.

2004 será também o ano em que as negociações da nova rodada da OMC estarão entrando em sua etapa final. Os debates da UNCTAD, com seu foco voltado para o papel do comércio para os países em desenvolvimento, poderão exercer influência positiva sobre o andamento daquelas negociações.

CRIAÇÃO DO CENTRO
INTERNACIONAL PARA POLÍTICAS
DE REDUÇÃO DA POBREZA (ACORDO
ENTRE O PROGRAMA DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO -
PNUD E O GOVERNO BRASILEIRO)
(02 DE MAIO DE 2002)

O Governo Brasileiro e o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) assinarão nesta segunda-feira, dia 6 de maio, às 16h, na Sala de Tratados do Palácio do Itamaraty, a Carta de Intenções para a criação do Centro Internacional para Políticas de Redução da Pobreza – CIPRP (International Centre on Poverty Reduction Policies – ICPRP).

O CIPRP, que será instalado na cidade do Rio de Janeiro, é resultado de uma parceria entre o PNUD e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, e terá como objetivos estudar a pobreza e a desigualdade em todo o mundo e propor políticas de redução da pobreza.

Assinarão o documento o Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, e o Representante Residente do PNUD no Brasil e Coordenador do Sistema ONU no país, Walter Franco. Após a cerimônia, será realizada coletiva à imprensa com a presença de Walter Franco e do presidente do IPEA, Roberto Borges Martins.

Segundo a proposta do PNUD, as principais razões da escolha do Brasil para sediar o Centro Internacional e ter o IPEA como parceiro são:

- 1) Papel de liderança do Brasil junto aos países em desenvolvimento.
- 2) Qualificação de padrão mundial do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – no que se refere a estudos sobre pobreza, desigualdade e políticas de redução da pobreza, sendo reconhecido nessas áreas como “centro de excelência” em todo o mundo.
- 3) Experiência do IPEA em avaliar a eficiência e efetividade de políticas públicas e gastos sociais.
- 4) A existência no IPEA de técnicos altamente qualificados para o auxílio da implementação e acompanhamento dos trabalhos do centro.
- 5) Disposição do Brasil e, principalmente, disponibilidade do IPEA em compartilhar sua experiência com outros países.

O Escritório pretende fazer com que países pobres e em desenvolvimento (principalmente na África e na América Latina) troquem experiências de sucesso de combate à pobreza e à desigualdade. A intenção é melhorar a capacidade doméstica desses países em formular políticas sociais, diminuindo assim, a dependência de fontes estrangeiras. O Centro tem como objetivo criar redes de conhecimento (*knowledge networks*) que ficarão à disposição desses países por intermédio de uma série de serviços que serão por ele implementados.

O CIPRP será o primeiro organismo das Nações Unidas com mandato global com sede no Brasil.

VISITA DO SECRETÁRIO-GERAL
DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR OSMAR CHOEFI,
AO GOLFO ARÁBICO
(03 DE MAIO DE 2002)

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, empreenderá visita oficial a três países do Golfo Árabe - Arábia Saudita, Kuaite e Emirados Árabes - no período de 04 a 12 de maio corrente. O objetivo principal de viagem é o de adensar as relações políticas e econômicas do Brasil com esses países, além de efetuar contatos com o Secretariado do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), órgão multilateral regional que também tem como membros Bareine, Catar e Omã.

Durante a visita, serão discutidos com as autoridades dos três países temas das agendas políticas bilateral e internacional, além da intensificação do relacionamento comercial, econômico e financeiro. A Arábia Saudita, o Kuaite, e, principalmente, os Emirados Árabes Unidos, já representam excelentes mercados para uma grande variedade de produtos brasileiros, tais como açúcar, carnes, produtos químicos, ferro, papel, café, produtos manufaturados, entre outros, podendo o intercâmbio ser intensificado uma vez identificadas outras necessidades das economias daqueles países.

Os países a serem visitados configuram-se, igualmente, como importantes entrepostos comerciais para a região do Mar Vermelho e Golfo Árabe, com ramificações no sudoeste asiático, na Ásia Central, e na Costa Leste africana. No decorrer da visita será discutida também a abertura de um escritório comercial do Brasil, em Dubai, nos Emirados Árabes.

Trata-se de importante centro econômico e financeiro da região, onde já existe um grande número de representações comerciais estrangeiras operantes.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA ARMÊNIA, SENHOR
ROBERT KOTCHARIAN
(03 DE MAIO DE 2002)

Apresentação:

A visita do Presidente da Armênia, Robert Kotcharian, consolida um processo crescente de aproximação desse país com o Brasil, marcado por diversas iniciativas visando à intensificação das relações bilaterais. Manifestações concretas desse interesse estão refletidas na importância da delegação que acompanha o Presidente Robert Kotcharian, na assinatura de dois importantes acordos - Acordo de Cooperação Cultural e Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos - e na intenção do Governo armênio de estabelecer uma Embaixada residente em Brasília.

Esses propósitos encontram reação positiva por parte do Governo brasileiro uma vez que o estabelecimento de vínculos concretos e de uma parceria de maior intensidade com a Armênia permitirá o incremento de uma desejável presença brasileira em um país situado em região estrategicamente relevante e dotado de condições que poderão permitir uma irradiação de nossa ação diplomática e comercial em uma região que ganha crescente importância e potencial de mercado.

I. Relações Bilaterais:

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Armênia em 1992. Não havendo Embaixada residente, a representação em Erevan foi cumulativa com a Embaixada em Moscou até o ano passado, estando em estudo a possibilidade de abertura de uma missão diplomática brasileira em Erevan, há muito reivindicada tanto pelo Governo armênio como pela comunidade armênia do Brasil. Os armênios, por seu lado, abriram um Consulado-Geral em São Paulo em 1998.

Embora pequena numericamente, a comunidade de descendentes de armênios em São Paulo é extremamente empreendedora e influente, sendo estimada em cerca de 25 mil integrantes, do total de 40 mil que se calcula vivam no Brasil, entre imigrantes e seus descendentes. A minoria armênia vem prestando valiosa contribuição ao desenvolvimento da sociedade brasileira, atuando nos mais diversos setores da vida privada e pública nacional, com quadros inclusive no Ministério das Relações Exteriores.

Ao longo dos últimos anos, a Armênia adotou algumas iniciativas com o objetivo de adensar as relações com o Brasil, como a abertura do Consulado-Geral em São Paulo, e as visitas ao Brasil do Vice-Chanceler Armen Baibourdian, em 1998, e do Chanceler Vartan Oksanian no ano 2000. O objetivo principal da diplomacia armênia em sua investida latino-americana é captar oportunidades de comércio e investimentos. Tolhida pelas dificuldades criadas no seu entorno devido à questão de Nagorno-Karabakh, a Armênia procura orientar sua política externa para aqueles países onde sua diáspora logrou consolidar comunidades bem-sucedidas, e que, teoricamente, poderiam vir em seu auxílio.

A visita do Vice-Chanceler Baibourdian foi oportuna para identificar possibilidades de adensamento das relações bilaterais. O Vice-Chanceler armênio demonstrou efetivo interesse de seu Governo em desenvolver iniciativas concretas em vários campos e, assim, expandir os laços existentes entre Brasil e Armênia. Foram lançadas na ocasião três idéias e todas elas prosperaram: a) criação de um grupo interparlamentar – o projeto foi aprovado no dia 18 de abril de 2001 e o grupo tem como membros os Deputados Federais Antônio Kandir (PSDB-SP), Cunha Bueno (PPB-SP) e Pedro Pedrossian Filho (PPB-MS); b) a vinda de uma estudante armênia para o Instituto Rio-Branco – a estudante Ellen Petoyan veio ao Brasil em julho do ano passado e em breve concluirá o Curso de Preparação de Diplomatas; c) assinatura de acordo de dispensa de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço – será assinado por ocasião da visita do Presidente Robert Kotcharian.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Armênia, Vartan Oskanian, realizou visita ao Brasil no período de 14 a 16 de maio de 2001. A visita, iniciada pela cidade de São Paulo, incluiu também etapa em Brasília. Em São Paulo, ademais de encontros com representantes da comunidade armênia, o Ministro Oskanian avistou-se com o então Vice-Governador do Estado, Geraldo Alkmin. Em Brasília, o Ministro armênio entrevistou-se com o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que lhe ofereceu almoço de trabalho. O Ministro foi ainda recebido em audiência pelo Vice-Presidente da República, Marco Antonio Maciel, e pelo então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Durante o encontro mantido no Gabinete do Secretário-Geral, O Ministro das Relações

Exteriores armênio caracterizou sua visita como um contato de alto nível, visando à intensificação do conhecimento mútuo e ao estreitamento dos laços bilaterais.

Em seu encontro com o então Ministro Lampreia, o Ministro armênio asseverou que sua visita representava uma tentativa de mobilização pela Armênia de sua “diáspora”, que se ofereceria como alternativa para romper os bloqueios impostos por países vizinhos, mencionando, a esse respeito, a importância das comunidades armênias do Brasil, da Argentina e dos Estados Unidos, para onde viajou em seguida.

Do lado brasileiro, a iniciativa mais importante de aproximação com a Armênia ocorreu em agosto de 2001. Em conformidade com instruções do Senhor Presidente da República, missão especial chefiada pelo Doutor Varujan Burmaian e integrada pelos Ministros Sarkis Karmirian, Chefe de Gabinete do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos, e Regis Arslanian, Assessor do Secretário-Geral, bem como pelos empresários Joseph Tutundjian, Diretor da Escola de Comércio Exterior de São Paulo, e Pedro Grendene, proprietário das indústrias de calçados GRENDENE S.A., visitou a Armênia no período de 16 a 23 de agosto.

A missão cumpriu extenso programa que incluiu audiências com o Presidente da República, Robert Kotcharian; Sua Santidade o “Catolicós” da Igreja Apostólica Armênia, Karekin II; Presidente do Tribunal Constitucional, Gaguik Harutiunian; Ministro dos Assuntos Exteriores, Vartan Oskanian, e Vice-Ministro dos Assuntos Exteriores, Hatoun Margarian; Ministros da Defesa, Serge Sarkisian, das Atividades de Infraestruturas de Produção, David Zadoian, e Indústria e Comércio, Karen Chshmaritian; Vice-Presidente da Assembléia Nacional, Gaguik

Aslanian; e Presidente do Banco Central, Dikran Sarkissian.

Foram organizadas visitas à União de Produtores e Empresários da Armênia, ao Fundo Nacional “Armênia” e a estabelecimentos industriais produtores de calçados, calçados esportivos, bebidas, produtos químicos, borracha sintética e couros, bem como ao Parque Tecnológico “Viaser”.

A tônica das conversações mantidas no Ministério dos Negócios Estrangeiros incidiu na observação de ordem geral de que as relações da Armênia com o Brasil, à semelhança das existentes com outros países, e mesmo na época soviética, eram impulsionadas, fundamentalmente, por iniciativa e empenho de representantes da comunidade de armênios e de seus descendentes no exterior.

Desde a retomada de sua vida independente, a Armênia, segundo o Chanceler Oskanian, passou a identificar o Brasil como país com grande potencial de parceria. Recordou com satisfação sua visita ao Brasil em maio de 2000 e considerou a viagem da missão especial ao seu país a continuação do processo de aproximação política entre os dois países. Disse acreditar na possibilidade de ser dada ênfase inicial ao intercâmbio nos planos político, econômico-comercial e cultural. No cenário multilateral, destacou a ampla possibilidade de colaboração, especialmente nas Nações Unidas, a partir da identificação de um repertório de posições comuns.

O Doutor Varujan Burmaian fez menção à intenção do Governo brasileiro de estabelecer uma Missão diplomática permanente em Erevan de forma a estimular o intercâmbio em bases mais sólidas. No âmbito comercial, Burmaian afirmou que a Armênia poderia vir a constituir o portal de entrada no Cáucaso e na própria Comunidade de Estados Independentes para as exportações

brasileiras. Da mesma forma, os produtos armênios poderiam encontrar no Brasil uma importante porta de entrada para os países que constituem o MERCOSUL. Mencionou ainda que, com base nas visitas que sua delegação estava realizando, o intercâmbio inicial entre os dois países poderia ser desencadeado a partir do seguinte : troca de informações nos campos comercial e fiscal; exame pelo Brasil do processo de privatizações em curso na Armênia; e avaliação das condições de participação brasileira nos setores do turismo, serviços, gestão empresarial, *marketing* e de fomento à pequena e média empresa. O Senhor Grendene fez menção ainda durante o encontro com Oskanian à disponibilidade de sua empresa em receber técnicos armênios para estágios de treinamento e aprendizagem dos últimos recursos tecnológicos para a produção de calçados.

O Ministro da Indústria e Comércio, Karen Chshmaritian, observou que, como seu país tem acordos comerciais com oito países da CEI, poderia importar partes e componentes do Brasil com vistas a processá-los nas unidades industriais armênias, que dispõem de expressiva mão-de-obra barata e ociosa, reexportando-os para a CEI a preços competitivos com a marca *made in Armenia*. Essa era, no seu entender, a modalidade de colaboração mutuamente vantajosa para os setores produtivos dos dois países. As exportações armênias - produtos alimentares; sucos concentrados de frutas, vinhos, cervejas, conhaque e águas minerais; joalheria; complexos vitamínicos (indústria de medicamentos); cabos de transmissão de energia elétrica; tornos mecânicos e materiais de construção para revestimento de pisos e paredes; e equipamentos para processamento de diamantes - destinam-se basicamente aos mercados europeu, norte-americano e ao Extremo Oriente.

O Presidente Robert Kotcharian recebeu a missão brasileira na sede da Presidência da República. Expressou sua satisfação com o fato de o Presidente Fernando Henrique Cardoso ter designado como chefe da delegação do Brasil uma personalidade tão benemérita para o mundo armênio, por seus gestos e atos de benfeitoria tanto na diáspora como em seu próprio território. Referiu-se à sua grande expectativa de que, com o peso político do Brasil no ambiente latino-americano, as relações econômico-comerciais entre os dois países se desenvolvessem a ponto de projetar cada um dos países nas suas respectivas áreas de influência regional. Disse considerar a instalação da Embaixada do Brasil em Erevan como marco fundamental para a ampliação e fortalecimento das relações bilaterais.

A visita que o Presidente Robert Kotcharian realiza ao Brasil no período de 6 a 8 de maio, constitui a iniciativa mais importante no processo de aproximação entre os dois países e seu objetivo é o de elevar o patamar das relações bilaterais. Na oportunidade, serão assinados um Acordo de Cooperação Cultural e um Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço. Em Brasília, será assinado documento pelo qual o Governo brasileiro doa, com base no princípio da reciprocidade, terreno no Setor de Embaixadas Norte, onde será construída a Embaixada da Armênia, cujo projeto será de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer.

II. Comércio Bilateral:

No que se refere ao comércio Brasil-Armênia, o potencial de expansão parece reduzido, dadas as diferenças de escala das duas economias, a distância e as prioridades estabelecidas, de parte a parte, com países vizinhos e outros parceiros tradicionais, bem como a pouca disponibilidade de recursos para financiamento de joint

ventures bilaterais. Contudo, as vinculações decorrentes da presença significativa e influente de descendentes de armênios no Brasil podem acarretar o contrário, e abrir oportunidades para iniciativas específicas.

Principais produtos exportados:

- Fumo não-manufaturado;
- Café não-torrado em grão;
- Café solúvel;
- Carne de frango em pedaços;
- Carnes de suíno congeladas;
- Válvulas cardíacas mecânicas;
- Selos postais e fiscais não-obliterados.

Principais produtos importados:

- Mantos impermeáveis de fibra sintética artificial

Existe interesse, por parte da Armênia na importação de produtos brasileiros do setor de alimentos, tais como café, açúcar, carne (bovina e frangos congelados), suco de frutas e manteiga. Os armênios têm também interesse em adquirir máquinas e equipamentos para a indústria alimentícia. Cabe lembrar que não há imposto para a importação de alimentos na Armênia e que a taxa média de importação é baixa, atingindo no máximo cifra de 10%.

Alguns desses produtos, como o café solúvel já chegam à Armênia, por meio de *tradings* européias. O representante brasileiro e as autoridades locais avaliaram ser possível contornar essa intermediação com contatos diretos entre empresários armênios e empresas brasileiras que possuem escritórios em Moscou. Poder-se-ia, igualmente, recorrer à agência do Banco do Brasil em Viena para oferecer suporte financeiro a essas operações.

Na área de investimentos, as autoridades armênias consideram a possibilidade de empresas brasileiras do setor de construção participarem de projetos de infra-estrutura.

A Armênia também busca investimentos em setores fundamentais, como energia, transportes e comunicações.

No que toca, portanto, às relações comerciais com o Brasil, o potencial de expansão pareceria reduzido, dada a diferença de escala das duas economias, a distância, e as prioridades estabelecidas, de parte a parte, com países vizinhos e outros parceiros tradicionais, bem como a pequena disponibilidade atual de recursos para financiamento de “joint-ventures” bilaterais. Cabe ressaltar que a Armênia é um país pequeno, com 29,8 mil km² (marginalmente maior que o território do Estado de Alagoas), com população de 3,8 milhões de habitantes, e que enfrenta problemas com solução unicamente em vista no médio prazo.

III. Dados Gerais da República da Armênia:

- Nome oficial: República da Armênia
- População: 3,8 milhões de habitantes (2001)
- Grupos étnicos: armênios (96%), curdos (2%), russos, gregos e outros (2%)
- Religião: Igreja Apostólica Armênia (mais de 90% da população)
- Área geográfica: 29.800 km² (80% montanhoso)
- Clima: continental e seco, com verões quentes e invernos frios
- Capital: Erevan, com 1,3 milhão de habitantes
- Língua: armênio (96%), mas o russo é amplamente utilizado
- Forma de Governo: republicana
- Constituição: promulgada em 1995
- Data Nacional: 28 de maio, dia da Independência
- Independência: 1918-1921; e a partir de 1991

Poderes:

- Executivo: Presidente (Chefe de Estado) com supremacia sobre os outros poderes, Primeiro-Ministro (Chefe do Gabinete), Conselho de Ministros (Gabinete).
- Legislativo: Assembléia Nacional (unicameral), mandato de 4 anos, com 131 cadeiras, 75 preenchidas pelo voto distrital e 56 pelo voto proporcional
- Judiciário: Corte Constitucional

Organização administrativa: 10 províncias, além de Erevan

Dados Sócioeconômicos:

- Taxa de analfabetismo: 1%
- Taxa de mortalidade infantil: 0,2%
- Expectativa de vida: 72 anos
- População economicamente ativa: 1,6 milhão (30% em indústria e construção, 35% em agricultura e 35% em outras atividades)
- Produto Interno Bruto: US\$ 2.1 bilhões (2001)
- Inflação: 3,1 % (2001)
- Taxa de crescimento do PIB: 9,6% (2001)
- Constituição do PIB: agricultura (40,4%), indústria (30,4%), comércio (8,3%), construção (6,3%), transportes e comunicações (4,4%)

Comércio:

- Exportações: US\$ 345 milhões (2001); principais produtos exportados (2001): pedras e metais preciosos (23,8%), minerais e metais (18,1%), maquinaria e equipamento (18,0%); principais países de destino (1999): Bélgica (36,1%), Irã (14,7%), Rússia (14,5%) e Estados Unidos (7,0%)

- Importações: US\$ 869 milhões (2001); principais produtos importados (2001): minerais (22%), alimentos (13,2%), manufaturas (12,3%); principais países fornecedores: Rússia (17,3%), Estados Unidos (10,7%), Bélgica (10,6%) e Irã (9,8%)

ROBERT KOTCHARIAN

Presidente da República da Armênia:

- Nasceu em 31 de agosto de 1954 na cidade de Stepanakert, em Nagorno-Karabakh. De 1971 a 1980 trabalhou na fábrica Eletrotécnica de Stepanakert, e no complexo industrial têxtil de Karabakh. De 1972 a 1974 serviu no exército da URSS.
- Em 1982 terminou curso da Faculdade Eletrotécnica da Universidade Politécnica de Erevan, de onde graduou-se como Engenheiro Elétrico.
- De 1980 a 1988 ocupou diversos cargos em organizações juvenis e partidárias de Nagorno Karabakh.
- A partir de fevereiro de 1988, tornou-se um dos membros mais ativos do movimento de Karabakh.
- Em 1989, foi criada a organização social e política *Miutyun* (união) que, no futuro, dirigiria o movimento de Karabakh. Desde os primeiros dias do estabelecimento desse movimento, Kotcharian comandou suas atividades e, como líder dessa organização, foi Conselheiro do Presidente do Comitê Executivo da Região Autônoma de Nagorno Karabakh.
- Em 1989, foi eleito Deputado do Soviete Supremo da Armênia.
- Simultaneamente, em 1991, foi

eleito Deputado de Soviete Supremo da República de Nagorno Karabakh (RNK).

- Em 1992, foi designado Primeiro-Ministro da RNK e até dezembro de 1994 exerceu a função de Presidente do Comitê Estatal de Defesa da RNK.
- Em 22 de dezembro de 1994, foi eleito Presidente da RNK pelo Parlamento da República.
- Em 23 de novembro de 1996, foi reeleito Presidente da RNK.
- Em 19 de março de 1997, foi designado Primeiro-Ministro da República da Armênia.
- Em 30 de março de 1998, como resultado do segundo turno das eleições presidenciais, foi eleito Presidente da República da Armênia. Além da língua armênia, domina os idiomas russo e inglês. É casado e tem três filhos.

VARTAN OSKANIAN

Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Armênia:

- Nasceu na Síria e se formou pelo Colégio da União Geral da Beneficência – UGBA, da cidade de Aleppo. É graduado em Engenharia Civil pelo Instituto Politécnico de Erevan. Mestrado pela Universidade de Tuft de Massachussets EUA.
- Mestrado em Política pela Universidade de Harvard e em Relações Internacionais pela Escola Fletcher de Diplomacia Ética. Fundador e Editor-Chefe da Revista AIM – American International Magazine nos EUA.
- Ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Armênia em 1992,

primeiramente como Diretor do Departamento da América do Norte. Em novembro de 1994, foi designado Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, e em 1997, foi promovido ao cargo de Primeiro Vice-Ministro do mesmo Ministério. Em abril de 1998, assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

- Desde 1994 tem encabeçado a Delegação da Armênia nas negociações de Nagorno-Karabakh, sob os auspícios da Conferência de Minsk da OSCE.
- Tem 45 anos, é casado e pai de dois filhos. Fala inglês e árabe, tem conhecimento de francês e russo.

NOTA SOBRE O CERCO À BASÍLICA DA NATIVIDADE (03 DE MAIO DE 2002)

O Governo brasileiro expressa sua profunda preocupação com o prolongado impasse em que se transformou a questão do cerco à Basílica da Natividade, em Belém.

Como se trata de local com grande importância histórica para a humanidade e profundo simbolismo religioso para a Cristandade, as cenas de violência verificadas nas últimas semanas não param de entristecer a comunidade internacional. O Governo brasileiro urge às autoridades israelenses e palestinas que encontrem um pronto e satisfatório encaminhamento da questão, tendo sempre presente a necessidade de que sejam observados os princípios humanitários universais.

O Governo brasileiro e a extensa comunidade cristã do Brasil transmitem sua

solidariedade aos religiosos franciscanos sitiados naquele local santo, em especial ao Frei Antonio Marcos Koneski, cuja condição de enfermo cardíaco não é compatível com a situação de privação que vem experimentando recentemente.

LAFER MANIFESTA PREOCUPAÇÃO COM NOVA LEI AGRÍCOLA DOS ESTADOS UNIDOS (03 DE MAIO DE 2002)

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, declarou que o Governo brasileiro recebeu com preocupação a aprovação, ontem, pela Câmara de Deputados norte-americana, do projeto da nova Lei Agrícola dos Estados Unidos.

Segundo o Ministro, o presente projeto, ainda pendente de aprovação no Senado, contém dispositivos reconhecidamente prejudiciais ao comércio internacional de produtos agrícolas, em especial quanto à ampliação do montante de recursos a serem concedidos como subsídios à produção para conjunto de produtos como soja, milho, trigo, algodão e arroz, de grande interesse para o Brasil e para os países em desenvolvimento.

Essa ampliação dos volumes de subsídios deverá estimular a superprodução e queda de preços internacionais e alimenta um círculo vicioso que afeta negativamente produtores internacionalmente competitivos como o Brasil, disse Lafer.

Chamou a atenção o Ministro para o fato de a legislação norte-americana, no imediato pós-Doha, caminhar em sentido oposto ao mandato agrícola emanado da IV Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio. “A

adoção da nova Lei Agrícola dos Estados Unidos, caso venha a ocorrer o que esperamos não aconteça, não deixará de ter conseqüências negativas sobre as negociações multilaterais e, em especial, no que tange às negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas”, salientou.

Observou o Ministro Celso Lafer que o Brasil continuará a pleitear nos foros negociadores a completa eliminação dos subsídios que distorcem o comércio agrícola internacional e não hesitará em lançar mão de todas as opções em matéria de defesa comercial para anular o efeito nocivo dos produtos subsidiados que se destinem ao mercado nacional, bem como procurará o amparo legal necessário para a defesa dos legítimos interesses da agricultura nacional em terceiros mercados.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA REPÚBLICA DA ARMÊNIA (07 DE MAIO DE 2002)

Os Presidentes da República Federativa do Brasil e da República da Armênia,

- Tendo avaliado o estado das relações bilaterais bem como os desenvolvimentos recentes na arena internacional;
- Reafirmando seu compromisso com as tradicionais e amistosas relações entre o Brasil e a Armênia e expressando sua determinação de continuar a fortalecê-las;
- Destacando a cooperação existente entre os dois países no âmbito das organizações regionais e internacionais;

1. Avaliaram positivamente o ritmo do desenvolvimento das relações amistosas entre os dois países e recomendaram seu contínuo fortalecimento;
2. Deverão, em vários níveis, ampliar o diálogo entre os dois países em questões políticas, econômicas e de cooperação bilateral;
3. Reconhecem a prioridade que deve ser atribuída a medidas que permitam o desenvolvimento e aperfeiçoamento das relações econômicas entre os dois países;
4. Saudaram a negociação e a assinatura de novos acordos para a regulamentação das relações bilaterais e destacaram a importância da ratificação e efetiva implementação dos acordos bilaterais assinados;
5. Confirmaram a determinação de seus países em participar ativamente na luta contra o terrorismo internacional e reconheceram a necessidade de combater fenômenos correlatos com o crime organizado transnacional, o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro;
6. Expressaram preocupação com a situação no Oriente Médio e reconheceram o direito à autodeterminação do povo palestino e o respeito à existência de Israel como Estado soberano, livre e seguro como essenciais para que a região possa reconstruir seu futuro em paz;
7. Buscarão uma crescente concertação no âmbito das Nações Unidas e de outras organizações internacionais;
8. O Brasil apoia os esforços empreendidos para o ingresso da Armênia como membro pleno da Organização Mundial do Comércio.

MISSÃO EMPRESARIAL DO SETOR AGROALIMENTAR A PARMA, ITÁLIA (10 DE MAIO DE 2002)

O Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores estará organizando missão empresarial do setor agroalimentar brasileiro à Itália, no período de 12 a 17 de maio. Na ocasião, 24 empresários brasileiros produtores de carne bovina, carne suína, laticínios e frutas, cumprirão programa que inclui: visita à Feira Cibus 2002, maior feira da indústria alimentícia da Itália; seminário sobre o agronegócio brasileiro, tendo como palestrantes representantes do MAPA, ABIA, ABIEC e do Programa Paraná Agro-industrial; rodadas de negócios com empresas italianas; e visitas técnicas a indústrias alimentícias e instituições de pesquisa de tecnologia alimentar.

O Ministério das Relações Exteriores, com o apoio da Embaixada Italiana no Brasil e do ICE Instituto Nacional (italiano) de Comércio Exterior, está desenvolvendo uma série de outras atividades para a promoção de cooperação entre empresas dos dois países no setor agroalimentar. Tais ações realizam-se no âmbito de projeto conjunto de parceira estratégica, com ênfase na transferência de tecnologia e agregação de valor à matéria-prima brasileira, com o objetivo de explorar conjuntamente os mercados europeu e sul-americano.

Neste contexto, foi realizado em março passado, o II Simpósio Ítalo-Brasileiro sobre Tecnologia Alimentar, que incluiu conferências de autoridades e especialistas brasileiros e italianos sobre segurança alimentar, defesa sanitária, rastreabilidade,

barreiras protecionistas, certificação de qualidade, cooperação técnica, oportunidades de investimentos e parcerias.

Esta missão faz parte do programa de atividades de promoção comercial do Itamaraty para o ano em curso, que inclui, além da organização de missões comerciais ao exterior, a participação em feiras setoriais e multisetoriais, seminários de apresentação do Brasil, rodadas de negócios e missões de importadores. Recorde-se que no próximo dia 19 do corrente acontecerá a missão empresarial aos países nórdicos, com cerca de 50 empresários já inscritos, os quais terão encontros de negócios na Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca. A programação na Noruega e na Finlândia coincidirá com a visita oficial do Excelentíssimo Senhor Vice Presidente da República, Marco Maciel.

II CÚPULA AMÉRICA LATINA E CARIBE - UNIAO EUROPÉIA (10 DE MAIO DE 2002)

Será realizada no dia 17 de maio, em Madri, a II Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, cujo tema central será “Impulsionando a Associação Estratégica Birregional para o Século XXI”.

A I Reunião entre Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe e da União Européia, realizada em junho de 1999, no Rio de Janeiro, objetivou, conforme disposto em sua Declaração política, “o fortalecimento dos vínculos do entendimento político, econômico e cultural entre as duas regiões, a fim de desenvolver uma parceria estratégica”.

Durante a II Cúpula América Latina e Caribe- União Européia, os Chefes de Estado e de Governo deverão renovar o compromisso de estabelecer uma parceria estratégica entre as

duas regiões, buscando aprofundar o diálogo e a coordenação política, dar continuidade às ações de caráter birregional em curso e identificar novos projetos que venham a dar densidade às relações entre as duas regiões.

Os Chefes de Estado e de Governo deverão aprovar a Declaração de Madri, documento que tem o propósito de ressaltar os grandes objetivos e avanços logrados, bem como lançar, em grandes linhas, os próximos passos que as duas regiões devem empreender para construir a associação estratégica.

A Cúpula de Madri será antecedida de reuniões de Chanceleres, no dia 16 de maio, e de Altos Funcionários das duas regiões, nos dias 13 e 14 de maio.

DECLARAÇÃO DO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE SOBRE O MASSACRE TERRORISTA EM BOJAYÁ – COLÔMBIA (10 DE MAIO DE 2002)

Os Governos dos países membros do MERCOSUL, Bolívia e Chile reiteram a sua mais firme condenação a todos os atos terroristas, especialmente aqueles que atentam contra a vida de populações civis, vítimas inocentes de um irracional espiral de violência.

Os últimos ataques perpetrados pelas FARC na cidade de Bojayá, na República da Colômbia, em particular o deplorável massacre de 108 pessoas indefesas, que se encontravam refugiadas em uma igreja, constitui um ato de barbárie injustificável, que merece ser repudiado com a máxima firmeza.

Os Governos dos países do MERCOSUL, Bolívia e Chile expressam novamente, ante essa progressiva onda de violência, a necessidade imperiosa de redobrar os esforços para encontrar uma solução política para o conflito.

Neste contexto, reconhecem os esforços realizados pelo Presidente Andrés Pastrana e instam a Colômbia a prosseguir na busca de um caminho que traga a paz e a prosperidade a seu povo.

CÚPULA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO
CINCO ANOS DEPOIS (CMA+5)
ROMA, 10 A 13 DE JUNHO DE 2002
(13 DE MAIO DE 2002)

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) realizará em Roma, no período de 10 a 13 de junho de 2001, a “Cúpula Mundial da Alimentação cinco anos depois” – CMA+5.

2. A CMA+5 propõe-se a avaliar a implementação dos resultados da Cúpula Mundial da Alimentação, também celebrada em Roma, em 1996, quando foram aprovados a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar e o Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre Alimentação. O mais importante dos compromissos então assumidos prevê um esforço contínuo para a erradicação da fome do mundo e estabeleceu o ano de 2015 como prazo para que se atingisse a meta de redução à metade do número de seres humanos desnutridos no mundo - número estimado em 1996 pela FAO em cerca de 800 milhões de pessoas.

3. Originalmente agendada para realizar-se em novembro de 2001, a CMA+5 teve de ser adiada para junho de 2002 em razão da delicada situação internacional verificada no último trimestre de 2001, a qual comprometia a efetiva participação, no evento, de Chefes de Estado e de Governo - e, conseqüentemente, a força dos compromissos a serem acordados na ocasião.

4. Durante a CMA+5, o Governo brasileiro apresentará relatório sobre a implementação, no país, dos compromissos consagrados na Declaração Política e no Plano de Ação emanados do encontro de 1996. Para subsidiar a feitura do relatório, foi constituído o “Comitê de Acompanhamento da Implementação do Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)”, integrado por 22 representantes do governo e 12 da sociedade civil. Cada um dos membros do Comitê participou ativamente da elaboração do relatório, por meio tanto da apresentação dos programas e atividades desenvolvidos pelo respectivo órgão na área de segurança alimentar, quanto de comentários gerais sobre o conteúdo do texto.

5. O Comitê é presidido pelo Embaixador Álvaro Gurgel de Alencar Netto, que ocupava o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à FAO quando da realização da Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996. Criado pelo Decreto no. 3.982, de 24 de outubro de 2001, publicado no Diário Oficial da União em 25.10.01, o Comitê teve seus membros designados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores por meio de portaria publicada em 13 de março de 2002.

CERIMÔNIA SOBRE A AÇÃO
AFIRMATIVA NO INSTITUTO
RIO BRANCO, PRESIDIDA PELO
CHANCELER CELSO LAFER, EM 14 DE
MAIO, NO INSTITUTO RIO BRANCO
(13 DE MAIO DE 2002)

Em cerimônia presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, o Chanceler Celso Lafer,

e contando com a participação dos Ministérios da Justiça, da Cultura e da Ciência e Tecnologia, será assinado amanhã, dia 14 de maio, o Termo de Ajuste ao Protocolo de Cooperação sobre a Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco, criando as “bolsas-prêmio de vocação para diplomacia”. Através deste Termo de Ajuste, recursos no montante de 350 mil reais por ano estarão disponibilizados para que ações concretas comecem a ser adotadas de imediato, no contexto daquele Protocolo. A partir de 14 de maio, e até 20 de junho, os formulários de inscrição para as 20 bolsas anuais poderão ser submetidos por candidatos negros que desejem se preparar para o concurso do Instituto Rio Branco, com vistas ao ingresso na carreira diplomática. Na seleção dos candidatos, levar-se-á em conta também a equidade de gênero. O formulário estará disponível pela internet (através do *site* www.mre.gov.br/irbr) e também no próprio Instituto Rio Branco.

O programa de ação afirmativa do Instituto Rio Branco visa a aumentar a igualdade de oportunidades no acesso à carreira diplomática. Com ele, o Itamaraty dá mais um passo na sua longa trajetória de democratização e de busca da excelência.

Já há 150 anos, ou seja, em 1852, Paulino José de Souza, o Visconde do Uruguay, criava o concurso público para Adido de Legação, o que hoje seria a carreira diplomática. Desde então, muitas inovações foram introduzidas, com a tendência geral democratizadora, entre elas a criação do Instituto Rio Branco, a abertura do concurso às mulheres nos anos cinquenta do século passado, a realização das provas em todas as regiões do País e em onze capitais, e inclusive, desde o concurso deste ano, a possibilidade de que as inscrições sejam feitas pela internet. O Protocolo de Cooperação sobre a Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco volta-se para candidatos que, como resultado histórico da discriminação racial e

por limitações financeiras, não teriam, de outra forma, como se preparar adequadamente para o concurso. Ao ampliar-se a base de recrutamento do concurso, reforça-se a tradição de excelência do Instituto Rio Branco, ao mesmo tempo em que se contribui para que a diplomacia seja mais representativa dos vários segmentos que compõem a sociedade brasileira.

A finalidade do Termo de Ajuste ao Protocolo de Cooperação sobre a Ação Afirmativa é a normatização do processo de criação e concessão de “Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia” em favor de estudantes afro-descendentes que venham a candidatar-se ao Concurso do Instituto Rio Branco para a formação de diplomatas brasileiros, com vistas a propiciar maior igualdade de oportunidades e diversidade étnica na formação desses profissionais. O objetivo é, pois, de acordo com uma série de medidas de ação afirmativa implementada pelo Governo Federal, incentivar e apoiar o ingresso de afro-descendentes na carreira diplomática, mediante a concessão de bolsas destinadas ao custeio de estudos preparatórios ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, promovido anualmente pelo Instituto Rio Branco.

Os candidatos deverão satisfazer as seguintes condições: ser brasileiro nato, conforme artigo 12, parágrafo 3º, V, da Constituição Federal; ser afro-descendente; estar em dia com o serviço militar; estar em dia com suas obrigações de eleitor e; ter concluído curso superior de graduação plena, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, ou estar cursando o último ano de curso superior reconhecido pelo MEC.

A Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia deverá ser utilizada no pagamento de cursos ou professores que prepararem para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. O bolsista deverá prestar o primeiro concurso que for realizado após o curso preparatório.

Serão disponibilizadas vinte bolsas-prêmio de Vocação para a Diplomacia aos candidatos que forem selecionados. A Bolsa-prêmio de Vocação para a Diplomacia terá o valor de R\$ 7.000,00, a ser paga em dez parcelas mensais de R\$ 700,00, no período de agosto de 2002 a maio de 2003. As bolsas serão custeadas com recursos financeiros do Instituto Rio Branco, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a Fundação Palmares, a serem alocados conforme o que estabelece o Protocolo de Cooperação.

O processo de seleção será realizado por Comissão Técnica a ser criada especialmente para esse fim e constituída por representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, do Conselho Científico e Tecnológico Palmares (C&T Palmares), da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e do Instituto Rio Branco.

O processo de seleção ocorrerá mediante a avaliação dos candidatos em duas etapas:

- 1ª etapa - Plano de Trabalho/estudo para os dez meses de vigência da bolsa. Análise do histórico escolar;
- 2ª etapa - Entrevista.

Os critérios de seleção serão estabelecidos pela Comissão Técnica em reunião a ser realizada em data anterior à avaliação das propostas de inscrição e serão divulgados pela Internet, no endereço eletrônico do IRBr (www.mre.gov.br/irbr). Basicamente, deverão privilegiar os seguintes aspectos do(a) candidato(a):

- Bom desempenho acadêmico;
- Clareza e viabilidade do plano de trabalho/estudo;
- Objetividade e coerência no plano de

desembolso da bolsa para os dez (10) meses de vigência;

- Capacidade analítica e de articulação de idéias, verificadas através da redação sobre os motivos e expectativas do(a) candidato(a) vir a ser Diplomata.

O bolsista de Vocação para a Diplomacia deverá encaminhar periodicamente ao CNPq cópias dos comprovantes das despesas efetuadas com os recursos advindos da Bolsa de Vocação para a Diplomacia.

Os formulários para inscrição estão disponíveis no endereço eletrônico do IRBr (www.mre.gov.br/irbr) e também podem ser obtidos junto às instituições partidárias do Protocolo de Cooperação.

O programa de ação afirmativa do Instituto Rio Branco vai além do Protocolo assinado e de seu Termo de Ajuste. O Instituto Rio Branco está fazendo um esforço maior de disseminação da informação sobre o concurso, para que ela atinja todas as classes sociais e todas as regiões do país. Está também empenhado em que jovens mulheres diplomatas levem informações sobre a carreira a potenciais candidatas. E desenvolverá ações especiais de informação e de orientação voltadas para candidatos de origem indígena.

LAFER PREVÊ QUE LEI AGRÍCOLA DOS ESTADOS UNIDOS AFETA NEGOCIAÇÕES NA OMC (14 DE MAIO DE DE 2002)

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, declarou que o Governo brasileiro lamenta profundamente que a assinatura, ontem, pelo Executivo norte-americano, da nova Lei Agrícola dos Estados Unidos.

Segundo o Ministro, a recém-aprovada legislação agrícola produzirá não só impactos graves nas exportações dos países que, como o Brasil, possuem um setor agrícola altamente competitivo, mas também sinaliza o menor compromisso norte-americano com a agenda agrícola nas negociações em curso na OMC e na ALCA.

Dentre os aspectos negativos da nova lei, o Ministro destacou a criação de um terceiro mecanismo de sustentação de preço e renda, denominado Pagamentos Contra-Cíclicos (*Counter-Cyclical Payments*), que vem somar-se aos dois programas anteriores do mesmo gênero, o *Loan Deficiency Payment* e o *Production Flexibility Contracts*. Esse novo programa introduz pagamentos adicionais aos produtores agrícolas toda vez que os preços de mercado caírem abaixo do chamado *Target Price* (ou preço-alvo).

No seu conjunto, segundo estimativas preliminares, os subsídios à produção autorizados pela nova *Farm Bill* deverão alcançar 19 bilhões de dólares por ano.

O Ministro ressaltou que a liderança exercida no passado pelo Governo norte-americano em prol da liberalização do comércio agrícola, ainda presente na Reunião Ministerial da OMC em Doha, em novembro do 2001, fica agora colocada em dúvida. Os objetivos de redução substancial e, em alguns casos, de eliminação de subsídios assumidos em Doha não se coadunam com a nova lei agrícola dos EUA.

O Ministro Celso Lafer reiterou, por fim, que o Governo brasileiro não permitirá que os produtores nacionais sejam afetados por importações subsidiadas no mercado interno e ressaltou que está sendo ultimada análise quanto aos efeitos dos dispositivos contidos na nova lei sobre a competitividade dos produtos

agrícolas do Brasil de maneira a avaliar os procedimentos cabíveis no âmbito da OMC, com vistas a combater a concorrência desleal que a agricultura brasileira se vê obrigada em enfrentar em terceiros mercados.

INTERVENÇÃO DO MINISTRO
CELSO LAFER NA CONFERÊNCIA
MINISTERIAL DA OCDE (PARIS, 16
DE MAIO DE 2002) - “COMÉRCIO
E DESENVOLVIMENTO”
(16 DE MAIO DE 2002)

Houve uma sensação de alívio por parte da comunidade internacional por ocasião do lançamento da Agenda para o Desenvolvimento em Doha, em novembro último. Muitos temiam um novo fracasso e antecipavam que tal resultado traria danos irreversíveis à OMC. As novas discussões foram saudadas como um claro sinal de comprometimento político por parte dos principais parceiros comerciais com o sistema multilateral internacional.

Contra esse pano de fundo, o “espírito de Doha” foi percebido como um espírito de compreensão, cooperação e reconhecimento da necessidade de reconciliar liberalização comercial e desenvolvimento.

Eu gostaria de enfatizar esse ponto. Eu não iria tão longe a ponto de dizer que a frustração e insatisfação dos países em desenvolvimento com os acordos da Rodada Uruguaí foram as principais causas do fracasso de Seattle. Mas eu acredito que esses fatores faziam parte do clima negativo que levou àquele fracasso.

As demandas em prol do desenvolvimento estavam lá: havia um claro e urgente chamado

para que fossem tratadas. Apesar das dificuldades e riscos, nós conseguimos, em Doha, montar um amplo e promissor programa de trabalho, que deu ao sistema internacional de comércio novo fôlego e esperança, e não menos aos países em desenvolvimento.

Infelizmente, o “espírito de Doha” está desaparecendo. O enfraquecido ambiente de cooperação e otimismo está sendo submergido por uma onda crescente de confrontação e protecionismo. Os efeitos negativos são particularmente danosos para o mundo em desenvolvimento. Deixem-me indicar alguns traços desse cenário:

- a) o mercado de aço foi abalado por uma sucessão de restrições unilaterais, especialmente por parte dos dois maiores parceiros comerciais;
- b) a falta da *trade promotion authority* (TPA) nos EUA faz que o mundo se pergunte se as negociações podem ser levadas a termo no prazo determinado;
- c) A nova lei agrícola americana contraria a necessidade de eliminar subsídios e medidas de apoio doméstico que distorcem o comércio internacional;
- d) o protecionismo agrícola continua a ser norma na União Européia, em que a reforma da PAC tem feito poucos progressos, se algum.

Essa situação tem afetado direta e negativamente as negociações em Genebra e é, em larga medida, responsável pelo lento progresso alcançado até este momento. As diferenças entre os principais parceiros comerciais internacionais tem feito que eles não sejam capazes de proporcionar a necessária liderança para promover a tempestiva realização da Agenda de Doha.

Tão importante quanto esse fator, a presente situação tem tido um óbvio impacto negativo na opinião pública em todo o mundo. Em muitos países em desenvolvimento, um número cada vez maior de pessoas questiona não apenas a habilidade da OMC de contribuir para um aumento no crescimento e nas exportações, mas também a idéia de que o desenvolvimento pode ser atingido por meio de práticas comerciais mais abertas.

No Brasil, as coisas não são diferentes. No momento em que a campanha presidencial começa a tomar fôlego, as virtudes do sistema multilateral de comércio são testadas. Isso é assim uma vez que toda negociação comercial envolve dois processos complementares: uma negociação em nível nacional, que define as posições negociadoras por meio do contato com o setor privado e com a sociedade como um todo; e um processo negociador em nível externo, com os representantes dos outros Governos.

Há um crescente criticismo com relação às barreiras comerciais nos mercados dos países desenvolvidos e ceticismo quanto à possibilidade de remoção dessas barreiras por meio de negociações comerciais. Medidas protecionistas como as recentemente tomadas pelos EUA e pela UE para proteger suas indústrias de aço contribuem grandemente para minar a confiança e credibilidade que deveria ser inerente às negociações internacionais, seja na OMC, seja em nível regional.

Para garantir apoio ao sistema multilateral de comércio, nós precisamos melhorar o acesso aos mercados dos países desenvolvidos e impedir a criação de novas barreiras comerciais. As negociações na OMC precisam avançar de forma ordenada. E elas precisam estar direcionadas às necessidades dos países em desenvolvimento, que foram deixadas para trás na Rodada Uruguai.

Trazer o “espírito de Doha” a uma realização satisfatória é uma tarefa formidável, mas que pode mesmo assim ser realizada, e que requer firmeza diante das pressões protecionistas, bem como flexibilidade quanto aos objetivos negociadores, especialmente por parte dos países desenvolvidos.

Nos sentido de assegurar que comércio e desenvolvimento se apoiam mutuamente, os esforços não devem estar limitados à OMC. A Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento ao Desenvolvimento, realizada em Monterrey, constitui um sinal claro de que a cooperação pode funcionar em benefício de todos.

Em Monterrey, foi possível trabalhar com as várias partes de um quadro bastante complexo, em que todos os aspectos relevantes na questão do financiamento ao desenvolvimento foram tratados. Mas esse processo está ainda em seu início e temos de estar atentos quanto à melhor forma de proceder.

A tarefa mais importante que temos diante de nós é contribuir para a recuperação da economia internacional. Isso requer não apenas mercados abertos para nossas exportações, mas também uma provisão adequada de fluxos financeiros privados e públicos, que permita aos países em desenvolvimento crescer de forma sustentada e com responsabilidade fiscal e boa governança.

Sustentabilidade é um compromisso-chave do Governo brasileiro. Mas não deveria ser considerado apenas um objetivo nacional. Ao contrário, é uma tarefa comum a toda a comunidade internacional, em benefício de todos. A experiência recente mostra que os efeitos de uma crise específica podem afetar todas as economias, incluindo o mundo desenvolvido.

No mundo financeiro, como no comércio, cooperação é a palavra-chave. É evidentemente

no melhor interesse de todos, e deveria ser um objetivo permanente até mesmo quando as economias nacionais enfrentam dificuldades e as pressões protecionistas crescem.

II CÚPULA AMÉRICA LATINA E CARIBE - UNIÃO EUROPÉIA (MADRI, 17 DE MAIO DE 2002) (16 DE MAIO DE 2002)

Será realizada, na manhã do dia 17 de maio, em Madri, a abertura oficial da II Cúpula América Latina e Caribe – União Européia. Na ocasião, farão uso da palavra o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na condição de anfitrião da I Cúpula, bem como o Presidente do Governo espanhol, José Maria Aznar, e o Presidente da Comissão Européia, Romano Prodi.

Os debates privados dos Chefes de Estado e de Governo durante a II Cúpula compreenderão temas políticos, econômicos e sociais, entre os quais: fortalecimento e modernização do Estado, cooperação na luta contra o terrorismo, promoção da democracia e dos direitos humanos, arquitetura financeira internacional, comércio birregional, cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, superação da defasagem tecnológica, saúde e educação, equidade e coesão social.

Serão realizadas três sessões de trabalho dos Altos Mandatários e, em seguida, Conferência de Imprensa, da qual participarão, pelo lado latino-americano, os Presidentes do Brasil e do México (país que deverá sediar a próxima Cúpula, em 2004) e, pelo lado europeu, o Presidente do Governo espanhol, o Presidente da Comissão Européia, e o Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum da União Européia.

Além da Declaração de Madri, que tem o propósito de ressaltar os grandes objetivos e avanços logrados e delinear os próximos passos na construção da associação estratégica entre América Latina e Caribe e União Européia, os Chefes de Estado e de Governo deverão aprovar dois outros documentos: o Relatório de Avaliação, em que se procura consolidar as iniciativas empreendidas desde a I Cúpula em áreas consideradas prioritárias (consultas em foros multilaterais, direitos humanos, mulher, meio ambiente e desastres naturais, drogas, sistema financeiro, pequenas e médias empresas, educação e pesquisa, sociedade da informação, temas culturais, estudos de pós-graduação), realizar uma avaliação do processo de integração de cada região e estabelecer alguns critérios sobre a futura cooperação birregional; e o documento “Valores e Posições Comuns”, compilação dos temas e compromissos em que há interesses comuns e convergência de visão.

Na mesma tarde do dia 17 de maio, será realizada a segunda Cúpula Mercosul – União Européia, seguida de respectiva Conferência de Imprensa. A reunião será uma oportunidade para dar impulso político às negociações com vistas à futura celebração de um Acordo de Associação Birregional. Na ocasião, deverá ser emitido um Comunicado Conjunto ressaltando os avanços obtidos até o momento. Espera-se ainda que seja concluído um plano de ação em facilitação de negócios, que contemplará iniciativas nas áreas de medidas sanitárias e fitossanitárias, normas técnicas, comércio eletrônico e procedimentos aduaneiros. Durante a Cúpula, também se deverá acordar a realização de uma Reunião Mercosul-UE em nível ministerial, para o segundo semestre deste ano, a fim de propiciar uma discussão aprofundada que dê alento às negociações birregionais.

MISSÃO EMPRESARIAL AOS PAÍSES NÓRDICOS (17 DE MAIO DE 2002)

No âmbito da estratégia de aproximação do Brasil com mercados não-tradicionais, o Departamento de Promoção Comercial (DPR) do Ministério das Relações Exteriores está organizando missão empresarial aos Países Nórdicos (Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia), a realizar-se entre 19 e 31 de maio. A missão será chefiada pelo Senhor Vice-Presidente da República e obedecerá o seguinte roteiro:

- 19-22.05.02 : Oslo;
- 23-25.05.02: Helsinki;
- 26-28.05.02: Estocolmo;
- 29-31.05.02: Copenhague.

Em cada uma das capitais, está prevista a realização de um seminário sobre a situação política e macroeconômica do Brasil, de uma rodada de negócios com empresas locais (agendamento de encontros para cada empresa participante) e de encontros com entidades empresariais e altas autoridades dos setores público e privado. Serão também realizados *workshops* sobre temas de interesse específico para cada um dos mercados, tais como pesca e aquicultura (Noruega), petróleo, gás e indústria naval (Noruega, Dinamarca), setor energético (Noruega), software e tecnologia da informação (Finlândia), setor eletroeletrônico (Suécia), utilização da Finlândia como plataforma de exportações aos mercados da região de São Petersburgo e países bálticos (Helsinki), e turismo (todas as capitais).

A estratégia de aumentar as exportações brasileiras mediante ampliação da pauta exportadora e diversificação dos parceiros comerciais, buscando-se atingir mercados

não-tradicionais, tem surtido efeitos positivos, como o demonstram os resultados da balança comercial de 2001. No caso específico dos Países Nórdicos, o Brasil apresenta déficit comercial com todos eles, não obstante as oportunidades neles existentes para os produtos brasileiros. Com base em trabalho de inteligência comercial realizado pelo DPR, em coordenação com as Embaixadas do Brasil naqueles países, foram identificadas possibilidades concretas para os seguintes setores de exportação brasileira: indústria alimentícia, carnes, frutas, flores, bebidas, chocolates e derivados, calçados e artefatos de couro, cosméticos, têxteis e confecções, brinquedos, autopeças, tecnologia da informação e software, energia e turismo.

O comércio com a Dinamarca somou, em 2001, US\$ 310 milhões, havendo o Brasil exportado US\$ 122 milhões (resíduos de soja, embarcações, café, fumo, calçados) e importado US\$ 188 milhões (máquinas e equipamentos, instrumentos de precisão, produtos químicos e farmacêuticos, produtos eletroeletrônicos).

O comércio com a Noruega somou, em 2001, US\$ 435 milhões, havendo o Brasil exportado US\$ 213 milhões (produtos químicos, grãos de soja, café, máquinas e equipamentos) e importado US\$ 222 milhões (pescados, produtos eletroeletrônicos, combustíveis, máquinas e equipamentos).

O comércio com a Suécia somou, em 2001, US\$ 987 milhões, havendo o Brasil exportado US\$ 175 milhões (café, aviões, veículos, máquinas, eletroeletrônicos, indústria química) e importado US\$ 811 milhões daquele país (produtos eletroeletrônicos, máquinas e veículos).

O comércio com a Finlândia somou, em 2001, US\$ 495 milhões, havendo o Brasil

exportado US\$ 118 milhões (níquel, café, caulim, autopeças) e importado US\$ 377 milhões (máquinas e equipamentos, produtos eletroeletrônicos, papel, produtos químicos).

PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA NO INSTITUTO RIO BRANCO (20 DE MAIO DE 2002)

O prazo de inscrição para os candidatos afro-descendentes às “bolsas-prêmio vocação para a diplomacia”, possibilitadas pela assinatura recente do Protocolo de Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco, estende-se de 14 de maio até 20 de junho de 2002. Durante esse período, os formulários de inscrição (que já se encontram disponíveis na página web do Instituto: www.mre.gov.br/irbr) para as 20 bolsas anuais no valor de R\$ 7.000,00, a serem pagas em dez parcelas mensais de R\$ 700,00, no período de agosto de 2002 a maio de 2003, poderão ser submetidos por candidatos afro-descendentes que desejem se preparar para o concurso do Instituto Rio Branco, com vistas ao ingresso na carreira diplomática.

Os candidatos deverão satisfazer as seguintes condições: ser brasileiro nato, conforme artigo 12, parágrafo 3º, V, da Constituição Federal; ser afro-descendente; estar em dia com o serviço militar; estar em dia com suas obrigações de eleitor e ter concluído curso superior de graduação plena, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), ou estar cursando o último ano de curso superior reconhecido pelo MEC.

Na seleção dos candidatos, levar-se-á em conta também a equidade de gênero.

COOPERAÇÃO TÉCNICA
BRASIL-TIMOR LESTE
(21 DE MAIO DE 2002)

O Ministério das Relações Exteriores (ABC) vem executando projetos de envergadura em Timor Leste, com o objetivo de apoiar o novo país em seu processo de reconstrução e desenvolvimento.

Após missão técnica realizada em julho de 2000, foram desenvolvidas inicialmente ações nas áreas de educação e formação profissional e, posteriormente, desenvolveu-se projeto na área agrícola.

Destaca-se o projeto na área de formação profissional desenvolvido com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Em 21 de maio, no contexto das comemorações da Independência de Timor Leste, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer, inaugurou o Centro de Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social, cujas obras foram lançadas pelo Senhor Presidente da República em janeiro de 2001, durante sua visita àquele país.

Iniciado em outubro de 2000, na sua primeira fase, o projeto Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social em Timor Leste tem como objetivo instalar em Timor Leste um Centro com capacidade para treinar 1440 alunos por ano e transferir a experiência brasileira em criar, planejar e estruturar o sistema de formação profissional para atendimento das necessidades da comunidade e do mercado (geração de emprego e renda). As áreas abrangidas são construção civil, eletricidade, costura industrial, marcenaria, panificação e confeitaria e gestão do centro de formação profissional.

Após o término do projeto piloto Alfabetização Comunitária em Timor Leste, em outubro de 2001, que permitiu alfabetizar cerca de 300 jovens e adultos em Dili, utilizando metodologias pedagógicas e experiências de trabalhos comunitários do Programa Alfabetização Solidária no Brasil, foi iniciado o projeto Expansão Nacional - Alfabetização Comunitária, tendo como meta a alfabetização de cerca de 3500 jovens e adultos, por ano, nos treze distritos do território. A expansão visa, assim, atingir todos os distritos do país e permitir a estruturação de um sistema timorense de alfabetização a ser incorporado pelas diretrizes locais de educação de jovens e adultos, que se dará por meio da introdução de 130 novas salas de alfabetização. A abertura destas novas salas em todo o país (uma média de 10 salas por distrito, contando com uma expansão para 21 salas em Díli), é um indicador do sucesso que o projeto vem alcançando. Com esta expansão do projeto para os outros 12 distritos, prevê-se a alfabetização, em português e em tétum de aproximadamente 3.500 alunos, adultos analfabetos de mais de 25 anos, por ano.

O projeto Formação de Professores e Alunos com Recurso da Educação à Distância em Timor Leste - Telecurso, com suas três componentes, foi iniciado em setembro de 2000 e visa à implantação, em caráter piloto de 20 telessalas em Díli e Baucau, e à formação de 500 jovens. Na primeira fase, o Telecurso formará pelo menos 800 jovens e adultos timorenses e capacitará 20 professores e orientadores educacionais, que deverão, de forma autônoma, dar continuidade à realização das telessalas e à formação dos timorenses. Hoje, a ABC mantém uma coordenadora do projeto Telecurso em Dili, que tem sido responsável

pela implantação e implementação do projeto, naquele território. Simultaneamente, está sendo realizada a capacitação em serviço de professores, de orientadores, de gestores e de técnicos para a implantação de sua segunda fase, que consiste na instalação de novas telessalas para os ensinos fundamental e médio. Na segunda fase, está prevista a contratação de consultores para, em conjunto com os professores timorenses, desenvolver materiais pedagógicos específicos, voltados para a realidade local (história e geografia). Desse modo, a cooperação brasileira apoiará, concomitantemente, o processo de fortalecimento da língua portuguesa, inclusive nas áreas mais distantes do território, a um custo bastante reduzido, com elevada qualidade, tendo em vista a larga e exitosa experiência brasileira nessa área e os resultados concretos alcançados.

Durante a missão da ABC a Dili em maio de 2002, foi assinado o documento de Projeto “Transferência de Técnicas Cafeeiras para Timor Leste”, que permitirá, ao final, a melhoria da produtividade de um dos principais produtos agrícolas do país. O projeto conta com o apoio do PROCAFÉ do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento. A implementação do Projeto será iniciada em junho de 2002.

CONSULTAS SOB O ARTIGO 4º
DO ENTENDIMENTO SOBRE
SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS
A RESPEITO DE SALVAGUARDAS
DOS EUA A IMPORTAÇÕES DE
PRODUTOS SIDERÚRGICOS
(21 DE MAIO DE 2002)

O Governo brasileiro encaminhou hoje, 21 de maio, em Genebra, pedido de consultas aos EUA a respeito das medidas de salvaguardas impostas por aquele país, em março passado, à importação de produtos siderúrgicos.

As consultas ocorrerão sob o artigo 4 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias, constituindo a primeira etapa do mecanismo de solução de controvérsias da OMC. Caso as consultas não conduzam a resultados satisfatórios em um prazo máximo de 60 dias, o Brasil estará habilitado a solicitar à OMC o estabelecimento de um painel para avaliar as medidas dos EUA.

As salvaguardas norte-americanas afetaram significativamente as exportações de produtos siderúrgicos brasileiros e poderão afetá-las ainda mais no futuro. O Brasil já havia realizado duas consultas com os EUA ao amparo do Acordo de Salvaguardas. Estas não resultaram, contudo, em modificações nas medidas.

As principais inconsistências das salvaguardas norte-americanas com as regras da OMC, apontadas pelo Brasil em seu pedido de consultas, referem-se à determinação inadequada de (a) aumento de importações, (b) produto similar e (c) causalidade entre importações e dano, bem como ao caráter excessivo das medidas.

A indústria siderúrgica brasileira passou por amplo e rigoroso processo de privatização

e modernização, desfrutando hoje de alto grau de competitividade no mercado internacional. O Governo brasileiro considera ser de fundamental importância a preservação das condições de livre mercado e a observância das disciplinas do sistema multilateral de comércio.

REUNIÃO DO ÓRGÃO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC (22 DE MAIO DE 2002)

Contencioso: “Canadá – Créditos à Exportação e Garantias de Créditos para Aeronaves Regionais”

Em reunião do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC realizada hoje, dia 22, a delegação brasileira fez intervenção a propósito do contencioso sobre aeronaves regionais, que teve como base os seguintes elementos centrais:

O relatório do painel estabelecido no contencioso “Canadá - Créditos à Exportação e Garantias de Créditos para Aeronaves Regionais”, circulado em 28 de janeiro de 2002, foi adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) em 19 de fevereiro.

Em suas conclusões e recomendações, o painel identifica várias operações de vendas de aeronaves regionais da Bombardier que receberam subsídios proibidos de agências oficiais do Governo canadense. O painel, em linha com o disposto no Artigo 4.7 do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC), determinou que o Canadá retirasse esses subsídios sem demora (*withdraw the subsidies without delay*). O painel estabeleceu prazo de 90 dias para essa retirada.

Os 90 dias estabelecidos pelo painel venceram em 20 de maio último. Na reunião do OSC realizada em 8 de março, no item da agenda *Canada – Export credits and loan guarantees for regional aircraft; (a) Implementation of the recommendations of the DSB*, o representante do Canadá apenas afirmou que seu país “... estava considerando suas opções sobre como melhor proceder com relação ao tema” (*...was considering its options on how best to proceed with respect to this matter*). Desde então, o Canadá não mais ofereceu, quer ao Brasil no contexto bilateral, quer aos demais Membros da OMC nas reuniões do OSC, qualquer comentário sobre medidas eventualmente adotadas para dar cumprimento às recomendações do painel.

Assim, o Brasil não pode deixar de concluir que, nos termos do Artigo 22.2 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias, o Canadá “... não adapt[ou] a um acordo a medida considerada incompatível ou não cumpr[iu] de outro modo as recomendações e decisões adotadas dentro do prazo razoável determinado...” (*...fail[ed] to bring the measure found to be inconsistent with a covered agreement into compliance therewith or otherwise comply with the recommendations and rulings within the reasonable period of time...*).

Tendo presente o acima exposto, o Brasil reserva todos os seus direitos no âmbito do Artigo 22 do DSU, mais especificamente aqueles delineados no parágrafo 6, relativos à autorização para suspender concessões e outras obrigações com relação ao Canadá.

Contatos bilaterais sobre o contencioso na área de aeronaves civis estão em andamento e o Brasil espera que eles permitam progressos significativos na busca de uma solução mutuamente satisfatória.

VISITA DO CHANCELER CELSO LAFER
AO JAPÃO (22 A 27 DE MAIO DE 2002)
(24 DE MAIO DE 2002)

O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Celso Lafer, se encontra em visita oficial ao Japão desde 22 de maio de 2002, havendo sido recebido em audiência pelo Príncipe Herdeiro Naruhito e efetuado visita de cortesia ao Primeiro Ministro Junichiro Koizumi.

O Chanceler brasileiro manteve reunião de trabalho com a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Yoriko Kawaguchi, e encontro com o Ministro da Agricultura, Floresta e Pesca, Tsutomu Takebe. Participou, ainda, de almoços de trabalho oferecidos pela Keidanren (Sr. Minoru Murofushi, Presidente do Comitê Econômico Japão-Brasil) e pela Liga Parlamentar Japão-Brasil (Presidente Deputado Hiroshi Mitsuzuka).

O Ministro Celso Lafer reuniu-se com representantes da comunidade brasileira no Japão, bem como com os Embaixadores latino-americanos acreditados em Tóquio. Realizou, igualmente, reunião com os chefes de missão brasileiros lotados na Ásia e Oceania.

Em ambiente de grande cordialidade o Chanceler brasileiro e a Ministra Kawaguchi passaram em revista temas da agenda bilateral, regional e internacional. Ambos trocaram idéias sobre as perspectivas que se abrem para a intensificação das relações bilaterais.

Com vistas a ampliar e fortalecer o diálogo político bilateral, os Chanceleres do Brasil e do Japão concordaram em examinar o estabelecimento de consultas regulares de alto nível que se reuniria com periodicidade anual.

Os Chanceleres referiram-se à importância do estreitamento das relações econômicas bilaterais e a Ministra Kawaguchi manifestou a intenção japonesa de convidar, em futuro próximo, jovens brasileiros que atuam

na área econômica. Conscientes de que o setor privado constitui o principal fulcro da relação bilateral em matéria de comércio e de investimentos, ambos os Chanceleres manifestaram interesse na participação de altos funcionários governamentais dos dois países para acompanhar as reuniões entre a Confederação Nacional da Indústria e a Keidanren.

Os Chanceleres manifestaram satisfação pelos progressos alcançados na cooperação econômica bilateral. O Chanceler Lafer expressou seus profundos agradecimentos à Ministra Kawaguchi por haver comunicado a orientação de conceder o empréstimo em moedas locais para a implementação do Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista (SABESP). O mencionado programa deverá propiciar melhorias sanitárias e ambientais, beneficiando prioritariamente elevado contingente de população em 9 municípios do litoral do Estado de São Paulo.

Os Chanceleres manifestaram a intenção de esforçar-se para promover a cooperação em terceiros países ao amparo do “Programa de Parceria Brasil-Japão”, assinado em março de 2000. Nesse contexto, felicitaram Timor Leste pela independência celebrada no dia 20 do mês corrente e, ao mesmo tempo, registraram a firme intenção de ambos os países de tornar efetiva a cooperação no processo de reconstrução do novo Estado junto com a comunidade internacional. Os Chanceleres, com base em estudos acerca das possíveis áreas de cooperação, manifestaram disposição positiva de enviar uma missão conjunta àquele país.

A Ministra Kawaguchi se referiu às comemorações do centenário da imigração japonesa a ocorrer em 2008 e expressou desejo de manter consultas com o Governo brasileiro a respeito. O Ministro Lafer, de seu lado,

expôs à Ministra Kawaguchi os principais temas afetos à comunidade brasileira no Japão e os entendimentos que a Embaixada mantém com as autoridades nipônicas para encaminhar as questões de interesse para os cidadãos brasileiros residentes no país. O Chanceler brasileiro ressaltou a importância que o Governo brasileiro atribui às medidas que contribuam para o bem-estar dessa comunidade.

Os Chanceleres trocaram opiniões sobre a reforma das Nações Unidas, em especial do Conselho de Segurança e convieram em intensificar consultas sobre o tema. A esse respeito, concordaram que o Brasil e o Japão, como países com importantes papéis a desempenhar na sociedade internacional do século 21, devem continuar a contribuir para a concretização da reforma do Conselho de Segurança no mais breve prazo possível, inclusive com a ampliação do número de seus membros permanentes e não permanentes. Os Chanceleres compartilharam a opinião de que o Conselho de Segurança deve incluir tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento como novos membros permanentes.

Ambos os Chanceleres sublinharam a importância das questões ambientais e do princípio do desenvolvimento sustentável como forma de garantir o equilíbrio dos objetivos econômicos, sociais e ambientais do processo de desenvolvimento. Nesse contexto, manifestaram a expectativa de que a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se em Joanesburgo, República da África do Sul, apresente resultados concretos e positivos. Expressaram apoio à entrada em vigor do Protocolo de Quioto e registraram o empenho do Brasil e do Japão em ratificar o referido instrumento jurídico levando em conta a realização da Cúpula de Joanesburgo.

Os Chanceleres do Brasil e do Japão reiteraram o seu mais firme repúdio a todas as

formas de terrorismo, que consideram um dos principais desafios impostos à humanidade e uma ameaça direta à paz e segurança internacionais. Expressaram sua determinação de prosseguir com o apoio às medidas de combate ao terrorismo e destacaram a importância da plena adesão aos 12 principais instrumentos universais das Nações Unidas sobre o tema, assim como do cumprimento da Resolução 1373 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Ainda no exame da pauta internacional, os dois Chanceleres detiveram-se na questão do Oriente Médio e manifestaram preocupação com a falta de perspectivas para o processo de paz. Ambos conclamaram as partes a buscarem uma paz justa, duradoura e abrangente na região. A Ministra Kawaguchi mencionou a importância de que israelenses e palestinos concretizem um cessar-fogo no mais breve prazo possível e que a comunidade internacional deve colaborar para lograr avanços nos processos político, de segurança e de reconstrução. O Chanceler Lafer expressou seu interesse pelas recentes manifestações da Ministra Kawaguchi sobre o tema, fato que considera como passos prévios e indispensáveis a uma solução urgente para o conflito no Oriente Médio, com base no reconhecimento do direito inalienável do povo palestino de dispor de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável e do direito de Israel de viver em segurança dentro de fronteiras reconhecidas internacionalmente.

Os dois Chanceleres manifestaram disposição de cooperarem no Foro de Cooperação entre a América Latina e a Ásia do Leste (FOCALAL) de forma a dar contribuição positiva para o fortalecimento das relações entre os países de ambas as regiões.

Os Chanceleres reafirmaram sua determinação de trabalhar pelo sucesso da

5ª. Reunião Ministerial a ser realizada em Cancún, México, no mês de agosto do próximo ano, avançando, sem demora, no processo de negociação da nova Rodada da OMC, de acordo com o cronograma estabelecido. Ambos reiteraram seu compromisso de apoiar a integralidade do mandato negociador de Doha.

AS POSIÇÕES ADOTADAS PELO BRASIL NA ALCA (24 DE MAIO DE 2002)

Com referência às matérias que têm sido publicadas na imprensa sobre as posições adotadas pelo Brasil na ALCA, em especial no que se refere às negociações tarifárias, o Ministério das Relações Exteriores esclarece:

As posições defendidas pelo Brasil, no tocante à tarifa-base nas negociações da ALCA, foram submetidas à apreciação da CAMEX, na qual as decisões são tomadas de forma colegiada.

Ao avaliar a conveniência de que as preferências tarifárias na ALCA incidissem sobre as tarifas consolidadas na OMC – em sua maioria, de 35% - ou sobre as tarifas aplicadas, teve-se presente que:

- em um processo de conformação de uma área de livre comércio, que tende a zerar as tarifas entre os membros, a única diferença entre a utilização da tarifa consolidada e da tarifa aplicada consiste no tempo para chegar à eliminação completa das tarifas;
- os produtos em que a tarifa aplicada corresponde à tarifa consolidada são aqueles menos competitivos e que mais necessitam de proteção;

- portanto, ao iniciar o processo de desgravação a partir da tarifa consolidada, - o impacto inicial recairia justamente sobre esses produtos que mais necessitam de proteção; em contraste, os produtos mais competitivos, que contam hoje com tarifas aplicadas reduzidas, ganhariam um “colchão” adicional de proteção às custas dos produtos mais sensíveis;
- a alternativa mais racional consiste em buscar prazos mais longos de desgravação para os produtos mais sensíveis, ou seja, para aqueles que têm as tarifas aplicadas mais próximas da consolidada; a forma de obter isso é através da negociação de prazos de carência mais longos, e não da utilização da tarifa consolidada como tarifa base.

Na última reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, realizada no Panamá em 12 e 13 de maio, foram tomadas decisões em relação à tarifa base para as negociações. Tendo presente as instruções da CAMEX, bem como a conveniência de um prazo adicional para avaliar a consistência da atual Tarifa Externa Comum do Mercosul, o Brasil conseguiu que a tarifa-base, no caso do Mercosul, será aquela aplicada em 1 de janeiro de 2004, a ser notificada em 15 de abril de 2003. Trata-se de uma vantagem em relação à maioria dos demais países que negociam a ALCA, os quais terão que notificar a sua tarifa-base – que será aquela efetivamente aplicada - até 15 de outubro deste ano.

Ficam assim preservadas as margens de liberdade necessárias para a defesa do interesse nacional nas negociações da ALCA.

CONTENCIOSO:
“CANADÁ – CRÉDITOS À
EXPORTAÇÃO E GARANTIAS
DE CRÉDITOS PARA
AERONAVES REGIONAIS”
(24 DE MAIO DE 2002)

Com relação ao contencioso que resultou na condenação de operações de apoio do Governo canadense a vendas de jatos regionais da Bombardier, a Delegação Permanente do Brasil em Genebra encaminhou à OMC ontem, dia 23, pedido de inclusão de item na agenda da sessão especial do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), que terá lugar no próximo dia 3 de junho, dedicado ao exame de pedido brasileiro de autorização para adotar contramedidas apropriadas (*appropriate countermeasures*) aplicáveis ao comércio com o Canadá.

O pedido brasileiro estabelece que as contramedidas devam montar a US\$ 3,36 bilhões. A lista dos produtos que poderão estar sujeitos às contramedidas abarca, praticamente, todo o universo da pauta exportadora canadense para o Brasil.

Conforme determina o Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC, o Canadá poderá, na reunião do OSC do dia 3 de junho, objetar o valor estipulado pelo Brasil. Nesse caso, a matéria seria encaminhada a um painel arbitral, composto pelos mesmos integrantes do painel original, que determinaria, em prazo de aproximadamente 60 dias, o valor definitivo para as contramedidas.

O pedido de autorização para a adoção de contramedidas tem por objetivo central resguardar os direitos brasileiros nessa matéria. O Brasil entende que as partes de

um contencioso devam evitar desfechos que inibam ou distorçam os fluxos de comércio e que prioridade deve ser atribuída à busca de solução mutuamente satisfatória.

Paralelamente, o Governo brasileiro reitera seu empenho em procurar, nas conversações bilaterais ora em curso com o Canadá, obter avanços conducentes a uma solução mutuamente satisfatória para o contencioso.

MENSAGEM DE CONGRATULAÇÕES
DO PRESIDENTE FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO AO
PRESIDENTE ELEITO DA COLÔMBIA,
ALVARO URIBE VELEZ
(28 DE MAIO DE 2002)

“Em nome do Governo e do povo brasileiros e no meu próprio, envio a Vossa Excelência minhas mais calorosas felicitações por sua vitória nas eleições para a Presidência da República da Colômbia.

No contexto dos significativos laços de amizade que unem nossos dois países, reitero a Vossa Excelência minha disposição em continuar a trabalhar para o fortalecimento sempre crescente das relações de cooperação e amizade brasileiro-colombianas.

Faço votos para que sob sua presidência o povo colombiano possa alcançar a reconciliação interna e recuperar a paz de que é merecedor.

Mais alta consideração.

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República Federativa do Brasil”.

IV REUNIÃO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ORGANIZAÇÕES DE PROMOÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR
(29 DE MAIO DE 2002)

Será realizada em Fortaleza, de 5 a 7 de junho, a quarta reunião da Rede Ibero-americana de Organizações de Promoção do Comércio Exterior (www.redib.org). A Rede é integrada por organizações oficiais ou para-estatais de promoção comercial.

O encontro em Fortaleza é co-organizado pela APEX e pelo Departamento de Promoção Comercial (DPR) do Itamaraty, com a colaboração do Banco do Nordeste, e será aberto pelo Embaixador Mário Vilalva, Diretor-Geral do DPR, pela Dra. Dorothea Werneck, Gerente Especial da Agência de Promoção de Exportações, APEX, e pelo Dr. Byron Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste. Estarão também presentes o Diretor-Presidente da Investe Brasil, Rudolf Höhn, e representante da Secretaria-Geral da Associação Latino-americana de Integração (ALADI).

A lista de participantes inclui diversos diretores de organismos de promoção de exportações do espaço ibero-americano. Da agenda constam itens tais como “cooperação empresarial e promoção de investimentos” e “informação comercial”.

A reunião anual da Rede serve não apenas à troca de experiências, mas também ao exame de temas nos quais seja possível desenvolver projetos comuns, a exemplo de treinamento e capacitação. O Brasil apresentará, como exemplo de atuação com outros países, o trabalho de promoção comercial conjunta do Mercosul, que resultará no final de junho em missão comercial à África do Sul.

NOTA DO MINISTRO CELSO LAFER
SOBRE O FALECIMENTO DO
EMBAIXADOR SETTE CÂMARA
(31 DE MAIO DE 2002)

Amorte, aos 82 anos de idade, do Embaixador José Sette Câmara Filho priva o Brasil de um dos grandes expoentes de sua Diplomacia. Ingressado na Casa de Rio Branco em 1945, a passagem de Sette Câmara pela vida pública confunde-se com acontecimentos relevantes da segunda metade do século XX. Teve atuação destacada nas Nações Unidas no período de 1964 a 1968, ocasião em que, ao chefiar a Delegação brasileira àquele órgão, participou dos trabalhos da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina, que levariam em 1967, na Cidade do México, à conclusão do Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, conhecido como Tratado de Tlatelolco. Entre 1967 e 1968, chefiaria a Delegação Brasileira ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A título mais pessoal, permito-me fazer três registros sobre a figura de José Sette Câmara Filho:

Como admirador e estudioso do Governo Juscelino Kubitschek, gostaria de destacar o papel que exerceu como colaborador de JK na Prefeitura de Belo Horizonte, no período de 1940 a 1945, e sua atuação no Gabinete Civil da Presidência da República, que chefiou entre 1959 e 1960, período particularmente rico de nossa história, marcado, entre outros episódios, pela mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília.

Como jurista, destaco sua contribuição ao Direito Internacional seja na Comissão de Direito Internacional (CDI) das Nações Unidas, que presidiu, seja na Corte Internacional de

Justiça da Haia. Sua expressiva passagem pela Corte Internacional de Justiça, para a qual foi eleito em 1978, marcou a volta do Brasil àquela instituição após ausência de 22 anos. Finalmente, como analista político, gostaria de destacar a arguta sensibilidade e inteligência que permeiam seu depoimento memorialístico sobre a crise do segundo governo Vargas, Agosto 1954, qualidades que nunca lhe faltaram ao longo de uma vida pública tão rica em circunstâncias como em realizações.

EXPOSIÇÃO DE ARTE CHINESA
“CAVALEIROS DE XI’AN E A
ARTE MILENAR CHINESA
(03 DE JUNHO DE 2002)

Está prevista para o dia 29 de outubro de 2002, na Oca, no Parque do Ibirapuera, a exposição Cavaleiros de Xi’an e a Arte Milenar Chinesa, já considerada a maior mostra sobre a cultura chinesa realizada no Brasil. Diversos períodos e dinastias da República Popular da China, desde 7000 AC até os dias atuais, passando pelos famosos Cavaleiros de Xi’an poderão ser apreciados nesta exposição inédita, que contemplará além de obras nunca saídas da China, descobertas arqueológicas recentes desenterradas no ano passado.

Organizado pela BrasilConnects, organização privada sem fins lucrativos responsável pela Mostra do Redescobrimento e pela exposição Body & Soul no Guggenheim de Nova York, o evento faz

parte do acordo firmado no IV Programa de Cooperação Cultural Bilateral entre China e Brasil, assinado em novembro de 2001 pelo Ministério das Relações Exteriores.

A exposição está dividida em dois grandes núcleos:

Núcleo Shaanxi – Este módulo apresenta 11 guerreiros e um cavalo de terracota (argila) em tamanho natural, mais conhecido como Guerreiros de Xi’an, pertencente ao exército do imperador Qing Shihuang. Cerca de vinte peças que foram descobertas no ano passado integram a exposição que virá ao Brasil – estão, portanto, saindo pela primeira vez da China. Paralelamente a este exército, estarão expostas ainda 197 peças de vários museus da região de Shaanxi. São cerâmicas de 7000 AC, bronzes arcaicos e peças das dinastias Hang, Tang, Ming e Qing.

Núcleo Cidade Proibida – Este segundo núcleo da exposição é composto por obras do Museu do Palácio Imperial de Pequim. São 140 peças da última dinastia chinesa que remontam uma sala de trono, apresentando: objetos de decoração, quadros, roupas, colares, enfeites, cerâmicas e sapatos.

Será promovida uma série de atividades e eventos especiais no Parque do Ibirapuera e na cidade de São Paulo pela BrasilConnects, visando a ampliar a divulgação da cultura chinesa para outros contextos como cinema, música, dança, teatro, literatura e gastronomia, atingindo um público diversificado. Importantes ações também serão realizadas no sentido de unir empresas e empresários chineses e brasileiros, estimulando negócios entre os países. Debates, seminários e palestras contarão com a presença de autoridades governamentais.

IV CONFERÊNCIA DE CHEFES
DE ESTADO E DE GOVERNO DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE
LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)
(05 DE JUNHO DE 2002)

O Brasil será sede da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nos dias 31 de julho e 1º de agosto próximos, em Brasília. O encontro deverá marcar, oficialmente, a entrada de Timor Leste na organização, que passará a contar com oito países membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

O Chanceler Celso Lafer, em seminário sobre a “CPLP: Oportunidades e Perspectivas”, realizado nos dias 28 e 29 de maio, no Itamaraty, afirmou que a Comunidade é uma orientação estratégica da política externa brasileira. E reiterou o forte compromisso nacional com os propósitos da CPLP, ressaltando que a orientação política do governo é a de consolidar e reforçar os laços de amizade e cooperação com os países parceiros da organização, maiores beneficiários, em termos de recursos, da cooperação brasileira com países amigos, desde a formação de estudantes até a transferência de tecnologias, destinadas, em especial, aos países africanos da CPLP.

Durante dois dias de debates, os participantes enfatizaram a necessidade de um claro compromisso político dos governos dos países da CPLP com o projeto de consolidação e avanço dos objetivos comunitários, como o esforço em prol do desenvolvimento, a luta contra a exclusão, a concertação político-diplomática e a defesa da língua portuguesa. Eles também concordaram em que a CPLP – diante da fragilidade das estruturas

do Estado em vários países membros – deve também focalizar programas de cooperação para o fortalecimento do Estado e de seu papel de agente do desenvolvimento.

O principal objetivo do Ministério das Relações Exteriores ao organizar o seminário – além de inseri-lo entre os preparativos para a IV Conferência – foi o de promover o debate interno sobre os interesses brasileiros na CPLP, e o de conhecer, mais profundamente, o pensamento dos demais parceiros da Comunidade sobre um projeto que é comum a todos. O seminário reuniu representantes do governo e a sociedade civil do Brasil e demais países membros e contou com a presença do Embaixador José Aparecido de Oliveira, o grande idealizador da CPLP.

A partir da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, o Brasil passará a presidir a organização durante os próximos dois anos. A Conferência será precedida de reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores dos oito países membros e de reunião técnica de cooperação. Segundo o Chanceler Celso Lafer, o governo brasileiro está especialmente empenhado em contribuir para o êxito da Conferência, e espera que dela possam sair importantes orientações para o futuro da Comunidade, que conta, hoje, com seis anos de existência.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS
MINISTROS DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO BRASIL E DO PERU
(07 DE JUNHO DE 2002)

Atendendo a convite do Professor Celso Lafer, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Doutor Diego García-Sayán

Larrabure, Ministro das Relações Exteriores do Peru, realizou visita oficial ao Brasil, em 7 de junho de 2002.

2. O Chanceler Diego García-Sayán foi recebido em audiência pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem transmitiu os cumprimentos do Presidente Alejandro Toledo.

3. Os Chanceleres passaram em revista os principais temas da agenda bilateral, confirmando os vínculos históricos, políticos, culturais, de amizade e de boa vizinhança que unem o Brasil e o Peru, e coincidiram em destacar o caráter preferencial e de cooperação estratégica da relação bilateral, assim como o alto grau de convergência entre as posições dos dois países no plano internacional.

4. Com esse espírito, acordaram estabelecer Mecanismo de Consulta e Coordenação Política, em nível de Ministros das Relações Exteriores, como instância superior de diálogo e concertação política bilateral que, mediante encontros periódicos, sirva como instrumento para aprofundar e fortalecer a coordenação e a cooperação política, a integração e a complementação econômica entre ambos os países, assim como o tratamento dos temas dessa natureza nos âmbitos regional e global.

5. Reafirmaram a firme convicção dos Governos do Brasil e do Peru de que a democracia e o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais são interdependentes e asseguram o bem-estar e o desenvolvimento dos povos. Nesse sentido, reiteraram seu compromisso de fortalecer o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o compromisso com a normativa internacional em matéria de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.

6. Ratificaram o firme compromisso do Brasil e do Peru com os princípios e disposições contidos na Carta Democrática Interamericana,

assim como o impulso à ampla difusão e cumprimento desse importante instrumento, com vistas ao aprofundamento de uma cultura democrática na região. Assinalaram, além disso, como elementos substantivos da democracia o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, a liberdade de associação, o acesso ao poder e seu exercício submetido ao Estado de Direito, a celebração de eleições periódicas, livres e justas, baseadas no sufrágio universal.

7. Os Chanceleres examinaram temas relacionados à segurança regional e intercambiaram idéias sobre a iniciativa do Presidente Alejandro Toledo a respeito da limitação de gastos de defesa. Nesse sentido, reafirmaram o compromisso do Brasil e do Peru com a consolidação de uma Zona de Paz na América do Sul, em consonância com os acordos do Comunicado de Brasília, assinado ao término da I Reunião de Presidentes da América do Sul.

8. Os Chanceleres reafirmaram sua mais firme condenação ao terrorismo. Nesse sentido, destacaram o caráter prioritário que ambos os países outorgam à luta contra o terrorismo e manifestaram satisfação pela assinatura da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, a 3 de junho, por ocasião do XXXII Período Ordinário de Sessões da Organização dos Estados Americanos, realizada em Barbados.

9. Os Chanceleres reiteraram seu compromisso com o processo de integração da América do Sul, e se comprometeram a adotar medidas que contribuam para seu aprofundamento, com vistas ao desenvolvimento econômico e social de seus países e à promoção do bem-estar de suas populações.

10. A respeito, os Chanceleres reafirmaram a importância da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura da América do Sul (IIRSA),

aprovada durante a I Reunião de Presidentes da América do Sul, em agosto-setembro de 2000, e constataram os avanços alcançados na III Reunião do Comitê de Direção Executiva, realizada em Brasília em maio de 2002.

11. Nesse contexto, reconheceram a dimensão estratégica da integração física, econômica e energética entre o Brasil e o Peru e destacaram a importância dos eixos de integração e desenvolvimento identificados na IIRSA que articulam os dois países: Eixo Multimodal do Amazonas, Eixo Brasil-Bolívia-Peru-Chile-Paraguai e Eixo Peru-Brasil-Bolívia, cuja implementação promoverá o desenvolvimento de suas populações fronteiriças e fortalecerá o intercâmbio comercial bilateral e em direção a terceiros países.

12. Assinalaram também que, preocupados com a realização das obras destinadas a materializar sua pronta execução, os governos dos dois países avaliarão opções para viabilizar seu financiamento, com a participação do setor privado e de organismos internacionais. Em consequência, concordaram em realizar consultas sobre o documento de trabalho apresentado pelo Peru sobre mecanismos inovadores de financiamento de projetos de infra-estrutura regional.

13. Os Chanceleres acordaram aprofundar estudos e intercambiar missões técnicas, com a brevidade possível, sobre o impacto do Eixo Multimodal do Amazonas no intercâmbio comercial bilateral, inclusive no que diz respeito ao traçado de pontos de enlace.

14. Os Ministros coincidiram na importância do papel que corresponde ao setor privado para impulsionar os processos de integração física e energética, comprometendo-se a promover a aproximação de empresários brasileiros e peruanos, de maneira a incrementar os vínculos comerciais, os investimentos e o turismo entre ambos os países. Nesse sentido,

os Chanceleres saudaram a importância do intercâmbio de missões empresariais entre o Brasil e o Peru, tais como as missões comerciais peruanas a Manaus, de 17 a 20 de junho de 2002 e a São Paulo (comércio, investimentos e turismo) no último trimestre de 2002, assim como uma missão empresarial brasileira ao Peru em data a definir.

15. Os Chanceleres destacaram a importância do Plano de Ação de Lima como instrumento de seguimento dos temas da relação bilateral, abordados por diversos grupos de trabalho, razão pela qual coincidiram em assinalar a conveniência de que se reunam no mais breve prazo possível, para garantir a continuidade e o dinamismo da agenda bilateral.

16. Da mesma forma, os Chanceleres louvaram os avanços logrados entre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONCYTEC) e o Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no âmbito da cooperação bilateral nos campos científico, técnico e tecnológico, nos quais identificaram seis áreas prioritárias de atuação (matemática, arqueologia, astronomia, ciência de materiais, diversidade amazônica e biotecnologia agrícola, e sociedade da informação), com vistas a integrar tais ações no esforço mais amplo de desenvolvimento econômico e social dos dois países.

17. Os Chanceleres coincidiram em sublinhar a alta relevância atribuída à manutenção de fluido intercâmbio em matéria de segurança na área amazônica, à luz do atual cenário regional e dos desafios que representam fenômenos como o narcotráfico e o terrorismo

18. Ressaltaram, assim, a conveniência de convocar a Comissão Brasileiro-Peruana prevista no Artigo V do “Acordo Bilateral sobre Cooperação em Matéria de Prevenção do

Consumo, Reabilitação, Controle da Produção e do Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas e Delitos Conexos”, celebrado em 1999, em vigor desde janeiro de 2002.

19. Na citada reunião, as mais altas autoridades de cada país em matéria de luta contra a droga considerarão o estabelecimento de programa de atividades que inclua a identificação das rotas utilizadas por organizações delitivas na fronteira comum e a coordenação de ações simultâneas de interdição.

20. Os Chanceleres reafirmaram seu entendimento de que o Mecanismo de Avaliação Multilateral, cuja implementação vem sendo promovida pela Comissão Interamericana contra o Abuso de Drogas (CICAD) da OEA, constitui o mais importante instrumento de cooperação hemisférica no combate às drogas ilícitas e delitos conexos

21. Reafirmaram a importância de promover a entrada em vigor do “Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Comprometidas em Atividades Ilícitas Transnacionais”, de 1999, e examinaram a possibilidade de assinar acordo bilateral específico em matéria de controle de precursores, produtos e insumos químicos.

22. Além disso, expressaram sua satisfação com os bons entendimentos alcançados nas reuniões anuais que celebram as Forças Armadas do Brasil e do Peru na identificação de áreas de cooperação mútua, no âmbito de sua competência, que contribuem para fortalecer ainda mais as boas relações existentes entre os dois países.

23. Os Chanceleres expressaram satisfação com os avanços registrados no âmbito da cooperação ambiental fronteiriça, que vem encaminhando adequadamente importantes questões relativas à exploração de recursos, à fiscalização ambiental e à proteção de comunidades indígenas localizadas na

região de fronteira entre os dois países, e recomendaram sejam concluídos brevemente os entendimentos para a assinatura do “Acordo de Cooperação para a Conservação da Flora e Fauna Silvestre dos Territórios Amazônicos da República do Peru e da República Federativa do Brasil”, que permitirá atualizar o Acordo vigente na matéria, de 7 de novembro de 1975.

24. Animados pela vontade política de ambos Governos, coincidiram em destacar a importância de que as linhas aéreas dos dois países utilizem as rotas e frequências acordadas, com o objetivo de incrementar os fluxos de carga e passageiros entre ambos países, promovendo uma mais efetiva integração entre as populações fronteiriças. Nesse sentido, decidiram instar suas respectivas autoridades aeronáuticas a propor, pela via diplomática, alternativas para a intensificação do regime de vôos entre os dois países, sobretudo na região amazônica, nos termos acordados na X Reunião de Consulta, realizada em setembro de 2000, no Rio de Janeiro.

25. Os Ministros tomaram nota, com satisfação, das repercussões positivas do Acordo de Complementação Econômica entre o Brasil e a Comunidade Andina para o fortalecimento e ampliação dos seus fluxos comerciais e dos investimentos. Nesse sentido, reiteraram a vontade de ambos os países de acelerar os entendimentos necessários para assegurar a conclusão, no prazo previsto, das negociações entre o Mercosul e a Comunidade Andina para o estabelecimento de uma área de livre comércio entre os blocos, a fim de lograr a meta compartilhada de formação de um espaço econômico-comercial ampliado na América do Sul.

26. Os Chanceleres assinalaram a relevância das negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas, reafirmando a necessidade de obtenção de um acordo que garanta, de forma mutuamente

benéfica, a efetiva abertura dos mercados e a promoção do comércio no hemisfério de maneira equitativa e que tenha em consideração os níveis de desenvolvimento dos países membros. Nesse sentido, destacaram que as negociações constituem oportunidade para incrementar o acesso aos mercados mais dinâmicos e estimular o desenvolvimento das economias do hemisfério, bem como para criar regras compartilhadas destinadas a evitar e corrigir as distorções ao comércio geradas pelo dumping e aquelas que poderiam advir das regras sanitárias e das barreiras não-tarifárias.

27. Os Chanceleres coincidiram na prioridade atribuída ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. Decidiram envidar esforços, nesse sentido, para facilitar o pronto estabelecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Brasília, convencidos de que a nova organização estimulará a união dos países amazônicos em torno de projetos de cooperação que promovam o desenvolvimento sustentável da região, a exploração racional dos recursos e o respeito ao meio ambiente, em benefício das respectivas populações.

28. Reiteraram seu apoio aos compromissos assumidos no Comunicado de Brasília, assinado ao término da I Reunião de Presidentes da América do Sul, celebrada nesta cidade, em agosto e setembro do ano 2000, comprometendo sua ativa participação na II Reunião, a realizar-se em Guayaquil, Equador, em julho do presente ano.

29. Os Chanceleres reiteraram a importância que conferem à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se em Joanesburgo, de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002, e se comprometeram a promover medidas concretas para a implementação da Agenda 21. Nesse sentido, manifestaram satisfação com a negociação de uma Iniciativa Latino-Americana e Caribenha

e de uma Declaração dos Países Amazônicos, como formas de contemplar as necessidades específicas dos países da região em matéria de desenvolvimento sustentável.

30. Ao concluir sua visita, o Chanceler Diego García-Sayán agradeceu, em seu nome e no de sua delegação, as atenções recebidas por parte do Governo brasileiro e reiterou seu compromisso de continuar trabalhando no fortalecimento das relações entre os dois países.

Brasília, 7 de junho de 2002

Celso Lafer /Diego García-Sayán

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE
INSCRIÇÃO PARA OS CANDIDATOS
AFRO-DESCENDENTES ÀS
BOLSAS-PRÊMIO VOCAÇÃO
PARA A DIPLOMACIA
(11 DE JUNHO DE 2002)

O prazo de inscrição para os candidatos afro-descendentes às “bolsas-prêmio vocação para a diplomacia”, possibilitadas pela assinatura recente do Protocolo de Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco, estende-se até 20 de junho de 2002. Os formulários de inscrição (que se encontram disponíveis na página web do Instituto: www.mre.gov.br/irbr) para as 20 bolsas anuais no valor de R\$ 10.000,00, a serem pagas em dez parcelas mensais de R\$1.000,00, no período de agosto de 2002 a maio de 2003, poderão ser submetidos por candidatos afro-descendentes que desejem se preparar para o concurso do Instituto Rio Branco, com vistas ao ingresso na carreira diplomática.

Os candidatos deverão satisfazer as seguintes condições: ser brasileiro nato, conforme artigo 12, parágrafo 3º, V, da

Constituição Federal; ser afro-descendente; estar em dia com o serviço militar; estar em dia com suas obrigações de eleitor e; ter concluído curso superior de graduação plena, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), ou estar cursando o último ano de curso superior reconhecido pelo MEC.

Na seleção dos candidatos, levar-se-á em conta também a equidade de gênero.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (12 DE JUNHO DE 2002)

O Senhor Presidente da República assinou hoje, dia 12 de junho, no Palácio do Itamaraty, a carta de ratificação do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI), para depósito junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas. O Estatuto, concluído em 17 de julho de 1998, foi assinado pelo Brasil em 7 de fevereiro de 2000. Após a assinatura, o texto foi submetido à consideração do Congresso Nacional em 10 de outubro de 2001, que o aprovou em 6 de junho de 2002, por meio do decreto legislativo nº 112, de 2002.

O Estatuto de Roma representa um marco na evolução do direito internacional contemporâneo, ajudando a ordenar e a normatizar os novos impulsos da sociedade mundial no campo da promoção e proteção dos direitos humanos e da segurança internacional. Estabelece, pela primeira vez na História, um tribunal penal internacional de caráter permanente, destinado a processar e julgar os responsáveis pelos mais graves crimes internacionais, compreendendo os crimes de genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes de agressão. O TPI constituirá fator decisivo para assegurar que não fiquem impunes crimes que, por sua

extrema gravidade, ferem os mais elementares padrões de civilização. Espera-se que o seu efeito dissuasório contribua para prevenir a ocorrência de violações dos direitos humanos, do direito internacional humanitário e de ameaças contra a paz e a segurança dos Estados.

O TPI terá competência para julgar crimes cometidos após a entrada em vigor do Estatuto de Roma e será complementar às jurisdições nacionais, podendo ser acionado somente nos casos de manifesta incapacidade ou falta de disposição dos Estados para processar os acusados dos crimes tipificados no Estatuto.

O Estatuto de Roma entrará em vigor no dia 1 de julho de 2002 (artigo 126 do Estatuto). Até a presente data, 67 países depositaram seus instrumentos de ratificação ou adesão.

Um Grupo de Trabalho foi criado no âmbito do Ministério da Justiça, por intermédio da Portaria nº 1.036, de 2002, para elaborar a legislação complementar doméstica necessária para a efetiva implementação do Estatuto de Roma no território nacional.

O Tribunal Penal Internacional representará um avanço significativo para a justiça e a paz mundial, bem como instrumento inestimável para o fortalecimento da cooperação entre os Estados para a proteção dos direitos humanos mais fundamentais. O Estatuto de Roma está em plena sintonia com os princípios da prevalência dos direitos humanos e defesa da paz nas relações internacionais e da dignidade da pessoa humana, fundamentos do Estado Democrático e de Direito, inscritos nos artigos 1º e 4º da Constituição. A Constituição também determina, em seus dispositivos transitórios, que o Brasil propugnará pela criação de um tribunal internacional dos direitos humanos, reafirmando o compromisso brasileiro de colaborar com o combate à impunidade, especialmente em se tratando de crimes hediondos.

Principais disposições do Estatuto de Roma

O Estatuto do Tribunal Penal Internacional compõe-se de 128 artigos, divididos em 13 partes. São as seguintes suas principais disposições:

O TPI será uma instituição permanente, sediada na Haia, nos Países Baixos. Será uma entidade autônoma, vinculada às Nações Unidas por meio de um tratado;

A jurisdição do TPI terá caráter excepcional e complementar à dos Estados. Será exercida em casos de transcendência internacional, em que se verificar manifesta incapacidade ou falta de disposição de um sistema judiciário nacional para exercer sua jurisdição primária sobre os crimes previstos no Estatuto. Foram estabelecidos critérios para a caracterização dessa falta de capacidade ou disposição, bem como mecanismos para que os Estados possam contestar a competência do Tribunal. O Estatuto elegeu o princípio da complementaridade para nortear as relações entre as jurisdições internacional e nacional;

A competência do TPI estará limitada aos crimes de genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crime de agressão. Os três primeiros crimes estão definidos no texto conveniado. No caso dos crimes de genocídio, incorporou-se no Estatuto a definição constante da Convenção contra o Genocídio, de 1948. Com relação aos crimes contra a humanidade, enumerou-se uma série de atos puníveis “quando praticados como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra a população civil”. Quanto aos crimes de guerra, tomou-se como referência de codificação o “Direito de Haia” e as Convenções de Genebra, de 1949, e seus Protocolos Adicionais, de 1977, sobre o direito internacional humanitário. Finalmente os crimes de agressão ainda deverão ser tipificados. Essa tipificação, que resultará em emenda ao Estatuto, é necessária para

que o Tribunal possa exercer plenamente sua jurisdição;

O TPI considerará apenas crimes cometidos após a entrada em vigor do Estatuto, salvo nos casos em que um Estado aceite expressamente a jurisdição do Tribunal para delitos cometidos anteriormente. O Estatuto não tem caráter retroativo;

O exercício da jurisdição do TPI terá como pré-condição que sejam parte do Estatuto (ou, não o sendo, hajam voluntariamente aceito essa jurisdição no caso concreto): (a) o Estado em cujo território tenha ocorrido o crime, ou (b) o Estado de nacionalidade do indivíduo acusado.

O país que ratifica o Estatuto aceita automaticamente a competência jurisdicional do Tribunal, facultando-se-lhe apenas a possibilidade de declarar que não aceita sua competência quanto aos crimes de guerra por um período de sete anos, a partir da ratificação.

O Tribunal poderá ser acionado por meio de:

(a) comunicação de qualquer dos Estados-partes ao Procurador;

(b) comunicação do Conselho de Segurança, ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas; e

(c) investigações iniciadas ex officio pelo Procurador. Amplas salvaguardas processuais contra eventuais excessos da promotoria estão contemplados no Estatuto;

As questões relativas à admissibilidade das causas perante o TPI serão decididas por um Juízo de Instrução, de cujas decisões caberá recurso ao Juízo de Recursos;

Faculta-se ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a possibilidade de solicitar ao Tribunal a suspensão por até doze meses (renovável por igual prazo) de investigação ou processo já iniciados;

Os Estados Partes ficam obrigados a estender plena cooperação ao TPI para o exercício de suas funções, inclusive assegurando que sejam previstos, em seu direito interno, os

procedimentos necessários para viabilizar a cooperação determinada pelo Estatuto;

O Estatuto define os princípios gerais de direito aplicáveis na atuação do Tribunal, lista os direitos do acusado, define procedimentos para a proteção de vítimas e testemunhas, regulamenta o tratamento a ser dado a informações que possam afetar a segurança nacional dos Estados envolvidos e dispõe sobre o estabelecimento de princípios a respeito das reparações às vítimas;

As penas previstas serão, entre outras, as de reclusão por período que não exceda 30 anos ou, se a extrema gravidade do crime ou as condições pessoais do condenado o justificarem, a de prisão perpétua, sujeita a revisão após o cumprimento de 25 anos. Os juízes, nos termos do Estatuto, deverão ter presentes as legislações penais do país de nacionalidade do acusado quando da definição da sentença;

Essas penas serão cumpridas em Estado designado pelo Tribunal, dentre aqueles que manifestarem disposição para tanto, ficando o Tribunal responsável pela supervisão da execução da pena;

O Tribunal contará com 18 juízes, um Procurador e Procuradores-Adjuntos, todos eleitos pela Assembléia dos Estados-partes para um mandato de 9 anos, a título pessoal;

As despesas do TPI serão financiadas por contribuições dos Estados-partes e por fundos transferidos pelas Nações Unidas, sujeitos à aprovação da Assembléia Geral;

O Estatuto prevê mecanismos para a solução de controvérsias entre os Estados-partes do Tribunal;

Não são permitidas reservas ao Estatuto e a apresentação de emendas a seu texto só poderá ocorrer após decorridos sete anos da entrada em vigor do Estatuto por meio da convocação de uma Assembléia dos Estados-partes do TPI.

CONGRESSO NACIONAL APROVA
PROTOCOLO MODIFICATIVO
AO ACORDO ORTOGRÁFICO
DA LÍNGUA PORTUGUESA
(12 DE JUNHO DE 2002)

O Congresso Nacional promulgou, no último dia 12 de junho, o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que elimina o prazo anteriormente estabelecido para a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa - 1º de janeiro de 1994 - uma vez que o documento original ainda não foi ratificado por todos os países signatários.

A aprovação do Protocolo Modificativo foi fruto do empenho do governo brasileiro, junto ao Congresso, no âmbito do processo preparatório da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que terá lugar em Brasília, em 31 de julho e 1º de agosto próximos.

O Acordo Ortográfico firmado por Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe em 16 de dezembro de 1990, em Lisboa, estabelecia, em seu artigo 3, que o documento entraria em vigor em 1º de janeiro de 1994, após o depósito dos instrumentos de ratificação de todos os Estados junto ao governo da República Portuguesa. O artigo 2 do Acordo, por sua vez, previa a elaboração, até 1º de janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, referente às terminologias científicas e técnicas.

Como a maior parte dos países membros não conseguiu ratificar o Acordo Ortográfico dentro do prazo originalmente previsto, os chefes de Estado e de Governo da CPLP, em sua III Conferência, na cidade da Praia, em 1998, assinaram o Protocolo Modificativo,

que não menciona nenhuma data para sua entrada em vigor, uma vez que o prazo original há muito havia caducado, dando oportunidade aos demais signatários para que possam proceder a sua ratificação, no mais breve espaço de tempo possível.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi fruto de longas e intensas negociações conduzidas pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa, com a participação de filólogos e representantes dos países signatários. O documento tem por objetivo resolver questões levantadas a partir de 1911, ano em que foi adotada em Portugal a primeira grande reforma ortográfica, não extensiva ao Brasil. Em 1931, 1943 e 1945, novos acordos e convenções foram assinados, sem que se produzissem os efeitos desejados. Em 1971 e 1973, no Brasil e em Portugal, respectivamente, foram promulgadas leis que reduziram substancialmente as divergências ortográficas entre os dois países. Entretanto, muitas diferenças ainda permanecem e a existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana/africana e a brasileira, tem sido considerada largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no mundo.

As regras ortográficas não atingem a substância da língua, e portanto, portugueses, brasileiros e africanos se entendem. Porém, estas normas atingem diretamente o registro do código e, neste caso, a variedade é prejudicial aos usuários em geral, aos educandos, e à difusão bibliográfica e de novas tecnologias que se utilizam de terminologia científica e técnica. A fim de sanar tal problema, o Acordo Ortográfico prevê, por exemplo, a preparação de um dicionário técnico-científico comum.

Ademais, as diferentes formas de escrever a mesma palavra fomentam o preconceito social e lingüístico, porque pressupõem a

variedade européia como “norma padrão” ou “norma culta”. Há que se considerar ainda o enorme custo econômico e financeiro para a produção de dicionários, livros didáticos e literários devido a diferenças não relevantes para a língua. A demora na edição de obras lexicográficas comuns contribui para que o português se insira no conjunto de línguas de pouca difusão, pouco conhecimento e pequena repercussão no universo da comunicação multilíngue.

Os Ministros da Educação da CPLP, em sua III Conferência, realizada em São Tomé, em junho de 1999, recomendaram fortemente a aprovação e difusão ampla do Acordo Ortográfico como meta prioritária para todos os países da CPLP. Entretanto, Brasil, Cabo Verde e Portugal são os únicos países que já concluíram o processo de ratificação do Acordo Ortográfico e de seu Protocolo Modificativo. Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau teriam dificuldades políticas a vencer, que não dizem respeito ao Acordo Ortográfico em si, mas a outras prioridades na área da educação e da cultura que impediram, até o momento, o envio da proposta pelos governos aos seus Parlamentos. O Acordo Ortográfico, segundo seu Protocolo Modificativo, só entrará em vigor após todos os países terem completado o processo de ratificação.

Muito se avançará na cooperação do Brasil com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP - e Timor-Leste a partir da adoção do Acordo, uma vez que será possível somar esforços com Portugal nas ações de difusão e fortalecimento da língua portuguesa. Os livros e outros materiais educativos, os programas de educação à distância e outros materiais pedagógicos adotados no Brasil poderiam ser mais facilmente reproduzidos em outros países. Os programas brasileiros

que visam à formação ou à complementação de estudos de professores para o ensino fundamental ou para o ensino de português como segunda língua poderão também ser aproveitados nesses outros países mais facilmente, independentemente das iniciativas eventualmente em curso por parte de Portugal.

Com o Acordo Ortográfico em vigor, pode-se pensar em um entendimento com Portugal com relação ao exame e à certificação comuns de proficiência de Português para estrangeiros, pois o Brasil emite hoje um certificado, o CELPE-BRAS, destinado aos estudantes que freqüentam os cursos de português para estrangeiros, mas em alguns países o único diploma aceito é o emitido pelo Instituto Camões, de Portugal.

Além da expansão e do fortalecimento da cooperação educacional em língua portuguesa, a aprovação do Acordo Ortográfico é condição essencial para a definição de uma política lingüística de bases comuns na CPLP e, portanto, para o bom funcionamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (o IILP - criado em 1989 e atualmente sediado em Cabo Verde) e da própria CPLP.

ACORDO DE PREFERÊNCIAS TARIFÁRIAS BRASIL-MÉXICO (12 DE JUNHO DE 2002)

Concluíram-se em 11 de junho as negociações de um acordo de preferências tarifárias fixas entre Brasil e México. Estão contempladas no acordo 790 posições tarifárias, nos setores agrícola e industrial. Foram também definidas disciplinas para o comércio bilateral em matéria de salvaguardas, práticas desleais de comércio, solução de

controvérsias, regras de origem e normas técnicas e sanitárias.

Com o acordo, os governos brasileiro e mexicano perseguem um duplo objetivo. Por um lado, buscam, por meio das preferências acordadas, intensificar e abrir novas oportunidades para o comércio bilateral, que já cobre uma ampla gama de produtos e atingiu em 2001 um montante global de US\$ 2.500.000. Por outro lado, almejam impulsionar as negociações de livre comércio entre o Mercosul e o México.

Em reunião que se realizará em Buenos Aires na semana em curso deverão ser concluídas as negociações entre o Mercosul e o México para a liberalização do comércio no setor automotor. Esses entendimentos, que cobrirão tanto veículos como autopeças, levarão a um aumento das quotas bilaterais de veículos, devendo-se atingir o livre comércio no quinto ano de vigência do acordo.

CERIMÔNIA DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE DA CÚPULA SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (12 DE JUNHO DE 2002)

Terão lugar, no Rio de Janeiro, entre os dias 23 e 25 de junho corrente, eventos alusivos à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+10 (Joanesburgo, África do Sul, agosto e setembro do corrente ano). Os eventos no Rio de Janeiro contarão com a presença de Chefes de Estado e de Governo, autoridades governamentais e de organismos internacionais, bem como especialistas não governamentais de diversas áreas ligadas ao desenvolvimento sustentável, que debaterão idéias sobre a implementação

dos compromissos emanados da Rio-92, em especial a Agenda 21, com vistas à Cúpula de Joanesburgo.

Além da Cerimônia de Transferência de Sede do Rio de Janeiro para Joanesburgo, de que participam os Presidentes do Brasil e da África do Sul e o Primeiro-Ministro da Suécia, constam da programação oficial no Rio o “Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo a Joanesburgo, Rio+10 / Brasil”, que tem por finalidade debater os principais temas a serem desenvolvidos na Rio+10; o “Diálogo de Gerações”, que marcará o encontro de três gerações que participaram de forma ativa no desenvolvimento de temas relativos ao meio ambiente; e a “Audiência Pública com Chefes de Estado”, na qual os presidentes do Brasil e da África do Sul expõem suas idéias sobre meio ambiente e responderão a questões por escrito sobre o desenvolvimento sustentável.

RELAÇÕES BRASIL - ANGOLA.
LIBERAÇÃO DE CARGAS PARA
AJUDA HUMANITÁRIA E MISSÃO
PROSPECTIVA DA ABC A ANGOLA
(19 DE JUNHO DE 2002)

O Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu do Presidente José Eduardo dos Santos, de Angola, no último dia 11 de junho, correspondência oficial em que lhe eram solicitadas as providências possíveis no sentido de ser autorizada, no menor prazo possível, a liberação de cerca de 200 containers, contendo material de ajuda humanitária, a serem transportados àquele país, mas retidos no porto do Rio de Janeiro em decorrência do movimento grevista

conduzido pelos funcionários da Receita Federal.

O Chefe de Estado angolano esclarecia que o conteúdo da carga, composto de víveres, medicamentos e material de campanha para a assistência emergencial (tendas, cobertores, equipamentos sanitários, etc.), estava destinado às áreas de aquartelamento dos militares da UNITA que, após o cessar-fogo assinado pelo Governo de Luanda e as tropas rebeldes da UNITA, participam do processo de desmilitarização e reintegração à vida civil previsto nos Acordos de Paz de Lusaca.

Após as gestões do Ministério das Relações Exteriores junto à Receita Federal, em particular a Superintendência do órgão no Rio de Janeiro, a carga foi liberada, e os dois navios que a transportam deixaram o porto do Rio de Janeiro no último dia 15 do corrente. Foram determinantes na decisão dos funcionários da Receita Federal a natureza da carga, destinada ao auxílio emergencial a populações absolutamente carentes, bem como o excelente nível das relações entre Brasil e Angola.

A referida carga foi adquirida pelo Governo angolano no mercado brasileiro, com recursos disponíveis da linha de crédito que o Brasil mantém com Angola.

O Governo brasileiro está também buscando levantar, em especial junto ao Ministério da Saúde, a existência de remédios, vacinas e fármacos em geral que possam ser doados ao Governo angolano neste momento em que são mais prementes as necessidades de ajuda humanitária ao povo daquele país.

Durante toda a corrente semana, está em Luanda uma missão técnica brasileira, multisetorial, chefiada pelo Diretor Geral da Agência Brasileira de Cooperação, Embaixador Marco César Naslausky, com o objetivo de discutir com as autoridades angolanas as novas possibilidades de cooperação,

em especial técnica e tecnológica, que se vislumbram neste novo cenário de paz que se apresenta em Angola e para o qual o Governo brasileiro espera poder contribuir mediante cessão e transferência de suas competências no domínio da promoção do desenvolvimento sócio-econômico. Compõem a missão, entre outros, representantes do SENAI, que já desenvolve importante programa de formação profissional em Angola, do Ministério da Saúde, do programa Alfabetização Solidária e também da Pastoral da Criança, que deverá, brevemente, começar a atuar em todos os países de língua portuguesa na África, e também em Timor Leste.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL:
RATIFICAÇÃO PELO BRASIL
(20 DE JUNHO DE 2002)

O Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas depositou hoje, dia 20 de junho, o instrumento de ratificação do Estatuto do Tribunal Penal Internacional junto ao Secretário-Geral daquela Organização. Essa ratificação marca um novo patamar do compromisso do Brasil, consagrado em nossa Constituição, com a proteção dos direitos humanos e com a promoção da paz. O instrumento será promulgado e publicado no Diário Oficial da União, de modo a incorporar suas disposições à legislação brasileira.

Uma descrição das principais disposições do Estatuto do Tribunal Penal Internacional consta do Comunicado à Imprensa n° 262, referente à assinatura da carta de ratificação pelo Senhor Presidente da República, no dia 12 de junho, no Palácio Itamaraty.

ROTEIRO DE APRESENTAÇÃO
DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES NA COMISSÃO
DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS SOBRE AS
NEGOCIAÇÕES DA ALCA
(20 DE JUNHO DE 2002)

I) Introdução; importância da ALCA

Gostaria inicialmente de agradecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados por esta oportunidade de compartilhar algumas reflexões sobre a participação do Brasil nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas.

As negociações da ALCA entram em sua etapa decisiva a partir do segundo semestre deste ano, quando os países terão que começar a apresentar ofertas de acesso a mercados em cinco grupos negociadores e, finalmente, será possível avaliar com mais precisão o que se poderá ganhar, ou perder, com a ALCA.

É importante ir além de percepções pré-concebidas. A sociedade brasileira precisa de análises objetivas do que o Brasil poderá obter nas negociações da ALCA.

Freqüentemente, debates sobre os benefícios e riscos da ALCA acabam gerando discussões sobre problemas internos do Brasil, como a necessidade ou não de uma política industrial, o grau de abertura da economia, a competitividade dos produtos brasileiros, a redução do custo Brasil e a necessidade de uma reforma tributária.

Todos esses temas devem ser levados em conta na elaboração das posições brasileiras

para a ALCA, mas eles continuariam a existir mesmo sem as negociações hemisféricas. A nossa participação nas negociações não pode ser avaliada com base no progresso no trato dessas questões.

Em primeiro lugar, porque os demais países não vão esperar que o Brasil solucione todos os seus problemas estruturais antes de sentar-se à mesa para negociar; em segundo lugar, porque não é necessário resolver todos os problemas internos para obter ganhos no comércio exterior.

O que se negocia na ALCA é um acordo comercial, não um projeto de união econômica. As negociações da ALCA são um instrumento para abrir mercados para nossas exportações e podem ser um complemento importante às negociações com a União Européia, à OMC e aos esforços de consolidação e aprofundamento do MERCOSUL.

As Américas hoje respondem por 50% de nosso comércio exterior e 70% de nossas exportações de manufaturados para o mundo. Os EUA são o maior parceiro comercial do Brasil e absorvem um quarto das nossas exportações. Os países que negociam a ALCA são, portanto, parceiros comerciais expressivos do Brasil, que absorvem boa parte de nossas exportações de maior valor agregado.

Nesse contexto, as negociações da ALCA constituem uma oportunidade não só de preservar, mas também de aumentar nosso acesso aos mercados hemisféricos. O setor privado brasileiro tem clara percepção do alcance dessa negociação e da necessidade de o Brasil participar desse processo, pois se os demais países firmarem um acordo plurilateral do qual o Brasil não faça parte – ou se estabelecerem uma rede de acordos bilaterais com os EUA –, as exportações brasileiras terão de concorrer em condições

desfavoráveis em uma região vital para nosso comércio exterior, na qual todos os demais países oferecem preferências uns aos outros.

O PIB da futura ALCA deverá somar quase US\$ 12 trilhões, sendo que EUA e Canadá concentram cerca de 82% desse total. A participação do Mercosul é expressiva: o PIB do Mercosul corresponde a aproximadamente 56% do da América Latina e a 10% do PIB da ALCA. Individualmente, o Brasil responde por 7% do PIB hemisférico. Embora sejam 34 os países que participam das negociações, mais de 93% dos fluxos comerciais no Hemisfério se dão entre apenas 6 países – EUA, Canadá, México, Brasil, Argentina e Chile. Somos peça importante na elaboração dessa futura área de livre comércio. Consciente disso, o Brasil tem atuado com firmeza nas negociações, defendendo seus interesses em todos os grupos negociadores e resistindo a pressões para antecipar a conclusão das negociações, como ocorreu em Buenos Aires, em abril de 2001. Se é verdade que o mercado brasileiro é cobiçado, esta é a nossa arma para abrir outros mercados que interessam ao Brasil.

II) Transparência na negociação

A decidida atuação brasileira é respaldada pela forma aberta e participativa mediante a qual construímos nossas posições negociadoras. No âmbito do Governo, as principais decisões sobre política comercial são tomadas pela CAMEX, órgão colegiado em que têm assento, além do Itamaraty, os Ministérios do Desenvolvimento, da Fazenda, do Planejamento, da Agricultura e a Casa Civil.

O debate não se limita apenas ao Governo, no entanto. As negociações vêm sendo realizadas com transparência, e o Itamaraty tem buscado

incessantemente fomentar a participação da sociedade civil. As mais de 30 reuniões da SENALCA já realizadas, a presença constante de nossos negociadores em seminários e debates, assim como a participação ativa do Congresso Nacional – através da Comissão de Relações Exteriores e, agora, da recém-criada Comissão Especial Destinada ao Acompanhamento das Negociações da ALCA – são provas dessa transparência na qual nos empenhamos há tanto tempo.

III) A defesa dos interesses brasileiros

A atuação brasileira tem permitido ao País influenciar, de acordo com seus interesses, os rumos da negociação hemisférica. Embora a iniciativa tenha sido originalmente norte-americana, o Brasil, por meio do Mercosul, teve atuação decisiva ao longo dos quase oito anos em que se vem negociando a ALCA, mudando o enfoque e a natureza da eventual Área de Livre Comércio das Américas, de mera adesão ao Nafta à negociação efetiva de um modelo de integração gradual e sem imposições.

Para dar mais clareza a essa evolução do projeto ALCA, sublinho alguns momentos em que o Itamaraty conseguiu cristalizar conceitos importantes e caros à nossa tradição diplomática, com ênfase na soberania das decisões nacionais.

Na Reunião Ministerial de Belo Horizonte (1997) foram estabelecidos parâmetros importantes, que norteiam até hoje as negociações, como o *single undertaking*, ou empreendimento único (que assegura que as negociações serão concluídas, avaliadas e, eventualmente, adotadas como um conjunto integrado); o consenso (que garante que posições legítimas, mas minoritárias, não sejam descartadas pela vontade da maioria);

e a coexistência com blocos subregionais (que preserva o MERCOSUL, eixo central da nossa política exterior).

Na Reunião Ministerial de Buenos Aires (2001) foi confirmada a data para a conclusão das negociações, em 2005, e não 2003, como queriam alguns países, dentre eles os EUA, o Chile e os centro-americanos. Também nessa reunião foi adotada uma importante iniciativa para a transparência das negociações, na qual me empenhei pessoalmente: a divulgação da minuta do Acordo, que hoje está à disposição de qualquer pessoa, na Internet – medida inédita em negociações dessa natureza e que dá à sociedade civil condições para conhecer em detalhe o andamento do processo e dispor de elementos de juízo para participar na formulação das posições brasileiras.

A defesa do prazo de 2005 para conclusão da ALCA requereu considerável esforço de mobilização diplomática para evitar que o Brasil ficasse em posição de isolamento. A caracterização do Brasil como solitário oponente da ALCA reduziria nossa capacidade de influência no futuro e constituiria uma hipoteca no relacionamento com nossos vizinhos. A decisão alcançada em Buenos Aires – trabalhada com intensidade pelo Itamaraty, e para a qual me empenhei desde que assumi a posição de Chanceler - evitou essa situação e não nos obrigou a nenhuma concessão, nem nos deixou devedores de nenhum país. Além disso, asseguramos com clareza um prazo prudencial para concluir as negociações, que nos é conveniente inclusive à luz de nosso calendário eleitoral, uma vez que o próximo Governo terá dois anos completos para finalizar as negociações e avaliar o texto do acordo, para posteriormente submetê-lo ao Congresso nacional para sua eventual ratificação.

IV) O cronograma das negociações de acesso a mercados

Na Reunião de Buenos Aires ficou acordado que as negociações de acesso a mercados seriam iniciadas em maio de 2002. Não obstante pudesse se argumentar a conveniência de um prazo mais longo, o fundamental era a confirmação da data de 2005 para o término das negociações. Continuamos a buscar, no entanto, a preservação de espaço de manobra compatível com nosso calendário eleitoral. Nesse contexto, nas discussões realizadas na Reunião do Comitê de Negociações Comerciais, realizadas no final de abril e no início de maio de 2002, para decidir sobre o calendário da negociação de acesso a mercados trabalhou-se ativamente para reordenar as datas inicialmente previstas. Desse esforço, resultou um cronograma para a próxima fase da negociação tarifária que atende aos interesses brasileiros:

Apresentação de ofertas: entre 15 de dezembro e 15 de fevereiro de 2003.

Pedidos de melhora das ofertas: de 16 de fevereiro de 2003 a 15 de junho de 2003.

Processo de apresentação de ofertas revisadas: a partir de 15 de julho de 2003.

Essas datas são compatíveis com o nosso calendário eleitoral. Foi preservada a flexibilidade do próximo governo para conduzir as negociações tarifárias. A prudência e o sucesso do atual governo em resguardar espaço de manobra ficam evidentes quando se considera que as negociações da ALCA foram lançadas ainda antes do início do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Uma questão prévia ao início das negociações tarifárias propriamente ditas é a da tarifa-base, que é a que servirá de parâmetro

para o início do processo de desgravação, a partir de 2006. Nas reuniões do CNC de abril e maio deste ano, não se chegou a uma definição sobre a questão. No entanto, a delegação brasileira conseguiu a aprovação de um parágrafo específico para acomodar as particularidades do MERCOSUL com respeito à tarifa-base.

V) Tarifas consolidadas x tarifas aplicadas

Cabem aqui alguns esclarecimentos adicionais sobre a tarifa-base, em atenção ao requerimento desta Comissão.

O Brasil negocia a ALCA como parte do MERCOSUL. Esta prática foi acordada entre 1995 e 1996 e vem sendo implementada desde então. Os quatro países membros têm, em conjunto, um peso maior nas negociações do que teriam os quatro países separadamente. Interessa ao Brasil preservar essa coordenação de posições que, como mínimo, inibe tendências centrífugas.

No momento de notificar a nossa tarifa-base, é também o MERCOSUL que deve fazê-lo, não o Brasil isoladamente. O MERCOSUL não tem uma tarifa consolidada na OMC. A tarifa que o bloco tem a notificar, na ALCA ou em outra negociação, é a tarifa externa comum (TEC), e não as tarifas de cada país consolidadas na OMC.

Em vista disso, o MERCOSUL conseguiu, como mencionei, a aprovação de um parágrafo que contempla especificamente as suas preocupações e peculiaridades – entre elas, as eleições brasileiras. O prazo outorgado a todos os participantes para a notificação da tarifa-base é entre 15 de agosto e 15 de outubro de 2002. No caso do MERCOSUL esse prazo também se aplica, mas foi

concedida flexibilidade adicional, prevendo que a notificação da tarifa-base possa ser alterada até 15 de abril de 2003. Teremos, portanto, seis meses a mais. O que temos de fazer até lá é ajustar, entre os quatro países do MERCOSUL, uma TEC para ser notificada.

Ainda que a utilização da tarifa aplicada ao invés da consolidada fosse uma concessão do Brasil, esta teria que ser ponderada em relação à vantagem que representa negociar em conjunto com nossos parceiros do Mercosul.

De fato, no entanto, a utilização de uma tarifa próxima à aplicada pelo Brasil – a TEC do Mercosul – é uma decorrência da lógica de uma negociação de acordo de livre comércio e não constitui, por conseguinte, um “preço a pagar” pela unidade do Mercosul nas negociações.

É importante ter presente a diferença entre as negociações tarifárias que se conduzem na OMC e as que se levam a cabo na conformação de uma área de livre comércio. O objetivo na OMC é a redução progressiva de tarifas, que são então consolidadas como garantia contra sua posterior elevação acima de determinado nível. Em uma zona de livre comércio, o objetivo final é a eliminação total das tarifas. Não se trata de estabelecer tarifas máximas, mas sim de eliminá-las no comércio entre os membros. Neste tipo de negociação, a tarifa consolidada na OMC não é um recurso de grande valia. A única vantagem que o Brasil poderia obter com ela seria um prazo maior para a desgravação tarifária de alguns produtos, mas justamente para aqueles que menos necessitam desse prazo.

Em princípio, na ALCA haverá quatro categorias de desgravação: imediata, 5 anos, 10 anos e acima de 10 anos. De maneira geral, os produtos industriais foram consolidados

pelo Brasil a 35% na OMC. Se a tarifa consolidada fosse a tarifa-base, um produto com tarifa aplicada de 14% e desgravação em cinco anos não teria nenhuma redução tarifária nos primeiros três anos, mas teria reduções de 7% no quarto e no quinto ano. Se a tarifa aplicada fosse o ponto de partida, haveria reduções de 2,8% a partir do primeiro ano. Seria uma transição mais gradual, com o mesmo resultado final. Para os produtos com maior valor agregado, que em geral têm tarifas aplicadas mais elevadas, o processo de desgravação iniciaria mais rapidamente. A diferença é que esses produtos – justamente os mais sensíveis - seriam os únicos a enfrentar concorrência adicional de importações nos primeiros anos.

Na verdade, em um processo que levará à eliminação de tarifas, o fundamental é a negociação do cronograma de desgravação. É o cronograma de desgravação que oferece a possibilidade para proteger os produtos que necessitam de um prazo mais longo de transição.

A pertinência dessas considerações é atestada pelo fato de que não há registro de qualquer zona de livre comércio constituída a partir de tarifas consolidadas. Dentre os mais de 200 acordos regionais notificados à Organização Mundial do Comércio até hoje, não há nenhum caso em que as tarifas consolidadas tenham sido utilizadas como tarifa-base para a desgravação tarifária.

Estas questões foram objeto de amplo debate com o setor privado, representado nas negociações da ALCA pela Coalizão Empresarial, que concordou com a opção pela tarifa aplicada.

A opção pela tarifa-base foi também amplamente debatida no âmbito da CAMEX,

que optou, com base nas considerações feitas anteriormente, pela tarifa aplicada como base para a desgravação tarifária na ALCA.

Finalmente, é preciso considerar a diferença existente entre a tarifa aplicada calculada e a tarifa aplicada real. A tarifa aplicada calculada é aquela que nominalmente incide sobre determinado produto antes de contabilizar-se reduções diversas que se aplicam no momento da internação dos bens. A tarifa aplicada real é aquela efetivamente cobrada. A diferença entre a tarifa aplicada calculada e a real constitui uma margem adicional de flexibilidade. De acordo com um estudo sobre as negociações da ALCA preparado pela Secretaria da Receita Federal e divulgado no início de maio, em 1998 a tarifa aplicada calculada no comércio com os EUA foi de 16,38%, enquanto que a tarifa aplicada real foi de 6,31%. Em 2000, a tarifa aplicada calculada foi de 12,79% e a tarifa aplicada real, de 5,11%. Esses números indicam, claramente, a existência de um “colchão” entre a tarifa aplicada calculada e a real com relação aos EUA, que poderá ser usado pelo Brasil.

VI) O protecionismo dos EUA e a ALCA

Em síntese, o debate “tarifa consolidada versus aplicada” é um falso dilema. Na verdade, o aspecto mais preocupante com relação à conformação da ALCA no atual momento é o descompasso entre o discurso liberalizante das principais potências comerciais e suas práticas francamente protecionistas. Esse descompasso prejudica todas as negociações comerciais em curso. A nova Rodada da OMC, lançada em Doha no final do ano passado, por exemplo, dificilmente deixará de ser afetada pelas restrições às importações de aço adotadas pelos EUA e pela União Européia. A nova

legislação agrícola norte-americana (Farm Act) provocará distorções ainda maiores em um comércio internacional já marcado pelos elevados montantes de subsídios fornecidos pela UE aos seus agricultores.

O Brasil está atento a esses movimentos e defenderá os interesses de seus produtores em todos os foros. Abandonar a luta não é a solução, até mesmo porque nossa agricultura, nossa indústria e nossos serviços têm potencial que vai muito além das dimensões do mercado nacional. Precisamos e podemos obter melhores condições de acesso aos mercados externos. Medidas protecionistas devem ser vistas como objetivos negociadores, e não pretextos para a inação.

É claro que contamos com a disposição para negociar de nossos parceiros, que têm interesse em nosso mercado e que, por isso mesmo, terão que nos apresentar contrapartidas vantajosas. No caso da ALCA, a real disposição dos Estados Unidos em negociar somente poderá ser efetivamente avaliada quando forem apresentadas as ofertas de acesso a mercados, no início do ano que vem. Caso essas ofertas sejam decepcionantes, toda a negociação e a própria ALCA podem ser revistas.

VII) A importância de negociar

Para os que reconhecem a importância do comércio exterior na obtenção de divisas, na geração de empregos e de renda, é inconcebível a hipótese de retorno a fórmulas autárquicas, acompanhadas como foram, no passado, de ineficiência, custos elevados, baixa qualidade e subvenções desviadas dos gastos sociais. Para diminuir sua dependência externa, o Brasil precisa de mais, e não de menos comércio exterior. E na exata medida em que a expansão do comércio exterior é de fundamental importância para a economia brasileira, é

natural que se busquem contrapartidas de nossos principais parceiros comerciais. O que nos interessa é a liberalização do comércio em bases recíprocas. Como disse recentemente o Presidente Fernando Henrique Cardoso, “Sentaremos à mesa com a confiança de que vamos reivindicar aquilo que nos dispomos a conceder: acesso a mercados. É isso que queremos. Não se trata, portanto, nem de esconder o jogo, nem de fazer bravata, nem de ter medo de jogar o jogo, com firmeza e com capacidade de negociar.”

É imprescindível que o Brasil busque defender, de forma firme e clara, seus interesses em todos os foros de negociação, sobretudo em nosso próprio Hemisfério. O Brasil tem condições de defender seus interesses de forma consciente e legítima. Essa consciência e essa legitimidade decorrerão necessariamente da transparência, da expansão do debate público sobre os interesses do Brasil na ALCA e do abandono de percepções pré-concebidas e equivocadas sobre o que a ALCA poderá trazer de oportunidades e desafios para o País.

Nossos interesses são objetivos e concretos e, por conseguinte, precisamos de objetividade e concretude no debate. Um exemplo de contribuição construtiva é o artigo do Professor Marcos Jank em “O Estado de São Paulo” da última terça-feira, que analisa e compara as tarifas praticadas pelo Brasil e pelos Estados Unidos no comércio bilateral.

VIII) A próxima etapa das negociações e a posição do Brasil

No fim de outubro deste ano, o Brasil assume, ao lado dos Estados Unidos, a Co-Presidência das negociações da ALCA. Estamos vivendo, portanto, um momento crucial deste projeto que pode trazer grande

impulso à economia brasileira, mas que, ao mesmo tempo, também não é tema de consenso para a opinião pública brasileira. Como já declarei em outras oportunidades, o Executivo não assinará e o Congresso, seguramente, não ratificará um acordo que não seja compatível com os interesses da sociedade brasileira. Nessa linha, faço minhas as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que afirmou durante as comemorações do Dia do Diplomata em junho corrente que “não há razão para aceitarmos regras discriminatórias, de qualquer procedência, ou o ônus imposto pelo protecionismo norte-americano ou europeu. [...] Já que dispomos de competência negociadora, é importante que continuemos a investir nela, sem arroubos gratuitos, acomodando tensões, fazendo uso da moderação construtiva que tem desde sempre norteado a ação externa do Brasil.”

Os nossos interesses no exercício negociador da ALCA foram delineados na Cúpula de Québec (abril de 2001) e permanecem inalterados. Como disse o Presidente naquela ocasião, “a ALCA será bem-vinda se sua criação for um passo para dar acesso aos mercados mais dinâmicos; se efetivamente for o caminho para regras compartilhadas sobre antidumping; se reduzir as barreiras não-tarifárias; se evitar a distorção protecionista das boas regras sanitárias; se, ao proteger a propriedade intelectual, promover, ao mesmo tempo, a capacidade tecnológica de nossos povos. E, ademais, se for além da Rodada Uruguai e corrigir as assimetrias então cristalizadas, sobretudo na área agrícola. Não sendo assim, seria irrelevante ou, na pior das hipóteses, indesejável. Se tivermos a sabedoria de fazê-la bem feita, a ALCA pode vir a ser um avanço na promoção do desenvolvimento e da justiça social”.

GOVERNO BRASILEIRO
CONDENA AÇÕES TERRORISTAS
NO ORIENTE MÉDIO
(20 DE JUNHO DE 2002)

Profundamente consternado com a escalada de violência em território israelense registrada nas últimas 48 horas contra a população civil, o Governo brasileiro vem a público para deplorar e condenar as bárbaras ações terroristas que redundaram na perda de inúmeras vidas inocentes e em grande número de feridos.

Nesse momento de dor e perplexidade, o Governo brasileiro gostaria de expressar seu pesar às famílias das vítimas e ao Governo israelense, manifestando também sua profunda preocupação com o fato de que o recurso à violência e a ações de extremismo político possa representar sério obstáculo aos esforços para a obtenção de uma paz justa e duradoura na região.

PROTOCOLO DE QUIOTO
(21 DE JUNHO DE 2002)

Por Decreto Legislativo de 19 de junho, o Senado Federal aprovou o texto do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

O Protocolo de Quioto foi adotado na III Conferência das Partes da Convenção, realizada em Quioto, em 1997. O Protocolo determinou meta geral de redução de emissão de gases de efeito estufa de 5.2% (ano base 1990) para o conjunto dos países desenvolvidos

e aqueles com economias em transição (que integram o Anexo I do Protocolo). Essa meta é global e deverá ser atingida no período de 2008 a 2012, chamado primeiro período de cumprimento. Percentuais individuais foram alocados aos diferentes países.

O Protocolo de Quioto possui três mecanismos de flexibilidade – chamados Comércio de Emissões, Implementação Conjunta e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) –, que permitem aos países desenvolvidos e com economias em transição complementar seus esforços domésticos de redução de emissões, com vistas a cumprir as respectivas metas acordadas no âmbito do Protocolo.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que surgiu de iniciativa brasileira, é o único dos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto que contempla a participação de países em desenvolvimento, uma vez que os demais são privativos dos países que possuem metas de redução de emissões. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, por um lado, ajudará os países em desenvolvimento a alcançar o desenvolvimento sustentável e a contribuir para a estabilização das concentrações dos gases de efeito estufa; por outro, auxiliará os países do Anexo I a cumprirem parte de suas obrigações de redução de emissões de gases de efeito estufa. Pelo Mecanismo, os países em desenvolvimento poderão beneficiar-se de assistência financeira para a implementação de projetos que estejam em linha com as prioridades nacionais de desenvolvimento sustentável.

O Protocolo de Quioto não prevê compromissos de redução de emissões de gases de efeito estufa para os países em

desenvolvimento. Confirma, portanto, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas consagrado na Convenção sobre Mudança do Clima, ao reservar aos países em desenvolvimento o direito de alcançar o seu desenvolvimento sustentável, isentando-os da adoção de metas compulsórias de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Ao proceder à ratificação, o Brasil pretende contribuir para que o Protocolo de Quioto entre em vigor anteriormente à celebração da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que se realizará em Joanesburgo, de 28 de agosto a 4 de setembro de 2002.

Para que entre em vigor, o Protocolo de Quioto deve ser ratificado por 55 Partes, sendo que entre estas devem constar Partes do Anexo I (países desenvolvidos e aqueles com economias em transição - que possuem metas de redução de emissões) responsáveis por 55% das emissões de gases de efeito estufa referentes ao ano de 1990. Até o momento, o Protocolo foi ratificado pela União Européia e pelo Japão (em 31 de maio e 4 de junho de 2002, respectivamente), responsáveis conjuntamente por cerca de 38% dessas emissões.

O Brasil está convencido de que o regime internacional representado pela Convenção-

Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seu Protocolo de Quioto é o instrumento mais apropriado para orientar, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas, consagrado na Convenção sobre Mudança do Clima, os esforços globais para a reversão do aquecimento da Terra.

Com a ratificação do Protocolo de Quioto, o Brasil reafirma sua atuação destacada desde a Conferência do Rio de 1992 no tratamento dos temas relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Ademais, permitirá às empresas nacionais participar do lucrativo “mercado de carbono” que se inaugurará com a entrada em operação dos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto.

O Brasil é dos mais competitivos países no que tange ao desenvolvimento de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Tal proeminência decorre da natural competitividade do país nas áreas elegíveis para esses projetos (energia e reflorestamento), assim como da capacidade do País não só de atuar como “hospedeiro” de projetos MDL mas de vender créditos decorrentes de projetos essencialmente desenvolvidos por empresas nacionais.



ARTIGOS

ARTIGO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, PUBLICADO NA REVISTA ISTOÉ EM 7 DE JANEIRO DE 2002, INTITULADO “O BRASIL DANDO CERTO”

O Brasil tem experimentado, ao longo dos últimos anos, mudanças sem precedentes. Passamos de uma economia à beira da hiperinflação para uma economia estável; dos sonhos de auto-suficiência a uma economia aberta para o mundo, capaz de competir e de ocupar o espaço que lhe corresponde; de um Estado empresário para um Estado regulador; de um Estado estruturalmente desajustado para um Estado mais equilibrado; enfim, de um Estado indutor de desigualdades para um Estado nivelador de oportunidades. Todas essas mudanças concorrem para tornar mais justa a sociedade brasileira.

O fim do “imposto inflacionário” e o aumento do salário real incorporaram ao mercado de consumo milhões de brasileiros. A proporção de pobres na população, que era de 42%, entre 1990 e 1994, caiu para 33% entre 1995 e 2000. Os efeitos sociais positivos da estabilização se mantêm, mesmo depois dos abalos sofridos pela economia brasileira com as várias crises financeiras externas.

Com a abertura da economia, o comércio exterior aumentou de US\$ 50 bilhões, no fim dos anos 80, para mais de US\$ 100 bilhões a partir de 1998. As importações cresceram, o

que foi essencial para os ganhos de eficiência produtiva, sem que tivessem resultado em ameaça real à estrutura industrial. Empreendemos, agora, um grande esforço para dar maior dinamismo às exportações, e há vários sinais promissores, apesar da conjuntura de desaceleração da economia mundial.

Continuaremos a avançar no grande projeto da integração, em particular no âmbito do Mercosul, que, apesar dos problemas, é hoje uma das maiores conquistas da diplomacia brasileira. Os acontecimentos recentes na Argentina, longe de desviar-nos desse objetivo, ressaltam sua importância e a necessidade de darmos continuidade, na democracia, ao projeto de reforma e modernização de nossas economias.

A abertura, no Brasil, dos setores de infraestrutura ao capital privado foi essencial para a consolidação das bases internas do crescimento e da projeção do nosso país no Exterior. A telefonia é um bom exemplo do papel da iniciativa privada na universalização dos serviços públicos. O número de aparelhos celulares saltou de 1,4 milhão em 1995 para mais de 20 milhões este ano. Ao mesmo tempo,

a criação das agências reguladoras abriu para o consumidor novos canais independentes para suas demandas e reclamações.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, que fixou limites e regras para as finanças públicas, é um divisor de águas em nossa história. É o reflexo de uma nova mentalidade. Uma mentalidade que não existe por acaso, mas porque é uma exigência da população brasileira, que já cansou da demagogia, dos gastos irresponsáveis, dos políticos que prometem tudo e, depois, ou não cumprem ou cumprem com despesas que geram inflação e desorganização da economia.

Estamos colocando o Estado brasileiro – que durante tanto tempo foi um instrumento de perpetuação da injustiça, um verdadeiro “Estado do mal-estar social” – a serviço da melhora das condições de vida dos mais necessitados. Este é o grande desafio da democracia no Brasil.

A seriedade no manejo macroeconômico é indispensável para responder a esse desafio. Mas não é suficiente. Por isso, temos empreendido esforços e aplicado recursos vultosos na promoção de políticas sociais que são inadiáveis e que se impõem como um dever de justiça. De 1995 a 1999, o gasto social real do governo por habitante foi, em média, de R\$ 795. No período de 1985 a 1989, a média tinha sido de R\$ 656. Em 1993-1994, o valor médio foi de R\$ 622.

No entanto, embora o volume de recursos seja importante, ele não revela tudo. O essencial é que os recursos estão sendo empregados de forma mais justa, com a preocupação de atender prioritariamente os mais pobres e gerar condições efetivas para maior igualdade de oportunidades, para geração de emprego e renda, para o aprimoramento dos serviços sociais básicos, como a saúde e a educação.

Implementamos o maior programa de reforma agrária contemporâneo. Mais de 540 mil famílias de trabalhadores sem terra foram

assentadas, e criaram-se ações complementares para integrá-las ao desenvolvimento local.

Quando assumi a Presidência da República, em 1995, elegi a educação e, particularmente, o ensino fundamental, como uma de minhas prioridades mais altas. Com o apoio do Congresso, criamos o Fundef, que reorganizou todo o sistema de financiamento do ensino fundamental, corrigindo as distorções existentes entre as verbas disponíveis e o número de alunos matriculados nas escolas. O desafio de melhorar a qualidade do ensino começou a ser enfrentado. Graças a essas e outras medidas, temos hoje 97% das crianças de sete a 14 anos matriculadas na escola, o que significa que o objetivo da universalização do ensino fundamental está hoje ao nosso alcance. É preciso lembrar que em 1990 – há apenas 11 anos – 20% das crianças brasileiras nessa faixa etária não iam à escola.

Na área da saúde, consolidamos a descentralização, ampliamos o controle social, combatemos as fraudes e definimos fontes estáveis de financiamento para as ações de saúde. Intensificamos de forma inédita os programas de agentes comunitários de saúde e de equipes de saúde da família. Hoje, já são cerca de 160 mil agentes, que atendem 91 milhões de pessoas, e 13 mil equipes médicas, beneficiando 70 milhões de pessoas. Ganhou impulso o combate à falsificação de medicamentos, a regulamentação dos planos de saúde, a produção e comercialização de medicamentos genéricos.

Os recursos aplicados em saúde cresceram muito nos últimos anos. Os resultados estão aí para quem quer ver: a redução substancial da mortalidade infantil – que ainda é alta, e precisa continuar a reduzir-se – e um programa de prevenção e atendimento da AIDS reconhecido como modelo pela Organização Mundial da Saúde e pela opinião pública internacional, para

citar apenas duas das conquistas importantes que tivemos na área de saúde.

Além dessas medidas, o governo federal colocou em marcha um conjunto de programas de transferência direta de renda para enfrentar situações de necessidade e combater a exclusão.

É o que ocorre na Previdência Rural, graças à qual cinco milhões de trabalhadores rurais recebem aposentadoria ou pensão do programa, mesmo que nunca tenham contribuído para o sistema previdenciário. Ou no programa Bolsa-Escola, que já cadastrou 4,8 milhões de famílias e 8,2 milhões de crianças e que no ano que vem atenderá mais de dez milhões de crianças com recursos de R\$ 2 bilhões. Ou ainda no Bolsa-Alimentação, que transfere renda a gestantes e crianças de zero a seis anos em risco nutricional, e que, quando plenamente implantado, atenderá mais de três milhões de pessoas, com recursos de R\$ 500 milhões.

Sempre que posso, menciono esses esforços do governo, que são decisivos para melhorar a vida de muitos de nossos compatriotas e que precisam ser conhecidos por todos, para que se saiba que o Brasil está criando hoje uma verdadeira “rede de proteção social”. Essa rede, que representa uma conquista tão importante quanto foi o Real, evidencia que o Brasil persiste no rumo da justiça e da solidariedade.

Justiça e solidariedade, como no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que retira crianças entre sete e 14 anos de atividades degradantes e de risco, principalmente em pedreiras, garimpos, canaviais e carvoarias. As famílias recebem um auxílio mensal em dinheiro, mediante o compromisso de que os filhos abandonarão o trabalho e passarão a frequentar, regularmente, a escola. Mais de 500 mil crianças já foram amparadas por este programa da Secretaria de Estado de Assistência Social.

Justiça e solidariedade, ainda, como no programa que põe em prática os benefícios consagrados na Lei Orgânica da Assistência Social, que garante que idosos e pessoas pobres portadoras de deficiência recebam uma renda mensal equivalente a um salário mínimo para cobrir gastos com suas necessidades básicas.

E poderia mencionar outras ações igualmente importantes para essa rede de proteção social, como o seguro-desemprego e o abono salarial. O trabalhador desempregado recebe assistência financeira durante cinco meses, graças aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Já os mais de cinco milhões de assalariados que ganham menos de dois salários mínimos têm direito a um abono anual, no valor de um salário mínimo.

Ao todo, apenas os programas federais de transferência direta de renda movimentam mais de R\$ 20 bilhões por ano. Esse montante equivale, grosso modo, ao que o governo arrecada com o imposto de renda da pessoa física. Isso significa redistribuição de renda. É uma forma justa e necessária de utilizar os recursos públicos.

A grandeza que aspiramos para o Brasil do século XXI será, sobretudo, a grandeza que vem da justiça. Buscamos a modernização econômica, sim. Seríamos tolos se não o fizéssemos, se não nos abrissemos para uma inserção inteligente e racional na economia globalizada. Mas não a buscamos como um fim em si mesmo. O que ela torna possível é um padrão de crescimento econômico sustentado e um processo seguro, enraizado em instituições democráticas sólidas, de transformações sociais voltadas para o desenvolvimento.

Graças à experiência de um governo comprometido com a mudança, existe hoje um Brasil que está dando certo.



ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL O ESTADO DE
SÃO PAULO EM 25 DE MARÇO DE 2002, INTITULADO “PASSO ATRÁS”

A decisão norte-americana de adotar novas medidas de proteção para seu setor siderúrgico - desta vez, sob a forma de salvaguardas - constitui um passo atrás. No momento em que mais se necessita apoio político para levar a bom termo as negociações em curso na OMC e na ALCA, tem-se um impulso contrário, que encoraja os setores que se opõem à liberalização comercial, nos EUA e em todos os países.

Existe uma lógica política e econômica que faz das salvaguardas um elemento central de todo acordo de liberalização comercial. No mundo simplificado da teoria do comércio internacional, os recursos migram para os setores mais produtivos de cada economia de forma instantânea e indolor. Na vida real, no entanto, um aumento repentino nas importações pode causar desemprego e ociosidade de equipamentos, com prejuízos localizados graves. O objetivo das salvaguardas é adequar, em circunstâncias excepcionais e claramente definidas, o ritmo de crescimento das importações, de forma a permitir o ajuste da indústria doméstica através do aumento dos investimentos e da produtividade ou a realocação ordenada de recursos (trabalho e capital) para outros setores.

O abuso da exceção, no entanto, desmoraliza a regra. Se o mecanismo é utilizado sem o necessário rigor, se não é exigida a demonstração clara da existência de surto de importações e da relação causal entre esse surto e as dificuldades enfrentadas pela indústria doméstica, se as

salvaguardas são invocadas apenas com o intuito de transferir para os parceiros comerciais o ônus da própria ineficiência, fere-se a credibilidade do acordo. Aumenta a probabilidade de que, quando aquele ou outro membro de um acordo comercial enfrentar dificuldades domésticas, opte pela saída fácil de transferir a conta para seus parceiros.

A recente decisão tomada pelos Estados Unidos de impor salvaguardas às importações de aço enquadra-se nesse caso. Embora seja compreensível a necessidade de buscar ampliar a base de suporte para as negociações comerciais, esse apoio não pode ser conquistado à custa da integridade do sistema de comércio multilateral.

O acesso para os produtos siderúrgicos ao mercado norte-americano tem sido uma corrida de obstáculos - acordos de restrição “voluntária”, *antidumping*, direitos compensatórios - há mais de duas décadas, o que desacredita ainda mais o recurso às salvaguardas. A elevada participação do capital fixo nos custos e a sensibilidade aos ciclos econômicos da indústria siderúrgica tornam-na particularmente suscetível a investigações de *dumping*. É preciso aprimorar as regras, que penalizam, na importação, práticas comerciais comuns e toleradas no mercado interno. É por isso que o Brasil tem insistido na necessidade de revisão do Acordo sobre *Antidumping* da OMC.

O que torna as restrições ao aço ainda mais difíceis de aceitar é o enorme esforço realizado

na última década para reestruturar a indústria siderúrgica brasileira. Se é bem verdade que a competitividade tem uma dimensão interna, essas medidas dos EUA contra as importações de aço demonstram que não basta ter um produto competitivo: é necessário ter condições de acesso aos mercados externos. Para o governo, teria sido cômodo - e seria uma maneira fácil de ganhar popularidade - adotar uma atitude de princípio, maximalista. As perspectivas de sucesso em um questionamento das medidas americanas no mecanismo de solução de controvérsias da OMC eram, e continuam a ser, muito favoráveis.

Seria uma vitória fácil, mas seus resultados concretos só se fariam sentir daqui a uns dois anos. Até lá, o Brasil poderia ver-se excluído do mercado norte-americano de aço.

Após consultas com o setor siderúrgico, julgou-se que seria preferível buscar uma solução pragmática, com o objetivo de preservar ao máximo as condições de acesso vigentes para as exportações brasileiras. Na viagem que fiz a Washington, em fevereiro, empenhei-me pessoalmente nessas gestões junto ao governo norte-americano. Os resultados, ainda que aquém de nossos objetivos máximos, foram relativamente favoráveis. Com exceção de países que têm acordos de livre comércio com os EUA, como o México e o Canadá, nenhum dos principais fornecedores do mercado americano conseguiu preservar parcela tão significativa de suas exportações como o Brasil. Mais de oitenta por cento de nossas exportações de aço nos últimos anos foram excluídas das restrições.

Não que o Brasil esteja satisfeito. Oitenta e cinco por cento é pouco quando se considera que não deveria haver salvaguardas. Também não atende às legítimas expectativas de expansão das exportações de nossas siderúrgicas.

Por isso, continuaremos a defender, em todos os foros, os interesses de nossos exportadores. Utilizaremos o prazo previsto no anúncio das medidas para buscar sensibilizar o governo

norte-americano, em contatos bilaterais, para a necessidade de uma expansão adicional de quota. Ao mesmo tempo, mantemos em aberto a possibilidade de recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC. As duas vias - do entendimento bilateral e do questionamento na OMC - vêm sendo trilhadas de forma complementar.

O governo continuará a lançar mão de todos os recursos para defender seus exportadores. Temos presente a necessidade de aprimorar as regras do comércio internacional, o que continuará a requerer pleno engajamento nos processos negociadores em curso, na OMC, na ALCA e com a União Européia. Não nos falta determinação para questionar as violações das normas vigentes. Na semana passada, apresentamos aos EUA um pedido de consultas na

OMC sobre a taxaço do suco de laranja na Flórida. Se as consultas não forem suficientes para obter a eliminação da discriminação contra o produto brasileiro, não hesitaremos em solicitar a formação de um "panel". Desde a criação da OMC, o Brasil já recorreu ao mecanismo de solução de controvérsias em 15 ocasiões, tendo sido demandado em 7. Obteve sucesso em 85% dos casos já encerrados. Poucos advogados podem-se orgulhar de um índice de vitórias comparável.

Mas, como dizia Calderón de la Barca, o valor é filho da prudência, não da temeridade. Quando as circunstâncias o recomendarem, não nos furtaremos a explorar a via da negociação bilateral. Através do diálogo, conseguimos reverter, no ano passado, o embargo do Canadá contra a carne brasileira, muito mais rapidamente do que teria sido possível na OMC. Com a mesma serenidade, e com a mesma determinação, continuaremos a buscar as melhores alternativas para que a indústria siderúrgica brasileira possa colher, no mercado externo, os frutos de sua competência e de seus esforços.

ARTIGO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, PUBLICADO NO JORNAL ZERO HORA EM 28 DE
ABRIL DE 2002, INTITULADO “A FRANÇA E O FENÔMENO LE PEN”

FH defende a radicalização da democracia

A França vive o que boa parte dos franceses classifica de “vergonha nacional”: o líder de extrema direita Jean-Marie Le Pen * inimigo número 1 dos imigrantes e acusado de racismo * ganhou votos suficientes no primeiro turno da eleição presidencial, realizado no domingo passado, para disputar a segunda rodada com o atual presidente Jacques Chirac, no dia 5 de maio. Em artigo exclusivo para Zero Hora, o presidente Fernando Henrique Cardoso interpreta as tendências da política francesa e diz esperar que o Brasil tire lições dessa experiência:

Se é verdade que ao presidente não cabe emitir juízo sobre acontecimentos políticos em um país amigo, ao sociólogo é facultado o direito de interpretá-los. Ao mesmo tempo, o presidente tem a obrigação de avaliar fatos e tendências que, embora se manifestem em países específicos, interessam à comunidade internacional como um todo e, portanto, também a nós, brasileiros. Muitas análises têm sido feitas sobre o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais francesas.

Em artigo recente, Manuel Castells vê o episódio como sinal de uma crise de legitimidade política que afeta a Europa e o resto do mundo. A globalização da democracia parece estar revelando a insuficiência dos mecanismos tradicionais de representação popular. Vota-se mais contra o que se teme

(insegurança, violência, perda de identidade nacional) do que a favor do que se deseja. Isso explicaria o crescimento das tendências populistas, nacionalistas, xenófobas, agravadas por um fenômeno paralelo, qual seja o descrédito dos políticos e governantes que não conseguem responder, de forma concreta, aos anseios e necessidades da população.

Outros estudiosos apontam o resultado eleitoral como um indício de que a França, assim como outros países desenvolvidos, estaria passando por um processo de fratura irremediável. Fratura que não seria apenas social e política, mas também cultural. Ela separa, fundamentalmente, aqueles que estão do lado da modernidade da razão, do universalismo, e aqueles que se refugiam na segurança de suas identidades, em suas atitudes excludentes. Surge, assim, uma espécie de cultura de protesto, de incompreensão e de intolerância. Com isso, ganham os que gritam mais forte, inclusive em detrimento do direito e das liberdades. Para esses autores, a solução do impasse está na capacidade de reação da sociedade civil e na revolução dos costumes. Cito os dois comentários para ressaltar a dimensão dessas manifestações de radicalização no mundo atual e mostrar que países como o Brasil não podem estar indiferentes a elas. Minha visão sempre foi avessa aos dogmatismos e aos extremismos. Sempre me opus ao fundamentalismo do

mercado tanto quanto ao peso do Estado burocrático e ineficiente.

A busca de uma social-democracia renovada deve continuar a ser perseguida, pois o recuo a extremismos não atende à necessidade de conjugar liberdade e justiça social.”É preciso construir uma mentalidade de inclusão”. No Brasil, não há a menor dúvida de que a construção de uma sociedade mais desenvolvida, mais igualitária e fundada nos valores da democracia e da cidadania não passa pelas ortodoxias ou pelos sectarismos. Depende, sim, da participação coletiva, o que pressupõe levar em conta que somos uma nação plural, rica em diversidade e repleta de contrastes sociais e regionais.

Somos uma nação, portanto, na qual se impõe a necessidade de construirmos uma mentalidade de inclusão e não de exclusão; mentalidade de participação e solidariedade e não de antagonismo nefasto. Ao mesmo tempo, sempre rejeitei o maniqueísmo que pretende dividir o mundo em bons e maus, em amigos e inimigos. E, acima de tudo, sempre me opus a qualquer corrente política inspirada no ódio e no medo.

O mundo tem vivido processos que são demasiado complexos para permitir soluções simplistas, demagógicas ou nascidas da prepotência e da imposição de opiniões que tentem questionar as práticas da tolerância e do respeito às diferenças. Como afirmei em meu discurso na Assembléia Nacional Francesa, países como a França e o Brasil estão mais do que credenciados a assumirem um papel ativo na modulação de uma ordem mais imune ao dogmatismo e à exclusão. Por história e formação, somos fadados ao universalismo. A integração dos mercados, a disseminação dos valores da democracia, a consciência mundial em defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, a visão de uma

cidadania planetária que se fortalece a cada dia são avanços importantes para os quais o Brasil tem dado sua contribuição. É claro que vivemos paralelamente um conjunto de problemas desagregadores que se refletem no agravamento das tensões étnicas e nacionalistas, das questões migratórias, dos focos de pobreza e enfermidade.

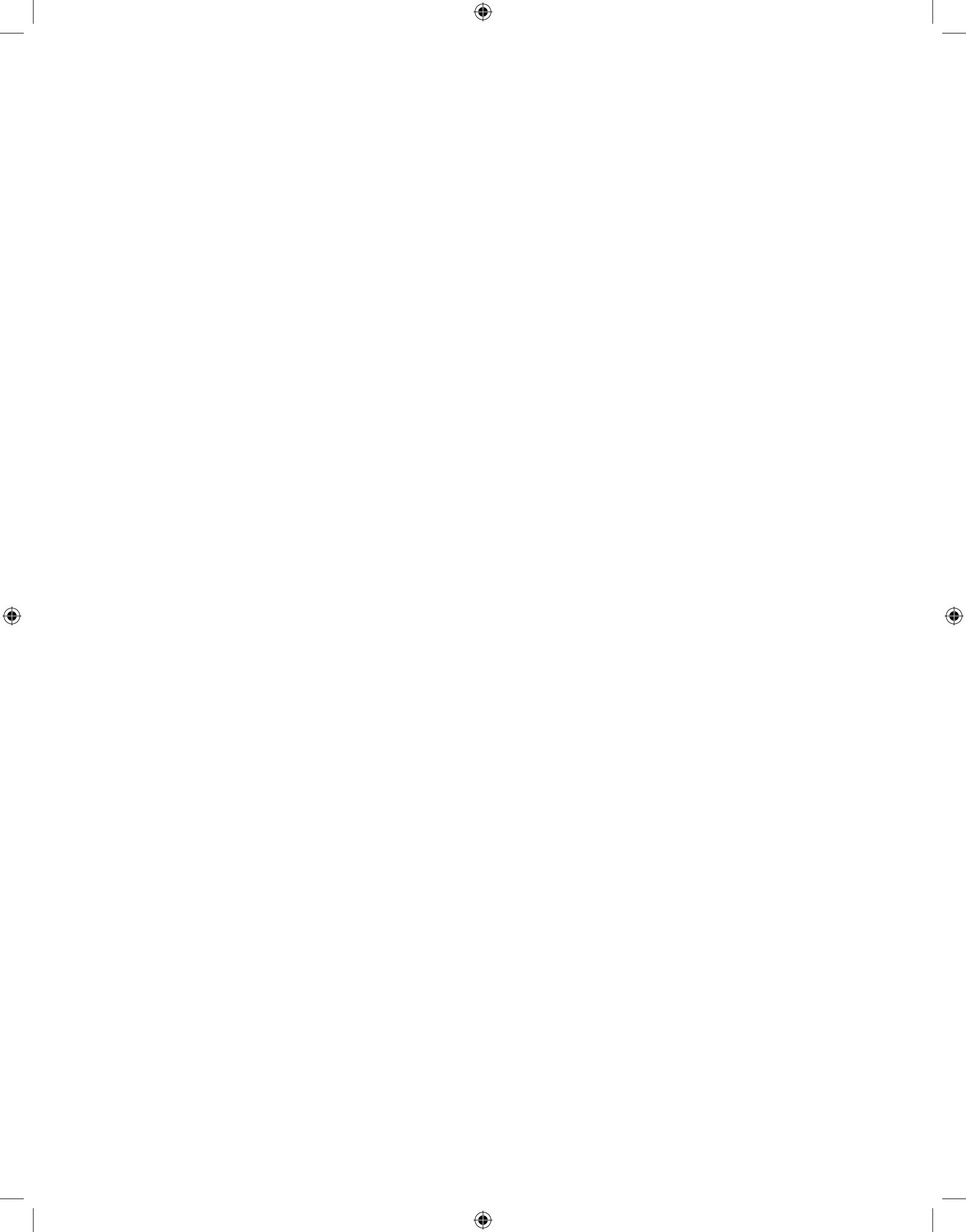
As distorções e crises periódicas que têm afetado o comércio e as finanças internacionais continuam, por sua vez, a postergar os esforços em favor de uma globalização solidária. A tudo isso, soma-se a irracionalidade do terrorismo, da violência, da intransigência no Oriente Médio, sem falar nos riscos e ameaças à preservação da ordem democrática, como tem acontecido em nossa própria vizinhança latino-americana. “O século 21 não deve ser o tempo do medo”. Quero repetir o que disse ano passado nas Nações Unidas. Uma ordem internacional mais solidária e mais justa não existirá sem a ação consciente da comunidade das nações. Não aspiramos a um governo mundial, mas não podemos contornar a obrigação de assegurar que as relações internacionais tenham rumo e reflitam a vontade de uma maioria responsável.

Devemos lutar para que o século 21 não seja o tempo do medo. Que ele seja, sim, o florescimento de uma Humanidade mais livre, em paz consigo mesma, na caminhada sensata para a construção de uma ordem internacional legítima, aceita pelos povos e ordenadora das ações dos Estados no plano global. Este é o desafio do século 21. Saibamos enfrentá-lo com a visão dos que sonharam com um mundo plural, baseado na paz, na solidariedade, na tolerância e na razão, que é a matriz de todo o Direito. Cabe-nos refletir se o que acaba de acontecer na França, berço da democracia moderna, coloca em xeque essa trajetória. A Europa, que conhece por experiência própria

as conseqüências da guerra e do ódio racial, avançou muito na construção de um espaço econômico e político integrado.

Esse espaço tem sido de cooperação, de solidariedade, de paz. Já engendrou até mesmo uma moeda única, além da harmonização ou coordenação de várias políticas públicas. Na América do Sul, o Brasil tem-se empenhado por uma integração efetiva, que não seja apenas comercial e econômica, mas também física e, sobretudo, consolidada no compromisso de todos os países da região em defender e aperfeiçoar a democracia. Tenho a esperança de que, a despeito de todos os desvios que possam ocorrer em uma ou outra parte do mundo, a Humanidade persistirá em seu rumo de sensatez, de paz, de democracia e de respeito aos direitos humanos.

Nem a crise de legitimidade de que fala Castells, nem a idéia de fratura cultural haverá de nos fazer sucumbir ante os desafios contemporâneos. Lutar contra os anacronismos de qualquer proposta política há de levar à vitória da racionalidade, da liberdade e da justiça. Isso não é, contudo, um processo inexorável, que se realize independente das ações e iniciativas de cada um de nós. A democracia se constrói no dia-a-dia, entre erros e acertos. O mundo aprendeu muito com a experiência francesa de construção do sistema democrático, desde 1789. Cabe manter vivo e atualizar constantemente esse legado. O melhor caminho, como tenho dito, parece ser o da radicalização da democracia. Esta é a utopia pela qual devemos continuar a lutar: uma utopia que não estigmatiza as minorias, mas busca integrá-las no convívio social; uma utopia que não divide, mas agrega.



ARTIGO DO CONSELHEIRO HÉLIO VITOR RAMOS FILHO, CHEFE
DA ASSESSORIA DE RELAÇÕES FEDERATIVAS (ARF), PUBLICADO
NA REVISTA ESTADOS E MUNICÍPIOS EM 1º DE MAIO DE 2002,
INTITULADO “O ITAMARATY E AS RELAÇÕES FEDERATIVAS”

A Assessoria de Relações Federativas do Ministério das Relações Exteriores foi instituída em 9 de junho de 1997, pelo decreto 2.246/97. Criada por determinação expressa do presidente da República, a ARF está diretamente vinculada ao gabinete do ministro das Relações Exteriores. Sua missão precípua é a de intermediar as relações entre o Itamaraty e os governos dos estados e municípios brasileiros, com o objetivo de assessorá-los em suas iniciativas externas, tratativas com governos estrangeiros, Organismos Internacionais e Organizações Não-Governamentais.

A Assessoria tem por objetivo sistematizar e centralizar os contatos entre os governos estaduais e municipais e o Itamaraty, até então dispersos entre as várias áreas substantivas da Secretaria de Estado. Busca promover, além disso, a interlocução de estados e municípios com os escritórios regionais do Itamaraty no Brasil - que se subordinam agora diretamente à ARF - e com a rede de embaixadas, missões e consulados brasileiros no exterior.

A criação da ARF resulta da permanente preocupação do Ministério das Relações Exteriores de desenvolver instrumentos institucionais que o habilitem a acompanhar a evolução interna da sociedade brasileira e

a fazer frente aos novos desafios que o país enfrenta em um cenário internacional marcado por profundas transformações.

A complexa e dinâmica ordem mundial que se delinea a partir dessas mudanças aponta para um fortalecimento do poder local, que se mostrou capaz, em muitas circunstâncias, de ocupar com eficácia o espaço de mediação entre as demandas dos cidadãos e fenômenos de caráter transnacional. Em função disso, os governos subnacionais têm assumido um papel de maior destaque nas relações externas dos Estados.

Para sistemas federativos, como o Brasil, essa nova realidade traz desafios e oportunidades. O reconhecimento da importância do poder local, marca de nossa tradição republicana desde suas origens, foi aprofundado institucionalmente com a Constituição Federal de 1988, que caracterizou os municípios como entes da Federação. Em que pese a determinação constitucional, que reserva com exclusividade à União a competência de formular e implementar a política externa brasileira, há uma clara percepção, por parte do Itamaraty, da necessidade e da importância de integrar as iniciativas e prioridades de estados e municípios ao processo de identificação dos

grandes interesses nacionais, que exige o constante aprimoramento do diálogo entre o Ministério das Relações Exteriores, os diversos níveis da administração pública e a sociedade civil organizada.

Além disso, cabe também salientar que a articulação, em uma mesma estratégia global, das diferentes possibilidades de inserção internacional que se abrem hoje para a União, os estados e os municípios oferece oportunidades de sucesso maiores do que iniciativas isoladas, podendo assim resultar em maiores benefícios para o conjunto da população.

É sob esta perspectiva que se desenvolve o trabalho da ARF. Sua tarefa é a de estabelecer canais de interlocução para que as crescentes demandas que envolvem estados e municípios possam ser melhor atendidas. Instância de coordenação e integração, a unidade não responde diretamente pela implementação das iniciativas internacionais de estados e municípios, cujo acompanhamento continua a ser realizado pelas áreas geográficas e temáticas do Itamaraty.

A ARF pretende ser antes uma facilitadora, um órgão de apoio, incentivo e orientação aos poderes municipais e estaduais. Será assim tanto melhor sucedida em sua missão quanto mais precisamente souber refletir, na esfera federal, os anseios locais e regionais.

ARTIGO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, PUBLICADO NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO EM 1º DE JUNHO DE 2002

“É preciso tornar educação básica e saúde acessíveis a todos; é preciso garantir uma distribuição mais justa da renda”

Em Berlim vamos novamente nos reunir para debater e partilhar valores e objetivos comuns. Em Florença estavam presentes seis das maiores economias mundiais, que contam com governantes progressistas. Agora estarão também líderes de outros países, mas o sentido de nosso encontro é o mesmo: fortalecer os ideais de democracia e de justiça social que nos unem.

Essa não é uma reunião de negociação ou de reivindicações. Compareço a ela porque estou convencido de que interesses comuns nos unem. Porque acredito que os partidos progressistas ou social-democratas modernos terão um papel no século 21 ainda mais decisivo do que aquele que tiveram no século que está findando.

No mundo globalizado em que vivemos, as nações são cada vez mais interdependentes. Não são apenas os países pobres que dependem dos ricos. Cada vez fica mais claro que não é possível garantir segurança e bem-estar sustentado apenas para alguns: nem somente para os cidadãos dos países desenvolvidos, muito menos para apenas as famílias ricas dos países pobres. A ameaça tem origem menos na política -na possibilidade da revolta dos excluídos- e mais na deterioração do meio ambiente, na mudança global do clima, na circulação universal das doenças, no comércio mundial das drogas.

Ora, diante dessas ameaças, que derivam em grande parte das desigualdades gritantes no nível nacional e entre as nações, os partidos progressistas têm respostas mais eficazes e adequadas do que os conservadores. Não basta garantir a estabilidade macroeconômica e garantir a propriedade e os contratos, como não basta aumentar a eficácia da polícia e a efetividade do Judiciário.

É preciso mais: é preciso dar prioridade para os gastos sociais; é preciso tornar educação básica e saúde acessíveis a todos; é preciso garantir uma distribuição mais justa da renda e ao mesmo tempo estimular o trabalho; é preciso desenvolver políticas ativas para acelerar a absorção de tecnologias modernas e o aumento da produtividade; é preciso tornar a igualdade de oportunidades uma realidade, de forma que não sejam os filhos dos mais ricos que tenham maior acesso à educação superior, mas todos os jovens mais competentes, independentemente de sua origem social, racial ou de gênero.

Os países desenvolvidos estão se aproximando desses objetivos políticos, não apenas porque suas sociedades civis são mais coesas, suas populações, mais educadas, sua produtividade, maior. Também porque contam com melhores instituições, ou seja, com Estados mais bem equipados para garantir a ordem e a estabilidade, para promover o aumento da produtividade e para assegurar direitos. Mas mesmo esses países enfrentam problemas internos graves de justiça: as

desigualdades, que haviam diminuído entre 1930 e 1980, graças principalmente às políticas social-democratas adotadas, voltaram a aumentar nos últimos 20 anos.

O aumento das desigualdades ocorreu em todo o mundo porque as novas tecnologias desempregaram mão-de-obra pouco qualificada enquanto provocavam o aumento da procura por técnicos e gestores modernos. Ocorreu também porque o Estado perdeu capacidade de contrabalançar as tendências concentradoras do mercado. A crise fiscal que atingiu principalmente os países em desenvolvimento nos anos 80 enfraqueceu os Estados e os tornou menos efetivos em reduzir a pobreza e menos capazes de acelerar o desenvolvimento.

Diante da crise, as duas primeiras soluções encontradas, ainda no início dos anos 80, foram a desvalorização cambial e o ajuste fiscal. Eram medidas impostergáveis. Logo em seguida vieram as reformas orientadas para o mercado, que os conservadores entendiam ter como objetivo reduzir o Estado ao mínimo e deixar toda a coordenação da economia por conta do mercado, enquanto os partidos progressistas viam nelas a oportunidade de reformar e reconstruir o Estado. Nos anos 90, a reforma do Estado passou a significar para nós, de um lado, aumentar sua capacidade regulatória, fiscalizadora e redistribuidora e, de outro, torná-lo mais eficiente na contratação ou prestação dos serviços de educação, saúde, assistência social, reforma agrária e pesquisa científica, assim como na defesa da liberdade e dos direitos humanos.

Essas reformas vêm sendo realizadas, mas enfrentam muitas dificuldades. Principalmente porque, nos países em desenvolvimento, elas foram muitas vezes adotadas de acordo com

o princípio neoliberal do Estado mínimo, em vez de seguirem o critério social-democrata da reformulação e reconstrução. Segundo porque, mesmo quando elas adotam esse critério, não se tornou claro ainda para amplos setores de nossa sociedade qual o seu verdadeiro objetivo: um Estado mais democrático, onde as agências públicas sejam mais autônomas e mais responsáveis; um Estado que reduza ao invés de aumentar seu endividamento, tornando-se assim mais forte no plano fiscal e financeiro; um Estado menor em termos de pessoal, mas do mesmo tamanho em termos de receita e despesa pública, usando os recursos decorrentes para exercer melhor as diversas funções que lhe são exclusivas e indispensáveis.

São esses nossos desafios. Serão nossos temas em Berlim, como o foram em Florença. Dependerá principalmente de nós mesmos enfrentá-los e vencê-los, mas não há dúvida de que serão essenciais uma maior cooperação entre as nações, mercados mundiais menos protegidos, inclusive os mercados de trabalho, uma maior e melhor regulamentação dos mercados financeiros, acesso mais livre aos avanços científicos e tecnológicos. Para isso, uma participação mais ativa dos grandes países em desenvolvimento nas decisões internacionais torna-se cada vez mais necessária.

Em Berlim não negociaremos as bases dessa maior cooperação, dessa maior abertura dos mercados, dessa mais efetiva regulamentação dos mercados, dessa maior participação nos fóruns internacionais. Mas espero que, entre os governos progressistas, logremos atingir a um consenso maior quanto a esses objetivos, que não são só de desenvolvimento; são também de maior justiça.

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, PUBLICADO EM 30 DE
JULHO DE 2002, NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, INTITULADO
“SUSPEITAS, INTERESSES E AS NEGOCIAÇÕES DA ALCA”

Não há nada que faça suspeitar tanto, dizia Francis Bacon, quanto saber pouco. No caso das negociações da Alca, o pouco saber tem alimentado desconfiças quanto à capacidade do Brasil para concluir uma negociação vantajosa. A desconfiça revela-se, por exemplo, na percepção de que o Brasil deve evitar negociar com os EUA, porque nada de bom poderia resultar para a parte mais fraca em uma relação com uma economia dez vezes maior.

É interessante que muitos que vêm na diferença de poder um obstáculo intransponível nas negociações com os EUA são favoráveis a um acordo com a União Européia, uma potência econômica comparável. E são os mesmos que defendem que façamos acordos preferenciais com vizinhos sulamericanos -como a Colômbia, o Chile e a Bolívia, cujas economias são muitas vezes menores do que a brasileira. Nossos vizinhos, presume-se, não devem ter o mesmo temor que nós em relação aos mais fortes.

A verdade é que a disparidade de poder não é, por si só, um impedimento a relacionamentos mutuamente vantajosos. Se fosse assim, não seriam possíveis os negócios entre o pequeno fornecedor e a grande montadora de automóveis, ou entre consumidor e supermercado, e os fabricantes

prefeririam vender seus produtos a pequenos varejistas, e não a compradores atacadistas.

Nossos vizinhos e parceiros latino-americanos têm, sim, interesse no mercado brasileiro e estão abertos a negociações conosco, uma oportunidade que não temos deixado de aproveitar. Daí o recente acordo com o Chile, o acordo que será celebrado com o México na primeira semana de julho, por ocasião da visita do presidente Fox, e o empenho que vimos tendo na celebração do acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina. Os demais países também anseiam, no entanto, por acordos com os EUA, e vêm com alguma incredulidade as manifestações, de certos setores no Brasil, de desinteresse pelo maior mercado do planeta.

Economia de escala

Uma economia moderna requer escala de produção muito superior, nos setores mais dinâmicos, à dimensão dos mercados nacionais, mesmo das maiores economias. Excluído o México, a América Latina corresponde aproximadamente ao tamanho do mercado brasileiro. Acesso ampliado a esse mercado não é suficiente para competirmos em setores como informática ou eletroeletrônicos, que a Unctad (Conferência das Nações Unidas

sobre Comércio e Desenvolvimento) tem identificado como vitais para o aumento da participação de um país em desenvolvimento no comércio internacional.

É necessário elevar a competitividade da economia brasileira aos padrões internacionais, e isso não poderá ser feito sem escala e sem liberdade para importar insumos a preços competitivos. Existe muito espaço para ganhos de eficiência e competitividade com a redução das barreiras às importações. O Brasil ainda é um dos países mais fechados do mundo: dos 142 países membros da OMC, menos de um quarto tem grau de abertura (comércio exterior como proporção do PIB) inferior ao que o Brasil, e nenhum deles se destaca pelo nível de renda ou ritmo de crescimento econômico.

Ainda assim, não se pode esquecer que, mesmo limitada, a abertura comercial no Brasil, como nas demais economias emergentes, foi acompanhada por um aumento das importações superior ao aumento de nossas exportações. Parcela relevante desse desequilíbrio deve-se a barreiras ao acesso nos mercados desenvolvidos. Nada mais natural, por conseguinte, do que buscar contrapartidas, e é isso que queremos ao negociar no hemisfério, com a União Européia e na OMC.

O que nos interessa é a liberalização do comércio em bases recíprocas. Como disse recentemente o presidente Fernando Henrique Cardoso, “sentaremos à mesa com a confiança de que vamos reivindicar aquilo que nos dispomos a conceder: acesso a mercados”. No ano passado, na Cúpula de Québec, o presidente já havia definido nossos objetivos nas negociações: abertura dos mercados, aprimoramento das regras sobre *antidumping*, redução de barreiras não-tarifárias, combate ao protecionismo sanitário, equilíbrio

entre a proteção à propriedade intelectual e a promoção da capacidade tecnológica, correção das assimetrias na área agrícola. É isso que pretendemos, é isso que buscamos. Uma Alca que não corresponda a essa visão não seria chancelada pelo Executivo nem ratificada pelo Congresso.

O Brasil precisa continuar a importar, mas quer que seus parceiros removam os obstáculos às suas exportações. É a partir dessas premissas que se podem entender questões como a tarifa-base para as negociações da Alca.

Há uma distinção fundamental entre as negociações tarifárias que se conduzem na OMC e as que se levam a cabo na conformação de uma área de livre comércio. O objetivo na OMC é a redução progressiva de tarifas, que são então “consolidadas”, ou seja, fixa-se um teto para as tarifas, que não poderá ser superado a não ser em circunstâncias excepcionais. Em uma zona de livre comércio, não se trata de estabelecer tarifas máximas, mas sim de eliminá-las no comércio entre os membros. Nesse tipo de negociação, a tarifa consolidada na OMC não é um recurso de grande valia.

Pode-se ilustrar a diferença, em termos de tarifa-base, com um exemplo da dinâmica de negociação de uma área de livre comércio. De maneira geral, os produtos industriais foram consolidados pelo Brasil a 35% na OMC. Para um produto com tarifa aplicada de 14% e prazo de desgravação de cinco anos, com a tarifa aplicada como ponto de partida, haveria reduções de 2,8% a partir do primeiro ano. Se a tarifa consolidada fosse a base, o mesmo produto não teria nenhuma redução tarifária nos primeiros três anos, mas teria reduções de 7% no quarto e no quinto ano. O resultado final seria o mesmo, mas com uma transição mais abrupta.

Em um processo que deverá levar à eliminação de tarifas, o fundamental é a negociação do cronograma de desgravação. É ele que oferece a possibilidade de proteger os produtos que necessitam de prazo mais longo de transição. Em princípio, na Alca haverá quatro categorias de desgravação: imediata, cinco anos, dez anos e acima de dez anos.

A pertinência dessas considerações é atestada pelo fato de que não há registro de qualquer zona de livre comércio constituída a partir de tarifas consolidadas. Dos mais de 200 acordos regionais notificados à OMC até hoje, nenhum utilizou as tarifas consolidadas como base para a desgravação tarifária. Isto também decorre do fato de que o artigo 24 do Gatt, que rege a formação de zonas de livre comércio, requer que o efeito de criação de comércio que não existiria na ausência de preferências seja maior do que o efeito de desvio de comércio, ou seja, de deslocamento de fornecedores extrazona mais eficientes por países membros da zona de livre comércio.

A utilização de uma tarifa próxima à aplicada é, portanto, uma decorrência da lógica de uma negociação de acordo de livre comércio e não constitui uma concessão antecipada. Essa conclusão foi confirmada ao cabo de cuidadoso processo de consultas no âmbito do governo e com o setor privado, representado pela Coalizão Empresarial Brasileira. Ainda assim, tivemos o cuidado de preservar margem de manobra para o próximo governo, ao qual caberá conduzir as negociações a termo. Desse esforço resultou um cronograma para a próxima fase da negociação tarifária que deixa para 2003 as principais decisões.

O Mercosul e a Alca

A tarifa-base para o Mercosul será a Tarifa Externa Comum, a ser notificada, como no caso dos demais países, no segundo semestre deste ano. Obtivemos, no entanto, flexibilidade para a revisão dessa notificação até 15 de abril do próximo ano. O processo de apresentação de pedidos e ofertas, por sua vez, inicia-se em 15 de dezembro deste ano, mas só será efetivamente realizado no decorrer de 2003. São prazos, portanto, plenamente compatíveis com o nosso calendário eleitoral.

O que as negociações conduzidas até agora fizeram foi lançar as bases para a conclusão de um grande projeto, que pode contribuir para consolidar a prosperidade e a paz no hemisfério. O engajamento do Brasil no processo negociador da Alca influenciou o que de início se apresentava como um procedimento de expansão do Nafta, adaptando-o de forma compatível com os principais eixos da estratégia comercial brasileira: primeiro, a prioridade do Mercosul e da dinâmica comercial sul-americana na construção futura da Alca; segundo, a atenuação do Nafta como eixo de referência e de convergência dos diferentes acordos sub-regionais; terceiro, a preservação da preeminência do sistema multilateral de comércio. Cabe recordar, nesse sentido, a importância da Reunião Ministerial de Belo Horizonte (1997), na qual foram estabelecidos parâmetros que norteiam as negociações até hoje, como o *single undertaking*, ou “empreendimento único”, que assegura que as negociações serão concluídas, avaliadas e, eventualmente, adotadas como um conjunto integrado; o consenso, que garante que

posições legítimas, mas minoritárias, não sejam descartadas pela vontade da maioria; e a coexistência com blocos sub-regionais, que preserva a capacidade de negociação conjunta do Mercosul, aspiração fundamental da nossa política exterior.

As principais decisões táticas e estratégicas dentro dessa moldura, no entanto, ficarão a cargo do próximo governo. Naturalmente, muito dependerá da efetiva disposição de nossos parceiros para abrirem seus mercados. Ainda assim, após oito anos de negociações, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso deixa aberta uma oportunidade histórica, sem nenhuma hipoteca. É uma opção, não um destino.

Negociações comerciais não são um jogo de soma zero, em que o ganho de um é obtido às custas dos outros. Ou ganham todos, ou não ganha nenhum. Não são como uma luta de boxe, que termina com a vitória do mais forte. No comércio, o que o mais forte consegue é função do que ele está disposto a conceder. É por isso que o representante comercial dos EUA, Robert Zoellick, um negociador arguto e experiente, alertou o Congresso de seu país para o fato de que as restrições à capacidade do Executivo norte-americano para negociar *antidumping* comprometeriam as possibilidades de obter vantagens para os EUA nas negociações na OMC.

O temor de negociar com os EUA reflete uma visão acanhada, de quem considera o Brasil um país pequeno. É fruto de ignorância da própria história de um país que tem uma política externa essencialmente bem-sucedida na defesa dos interesses nacionais.

As negociações da Alca não são fáceis. Ficaram ainda mais difíceis com a onda protecionista que se verifica em nossos principais parceiros comerciais, afetando

negativamente o clima para todas as grandes negociações comerciais. As salvaguardas siderúrgicas e a edição da *Farm Bill* norte-americana são exemplos de medidas protecionistas recentes. Mas não é da natureza da política externa ser fácil; quando se trata de traduzir necessidades internas em possibilidades externas, num mundo de conflitos e tensões, devem-se esperar dificuldades. Dificuldades que vale a pena enfrentar porque mesmo um país de escala continental como o Brasil, nas condições atuais da realidade internacional, não pode ficar isolado. Para gerar emprego e renda e diminuir a dependência dos capitais externos, é imprescindível expandir exportações e, para isso, devemos explorar todas as oportunidades de abertura de mercados.

Identificar oportunidades e buscar as melhores formas de adequar eventuais compromissos de liberalização às necessidades e interesses dos produtores nacionais são tarefas cada vez mais complexas. Não se trata mais simplesmente de proteção tarifária na fronteira, mas de normas internas, como a regulamentação da prestação de serviços, regulamentos e normas técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias, subsídios. Não são questões teóricas, e muito menos ideológicas. Por isso é indispensável a participação direta de todos os interessados.

Quem negocia pelo Brasil

No âmbito do governo, as principais decisões sobre política comercial são tomadas pela Camex, órgão colegiado em que têm assento, além do Itamaraty, os ministérios do Desenvolvimento, da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura e a Casa Civil. A condução das negociações fica a cargo do

Itamaraty, cuja tradição e experiência nessa área remontam ao tempo do Império. Todas as negociações internacionais sobre comércio desde a Segunda Guerra Mundial foram lideradas pelo Itamaraty, começando com o Gatt, passando pela Alalc e pela Aladi, pela Unctad, pelos acordos de produtos de base e pelo Mercosul, até chegar à Rodada Uruguai, que resultou na criação da OMC.

O Itamaraty tem memória institucional e quadros estruturados em uma carreira de Estado, e por isso mesmo capazes de assegurar o profissionalismo na gestão das relações internacionais do Brasil. Não se trata apenas de uma avaliação pessoal de um acadêmico com longa experiência empresarial. Trata-se do testemunho de alguém que, sem ser diplomata de carreira, foi chanceler em duas ocasiões, ocupou a pasta do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e chefiou a missão do Brasil em Genebra por quatro anos, e que conhece, assim, o respeito universal de que gozam os diplomatas brasileiros.

As críticas que têm surgido à competência negociadora do Itamaraty no período mais recente podem ser comparadas a um ataque especulativo, em que setores domésticos, tanto econômicos quanto políticos, buscam vantagens de curto prazo à custa da depreciação de um ativo que pertence a todos os brasileiros. Os “fundamentos”, no entanto, continuam sólidos, e por isso estou certo de que o bom senso voltará a preponderar no trato da matéria.

O debate não se limita, no entanto, à organização e à distribuição de competências no âmbito do Executivo. Como chanceler de um governo democrático, sei que os temas da política externa são do interesse de toda a sociedade, pois envolvem, no caso específico das grandes negociações comerciais, políticas

públicas que têm efeitos redistributivos e regulatórios. Por esse motivo, o Itamaraty tem buscado incessantemente fomentar a participação da sociedade civil. Já em 1996 foi criada a Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à Alca (Senalca), a qual constitui um espaço de coordenação de posições governamentais, com a participação efetiva do setor privado, centrais sindicais, universidades, organizações não-governamentais e parlamentares. As mais de 30 reuniões da Senalca já realizadas, a presença freqüente -minha e de nossos negociadores- em seminários e debates e o diálogo constante com o Congresso são provas dessa transparência. Empenhei-me pessoalmente, na Reunião Ministerial de Buenos Aires, de 2001, para que fosse autorizada a publicação do texto da minuta de acordo da Alca na internet, onde pode ser consultada por todos.

Essa abertura tem servido como base de um diálogo inestimável para a fiel determinação dos interesses brasileiros. O governo já realizou múltiplos estudos macroeconômicos para estimar o impacto das negociações comerciais para o Brasil. O Ipea vem desempenhando um papel de proa nesse esforço. A CNI e a Coalizão Empresarial Brasileira têm sido parceiros permanentes no processo de análise e formulação de posições. A Fiesp realiza estudos que servirão de plataforma para investigações mais concretas e objetivas sobre o potencial e as necessidades de cada setor. Acadêmicos como o professor Marcos Jank têm aprofundado estudos sobre as barreiras às exportações brasileiras, destacando a importância de levantamentos detalhados dos obstáculos que precisam ser eliminados para que nossos produtores possam efetivamente beneficiar-se dos mercados do hemisfério.

Um debate informado

As suspeitas que são alimentadas artificialmente, e colocadas nas cabeças dos homens pelos contos e sussurros dos outros, têm ferrões. Elas levam homens sábios à incerteza e à melancolia”, dizia Bacon, concluindo que o remédio consiste em procurar saber mais. No caso das negociações da Alca, não há desculpas para a falta de informação. O governo está fazendo a sua parte, porque tem consciência da importância da transparência para a legitimidade e para o adequado embasamento técnico das posições que o Brasil defende nas negociações. São posições que representam o interesse nacional, e não apenas do atual governo. E esse interesse não será promovido com derrotismo nem com complexo de inferioridade.

Celso Lafer, 60, é ministro das Relações Exteriores e professor titular da Faculdade de Direito da USP. Foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (governo FHC) e das Relações Exteriores (governo Collor). Doutor em ciência política pela Universidade Cornell (EUA), é autor, entre outros livros, de “Hannah Arendt: Pensamento, Persuasão e Poder” (Paz e Terra, 1979), “A Reconstrução dos Direitos Humanos” (Companhia das Letras, 1988) e “Comércio, Desarmamento, Direitos Humanos - Reflexões sobre uma Experiência Diplomática” (Paz e Terra, 1999).

ENTREVISTAS

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, AO CANAL DE TV STB, DURANTE SUA VISITA À UCRÂNIA. 1 DE JANEIRO DE 2002

Repórter: Em primeiro lugar, quero apresentar ao senhor votos de boas vindas à Ucrânia. Minha primeira pergunta é: visto que a Ucrânia fica bastante distante do Brasil, supõe-se que muitos ucranianos têm pouco conhecimento sobre o seu país. A fim de superar os estereótipos - café, fazendas, samba -, o que mais devem saber os ucranianos sobre o Brasil de hoje?

Presidente Fernando Henrique Cardoso : Sinto-me muito feliz em estar na Ucrânia, a convite do seu presidente. Se for falar sobre o que os ucranianos devem saber sobre o Brasil, começaria mencionando o nosso povo. Mais de 500 mil brasileiros são descendentes de ucranianos, que preservaram suas tradições e sua religião. É um exemplo de implementação da concepção de sociedade democrática, com uma economia relativamente estável. Exportamos vários produtos e serviços, inclusive na área aeronáutica; na produção agrícola o Brasil ocupa o terceiro lugar no mundo. Orgulhamo-nos de nossa cultura, de nossa literatura e de nossas universidades.

Repórter: Falando sobre a crise da Argentina, existe algum receio de que ela poderá afetar o Brasil?

Presidente Fernando Henrique Cardoso: A economia de cada país tem suas próprias peculiaridades, portanto não devemos fazer comparações, mesmo quando se trata de países vizinhos. Em 1998, muita gente foi afetada pela crise no Brasil, a qual, no final das contas, foi superada através da desvalorização da moeda. O que está ocorrendo na Argentina agora é parte de um processo sem precedentes no continente latino-americano. A situação atual no Brasil pode ser caracterizada como estável. Visto que estamos controlando nossos gastos, esperamos evitar danos relacionados com a crise argentina.

Repórter: Os últimos acontecimentos na Argentina, bem como os de 1998 no Brasil, se devem à participação do FMI?

Presidente Fernando Henrique Cardoso: É claro que o FMI e outras instituições internacionais têm responsabilidade parcial, pois não conseguiu evitar a crise. Quanto às causas da crise argentina, digamos que há alguns anos o FMI insistia em que no tocante à taxa de câmbio, a moeda argentina fosse ligada diretamente ao dólar, mas depois desistiu dessa política, alertando

os governantes sobre a ameaça de crise econômica. Mas a Argentina insistiu em equiparar sua moeda ao dólar, o que, na minha opinião, provocou a própria crise.

Repórter: Alguns opositores seus dizem que suas políticas dificultaram a divisão de terras, e sua transferência dos ricos para os pobres.

Presidente Fernando Henrique Cardoso: Dividimos milhões de hectares de terra em favor dos que não a tinham. Além disso, demos créditos para a aquisição de terrenos. É a maior reforma agrária da história moderna. A extensão daquelas terras pode ser comparada, por exemplo, à da França, Bélgica e Holanda. Tomamos mais de 40 milhões de hectares de fazendeiros, que não tinham comprovado sua propriedade com base em documentos adequados.

Repórter: Queria lhe perguntar também sobre os índios. Afirma-se que a política governamental em relação aos índios provocou vários problemas, inclusive a diminuição da população indígena. O que o senhor pode comentar a respeito?

Presidente Fernando Henrique Cardoso: Nada disso é verdade. Atualmente vivem no Brasil mais de 300 mil índios, que gozam do direito de usufruto das terras que se encontram em sua posse; portanto eles têm em seu poder quase 11% do território brasileiro, enquanto constituem apenas 1/600 avos de toda a população do país. Entretanto, o problema dos índios está sendo abordado por Organizações Não Governamentais católicas, que perseguem o objetivo da conversão religiosa dos índios. Muitas vezes elas tentam

usar os índios para alcançar seus próprios interesses, e nós tentamos defender os índios, defender sua religião. Darei um exemplo: se a população da Ucrânia aumenta apenas 1,4% ao ano, o aumento da população indígena no Brasil é duas vezes maior.

Repórter: A maior floresta do planeta fica no Brasil. A extinção da mata virgem representa um dos maiores problemas ecológicos atuais. Como o Brasil enfrenta essa questão?

Presidente Fernando Henrique Cardoso: Nenhum país do mundo tem tantas reservas naturais sob proteção do Estado como o Brasil. Realmente, nos anos 70-80, o grande comércio, com apoio de algumas pessoas, derrubava florestas no Brasil. Demos um basta nisso. Entretanto, a proteção de florestas não é uma tarefa fácil, visto que elas ocupam um território vasto, difícil de controlar. As pessoas derrubam florestas para cultivo, muitas vezes elas são destruídas pelos incêndios, mas mesmo assim estamos tentando defendê-las. Eu conheço perfeitamente este problema, porque minha mãe nasceu na Amazônia, e eu estive lá várias vezes.

Repórter: Última pergunta: daqui a pouco tempo começa o Carnaval. Ele será tão grandioso quanto nos anos anteriores?

Presidente Fernando Henrique Cardoso: Em primeiro lugar, o nosso Carnaval não tem nem início e nem fim: é uma festa que está sempre conosco. O Carnaval é a maior festa desse gênero no mundo, ele faz os brasileiros se sentirem em verdadeiro êxtase. Convido-o a vir ao Brasil para ver tudo isso com seus próprios olhos.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, AO CANAL DE TV INTER,
DURANTE SUA VISITA À UCRÂNIA. 1 DE JANEIRO DE 2002

Na semana passada o Presidente da Ucrânia recebeu seu colega brasileiro. Na véspera, o Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve em Moscou. Sua visita à Ucrânia foi igualmente frutífera: por exemplo, para facilitar o trabalho de empresários de ambos os países, as partes assinaram Acordo Para Evitar a Bi-tributação. Para os ucranianos que não mantêm ligação direta com empresários da América do Sul, a amizade com o Brasil implica o surgimento de novos espaços no mercado de trabalho: as empresas petrolíferas terão novas oportunidades de trabalhar na exploração conjunta de novas jazidas. Existem projetos futuros para os setores de energia elétrica e manufatura de maquinarias. Kiev e Brasília têm interesses comuns na exploração e conquista do espaço. O Centro de Lançamento de Foguetes do Brasil situa-se nas imediações do equador. Sabe-se que lançamentos de satélites a partir daquela área são bem mais baratos, mas no Brasil faltam tecnologias avançadas, e a Ucrânia comprometeu-se a prestar tal ajuda. O Presidente Fernando Henrique Cardoso manifestou-se em entrevista exclusiva ao Canal Inter sobre as peculiaridades das relações entre os dois países.

Repórter: Como o senhor poderia caracterizar o relacionamento político e econômico entre o Brasil e a Ucrânia?

Presidente Fernando Henrique Cardoso: Os dois países estão tentando construir uma sociedade democrática, mantendo um bom relacionamento entre o poder executivo e o parlamento, etc.; quanto à economia, somos parte de um sistema econômico internacional (é uma necessidade), mas cada um dos nossos países tem seu próprio objetivo, derivado da vontade do povo e de sua tradição: temos tarefas semelhantes por resolver.

Repórter: Quais os projetos conjuntos que o senhor considera mais promissores?

Presidente Fernando Henrique Cardoso: Acredito que o mais importante agora é a cooperação espacial, o lançamento conjunto de satélites, possivelmente com uso de novas tecnologias. O Brasil propõe à Ucrânia o uso de nosso cosmódromo para lançamento de satélites. Futuramente será possível a cooperação na construção de aviões e na exploração de petróleo: o Brasil tem experiência na exploração de petróleo no mar territorial,, e a Ucrânia tem petróleo no fundo do Mar Negro.

Repórter: Sei que na Rússia o senhor assinou vários acordos semelhantes aos que foram assinados aqui. Podem os acordos com a Rússia e a Ucrânia ser concorrentes?

Presidente Fernando Henrique Cardoso:

Não, antes pelo contrário, os referidos acordos completam-se uns aos outros: por exemplo, por que o nosso cosmódromo não pode ser usado pelos russos e ucranianos ao mesmo tempo, se podemos trabalhar juntos?

Repórter: Em linhas gerais, qual a diferença entre o relacionamento Brasil-Rússia e o Brasil-Ucrânia?

Presidente Fernando Henrique Cardoso:

No Brasil há bem mais ucranianos que russos, mas a Rússia é uma potência, tem armas nucleares, é membro do Conselho de Segurança da ONU, é o oitavo membro do “G-7”; quanto à Ucrânia, fica um pouco de fora da arena onde se define o destino do mundo; entretanto, o Brasil tem muito mais objetivos e tarefas em comum com a Ucrânia do que com a Rússia.

Repórter: Existe algo na Ucrânia que interessa mais ao Brasil?

Presidente Fernando Henrique Cardoso:

Claro, mais de 500 mil brasileiros têm raízes ucranianas, é uma ligação cultural muito estreita, diria até, de parentesco. Praticamente toda a população de origem ucraniana está concentrada num estado brasileiro, o Paraná. Até mesmo o governador daquele estado e sua família são de origem ucraniana. Logo após sua emigração para o Brasil, de um modo geral os ucranianos se ocupavam de agricultura, cuidando de fazendas. Depois muitos deles ingressaram nas universidades, portanto, hoje são médicos, políticos, etc. Todos tentam preservar sua cultura original, e muitos visitam a Ucrânia.

Repórter: Qual o papel da diáspora ucraniana nas relações entre o Brasil e a Ucrânia?

Presidente Fernando Henrique Cardoso:

Antes de viajar para Kiev recebi um grupo de ucranianos-brasileiros, alguns deles, deputados. Procuraram convencer-me de que minha visita à Ucrânia é extremamente importante não apenas pelo significado para as relações internacionais, pois orgulham-se pelo fato de o presidente do Brasil reconhecer a importância da cooperação com a Ucrânia para a sociedade brasileira.

Repórter: Então, foi preciso convencer o senhor?

Presidente Fernando Henrique Cardoso:

Eu já estava convencido, mas nunca faz mal ter um estímulo a mais.

Repórter: Senhor Presidente, sei que seu tempo é limitado: no final de sua visita à Rússia, o senhor disse que o Brasil é uma Rússia tropical; em relação à Ucrânia, o senhor tem alguma comparação?

Presidente Fernando Henrique Cardoso:

Não posso comparar o Brasil e a Ucrânia, pois os dois países de certo modo são a mesma coisa. Tudo bem, vou lhe contar uma história: quando convidei para o Brasil o Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, o Sr. Tony Blair, nós viajamos juntos para o estado do Paraná. Naquele estado, temos florestas lindas e uma central hidrelétrica. Um dos prefeitos do estado disse ao nosso hóspede que na sua cidade vivem exclusivamente descendentes de ucranianos. O primeiro ministro britânico ficou admirado. Para mim sua reação não foi uma surpresa, mas mesmo assim é fantástico. Quando afirmei que “somos a mesma coisa” exagerei um pouco, mas de certo modo é verdade. Diferentemente do que se passa com os russos, somos semelhantes em muitas coisas. Claro, a cultura russa é muito conhecida no Brasil, e a Rússia tem um significado político grande. Mas mesmo assim, somos mais próximos dos ucranianos.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aço 63, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 135, 169, 189, 205, 206, 310, 311, 322, 323, 342, 361, 390, 399, 400

ALCA 52, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 124, 125, 135, 136, 148, 149, 166, 170, 183, 189, 190, 191, 222, 233, 234, 235, 250, 276, 312, 338, 340, 341, 360, 370, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 399, 400, 409, 410, 411, 412, 413, 414

Alemanha 41, 42, 43, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 285, 286, 299, 300, 301, 302, 312, 340

América Latina 38, 42, 71, 73, 84, 87, 88, 144, 154, 155, 167, 169, 175, 181, 182, 184, 185, 193, 194, 195, 198, 199, 209, 211, 212, 213, 216, 217, 231, 232, 249, 254, 295, 298, 300, 303, 306, 308, 324, 328, 329, 346, 356, 362, 363, 369, 372, 386, 409

Argentina 36, 42, 55, 67, 82, 104, 135, 147, 154, 160, 170, 173, 176, 191, 194, 219, 222, 223, 232, 289, 290, 291, 302, 304, 328, 329, 341, 349, 358, 386, 395, 415, 416

Armas Químicas 101, 137, 138, 139, 140, 281, 317, 319

Armênia 179, 180, 286, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355

B

BID 298

Biossegurança 343, 344

C

Canadá 120, 122, 296, 308, 309, 367, 371, 386, 400

Caribe 42, 155, 181, 193, 194, 195, 209, 211, 212, 213, 231, 249, 252, 298, 300, 303, 306, 324, 329, 356, 362, 363

Casa de América 153

CEPAL 87, 181, 182, 183, 184, 185, 193, 194, 195, 222, 231, 325

Chile 87, 127, 147, 176, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 252, 286, 290, 302, 303, 304, 308, 329, 339, 356, 376, 386, 387, 409

Cidadania 141

Colômbia 150, 160, 199, 219, 290, 295, 296, 308, 328, 329, 356, 357, 371, 409

Comércio 35, 36, 42, 46, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 66, 67, 71, 74, 77, 78, 82, 84, 94, 104, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 129, 130, 131, 132, 135, 141, 142, 146, 147, 148, 149, 154, 159, 165, 166, 170, 171, 180, 181, 182, 183, 189, 190, 195, 205, 206, 207, 210, 211, 218, 222, 223, 235, 237, 239, 245, 249, 250, 251, 254, 261, 262, 269, 271, 273, 275, 276, 277, 284, 292, 293, 297, 299, 300, 301, 303, 304, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 315, 323, 324, 325, 333, 334, 336, 338, 339, 341, 342, 345, 348, 349, 350, 352, 354, 355, 360, 361, 362, 363, 367, 368, 370, 371, 372, 376, 377, 378, 383, 385, 386, 387, 389, 390, 391, 392, 395, 399, 400, 402, 407, 410, 412, 413, 414, 416

Cooperação Internacional 31, 33, 90, 97, 99, 150, 167, 177, 184, 189, 200, 254, 303, 362

CPLP 89, 90, 91, 229, 241, 242, 243, 309, 374, 381, 382, 383

Cuba 295, 306

D

Democracia 35, 38, 41, 45, 70, 71, 75, 76, 83, 84, 88, 90, 131, 133, 134, 136, 150, 156, 156, 160, 165, 166, 167, 185, 188, 194, 195, 199, 200, 203, 212, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 226, 227, 235, 243, 245, 246, 247, 249, 253, 254, 259, 272, 273, 300, 334, 337, 362, 375, 395, 396, 401, 402, 403, 407

Desenvolvimento Sustentável 35, 42, 45, 81, 45, 81, 87, 136, 150, 156, 212, 219, 256, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 272, 279, 280, 281, 282, 283, 299, 300, 301, 324, 325, 362, 369, 378, 383, 384, 392, 393

Direitos Humanos 31, 32, 33, 35, 41, 81, 108, 112, 131, 136, 144, 150, 156, 174, 188, 198, 201, 210, 218, 219, 222, 225, 226, 242, 246, 253, 254, 255, 260, 272, 281, 293, 294, 281, 293, 295, 297, 299, 300, 303, 306, 308, 316, 317, 320, 329, 335, 336, 359, 362, 363, 375, 379, 385, 402, 403, 408, 414

Doha 36, 41, 46, 48, 51, 52, 53, 54, 57, 63, 78, 104, 148, 166, 183, 189, 205, 206, 210, 222, 233, 234, 284, 300, 323, 338, 339, 342, 354, 360, 361, 362, 370, 390

E

Educação 65, 70, 161, 202, 215, 225, 226, 227, 228, 229, 238, 242, 285, 287, 297, 301, 303, 309, 320, 334, 358, 362, 363, 364, 365, 379, 382, 396, 407, 408

Estados Unidos 47, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 77, 104, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 146, 148, 149, 150, 153, 154, 166, 187, 189, 190, 209, 210, 233, 234, 253, 259, 264, 287, 303, 310, 311, 312, 321, 323, 325, 330, 341, 349, 352, 354, 359, 390, 391, 399

Exportação 57, 62, 69, 91, 116, 121, 142, 141, 148, 183, 191, 234, 296, 306, 312, 321, 364, 367, 371

F

Financiamento 42, 57, 103, 150, 151, 154, 160, 166, 191, 206, 219, 223, 233, 292, 293, 296, 304, 307, 312, 315, 324, 325, 329, 343, 350, 351, 362, 376, 396

G

Globalização 32, 33, 39, 65, 66, 73, 74, 84, 85, 87, 88, 90, 97, 131, 151, 156, 160, 165, 166, 169, 183, 187, 191, 193, 194, 195, 210, 211, 223, 231, 232, 233, 245, 252, 256, 258, 264, 268, 269, 281, 284, 293, 294, 297, 307, 316, 324, 331, 401, 402

Grupo do Rio 149, 295, 328, 329, 335, 336

I

Israel 41, 48, 107, 108, 112, 120, 132, 150, 199, 232, 295, 314, 315, 327, 328, 329, 330, 331, 344, 345, 355, 369

Itália 173, 355

J

Japão 53, 61, 118, 122, 237, 239, 240, 259, 340, 342, 368, 369, 393

M

Mercosul 36, 42, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 67, 71, 78, 82, 88, 134, 135, 147, 148, 153, 160, 166, 170, 176, 177, 185, 189, 190, 191, 199, 216, 218, 221, 222, 233, 235, 249, 250, 252, 253, 256, 262, 273, 274, 275, 276, 277, 289, 290, 295, 300, 302, 303, 304, 308, 326, 338, 339, 340, 341, 342, 350, 356, 363, 370, 372, 377, 383, 386, 387, 388, 389, 395, 409, 411, 412, 413

México 103, 120, 122, 127, 160, 166, 173, 181, 214, 223, 304, 315, 328, 329, 340, 341, 362, 370, 372, 383, 386, 400, 409

O

OCDE 123, 205, 360

OEА 149, 166, 177, 185, 245, 246, 249, 251, 252, 254, 303, 336, 377

OMC 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62, 63, 85, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 148, 149, 170, 183, 184, 189, 190, 191, 205, 206, 210, 233, 234, 250, 293, 296, 297, 300, 310, 312, 315, 321, 323, 336, 338, 339, 340, 342, 345, 359, 360, 361, 362, 366, 367, 370, 371, 386, 388, 389, 390, 399, 400, 410, 411, 412, 413

ONU 36, 107, 111, 132, 191, 197, 211, 226, 242, 252, 292, 293, 294, 297, 299, 314, 316, 328, 346, 418

OPAQ 101, 138, 139, 140, 317, 319, 342, 343

Oriente Médio 36, 39, 41, 45, 48, 77, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 131, 132, 133, 134, 150, 199, 210, 294, 295, 314, 315, 326, 327, 328, 355, 369, 392, 402

P

Países Baixos 286, 312, 380

Palestina 107, 108, 112, 132, 150, 232, 314, 327, 330, 335, 344, 345

Panamá 159, 160, 161, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 199, 305, 306, 311, 328, 329, 370

Peru 146, 199, 255, 256, 328, 329, 374, 375, 376, 377

PNUD 163, 164, 227, 228, 286, 346

Pobreza 70, 74, 76, 88, 98, 103, 104, 105, 151, 156, 163, 164, 167, 169, 170, 194, 211, 225, 226, 238, 249, 253, 254, 264, 264, 268, 281, 283, 286, 294, 303, 315, 324, 325, 329, 333, 346, 402, 408

Polônia 57, 69, 71, 73, 77, 78, 79, 80, 304, 306, 307, 308

Presença Libanesa no Brasil 93, 95

Protocolo de Quioto 81, 211, 264, 294, 369, 392, 393

R

Reino Unido 310, 311, 312, 329, 340

Relações Federativas 173, 405

República Eslovaca 81

Rio de Janeiro 46, 49, 105, 146, 153, 155, 156, 157, 163, 164, 173, 174, 209, 210, 211, 214, 226, 261, 263, 267, 268, 276, 279, 281, 283, 284, 289, 308, 309, 313, 318, 324, 328, 329, 338, 346, 356, 372, 377, 383, 384

Rússia 35, 36, 37, 38, 39, 40, 45, 46, 63, 117, 173, 184, 223, 285, 286, 291, 292, 293, 294, 295, 352, 417, 418

S

Seminário 31, 33, 51, 52, 225, 231, 235, 241, 242, 243, 245, 255, 279, 298, 304, 305, 307, 322, 338, 355, 363, 374, 384

Senado Federal 115, 132, 139, 238, 392

Senegal 261, 262, 287

Suécia 65, 66, 67, 267, 283, 356, 363, 364, 384

T

Timor Leste 89, 90, 227, 228, 229, 242, 243, 287, 298, 299, 309, 335, 337, 365, 366, 368, 374, 382, 385

U

Ucrânia 47, 48, 49, 117, 285, 286, 415, 416, 417, 418

União Européia 42, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 61, 62, 63, 67, 71, 78, 82, 104, 116, 117, 122, 127, 135, 147, 148, 153, 155, 157, 170, 177, 189, 190, 191, 205, 209, 211, 216, 233, 234, 235, 250, 259, 273, 274, 275, 276, 277, 300, 303, 308, 310, 322, 323, 325, 329, 337, 338, 339, 340, 342, 356, 361, 362, 363, 386, 390, 393, 400, 409, 410

Uruguai 176, 183, 189, 205, 206, 281, 290, 302, 304, 326, 328, 329, 338, 341, 360, 361, 391, 413

V

Venezuela 127, 134, 149, 192, 216, 246, 328, 329, 334, 335, 336, 341

Capa e Projeto Gráfico

Hilton Ferreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Karina de Almeida
Vivian Fernandes

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

424

Tiragem

500

Endereço para correspondência

Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores,
Anexo II, 1º subsolo, Sala 10
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9279 / 9037
Fax: (61) 3411-6591

Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação